

PAULO DIVINO RIBEIRO DA CRUZ

**A COLONIZAÇÃO AGROINDUSTRIAL
DO CERRADO EM MATO GROSSO (1970 – 2000)**

ASSIS

2014

PAULO DIVINO RIBEIRO DA CRUZ

**A COLONIZAÇÃO AGROINDUSTRIAL
DO CERRADO EM MATO GROSSO (1970 – 2000)**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. André Figueiredo Rodrigues

ASSIS

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

C957c Cruz, Paulo Divino Ribeiro da
A colonização agroindustrial do cerrado em Mato Grosso
(1970-2000) / Paulo Divino Ribeiro da Cruz. - Assis, 2014
421 f. : il.

Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de
Assis – Universidade Estadual Paulista.

Orientador: Dr. André Figueiredo Rodrigues

1. Colonização agrária. 2. Mato Grosso - História. 3. Agro-
indústria. 4. Cerrados. 5. Meio ambiente – Mato Grosso. I.Títu-
lo.

CDD 338.1
981.72

PAULO DIVINO RIBEIRO DA CRUZ

**A COLONIZAÇÃO AGROINDUSTRIAL
DO CERRADO EM MATO GROSSO (1970 – 2000)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Dr. André Figueiredo Rodrigues - orientador

Departamento de História - Faculdade de Ciências e Letras de Assis
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Dra. Lucia Helena Oliveira Silva

Departamento de História - Faculdade de Ciências e Letras de Assis
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Prof. Dr. Milton Carlos Costa

Departamento de História - Faculdade de Ciências e Letras de Assis
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Prof. Dr. Jorge Miklos

Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
Universidade Paulista (UNIP)

Prof. Dr. José Otávio Aguiar

Unidade Acadêmica de História - Centro de Humanidade
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

*Para Sebastiana Ribeiro da Cruz, minha mãe.
Com sua fé inabalável na vida fez-me Doutor
na arte de viver sem medo e lutar sem
maldade. À memória de meu pai, Viviano de
Oliveira, das minhas irmãs Lázara e Ione; dos
tios e tias Luzia e Gonçalo; Manoel; Antônia e
Agenor; Maria, Angelina.*

AGRADECIMENTOS

Defendendo esta tese no ano que completo 47 anos, devo considerá-la não só como o coroamento da minha trajetória acadêmica, mas também como ponto de chegada de uma caminhada que comecei há pelo menos quarenta anos. Agradeço a Deus pelo milagre de existir e por ter alcançado este patamar. Agradeço à minha mãe, Sebastiana, meus irmãos e irmãs: Geraldina, Ironi, Lourenço, Luis, Irani, Marinalva, Regina; agradeço aos meus sobrinhos Rafael, Robson, Raquel, Simone, Viviane, Alberto Júnior, Ingrid, Peterson, Priscila, Patrícia, Danilo, Danielly, Bruno, Rafaela, Dandara, Felipe, Gabriel, Arthur; agradeço especialmente à Ivonete Costa Vila, amiga de muitas lutas e vitórias; Luzinete, Clarice Costa e Sidnei pelas orações e força espiritual sem a qual não teria persistido e concluído esta tarefa; agradeço à minha companheira Joelma Galvão de Lemos pelo apoio, compreensão e ajuda para finalizar esta caminhada, e também à Vivek, Isis, Solano e Yuri; agradeço aos amigos-camaradas de ontem, hoje e sempre: Manoel Motta, Pepeu, Kleber, Sílvio, Carlos e Clóvis Rocha, Ronaldo, Janice, Magna, Fred, Julião, Nick, Roseli, Suelme, Eliete, Nara, José Pereira, Adriano Castro, Rovilson Portela, Rafael Zanatto, Eduardo Ramos, Júlio Coelho, Josmar Carvalho, Célio Carnaúba, Djalma, Miranda, Janete, Chaparral, João Negrão, Sandra, Cosme, Lis Adna, Lis Andreia, Amarildo, Lane, Rose, Justiniano, Luiza, Brás Rubson, Alain, José Rodrigues, Claudinei, Afrânio, Wagner Lemos, Joana, Osmar, Armando, Elói, Aritana, Waltinho (in memorian), Bolinha (in memorian), Joaquim, Donizeth Tavares, Lúcia Cristina, Mário César, Elson Almeida, Carlos Alberto Nogueira, Carlos Alberto de Carvalho, Elton Rivas, João Henrique, também especialmente ao irmão-camarada Gilson Mendes e ao amigo-irmão-compradre Emanuel Santana, sua companheira Márcia e aos seus pequenos Gabriel, Tiago e Ana. Agradeço ao meu orientador de mestrado professor doutor Nicanor Palhares Sá, aos funcionários das Instituições de Pesquisa: Arquivo Público, Casa Barão de Melgaço, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, Biblioteca Estevão de Mendonça, Biblioteca Central da UFMT e Instituto de Memória da Assembleia Legislativa, pelo acesso aos documentos que subsidiam esta pesquisa. À professora doutora Edir Pina de Barros e aos amigos Cícero Rainha Oliveira e Gabriel Boscariol por facilitarem acesso a materiais de pesquisa. Agradeço igualmente aos funcionários e funcionárias do Departamento de História e da Secretaria de Pós-graduação em

História da UNESP/Assis. Ao Professor Laércio Pulzato (in memorian) e aos professores do Curso de História da UFMT-Rondonópolis: Flávio Nascimento, Paulo Isaac, Ivanildo José, Adilson José Francisco, Luci Leia, Laci Maria Alves, Jocenaide Rosseto, Plínio Feix, Maria Elsa, Ney Iared, Cristiane Amaral, Otávio Canavarros e Jovam Vilela. À Capes, pela Bolsa de Estudos que possibilitou a dedicação à pesquisa. Agradeço aos professores doutores que avaliaram esta tese, José Otávio Aguiar, Jorge Miklos, Roger Domenech Colacios, Juciene Ricarte Apolinário e com especial agradecimento ao meu orientador André Figueiredo Rodrigues por aceitar o desafio desta orientação, pelo seu incansável trabalho, esforço e dedicação para lapidar meu trabalho e transforma-lo em uma tese, agradecimentos que estendo também aos que além de tudo salvaram minha vida acadêmica quando tudo parecia perdido, permitindo que o trabalho fosse concluído: Lucia Helena Oliveira Silva e Milton Carlos Costa. Um agradecimento especial a todos os trabalhadores e trabalhadoras anônimos e quase sempre mal pagos, que limpam os banheiros e arrumam as salas de aula, que lavam, limpam, cozinham e servem a comida nos restaurantes universitários, que fazem a segurança e a limpeza; agradeço finalmente à todos aqueles que, conforme disse Federico Garcia Lorca, “limpam com a língua as feridas dos milionários”, à todos esses que suportam o peso da civilização ocidental branca, cristã, machista e racista, que constroem as universidades brasileiras mas nelas entram apenas para limpar e servir. Agradeço enfim a todos que nos últimos quarenta anos contribuíram de alguma forma para que eu finalizasse esta caminhada e iniciasse o próximo ciclo.

Gracias a la vida, que me ha dado tanto, me dio dos luceros, que cuando los abro, perfecto distingo lo negro del blanco, y en el alto cielo, su fondo estrellado. y en las multitudes, la mujer que amo.

Violeta Parra – Adaptado -

Palavras do pregador, filho de Davi, rei em Jerusalém. Vaidade de vaidades, diz o pregador, vaidade de vaidades! Tudo é vaidade. Que proveito tem o homem, de todo o seu trabalho, que faz debaixo do sol? (...) E apliquei o meu coração a conhecer a sabedoria e a conhecer os desvarios e as loucuras, e vim a saber que também isto era aflição de espírito. Porque na muita sabedoria há muito enfado; e o que aumenta em conhecimento, aumenta em dor. (Eclesiastes, 1: 1-2; 17-18).

CRUZ, Paulo Divino Ribeiro da. **A Colonização Agroindustrial do Cerrado em Mato Grosso (1970 – 2000)**. 2014. 421 f. Tese (Doutorado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

RESUMO

Esta tese investiga as transformações socioambientais ocorridas no Cerrado mato-grossense induzidas pela colonização agroindustrial a partir do início da década de 1970 até ano 2000. Seu objetivo é demonstrar que os sistemas agroecológicos naturais, tradicionais e de subsistência foram suplantados pelo sistema agroecológico capitalista, implicando em efeitos danosos para o ambiente natural e acirrando as contradições sociais e econômicas. Analisam-se os sistemas agroecológicos do Cerrado mato-grossense no limiar dos anos 1980; demonstram-se as desigualdades regionais oriundas da ocupação agroindustrial; investiga-se o papel da pesquisa agropecuária na conquista do Cerrado e o modelo de desenvolvimento implantado a partir dos anos 1970, considerando os impactos dos programas especiais de desenvolvimento implantados na região pelo governo federal e pelo governo estadual. Conclui-se que, como resultado desse processo de colonização agroindustrial, Mato Grosso foi transformado em uma área de produção de matérias primas, alimentos e fibras para a etapa de industrialização contemporânea dos países centrais e, ao mesmo tempo, área de consumo de capitais e tecnologias produzidas por aqueles países de onde se originou o modelo de desenvolvimento aqui implantado.

Palavras-chave: Colonização agrária. Mato Grosso - História. Agro- indústria. Cerrados. Meio ambiente.

CRUZ, Paulo Divino Ribeiro da. **Agroindustrial Colonization of the Cerrado in Mato Grosso (1970 – 2000)**. 2014. 421 f. Tese (PhD in History). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

ABSTRACT

This thesis investigates the environmental changes occurring within the Cerrado of Mato Grosso induced agro-industrial colonization in the period between the early 1970s and 2000. Their main goal is to demonstrate that natural, traditional and subsistence agroecosystems were supplanted by capitalistic agroecosystem implying harmful to the natural environment and exacerbating social and economic contradictions. Analyzes the agroecosystems of Mato Grosso Brazilian savanna on the threshold of the 1980s; we show the regional inequalities arising from agro-industrial occupation; investigates the role of agricultural research in the conquest and development of the Brazilian savanna deployed from 1970s model, considering the impacts of special development programs implemented in the region by the federal government and the state government. It is concluded that as a result of this colonization process agribusiness, Mato Grosso has been transformed into an area of production of raw materials, food and fiber for the contemporary stage of industrialization of the core countries while consumption area of capital and technologies produced those countries where it originated the development model implemented here.

Keywords: Agrarian colonization. Mato Grosso - History. Agro-industry. Brazilian savanna. Environment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Cerrado, desenho de Percy Lau	23
Ilustração 2 - Cerrado no contexto dos biomas brasileiros, segundo WWF-Brasil	26
Ilustração 3 - Cerrado no contexto dos biomas brasileiros, segundo o IBGE	27
Ilustração 4 - Mapa da vegetação do Brasil, segundo Wikipédia	28
Ilustração 5 - Limites do Cerrado no contexto das bacias hidrográficas	29
Ilustração 6 - Área original do Cerrado brasileiro	30
Ilustração 7 - Área desmatada e blocos remanescentes do Cerrado brasileiro	30
Ilustração 8 - Fitofisionomias do Cerrado	33
Ilustração 9 - Mata de Galeria Não-Inundável	34
Ilustração 10 - Diagrama do Cerradão	35
Ilustração 11 - Diagrama do Cerrado Típico	36
Ilustração 12 - Diagrama do Cerrado Rupestre	36
Ilustração 13 - Cerrado no contexto dos biomas mato-grossenses	38
Ilustração 14 - Diagrama de abastecimento do Cerrado	48
Ilustração 15 - Bororos Ocidentais e Bororos Orientais	56
Ilustração 16 - Índio Bororo	58
Ilustração 17 - Área tradicional dos Bororo	63
Ilustração 18 - Área de exploração do diamante	64
Ilustração 19 - Terras Bororos atuais	68
Ilustração 20 - Índio Xavante	69
Ilustração 21 - Diagrama Xavante de abastecimento	76
Ilustração 22 - Mapa das expedições Xavante observadas por Maybury-Lewis	79
Ilustração 23 - Região de coleta da poaia	108
Ilustração 24 - A mata de poaia	109
Ilustração 25 - Jornal O Estado de Mato Grosso, 06/01/1970	114
Ilustração 26 - Leste de Mato Grosso/Triângulo dos Diamantes	140
Ilustração 27 - Rotas usadas para o Leste de Mato Grosso	142
Ilustração 28 - Atividades produtivas em Mato Grosso no início dos anos 1970	171
Ilustração 29 - Produção de mandioca 1970	172
Ilustração 30 - Produção de feijão 1970	172
Ilustração 31 - Produção de milho 1970	173

Ilustração 32 - Produção de suínos 1970	173
Ilustração 33 - Produção de Arroz	175
Ilustração 34 - Produção de Algodão	175
Ilustração 35 - Produção de Trigo	179
Ilustração 36 - Produção de Soja	179
Ilustração 37 - Trajeto da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil	190
Ilustração 38 - Mapa da Amazônia Legal	216
Ilustração 39 - Mapa da população residente migrante 1980	255
Ilustração 40 - Distribuição espacial da população segundo cor ou raça	256
Ilustração 41 - Atividades econômicas do agronegócio	264
Ilustração 42 - Território do agronegócio de grãos em Mato Grosso	265
Ilustração 43 - Quadro comparativo entre agricultura camponesa e agronegócio	269
Ilustração 44 - Cerrado na concepção de Leo Waibel	291
Ilustração 45 - Mata de primeira classe, por Leo Waibel	323
Ilustração 46 - Densidade populacional do Brasil em 1940	330
Ilustração 47 - Demolição da igreja matriz de Cuiabá, 1968	343
Ilustração 48 - Cuiabá no contexto de Mato Grosso, 1953	346
Ilustração 49 - Abastecimento de Cuiabá, 1953	350
Ilustração 50 - Abastecimento de água em Cuiabá, 1953	353
Ilustração 51 - Rede de esgotos em Cuiabá, 1953	353
Ilustração 52 - Impactos do processo produtivo	374
Ilustração 53 - Localização das usinas de biodiesel em Mato Grosso	377
Ilustração 54 - Localização de Lucas do Rio Verde	378
Ilustração 55 - Vegetação típica do Cerrado brasileiro	383
Ilustração 56 - Soja em Lucas do Rio Verde	383
Ilustração 57 - Dólares sendo contados	384
Ilustração 58 - Usinas de açúcar e etanol em Mato Grosso	386
Ilustração 59 - Terras indígenas e cultivo de soja em Mato Grosso	389

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação Xavante do Cerrado	73
Tabela 2 - Déficit de sementes melhoradas em Mato Grosso - 1970	181
Tabela 3 - Relação preço do adubo e do arroz - 1972	184
Tabela 4 - Tratores e arados em Mato Grosso, Goiás e Brasil entre 1950 e 1970	185
Tabela 5 - Produção agrícola e capacidade armazenadora instalada - 1970	186
Tabela 6 - Imóveis rurais, segundo as classes de áreas	245
Tabela 7 - Imóveis rurais, segundo a estrutura agrária	245
Tabela 8 - Visitantes europeus em Mato Grosso	297

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRISAC	- Acordo de Classificação no Estado de Mato Grosso
APROSOJA	- Associação dos Produtores de Soja
BASA	- Banco da Amazônia S/A
BNB	- Banco do Nordeste do Brasil
CAND	- Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CASEMAT	- Companhia de Armazéns e Silos de Mato Grosso
CEPA	- Comissão estadual de Planejamento Agrícola
CIBRAZEM	- Companhia Brasileira de Armazenamento
CODEMAT	- Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso
COOPERLUCAS	- Cooperativa Agropecuária de Lucas do Rio Verde
COOTRADE	- Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar
COREXPORT	- Corredores de Exportação
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPA	- Empresa de Pesquisa Agrícola do Estado de Mato Grosso
FACUAL	- Fundo de Apoio à Cultura do Algodão
FAMATO	- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso
FAPESP	- Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo
FORMAD	- Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento
FUNDEPAN	- Fundação de Desenvolvimento do Pantanal
FUFMT	- Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
FUNAI	- Fundação Nacional do Índio
FUNDAG	- Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola
FUNFERTIL	- Fundo de Estimulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEA	- Instituto Campineiro de Ensino Agrícola
IMEA	- Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERMAT	- Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso
OPRIMT	- Organização dos Professores Indígenas de Mato Grosso
OPAN	- Operação Amazônia Nativa
PIN	- Programa de Integração Nacional
PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento
POLOAMAZÔNIA	- Programa de Pólos da Amazônia
POLOCENTRO	- Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PROALMAT	- Programa de Incentivo ao Algodão de Mato Grosso
PROBIO	- Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira do Ministério do Meio Ambiente
PROBOR	- Programa de Incentivos à Produção de Borracha Vegetal
PROJETO RADAM	- Projeto Radar na Amazônia
PROTERRA	- Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
SEPLAN	- Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral
SNCR	- Sistema Nacional de Cadastro Rural
SUDAM	- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	- Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SPVEA	- Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I - O Cerrado em Mato Grosso	22
1.1 - Definições e características do Cerrado	24
CAPÍTULO II - Os sistemas agroecológicos no Cerrado mato-grossense na década de 1970	41
2.1 - Os primeiros colonizadores do Cerrado e seus sistemas agroecológicos	42
2.2 - Os Bororo e o Cerrado	54
2.3 - Os Xavante e o Cerrado	70
2.4 - Transformações induzidas pela sociedade branca	78
CAPÍTULO III - O povoamento não indígena e seus sistemas agroecológicos	95
3.1 - Sistema agroecológico subordinado	96
3.2 - O “ciclo do açúcar” em Mato Grosso	102
3.3 - A erva-mate	105
3.4 - A poaia	105
3.5 - A borracha natural	120
3.6 - A garimpagem	127
3.7 - Comunidades tradicionais em Mato Grosso	149
CAPÍTULO IV - A agricultura comercial mato-grossense no início da década de 1970	166
CAPÍTULO V - O modelo capitalista de desenvolvimento	196
5.1 - O modelo capitalista de desenvolvimento	197
5.2 - A pesquisa agropecuária e o apagamento dos conhecimentos tradicionais na conquista do Cerrado	225

CAPÍTULO VI - Terra é poder: a reordenação fundiária	
na implantação do novo modelo de desenvolvimento	243
6.1 – A reordenação fundiária	244
6.2 - As contradições e o aprofundamento do modelo de desenvolvimento	268
CAPÍTULO VII - “A terra é áspera, mas o homem, teimoso e forte”:	
da ocupação civilizadora ao desenvolvimento agroindustrial, os sentidos	
da colonização do Cerrado mato-grossense	290
CONCLUSÃO	361
REFERÊNCIAS E FONTES	408

Introdução

A proposta desta Tese é investigar as transformações socioambientais ocorridas no Cerrado mato-grossense induzidas pela colonização agroindustrial no período entre o início da década de 1970 e o ano 2000. Seu objetivo é demonstrar que os sistemas agroecológicos naturais, tradicionais e de subsistência foram suplantados pelo sistema agroecológico capitalista, implicando em efeitos danosos para o ambiente natural e acirrando as contradições sociais e econômicas.

O trabalho está dividido em sete capítulos. No primeiro, “O Cerrado em Mato Grosso”, se apresenta um breve panorama dos estudos contemporâneos sobre os aspectos fitofisionômicos daquele ambiente, bem como sobre os diversos conceitos correntes sobre o Cerrado. Evidencia-se que cada um dos conceitos ou definições sobre o Cerrado aponta para uma abordagem diferenciada sobre o ecossistema, assim como para uma tomada de posição a respeito das possíveis relações que podem ser estabelecidas entre o ambiente e as sociedades.

O segundo capítulo, “Os sistemas agroecológicos no Cerrado mato-grossense na década de 1970”, é dividido em tópicos, cada um abordando as diversas maneiras usadas pelas diferentes comunidades para proverem seus recursos nas relações com o ambiente natural. Inicia-se analisando os sistemas agroecológicos dos primeiros colonizadores do Cerrado e se demonstra que estes grupos humanos foram responsáveis pela humanização das vastas áreas de ocupação e/ou circulação. Fica também demonstrado que esse contínuo e prolongado intercâmbio com os ecossistemas do Cerrado permitiu a organização de um sistema de abastecimento e abrigo identificado com as próprias características do ambiente natural. Evidencia-se, também, que esses sistemas de coevolução com o ambiente foram legados às populações indígenas que sucederam estes grupos. Em seguida, fazem-se uma breve análise dos sistemas produtivos e das formas de organização social decorrentes de dois grupos indígenas ali presentes: os Bororo e os Xavante, do tronco linguístico *Macro-Jê*, que são considerados os herdeiros do complexo cultural de convivência com o Cerrado, elaborado pelas populações que os antecederam. Depois, faz-se uma abordagem sintética a respeito das transformações induzidas pela sociedade branca, demonstrando que o assédio das comunidades não indígenas do entorno das terras indígenas, muitas vezes, passou pela introdução deliberada de novos comportamentos, valores culturais e formas de relacionamento com a natureza, que vieram a provocar transformações substanciais na vida comunitária silvícola, desestruturando seus sistemas agroecológicos e subtraindo-lhes suas terras e meios de vida.

O terceiro capítulo, “O povoamento não indígena e seus sistemas agroecológicos”, situa, primeiramente, as diversas modalidades de extrativismo como um sistema agroecológico subordinado, demonstrando que as atividades extrativas são intrinsecamente dependentes da agricultura e da indústria, o que acarreta a subordinação das populações que as praticam, aos modos de produzir considerados mais modernos, tais como as atividades agrícolas e industriais. Em seguida, passa-se em revista às diversas modalidades de produção, bem como aos produtos agrícolas, pecuários e extrativos que compunham a paisagem produtiva do Estado de Mato Grosso até a década de 1970. Faz-se, então, um panorama histórico dessa produção: o cultivo da cana de açúcar; a extração da erva mate, da poaia, da borracha natural e da garimpagem de diamantes. Demonstra-se que cada uma dessas atividades extrativas implicava em relações socioambientais determinadas e que condicionavam a configuração do estado como uma região econômica, cultural e socialmente subordinada às regiões e países centrais. O capítulo aborda, ainda, as diversas comunidades tradicionais existentes na região durante o período considerado. Confirma-se que essas comunidades de ribeirinhos, quilombolas, pescadores, pequenos agricultores e/ou criadores de gado herdaram parte dos conhecimentos e práticas dos primeiros colonizadores do Cerrado, estabelecendo com o ambiente natural diversas maneiras de convivência sustentável.

O quarto capítulo, “A agricultura comercial mato-grossense no início da década de 1970”, mostra que além das comunidades de indígenas, ribeirinhos, remanescentes de quilombos, posseiros e outros que viviam da caça, coleta e formas de economia não monetária, a região contava também com um diversificado panorama produtivo que se ligava aos mercados regionais e nacionais.

Pelo início dos anos 1970 a atividade agropecuária estava espacialmente concentrada em algumas áreas do estado, notadamente nas regiões central e sul, que correspondem hoje ao Sul de Mato Grosso e ao Mato Grosso do Sul, respectivamente. Assim, se desde uma perspectiva geográfica a produção se mostrava concentrada em algumas áreas, era também dividida em dois setores principais: um responsável pelo abastecimento interno e outro que se dedica ao cultivo e produção de itens de exportação para outros estados e países. Fica demonstrada a existência de uma grande quantidade de produtores locais que desenvolviam uma produção muito diversificada de culturas permanentes, como as do abacate, banana, café, coco da Bahia, laranja, manga e tangerina, convivendo ao lado de culturas temporárias como abacaxi, algodão, alho, amendoim, mandioca, melancia, milho, tomate, trigo, cana de açúcar, cebola, feijão,

fumo e outros produtos que normalmente não entravam no circuito comercial e, por isso, não podiam ser mensurados pelos órgãos oficiais. Por esse motivo é que as instituições governamentais dividiram a produção agropecuária em consumo interno e consumo externo, e suas estatísticas representavam apenas os aspectos mais visíveis – e o âmbito comercial – da produção. Ao mesmo tempo, havia também uma diversidade produtiva no setor extrativo mineral, vegetal e animal.

O capítulo cinco, “O modelo capitalista de desenvolvimento”, inicia com um questionamento às ideias de progresso e desenvolvimento, demonstrando que para cada um dos povos indígenas e comunidades tradicionais a implantação do modelo de desenvolvimento do capitalismo agrícola implicou em transformações que impactaram fortemente seus modos de vida e sistemas de produção. Confirma-se que as atividades econômicas que antes eram praticadas de maneira extensiva foram consideradas de baixa produtividade e os espaços ocupados pelas comunidades tradicionais e indígenas foram denominados como espaços vazios ou subutilizados e, então, reivindicados pelo governo e pela iniciativa privada como áreas de expansão do capital, resultando no deslocamento violento daquelas populações e na incorporação ou simples destruição dos seus sistemas agroecológicos que foram então subjugados pela introdução de novas tecnologias, processos e formas consideradas mais modernas e produtivas de relacionamento com o ambiente natural. O objetivo, portanto, nesta parte do trabalho é demonstrar que este novo processo de colonização do Cerrado resultou de um planejamento estatal estratégico, em âmbito nacional, onde o estado projetou detalhadamente a colonização, provendo, também, os mecanismos, os recursos, a infraestrutura, a energia e o reordenamento fundiário necessários à plena ocupação do território por parte dos que eram considerados como os legítimos agentes do modelo de desenvolvimento em curso. Passa-se, em revista aos diversos aspectos legais e ao aparato institucional, bem como aos programas federais de desenvolvimento que foram estabelecidos para viabilizar a ocupação da região, por este modelo de desenvolvimento capitalista. Em seguida, em sua parte final, se investiga o papel da pesquisa agropecuária na conquista dos “grandes espaços vazios” e a manutenção da tendência histórica de concentração da terra, ocorrida nos marcos da reordenação fundiária do território durante a implantação do novo modelo de desenvolvimento.

No sexto capítulo, “Terra é poder: a reordenação fundiária na implantação do novo modelo de desenvolvimento” demonstra-se que tanto os projetos de assentamentos de reforma agrária quanto os projetos de colonização públicos e privados se

converteram em mecanismos de concentração da terra e de territorialização do capital financeiro nacional e internacional. Consideram-se os impactos dos programas especiais de desenvolvimento implantados na região pelo governo federal e pelo governo estadual e é feita uma apreciação do processo de consolidação e ampliação do modelo de desenvolvimento a partir dos anos 1980. Por fim, situa-se a estrutura e a dinâmica dos complexos agroindustriais da soja em Mato Grosso, apontando, finalmente, para o estado atual do processo histórico de concentração fundiária e da estrangeirização da terra. Conclui-se que, como resultado desse processo de colonização agroindustrial, Mato Grosso foi transformado em uma área de produção de matérias primas, alimentos e fibras para a etapa de industrialização contemporânea dos países centrais e, ao mesmo tempo, área de consumo de capitais e tecnologias produzidas por aqueles países de onde se originou o modelo de desenvolvimento aqui implantado.

O capítulo sete, “‘A terra é áspera, mas o homem, teimoso e forte’: da ocupação civilizadora ao desenvolvimento agroindustrial, os sentidos da colonização do Cerrado mato-grossense”, finaliza o trabalho com uma análise a respeito da diversidade de conceitos sobre o Cerrado, demonstrando que as diferentes formas pelas quais ele vem sendo apropriado pelas sociedades é parte integrante dos diversos sentidos históricos que sua ocupação tem adquirido ao longo do tempo. A preocupação aqui é a de tornar claro que as diversas fases de povoamento não indígena possuem em comum um sentido único para a ocupação. De acordo com este ponto de vista, estritamente econômico, o Cerrado é visto essencialmente como *terra*, como um meio de produção de *recursos* para as indústrias de transformação localizadas nos centros nacionais e internacionais da economia mundo. Isto fez com que a região fosse tomada como uma plataforma de exportação de produtos extrativistas, em um primeiro momento, ou de *commodities*, a partir de uma determinada etapa do desenvolvimento do modo de produção capitalista mundial.

Capítulo I

O Cerrado em Mato Grosso

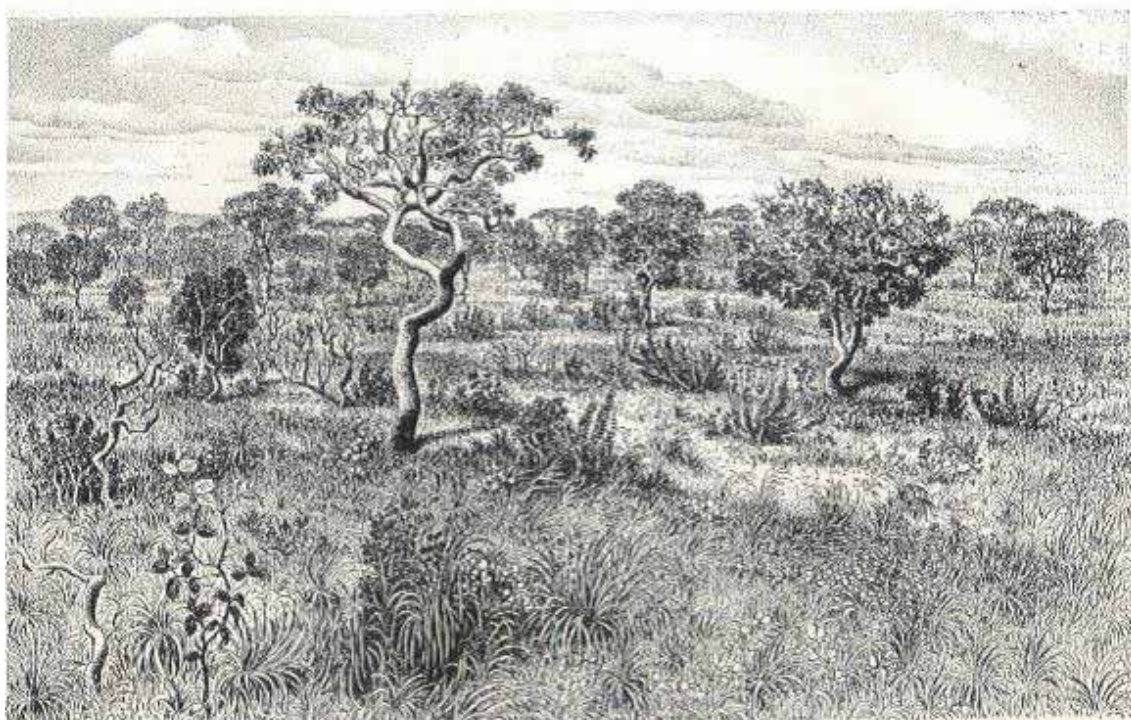


ILUSTRAÇÃO 1 – Cerrado, desenho de Percy Lau

Fonte: IBGE, 1956, p. 411.

1.1. Definições e características do Cerrado

Estudos como os de Bruno Machado Teles Walter (2006), Jurandy Luciano Sanches Ross (2001), Ricardo Ferreira Ribeiro (2012), Demétrio Magnoli e Regina Araújo (2005), Lunalva Moura Schwenk (2005), José Felipe Ribeiro e Bruno Machado Teles Walter (2008) e Graziela Torres Gonçalves, Álvaro Luchiezi Júnior e Denise Valéria de Lima Pufal (2010), indicaram que antes do início da colonização agroindustrial, iniciada na década de 1970, o Cerrado abrangia mais de um quinto da área do país, constituindo-se no segundo bioma mais importante do Brasil.

Esses pesquisadores concordam que o Cerrado também ocupa uma pequena parte do território da Bolívia, embora situem de forma mais característica e contínua sua presença no planalto central brasileiro, estendendo-se pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Piauí e Rondônia; e aparecendo em pequenas manchas no Amazonas, Roraima, Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, São Paulo e Paraná, conforme se vislumbra nas ilustrações 2 a 8, indicadas a seguir.

Esses autores afirmam existir uma grande lacuna de conhecimento em relação à distribuição das espécies, mas estimam que 6 mil espécies de árvores e 800 de aves existam lá, além de outras formas de vida. Eles estimam ainda que 40% das plantas lenhosas e 50% das abelhas sejam endêmicas.

O Cerrado é identificado como o grande lago mítico que os europeus, desde o século XVI, supunham existir no interior da América do Sul e que seria o ponto de onde partiriam as águas que abasteciam os rios do continente. Hoje se sabe que ele é a “cumieira do Brasil”, pois distribui suas águas para as principais bacias do continente: Amazônica, Araguaia-Tocantins, São Francisco, Paraná e Jequitinhonha, dentre outras, conforme pode ser observado na ilustração 5. Além disso, devido a sua posição central no continente, “o cerrado se encontra em contato e estabelece áreas de transição com quase todos os seus principais biomas”, como Floresta Amazônica, Caatinga, Mata Atlântica, Mata de Araucária e Pantanal, como se demonstra na ilustração 2. (RIBEIRO, 2002, p. 251)

A análise da fitofisionomia do Cerrado nas suas múltiplas feições e da sua fauna e flora associada abrigam uma série de controvérsias acadêmicas que, ao serem incorporadas por instituições e governos, pode favorecer ou impedir o estabelecimento

de práticas predatórias. Uma dessas questões é a de se saber se o Cerrado pode ou não ser considerado uma espécie de Savana.

De acordo com estudos de Bruno Machado Teles Walter (2006), o bioma “comporta a mais rica savana do planeta e há mais de duzentos anos vem sendo alvo de investigações biológicas diversas, entre as quais aquelas que pretendem desvendar e definir aspectos estruturais que caracterizam a sua vegetação, em termos de paisagens e espécies”. (WALTER, 2006, p. 10)

Como uma das consequências desse longo histórico de investigações e processos de ocupação, há uma infinidade de pesquisas relacionadas com a discussão conceitual sobre o Cerrado – considerado por alguns pesquisadores como uma modalidade de Savana -, que não teria interesse somente para o ambiente acadêmico, uma vez que a definição dos conceitos influencia as práticas de uso ou de conservação dos mais diversos ambientes: “diferentes autores em diferentes partes do mundo imputam significados diferenciados do termo, obscurecendo a noção precisa do tipo de vegetação tratado, o que dificulta quaisquer comparações”. (WALTER, 2006, p. 4).

Nesse sentido, ao abordar essa discussão sobre o conceito de Cerrado, o que se pretende não é buscar um aprofundamento nas filigranas de uma discussão meramente semântica, mas de observar, tal como fez Walter, que cada um dos conceitos ou definições sobre o Cerrado aponte para uma abordagem diferenciada sobre o ecossistema, bem como para uma tomada de posição a respeito das possíveis relações que podem ser estabelecidas entre o ambiente e as sociedades. (WALTER, 2006, p. 4).

As ilustrações apresentadas, a seguir, são exemplos de como o Cerrado brasileiro e a sua porção no estado de Mato Grosso podem ser representadas graficamente, dentro da diversidade de conceitos que o próprio Cerrado abriga, inclusive na sua extensão, que pode sofrer algumas variações de acordo com a definição de Cerrado referenciado pelos mais diversos autores e pesquisadores.

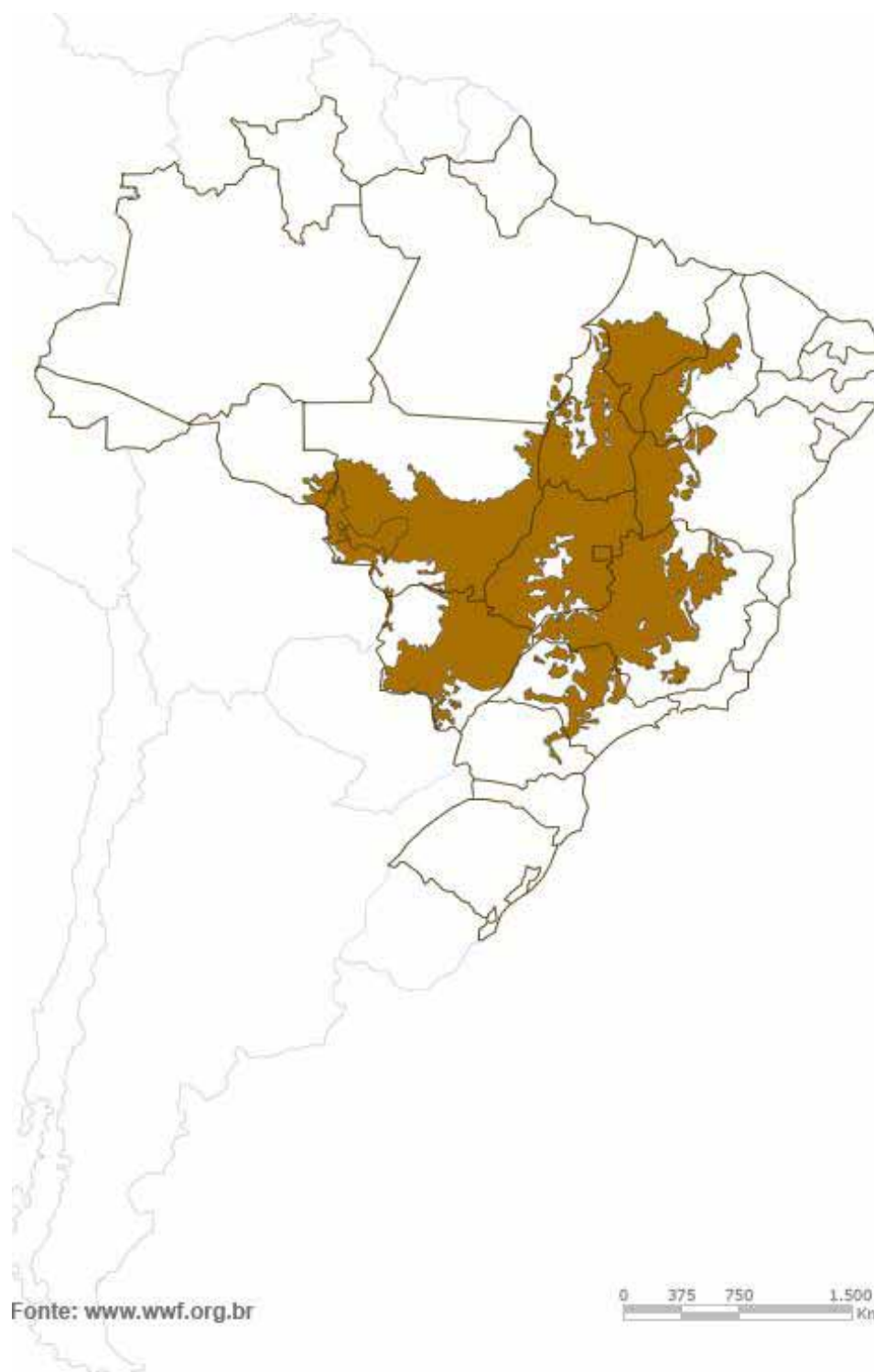


ILUSTRAÇÃO 2 – Cerrado no contexto dos biomas brasileiros, segundo WWF-Brasil

LEGENDA: Área de abrangência e limites do Cerrado segundo o WWF-Brasil – World Wide Fund for Nature. Na comparação com as demais imagens reproduzidas a seguir, esta área varia de acordo com a instituição e/ou o pesquisador.

Fonte: WWF Brasil. Cerrado. Disponível em: <www.wwf.org.br>



ILUSTRAÇÃO 3 – Cerrado no contexto dos biomas brasileiros, segundo o IBGE

Fonte: IBGE. Mapa de biomas e de vegetação. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>>



ILUSTRAÇÃO 4 – Mapa da vegetação do Brasil, segundo Wikipédia.

LEGENDA: Nesta ilustração representativa da vegetação brasileira, segundo a Wikipédia, a área e a abrangência do Cerrado aparece ligeiramente diferente das outras duas anteriores, reforçando a diversidade de representações atualmente existentes sobre os biomas brasileiros.

Fonte: WIKIPÉDIA. Vegetação do Brasil. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Vegeta%C3%A7%C3%A3o_do_Brasil>

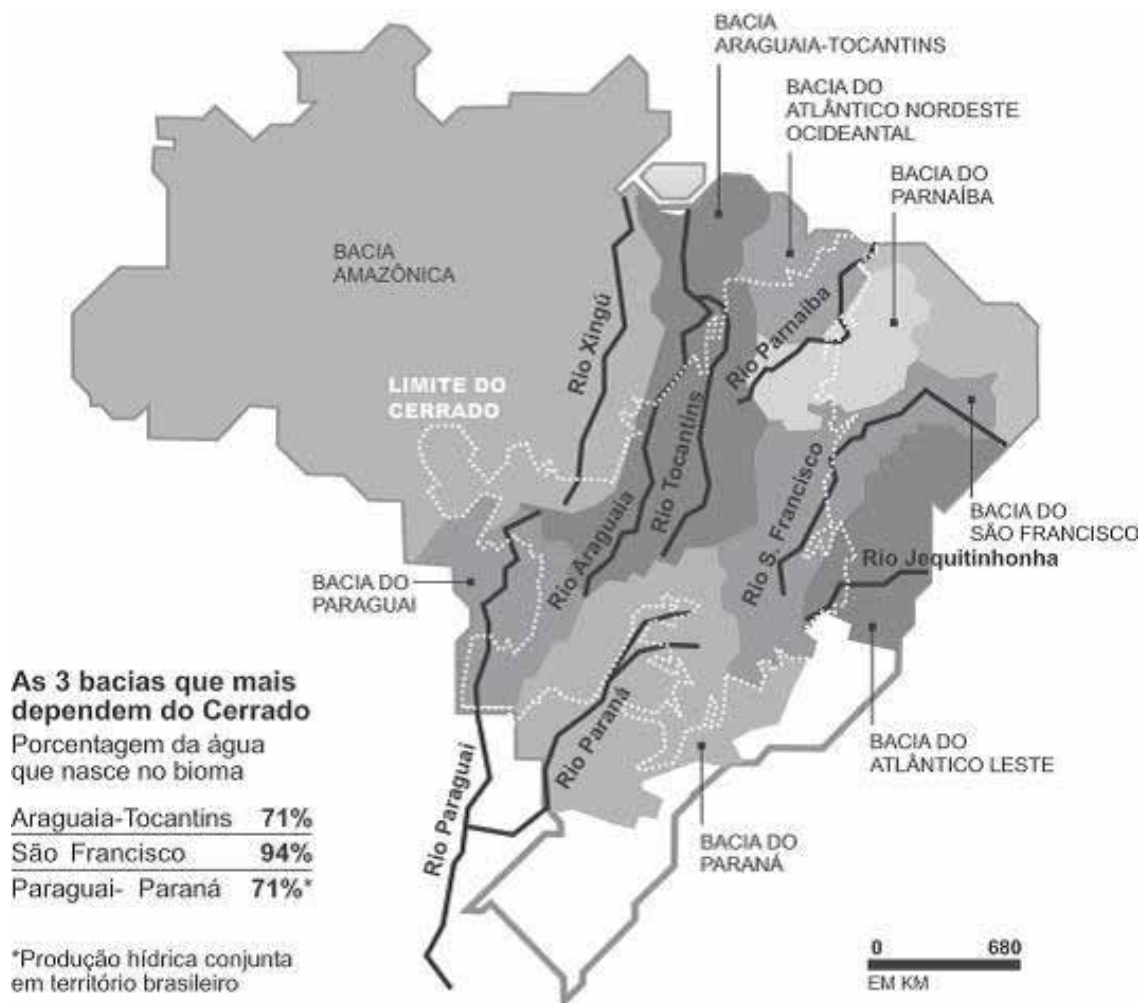


ILUSTRAÇÃO 5 – Limites do Cerrado no contexto das bacias hidrográficas

LEGENDA: Os limites do Cerrado são ligeiramente diferentes dos apresentados anteriormente. Destaca-se a importância do bioma para o contexto de formação das bacias hidrográficas brasileiras.

Fonte: SCHLESINGER, 2013, p. 9.

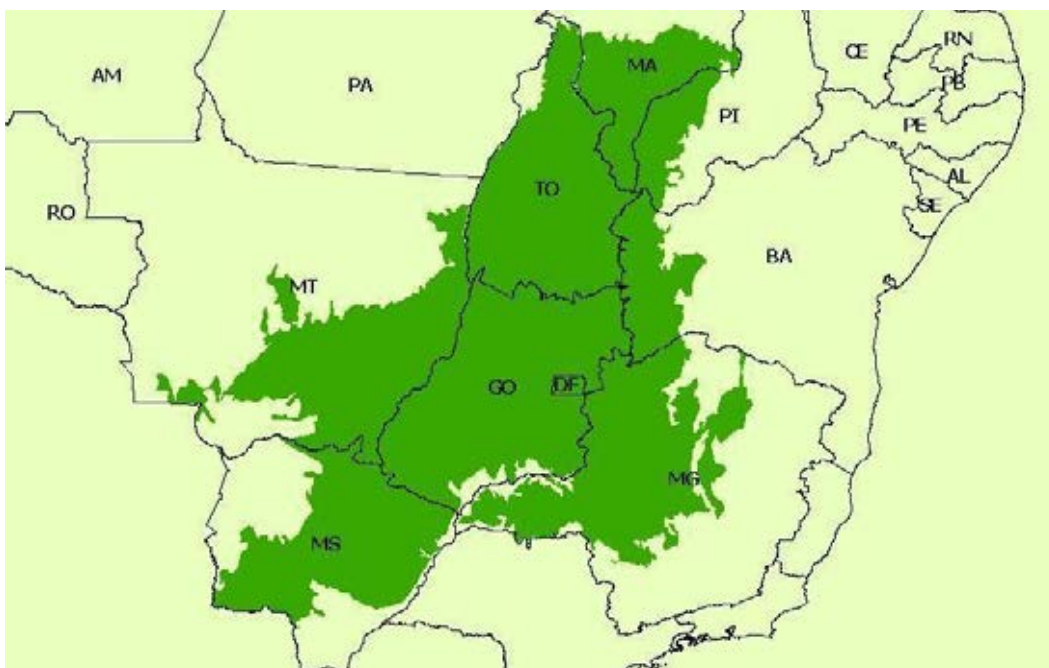


ILUSTRAÇÃO 6 – Área original do Cerrado brasileiro, na concepção da ONG Conservação Internacional.

Fonte: CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2004, p. 14.

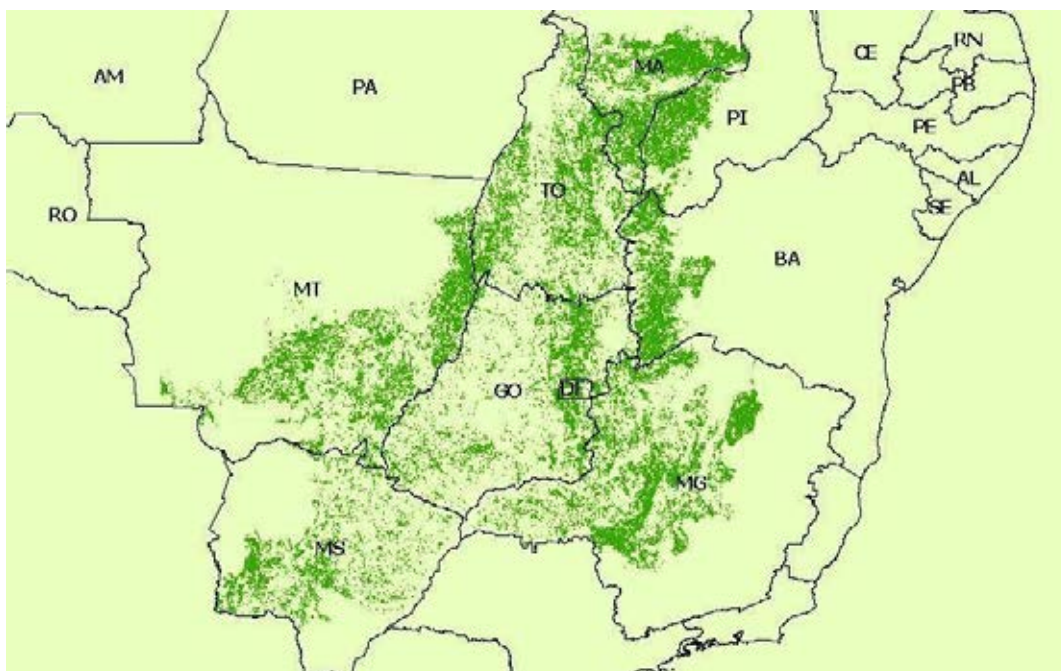


ILUSTRAÇÃO 7 – Área desmatada e blocos remanescentes do Cerrado brasileiro, na concepção da ONG Conservação Internacional.

Fonte: CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2004, p. 14.

Vale a ressalva que não é nosso objetivo no presente trabalho acrescentar qualquer nova definição ao rol das que já estão disponíveis, o que em nada iria contribuir para a resolução da problemática proposta. O que se pretende é apresentar uma panorâmica da discussão que tem ocorrido no interior do mundo acadêmico, antes que seja apresentado o conceito de Cerrado, utilizado ao longo da Tese. Isto se faz necessário porque

Entre os principais biomas ou domínios fitogeográficos mundiais, a savana pode ser considerada a mais controvertida, em função do altíssimo número de definições, baseadas em conceitos diferenciados. A diversidade de tratamentos e interpretações fez com que a literatura mundial sobre o tema se tornasse extremamente vasta. O termo é aplicado em todos os continentes e em diferentes latitudes do globo terrestre, com abordagens que focalizam critérios variados. Como os autores nem sempre comentam o conceito por eles usado e sua amplitude, isto causa confusões. Em função do conceito adotado percebe-se a grande diversidade no tratamento dos fatores que influenciam a caracterização de uma savana, variando as propostas que indicam qual seria a sua distribuição no planeta e qual a influencia humana sobre esta paisagem. (WALTER, 2006, p. 4)

Retornando à discussão proposta por Walter (2006), as mais diversas definições sobre savana podem ser agrupadas em duas escolas de pensamento: a escola europeia e a escola americana. Segundo a escola europeia, a savana é “uma formação tropical com domínio de gramíneas, contendo uma porção maior ou menor de vegetação lenhosa aberta e árvores associadas”. (WALTER, 2006, p. 12)

A escola americana, por sua vez, não usa uma definição fisionômica diferente, mas expande o conceito para além das formações tropicais: “savanas são o tipo de vegetação mais comum nos trópicos e subtropicais”. (WALTER, 2006, p. 12) A partir dessas duas escolas são enumeradas doze definições, de autores influentes ou de referências importantes, sendo sete da escola europeia e cinco da escola americana:

Por estas definições nota-se a preocupação em incluir aspectos fisionômicos, climáticos (estacionais), latitudinais, geográficos, florísticos, ecológicos (competição), de eventos como o fogo, além de sugerir dinâmica (tempo). Embora nenhuma das definições apresentadas tenha mencionado a influência humana sobre a paisagem, há aqueles que imputam a presença de savana ao resultado direto da presença humana. A ação antrópica deletéria teria influência especial no incremento de eventos de fogo, com as atividades agropecuárias reduzindo o componente lenhoso. (WALTER, 2006, p. 16)

Ao se indagar se o Cerrado seria uma savana, Walter afirma que o primeiro aspecto a se considerar é o conceitual. Cerrado é uma palavra que possui três acepções técnicas: a primeira se referindo ao bioma; a segunda, em sentido amplo (*lato sensu*), incluindo desde o Cerradão até o Campo Limpo e, a terceira, com sentido restrito (*stricto sensu*), designando um dos tipos fitofisionômicos que ocorrem nas savanas.

Ao considerar essas três acepções, ele conclui que o bioma Cerrado é caracterizado principalmente por uma típica savana em seu sentido fisionômico mais difundido, como “uma formação tropical com domínio de gramíneas, contendo uma porção maior ou menor de vegetação lenhosa aberta e de árvores associadas”. O bioma, como um todo, não é considerado uma savana, pois nele ocorrem formações florestais como matas de galerias, matas secas e cerradão, porém as formações savânicas são predominantes na maior parte da área, entre 80 a 90%. (WALTER, 2006, p. 37)

Devido à quantidade de conceitos a respeito do Bioma, da sua origem, das suas fitofisionomias, assim como das suas fronteiras e diante da impossibilidade de se encerrar ou mesmo aprofundar essa discussão nos marcos deste trabalho, faz-se necessário adotar um dentre os conceitos já estabelecidos e usá-lo como ferramenta de análise. Neste sentido, optamos por adotar os conceitos já usados pela maior parte da bibliografia consultada, que são o de Ribeiro e Walter (2008).

Segundo Idelvone Mendes Ferreira, que também usou como uma de suas fontes o estudo dos autores acima, o termo “Cerrado” pode se prestar a diversas definições tanto de *tipos* como de *formas* de vegetação, ou ainda se referir às “características estruturais ou florísticas particulares, encontradas em regiões específicas” (FERREIRA, 2003, p. 42).

A primeira e mais abrangente, refere-se ao bioma predominante no Brasil Central, que deve ser escrita com inicial maiúscula (‘Cerrado’). Quando se fala em região do Cerrado ou região dos Cerrados, normalmente a referência é feita ao bioma, ou a área geográfica coincidente com o bioma. O termo Cerrado não deve ser usado no plural para indicar o bioma, pois só existe apenas um bioma Cerrado. A segunda acepção, cerrado *sentido amplo (lato sensu)*, reúne as formações savânicas e campestres do bioma, incluindo desde o cerradão até o campo limpo [...]. Portanto, sob esse conceito há uma única formação florestal incluída, o cerradão. O cerrado sentido amplo é um tipo de vegetação definido pela composição florística e pela fisionomia (formas de crescimento), sem que o critério estrutura seja considerado. [...] A terceira acepção do termo, cerrado sentido restrito (*stricto sensu*), designa um dos tipos fitofisionômicos que ocorrem na formação savânica, definido pela composição florística e pela

fisionomia, considerando tanto a estrutura quanto as formas de crescimento dominantes. Por ser uma das suas principais fitofisionomias o cerrado sentido restrito caracteriza bem o bioma Cerrado. Outras aplicações que a palavra cerrado pode apresentar são variantes ou subdivisões de algum dos três conceitos anteriores, principalmente do cerrado sentido amplo. Em geral designam tipos de vegetação. (RIBEIRO; WALTER, 2008, p. 161-162) (grifos dos autores)

De maneira geral, segundo Ferreira, o Cerrado pode ser definido:

Como uma formação tropical constituída por vegetações rasteira, arbustiva e árvores formadas, principalmente, por gramíneas coexistentes com árvores e arbustos esparsos, ou seja, englobando os aspectos florísticos e fisionômicos da vegetação, sobre um solo ácido e relevo suave ondulado, recortada por uma intensa malha hídrica, formando uma paisagem única e diferenciada da savana, portanto, um Bioma único. (FERREIRA, 2003, p.7)



ILUSTRAÇÃO 8 – Fitofisionomias do Cerrado

Fonte: RIBEIRO; WALTER, 2008, p. 165.

Uma vez que grande parte da dificuldade em se conceituar o Cerrado está relacionada com a grande variedade na sua fitofisionomia, as formações serão descritas conforme os tipos estabelecidos por Ribeiro e Walter (2008, p. 163-186). Além disso, por tratar-se de conceitos largamente adotados eles serão incorporados como parte deste trabalho, isto é, adverte-se que os conceitos que se seguem sobre as onze fitofisionomias e as outras sub-fitofisionomias são descrições realizadas pelos autores acima, exatamente da forma como consta em seu trabalho.

Na categoria de **Formações Florestais**, os autores incluem: Mata Ciliar, como a vegetação que acompanha “os rios de médio e grande porte da região do Cerrado, em que a vegetação arbórea não forma galerias. Em geral, essa Mata é relativamente estreita em ambas as margens, dificilmente ultrapassando os cem metros de largura em cada margem”. (RIBEIRO; WALTER, 2008, p. 164)

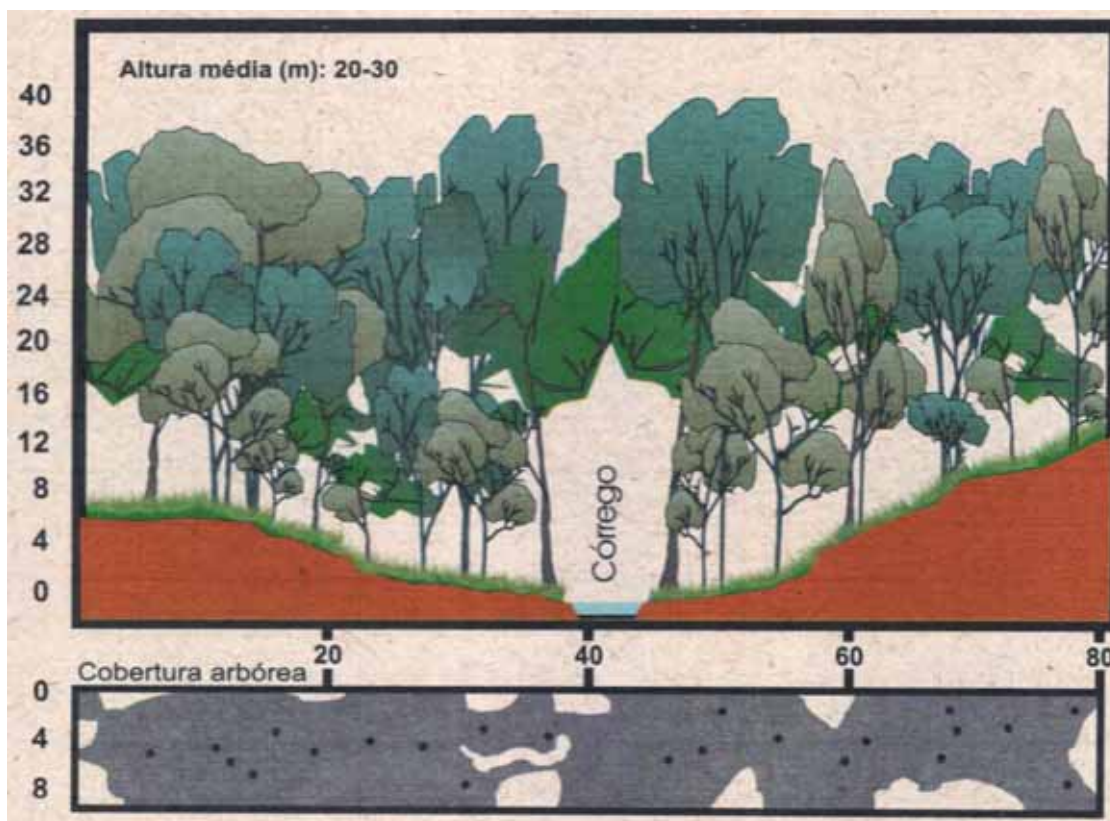


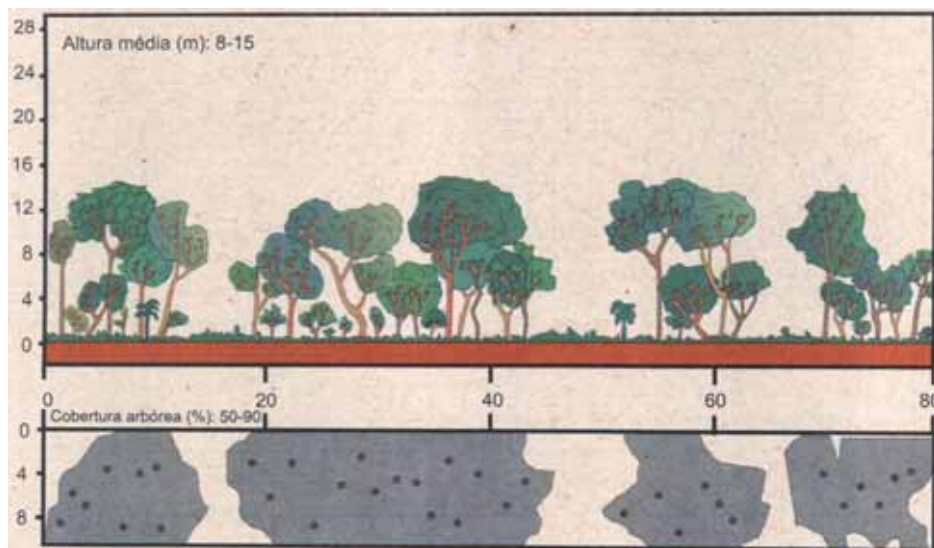
ILUSTRAÇÃO 9 – Mata de Galeria Não-Inundável

Fonte: RIBEIRO; WALTER, 2008, p. 168.

Já a Mata de Galeria é aquela que acompanha os rios de pequeno porte e os córregos, “formando corredores fechados (galerias) sobre o curso d’água”. Pode ser subdividida em inundável ou não inundável, de acordo com o fato de ser ou não alcançada pelos cursos d’água durante a maior parte do ano. Há, também, a Mata Seca, que não possui associação com os cursos d’água, subdividindo-se em três subtipos: Mata Seca Sempre-Verde, Mata Seca Semidecídua, a mais comum, e Mata Seca Decídua. Finalmente, há o Cerradão, que é “uma formação florestal com aspectos xeromórficos, caracterizado pela presença de espécies que ocorrem no Cerrado sentido restrito e também por espécies de mata. Do ponto de vista fisionômico é uma floresta, mas floristicamente é mais similar a um Cerrado”. (RIBEIRO; WALTER, 2008, p. 172)

ILUSTRAÇÃO 10 – Diagrama do Cerradão

Fonte: RIBEIRO; WALTER, 2008, p. 172.



A categoria **Formações Savânicas** engloba quatro tipos: Cerrado sentido restrito, Parque Cerrado, Palmeiral e Vereda. De acordo com a densidade arbóreo-arbustiva ou com o ambiente em que se encontra, o Cerrado sentido restrito apresenta quatro subtipos de fitofisionomias: Cerrado Denso, Cerrado Típico, Cerrado Ralo e Cerrado Rupestre. O Cerrado sentido restrito “caracteriza-se pela presença de árvores baixas, inclinadas, tortuosas, com ramificações irregulares e retorcidas, geralmente com evidências de queimadas”. (RIBEIRO; WALTER, 2008, p. 174)

O Parque de Cerrado, que é caracterizado “pela presença de árvores agrupadas em pequenas elevações do terreno, algumas vezes imperceptíveis, conhecidas como “murundus” ou “monchões” (RIBEIRO E WALTER, 2008, p. 178-179); o Palmeiral, distinto pela presença marcante de uma única espécie de palmeira arbórea; e a Vereda que compreende a presença da palmeira “*Mauritia flexuosa* ou *Mauritia vinifera* emergente, em meio a agrupamentos mais ou menos densos de espécies arbustivo-herbáceas”. (RIBEIRO; WALTER, 2008, p. 180-182)

Na categoria **Formações campestres** são classificados três tipos principais: Campo Sujo, Campo Rupestre e o Campo Limpo. O Campo Sujo é uma formação de arbustos e subarbustos esparsos cujas plantas são constituídas por indivíduos menos desenvolvidos das espécies do Cerrado sentido restrito; o Campo Rupestre, “é um tipo herbáceo-arbustivo, com presença eventual de arvoretas pouco desenvolvidas de até dois metros de altura”; já o Campo Limpo apresenta raros arbustos e ausência completa de árvores. (RIBEIRO; WALTER, 2008, p. 186)

ILUSTRAÇÃO 11 – Diagrama do Cerrado Típico

Fonte: RIBEIRO; WALTER, 2008, p. 177.

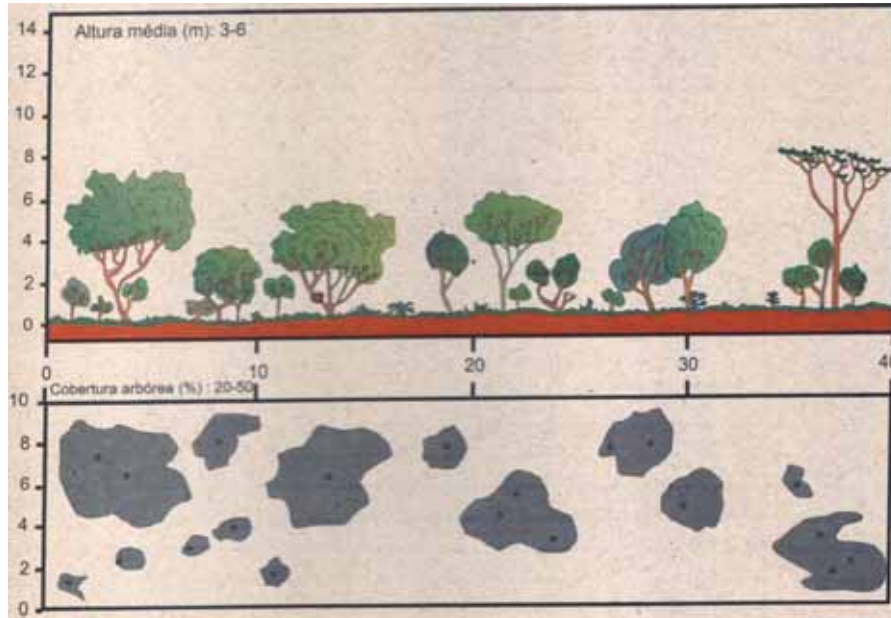
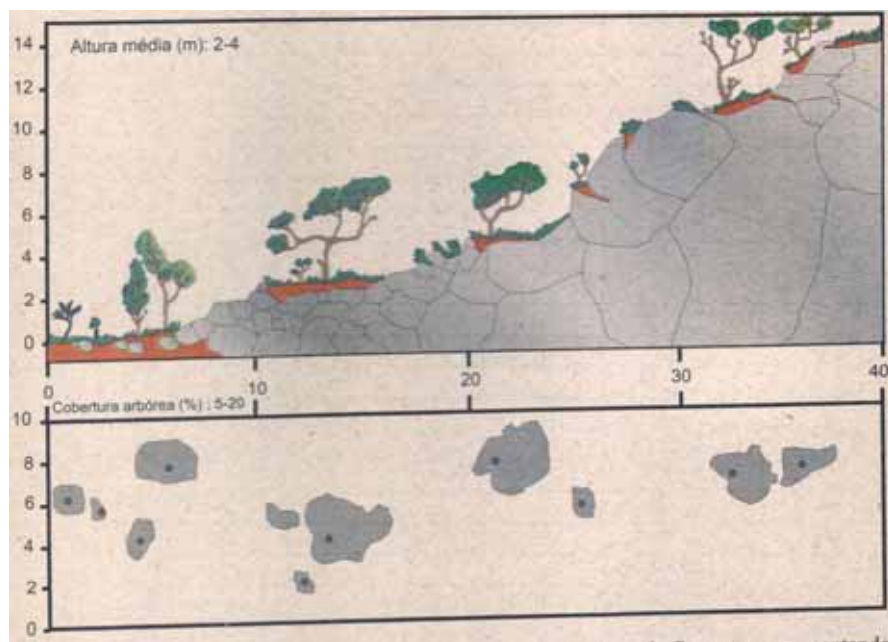


ILUSTRAÇÃO 12 – Diagrama do Cerrado Rupestre

Fonte: RIBEIRO; WALTER, 2008, p. 179.



Embora grande parte dos trabalhos científicos sobre o Cerrado no Brasil adote a classificação exposta acima, o estudo que em maior profundidade pesquisou o Cerrado em Mato Grosso usou outros parâmetros, de maneira que a descrição sobre as diversas paisagens do Cerrado não são exatamente as mesmas.

Os conceitos indicados para a demarcação do Cerrado em Mato Grosso se inscrevem na descrição apresentada por Aziz Ab'Saber e constituem um “quadro de referência da compartimentação ecológica da paisagem mais adequado às interpretações da distribuição biogeográfica, sendo atualmente mais utilizado que outras subdivisões, anteriormente propostas”, de acordo com o Relatório de Zoneamento Socioambiental-Ecológico, do Projeto de Desenvolvimento Agroambiental do Estado do Mato Grosso (Prodeagro). (AB'SABER, 1970, p. 1-26; MATO GROSSO/SEPLAN, 2002, p. 21)

No Relatório da SEPLAN/MT explica-se que entre os conceitos mais importantes na classificação por “Domínios” encontram-se o de “áreas nucleares”, onde os aspectos que definem solo, clima, padrões de drenagem, relevo e vegetação, denominados por Domínio, estão superpostos uns aos outros, “separadas por faixas que não são necessariamente de transição gradual, mas com características específicas e setorizadas, podendo apresentar fisionomias locais muito diversas”. (MATO GROSSO/SEPLAN, 2002, p. 21)

Note-se que além da discussão de se saber se o Cerrado é ou não uma Savana, a confusão entre os conceitos de Bioma e de Domínio dificultam ainda mais sua classificação e, conseqüentemente, tornam qualquer ação em sua defesa também controversa do ponto de vista científico. É preciso distinguir esses dois conceitos.

Segundo Aziz Ab'Saber, um Domínio Morfoclimático é um conjunto onde existe interação entre formas de relevo, tipos de solo, características climáticas, hidrografia e vegetação. Seis desses domínios são classificados em território brasileiro: Domínio Amazônico, Domínio da Mata Atlântica, Domínio das Caatingas, Domínio dos Cerrados, Domínio da Araucária e o Domínio das Pradarias do Sul. (COUTINHO, 2013). Em um mesmo Domínio podem ocorrer outras condições além daquelas que são predominantes. “Assim, no espaço do Domínio do Cerrado, nem tudo que ali se encontra é Bioma de Cerrado. Veredas, Matas Galeria, Matas Mesófilas de Interflúvio, são alguns exemplos de representantes de outros tipos de Bioma, distintos do de Cerrado, que ocorrem em meio àquele mesmo espaço”. (COUTINHO, 2013)

Nesse sentido, o conceito de Domínio não se confunde com o de Bioma, já que no Domínio do Cerrado predomina o Bioma do Cerrado, mas ainda assim, “outros tipos

de Biomas também estão ali representados, seja como tipos ‘dominados’ ou ‘não predominantes’. (COUTINHO, 2013).

Note-se que enquanto a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral/MT adotou no Prodeagro a classificação de Domínios proposta por Ab’Saber, a Secretaria de Meio Ambiente/MT adota o conceito de Bioma, como pode ser observado na Ilustração 13.

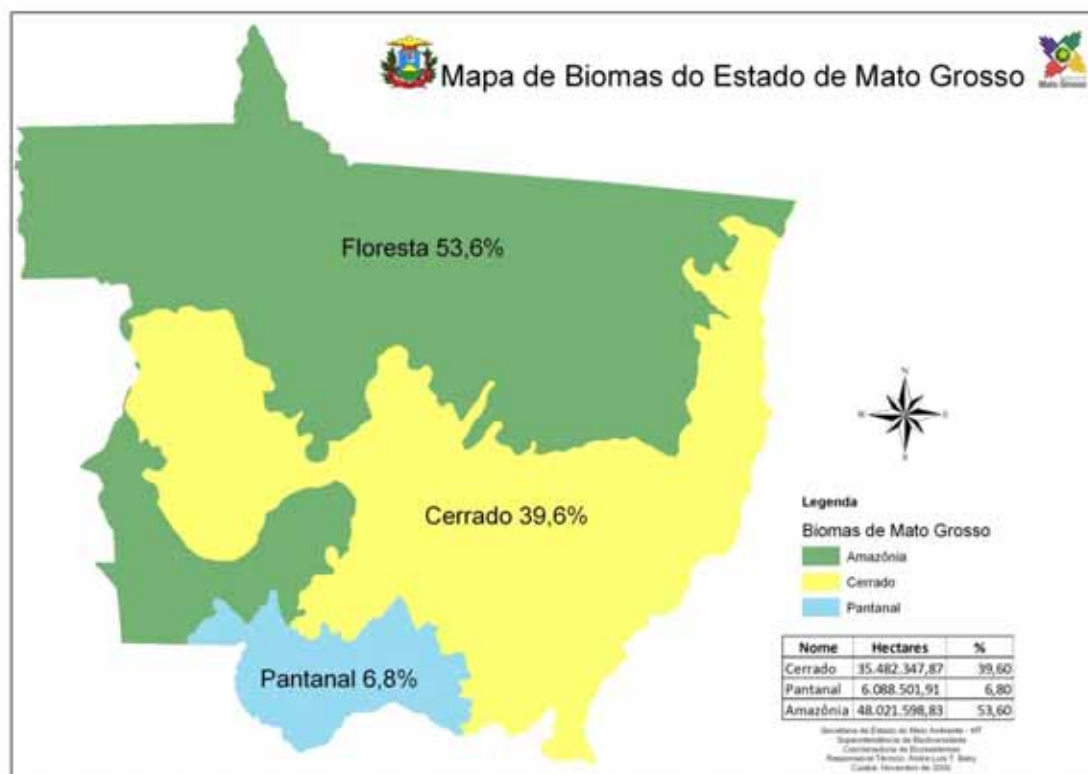


ILUSTRAÇÃO 13 – Cerrado no contexto dos biomas mato-grossenses

Fonte: MATO GROSSO. Secretaria do Estado do Meio Ambiente. *Mapa de Biomas do Estado de Mato Grosso*.

Dessa maneira e com a finalidade de se evitar confusões sobre estes dois termos, deve ficar esclarecido que quando se fala aqui em colonização agroindustrial do Cerrado refere-se ao Domínio do Cerrado e não simplesmente ao Bioma, uma vez que o conceito de Domínio inclui o de Bioma e considerando que tal processo de ocupação e colonização não levou em conta tais distinções científicas, torna-se evidente que a

ocupação e colonização se deram em todo o Domínio do Cerrado abrangendo inclusive outros Biomas além do Bioma do Cerrado.

Segundo a conceituação proposta por Ab'Saber usada no Relatório da SEPLAN, o Estado de Mato Grosso possui dois Domínios principais: Cerrados e Equatorial Amazônico. Além destes, conta também com parte do Complexo do Pantanal. (MATO GROSSO/SEPLAN, 2002, p. 21) A distribuição desses domínios no território pode ser vista na ilustração 16. Segundo o estudo do Prodeagro, considerando todos os aspectos relevantes, em Mato Grosso podem ser distinguidas três tipos de Cerrado, que são os Campos Cerrados, o Cerrado Propriamente Dito e o Cerradão.

O primeiro tipo, também conhecido como Savana Parque, é constituído “por vegetação herbácea, principalmente gramíneas, com poucos arbustos e raras árvores”. O Cerrado Propriamente Dito, ou Savana Arborizada, apresenta a “presença de arbustos e indivíduos arbóreos característicos, com troncos contorcidos e grossos, casca quebradiça (ritidoma) e folhas coriáceas”. Já o Cerradão ou Savana Florestada é uma “formação florestal, não muito densa (ou fechada), mas com dossel constituído por espécies do Cerrado”. (MATO GROSSO/SEPLAN, 2002, p. 24)

De acordo com este mesmo estudo, observa-se ainda a presença das chamadas Florestas de Galeria ou matas-ciliares:

Estas começam, em geral, nos pequenos pântanos dos nascedouros dos ribeirões, sob a forma de alamedas (“veredas”) de buritis (*Mauritia* sp). Ao longo dos cursos d’água, as veredas vão progressivamente adquirindo outras espécies de árvores, encorpando, ocupando gradualmente as “rampas” dos interflúvios. Quando as matas ciliares se fundem no interflúvio, considera-se o fim da área nuclear do Domínio dos Cerrados. (MATO GROSSO/SEPLAN, 2002, p. 24)

Estes tipos de Cerrado normalmente se distribuem formando uma gradiente na paisagem, onde se podem observar grandes planícies recobertas pelos Campos Cerrados, às quais se seguem o Cerrado Propriamente Dito, e logo após estas formações, o Cerradão. Há também uma extensa faixa entre o Cerradão e as áreas dos Domínios Amazônicos, que são recobertas pelas chamadas áreas de transição, onde é mais difícil estabelecer uma classificação do tipo de Cerrado, já que “cada área de transição apresenta aspectos peculiares, em maior ou menor grau, de cada um dos domínios, sendo que em algumas áreas há o predomínio das formas típicas de um dado domínio”. (MATO GROSSO/SEPLAN, 2002, p. 24)

Além disso, “as características florístico-fisionômica e zoológica dessas áreas é pouco conhecida, sendo poucos os trabalhos científicos que discorrem sobre a mesma”. (MATO GROSSO/SEPLAN, 2002, p. 24) Observe-se que a classificação acima esta no âmbito do conceito de Domínios de Ab’Saber. Quando analisado por outro tipo de referencial, essas mesmas formações podem ser classificadas em até onze tipos diferentes, dependendo das condições locais e da ocorrência de fogo: mata ciliar, mata galeria, mata seca e cerrado, compondo as formações florestais; cerrado sentido estrito, parque de cerrado, palmeiral e vereda, correspondentes a formações savânicas; e campo sujo, campo rupestre e campo limpo, que são as formações campestres. (GONÇALVES et alii, 2010, p. 2)

Do mesmo modo, quando se fala em termos de cobertura vegetal do Bioma Cerrado, seja em Mato Grosso ou em qualquer outro estado, é preciso levar em conta que o processo de colonização pela agroindústria, iniciado a partir de 1970, foi gradativamente reduzindo essa cobertura vegetal, ao ponto das formações vegetais do Cerrado ocupar na atualidade apenas 50% da área original. Conforme pode ser notado na Ilustração 13, dos cerca de 35 milhões de hectares do Cerrado mato-grossense, aproximadamente 16 milhões tinham sido desmatados até o ano de 2007.

Capítulo II

Os sistemas agroecológicos no Cerrado mato-grossense na década de 1970

2.1 - Os primeiros colonizadores do Cerrado e seus sistemas agroecológicos

Embora a narrativa tradicional sobre a transformação do Cerrado em área produtiva agrícola afirme tratar-se da ocupação de “imensos espaços vazios”, a compreensão adequada das sucessivas colonizações exige que se abandone o mito de que os bandeirantes que chegaram por volta do século XVIII encontraram uma região vazia.¹ O segundo equívoco a ser evitado é a suposição de que conhecimentos sobre o Cerrado só emergem com a ocupação branca.

Conforme demonstrado por Ricardo Ferreira Ribeiro, há milênios sucessivas comunidades humanas têm ocupado a região, estabelecendo com o Cerrado uma convivência sustentável. Graças à clara definição de dois períodos climáticos anuais e a enorme diversidade de ambientes e espécies, o Cerrado tem possibilitado a essas comunidades uma ocupação muito característica. (RIBEIRO, 2002, p. 252)

Baseado na análise de diversos estudos e relatos sobre essa sucessão de ocupações, Ribeiro pode afirmar que a trajetória dos vários grupos humanos que se sucederam foi garantida por uma estratégia de reprodução que combinava a exploração e o manejo de cada um dos ambientes e espécies segundo uma época específica. (RIBEIRO, 2002, p. 252-255)

A antiguidade da ocupação humana no Cerrado foi atestada por estudos como os de Pedro Ignácio Schmitz (2003). Na região de Serranópolis, no sudoeste goiano, ele realizou estudos em um conjunto de aproximadamente 40 abrigos rochosos onde se encontram vestígios de uma ocupação que vai de 9000 a.C. até a fixação de fazendeiros brancos no século XVIII da nossa Era. Estes vestígios indicam sucessivas ocupações em três períodos distintos.

De acordo com Schmitz, entre 9000 e 6500 a.C., os grupos de colonizadores eram predominantemente caçadores. Depois disso, entre 6500 a.C. até o começo da nossa Era, a caça generalizada foi combinada com a coleta de moluscos terrestres e a pesca. O terceiro período, entre 500 d.C. e a chegada do colonizador branco, a caça, a

¹ Conforme discussão no capítulo IV desta tese, as narrativas oficiais e de visitantes estrangeiros desde o século XVIII privilegiam a noção de que a região era caracterizada por ser um enorme vazio populacional conjugado com existência de enormes recursos naturais inexplorados. Ver: Lylia da Silva Guedes Galetti, (2000); Bartolomé Bossi (2008); Luiz Cruls (1957); Antônio Pimentel (1957); Fernando Tadeu de Miranda Borges (2005); Oscar Moreira (1921); Candido Mariano da Silva Rondon (1921); Francisco Aquino Correa (1921); Generoso Ponce Filho (1932); Axel Lofgren (1976); Leo Waibel (1948); Fabio Macedo Soares Guimarães (1949); Jary Gomes (1950).

pesca e a coleta foram acrescidas do cultivo de algumas plantas tropicais. (SCHMITZ 2003)²

Foi verificado por ele e corroborado por outros pesquisadores³ que desde o primeiro período houve uma ocupação contínua e extensa do conjunto de abrigos, contradizendo a expectativa de que esses grupos acampariam esporadicamente e, na maior parte do tempo, vagariam pelo território. O nomadismo, como norma, seria aplicável apenas às regiões do Cerrado, onde não existiam abrigos permanentes, e restrito ao período histórico em que as comunidades não possuíam tecnologia e o hábito cultural para o fabrico de abrigos e permanecia em um mesmo local.

Outra constatação interessante foi a de que, embora no primeiro período ainda existissem na região grandes animais remanescentes da última glaciação, vestígios deles não foram encontrados nos restos alimentares.

O que existe são restos de animais de tamanho médio e pequeno, como veados, carnívoros variados, tatus, lagartos, tartarugas, cobras de todos os tamanhos e muitos ratos; também muitas cascas de ovos de ema. Ao lado dos muitos vestígios de fauna há restos de frutas do cerrado e instrumentos para os esmagar ou moer. Em outras áreas do planalto em que sítios arqueológicos da mesma natureza e do mesmo tempo foram estudados, os resultados são parecidos. (SCHMITZ, 2003)

Nesta época, a preferência por animais de médio e pequeno porte estaria ligada à baixa capacidade de fabricar ferramentas e armas, pois os instrumentos mais significativamente encontrados em escavações arqueológicas foram os raspadores usados para produzir instrumentos de madeira. As pontas de dardos ou lanças encontradas foram consideradas “extraordinariamente rudimentares e ineficientes. Para apanhar os animais do cerrado seriam de pouca utilidade”. (SCHMITZ, 2003)

A partir de 6500 a.C. é possível notar mudanças no clima e nas práticas culturais, com a ocorrência de numerosos sepultamentos nos espaços ocupados, além de

² SCHMITZ, Pedro Ignácio. *Os primeiros povoadores do Cerrado*. 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq11.shtml>>

³ BARBOSA, Altair Sales. Tópicos para construção da ocupação pré-histórica do Cerrado. 2009; BARBOSA, Altair Sales; SCHMITZ, Pedro Ignácio. Ocupação indígena do Cerrado - esboço de uma história. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. (Ed.). *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998; POSEY, Darrell A. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados pelos Kayapós. In: RIBEIRO, Darci (Ed.). *Suma etnológica brasileira*. Edição atualizada do Handbok of South American Indians. Petrópolis: Vozes, 1986. v. 1; PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

o uso de instrumentos de pedra se tornar mais popular. Aumentou-se a caça e a pesca, diminuindo-se a coleta de frutos. Embora os estudos não comprovem a substituição de populações, ele infere que neste momento existiu uma sucessão dos grupos negroides pelos mongoloides. A última transição ocorreria a partir de 500 anos de nossa Era:

Os mesmos abrigos são ocupados por outra população que continua caçando e apanhando os frutos do cerrado, aos quais acrescenta o cultivo de plantas tropicais, como o milho, a mandioca, o amendoim, as abóboras e cabaças. E para seu uso fabrica pequenas panelas de barro cozido. (SCHMITZ, 2003)

Um estudo posterior comprovou que essas sucessivas ocupações por bandos de caçadores, coletores e, finalmente, horticultores estavam relacionadas com modificações ambientais, ainda que mediadas pela cultura. Os primeiros povoadores do Cerrado foram grupos vindos do centro-norte ocidental do continente, impelidos ao Planalto Central por mudanças climáticas que alteraram a oferta de alimento e desestruturaram seus sistemas culturais. As populações foram “impulsionadas a buscar novas formas de planejamento ambiental e social, assim como alternativa de sobrevivência”. (BARBOSA; SCHMITZ, 2008, p. 51) Essas ocupações duradouras e homogêneas foram favorecidas pelo clima e pela geomorfologia, além dos recursos vegetais e animais.

Desde aquele período, a área do Cerrado já era caracterizada pela estabilidade, por ciclos climáticos e ritmos biológicos homogêneos, o que permitiu “as populações de economia simples a adoção de um planejamento também homogêneo”. (BARBOSA; SCHMITZ, 2008, p. 51) Havia, também, abrigos naturais que permitiam a permanência nesses locais em determinadas estações. Ao mesmo tempo as ocupações eram favorecidas pela abundância de alimentos durante o ano inteiro:

O Sistema Biogeográfico do Cerrado fornece recursos vegetais como fibras, lenha, folhas ásperas utilizadas para certas superfícies e palha de palmeira para cobertura de abrigos. O mais importante é que, de todos os sistemas biogeográficos da América do Sul, esse é o que fornece a maior variedade de frutos comestíveis. E embora a maturação da sua maior parte esteja relacionada à época da estação chuvosa, sua variedade possibilita a distribuição regular de suas espécies durante todo o ano. (BARBOSA; SCHMITZ, 2008, p. 51)

Associada a esses elementos, havia também uma fauna que fazia do Cerrado um ambiente prioritário. Por isso, todos esses fatores favoreceram a fixação de populações

humanas que no ambiente do Cerrado desenvolveram processos culturais específicos. Nestes termos, é possível defender a ideia de que os primeiros colonizadores do Cerrado tiveram sucesso, porque construíram seus sistemas agroecológicos a partir dos constrangimentos e das possibilidades oferecidas pelo ambiente natural.

Um sistema agroecológico é definido por Donald Worster como “um ecossistema domesticado, ou seja, um ecossistema transformado pela ação humana com o objetivo de produzir os recursos necessários à existência da sociedade e dos indivíduos”. (WORSTER, 2003, p. 27)

Ele destaca que todos os grupos sociais na história se defrontaram com a necessidade primária de identificar na natureza os recursos para a sua sobrevivência e de criar uma maneira de extraí-los e levá-los para dentro do estômago.

Além disso, é através deste processo que as pessoas têm se conectado ao mundo natural de forma mais vital, constante e concreta. Poucos desses modos de produzir os alimentos, entretanto, têm sido abordados pelos historiadores com uma perspectiva ecológica. (WORSTER, 2003, p. 27)

Essa perspectiva ecológica da história obriga que o historiador considere o *ecossistema* como “uma entidade coletiva de plantas e animais que interagem uns com os outros e com o ambiente não vivente (abiótico) num dado lugar”. (WORSTER, 2003, p. 28)

Ao mesmo tempo, este ponto de vista ecológico da história exige que se lance mão de conceitos e informações fornecidos por outras ciências, tais como a Arqueologia, que tem sido importante para se estabelecer a antiguidade e as sucessivas ocupações humanas no Cerrado.

Observando a história através de uma perspectiva agroecológica, Worster verificou a sucessão de pelo menos três sistemas agroecológicos, cada um deles expressando uma maneira distinta de relacionamento com a natureza: um sistema agroecológico natural, um tradicional e um capitalista. (WORSTER, 2003, p. 30)

O primeiro tipo começou com o uso deliberado do fogo para a limpeza de uma área de solo aberto, onde “nas cinzas desta clareira os agricultores plantaram suas espécies favoritas preservando-as contra as pressões sucessórias da vegetação circundante por alguns anos até que a fertilidade do solo se esgotasse e tivessem que mudar para novas terras”. (WORSTER, 2003, p. 30)

Pelo indicado pelas pesquisas arqueológicas sobre as ocupações humanas no Cerrado, o que Worster caracteriza como sistema agroecológico natural parece corresponder ao tipo de ocupação das sociedades indígenas, descritas por Barbosa e Schmitz (2008), que primeiramente colonizaram o Cerrado, e com ele estabeleceram um relacionamento baseado, em primeiro lugar, na capacidade de adaptação a um meio ambiente diversificado, cujas múltiplas fontes de sustento mudavam de acordo com as estações do ano e com as características específicas dos diversos ambientes.

Ao se questionar sobre o que este Bioma teria de especial para atrair e manter populações em ocupações duradouras e homogêneas, Altair Sales Barbosa afirma que as respostas devem ser buscadas no sistema biogeográfico do Cerrado: o clima, a geomorfologia, os recursos vegetais e animais combinaram-se para favorecer este processo de adaptação do homem ao Cerrado. A interação dos grupos com a natureza produziu um sistema agroecológico amplamente disseminado e que se manteve, com algumas mudanças, até o início da colonização branca no século XVIII.⁴

Como pode ser inferido da análise dessas sucessivas ocupações – os três períodos distintos assinalados por Schmitz – essas comunidades interagiam com a diversidade de ambientes naturais mediados por uma cultura e uma tecnologia que investia na convivência sustentável, já que estavam condicionadas a aproveitar como recursos o que a diversidade de ambientes, clima, fauna e flora podiam oferecer em cada época do ano. (SCHMITZ, 2003)

O Cerrado conta com uma diversidade de ambientes naturais que vão desde os Campos Limpos até as Formações Florestais, áreas que podem apresentar possibilidades distintas de abastecimento de água, alimentos ou abrigo e que vão também mudando com o decorrer das estações. Assim, é evidente que uma estratégia de sobrevivência dos grupos iniciais fosse baseada mais na adaptação do que na transformação radical do meio ambiente.

Por outro lado, tanto o constante deslocamento de grupos nômades quanto à fixação em determinados locais dos grupos mais sedentarizados deve ser visto em numa perspectiva histórica milenar, cujo efeito mais evidente foi o de humanização das vastas áreas de ocupação e/ou circulação. Este contínuo e prolongado intercâmbio com os ecossistemas do Cerrado permitiu a organização de um sistema de abastecimento e abrigo identificado com as próprias características do ambiente natural.

⁴ BARBOSA, Altair Sales. Tópicos para construção da ocupação pré-histórica do Cerrado. 2009. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edição=42&id=504>>.

Essas populações aprenderam nos seus longos períodos de convivência com o ambiente que a época que oferecia maior variedade de alimentos era, naturalmente, a da estação chuvosa. Mas essa variedade seria trocada, no período da seca, pela grande quantidade de peixes. “Assim, os recursos combinados ofereciam anualmente uma alimentação balanceada, contendo proteínas, açúcares, vitaminas e sais minerais”. (BARBOSA; SCHMITZ, 2008, p. 57)

Após alguns milênios, a essas primeiras comunidades sucederam outros grupos históricos que, mais tarde, seriam alcançados pelos bandeirantes em busca de escravos, ouro e pedras preciosas. As conexões entre esses agrupamentos são de difícil comprovação. No entanto, os mesmos dados empíricos que não são suficientes para estabelecer nexos entre os grupos arqueológicos e os pré-coloniais, servem como suposição para afirmar que as populações que foram alcançadas pelos primeiros bandeirantes estavam ali há vários séculos: “Em favor de sua estabilidade, encontram-se numerosas taperas, provando que aldeias sucessivas, idênticas cultura e tecnologia, em quase todas as fases arqueológicas, justapuseram-se durante séculos no mesmo local.” (BARBOSA; SCHMITZ, 2008, p. 63)

Tão importante quanto demonstrar que os ambientes do Cerrado eram habitados por milênios, antes que os grupos não indígenas ali chegassem, é ressaltar que o sistema agroecológico natural das populações nativas impactou na estruturação da natureza, na mesma medida em que foi por ela influenciado. Em outras palavras, estaria em andamento um processo adaptativo que poderia ser definido como coevolutivo.

O quadro seguinte mostra como essas populações combinavam caça, pesca e coleta para conseguir alimentos durante todo o ano, sem que houvesse escassez em nenhuma época.

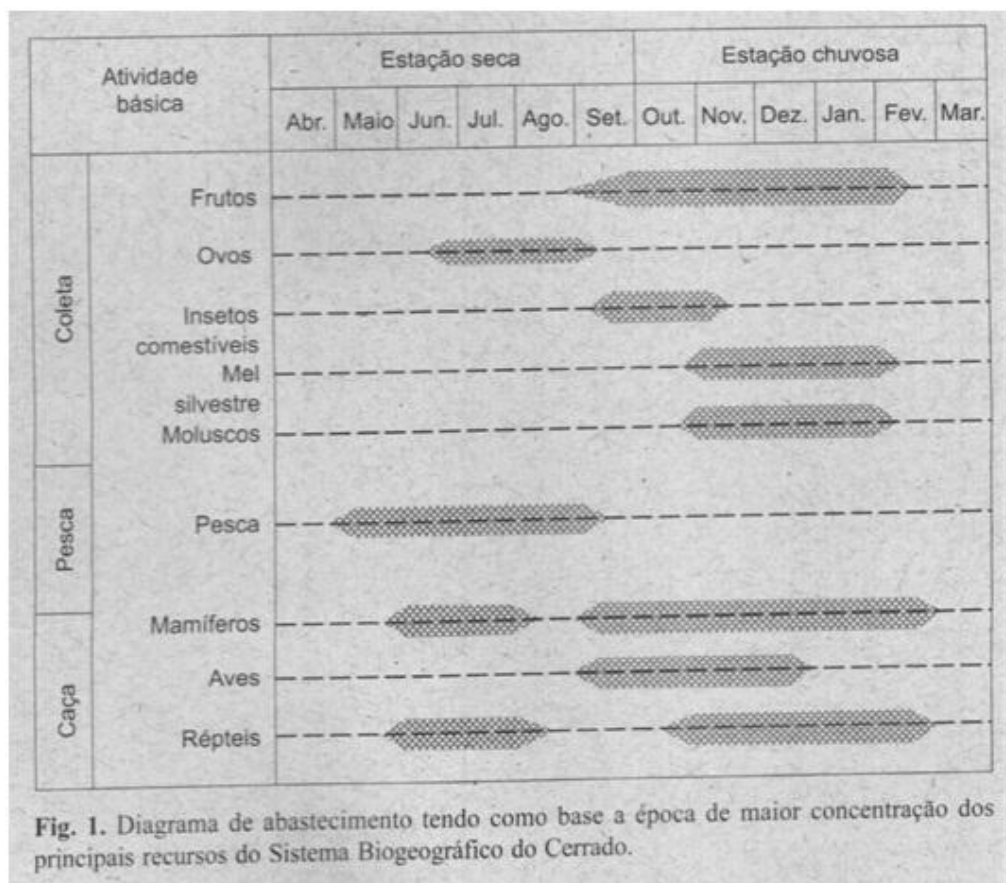


ILUSTRAÇÃO 14 – Diagrama de abastecimento dos primeiros colonizadores do Cerrado

Legenda: Os primeiros povoadores do Cerrado aproveitavam todos os recursos oferecidos pelos diversos ambientes do bioma, de acordo com a época do ano, praticando caça, pesca, coleta e agricultura rudimentar.

Fonte: BARBOSA; SCHMITZ, 2008, p. 57.

Embora não haja um acordo geral sobre o conceito de coevolução em Biologia, o termo é usado para designar uma série de relacionamentos entre duas ou mais espécies diferentes, em que ambos se influenciam mutuamente, como nas relações entre predador e presa, parasita e hospedeiro; ou, ainda, em casos de mutualismo, comensalismo e competição. (RICKLEFS, 1996, p. 255)

Segundo Rosana Miranda, o conceito de evolução se difundiu pelas questões socioambientais e foi fundamental no processo de revisão das ideias sobre os relacionamentos entre os seres humanos e a natureza. Com base neste conceito é possível reavaliar estas relações a partir de três pressupostos: o ser humano produz o

meio que o cerca e é ao mesmo tempo o seu produto; a natureza é sempre histórica e a história tem relação com o meio natural; é a coletividade e não o indivíduo que se relaciona com a natureza. Portanto, a interferência humana é normal e natural no curso dos fenômenos e ciclos naturais. “O problema reside não no fato, mas na maneira como o homem intervém na natureza”. Também, como a natureza faz parte da história e é sempre alterada por ela, “o problema está em compreender a relação entre a história e a condição da natureza em cada momento vivido”. O fato de colocar o relacionamento entre homem e natureza no nível da sociedade e não do indivíduo refuta a possibilidade de se cair no determinismo biológico, pois tais relações são sempre sociais. (MIRANDA, 2003, p. 80-81)

Nesse sentido, os processos adaptativos que as primeiras populações do Cerrado empreenderam com este ambiente devem ser vistos na perspectiva de que “adaptar-se não significa submeter-se as imposições naturais”, mas aproveitá-las “ampliando seus efeitos positivos ou atenuando os negativos”. (MIRANDA, 2003, p. 80-81). Isto parece ser o que foi feito através dos milênios de ocupação humana até que o Cerrado foi alcançado pelos colonizadores luso-brasileiros do século XVIII. Ao mesmo tempo, é possível afirmar que esses processos adaptativos e relacionamentos sustentáveis com a natureza não são privilégios das comunidades indígenas do Cerrado e nem uma invenção particular dos povos que os antecederam. De acordo com Enrique Leff, estudos de vários autores têm mostrado o funcionamento de uma racionalidade ecológica e de práticas produtivas sustentáveis arraigadas no “estilo de desenvolvimento pré-hispânico”. (LEFF, 2000, p. 59)

Las culturas prehispánicas habían internalizado las bases y las potencialidades ecológicas a sus formas de organización productiva para el uso sustentable de la tierra y de los recursos naturales. Estas prácticas tomaron en cuenta las complementariedades de la diversidad ecológica y los espacios geográficos, integrando regiones que se extendían más allá de los territorios de un grupo étnico particular. Esta estrategia permitió optimizar la oferta ecológica de diversas geografías, del uso estacional de diferentes de los espacios productivos y de la fuerza de trabajo, de los ciclos y pisos ecológicos, así como de la fertilidad de la tierra y los procesos de regeneración de los recursos, para ensayar diferentes estrategias de policultivos, integrando la producción local al espacio territorial a través del comercio interregional y el intercambio intercomunal de excedentes económicos. (LEFF, 2000, p. 59)

Enrique Leff afirma que cada um dos grupos étnicos anteriores à colonização europeia criou um estilo de desenvolvimento em que as relações ambientais e sociais integravam seres humanos e natureza, operando-se através da complementariedade de espaços territoriais e ciclos ecológicos no manejo sustentável e produtivo dos recursos naturais. (LEFF, 2000, p. 60)

Levando em conta as estações de chuva e de seca, a distribuição anual das diferentes colheitas, as condições climáticas de cada estação, o uso integral de algumas plantas e o manejo integrado de variedades genéticas de diferentes espécies de milho, foram possíveis praticar um verdadeiro desenvolvimento sustentável.

Estos ‘estilos prehispánicos de desarrollo sustentable’, caracterizados por la *articulación productiva* de diferentes ecosistemas y territorios étnicos, provenían de la percepción de la naturaleza como un proceso sinérgico e integrado y no como un acervo (*stock*) de recursos discretos. Estas estrategias optimizaron el uso del trabajo a través de la diversificación de la producción, ajustándose a las condiciones ecológicas y al potencial ambiental de cada región, integrando actividades agroforestales con la caza, la pesca y la recolección de especies vegetales. Este estilo de desarrollo fomentó la complementariedad de los procesos de trabajo y las prácticas de cooperación interétnicas para el manejo integrado de los recursos naturales. (LEFF, 2000, p. 60)

Igualmente, e ao mesmo tempo, esse estilo de desenvolvimento sustentável funcionou estabelecendo regras sociais para a regulação coletiva da produção que decorriam de longos processos de observação da natureza, da experimentação produtiva, da inovação técnica e do intercambio de saberes.

Es en este sentido que la cultura está integrada dentro de las condiciones generales de una producción sustentable; las identidades étnicas y los valores culturales, así como las prácticas comunales para el manejo colectivo de la naturaleza, fueron y son la base para el desarrollo del *potencial ambiental para el desarrollo sustentable* de cada región y cada comunidad. La cultura se convierte así en un principio activo para el desarrollo de las fuerzas productivas en un *paradigma alternativo de sustentabilidad*; la productividad ecológica y la innovación tecnológica están entretejidos con procesos culturales que definen la productividad social de cada comunidad; y éstas a su vez se enlazan para generar una economía global alternativa, fundada en las fuerzas productivas de la naturaleza y en los sentidos creativos de la cultura. (LEFF, 2000, p. 60)

Recorde-se que através dos trabalhos de Schmitz, Barbosa e outros foi possível estabelecer uma conexão entre esses povos pré-hispânicos e os habitantes da região central do Brasil. Pesquisando o manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados pelos Kayapó e extrapolando suas conclusões para outros agrupamentos, Posey (1984, 1987) concluiu que grande parte do que tem sido chamado de florestas e savanas naturais, possivelmente foi o resultado de milênios de remanejamento e coevolução humanos.

Ao contrário do que comumente se pensava sobre a agricultura indígena, ele verificou que os campos de cultivo não eram abandonados após a limpeza e alguns anos plantio. As áreas que tinham sido antigos campos de plantio e que se convertiam em capoeiras, aparentemente abandonadas, permaneciam produzindo determinados tipos de frutos e outros artigos por até quarenta anos.

A formação dessas capoeiras sobre as antigas roças não começava apenas com uma ação deliberada da comunidade. Não era raro que essas roças fossem formadas em locais onde algum evento natural havia provocado a formação de clareiras, tais como espaços abertos por grandes árvores caídas que serviam para formar campos de cultivo e, depois disso, se transformavam nessas capoeiras onde se praticava a caça e a coleta.

Segundo verificou Darrell Posey, na medida em que se deslocavam por uma vasta área, abandonando antigas aldeias e velhos campos de cultivo esses grupos humanos terminavam por estabelecer com o meio natural uma relação muito mais profunda do que podia ser percebida a primeira vista. As velhas roças abandonadas invariavelmente adquiriam nova vida quando nelas surgiam novas plantas em uma “sequencia natural de reflorestamento” e forneciam uma gama de produtos úteis dos mais variados: “Alimento e medicamento; iscas para peixes e aves; sapé; material para acondicionamento; tintas; óleos repelentes contra insetos; matérias-primas para construção; fibras para cordas e fios; materiais para higiene pessoal e produtos para o fabrico de artefatos.” (POSEY, 1987, p. 175)

Estas velhas roças serviam também para atrair a caça, pois os animais desejados se alimentavam das abundantes plantas baixas e folhudas. Havia uma espécie de equilíbrio dinâmico entre os vastos campos de caça formados pelas antigas roças e velhas aldeias e a coleta praticada nestes mesmos campos. Se por um lado as plantas dessas roças atraíam animais que delas se alimentavam, por outro lado a prática de caçar esses animais evitava que eles se reproduzissem em demasia e com isso diminuíssem a abundância de produtos vegetais.

Isso mostra que o sistema de manejo adotado implicava em uma complexa rede de relacionamentos entre plantas, animais e seres humanos. Não era apenas a sociedade indígena que estava sendo moldada de acordo com os recursos e as limitações do ambiente, mas, ao mesmo tempo, este também estava sendo alterado de acordo com as influências humanas.

Na época em que realizou seu estudo, Posey verificou que essa modificação do ambiente natural pelos Kayapó atingia vastas áreas onde eles realizavam expedições que duravam vários meses. Durante essas longas marchas, os indígenas não carregavam provisões ou utensílios devido ao volume e peso. No entanto, a alimentação de 150 a 200 indivíduos não era deixada ao acaso, já que em locais denominados “campos na floresta” estavam reproduzidos pela ação humana as “ilhas naturais de recursos”:

Para esse efeito, são coletadas e transplantadas plantas pra locais junto a trilhas e acampamentos, produzindo-se artificialmente ‘campos na floresta’. Esses nichos colocam a disposição dos caminhantes e dos que os sucederem todo o necessário à vida: alimentos, água, produtos de limpeza, óleos corporais e capilares, repelentes de insetos, folhas para trançados, material para a construção de casas e, particularmente, plantas de uso medicinal. (POSEY, 1987, p. 177)

Ao lado de uma agricultura itinerante praticada de forma permanente nos campos e capoeiras construídos artificialmente, os Kayapó também cultivavam ao longo dos caminhos que ligavam as diversas aldeias. Nas imediações de apenas uma das treze aldeias observadas, Posey estimou a existência de trilhas e caminhos com pelo menos 500 quilômetros de extensão. As margens dessas trilhas e caminhos estavam plantadas com diversas variedades de inhames e batatas, plantas medicinais e frutíferas, além de outras plantas que ele não identificou. Essa variedade pode ser estimada no levantamento realizado em apenas uma trilha com três quilômetros: “185 árvores plantadas, representando pelo menos 15 espécies diferentes; aproximadamente 1.500 plantas medicinais pertencentes a um número indeterminado de espécies; cerca de 5.500 plantas alimentícias de um número igualmente não identificado de espécies.” (POSEY, 1987, p. 178)

Ele deduziu que a formação dessas ilhas de recursos nas vizinhanças das aldeias era uma prática comum e antiga, não somente entre os Kayapó, mas entre todos os outros grupos habitantes do Cerrado. Entre os Kayapó, a convivência milenar com o Cerrado deu origem a uma classificação taxonômica dos mais diversos tipos de campos

e florestas com eles intercambiavam. Usando uma determinação baseada no tamanho, forma e espécies predominantes, eles classificavam essas ilhas de recursos - ou “apêê”, na linguagem Kayapó -, em oito tipos principais. (POSEY, 1987, p. 182)

Posey verificou, também, um aumento considerável do número desses apêê, na medida em que se aproxima das aldeias. Isto o levou a considerar que a presença dessas ilhas de recursos só poderia existir como um efeito direto do remanejamento do ambiente feito pelos indígenas e não por “causas naturais”. Analisando minuciosamente este aspecto, concluiu que uma percentagem acima de 75% dessas ilhas eram criações humanas:

Este fato insólito obriga-nos a repensar aquilo que foi anteriormente considerado ‘natural’ em meios ambientes de campos/cerrados, nos quais sobrevivem populações nativas. Mesmo em áreas onde os índios desapareceram, desde há muito tempo, vestígios da manipulação e remanejamentos humanos ainda continuam evidentes. (POSEY, 1987, p. 182)

Nessas áreas de campos, florestas e cerrados que tinham sido manipuladas e transformadas pela ação humana, os Kayapó extraíam os mais variados produtos: alimentos como tubérculos, raízes, frutos e nozes; medicamentos contra febres, hemorragias, diarreias, dores no corpo, tonturas, dores de cabeça, dores de dente e abortivos; matérias para cestos, fios, agulhas, arcos e flechas, repelentes contra insetos; adornos, pinturas e venenos.

Mas estas áreas serviam também para atrair animais, como barreira e linha de defesa das aldeias, esconderijo e, nos tempos de paz, como local de descanso, recreação e práticas sexuais. Posey assegura que na área por onde os indígenas circulavam não se poderia estabelecer uma demarcação explícita entre ecossistemas naturais e remanejados. Com ênfase a esta perspectiva, afirma ainda que a verdadeira dimensão desse remanejamento do ambiente pelas populações nativas só pode ser estimada minimamente, porque as aldeias Kayapó eram apenas resquícios de ocupações mais antigas. Com base nisso e levando-se em conta os outros trabalhos citados neste capítulo, deve-se ponderar que este tipo de interação com o meio ambiente do Cerrado foi difundido por outras tribos.

Como exemplo disso pode-se citar as pesquisas realizadas por Barbosa e Schmitz e que afiançam a estabilidade e a permanência por longos séculos das populações Macro-Jê nos ambientes do Cerrado, além do fato de que estas elaboraram

seus mecanismos de sobrevivência nos recursos disponíveis neste ambiente, é de se esperar que grande parte do Cerrado tenha sido remanejada por essas populações, configurando mecanismos de co-evolução humanos. (BARBOSA; SCHMITZ, 2008, p. 57)

Em favor desta tese pode-se levantar também o argumento já anotado por Posey de que para os Kayapó – e igualmente as outras etnias do Cerrado – a diversidade ecológica das savanas não constituía nenhuma surpresa. Ao contrário, uma vez que a sobrevivência dos grupos dependia da capacidade de saber que recursos estavam disponíveis em determinado ambiente em uma fase específica do ano, o natural esperar que tais grupos conhecessem como ninguém o ambiente por eles habitado. (POSEY, 1987, p. 182)

Assim, enquanto tradicionalmente os agricultores ocidentais consideraram até bem pouco tempo os campos de Cerrado como improdutivos, os indígenas sempre souberam que “o ciclo anual de chuvas e secas fornece grande abundância de recursos naturais”. Posey verificou que deste intercâmbio milenar com o Cerrado surgiu uma taxonomia muito complexa, que refletia a própria complexidade e variação do ambiente. (POSEY, 1987, p. 182)

Os Kayapó dividiam o Cerrado em nove categorias principais, de acordo com as características da paisagem e a presença de aspectos como campo limpo, trechos de florestas, trechos de caatinga, campos inundáveis, campos rupestres. Além disso, eles reconheciam outros cinco tipos de transições entre campos e cerrados. (POSEY, 1987, p. 181)

2.2 - Os Bororo e o Cerrado

Mas não são apenas os Kayapó que possuem essa gama de conhecimentos sobre o Cerrado. É consenso que os grupos indígenas do tronco linguístico *Macro-Jê* sejam os herdeiros do complexo cultural de convivência com o Cerrado, elaborado pelas populações que os antecederam.

Quando eles testemunharam a chegada dos bandeirantes paulistas possuíam uma agricultura baseada no plantio de mandioca, abóbora, feijão, milho e algodão; um tipo de cerâmica lisa, combinados com a complementação de proteínas animais originadas da caça e da pesca. (RIBEIRO, 2002, p. 255)

De acordo com Barbosa e Schmitz (2008), os povos indígenas cujas populações sobrevivem na região do Cerrado podem ser reunidos em 25 grupos. Destes, dois grupos serão aqui enfatizados: Bororo e Xavante. Os primeiros possuem aldeias distribuídas nos municípios de Rondonópolis, General Carneiro, Poxoréo, Santo Antônio do Leverger e Barão do Melgaço. Já os Xavante estão nos municípios de Barra do Garças, Chapada dos Guimarães, General Carneiro e Poxoréo. (BARBOSA; SCHMITZ, 2008, p. 64-65)

Os Bororo se autodenominam Boe e pertencem ao tranco linguístico Macro-Jê. Antes dos primeiros contatos com os brancos eles ocupavam um território de aproximadamente 400 mil km², limitado ao Oeste pela Bolívia, ao Leste pelo rio Araguaia, ao Norte pelo rio das Mortes e ao Sul pelo rio Taquari. (OPAN/CIMI, 1987, p. 57) A área de Cerrado originalmente ocupada pelo povo Bororo, desde tempos imemoriais, foi conquistada pelos brancos, a partir do início do século XX, principalmente por colônias de garimpeiros, pecuaristas e agricultores.⁵

De acordo com os registros de diversos pesquisadores, após contato com o elemento branco, o povo Boe passou a ser denominado por diversos nomes, como Coxiponé, Araripoconé, Araés, Cuiabá, Coroados, Porrudos, Bororos da Campanha, Bororos Cabaçais, Bororos Orientais e Bororos Ocidentais. Estas denominações eram arbitrárias e diziam respeito mais a fatos e características da história dos homens brancos e do governo do que necessariamente dos próprios Boe. A divisão entre Bororos Orientais e Bororos Orientais, por exemplo, levava em conta apenas o rio Cuiabá e o fato de que os primeiros mineradores daquela região terem separado em duas partes uma área que era ocupada pelos Boe. (OPAN/CIMI 1987; ISA 2013; COBALCCHINI; ALBISETTI 1942; ZAGO 2005; BARROS; BORDIGNON 2009; URQUIZA 2007, FREUNDT, 1946)

Quando são estes que se autodenominam, os nomes pelos quais os diversos grupos se tratam estão vinculados à processos históricos de ocupação do Cerrado e

⁵ “O termo imemorial expressa algo tão antigo que não se pode precisar sua antiguidade. Sabe-se que os povos indígenas mantêm vínculos de continuidade, conexões socioculturais com os povos pré-colombianos que aqui viviam. Sendo etno-historicamente constituído, o habitat imemorial de um determinado grupo étnico é marcado pelos eventos, pelas tradições míticas e rituais, pelos estabelecimentos e pela nomenclatura na língua materna dos rios, dos acidentes geográficos, da fauna e da flora e dos demais elementos nele presentes. Esses dados encontram-se registrados na memória social dos povos oralizados – os quais tradicionalmente não possuem escrita – através de mecanismos particulares que garantem a sua reprodução através dos tempos.” In: CAMARGO JUNIOR, Tryrso Ferraz de. *Laudo Antropológico da Ação de Desapropriação Indireta Processo 17.624/86-V*. In: MALDI, Denise (Org.). *Direitos indígenas e antropologia: laudos periciais em Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT, 1994, p. 103.

demonstram que eles, assim como os povos que os antecederam na ocupação do território do Planalto Central, estavam integrados ao ambiente natural.

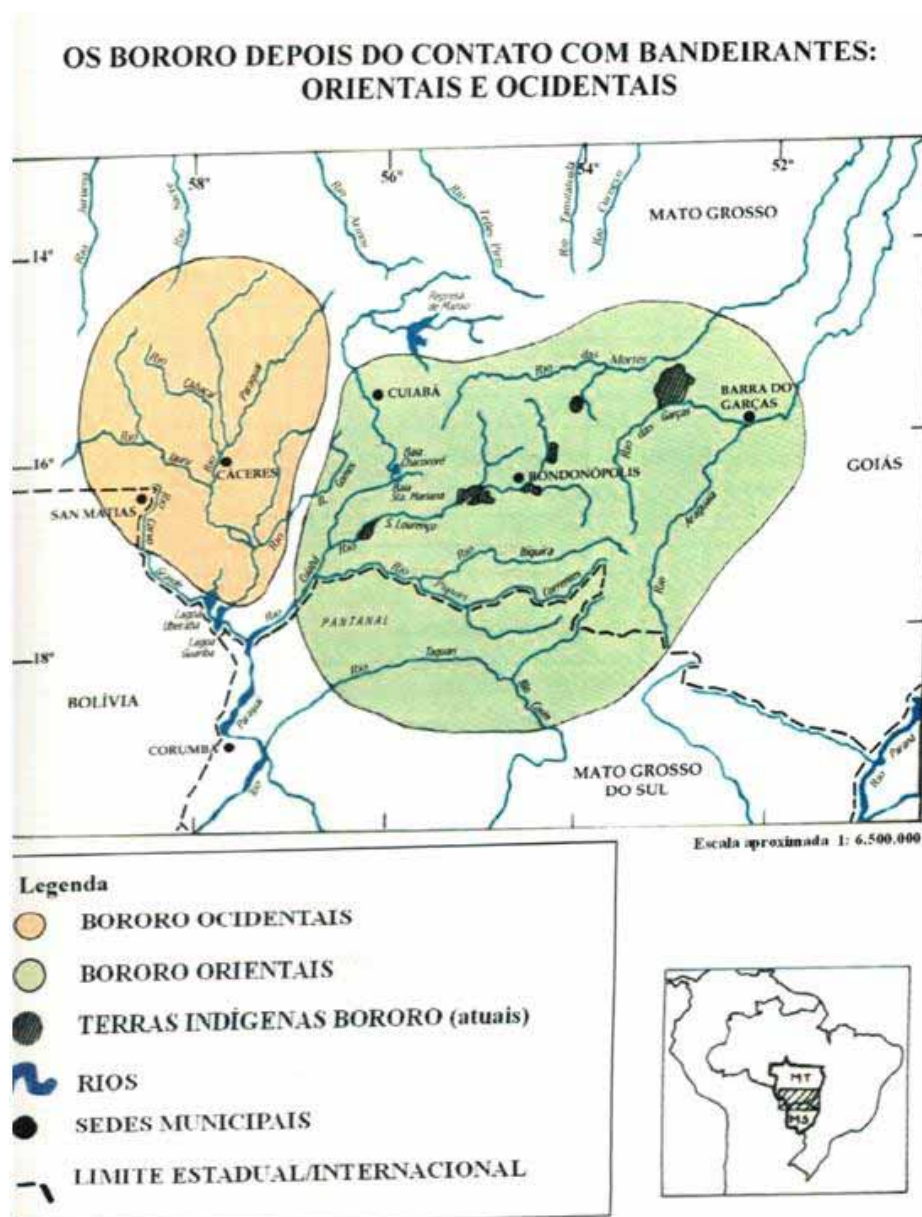


ILUSTRAÇÃO 15 – Bororos Ocidentais e Bororos Orientais

Legenda: Uma das consequências imediatas dos primeiros contatos com não índios foi a separação do povo Bororo em duas tribos principais.

Fonte: ALMEIDA, 2002, p. 30.

Portanto, entre as autodenominações cujos grupos sobreviveram até a contemporaneidade, destacam-se aquelas vinculadas à ocupação territorial. Para o Instituto Socioambiental (ISA), entre as autodeterminações têm-se os *Bóku Mógorége*, ou “habitantes do cerrado”, que são os Bororo localizados nas aldeias de Meruri, Sangradouro e Garças; os *Itúra Mógorége*, ou “habitantes das matas”, que representam os Bororo moradores das aldeias de Jarudori, Pobori e Tadarimana; os *Orari Mógo Dóge*, ou “habitantes das plagas do peixe pintado”, que tem como referência os Bororo das aldeias de Córrego Grande e Piebaga; os *Tóri ókua Mógorége*, “habitantes dos sopés da Serra de São Jerônimo”, nome que congrega um grupo atualmente sem aldeia remanescente; os *Útugo Kúri Dóge*, “os que usam longas flechas”, ou *Kado Mógorége*, “habitantes dos taquarai”, que são os Bororo da aldeia de Perigara, no Pantanal.⁶

De acordo com o dossiê OPAN/CIMI 1987, a história das relações entre o povo Bororo e os brancos é marcada por conflitos constantes. Desde o princípio, o povo Boe sempre foi lembrado e tratado como um obstáculo ao progresso da região. Em decorrência disso, foram perseguidos por militares e/ou domesticados por missionários religiosos. “Sua história é uma história de resistência tenaz contra o avanço das frentes de expansão capitalista (pastoris, extrativistas e agrícolas) em seu território”. (OPAN/CIMI, 1987, p. 58)

Segundo este dossiê e com base em outras pesquisas, pode ser afirmado que o povo Boe permaneceu fiel ao modelo de ocupação do Cerrado apresentado por todo o tronco Macro-Jê, conservando-se como tradicionais caçadores e coletores até que as sucessivas frentes de expansão do capitalismo os obrigassem a se voltarem para a agricultura e integração com a economia capitalista circundante. Isto levou às comunidades Bororo a realizarem práticas que, historicamente, nada tinham a ver com a sua cultura e o seu modo de vida, tais como a venda de artesanato, o assalariamento temporário nas fazendas, a prestação de serviços nos garimpos, nas cidades e, mais recentemente, a sobrevivência através dos programas do governo federal. (PINTO et alli, 2002, p. 56-57)

⁶ Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/bororo>>.

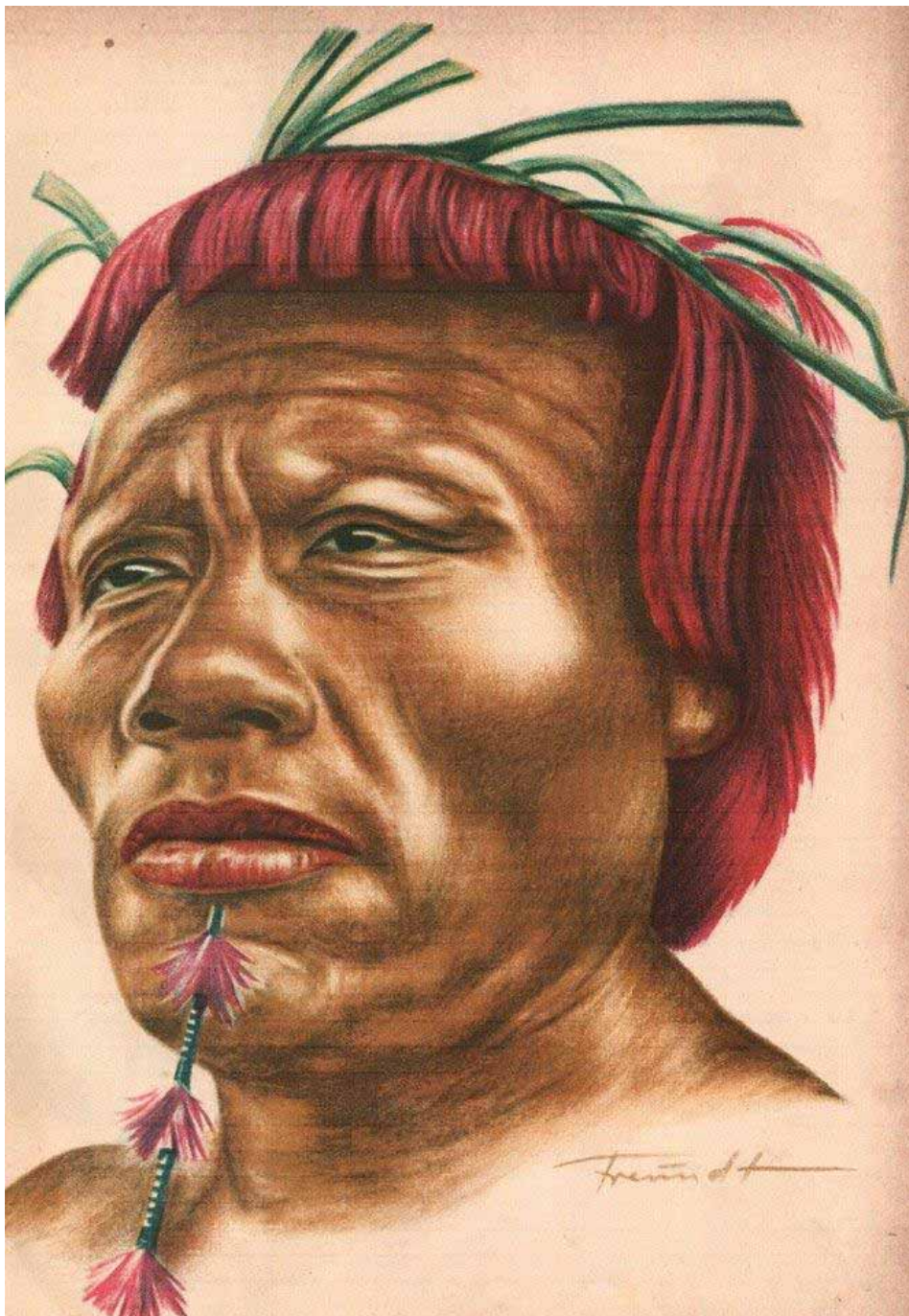


ILUSTRAÇÃO 16 – Índio Bororo

Fonte: FREUNDT, 1946, p. 7.

Para o contexto desta tese, o histórico das relações ambientais dos Bororo e as transformações no seu sistema agroecológico decorrentes do contato com os brancos é mais importante do que a simples cronologia da sua “pacificação” ou a ênfase nos aspectos antropológicos de sua cultura.

Além disso, levando-se em conta a existência de uma vasta documentação e um sem número de bons trabalhos sobre este povo, optou-se aqui por destacar a forma como este povo passa de um relacionamento autônomo e autossustentado com o Cerrado para a dependência das instituições brancas e capitalistas.

Um dos trabalhos mais relevantes para se compreender este processo de mudanças é a dissertação de mestrado de Paulo Marcos Noronha Serpa (1988), “Boé Épa: o cultivo de roça entre os Bororo do Mato Grosso”, realizada no âmbito do Departamento de Antropologia, da Universidade de São Paulo, resultante de uma pesquisa de campo realizada pelo autor exatamente durante este período de transição.

Cerca de dez anos antes de realizar a pesquisa que resultaria em sua dissertação, ele havia presenciado a implantação pela FUNAI do chamado “Projeto de Desenvolvimento Integrado”, baseado na orientação política do indigenismo oficial, pretendia alocar recursos financeiros e humanos para propiciar aos Bororo condições de plena integração à sociedade regional.

O que se tencionava era programar um conjunto de medidas que visavam deliberada e explicitamente acelerar o processo de “integração” e “emancipação” das comunidades indígenas:

Num sentido amplo, o Projeto Funai procurava dinamizar a produção agrícola da área indígena, através da implantação do sistema de agricultura mecanizada de arroz e de milho, em grandes áreas de Cerrado. Procurava-se explorar as áreas agricultáveis consideradas ociosas, visando a geração de excedentes para a venda no mercado regional. Em suma, visava transformar não apenas as condições técnicas da agricultura tradicional Bororo como também as bases ideológicas da atividade econômica. (SERPA, 1988, p. 01)

Segundo Paulo Serpa, essas metas eram justificadas pela FUNAI, a partir de uma análise baseada no histórico de contato entre as diversas aldeias indígenas e a sociedade circundante. Considerava-se que no processo histórico de contato entre o Bororo e a sociedade circundante, os indígenas estavam passando por uma constante “evolução cultural”, que era o resultado mais visível do contínuo processo de integração. (SERPA, 1998, p. 2)

Além disso, do ponto de vista estritamente econômico, justificava-se a implantação do projeto pela localização das terras indígenas em uma área de Cerrado que já naquela época era considerada propícia para a monocultura mecanizada e em larga escala. Daí o objetivo de produzir arroz e milho para atender às demandas do mercado regional.

Nenhuma das metas foi alcançada. Nos três primeiros anos de funcionamento o projeto se mostrou incompatível com a realidade local e ineficaz em termos produtivos. Grandes áreas de cerrado (aproximadamente 120 hectares) ficaram exauridas e imprestáveis até para a criação de pastagens; e os resultados da produção anual de arroz foram comercializados pelos funcionários do Posto deixando a comunidade sem qualquer estoque para suas necessidades básicas. (SERPA, 1988, p. 2)

Antes que os Bororo tivessem acelerado seu processo de integração com a sociedade envolvente, através de projetos como o descrito acima, seu sistema econômico era caracterizado pela combinação das atividades de coleta, caça, pesca e agricultura. Visto desde uma perspectiva antropológica, nesse sistema de produção o aspecto econômico está fortemente entrelaçado com as outras dimensões da existência.

Conforme notou Serpa, o sistema econômico Bororo pré-contato podia ser definido como “modo de produção doméstico”. Isto porque a produção estava organizada principalmente pelas e para as famílias, mesmo quando não era realizada como uma atividade doméstica:

Na atividade agrícola a família é a célula produtiva que satisfaz a divisão sexual do trabalho. A produção da roça é uma atividade doméstica e as relações entre marido e mulher, pai e filho, são relações de produção. Esta célula produtiva é um grupo de cooperação permanente, tanto ao nível da produção, quanto ao nível do consumo do produto do trabalho. Entretanto, existe uma outra forma de cooperação de caráter temporário que ocorre em situações aleatórias (luto, doenças, etc.) quando alguns membros da comunidade, preferivelmente os cunhados, colocam sua força de trabalho à disposição de um membro da comunidade por um período curto de tempo. (SERPA, 1988, p. 83)

O fato de o sistema econômico ser centralizado na família e articular todas as outras instâncias da existência contribuíram para que toda a sociedade Bororo fosse desestruturada no processo de implantação do Projeto FUNAI. Como reconhece Serpa,

uma das dificuldades para a compreensão do sistema econômico Bororo é precisar a relação existente entre sociedade e natureza. (SERPA, 1988, p. 88)

Embora ele não tenha usado como chave interpretativa um conceito semelhante ao de sistema agroecológico e tenha escrito antes das pesquisas empreendidas por Barbosa e Schmitz (2003, 2008, 2009), as observações que realizou e as conclusões a que chegou coincidem nos aspectos mais básicos e gerais com aquelas realizadas por pesquisadores posteriores.

Um dos aspectos mais relevantes por ele notado foi o de reconhecer que a ciência indígena se distingue do saber ocidental branco pelo seu caráter implícito: “é uma ciência contida no conjunto de práticas e comportamentos verbais e gestuais, profanos e rituais, individuais e sociais”, isto é, não é uma ciência como ocidental que se desvincula das outras esferas da existência. (SERPA, 1988, p. 89)

Conforme seria notado posteriormente por outros estudiosos das comunidades indígenas que primeiramente colonizaram o Cerrado, os Bororo, vistos por Serpa (1988), possuíam um ciclo anual de atividades muito bem definido e em consonância com os aspectos ambientais de seu território:

Duas espécies de fenômenos naturais concorrem para a caracterização geral do ciclo anual de atividades dos Bororo. Os fenômenos climáticos aliados aos fenômenos astronômicos vêm determinar o ritmo e o interesse das atividades econômicas, que configuram vários calendários de atividades (caça, pesca, coleta, cultivo e ciclos religiosos). (SERPA, 1988, p. 91)

O principal fenômeno astronômico para o calendário Bororo era o aparecimento das Plêiades⁷ em fins de abril e o seu desaparecimento no começo de setembro, que coincidiam com o início e o final do período de seca. Assim, as oposições entre seca/chuva, Plêiades/não Plêiades orientavam a distribuição das atividades ao longo do ano. (SERPA, 1988, p. 91)

⁷As Plêiades (Messier 45) são um grupo de estrelas na constelação do Touro. As Plêiades, também chamadas de aglomerado estelar (ou aglomerado aberto) M45, são facilmente visíveis a olho nu nos dois hemisférios e consistem de várias estrelas brilhantes e quentes, de espectro predominantemente azul. As Plêiades têm vários significados em diferentes culturas e tradições. Sobre o assunto, consultar: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pl%C3%AAiades>>. Duas espécies de fenômenos naturais definem o ciclo anual de atividades Bororo. A ausência ou frequência das chuvas dividem o ciclo anual em duas estações: Joru Butu (seca) e Butao Butu (chuvas). A ausência da constelação das Plêiades, Akiri-doge, que ocorre durante cerca de um mês, marca a passagem de Akiri-doge Èwure Kowudu (cerimônias da seca) e Kuiada Paru (cerimônias das chuvas). Conferir: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/bororo/247>>.

Era no período da seca que a população Bororo seguia um ritmo de vida nômade, realizando as grandes migrações denominadas Magúru. Estas compreendiam “o deslocamento de parte da população de uma aldeia, que, seguindo rotas estipuladas em função das áreas de concentração – viveiros e/ou nichos – de caça, pesca e coleta, perambulavam o tempo necessário para obtenção dos produtos procurados”. (SERPA, 1988, p. 92)

Na estação das chuvas dedicavam-se ao plantio de espécies de milho, cabaças, algodão, tubérculos, abóboras. Este tempo de chuvas determinava um período de vida sedentária e a ocorrência dos ciclos cerimoniais, principalmente daqueles identificados com a agricultura. A pesca também era condicionada pelo ritmo das enchentes. Além do mais, este era o período em que a caça era mais abundante, não necessariamente pela fartura de presas, mas pela disponibilidade de mão de obra presente nas aldeias.

Originalmente seminômades ou semissedentários, as comunidades Bororo pré-contato não diferiam muito das outras sociedades indígenas do Cerrado. Combinavam atividades de pesca, caça, coleta e agricultura de acordo com a época do ano e as possibilidades de cada uma das formações do Cerrado.

É somente com a progressiva perda de seus territórios tradicionais associada aos contatos mais frequentes, intensos e diversificados com as sociedades do entorno que se desarticula esse sistema econômico/cultural. Ao mesmo tempo há uma crescente importância das atividades agrícolas, devido exatamente à perda dos territórios e à impossibilidade de práticas como o Magúru.

Conforme Renate Brigitte Viertler (1990), as mudanças institucionais começam a partir da pacificação dos Bororos Ocidentais,⁸ com a supressão da guerra, pois antes da pacificação vigorava a *Lex Talionis*, pela qual se um Bororo fosse morto era obrigação abater em guerra um ou mais membros do grupo inimigo responsável pela ofensa. Esta lógica presidiu a relação com os brancos, uma vez que estes, ao serem atacados, também retaliavam massacrando os “Coroados em pequenos grupos, ou, mesmo, aldeias inteiras, acarretando um novo ciclo de vinganças”. (VIERTLER, 1990, p. 183)

⁸ Os primeiros núcleos de garimpeiros que fundaram a cidade de Cuiabá, em 1719, dividiram em dois o território Bororo original: os Bororos Ocidentais e os Bororos Orientais. Os primeiros logo foram pacificados, tornando-se aliados e integrados à sociedade branca através do aldeamento compulsório; ou, ainda, extintos.

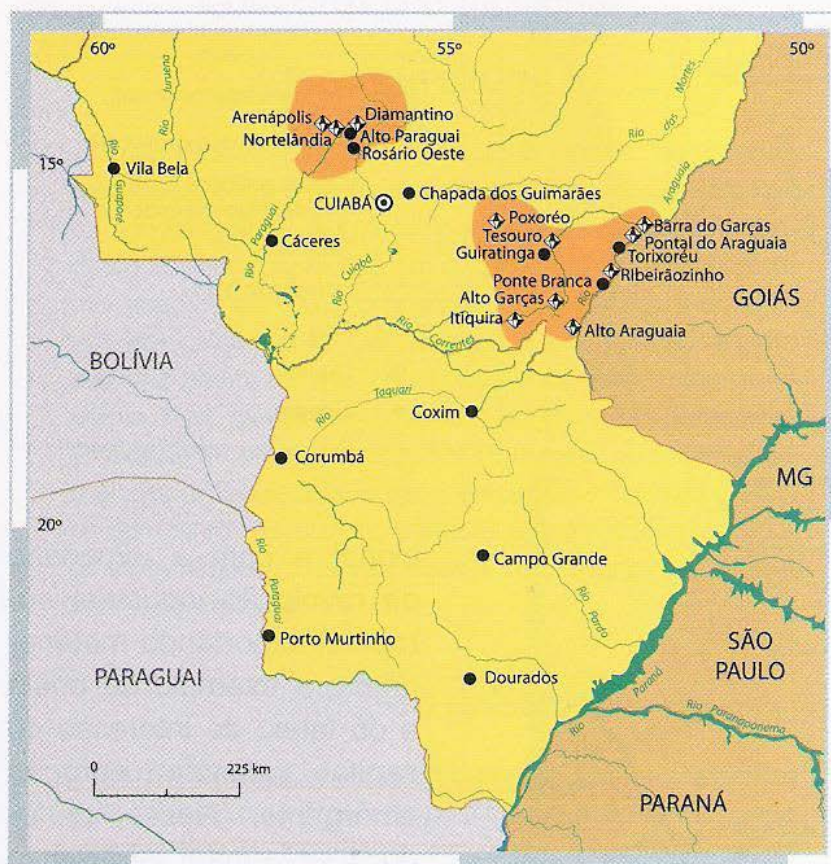
Mas a violência não era apenas aberta nesta guerra não declarada. Significava também a violência simbólica e o efeito destruturante das ferramentas e das tecnologias civilizadas que eram absorvidas pelas comunidades indígenas. Viertler mostra que o avanço das frentes de expansão significava primeiramente a redução dos territórios tribais de um povo cuja sobrevivência e forma de vida estava intrinsecamente relacionada com o ambiente natural do Cerrado.



ILUSTRAÇÃO 17 – Área tradicional dos Bororo

Fonte: FREUNDT, 1946.

**MATO GROSSO – ÁREA DE EXPLORAÇÃO DO DIAMANTE
PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**



Fonte: SIQUEIRA, 1997a; FERREIRA, 1997, Adaptado sobre base cartográfica atual (IBGE, 2000).

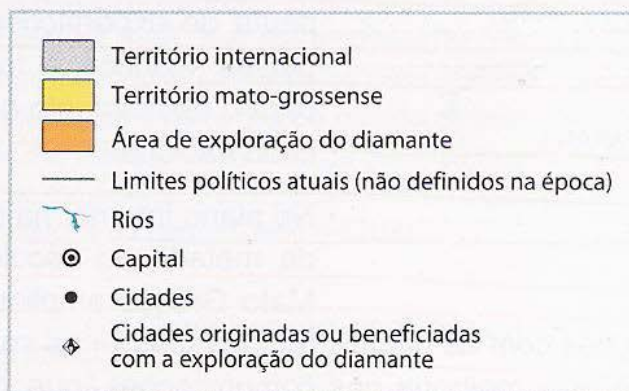


ILUSTRAÇÃO 18 – Área de exploração do diamante

Legenda: Comparando-se a ilustração anterior verifica-se que a exploração de diamantes a partir do século XX ocorreu exatamente na área tradicional Bororo.

Fonte: HIGA, 2005, p. 31.

O avanço de lavradores, criadores e faiscadores, a partir de Cuiabá e depois por todo o entorno do território original, diminuía gradativamente as áreas tradicionais de caça, pesca e coleta, além de restringir as faixas de terra agricultáveis ao longo dos rios. Por isso, os Bororo logo se viram compelidos a intensificarem o cultivo – e, conseqüentemente, a sua dependência para com a agricultura – por intermédio de machados de ferro que iam substituindo os tradicionais machados de pedra. Nesse sentido, a pacificação significou uma rendição àqueles que possuíam uma tecnologia superior, “por mais desprezíveis que fossem as características sociais e morais dos *Barae* (civilizados)”. (VIERTLER, 1990, p. 184)

Por outro lado, uma vez que a guerra deixara de ser uma opção em aberto e devido a essa impossibilidade do Bororo reagir ao domínio do branco, que não apenas controlava valiosos instrumentos, como parecia ser invulnerável às doenças que dizimavam tribos inteiras, “restava apenas, para amainar os ressentimento e ódios dos enlutados, intensificar a caçada a animais predadores (felídeos, canídeos, carnívoros aquáticos, falconídeos), que ameaçavam os animais e peixes preferencialmente consumidos pelos Bororo (antas, queixadas, capivaras, peixes de escama).” (VIERTLER, 1990a, p. 184)

No entanto, segundo ela, a exacerbação da caça como válvula de escape para as frustrações decorrentes da pacificação terminou por favorecer ainda mais a ocupação de mais partes do território original pelos brancos, pois os animais caçados eram os mesmos que mantinham os brancos à distância: com a gradativa diminuição de onças e demais feras, os civilizados passaram a competir pelas mesmas espécies de animais preferidos pelos Bororo, assim como avançaram sobre as fontes de recursos vegetais e sobre o solo agricultável.

O aumento da área de cultivo à base da coivara, a exploração de madeira de lei, usada na navegação e construção, além da multiplicação de pontos de faiscação contribuiu para a dizimação da flora e da fauna de diversas áreas, o que levou ao desaparecimento de numerosas espécies de pássaros, importantes para a plumária tradicional.

E, para completar o quadro destas profundas transformações ecológicas da região, a introdução do gado acarretou a dizimação de diversas espécies de animais de caça de grande porte que, enquanto herbívoros, perdiam o seu alimento natural pelo avanço dos pastos para o gado introduzido pelo branco. (VIERTLER, 1990, p. 186)

O desaparecimento do modo de vida tradicional dos Bororo no Cerrado parece ter sido presenciado por Crocker em meados da década de 1960. Da mesma maneira que os Kayapó, observados por Posey (1987), os Bororo também realizavam suas grandes expedições de caça e coleta pelos ambientes do Cerrado.

Crocker presenciou a realização dos últimos *magúru*, como eram chamadas pelos Bororo as grandes expedições de caça, pesca e coleta coletiva, das quais participavam dezenas de homens, mulheres e crianças e que duravam vários meses. (Apud. VIERTLER, 1990, p. 186)

A realização dessas expedições e a nomenclatura usada pelos Bororo para auto definirem seus grupos de acordo com a região do Cerrado ocupada, permite inferir que seu histórico de convivência com o ambiente – antes dos contatos com os brancos – se definia pela sustentabilidade. É por isso que a perda gradativa de seus territórios originais levava a incapacidade de manutenção de um modo de vida baseado na coleta, caça, pesca e agricultura itinerante. Pois mesmo naquelas áreas onde a civilização branca ainda não penetrara diretamente, as atividades tradicionais eram afetadas ou alteradas com a introdução de alguma tecnologia ou modo de vida branco.

Viertler (1990) mostra que a diminuição dos territórios tradicionais de coleta resultou na adoção de hábitos e vícios que incompatibilizavam a cultura tradicional. Era, por exemplo, menos trabalhoso obter a pinga do branco do que fabricar o vinho com seiva da palmeira; os potes e panelas foram gradativamente substituídos por panelas de ferro e alumínio e a maior parte dos viveres passou a ser obtida no contato comercial com os brancos. A introdução de roupas desestimulou o cotidiano das pinturas corporais, assim como a introdução de cobertores resultou na alteração das quantidades de lenha para manter acesos os fogos durante as noites. Também “decaíram as atividades de coleta e persistiram as atividades de cultivo, de obtenção de lenha e da água, dos cuidados com as crianças e do preparo de comida por parte das mulheres”. (VIERTLER, 1990, p. 190)

O sistema econômico dos Bororo na atualidade fundamenta-se na dependência do branco com relação a viveres e instrumentos de trabalho, além da posse, mas não propriedade, das terras das reservas, tuteladas pelo governo federal e pelas missões salesianas. (...) Do ponto de vista dos recursos imperecíveis, a dependência do branco acarretou um processo de homogeneização dos aspectos da cultura material e o desaparecimento gradativo de muitos dos ornamentos em estilo tradicional, seja pela impossibilidade de substituí-los por falta

de matérias primas, seja pela crescente tendência em trocá-los por dinheiro. (VIERTLER, 1990, p. 192-193)

Este processo histórico de perda gradativa dos territórios originais, acompanhado da transformação do sistema agroecológico natural em dependência econômica da sociedade capitalista vem ocorrendo desde os primeiros contatos com os brancos e ainda está em curso. Os estudos já realizados por diferentes autores sobre este povo estimam que antes dos primeiros contatos com os brancos o povo Boe era composto por aproximadamente 10 mil indivíduos que ocupavam uma área de 400 mil km².(OPAN/CIMI 1987; ISA 2014; COBALCCHINI; ALBISETTI 1942; ZAGO 2005; BARROS; BORDIGNON 2009; URQUIZA 2007)

Atualmente, eles contam com seis áreas, três delas remanescentes de demarcações realizadas por Cândido Rondon (Pobore, Tereza Cristina e São João de Jarudori). As outras três são Perigara, Meruri e Kudoro Jari (Sangradouro), reivindicada e ainda não demarcada. (URQUIZA, 2007, p. 72; BARROS; BORDIGNON, 2009, p. 4)

Este processo de expropriação forçada do território Bororo original está bem documentado por depoimentos, documentos oficiais e diversos estudos realizados ao longo da história de contato com os brancos. Um dos casos mais dramáticos e que ainda se encontra sem desfecho é o da Terra Indígena Jarudori, no município de Poxoréo. Segundo estudos de Edir Pina de Barros e Mario Bordignon, o que hoje é uma área indígena Bororo invadida pelos brancos, antes era o centro do universo Bororo no Cerrado. (BARROS; BORDIGNON, 2009)

Poxoréo foi edificada sobre duas aldeias Bororo. Herbert Baldus esteve na região em 1933 registrou a existência de 254 moradias com 874 habitantes, dos quais 70 eram Bororos que habitavam uma rua chamada de “Rua dos Bororos”. Uma indicação de que esta cidade foi construída sobre território Bororo é que dois dos seus três distritos rurais (Paraiso do Leste em 1951 e Jarudori em 1958) foram construídos sobre as aldeias Bororo Pobojarí e Jarudori. (BARROS; BORDIGNON 2009, p. 6)

A Terra Indígena Jarudori foi demarcada por Cândido Rondon em 1912, com cerca de 100 mil hectares. Após diversas ocupações fraudulentas e violentas por colonos brancos, hoje ela está reduzida a 4.706 hectares e ainda assim se encontra completamente invadida, pois nela se localiza o distrito de Jarudori. (BARROS; BORDIGNON, 2009, p. 16)

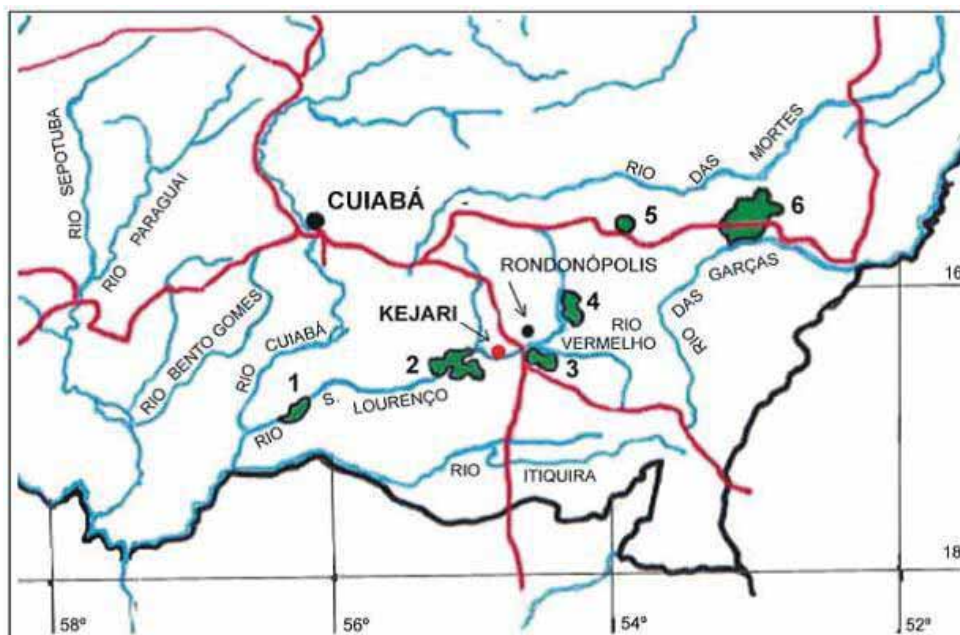


ILUSTRAÇÃO 19 – Terras atuais dos Bororos

Legenda:

- 1 - T. I. PERIGARA - Município de Barão de Melgaço.
- 2 - T. I. TEREZA CRISTINA - Municípios de: Santo Antônio de Leverger, Juscimeira e Rondonópolis.
- 3 - T. I. TADARIMANA - Municípios de: Rondonópolis, São José do Povo e Pedra Preta.
- 4 - T. I. JARUDORI - Município de Poxoréo.
- 5 - T. I. SANGRADOURO - Município de General Carneiro (Em estudo).
- 6 - T. I. MERURI - Municípios de: General Carneiro e Barra do Garças

Fonte: BARROS; BORDIGNON, 2003, p. 4.

Segundo Barros e Bordignon, em 2006 um grupo formado por cinco famílias Bororo fundou a “Aldeia Nova”, em uma área Bororo antiga, perto da sede do distrito de Jarudori. Desde então tramita na Justiça Federal uma Ação Civil Pública do Ministério Público Federal, em Mato Grosso, através da qual os indígenas reivindicam a desocupação da área. Os 209 moradores de Jarudori são réus na ação, enquanto que os indígenas se encontram sob ameaças, violências e assassinatos, além da falta de atendimento médico, piora na qualidade de vida e insegurança alimentar. (FIOCRUZ, 2014)⁹

⁹ Mapa de conflitos envolvendo a injustiça ambiental e saúde no Brasil. Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=64>>.



ILUSTRAÇÃO 20 – Índio Xavante

Fonte: KOJAK. Museu Paranaense, 1988. Instituto Sócio Ambiental.

2.3 - Os Xavante e o Cerrado

Os Xavante se autodenominam A'úwê (“gente”) e fazem parte do grupo etnolinguístico Jê, do tronco Macro-Jê. Segundo estudos, os povos Xavante e Xerente ocupavam um território contíguo que pertencia ao Norte de Goiás. A proximidade cultural e linguística entre estes dois povos levaram alguns estudiosos a confundi-los com um só. (MAYBURY-LEWIS, 1984; OPAN/CIMI, 1987; CARVALHO, 2010; GOMIDE, 2011; ISA, 2013)

Por volta de meados do século XIX pressões de colonizadores brancos que avançaram sobre a área ocupada por esses dois povos forçou os Xavante a uma migração para as terras de Mato Grosso, então se separando dos Xerente, que permaneceram em sua área original. Os Xavante invadiram uma área tradicionalmente ocupada pelos Bororos.

Segundo dossiê OPAN/CIMI (1987), desde que chegaram a Mato Grosso e durante boa parte do século XX os Xavante hostilizaram qualquer contato com a sociedade ou missionários brancos. Essa postura dos Xavante em relação à sociedade envolvente muda a partir da década de 1930, quando se intensificam as tentativas de contato por parte do – Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e de missionários. Desde então o padrão de relacionamento com os brancos parece estar relacionado com a proximidade das aldeias com as comunidades brancas e a capacidades destas de influenciar o comportamento dos indígenas.

Assim, quanto mais distante da “civilização” e mais difícil o acesso desta às aldeias, menor é a capacidade da sociedade branca influenciar na mudança dos costumes e do modo de vida tradicional dos Xavante. O grau de integração das aldeias com a sociedade do entorno vai influenciar também na forma como os indígenas passam a se relacionar com os brancos. O que se quer frisar aqui é que da mesma forma que as comunidades brancas adotam diversas estratégias de envolvimento e assimilação das comunidades indígenas, estas também se comportam de diversos modos, tanto quando pretendem manter seu isolamento, quanto se demonstram propensas ao contato e assimilação de valores e modos de vida brancos.

O modo de vida Xavante, antes do contato com os brancos, é semelhante aos dos povos já citados:

Os Xavante eram, tradicionalmente, seminômades, caçadores e coletores. A agricultura (principalmente o milho) tinha um papel menos importante na sua economia tradicional. Tradicionalmente as grandes aldeias Xavante, em forma de ferradura, subdividiam-se em pequenos grupos nômades que se afastavam por períodos prolongados, a fim de caçar e coletar frutos silvestres, castanhas e vegetais. Estes grupos nômades então se reuniam em aldeias provisórias, onde a atividade cerimonial se realizava. (OPAN/CIMI, 1987, p. 166)

Segundo dados do ISA, os Xavante somavam, em 2013, cerca de 13 mil pessoas, abrigadas em nove Terras Indígenas que constituem parte do seu antigo território de ocupação tradicional, há pelo menos 180 anos, na região compreendida pela Serra do Roncador e pelos vales dos rios das Mortes, Kuluene, Couto de Magalhães, Batovi e Garças, no leste mato-grossense.¹⁰

Nada é mais importante para o povo Xavante que o *Ró*, conceito que simultaneamente significa Cerrado e Mundo. Maria Luisa Cereda Gomide observou que este povo tem no *Ró* a base do seu universo físico, social e cultural. Eles veem o mundo como um complexo concêntrico, onde o mais interior é a aldeia, o quintal e, logo depois, as roças, seguido pelos Cerrados com suas plantas, animais e espíritos. Esta representação circular possui uma simbologia especial para os povos Jê. (GOMIDE, 2011, p. 123)

O povo Xavante preza muito as formas circulares. O círculo simboliza a coletividade, assim as danças são realizadas em roda, as casas são redondas e a própria aldeia é arredondada. Na verdade a aldeia tem a forma de ferradura, é um círculo que não se fecha. (Apud. GOMIDE, 2011, p. 124)

Base e centro deste universo, o *Ró* não é apenas o lugar de onde se origina todos os recursos, não é o ambiente econômico, mas é a própria espacialização das relações entre os diferentes sujeitos que habitam o cosmos. (GOMIDE, 2011, p. 124) Ou nas palavras dos Xavante:

Antigamente o *Ró* era assim: havia a aldeia, em volta a roça, em volta as frutas, em volta a caça junto com os espíritos, em volta mais caça e mais caça sempre junto com os espíritos. Os espíritos ajudavam a descobrir os segredos que o *Ró* escondia: onde estava a força do caçador, onde estava a caça, onde tinha cobra e outros segredos. O *A'úwê* (Xavante) depende do cerrado e o cerrado depende do *A'úwê*. Os animais dependem do cerrado e o cerrado depende dos animais. Os animais dependem do *A'úwê* e o *A'úwê* depende

¹⁰ Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xavante>>.

dos animais. Isso é o Ró. Ró significa tudo para os caçadores A'úwê: o cerrado, os animais, os frutos, as flores, as ervas, o rio e tudo mais. Nós queremos conservar o Ró. Através do Ró garantiremos o futuro das novas gerações. (TOP'TIRO Xavante e TSERETSU Xavante, 2000. Apud. GOMIDE, 2011, p. 124).

Assim como no caso dos outros povos indígenas do Cerrado, os Xavante também possuem um sistema de classificação própria que expressa sua interpretação e relacionamento com o ambiente. Esta etnoclassificação é estabelecida de acordo com as características ambientais e fitofisionomias das áreas e o número de categorias usadas pode chegar a ser maior do que o comumente usado pelos estudiosos destas formações. (GOMIDE, 2011, p. 126)

David Maybury-Lewis teve a oportunidade de observar no início da década de 1970 o modo de vida Xavante em seus territórios no Cerrado e então analisou detalhadamente as formas de intercâmbio deste povo com o meio ambiente. Salvo engano, seu estudo “A Sociedade Xavante” deve ser o trabalho mais completo e detalhado feito sobre este povo. A pesquisa abrange desde os aspectos históricos e geográficos sobre todas as comunidades Xavante então conhecidas, o grupo doméstico, o sistema de classes de idades, o sistema político, o sistema de parentesco, os rituais, a cosmologia, além da estrutura social da sociedade Xavante. (MAYBURY-LEWIS, 1984)

Aqui interessa especialmente os aspectos relacionados com as relações ambientais das comunidades Xavante, suas atividades de subsistência como a caça, a coleta, a pesca e a agricultura. O estudo de Maybury-Lewis mostra que os Xavante compartilham, como todos os povos Macro-Jê de uma intimidade social, econômica, cultural e espiritual com o Cerrado, decorrente do sistema agroecológico por eles utilizados desde tempos imemoriais e que garantiram a sustentabilidade de suas sociedades até que estas foram alcançadas pela civilização branca contemporânea. (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 106)

A Tabela 1 mostra a etnoclassificação Xavante associada aos diferentes tipos de solo, fauna e fitofisionomia.

TABELA 1 – Classificação Xavante do Cerrado

AMHU = lugar onde as árvores são baixas e fechadas e onde se encontram antas, veados, tatus, cotias e emas.	CERRADO-SENTIDO RESTRITO
ITEHUDU = lugar onde as árvores são altas e tem buriti e lago. Os animais que vivem ali são veado, tamanduá-bandeira, queixada, anta e outros.	Cerrado ralo
APE É = campo limpo do cerrado, que se parece com pasto. É lugar onde se encontram veado, anta, ema, tatu, seriema e quase todos os animais do Ró.	Formação campestre
TSIRÃPRÉ = cerrado fechado e grande, onde as árvores são baixas e iguais.	Cerrado
MARÃ padzaihõna hütsidzé,marãhã = são as diversas formações florestais. Neste lugar que comporta mais animais durante inverno, ficando na sombra, é também lugar de reprodução. Animais típicos desta formação são anta, caititu, tamanduá, veados, tatu e tatu-canastra.	Formação florestal
TSÕWAHU = lugar onde veado, caititu e queixadas ficam. Os bichos se alimentam no tsõwahu.	Local próximo às matas de galeria
TSA' ITE'RE marãdzapodo	Mata circular
BURU'RÃ = se localiza dentro no campo limpo do Cerrado –APE,é um tipo de bebedouro onde os caçadores e os animais costumam tomar água, como veado e anta.	Se parece com campo limpo; é o nome do lago que fica no Ape: campo limpo do cerrado.
TSINÕ' RÕTO = nesse lugar os animais são anta e queixada.Mata pequena limitada onde tem buriti.	Mata próxima a buritizal
PAPRÉ	Barreira nas margens do rio
ÕTÕ = lagoa é um lugar dos peixes onde se desenvolvem e recriam, como: piranha, tucunaré, traíra, peixe-elétrico, arraia, jacaré, sucuri e esses são donos desse lago, mas tem outros peixes.	Lago
OWAWE = rio grande	Rio grande ou rio das Mortes

Fonte: Adaptado de GOMIDE, 2011, p. 128.

Ele observou que, embora o território tradicionalmente ocupado pelos Xavante possuísse diversas fitofisionomias, era no Cerrado (no sentido restrito) que eles mais se sentiam à vontade:

Os Xavante gostam do cerrado por sua amplidão, por ser aberto em comparação à floresta tropical, encontrada em todo o seu território nas matas de galeria que se formam ao longo de todos os cursos d'água. (...) por outro lado os Xavante não escondem seu profundo desgosto pelos espaços fechados. Chamam-no rówastédi (ró: lugar, espaço; wasté: ruim, uma expressão de desgosto que é sempre dita com um toque pejorativo, acentuando a última sílaba). Referem-se ao cerrado como rópetsêdi ou rówedi (petse: bom; we: bonito, lindo) e é no cerrado que vivem. Constroem suas aldeias sempre em campo aberto, sobre o solo limpo, de onde removem meticulosamente até mesmo a mais rala vegetação. Quando viajam, fazem-no pelo meio do cerrado, evitando a mata-galeria tanto quanto possível, ainda que isto signifique, na estação seca, ficar quase sem água. (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 77-78)

Maybury-Lewis estudou o padrão Xavante de relacionamento com o meio ambiente na comunidade de São Domingos, em 1958, em uma época em que alterações substanciais ainda não tinham ocorrido e, por isso, suas análises servem para corroborar a ideia de que os grupos Xavante não apenas herdaram a cultura milenar de relacionamento com o Cerrado dos primeiros colonizadores deste ambiente, como também trouxeram esse complexo sistema agroecológico até a atualidade, quando seu modo de vida foi radicalmente transformado no contato com o homem branco.

Entre as atividades de subsistência estudadas por Maybury-Lewis estavam a caça, a pesca, a coleta e a agricultura. A respeito da caça, ele notou que embora o povo Xavante fosse reconhecido como caçador, a carne não era a base de sua dieta, como se supunha. Este equívoco talvez tivesse origem no fato de que, mesmo tendo a subsistência garantida pelas atividades de coleta, aos olhos dos Xavante, a atividade mais importante era a caça pela importância social e simbólica que ela representava para o grupo:

Os planos de uma caçada comunitária são geralmente discutidos durante vários dias e com antecedência, enquanto que as decisões relativas às expedições de coleta são tomadas quando os homens já estão se levantando para acabar com a reunião, quando estão tirando a poeira dos couros de veado sobre os quais estavam sentados. (...) Caçar é o meio mais comum de expressão da virilidade. Os homens Xavante, quando são bons caçadores, apreciam as caçadas em si e se deliciam com elas porque elas oferecem sempre a oportunidade de

fazer uma exibição pública de sua masculinidade. Os Xavante prezam a resistência física, a rapidez, a agilidade. Vivacidade e astúcia são também qualidades de que os homens se orgulham. Uma caçada bem sucedida demonstra que eles são dotados, em certa medida, de todas essas qualidades. (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 79-80)

As atividades de caça, que eram realizadas em pequenos grupos ou envolvendo muitas pessoas, também exigiam e expressavam um profundo conhecimento sobre o cerrado. Não apenas porque o conhecimento do ambiente é necessário para se determinar os melhores locais de caça, mas porque quando saem para caçar, os homens Xavante não levavam nada além de suas armas. Quando muito “levam consigo uma pequena cesta contendo alguns coquinhos para comer no caminho”. Isto significa que para a manutenção do grupo eles dependiam do alimento e água que encontrassem no caminho. (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 82)

Se a caça era importante em termos culturais e simbólicos, era a coleta que garantia a principal fonte de subsistência. Maybury-Lewis chegou a afirmar que “sem a caça a cultura Xavante seria muito diferente; mas sem a coleta, os Xavante não seriam jamais capazes de existir”. Os produtos coletados no Cerrado eram essencialmente de três tipos: raízes, cocos e frutas. Eram coletados todos os dias em grandes quantidades e forneciam uma dieta nutritiva, embora composta basicamente de amido. (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 87)

Essas atividades de coleta, a quantidade, a variedade e a qualidade dos frutos, raízes e cocos coletados dependiam da estação do ano e das características do local. Maybury-Lewis elaborou uma tabela de atividades sazonais que leva em conta o clima, o local de residência, os meses do ano e o tipo de alimentação encontrada no Cerrado. Esta tabela de Maybury-Lewis pode ser comparada com o diagrama de abastecimento elaborado por Barbosa e Schmitz (2008, p. 57), para demonstrar como os primeiros povoadores do Cerrado organizavam seus ciclos de abastecimento em atividades de caça, pesca e coleta.

QUADRO 3
Atividades sazonais

SÃO DOMINGOS (1958)

	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	
CLIMA	CHUVAS FORTES		CHUVAS FRACAS			ESTAÇÃO SECA		CHUVAS FRACAS		CHUVAS FORTES			
RESIDÊNCIA	MIGRAÇÃO	ALDEIA	1º de Maio	MIGRAÇÃO	24 de Jun. -16/7	ALDEIA	Caçada Comunitária 28/7	ALDEIA	7 de Ago.	MIGRAÇÃO	20 de Out.	MIGRAÇÃO	
AGRICULTURA	Colheita do Milho			Colheita do Feijão e Abóbora Queimada				Roça do Terreno e Plantação					
ALIMENTAÇÃO BÁSICA	ALFARROBA		MILHO					Feijão Abóbora		ALFARROBA			
	PEQUI			BABAÇU				MANGA		BURITI			
	PALMITO					RAÍZES			PEQUI				
	PEQUI			PALMITO					RAÍZES			PEQUI	
	PEQUI			PALMITO					RAÍZES			PEQUI	
	PEQUI			PALMITO					RAÍZES			PEQUI	
	PEQUI			PALMITO					RAÍZES			PEQUI	
CERIMONIAL	Exercício Aquático	Perfuração da Orelha	wai'Y (flechas)	24 de Jun.	Corridas Cerimoniais		30 de Jul.	Final	Principiantes Wai'Y				
	INICIAÇÃO (1)			INICIAÇÃO (2)			INICIAÇÃO (3)						

Ilustração 21 – Diagrama Xavante de abastecimento

Legenda: Este diagrama de abastecimento do povo Xavante pode ser comparado com o diagrama elaborado por Barbosa e Schmitz (2008, p. 57) para ilustrar as atividades dos primeiros povoadores do Cerrado.

Fonte: MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 90.

Em suas observações ele confirmou o que depois seria constatado por todos os outros estudiosos das comunidades indígenas do Cerrado: que este ambiente era naturalmente dotado para a manutenção de uma pequena população de caçadores e coletores nômades. “Um coletor eficiente consegue alimentar várias bocas sem dificuldades excessivas”, afirmou. (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 92)

Apesar disso, a coleta era uma atividade essencialmente feminina e embora a atividade não fosse considerada depreciativa para os homens, eles somente partiam para a coleta quando consideravam que não havia nada mais importante para ser feito.

A maior parte do tempo masculino era despendida na caça, na vida social e cerimonial da comunidade, da qual as mulheres participavam pouco.

“Consequentemente, embora a contribuição das mulheres no fornecimento de alimentos ao grupo doméstico seja não apenas suficiente como essencial para a sobrevivência do grupo, ela não é tão valorizada quando a dos homens”. (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 92)

O que talvez ajude a explicar a fixação masculina pela caça, já que ela era a atividade que mais expressava a virilidade e a masculinidade, na ausência da guerra. (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 92)

Ele observou também que a pesca só passou a ser importante para os Xavante após o seu reencontro com os brancos, com os quais obtinha anzóis de metal e linhas de nylon. Antes disso, passavam a maior parte do tempo em campo aberto em suas expedições de caça e coleta. Não ficou claro no trabalho de Maybury-Lewis se isso se aplicava indistintamente a todas as comunidades Xavante, mas ele afirmou:

De qualquer forma não são muito hábeis em flechar os peixes na água e não dispõem de flechas pontiagudas que atravessem as escamas dos peixes ao invés de simplesmente ricochetearem. Eles não usavam armadilhas para pegar peixes e creio que só recentemente, através do contato com os sertanejos, é que aprenderam a drogar e capturar os peixes com a seiva de uma trepadeira conhecida por tingui (*Jacquinia sp.*). Ainda não sabem fazer canoas embora tenham aprendido – e mal - a manejá-las, seja com os sertanejos, seja com o pessoal do SPI. (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 97)

Ainda segundo David Maybury-Lewis, a pesca era uma atividade importante apenas durante os períodos em que o grupo se fixava temporariamente em algum lugar. A maior parte do tempo e da energia do grupo eram gastos em longas expedições de caça e coleta. “Tanto nas águas quanto na seca era possível fazer a caça e a coleta, o que lhes assegurava uma provisão de alimentos constante e farta. Havia apenas uma condição: era preciso estar sempre com o ‘pé na estrada’”. (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 92)

Essas expedições poderiam durar de seis semanas a quatro meses. Eram planejadas com antecedência no conselho dos homens e nessas reuniões avaliava-se como percorrer certa região para nela recolher todos os recursos almejados:

Ao que tudo indica, cada expedição destas percorre uma região ainda não visitada no mesmo ano, de modo que o ritmo de vida Xavante era quase anual e não sazonal. De modo geral é possível dizer que o território de uma determinada comunidade era a área que ela conseguia explorar nas suas andanças durante o espaço de um ano. (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 99)

Assim como no caso de outros povos indígenas do Cerrado, os Xavante não eram agricultores no sentido literal da palavra. Consideravam o trabalho agrícola como enfadonho, além de não serem pressionados pela necessidade de cultivar alimentos, uma vez que a maior parte destes era normalmente garantida pela coleta, caça e pesca.

Segundo observou Maybury-Lewis, antes dos primeiros contatos com a civilização branca eles plantavam milho, feijão e abóbora, plantas que eram resistentes e não exigiam muitos cuidados.(MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 93)

A cultura mais importante era a do milho, não necessariamente como uma fonte regular de alimento, mas sim na vida cerimonial, já que o produto era usado para confecção de bolos usados nas suas comemorações. Recorde-se que este também era o caso dos Bororo, para os quais plantio, o cultivo e a colheita do milho também tinham, sobretudo, aspectos cerimoniais. Do mesmo modo, os Xavante se referiam desdenhosamente ao fato dos brancos conhecerem apenas uma variedade, quando eles distinguiam e usavam diversas variedades de milho. Era exatamente o modo de vida seminômade e o fato de dependerem basicamente dos recursos que poderiam ser coletados livremente no Cerrado, que impediam a necessidade de uma agricultura mais intensiva:

Eles costumavam dedicar às suas roças apenas três semanas ou, no máximo, um mês por ano: aproximadamente uma semana para limpar o terreno e plantar, uma semana para colher o milho e mais uma semana para a colheita do feijão e da abóbora. No intervalo dessas visitas, ou ficavam na aldeia (situada em geral a um dia de caminhada das roças) ou partiam em expedições de caça e coleta. (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 93)

2.4 - Transformações induzidas pela sociedade branca

Por volta do final dos anos 1950, o SPI tentou “insistentemente” persuadir os Xavante a abandonar este modo de vida tradicional e incorporar o cultivo de outras plantas como o aipim, arroz e bananas. Embora tenham se “apaixonado” pela farinha de mandioca e aceitassem o plantio de outros produtos, segundo Maybury-Lewis, perceberam que se aceitassem as mudanças defendidas pelo SPI teriam que desistir de seu modo de vida tradicional, principalmente do nomadismo, das expedições de caça e

coleta para se dedicarem quase que exclusivamente a agricultura. (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 93)

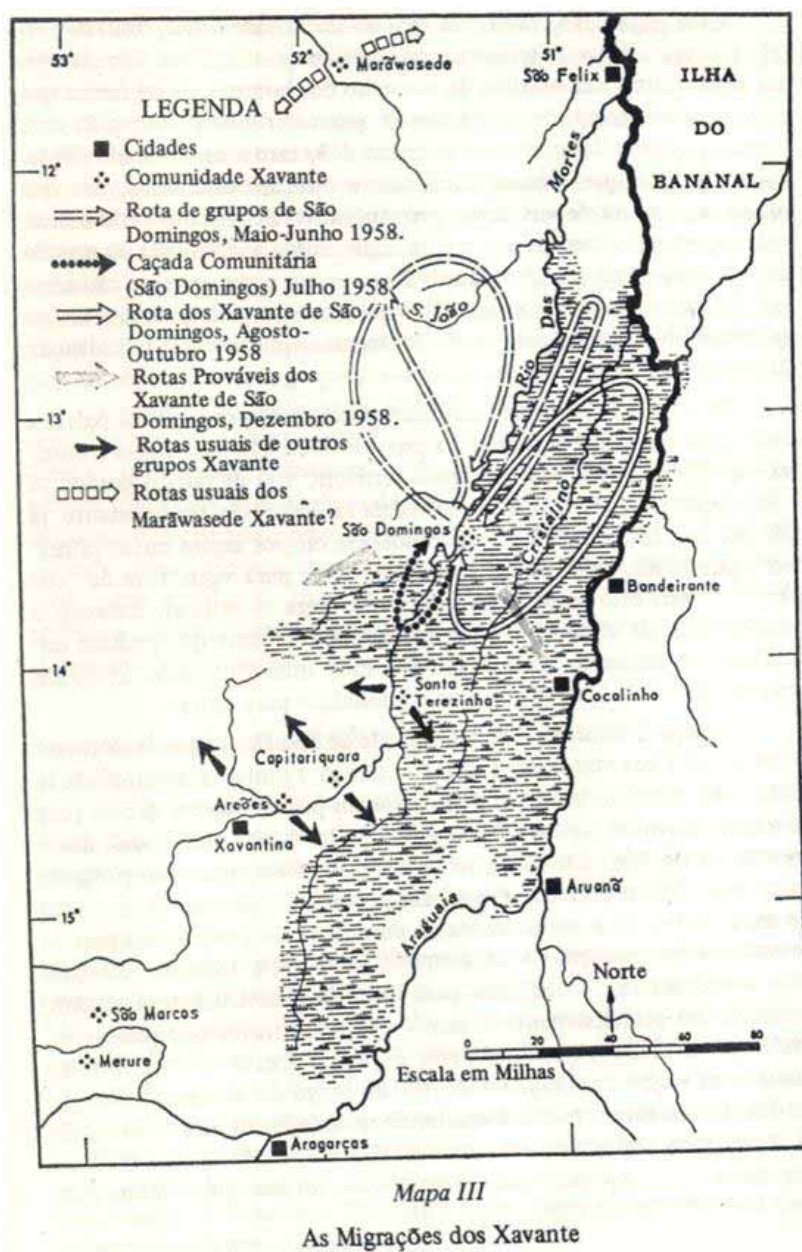


ILUSTRAÇÃO 22 – Mapa das expedições Xavante, observadas por Maybury-Lewis

Legenda: Da mesma forma que os Bororo e outros grupos do tronco Macro-Jê, também os Xavante realizavam grandes migrações sazonais para a coleta de produtos do Cerrado.

Fonte: MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 100.

Embora o território de uma comunidade correspondesse exatamente ao espaço que ela poderia explorar no período de um ano, os administradores brancos, imbuídos

de uma perspectiva capitalista da natureza, estavam convencidos de que os Xavante não faziam um uso “racional” do seu território e que este, se usado conforme a lógica do homem branco, ou seja, explorado intensivamente por atividades agrícolas, poderia abastecer um número muito maior de pessoas.

Além disso, por essa época, já estava claro para os administradores e para a sociedade branca do entorno que era uma questão de tempo para que o território fosse aberto à colonização e que os Xavantes tivessem seu território diminuído pela pressão branca, o que implicaria necessariamente em transformações drásticas no seu modo de vida e na necessidade de adaptação a essas novas condições.

No entanto, os Xavante, assim como os outros grupos indígenas do Cerrado, que ao seu tempo foram alcançados pela civilização branca, não podiam ceder a essas pressões e adotar um modo de vida branco sem deixar de ser o que eles sempre tinham sido.

É evidente que a estratégia de sobrevivência dos grupos que fosse baseada mais na adaptação do que na transformação do meio ambiente – dado o baixo índice de uso de tecnologias característicos dessas sociedades – devia privilegiar o aproveitamento dos recursos que estivessem disponíveis em uma determinada estação, seguindo assim o curso natural das possibilidades oferecidas pelo ambiente.

Consequentemente, estas relações ambientais não poderiam engendrar um sistema agroecológico que pudesse ser chamado de *agricultura*, no sentido literal do termo, ou no sentido que o termo adquire para as sociedades ocidentais modernas. Pretende-se chamar atenção aqui para o fato de que os diferentes sistemas agroecológicos engendram diferentes formas de vida e *valores* diferentes. É por isso que eles intuitivamente resistiram o que e quanto puderam ao assédio da sociedade branca do entorno. Como reforço a estes argumentos, podem ser oferecidos exemplos retirados de outros pesquisadores que se colocam na perspectiva da História Ambiental ou da Antropologia para observar os povos indígenas na ocasião de seu contato com as sociedades brancas. A situação vivida pelos primeiros colonizadores do Cerrado guarda paralelo com o aspecto ressaltado por William Cronon, em “Changes in the land: Indians, colonists, and the ecology of New England” (1990). No capítulo 4, “Bouding the Land”, compara em perspectiva crítica os modos de produzir de indígenas com os dos primeiros colonizadores europeus da Nova Inglaterra.

Cronon observou que o confronto entre esses diferentes sistemas agroecológicos também ocorreu em termos de conflito de valores na forma como cada sociedade

percebia a natureza e determinava o seu papel no contexto ambiental. Ao fazer esse tipo de comparação ele demonstrou que um mesmo ambiente natural podia oferecer diferentes tipos de constrangimentos a diferentes tipos de sociedades que dele tiravam proveito e que essas diferentes formas de relacionamento com o mundo natural induziam formas diferenciadas de apropriação da terra e dos recursos. (CRONON, 1990, p. 54)

Os indígenas nativos, diz ele, tiravam proveito da diversidade das suas terras, ocupando-as de forma itinerante, em um sistema de semi-nomadismo baseado em aldeias móveis, de maneira que tanto os utensílios, equipamentos e mantimentos quanto o conceito de propriedade territorial estava relacionado com essa vida móvel: “Vestiário, cestas, equipamentos de pesca, algumas ferramentas, mantas para cabanas, um pouco de milho, feijão, e carne defumada: isso constituía a maioria dos bens que as famílias indígenas individuais mantinham durante suas migrações sazonais.” (CRONON, 1990, p. 54) (tradução nossa)

Ele explica ainda que grande parte da colheita era armazenada em poços subterrâneos que ali ficariam até futuras visitas e que a confiança nesse sistema de aproveitamento dos recursos levou-os a um conjunto de valores no qual a propriedade não incidia sobre a terra, mas sobre o que estava na superfície da terra.

Isto quer dizer que para estas comunidades indígenas bastava o direito de usar de forma comum os recursos que se encontravam disponíveis na natureza ou que dela poderiam ser retirados com alguma tecnologia de caça, pesca ou agricultura. Além do que as próprias noções de riqueza, de trabalho e de lazer também estavam relacionadas com o sistema agroecológico por eles praticado.

Em contraposição, os colonizadores europeus operavam com um conceito natureza totalmente diferente e fundamentado basicamente na posse efetiva da terra, na propriedade privada da terra e no direito exclusivo de sua exploração. É por isso que Cronon faz a afirmação de que estes colonizadores estavam condicionados a encarar de forma depreciativa a maneira como os indígenas viviam e se relacionavam com o mundo natural.

Para estes europeus os indígenas não tinham o direito sobre a terra simplesmente porque eles não a usavam de forma *racional*, isto é, da forma como os europeus entendiam como sendo a forma correta de se trabalhar e viver:

Os índios, Francis Higginson escreveu, ‘não são capazes de fazer uso de um quarto da terra, eles também não possuem nenhum lugar estabelecido, como Townes, para habitar, nem chão, nem qualquer terreno como eles devem lutar pela sua posse, mas mudam a sua habitação de um lugar para outro’. Uma pessoa que se muda tanto e trabalha tão pouco não merece reivindicar a terra que habita. Estes supostas faltas de ‘melhorar’ a terra não são um símbolo de sua forma de vida escolhida, mas de sua preguiça. (CRONON, 1990, p. 55) (tradução nossa)

Assim sendo, a forma como os índios viviam, praticando a caça, a pesca, a coleta e mudando suas vivendas ao sabor das estações, pareceu aos olhos dos colonizadores europeus um grande desperdício de tempo e de recursos, o que por sua vez justificava tanto a pobreza dos indígenas quanto o direito natural dos colonizadores, já que estes eram industriais, possuíam a arte, a ciência, a habilidade e o interesse em usar a terra de maneira racional, vendo os processos e produtos naturais como *recursos naturais* e trabalhando para transformá-los em capital.

Esta descrição do modo de vida dos nativos norte-americanos não dista muito daquela forma de vida adotada pelos primeiros colonizadores do Cerrado e, por isso, mesmo ambos os sistemas de valores também estão muito próximos. Além disso, é preciso notar também que o conceito de *sistema agroecológico* se refere a um ecossistema domesticado pela ação humana, com objetivo de produzir os recursos necessários à existência das sociedades. (WORSTER, 2003, p. 27)

No sistema agroecológico natural não se promove a *domesticação* de um ecossistema, já que a estratégia de produção se baseia fundamentalmente na capacidade de interagir com o ecossistema sem, no entanto, transformá-lo: o eixo central da produção é a coleta de produtos naturais e mesmo a agricultura é praticada de forma itinerante, circunstancial e provisória.

No caso das diversas sociedades indígenas, elas não trabalhavam com a ideia de propriedade da terra, mesmo a propriedade comunal nos moldes que os europeus entendiam como sendo propriedade. Essas sociedades indígenas, em linhas gerais, possuíam sistemas agroecológicos baseados numa estratégia de produção para o consumo cujo eixo central era a coleta ou o extrativismo de coleta (vegetal, animal e mineral) apoiado por uma agricultura coletiva e itinerante. (BARBOSA; SCHMITZ, 2008, p. 57; MIRANDA, 2003, p. 80-81; LEFF, 2000, p. 60; POSEY, 1987, p. 178)

Nestes sistemas agroecológicos indígenas, a capacidade humana de transformação radical do ambiente natural era praticamente inexistente, se posta em comparação ao poder transformador das tecnologias modernas.

Pode-se aqui reforçar a afirmação de Posey (1984), de que estava em andamento uma relação de *coevolução*, onde as sucessivas ocupações indígenas eram induzidas pelas condições ambientais do território e ao mesmo tempo impactavam na formação do bioma. Tal modo de vida contrastava com aquele apresentado pelas sociedades do entorno e que lutavam para “modernizar” as sociedades indígenas:

Em resumo, a vida dos Xavante era tão bem adaptada ao seu ambiente que, mesmo já em 1958, um visitante ficava com uma impressão de abundância e eficiência em suas aldeias que contrastava intensamente com a sensação de pobreza e inadequação transmitida pelos vilarejos da população não-índia do Brasil Central. (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 106)

Neste aspecto fica patente que o processo de contato dos Xavantes e de outros povos indígenas com os homens brancos não se dava apenas na esfera econômica. O embate entre duas formas distintas e excludentes de relacionamento com o ambiente era realizado também na esfera cultural. No âmbito deste modo de vida próprio, da maneira como os povos Macro-Jê percebiam a natureza e com ela se relacionavam houve o que já foi classificado como *genocídio cultural*. Mais sutil que o genocídio físico, porém igualmente desumano, conforme ponderou José Galvão Pinto et alli (2002).

De acordo com ele, processos apresentados como tentativas de se “modernizar” os sistemas agroecológicos das sociedades indígenas do Cerrado na verdade foram mecanismos pelos quais se impôs aos povos originais um modo de vida e uma cultura não indígena.

Deste modo, além do evidente desprezo pelo conhecimento sobre o Cerrado que as sociedades indígenas acumularam por centenas, talvez milhares de anos, a civilização branca investiu e investe em projetos e práticas que introduziram, técnicas, culturas e tecnologias cujo resultado último tem sido a aculturação e descaracterização das comunidades indígenas.

Ao analisar as transformações na (agri)cultura de uma comunidade Bororo pós-contato com os brancos, Pinto et alli (2002) concluiu que mesmo para aqueles indígenas que conquistaram o direito de permanecer em suas terras a pressão da sociedade do

entorno os obrigava cada vez mais a abandonar seu modo de vida tradicional para adotar as técnicas industriais modernas.

Embora ele tenha analisado especificamente a comunidade do Meruri¹¹, maior aldeia de Bororos do Cerrado, diferentes trabalhos correlatos sobre este e outros povos faz com que concordemos com sua afirmação de que a história do contato dos Bororo com a sociedade não-índia e as alterações decorrentes no modo de vida e no sistema agroecológico original são representativos dos grupos indígenas remanescentes.

Na Terra Indígena do Meruri a proximidade com duas cidades e o fato de ser cortada pela BR-070 que faz a ligação entre o Sudoeste de Mato Grosso e o estado de Goiás, via importante de escoamento de parte da produção agrícola, permite um contato relativamente fácil entre a comunidade indígena e a sociedade do entorno. Contudo, o modo de vida tradicional dos Bororo, adaptado às condições ambientais e a sazonalidade do Cerrado, começou a ser abandonado e transformado a partir do contato com os primeiros colonizadores brancos, militares agentes do Estado e missionários. (PINTO et alli, 2002, p. 55)

Enquanto os primeiros se apossavam de suas terras através de métodos fraudulentos e violentos, levando a morte e a doença; os agentes do Estado eram responsáveis por seu aldeamento e os missionários se encarregavam de “civilizá-los” através da religião e do adiestramento para o trabalho doméstico e rural. Uma prática muito comum nos primeiros tempos foi a distribuição de ferramentas, roupas e utensílios com os quais os atraíam e os mantinham sob sua tutela. O modo de vida branco era usado como sedução para gradualmente introduzi-los em outro modo de vida.

De acordo com Pinto, na verdade a intenção final era a de usá-los como mão de obra alternativa à disponibilizada em outros estados pela imigração estrangeira. Além de não ser o destino dessas correntes migratórias estrangeiras, aqueles que vinham de outros estados para a região o faziam com intuito de se aventurarem nos garimpos da região e por isso a colonização empacava por falta de braços nas lavouras. Dai a necessidade de incorporar os Bororos como “negros da terra”. (PINTO et alli, 2002, p. 57)

¹¹ A Terra Indígena Meruri localiza-se nos municípios de General Carneiro e Barra do Garças, com uma área total de 82.301 hectares, demarcada em 1986 pelo Decreto 76.999 e homologada em 1987 pelo Decreto 94.014.

Na medida em que mais colonos e garimpeiros iam avançando sobre os territórios originais, mais e mais comunidades eram desestruturadas e aumentava a pressão sobre os indígenas remanescentes. Depois que a maior parte dos seus territórios originais foi tomada pelos brancos e a maior parte do povo Bororo extinto, a mais importante mudança no seu modo de vida foi a introdução de novos cultivos, que “implicou profundas transformações na organização para a produção e nas manifestações culturais associadas às culturas agrícolas”, conforme ponderou Pinto et alli (2002, p. 57).

Invariavelmente antropólogos e outros estudiosos têm observado que as sociedades indígenas incorporam os seus sistemas de cultivo, as suas práticas de caça, pesca e coleta à sua história oral e aos rituais praticados pelo grupo. Isto revela que para estes povos um sistema agroecológico não pode ser reduzido a um sistema econômico, da forma como é entendido pela sociedade branca, mas sim um sistema existencial onde as esferas da economia, da cultura e da sociedade ao contrário de estarem separadas formam um todo orgânico.

É impossível separar a cultura material dos seus mitos e ritos. Para os povos indígenas é impraticável que seu modo de vida original seja abstraído da maneira como eles se organizam, para extrair da natureza o que necessita para sua sobrevivência. Por isso não se pode delimitar as fronteiras entre o sistema agroecológico e o ambiente natural e a cultura. No entanto, é exatamente este aspecto que fragiliza estas sociedades quando elas são alcançadas pela civilização branca. É sintomático que milhares de pessoas, centenas de etnias e diversos grupos tenham sido dizimados por doenças levadas – conscientemente ou não – pelos brancos que eram imunes a essas enfermidades.

Mas a fragilidade não era apenas física, pois a simples introdução de um machado de pedra em uma aldeia, ou a posse e uma arma de fogo, a introdução de roupas ou o consumo de bebidas alcoólicas poderia provocar e efetivamente provocou mudanças que determinaram o destino de grupos inteiros.

Para os Bororo e os Xavante, o caso mais significativo foi a introdução da cultura do arroz, que substituiu o milho em importância na alimentação, área cultivada e com isso desestruturou o universo cultural. Especificamente com relação aos Bororos, Pinto avaliou que:

A substituição do milho pelo arroz como cultivo mais importante refletiu no quase abandono da mais importante manifestação ritual associada à agricultura, o *Kuidá Páru* ou festa do milho. A área atualmente plantada de milho no Meruri fornece apenas o mínimo necessário para que se realize um ritual muito reduzido e simplificado no qual o *Bári* ou xamã dos espíritos, responsável pela ligação entre os homens (*Boe*) e os espíritos da natureza (*Bópe*) chega a ser substituído por um padre na tarefa de benzer o milho e afastar dele os espíritos maléficos. (PINTO et alli, 2002, p. 57)

Aliás, Pinto também observou que a introdução de novas variedades de milho, assim como do milho híbrido, causou a perda da variedade de milho crioulo, conhecidas e cultivadas pelos Bororo desde tempos imemoriais, o que novamente configura uma perda de identidade cultural associada a perda do germoplasma e da sustentabilidade dos sistemas de cultivo. (PINTO et alli, 2002, p. 57)

A comunidade Bororo não pode aumentar a produção com base na introdução dessas novas variedades de milho, pois também para a sociedade branca vale o pressuposto de que um determinado sistema agroecológico engendra formas específicas de relacionamento com a natureza, formas específicas de cultura e de tecnologia.

Neste caso, o aumento da produção não se verificou porque a comunidade Bororo introduziu o uso apenas das novas sementes e não o “pacote tecnológico” completo, adubos químicos, agrotóxicos, máquinas, implementos e manejo exigidos para que se obtivesse o desempenho esperado. De qualquer forma, foi verificado por Pinto (2002) que as culturas mais importantes nos quintais e roças dos Bororo do Meruri eram quase todas introduzidas no pós-contato: arroz, banana, mandioca, banana e feijão. (PINTO et alli, 2002, p. 57)

Cerca de doze anos antes da pesquisa de Pinto (2002), Viertler (1990a) havia realizado um amplo trabalho de investigação sobre o histórico das relações entre os índios Bororo e os “civilizados” em Mato Grosso.

Por este trabalho de Viertler (1990a) pode ser notado que as políticas públicas de implantação de projetos de desenvolvimento em áreas indígenas durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, apenas coroaram um longo processo através do qual as sociedades indígenas foram destituídas de seus territórios originais e obrigadas a se integrarem nas relações capitalistas de produção das sociedades brancas do entorno. (VIERTLER, 1990a)

Assim foi que inicialmente eles eram presenteados e mantidos em um estado de permanente abundância de novos meios de subsistência, ofereciam-se uma série de

novas e sedutoras necessidades que em tese poderiam ser plenamente satisfeitas com a sua plena integração a economia capitalista do entorno de suas terras.

Em suma, conforme explicou Viertler (1990a), tratava-se de ganhar-lhes a afeição, e pouco a pouco convencê-los da obrigação do trabalho nos moldes capitalistas até que pudessem adquirir o hábito de proverem por si mesmos a sua manutenção no quadro das novas relações que estavam sendo implantadas. (VIERTLER, 1990a, p. 188-190)

Viertler resume de maneira sucinta, porém enfática a forma como isso ocorreu entre os Bororos. Quando realizou sua pesquisa no início dos anos 1990 ela estimou que o povo Bororo estivesse reduzido a cerca de 730 pessoas que viviam em aldeias espalhadas pela Bacia do Rio São Lourenço e podiam ser classificados como “caçadores e coletores transformados em horticultores”. (VIERTLER, 1990b, p. 19)

Entre as transformações observadas, resultantes do longo processo de contato com a sociedade branca, ela destaca primeiramente o desmantelamento das condições sociais que permitiam a utilização de rotas tradicionais que uniam as aldeias aos acampamentos de caça, coleta e pesca, capoeiras e demais territórios de exploração econômica. (VIERTLER, 1990b, p. 20)

Tendo em vista que por esta época o território Bororo já estava reduzido a cerca de 400 vezes menor que o original e a escolha da localização das aldeias passaram a ser uma atribuição do branco responsável pela tutela, os Bororos eram obrigados a usar as rotas de comunicação do branco quando transitavam entre as aldeias. Este prolongado e diversificado contato com o branco estimulava a introdução de hábitos antes desconhecidos e que paulatinamente reduziam a cultura ancestral a apenas uma pálida noção do que tinha sido por vários séculos.

A falta de argila adequada propiciou a adoção de panelas de alumínio; as dificuldades e a morosidade do processo de preparo de alimentos e bebidas tradicionais passaram a estimular a introdução de seus sucedâneos a partir do civilizado; os padrões de pudor do dominador estimularam a adoção de roupas que, por sua vez, engendraram o abandono gradativo da indumentária, das pinturas corporais e dos enfeites tradicionais; a produtividade crescente das roças em territórios cada vez mais circunscritos nas reservas estimulou a adoção de instrumentos de ferro e máquinas para o cultivo; a rarefação da capa e a inviabilidade total de guerras desestimularam a produção de armas tradicionais, cuja confecção tradicional exige tempo e matérias primas selecionadas; as novas condições de sobrevivência provocaram o reforço cada vez maior de um padrão de adaptação horticultor-pesqueiro, com a evidente decadência das atividades de caça e coleta,

e incentivo às estratégias de comercialização com o branco; a crescente desmoralização dos chefes e xamãs desencadeadas pela política de tutela do civilizado estimulou a procura de políticas, remédios e benzimentos dos brancos; a imposição de roças coletivas engendradas pelos tutores visando a racionalização capitalista da produção nas reservas propiciou a absorção desproporcional da mão de obra Bororo nos trabalhos coletivos e a inviabilização da manutenção de roças familiares, desequilibrando o abastecimento alimentar dos grupos domésticos; a introdução da merenda escolar causou distúrbios na distribuição tradicional de alimentos, já que as crianças consumiam a merenda sem redistribuí-la aos parentes mais velhos. (VIERTLER, 1990b, p. 20-21)

Como se percebe, a paulatina submissão e integração dos povos indígenas à sociedade branca contou com algo mais sutil – nem por isso menos cruel – do que a simples violência física. Ao longo dos séculos de contato, lentamente os indígenas foram capturados para práticas, ideias e comportamentos que significavam o abandono de seus modos tradicionais de vida.

Mesmo naquelas ações que aparentemente significavam uma “ajuda”, continham os germes da produção e do modo de vida capitalista que iria significar esse lento controle dos povos indígenas pela sociedade branca.

Refletindo sobre as especificidades do capitalismo e das formas como ele encontra para se perpetuar, mesmo diante de progressivas contestações, Cornelius Castoriadis considera que ele tem sido eficiente exatamente porque em suas sociedades são criadas necessidades para seus membros ao mesmo tempo em que lhes ensina que “a vida não vale a pena ser vivida e mesmo não pode ser materialmente vivida a não ser que estas necessidades sejam bem ou mal satisfeitas”.(CASTORIADIS, 1981, p. 20-21)

Então, diz ele, o sistema capitalista tem conseguido manter-se apesar de todas as lutas que contra ele têm sido travadas porque em primeiro lugar coloca no centro de tudo as “necessidades econômicas”, de forma que para os indivíduos destas sociedades o dinheiro e os bens materiais sejam encarados como absolutamente imprescindíveis não apenas para a vida, mas para a felicidade. Além, disso, o capitalismo teria sido eficiente em construir “uma humanidade para a qual, mais ou menos bem ou mal, estas necessidades são aproximadamente tudo o que conta na vida”. (CASTORIADIS, 1981, p. 21)

E como corolário disso tudo, o capitalismo, bem ou mal e na maior parte do tempo consegue satisfazer essas necessidades para um grande número de pessoas de forma que mesmo aqueles que não encontram satisfação para suas necessidades

compartilhem da sensação e da esperança de que tais necessidades possam ser satisfeitas através do capitalismo. (CASTORIADIS, 1981, p. 16)

Conscientemente ou não, de forma planejada ou não, o fato é que a sociedade branca do entorno das terras indígenas tratou de fazer com que as comunidades indígenas do Cerrado fossem paulatinamente atingidas com a criação de novas necessidades como pressuposto para a criação da sua dependência a relações capitalistas.

Necessidades antes não existentes foram criadas e aquelas que eram satisfeitas inteiramente através das maneiras tradicionais de relacionamento com o ambiente do Cerrado, foram orientadas para que a sua satisfação se encontrasse fora do âmbito daquela produção tradicional e apenas nas novas relações estabelecidas com as sociedades do entorno.

Se pudermos assinalar um período a partir do qual o cerco se fecha sobre as comunidades indígenas do Cerrado, este momento é os anos 1970. Neste instante estão sendo implantados grandes projetos de desenvolvimento para a região do Cerrado e é a ocasião em concepção de “desenvolvimento” fundada em valores capitalistas alcança a sua hegemonia.

Foi nesta época que a FUNAI, com base no projeto de *desenvolvimento* do regime militar, retomou o propósito que o SPI tentara implantar na comunidade Xavante de São Domingos e programou um projeto de cultivo mecanizado de arroz nas aldeias da região do Brasil Central. (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 94)

O SPI se baseava na suposição de que em poucas décadas a região ocupada pelos Xavante seria aberta à colonização, o que reduziria drasticamente o território indígena e os obrigaria a adotar novas alternativas de sobrevivência. A Funai substituiu o SPI em 1967, e pouco tempo depois teve que solucionar problemas advindos da redução dos territórios indígenas, do desmatamento das áreas do entorno e incursões brancas nas áreas remanescentes.

Nessas condições, o órgão elaborou um projeto de “desenvolvimento” que tinha objetivo de garantir a subsistência das comunidades e produzir excedentes comercializáveis. Aliás, um dos objetivos da FUNAI era o de que esses excedentes restituíssem os investimentos realizados na compra de máquinas, insumos e implementos agrícolas. Esta ação ficou conhecida como “Projeto Xavante” e foi realizada nas décadas de 1970 e 1980, sendo escolhida a cultura do arroz porque este era

o principal produto de mercado na época e a região já era considerada uma das maiores produtoras, fato que facilitaria a comercialização. (SILVA; GARAVELLO, 2010, p. 3)

O projeto não teve solução de continuidade porque era baseado em relações capitalistas de produção e na utilização de insumos sintéticos, sementes melhoradas e uso intensivo de máquinas e implementos agrícolas, condições que os indígenas não poderiam manter devido aos altos custos da produção. O que resultava na dependência contínua e progressiva da FUNAI – para produção - e da sociedade do entorno, para comercialização.

De acordo com Silva et alii tal concepção de “desenvolvimento” teria sido usada em outros projetos, mesmo com o fracasso do “projeto xavante”. Estas ações contribuíram para provocar alterações substanciais nos padrões de subsistência das populações indígenas da região, “principalmente pela substituição dos produtos como milho pelo arroz, levando a perda de sementes tradicionais”. (SILVA et alii, 2009, p. 35)

E assim, através destes projetos de *desenvolvimento* calcados em concepções capitalistas, a busca pela satisfação das necessidades de comunidades indígenas foi colocada em uma perspectiva eminentemente capitalista. É por isso que quando se analisa o processo de contato da civilização branca com as diversas comunidades indígenas do Cerrado, obtém-se um quadro mais geral onde as relações se expressam também como uma disputa entre dois modelos distintos e excludentes de *desenvolvimento*.

Para as comunidades indígenas o conceito de desenvolvimento só fazia sentido se estivesse relacionado com a preservação do seu modo de vida tradicional, pois este já era autossustentável e perfeitamente adaptado às condições ambientais em que viviam. (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 106)

Ele já havia notado que os Xavante eram tão bem adaptados ao seu ambiente que, “mesmo já em 1958, um visitante ficava com uma impressão de abundância e eficiência em suas aldeias que contrastava intensamente com a sensação de pobreza e inadequação transmitida pelos vilarejos da população não índia do Brasil Central”. (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 106)

E foi através de procedimentos semelhantes aos descritos por Viertler aliados a pressão branca sobre seus territórios originais que paulatinamente reduziram as comunidades remanescentes a um estado de dependência da sociedade branca que

atualmente é tão profundo e amplo quanto às relações que cada comunidade indígena possuía com a sociedade do entorno de suas terras. (VIERTLER, 1990b, p. 20-21)

Povos que herdaram os conhecimentos e práticas acumulados por milênios e que praticavam sistemas agroecológicos sustentáveis foram reduzidos a uma situação de dependência econômica, degradação social e aculturação. Somente alguns grupos que lograram preservar-se do contato mais prolongado e intenso com a sociedade do entorno puderam manter os principais traços de seu modo de vida e cultura.

É ilustrativo também o caso estudado por Silva et alii sobre o agravamento dos problemas alimentares na Terra Indígena Xavante de Pimentel Barbosa. Estes autores verificaram que aquela comunidade indígena Xavante havia decidido lutar pela ampliação da Terra Indígena para viabilizar a produção e o acesso aos alimentos tradicionais. (SILVA et alii, 2009, p. 35)

Na ocasião, a Associação Costa Rica, formada por proprietários do entorno evitaram a solução proposta pelos indígenas sob a alegação de que “este aumento não supriria a necessidade de alimentos das comunidades” e propuseram a implantação de um *projeto de desenvolvimento* nos mesmos moldes daqueles já tentados pelo SPI e FUNAI:

A duração deste projeto foi prevista para os anos de 2003 a 2009 tendo apoio da FUNAI e da Prefeitura Municipal de Canarana/MT. A área de cultivo deste projeto totalizou 90 hectares, dividida entre as seis aldeias existentes nesta T.I. A área de plantio da aldeia Wede'ra foi de seis hectares, com colheita na safra 2005-2006 de 280 sacos (60 kg) de arroz. O sistema de produção foi convencional, utilizando tratores e grade aradora. Utilizou-se tratamento das sementes com inseticida e adubação química. Segundo informações obtidas em 2007, junto à técnica do Projeto, o mesmo foi extinto, devido aos altos custos dos insumos utilizados no cultivo. (SILVA et alii, 2009, p. 35)

De acordo com Vieira Filho o problema de Xavante e Bororo é que eles, historicamente, habitam terras que são pobres em nutrientes, em comparação com espécies de solos de florestas. No passado este solo podia fornecer, através das plantas coletadas, os nutrientes necessários porque a exploração dos recursos naturais era realizada predominantemente através da coleta, caça e pesca em sistemas sazonais que

não empobreciam o solo como é o caso da agricultura intensiva.¹² (VIEIRA FILHO, 1981, p. 37)

Sabemos também que as plantas e cereais provenientes de agricultura em solos pobres em micronutrientes, apresentam menor concentração de elementos que as plantas e cereais provenientes de áreas mais ricas. A agricultura intensiva em solos pobres torna-os cada vez mais pobre em micronutrientes a custa de absorção pelas plantas e retirada da cobertura vegetal. As plantas, cereais e animais passam cada vez mais a apresentar menor concentração de minerais ou micronutrientes” (VIEIRA FILHO, 1981, p. 38)

É por isso que as mudanças estruturais decorrentes da progressiva perda de seus territórios tradicionais e ocupação das áreas do entorno de suas terras remanescentes pela agricultura modernizada levou a diminuição correlata da caça, da pesca, da coleta, produzindo a redução das possibilidades de manutenção de seu modo de vida tradicional.

Dada à exiguidade dos territórios, onde estão atualmente confinados, se estes forem comparados com a extensão de seus antigos domínios, a agricultura sazonal e itinerante que eles herdaram dos primeiros colonizadores e que os manteve por vários séculos, não pode ser praticada.

Assim estes povos se veem em uma situação limite: precisam optar entre manter o modo de vida o mais tradicional possível e comprometer suas possibilidades de reprodução populacional ou aderir, mesmo que parcialmente, a projetos de desenvolvimento cujos resultados implicam no abandono de suas tradições. É o que sugere Vieira Filho ao argumentar que o aumento populacional significativo dos Xavante não foi compensado por territórios maiores, o que implicou na impossibilidade de migrarem para regiões distantes em que a caça estivesse preservada.

Devido ao aumento populacional dos Xavante e ao problema permanente de alimentação, a FUNAI pôs em execução grandes projetos de plantação de arroz nas reservas Xavante e Bororo, fornecendo sementes e partes da maquinarias necessárias. Os índios entusiasmaram-se com as plantações de arroz, que vieram a minorar o problema da fome e passaram a consumir mais esse cereal. O arroz do cerrado é mais pobre em iodo que o arroz proveniente de várzeas ou solo de florestas ou de derrubada. Por sua vez, os solos de cerrado, submetidos a essa agricultura intensiva, vão ficando cada vez mais

¹² De fato, a prática da agricultura intensiva no Cerrado só é possível com a constante correção do solo com calcário e também outros adubos químicos.

pobres em nutrientes, exigindo mais adubo para produção. (VIEIRA FILHO, 1981, p. 38)

Não obstante a essas considerações, Vieira Filho não vislumbra outra solução para o problema alimentar das comunidades indígenas senão uma adaptação às novas condições impostas pela sociedade branca e não uma luta pela restauração das condições originais, como, por exemplo, a ampliação das áreas ocupadas atualmente:

O projeto alimentar dos Xavante e bororo em roças comunitárias terá que ser reformulado, (...) Benéfica e valiosa para os índios seria a complementação com projetos de criação animal como frangos em granjas, fornecendo carne e ovos, nutrição proteica a populações que sempre valorizaram a carne na alimentação. Valiosos seriam igualmente projetos de fomento da pesca e desenvolvimento da piscicultura. (...) A aculturação alimentar dos índios propicia o bócio endêmico, já observado entre os Xavante, Bororo e Kraó, e o diabetes mellitus. O amido em excesso e o açúcar refinado podem conduzir a obesidade e ao diabetes mellitus, tão comum entre os índios da América do Norte e já presente entre os índios brasileiros Caripuna, Galibi e Palikur, que se aculturaram quanto a alimentação. (VIEIRA FILHO, 1981, p. 39)

Segundo consta no trabalho de Silva et alii (2009), algumas organizações não governamentais investiram na reformulação dos projetos, tal como havia sugerido Vieira Filho (1981). Entre 1992 e 1998 foi desenvolvido o Projeto Jaburu, que consistia em um plano de manejo de caça e resultou em um levantamento cartográfico da reserva e na abertura de duas estradas para facilitar o acesso aos recursos. (SILVA et alii, 2009, p. 35)

Outro projeto relacionado à caça foi desenvolvido pela Associação Aliança dos Povos do Rocandor, que através da monitoração por rádio visou a preservação da queixada e do cerrado. (SILVA et alii, 2009, p. 35)

A pesquisa de Silva et alii foi realizada na Terra Indígena Pimentel Barbosa, que possui uma área de 328.966 hectare e localiza-se nos municípios de Canarana e Ribeirão Cascalheira. Na época do estudo a população era de aproximadamente 1.700 pessoas distribuídas em seis aldeias. Os pesquisadores realizaram três viagens de campo entre os anos de 2006 e 2008, usando técnicas de observação participante e entrevistas. (SILVA et alii, 2009, p. 36)

Eles averiguaram que naquela época e local a caça ainda era a principal fonte de proteínas para a dieta da comunidade, embora conservasse pouco das características

tradicionais. A delimitação do território em bases bem menores que as áreas tradicionais causou o fim da mobilidade espacial, com uma consequente pressão maior sobre as áreas próximas, agravada com o uso do automóvel. Além disso, examinou-se o uso inadequado do fogo e a inexistência de uma época específica para a caça, ao contrário dos tempos ancestrais quando esta era preferencialmente realizada na estação seca. (SILVA et alii, 2009, p. 37)

O trabalho de coleta também não era tão importante para a garantia de alimentação do grupo, embora tenha sido constatado o conhecimento pela população da aldeia sobre diversas espécies vegetais do Cerrado de uso na alimentação.

Pode ser verificado que atualmente a coleta não tem a mesma importância que possuía como base alimentar no passado. As mulheres não mais a realizam com frequência. As jovens não conhecem tantas espécies de plantas do cerrado, sua localização e época de produção. (SILVA et alii, 2009, p. 38)

Eles observaram que o comum era que a coleta fosse realizada esporadicamente, quando não havia outra fonte de alimentação disponível, como o arroz; ou ainda quando era época de frutificação de espécies, como o Baru e o Pequi, e então os membros da aldeia iam de carro até os locais conhecidos para fazer a coleta desses produtos.

A maior mudança, no entanto, parece estar relacionada com a introdução do plantio do arroz. Assim como no caso dos Bororo, a introdução da cultura de arroz significou a perda das sementes tradicionais de milho e a desestruturação das manifestações religiosas e culturais relacionadas com esta cultura. Além disso, enquanto perdurou seu cultivo mecanizado, houve uma diminuição considerável das outras formas de obtenção de alimentos, diagnosticando em 2006 uma taxa de 56% de anemia entre os indígenas da tribo analisada. (SILVA et alii, 2009, p. 45)

Associada à produção mecanizada de arroz, outras alterações na alimentação foram introduzidas pelo acesso a alimentos industrializados, particularmente os ricos em carboidratos e açúcares. Outra fonte de alimentos era proveniente da merenda escolar distribuída entre as crianças da aldeia, cujos itens eram predominantemente fora dos padrões tradicionais da cultura indígena.

Capítulo III

O povoamento não-indígena e seus sistemas agroecológicos

3.1 – Sistema Agroecológico Subordinado

Segundo Alfredo Kingo Oyama Homma, o extrativismo é historicamente a primeira forma de exploração econômica, “limitando-se à coleta de produtos existentes na natureza”. Para ele, o extrativismo tem como característica principal a baixa produtividade ou produtividade declinante e tendendo à extinção no decorrer do tempo: “muitas das antigas formas de extrativismo fazem parte hoje de culturas ou criações racionais; outras desapareceram; algumas estão em vias de domesticação e novas atividades extrativas poderão surgir na dimensão espacial e temporal”. (HOMMA, 1993, p. 1)

Em outras palavras, o extrativismo é intermitente no espaço e no tempo, além de mudar também na qualidade do produto (vegetal ou mineral) que é extraído em dado momento e lugar. Disso decorre o fato de que esse sistema agroecológico ocorre em concomitância com outros, o que por sua vez implica em um relacionamento entre as diversas formas, estabelecendo uma hierarquia na produção global. Além destas, ele cita outras características da economia extrativista:

- Possui caráter cíclico, apresentando fases de expansão, estabilização e declínio relacionadas com a competição com outras formas de produção, expansão de plantios domesticados ou concorrência com produtos sintéticos, aumento dos níveis salariais, expansão da fronteira agrícola e crescimento populacional, fatores esses que concorrem para que o extrativismo tenda a se desagregar enquanto forma de atividade econômica.
- Classificação da economia extrativista em dois tipos: por aniquilamento ou predação, quando a obtenção do recurso implica na extinção da fonte, e extrativismo de coleta, quando não há destruição da fonte produtora. (HOMMA, 1993, p. 4)

Homma argumenta que o extrativismo sempre implica em dispersão da atividade por um grande território e intensa utilização de mão-de-obra, com baixa rentabilidade e produtividade econômicas apesar de apresentar também boa sustentabilidade do ponto de vista agrônomo/florestal e ecológico. (HOMMA, 1993, p. 5)

A questão central para ele reside exatamente no fato de o extrativismo não ser capaz de garantir a sustentabilidade econômica por um período longo, além de não oportunizar o *desenvolvimento*¹³ das regiões e populações onde é praticado: reservas extrativistas podem até retardar a expansão de uma fronteira agrícola e assegurar momentaneamente a posse da terra e um estilo de vida tradicional, “mas não há garantia de sustentabilidade ao longo do tempo. Em áreas com alta densidade demográfica e grande fluxo migratório, pode ocorrer o inverso”. (HOMMA, 1993, p. 177-178)

Ele vê a economia extrativista como “dependente do processo de desenvolvimento e cujo fim inexorável será o seu gradativo desaparecimento. A economia extrativista carrega em seu próprio bojo a semente de sua autodestruição”. (HOMMA, 1993, p. xi).

No entanto, outros dados apresentados por Homma, que indicam a importância relativa da atividade extrativa vegetal em todo o Brasil.¹⁴ Segundo ele, os produtos de origem extrativa ainda possuem uma presença forte nas exportações brasileiras. A Hévea coagulada e a Hévea látex, por exemplo, constam da pauta de exportações das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-oeste, o mesmo ocorrendo com a Ipecacuanha, que não está na pauta apenas das regiões Sul e Nordeste. (HOMMA, 1993, p. 2-3)

Todas as regiões, no entanto, contribuem com uma série de produtos vegetais e animais que são coletados diretamente na natureza por meio do extrativismo. Dessa maneira, configura-se uma situação na qual o extrativismo é tido como uma forma arcaica de produção, sem sustentabilidade econômica ao longo do tempo, mas que continua sendo praticado por uma grande quantidade de pessoas, em todas as regiões do país.¹⁵

O governo brasileiro conceitua o *extrativismo* como: “toda atividade de coleta de produtos naturais de origem mineral” (petróleo, ouro, prata, bauxita), animal (pesca, agricultura, carne, pele) *ou* vegetal (madeira, folhas e frutos) “que tenham sido espontaneamente gerados pela natureza”.¹⁶

¹³ Deduz-se que o conceito de desenvolvimento adotado por este autor recebe a conotação de progresso material e tecnológico.

¹⁴ Estes dados são referentes ao período em que Homma realizou sua pesquisa e, por isso, os números se referem ao início da década de 1980.

¹⁵ Com base nos dados do Censo Demográfico de 1980, Homma afirma que o setor extrativista vegetal na região Norte envolveria mais de 100 mil pessoas, representando 13,8% da população economicamente ativa.

¹⁶ Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Minas e Energia, Embrapa e IBAMA. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/setores-da-economia/extrativismo>>.

Em suma, o conceito institucional de extrativismo está relacionado com a simples coleta de produtos encontrados na natureza, não pressupondo, portanto, relações superficiais e limitadas com o ambiente natural, relações estas que são apoiadas por um baixo nível tecnológico e executadas com um mínimo de especialização na divisão social do trabalho.

Segundo este mesmo conceito governamental, o “extrativismo também pode ser entendido como o uso sustentável e racional da coleta de recursos renováveis destinados ao mercado, à venda, ou para a indústria”. Esta afirmação, no entanto, é questionável e não encontra respaldo na discussão teórica sobre o conceito a não ser quando aparece como uma premissa que não se confirma quando testada como hipótese, conforme afirma Drummond (2002, p. 2).

Este autor parte de um conceito de extrativismo semelhante ao usado pelas instituições governamentais brasileiras, pois para ele o extrativismo se refere à atividade de retirar recursos naturais dos seus locais de ocorrência, a partir dos seus estoques naturais, isto tudo sem que haja *manipulações reprodutivas ou processamento industrial*. Para Drummond, as atividades ou regiões extrativistas são *intensivas de recursos naturais* e estão subordinadas a outras atividades e regiões que por sua vez são *intensivas de capital e tecnologias*. (DRUMMOND, 2002, p. 2-3)

Então, o ponto central que distingue o extrativismo de outros modos de produção, subordinando àquele a estes outros é o fato do extrativismo não comportar o uso intensivo de tecnologias e de capitais e se caracterizar por atividades de coleta de produtos naturais, sem que nesta atividade de coleta incida uma quantidade considerável de tecnologias ou de capitais.

Essa subordinação do extrativismo aos outros modos de produção é também atestada por Homma (1993, p. 8), pois ele assinala que esta atividade ocorre sempre dependente do setor agrícola, de onde obtém seus alimentos e através do qual estabelece o intercâmbio com os setores comercial e “industrial, que se apropria do excedente de ambos”.

Drummond exclui do conceito de extrativismo todas as formas de agricultura e de pecuária, uma vez que estas alteram os ciclos naturais e ao mesmo tempo exigem a transferência de recursos tecnológicos e de capitais de um lugar para outro, “em outras palavras, agricultura e pecuária, mesmo diretamente dependentes de recursos naturais, incorporam capital, tecnologia e trabalho em proporção maior do que as atividades extrativistas”. (DRUMMOND, 2002, p. 3)

As atividades industriais e de serviços são conceituadas como antípodas do extrativismo, exatamente por exigirem uma quantidade grande de capitais e de tecnologias, assim como especialização e divisão social do trabalho. Assim, enquanto que o extrativismo está posto em um extremo, a indústria e os serviços estão em outro e a relação entre eles é de subordinação, já que a base material e cultural do desenvolvimento contemporâneo são os investimentos intensivos de capitais e tecnologias. (DRUMMOND, 2002, p. 3)

A postulação de Bunker¹⁷ de que o extrativismo deve ser visto como “um modo de produção subordinado” explica o seu lugar nas relações da economia mundo. Bunker, segundo Drummond, define o “extrativismo como a coleta de recursos naturais brutos na sua região de ocorrência natural”, e ao mesmo tempo acrescenta que “qualquer grau de manipulação tecnológica dos recursos naturais brutos já implica em transitar do extrativismo para atividades que ele chama de produtivas transformadoras, ou industriais”. (DRUMMOND, 2002, p. 8)

Além disso, países ou regiões podem, evidentemente, “combinar extração, agricultura e transformação”, o que implica em reconhecer que os diversos sistemas agroecológicos combinam-se de diferentes maneiras de acordo com a época e o lugar na formação da economia e da sociedade mundial moderna. (DRUMMOND, 2002, p. 8)

Este fato já foi observado por Immanuel Wallerstein (1974). Nesta obra, em linhas gerais, ele afirma que o nascimento de uma economia-mundo na Europa ocidental foi possível devido a três fatores básicos: a expansão geográfica, o desenvolvimento de métodos de controle do trabalho diferenciados para diferentes produtos e regiões da economia-mundo e a criação de aparelhos de estado nos estados centrais da economia-mundo europeia.

A diversificação na esfera da produção, combinando extrativismo, agropecuária e transformação industrial caracterizariam as regiões ou países mais bem localizados na hierarquia da economia mundo e a predominância de atividades extrativistas indicaria a subordinação regional e política a outros locais industrializados ou onde o extrativismo é combinado outros sistemas agroecológicos:

¹⁷ De acordo com Drummond, Stephen Bunker, é um sociólogo americano que estuda o extrativismo no mundo contemporâneo, especialmente nos países subdesenvolvidos (BUNKER, 1986, 1984, 1989, 1992; BARHAM et alli, 1994).

Os produtos extrativistas apresentam uma proporção muito baixa de capital, tecnologia e trabalho. Por isso, afirma ele, a maior parte do valor desses bens é atribuível às suas **características naturais**, e não ao capital, à tecnologia, ou ao trabalho neles embutidos. Ele destaca ainda que a agregação de valores do capital e do trabalho aos recursos naturais brutos, ou seja, a sua transformação em produtos acabados ou intermediários - tipicamente se dá em regiões industriais que não coincidem com as áreas extrativistas. (...) Isso para ele gera um fluxo líquido de matéria e energia para as áreas centrais industrializadas do planeta, ou, o que dá no mesmo, uma perda de valor na região de origem e um acréscimo de valor da região de consumo ou transformação. As regiões extrativistas sofrem ainda perdas sérias em termos de degradação ambiental alterações físicas e biológicas nos seus estoques de recursos naturais, os quais são reduzidos (os não renováveis) ou se tornam mais difíceis de obter (os renováveis). (DRUMMOND, 2002, p. 8-9)

Esta descrição corresponde a um sistema de trocas desiguais que abarca diversas dimensões, desde a dimensão ambiental em que determinados territórios são configurados como áreas de extração de matérias primas e outros como produtores de tecnologias e exportadores de capitais, até a dimensão financeira onde os fluxos dos valores que representam e possibilitam todas as trocas seguem a mesma lógica.

Uma das consequências dessas relações assimétricas seria a consolidação de regiões, como, por exemplo, a Amazônia, em fornecedora de recursos naturais coma apresentação de baixos índices de desenvolvimento econômico, social e humano:

Bunker afirma que o extrativismo gera produtos nos quais o trabalho humano não é o determinante principal do valor. O valor fundamental da madeira, dos minerais, petróleo, peixes e assim por diante fazem parte dos próprios bens, e não residem no trabalho humano neles incorporado. Valor adicional pode ser criado quando esses materiais são transformados pelo trabalho humano. O ponto importante, entretanto, é que esse valor adicional é geralmente realizado no centro industrial, e não na periferia. (...). Este princípio converge com o de Wallerstein, que diz que o sistema mundial remunera magramente o trabalho de baixa qualificação e os recursos naturais brutos, premiando o trabalho qualificado e os bens naturais processados. (DRUMMOND, 2002, p. 10)

Talvez por ter permanecido por largos períodos se ligando aos mercados nacionais e internacionais através das atividades extrativistas que não possuíam a mesma relevância que o ouro e o diamante, é recorrente no discurso historiográfico a ideia de que com o fim da mineração Mato Grosso tenha entrado em um longo processo de isolamento só rompido com as novas correntes migratórias a partir da década de

1970. De acordo com Sebastião Aroldo Kastrup (1974),¹⁸ “esgotadas as minas, fechou sobre si mesma a sociedade do oeste brasileiro e, por mais de um século, permaneceu quase isolada geográfica e culturalmente do resto do mundo”. (KASTRUP, 1974, p. 20)

Este longo período de suposto isolamento teria sido rompido somente por volta da segunda metade dos anos 1950 e com mais ênfase a partir dos anos 1970. No entanto, ao se vislumbrar este processo histórico pela ótica da sucessão dos períodos de predomínio econômico, fica claro que o aparente isolamento corresponde ao período em que os laços entre a região e a economia mundial são afrouxados, porque os itens extraídos da natureza não eram tão valorizados quanto o ouro e o diamante. (KASTRUP, 1974, p. 20)

De fato, com a decadência da mineração aurífera, o Cerrado mato-grossense continuou ligado aos mercados nacionais e internacionais pela exploração da erva-mate, da borracha natural, do quebracho e da poaia, além de inúmeros produtos de origem animal. Entretanto, de acordo com Fábio Carlos da Silva e Ivana Aparecida Ferrer da Silva, o equívoco historiográfico consiste no fato de que a maioria das interpretações da história econômica mato-grossense privilegiar os fatores externos (a ligação com os mercados exteriores) e não a diversidade da economia estadual. (SILVA; SILVA, 2011, p. 4)

Assim, tanto o discurso do vazio demográfico quanto o discurso do isolamento expressariam, antes de tudo, uma desconsideração para com a população autóctone de povos indígenas e comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que serviria a um “ideal aristocrático localista, no intuito de dispensar as pesquisas e a reflexão crítica”, como também de realçar o papel das elites dominantes no processo de *modernização* posterior, já que este setor teria sido responsável pela manutenção da *civilização* local até que se iniciasse o novo processo colonizador dos anos 1970. (SILVA; SILVA, 2011, p. 4)

Contra esses discursos ideológicos, outros trabalhos de pesquisa¹⁹ têm mostrado que a diversidade econômica mato-grossense desde a época colonial e por todo um

¹⁸ Conferência pronunciada pelo secretário de planejamento e coordenação geral da SEPLAN, Sebastião Aroldo Kastrup, perante a comissão especial de desenvolvimento do Centro-Oeste da Câmara Federal dos Deputados, em 06/06/1974.

¹⁹ Entre as pesquisas nessa direção, podem ser citados: ARRUDA, Hélio Palma de. *A racionalização da exploração dos seringais em Mato Grosso*. In: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA: o problema da borracha brasileira – estudos e relatórios apresentados à reunião de estudos da borracha para aumento da produção (REBAP). Brasília, 1960; AZEVEDO, Aroldo de. Cuiabá: *Estudo de Geografia Urbana*. Separata dos Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Volume VII, Tomo II, São Paulo, 1953; BARROZO, João Carlos. *Em busca da pedra que brilha como estrela: garimpos e garimpeiros do Alto*

longo período, até os anos 1970 ia muito além da extração do ouro e do diamante, além da criação de gado para exportação. Paralelamente à economia aurífera se constituiu uma economia mercantil de drogas do sertão, produtos derivados da caça e da pesca, além do artesanato indígena entre outros produtos exportados.

Depois disso, quando na segunda metade do século XVIII sobreveio o declínio da mineração e boa parte da população migrou para outros locais, as comunidades remanescentes reordenaram o conjunto das forças produtivas garantindo o abastecimento com produtos locais através de fazendas, onde a pecuária se mesclava com os engenhos de açúcar e uma produção bastante diversificada de itens como feijão, mandioca, milho, cana-de-açúcar, algodão, abóbora e outros.

Há indícios de propriedades mistas, onde a complementariedade de funções era comum, como exemplo, a fazenda Jacobina com 200 escravos e igual número de gente forra, agregados, crioulos, mulatos e índios (escravos, agregados e assalariados). O caráter mercantil da atividade agroexportadora permanecerá nas exportações de açúcar, drogas do sertão, e outros gêneros, dando suporte ao precário poder de intercâmbio comercial. (SILVA; SILVA, 2011, p. 7)

3.2 - O “Ciclo do Açúcar” em Mato Grosso

Essas indicações são corroboradas por Lenine Campos Póvoas (1983) segundo quem por volta de 1750 se calculava a existência na região de Cuiabá de pelo menos 16 “engenhocas” que fabricavam aguardente e açúcar e nos quais trabalhavam aproximadamente “3.000 negros de Guiné”.

Quando sobreveio a decadência dos distritos auríferos, pela exaustão das catas, onde o ouro era quase todo aluvional, novas atividades econômicas começaram a surgir e contribuíram, de modo decisivo, para fixação do homem à terra. Foram elas as culturas temporárias – arroz, feijão, milho, e, especialmente, a cana-de-açúcar -, e,

Paraguai Diamantino. Cuiabá: Calini & Caniato; EdUFMT, 2007.; BAXTER, Michael. *Garimpeiros de Poxoréu*: mineradores de pequena escala de diamantes e seu meio ambiente no Brasil. Trad. Rocha, Benedito César Ribeiro Nunes. Brasília: Senado Federal, 1988; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária*: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870-1930). Cuiabá: Edição do Autor, 1991; CAMPOS FILHO, Luiz Vicente. *Populações tradicionais*. In: MACHADO, Maria de Fátima Roberto. (Org.). *Diversidade sociocultural em Mato Grosso*. Cuiabá: Entrelinhas, 2008; CASTRO, Sueli Pereira et. al. *A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade*. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

contemporaneamente, o início da criação de gado. (PÓVOAS, 1983, p. 16)

O certo é que a exploração da cana-de-açúcar veio a se tornar uma das culturas mais importante do estado até por volta dos anos 1940, quando as usinas entram em completa decadência, embora o plantio em pequena escala tenha permanecido. Aliás, embora comumente se dê atenção à importância dessa exploração mercantil – Póvoas fala em um “ciclo do açúcar” – as terras que margeiam o rio Cuiabá, anualmente adubadas pelas cheias, fez com que essa parte do território se tornasse o ponto ideal de concentração das usinas de açúcar, mas também propiciou o seu uso por uma quantidade não menos importante de pequenas comunidades de ribeirinhos que também tinham na cana-de-açúcar uma de suas principais culturas. (PÓVOAS, 1983, p. 19)

Póvoas assegura que essa fertilidade natural era um diferencial importante porque assegurava uma produtividade muito superior aos outros Estados, já que enquanto nestes a cana cultivada por processos rotineiros e sem adubagem produzia 40 toneladas por hectares, em Mato Grosso a média da produção era de 90 toneladas por hectare: “a renovação dos canaviais, após o corte, era coisa com que igualmente não se preocupava, muito os proprietários das usinas, porque elas voltavam a produzir, espontaneamente”. (PÓVOAS, 1983, p. 19)

A mais importante dessas usinas, a Conceição, estava localizada na margem direita do rio Cuiabá, próxima a Santo Antônio do Leverger e abrangia uma área de 14 mil hectares. Suas instalações tinham sido importadas da Inglaterra e por volta dos anos 1920 ela produzia anualmente 15 mil arrobas de açúcar e 140 mil litros de álcool e aguardente.

Nela trabalhavam cerca de 150 homens, durante a safra. Além da “Casa Grande”, reformada em 1930, ali existiam a casa da balança, a casa das máquinas, o depósito, o armazém, o açougue e o rancho. A usina dispunha de três quilômetros de trilhos e 40 vagonetas para o transporte da cana. A pecuária era desenvolvida no estabelecimento, que contava, já em 1913, com 1.500 reses mansas, 100 bois de serviço, 116 equinos e 100 suínos, além de gado leiteiro. Ao lado dos extensos canaviais praticava-se também uma agricultura de manutenção, colhendo-se, em cada ano, 50.000 litros de arroz, 50.000 litros de milho e 15.000 de feijão. (...) **Quando a visitei em 1947, ainda a encontrei em plena atividade.** (PÓVOAS, 1983, p. 22-23) (grifo nosso)

Esses estabelecimentos espalhados ao longo do rio Cuiabá eram quase completamente autossuficientes. Eram comunidades isoladas onde se produzia tudo o que se necessitava, como a carne, peixes, frutas, galinhas, leite, ovos, verduras, milho, açúcar, doces, arroz e feijão. Algumas chegaram a possuir moeda própria e nos armazéns, que também era de propriedade do usineiro, supriam-se os empregados com roupas, calçados, tecidos, fumo, fósforos, remédios e objetos de uso pessoal.

O poder do proprietário era absoluto e as relações de trabalho, em pleno século XX, lembravam as da escravidão. As usinas possuíam um tronco e quando este foi abolido, elas passaram a ter uma cadeia. Nessas condições, não se questionava o poder dos proprietários:

Dentro dos amplos limites de sua propriedade a sua palavra era a única lei. Ele enfeixava em suas mãos todos os poderes. Era o legislativo, o executivo e o judiciário. Ditava as normas. Traçava limites aos direitos dos que ali viviam. Julgava e punia os que transgrediam as normas de vem viver dentro daquele aglomerado social, ou que se rebelavam contra as regras estabelecidas. (PÓVOAS, 1983, p. 58)

Essas relações de dominação permaneceram até que as usinas entrassem em colapso. Póvoas conta que com a vitória da Revolução de 1930, o primeiro interventor nomeado por Vargas chegou a determinar que os trabalhadores fossem libertados, pois de fato eles viviam em situação análoga à escravidão:

Morando no bairro do Porto, com dez anos de idade, recordo-me de ter visto a chegada de embarcações trazendo esses ‘escravos alforriados’. A cidade ficou cheia deles. Mas em poucos dias, sem encontrar serviço, nem quem lhes desse sustento, retornaram espontaneamente às usinas de origem. Pouquíssimos ficaram pelos bairros da capital, na expectativa de encontrar trabalho. (PÓVOAS, 1983, p. 54)

Segundo Póvoas, as usinas só entraram em decadência a partir da década de 1940, quando o polo da produção açucareira se deslocou do Nordeste para São Paulo, onde as novas usinas foram implantadas suplantaram as de maquinário antigo usadas em Mato Grosso. Além disso, a produção local foi prejudicada pela política de cotas do Instituto do Açúcar e do Alcool. No entanto, é certo que a pequena produção ribeirinha e/ou familiar continuou existindo nas margens do rio Cuiabá.

3.3 - A erva-mate

Paulo Roberto Cimó Queiroz (2009, apud Silva e Silva, 2011, p. 9) observa que o hábito de usar as folhas da erva-mate era comum entre os índios Guaranis e passou destes aos colonizadores europeus e seus descendentes. É mais uns casos ilustrativos de como os hábitos de coleta das comunidades indígenas irão influenciar a constituição dos sistemas agroecológicos dos novos colonizadores.

No entanto, assim como em outros casos, não se passou automaticamente do costume doméstico para o uso mercantil. A exploração da erva-mate como um item importante na economia mato-grossense só apresentou um impulso muito grande logo após o final da Guerra com o Paraguai (1864-1870), quando foram estabelecidas as novas linhas de fronteira com aquele país.

O começo de sua exploração comercial em larga escala por brasileiros se deu quando Tomás Laranjeira, que fazia parte da comissão do governo brasileiro responsável por estabelecer os novos limites entre os dois países, conseguiu contrato de arrendamento para exploração dos ervais naturais. Essa exploração está na raiz do desenvolvimento das cidades de Ponta Porã, Porto Murtinho, Bela Vista, Amambai, Itaporã e Rio Brilhante.²⁰ (SILVA; SILVA, 2011, p. 9-10)

Ao mesmo tempo, foi importante em termos estaduais, pois a companhia Mate Laranjeira chegou a contar com uma arrecadação superior ao próprio volume arrecadado pelo Estado. No entanto, esta atividade não será analisada neste trabalho. Apesar da área de exploração da erva-mate se encontrar no Cerrado, se encontra no território do atual Mato Grosso do Sul, que não é a porção do Cerrado estudada neste trabalho. Aqui será analisada apenas a exploração da poaia e da borracha natural.

3.4 - A Poaia

Até a primeira metade do século XX, todos os núcleos habitacionais de Mato Grosso tinham surgidos como consequência das atividades extrativas – ouro, diamantes e produtos vegetais – e da pecuária. Neste contexto, Cáceres foi uma das cidades que mais se beneficiaram com as atividades extrativas vegetais, pois além de se localizar no

²⁰ Atualmente estes municípios estão localizados em Mato Grosso do Sul.

extremo navegável do rio Paraguai, – em uma época em que as ligações entre o Mato Grosso e as outras regiões do país eram feitas preferencialmente por este rio –era próxima aos locais onde se extraía a borracha natural e a poaia, entre outros artigos de menor expressão comercial:

Cáceres, fundada pelo capitão general Luiz de Albuquerque, desenvolveu-se graças a sua situação de cruzamento de estradas, a fluvial e a terrestre, tornando-se um centro comercial importante, mantido pela exportação de borracha, poaia, couros, madeiras, charques e importação de ferragens, tecidos, artigos de armarinho e estiva, pois se achava localizada no extremo navegado do rio Paraguai. (IBGE, 1957, p. 102)

E, também,

Abaixo da borracha, no quadro da produção extrativa vegetal do norte de Mato Grosso, sobressai-se a exploração da ipecacuanha ou poaia, nativa nas florestas do vale do alto Paraguai e nos vales dos rios Jauru, Sepetuba e seus afluentes. Inicialmente este vegetal, rico em emetina, existia até bem próximo a cidade de Cáceres. Entretanto, a falta de normas racionais na sua exploração, a inobservância do replantio e o fogo ateadado em queimadas periódicas distanciaram a poaia de dezenas de léguas do centro inicial de exploração para o interior da mata. (IBGE, 1957, p. 128-131)

O território de onde se extraíam estes artigos vegetais era composto por uma região tão vasta que a atividade extrativa vegetal foi responsável não apenas por se constituir em um dos principais meios de vida da população de Cáceres, como também foi o vetor para a ocupação de regiões próximas onde se originaram outros municípios e núcleos habitacionais.

Entre estes municípios surgidos como consequência da expansão do extrativismo vegetal se encontram Vila Bela da Santíssima Trindade, Cuiabá e Barra do Bugres:

A história do povoamento de Barra do Bugres está intimamente ligada a do Município de Cáceres, que teve início com as penetrações levadas a efeito no Rio Paraguai, pelas primeiras bandeiras que subiram o Rio até suas cabeceiras, e, posteriormente, a fundação da Vila Maria, que iniciou, efetivamente, o povoamento da extensa zona que compreendia aquela parte da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá. (...) **O fim era um só, encontrar a ipecacuanha que, já naquela época alcançava bom preço no comércio consumidor.** Melhoraram os ranchos erguidos apressadamente. Iniciaram, a exploração de madeira de lei, abundante na região, instalaram serrarias, firmando, desta maneira, núcleo inicial. Depois dos fundadores chegaram ainda

o Coronel Frederico Jostti, Miguel Ouriveis e outros. (IBGE). (grifo nosso). (IBGE, 1957, p. 130)

Segundo Osmar Alves Lameira (2002), Antônio de Brito Silva (2000), Francisco Fernandes (1965) e Henrique Pimenta Veloso (1947), a Poaia ou Ipeca (*Psychotria ipecacuanha*) é reconhecida mundialmente como planta medicinal. Segundo Lameira, Ipecacuanha, “é originado da palavra nativa i-pe-kaa-guéne, que significa planta de doente de estrada”. Nativa das regiões sombrias e úmidas das florestas tropicais da América, com ocorrência no Brasil, Colômbia, Venezuela, Peru, Equador, Bolívia, Guianas e América Central. Em suas raízes, são encontrados dois alcaloides, de grande valor farmacológico: a emetina e a cefalina, usadas no tratamento antidiarreico, amebicida, expectorante e anti-inflamatório. (LAMEIRA, 2002, p. 1)

Embora ocorra em uma região abrangida pelo domínio do Cerrado, a Poaia não é uma típica desse Bioma. Veloso (1947, p. 363) afirma que ela é uma espécie de *habitus* florestal, própria das regiões onde existe periodicidade pluvial e temperaturas elevadas durante todo o ano: “em geral se resumem a pequenas faixas situadas entre duas vegetações divergentes quanto a sua expressão biológica, razão das zonas de Poaia serem relativamente pequenas”. Ele verificou que em Mato Grosso, a Poaia ocorre na zona de transição entre o Cerrado e a Floresta.

Segundo José Veríssimo da Costa Pereira (1970, p. 475) essas pequenas faixas situadas entre duas vegetações onde ocorre a Poaia pode ser chamada de Mata da Poaia, por que “a viçosa Mata de Poaia é dominada por árvores gigantescas que chegam, às vezes, a alcançar altura superior de 30 metros, particularmente no alto do rio Jauru e no Sepotuba superior”. Ou, de acordo com Teresa Cristina de Souza Higa (2005, p. 26), nas depressões dos rios Guaporé e Alto Paraguai, entre os Planaltos dos Parecis e a Planície do Pantanal, abrangendo alguns municípios da baixada cuiabana, Cuiabá, Barra do Bugres, Diamantino e Vila Bela da Santíssima Trindade.

De acordo com Higa, a exploração da Poaia em Mato Grosso começou por volta do século XVIII, tendo atingido o auge da exportação para a Europa entre 1885 e 1890. No entanto, a sua exploração comercial foi importante até o início dos anos 1980, quando a combinação de baixos preços nos mercados internacionais, escassez do produto na natureza e concorrência com outras atividades mais lucrativas, relegou a extração do produto a um plano inferior na produção econômica mato-grossense. (HIGA, 2005, p. 27)

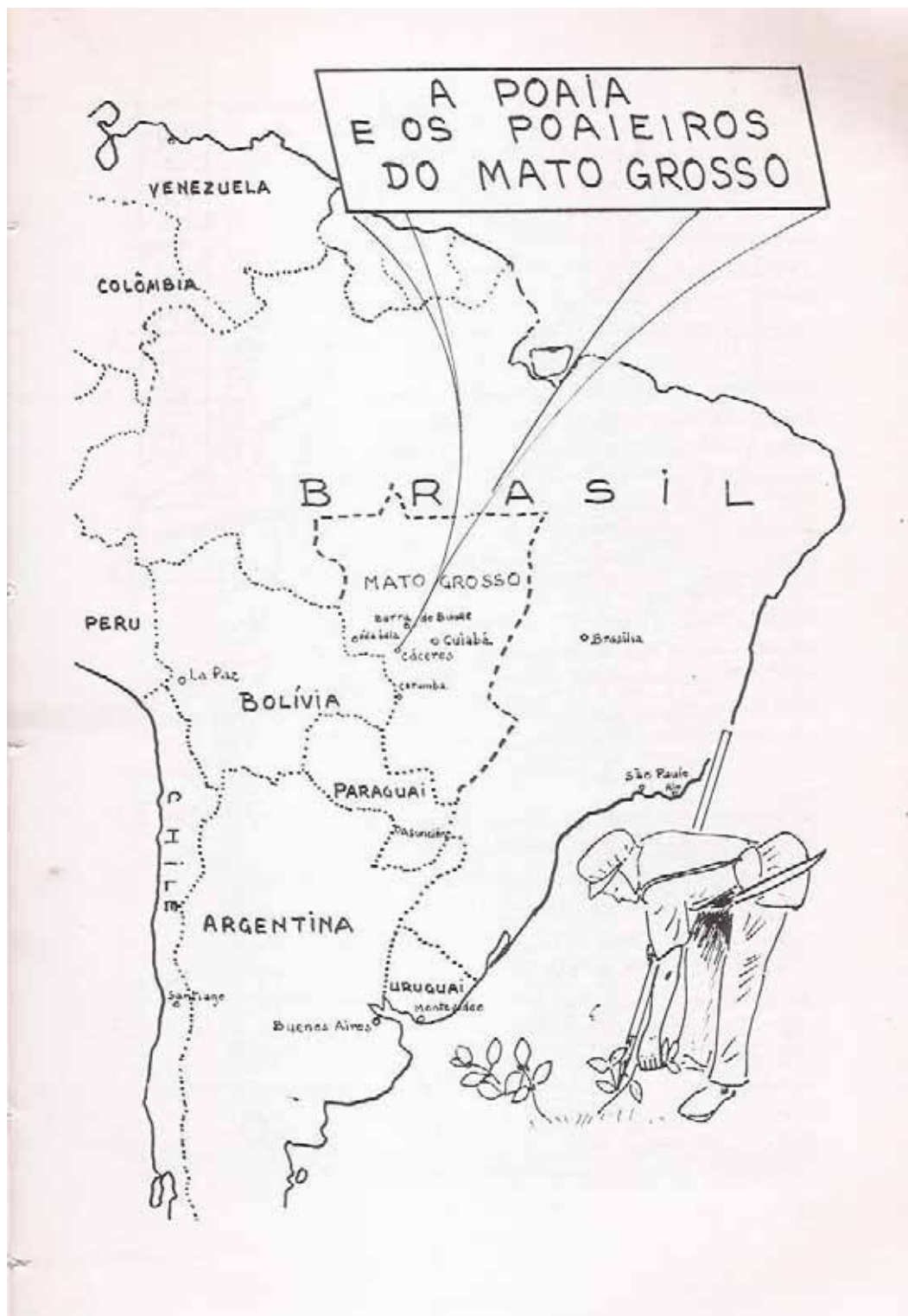


ILUSTRAÇÃO 23 – Região de coleta da Poaia

Fonte: THIEBLOT, 1980, p. 13.

Durante todo esse período, a exploração da Poaia se caracterizou por métodos artesanais e condições adversas, tendo por base o arrendamento de terras e a participação de capitais nacionais e estrangeiros. Virgílio Correa Filho (1970, 2002) estabelece uma ligação entre a decadência da mineração e o início da exploração comercial da Poaia em Mato Grosso. Para ele, quando a mineração colonial do diamante começou a esmorecer a indústria extrativa vegetal começou a atrair capitais e mão-de-obra. Igualmente, Borges (1991) concorda que a exploração comercial da Poaia está relacionada com a decadência da mineração do diamante no período colonial e a descoberta de seu uso comercial seria responsabilidade do explorador José Marcelino da Silva Prado, que ao procurar por diamantes, “notou que os garimpeiros, quando doentes, utilizavam-se do chá de uma raiz de um arbusto baixo existente em diversas áreas próximas ao rio Paraguai”:

Com instinto de investigador, resolveu, então, o explorador, recolher certa quantidade de amostra daquelas raízes a fim de envia-las para Europa, para serem avaliadas. No entanto, é sabido que em período anterior à exploração realizada por José Marcelino da Silva Prado, na década de 1820, quando da estada de Langsdorff em Mato Grosso, o botânico Riedel já havia informado Luiz d’Alincourt da existência de poaia em terras mato-grossenses. (BORGES, 1991, p. 62-63)

É evidente que o uso medicinal da Ipeca era uma prática comum entre os indígenas que habitavam a região. Com a chegada dos aventureiros em busca de ouro e indígenas, o uso da Ipeca passou destes para os novos colonizadores. Houve um aumento na procura do produto, sem que a atividade extrativa fosse revestida de caráter empresarial.

A exploração comercial, com o a passagem do extrativismo de coleta para o de predação, ocorreu apenas quando a extração de ouro e diamantes entrou em declínio e aqueles que comercializavam com estes produtos passam a procurar outros meios de reproduzir o capital:

Tornando-se decadente a mineração na então província de Mato Grosso, era preciso encontrar uma indústria extrativa sucedânea àquela, pois os valentes pioneiros do desbravamento das nossas florestas não podiam ficar inativos, acostumados como estavam a romper os obstáculos interpostos pela natureza. Estava iniciada a indústria extrativa da ipecacuanha. (Apud. CORREA FILHO, 2002, p. 297-298)

O interesse comercial pela Ipeca surge, portanto, a partir do momento em que o ouro e os diamantes escasseiam e a raiz da planta se apresenta como um substituto, já que alcançava um valor muito alto diante da procura pela indústria farmacêutica da época. Esse valor pode ser estimado pela importância que o produto ainda possui, não obstante a indústria farmacêutica ter encontrado substitutos sintéticos para a maioria dos usos da Ipeca.

De acordo com Lameira, atualmente a Ipeca ainda é muito procurada por indústrias farmacêuticas da Inglaterra, Estados Unidos e Canadá: “nesses três países, os importadores industrializam esta *Rubiáceae*, produzindo a emetina hidrócloride em uma cotação de U\$\$ 52 a U\$\$ 54 por 65 gramas, podendo-se deduzir que o quilograma pode valer entre U\$\$ 800 a U\$\$ 830”. (LAMEIRA, 2002, p. 2)

Ele lamenta que mesmo diante da importância comercial, nunca tenha existido uma forte preocupação por parte do governo em estimular o seu plantio ou de viabilizar a extração do princípio ativo pela indústria nacional, permanecendo o país como exportador do produto *in natura* desde que seu uso comercial foi estabelecido:

A comercialização da ipeca é feita pela venda direta das raízes secas entre produtor e os grandes laboratórios, principalmente do Estado de São Paulo, ou a partir do extrato fluído obtido das raízes e comercializado entre os laboratórios e países, tais como os Estados Unidos, Inglaterra e Canadá, sendo estimado um mercado potencial de U\$\$ 5 milhões. (...) Embora a ipeca apresente grande potencial econômico, pouco se fez para que essa espécie seja cultivada no Brasil. Os trabalhos realizados com a espécie são, em sua grande maioria, relacionados a estudos químicos e farmacológicos. (LAMEIRA, 2002, p. 2)

De fato, desde o princípio da atividade extrativa comercial, ela tem se mantido nos mesmos moldes, isto é, a exploração aumenta ou diminui de acordo com a oscilação de dois fatores: do movimento dos preços pagos pelo produto nos mercados internacionais e da situação de outros produtos de exportação, tais como o ouro, os diamantes e a borracha natural.

Quando havia uma diminuição nas fontes destes produtos, combinado com o aumento de preços no mercado externo, então a procura pela Ipeca aumentava, mas o fato é que nunca houve uma tentativa séria de estimular o plantio da Ipeca e nem de industrializá-la no país:

Dessa forma, percebe-se que a ipecacuanha, embora tenha tido presença constante na exportação de Mato Grosso, a sua extração, no decorrer dos anos, não chegou a constituir-se em um elemento que fosse decisivo para a caracterização da economia e de seu desenvolvimento. (BORGES, 1991, p. 65-66)

Ou, nas palavras de Graci Ourives de Miranda:

Só interessava ao exportador a utilização da natureza como uma fonte geradora de recursos e não lhe importava até que ponto iria deixar essa mata destruída ou os troncos das grandes árvores abandonados. Isso acontecia por que se a extração da ipeca não fosse suficiente para suprir a exportação e saciar as necessidades do exportador, jamais preocupado com a conservação da natureza, lá se iam à exportação aqueles troncos imensos de madeira de lei e mogno. (MIRANDA, 2011, p. 141)

A exploração da Ipeca passou de um uso farmacológico indígena e popular para a exploração comercial, avançando os exploradores sobre as áreas produtoras num movimento caracterizado então como extrativismo de predação. A isto se somou, mais tarde, a destruição sistemática das matas onde florescia a poaia: estas matas eram consideradas pelos novos colonizadores dos anos 1950 como “terras de cultura”, ou seja, locais ideais onde poderiam semear e cultivar produtos de maior valor comercial. (Apud. MIRANDA, 2011, p. 141)

Houve, por consequência, uma redução drástica das fontes da poaia e igual redução no volume exportado pelo estado, sem que os valores arrecadados com a exportação fossem invertidos em novas fontes de acumulação do capital. Alias o caráter de dependente da atividade extrativa em relação à agricultura e principalmente à indústria fica patente na estimativa do agrônomo João Eduardo Rezende. (Apud. MIRANDA, 2011, p. 141)

Ele calculou que os maiores beneficiários com a exportação de poaia eram os grandes laboratórios farmacêuticos que ficavam com aproximadamente 60% da receita bruta de uma tonelada de Ipeca, enquanto os intermediários arrecadavam 25%, restando apenas 15% para os arrancadores da planta:

Estes 15% não proporcionavam incentivo para replantar a poaia e ainda mais se pensar que do plantio até a colheita poderiam ter sido expulsos da área. O replantio da ipecacuanha não se tornava interessante para os fazendeiros porque entre o plantio e a extração precisavam esperar, no mínimo, uns três anos para serem novamente arrancados e renderem lucros, dando um retorno financeiro tal qual os

grandes latifundiários gostam de obter: investimentos imediatos, ou quase o mínimo de investimento. Parece-nos que o saqueamento da natureza tornava-se muito mais viável para alguns não investirem na pesquisa da ipecacuanha. (MIRANDA, 2011, p. 141)

A distribuição desproporcional dos resultados tinha como base a divisão social do trabalho nas etapas de extração, processamento e industrialização do produto, e a participação do coletor direto nesses resultados apresentará uma tendência histórica de redução, em favor do aumento da participação dos intermediários e dos que industrializavam. Um dos fatores que irá contribuir para essa tendência é que inicialmente a coleta das raízes de poaia era realizada em terrenos públicos, em áreas remotas que ainda tinham sido reivindicadas ou transferidas para particulares.

Na medida em que a atividade extrativa começa a sair da esfera de uso comum da população rural e passa a condição de uso comercial, com a exploração tendo em vista o mercado, então ocorre um movimento análogo em direção ao controle das fontes do produto. Quando a exploração comercial atinge o auge, a propriedade privada da terra passa a condicionar fortemente as relações ambientais e sociais de produção:

As terras em que se extraíam a Ipeca eram terras com valores exorbitantes tanto é que eram consideradas de 150 a 200% as mais valorizadas das lavouras. Demonstraram-se através do arrendamento, a desproporcionalidade entre hectare de lavoura, campos de criação e indústrias extrativas. (MIRANDA, 2011, p. 14)

Essa relação entre a existência da poaia a valorização das terras em relação às das áreas de lavouras também vai existir quando escasseiam as fontes de poaia, momento que coincide com a chegada de novos colonos dispostos a expandir o plantio de produtos agrícolas.

É neste momento que a atividade extrativa da poaia entra em crise definitiva, pois ao mesmo tempo em que as plantas ficam cada vez mais escassas, as terras passam a ser alvo daqueles que desejavam investir no plantio de produtos como arroz, feijão, café, cana de açúcar e outros. (MIRANDA, 2011, p. 14)

Assim fica claro que do ponto de vista das relações ambientais e sociais de produção, a exploração da poaia em Mato Grosso, desde o seu início no século XIX até o seu ocaso no início dos anos 1980 caracterizou-se por ser realizada na forma de extrativismo, passando do uso comum entre indígenas, garimpeiros e população rural, no que pode ser classificado como extrativismo de coleta; até o extrativismo de

predação, que caracterizou toda a etapa comercial. É o que se constata na matéria do jornal o Estado de Mato Grosso, cujo trecho é citado abaixo:

A falta de controle governamental permitiu que as vastas plantações da ipeca natural de Mato Grosso marchem para o seu ocaso. (...) Ante a falta de controle e a ganância de ganhar mais dinheiro, os poaieiros colhem a ipeca sem o cuidado de replantá-las, e desta maneira as plantações vão desaparecendo, dando lugar a um vasto deserto físico e econômico. (JORNAL ESTADO DE MATO GROSSO, 6 de janeiro de 1970).



ILUSTRAÇÃO 25 – Jornal O Estado de Mato Grosso, 06/01/1970.

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO.

Conforme se pode inferir da citação acima, a extração da Ipeca ainda era uma atividade econômica importante em termos estaduais no início dos anos 1970. Mas a preocupação com sua extinção, bem como a recomendação – nunca seguida – de que ela fosse replantada parece ter começado junto com sua exploração:

Os índios pouco se preocupam com o replantio do arbusto, e na sua tradicional imprevidência arrancam fora, sem discernimento todas as raízes de que se apoderam, pelo que em breve vai haver falta dessa apreciada raiz medicinal, se não cuidarem de fazer viveiros com as suas sementes. (Apud. CORREA FILHO, 2002, p. 295)

É preciso considerar, no entanto, que o uso indígena e mesmo no universo da garimpagem não tinha como colocar em risco a existência de amplas fontes de Ipeca, simplesmente porque o volume da extração era ainda muito inferior à capacidade de reprodução da planta.

É somente a partir do momento em que se inicia a exploração com objetivo comercial que a velocidade de extração passa a superar a capacidade de reprodução natural, de maneira que as fontes deviam ser buscadas cada vez mais longe e eram, a cada dia, mais custosas.

Nesse sentido, a “tradicional imprevidência” a que se refere Martius não pode ser creditada aos indígenas, acostumados ao uso da planta desde tempos imemoriais. A escassez do produto principia quando o trabalho semiescravo de indígenas e, depois de poaieiros profissionais, é requisitado pelos que começam a organizar grandes expedições de coleta no interior das matas remotas. (CORREA FILHO, 2002, p. 295)

Marcel Jules Thieblot (1980) destaca três épocas distintas da coleta de poaia. A primeira fase situa-se entre o final do século XIX até por volta de 1915. Foi caracterizada pela realização de grandes expedições comandadas por um empreendedor que recrutava as pessoas e financiava os mantimentos. Um desses organizadores, José Figueiredo foi um dos que mais se destacou porque aprendeu a falar a língua dos índios que conheciam os melhores locais de coleta:

Esse Jeje (José Figueiredo) foi um bicho traquejado em lutar com o povo. Arrancou muita poaia porque aprendeu a falar a língua do chiquito, do bugre. Os bugres para ele eram mansos. Ele trabalhava também com os Kabixis. Então os índios mostravam a poaia para ele, ensacavam e traziam a poaia para ele. Mas quando os bugres chegavam no barracão dele, ele tinha que fazer a despesa. Aquelas mulheres que tapavam a bunda só com pena de bicho, chegavam com aquela linguagem, ele tinha que dar é fumo, é açúcar, é doce. Tudo isso ele dava para os índios. (Apud. THIEBLOT, 1980, p. 27-28)

O segundo período, que vai até a década de 1970, era caracterizado pelo sistema de “comitivas”, onde um agente financiador organizava um grupo de dez a cinquenta, com ajuda de um intermediário ou mesmo diretamente, e os colocava na região, onde a

poaia deveria ser coletada. Ao entrar na comitiva o sustento do poaieiro e de sua família passava a ser responsabilidade do “patrão”, que tanto podia ser o agente financiador, como aquele que agenciava o trabalho:

Por seu lado, o trabalhador se compromete a arrancar a poaia para o patrão, durante o tempo que dura a safra, ou seja, de novembro a maio mais ou menos. Tudo isso se faz verbalmente. Chegando o fim da safra, acertam-se as contas. Quem tira saldo, volta com dinheiro e pode, a seu gosto, desligar-se ou continuar com o patrão. Quem gastou mais do que colheu, fica devendo e deve, obrigatoriamente, continuar a trabalhar com a turma, para saldar a dívida. (THIEBLOT, 1980, p. 29)

No quadro dessas relações ambientais de produção caracterizadas pelo extrativismo de predação, os poaieiros trabalhavam e viviam em condições econômicas e sociais talvez ainda piores do que aquelas a que são submetidas os trabalhadores atuais encontrados em *situação análoga à escravidão*. De acordo com a análise de Virgílio Correa Filho, os poaieiros se identificavam em vários aspectos com os seringueiros, uma vez que trabalhavam à sombra das florestas onde nascia a planta:

Ali não há lugar para os pusilânimes, para os abúlicos, para os enfermos. Ao deixar os seus labores habituais, na mineração, nas roças, nos seringais, nas lidas pastoris, seduzido pela miragem de maiores vantagens, o poaieiros arma-se de resistência e decisão para enfrentar os obstáculos de que lhe darão ciência os veteranos. (CORREA FILHO, 1970, p. 479-480)

As relações de produção eram de aviamento, onde o chamado “patrão” organizava a “comitiva”, começando pelo aliciamento dos trabalhadores para cujas famílias era prometido o alimento e assistência durante a permanência dos poaieiros no interior da mata. Depois disso,

Em cargueiros, frequentemente bois de selas, acomodam-se os gêneros alimentícios, drogas medicinais e demais artigos indispensáveis à manutenção do pessoal no seio da floresta, por cerca de seis meses, quando não seja fácil a renovação mensal. Ultimada a peregrinação no local previamente escolhido, ou que se afigure promissor, os machadeiros encarregam-se de abrir a clareira, onde tombam árvores frondosas, enquanto outros ajeitam material para abrigo temporário. Simples, o rancho beira-chão, em duas águas, cobre-se de palmas de acuri, encontradiças nos arredores. (CORREA FILHO, 1970, p. 479-480)

Uma vez no interior da mata, os poaieiros se encarregavam de preparar o local para ali viverem por pelo menos seis meses, que era o prazo mínimo de permanência para coletar as raízes em quantidade suficiente para ao menos pagar os custos da empreitada:

Dentro, em jiraus, depositam-se os gêneros de consumo coletivo: arroz, feijão, farinha, carne seca, latas de banha ou toucinho, açúcar ou rapadura, guaraná, café ou mate, sal, aguardente e fumo. Alimentos complementares serão fornecidos pela mata, em palmitos, mel, fruta e caça. (...) Alimentado de tal maneira pela manhã, investe contra a mata escura, onde pressente que não deve jamais estar desatento. (CORREA FILHO, 1970, p. 479-480)

A descrição feita por Correa Filho sobre a forma e os instrumentos de trabalho também não deixam dúvida de que a vida do poaieiro dentro da mata era precária e cheia de riscos:

Trajado singelamente, de camisa de riscado ou algodãozinho, com fraldas libertas da calça de mescla, ambas arregaçadas e chapéu de carandá, mas descalço ou apenas protegidos os pés em alpercatas, é bem o lutador resoluto diante da conjura dos elementos que lhe tentam contra a vida. Os borrachudos que lhe ponteiam a pele de rubro, os lambe-olhos, causadores de conjuntivites, os mosquitos brancos, astuciosos no varar dos mosquiteiros, os transmissores de impaludismo e as mutucas sanguissedentas formam enxames agressivos de atuação ininterrupta. Mormente, na quadra chuvosa, de novembro a março, preferida para a safra, por se achar a terra empapada e fofa, própria a ser facilmente esgaravatada a pontações de saracuí. (CORREA FILHO, 1970, p. 479-480)

Por outro lado, o fato de viver e trabalhar em condições análogas à escravidão, de ser o coletor diretor num sistema de extrativismo predatório impunha ao poaieiro uma baixa condição na escala social, sendo sempre representado em termos pejorativos no ambiente cultural e social urbano das cidades que viviam da coleta de poaia:

Os poaieiros, em muitos momentos, eram vistos como uma presença de homens que causavam diferenças. Para algumas famílias, o poaieiro era visto em um termo pejorativo. Em casa, quando uma mãe queria se manifestar como um comportamento inadequado do filho, citava como advertência: ‘Menino, você está parecendo um poaieiro!’. Ou se alguém obtinha um recurso financeiro e iria gastá-lo, novamente as mães, entre elas a família de Vera Prado, tentando passar uma educação diferenciada daquela que ocorria na vida cotidiana dos extrativistas poaieiros: ‘Você vai gastar tudo como um

poaieiro?’ Ou quando se alimentava apressadamente: ‘Você está faminto como um poaieiro!’. (MIRANDA, 2011, p. 25)

Não se pode dissociar o trabalho da coleta de raízes da poaia de outras formas de extrativismo vegetal ou mineral, nem do trabalho braçal realizado em outras esferas da produção. Para os trabalhadores localizados na base da estrutura econômica e social, não havia alternativas a não ser se submeterem a condições adversas e a sistemas de trabalho próximos da escravidão, uma vez que esta era uma característica comum em diversas áreas.

Borges, (1991) explica que, embora antes do final da escravidão negra o estado já contasse outras formas de trabalho convencionalmente livre, os índios, homens livres nativos de Mato Grosso e do Paraguai constituíam a força de trabalho nas atividades extrativas da borracha, erva mate, ipeca e outros; mas suas condições e relações de trabalho, embora variassem de acordo com o produto, “em nenhuma o trabalho livre alcançava sua forma mais acabada, qual seja, a do trabalho assalariado”. (BORGES, 1991, p. 112):

Com relação à ipecacuanha, o regime de trabalho empregado tinha uma semelhança com aquele empregado na extração da borracha, constituindo-se em uma atividade nômade. (...) Apesar da existência de trabalhadores livres em Mato Grosso, as relações de trabalho tenderam a criar vínculos de dependência entre os grandes proprietários e os trabalhadores. Mesmo onde existia pagamento sob a forma monetária, não se esteve próximo da forma típica de trabalho assalariado. (BORGES, 1991, p. 112-113)

A atividade e condição do poaieiro comparada com o garimpeiro, por Miranda:

Comparando o seringueiro ao poaieiro, parece-nos que a postura do homem somente garimpeiro era detentora de mais iniciativa para buscar sua liberdade de fuga para sair das amarras do patrão conta corrente. Os garimpeiros quando encontravam pedras, manifestavam-se com festas porque eram parcialmente livres. Uma pedra encontrada poderia proporcionar-lhe a liberdade da escravidão financeira que lhe era imposta. O poaieiro apresentava uma postura inversa. Não era aventureiro, tratava de fixar-se ou manter-se com os familiares do patrão, mas sempre num regime bem definido – o poaieiro era vazio de poder. (...) Era impossível para o poaieiro fugir, pois a mata de poaia era muito distante das localidades e o poaiar acontecia somente nas enchentes, antagonicamente ao garimpeiro. (MIRANDA, 2011, p. 104).

E, ainda, “Em suma, o poaieiro, este homem extrator que gerava economicamente lucros para o país, propiciando ao patrão uma economia estável, era mantido praticamente como um semiescravo” Este semiescravo permanecia no interior da mata durante todo o período de chuvas, entre setembro a março, às vezes até abril. Isto porque as chuvas eram essenciais para facilitar o trabalho de coleta das raízes. O instrumento básico de coleta era o *saraqúá*, uma lança de madeira com uma ponta de metal que era usada para cavar o pé da planta e extrair as raízes. (MIRANDA, 2011, p. 145)

Segundo estimativa de Miranda (2011), no auge da extração da Ipeca, somente em Barra do Bugres, havia cerca de 800 a mil homens trabalhando como coletores das raízes. Depois da coleta era secada ainda no interior da mata, depois embalada e transportada para Cáceres e daí para Corumbá, de onde era remetida para Europa e Estados Unidos.

O corpo do poaieiro era um corpo sem sombra: não havia luz do sol por causa da mata fechada. Só tomava sol quando parava de poaiar no mês de abril. Tinha um corpo que apenas gesticulava pela direita e esquerda, agachando-se e retirando, sacudindo a pequena árvore para que pudesse cair a umidade da terra e deixar a maravilha da raiz da Ipecacuanha leve e, então colocá-la em seu sapiquá. Ficava mais de doze horas embrenhado na mata, totalmente alheio ao mundo, falando com Deus e com a natureza. Vimos então que ele não era sequer um homem que tinha o prazer de encontrar a sua sombra: a sua sombra só era encontrada quando entregava a sua produção ao patrão. (MIRANDA, 2011, p. 27)

A partir dos anos 1970 a combinação de uma série de fatores irá fazer com que a coleta de poaia deixe de ser uma atividade importante em termos de mercado e passe a ser realizada de forma individual. Décadas de exploração predatória fizeram com que as matas de poaia recuassem cada vez mais. Além disso, muitas dessas áreas foram ocupadas pelos novos colonizadores-agricultores que iam chegando e para os quais o valor da terra estava na fertilidade natural das matas e não na poaia.

Segundo Marcel Jules Thieblot, por volta dos anos 1980 os fazendeiros da região criavam cada vez maiores empecilhos à entrada de poaieiros em suas terras, “quando não derrubavam e queimavam tudo de uma vez”. (THIEBLOT, 1980, p. 30) Por isso, era comum que os indivíduos fossem às matas, por conta própria, e lá ficassem entre uma semana e um mês, juntando de dez a vinte quilos de poaia e depois voltassem para vender o produto aos comerciantes que ainda trabalhavam no ramo.

Antigamente o poaieiro ia no mato, ficava três meses ou quatro, quando era longe, e não dava para vir constantemente. Hoje, ele entra no mato de segunda feira, quando é sábado, a poaia que ele tem, já traz, cinco seis quilos. É na base de um quilo por dia. Agora larguei de poaiar, porque não tenho aonde ir. Não há quem fornece. E o senhor comprar mantimento por conta própria, não há quem aguente. Vou quando aperta, uma semana. Não dá pra juntar mantimento para um mês. (Agostinho, poaieiro, depoimento a THIEBLOT, 1980, p. 30)

Antes que a poaia entrasse em decadência era muito comum que os trabalhadores transitassem entre a coleta dela e da borracha natural. Isto porque enquanto a coleta da poaia era realizada na estação chuvosa, a da borracha era feita na seca. Ao mesmo tempo, era também comum que os agentes financiadores da coleta de poaia também financiassem os coletores de borracha, sendo que ambos eram quase sempre arregimentados pelos mesmos intermediários de mão-de-obra.

3.5 - A Borracha Natural

No dia em que eu morrer, se a minha alma tiver pena de mim não sobrevoará esta mata da seringa. (Seringueiro cuiabano anônimo. Apud. NEDEL, 2010)

A ocorrência da borracha natural em Mato Grosso foi registrada pelos primeiros colonizadores brancos ainda no século XVIII, pois ela era comumente usada pelos indígenas que habitavam os locais onde ela florescia. A exploração comercial tem início a partir do final do século XIX, alcança o auge no início do século XX, com um novo surto durante a segunda guerra mundial e após isso passa a declinar até que da coleta a produção passe para o cultivo, no início da década de 1970.

A região onde ocorria a borracha natural se liga em muitos pontos com aquela onde ocorria à poaia. Essa proximidade geográfica e o fato de que muitos dos capitalistas que investiam na coleta da poaia também tinham interesse na borracha, fez com que a mão-de-obra empregada em ambas tivesse praticamente a mesma origem. Além disso, havia o fato de que sendo a coleta da poaia realizada no período chuvoso, a da borracha era realizada na estação seca.

Quando a exploração começou a ser feita para a exportação, o escoamento da produção era todo realizado por via fluvial. Havia duas rotas, uma ao Norte, aproveitando os rios que desaguavam na Bacia Amazônica e cuja produção se juntava a do Pará e Amazonas, e outra pelo Sul, através da Bacia do Paraguai. A parte exportada através do Pará e Amazonas não figurava como produção de Mato Grosso, o que fez diminuir a produção oficial mato-grossense.

Quando o escoamento se dava pelo estuário do Prata, a produção era exclusivamente mato-grossense, sobrevivendo o contrabando, em função da cobrança excessiva de tributos. A produção extraída em Mato Grosso ia para a Bolívia, que apesar de produzir pouco, fornecia uma relevante quantidade do produto ao mercado. (SILVA; SILVA, 2011, p. 12)

Mesmo que parte da produção fosse contrabandeada ou escoada pelo Norte, entre os anos de 1928 a 1937, Mato Grosso produziu uma média de 1.500 toneladas/ano, o que equivalia a cerca de 10% da produção nacional do período e colocava a borracha natural no terceiro lugar em termos de arrecadação estadual de impostos. (SILVA; SILVA, 2011, p. 12)

O impacto social dessa produção, no entanto, pode ser mais bem avaliado por outros números. Hélio Palma de Arruda, da Inspeção Regional de Fomento Agrícola (IRFA), em Mato Grosso, usou a base de dados do IBGE para, em 1960, estimar a população seringueira em Mato Grosso e concluiu que “disseminados pelos principais seringais” estavam cerca de 10% da população total do estado. Naquele ano o IBGE calculou a população mato-grossense em 318.535 pessoas.²¹ (ARRUDA, 1960, p. 234)

Ainda de acordo com Arruda, a procedência das mais de 31.000 pessoas que se dedicavam a coleta da seringa era de 50% de nordestinos, 20% de mato-grossenses, 15% de bolivianos e 5% de paraguaios. Existiam três zonas onde eram realizadas a coleta da borracha: Aripuanã, cuja produção era direcionada para Manaus; Guaporé, que escoava tanto para o Território de Rondônia quanto pela cidade de Cáceres e a região de Cuiabá, que se ligava por São Paulo. (ARRUDA, 1960, p. 232-234)

²¹ Dados anteriores à divisão do Estado e se referem somente à população então residente no atual território de Mato Grosso.

Esse estudo de Arruda diferia um pouco do apresentado pelo IBGE em finais dos anos 1950, quando se verificou que havia no estado duas zonas distintas de exploração da borracha. A primeira localizada no município de Aripuanã ligava-se diretamente com as cidades de Manaus e Belém. Isto fazia com que parte da produção fosse contabilizada pelo Pará e Amazonas. A outra zona, mais próxima da cidade de Cuiabá ligava-se ao estado de São Paulo, que era o “mercado consumidor por excelência da borracha mato-grossense”. (IBGE, 1957, p. 110-116)

O IBGE considerava que devido às “condições favoráveis do meio físico” a borracha mato-grossense poderia “atingir um estágio evolutivo muitas vezes superior ao da Amazônia”. Isto porque a produção dos seringais de Mato Grosso era superior a da região amazônica, e devido à “adoção de processos racionais na sangria das árvores, no tratamento do látex e no plantio sistemático da seringueira esta empresa conseguiu um aumento considerável na produção da goma elástica”. (IBGE, 1957, p. 110-116)

Essa propalada superioridade de borracha natural mato-grossense em relação à de outras localidades foi constatada por outros pesquisadores e parece ter sido incorporada ao imaginário local, pois este era um dos argumentos para se defender a ideia de que a produção local poderia concorrer com a produção asiática da época.

Outra suposta vantagem era com relação ao clima: a menor intensidade e a duração da estação chuvosa permitiam que a coleta de borracha fosse realizada por até nove meses, enquanto que no Amazonas havia um período de até seis meses sem que pudesse ser feita a coleta. Porém, se a qualidade da borracha era melhor, o mesmo não podia ser dito a respeito das condições de vida e trabalho dos que se aventuravam no meio da floresta e lá ficavam por mais de nove meses consecutivos para realizar o trabalho de coleta. Essas condições não diferiam muito daquelas enfrentadas pelos poaieiros, conforme já foi dito.

O seringueiro da região é um trabalhador contratado por safra; seu período de trabalho estende-se de março a novembro, interrompendo-se na época das fortes chuvas em dezembro, janeiro e fevereiro. Sua remuneração é feita em conta corrente e mediante a troca da borracha por um vale que dá direito ao trabalhador de adquirir no barracão de abastecimentos da empresa as mercadorias para seu consumo. O saldo do vale é pago em espécie no final de cada mês. O barracão de abastecimento localizado na sede do seringal é um empório que realiza a função mistas de armazém, farmácia e armário, abastecendo os seringueiros de roupas, calçados, artigos de perfumaria, gêneros alimentícios, carnes e produtos farmacêuticos, apenas excluídos destes os soros antiofídicos e os medicamentos

preventivos a malária e febre amarela, que são fornecidos a população seringueira pelo seringalista. (IBGE, 1957, p.110-116)

Mas esta ainda é uma descrição muito positiva do regime de trabalho nos seringais, onde os seringueiros eram tratados como semiescravos. O professor cuiabano Joaquim Ribeiro Marques trabalhou nos escritórios de seringalistas em Cuiabá e percorreu algumas regiões de coleta durante os primeiros anos do século XX, tornando-se então um profundo conhecedor dessa produção. Por volta dos anos 1940 ele produziu um trabalho intitulado “A Exploração da Borracha em Mato Grosso”, onde dá conta do que significava viver por longos períodos dentro das matas.

Uma das primeiras dificuldades encontradas era o transporte das cidades do entorno – principalmente Cuiabá e Diamantino – até a região dos seringais. No princípio do século, quando Marques visitou alguns seringais de Diamantino o transporte era realizado em sistema de tropas em que mercadorias para o consumo de seringueiros e a borracha eram transportadas por animais de carga pelas trilhas abertas nas florestas e campos cerrados. (MARQUES, 2005, p. 24)

As dificuldades encontradas pelos caminhos que conduziam aos seringais não eram comparáveis àquelas que os seringueiros enfrentariam em meses de isolamento nas matas. Joaquim Ribeiro Marques (2005, p. 36) afirma que a adaptação ao ambiente exigia sacrifícios, pois a maior parte dos que aportavam nos seringais era composta de pessoas sem nenhuma experiência, desconheciam as moléstias endêmicas da região, não tinham ideia dos hábitos de higiene e do regime alimentar que deveriam adotar dentro da floresta. Assim,

Por vezes, alucinado de febre, mirava a frondosa hevea de ramos balançantes como o adeus de despedida, ou dormia, dormia como narcotizado para não mais acordar. Inúmeras cruces nas margens dos caminhos marcaram esperanças mortas no sei da riqueza imensa. Uma força incoercível os impelia: era o estímulo da ambição sob as vergastas da necessidade. (MARQUES, 2005, p. 36-37)

Embora o estudo do IBGE (1957, p.110-116) tenha afirmado que o trabalhador da borracha receberia o saldo de salários ao final de cada mês, tanto Marques (2005) quanto outros estudos afirmam que o sistema de aviamento não previa essa prática. De acordo com Marques, o comum é que os trabalhadores ficassem por conta das firmas comerciais exportadoras que os contratava diretamente, ou então sob as vistas de um intermediário.

Em qualquer um desses casos não havia o pagamento de salários em dinheiro ao final do mês. Os seringueiros recebiam as ferramentas, alimentação, artigos de higiene e outros, além de algum adiantamento em dinheiro para suas famílias que ficavam na cidade.

Durante o período que permaneciam no interior da floresta continuavam sendo abastecidos dos itens necessários pelo “barracão”, que era uma espécie de entreposto localizado no interior das matas e onde também era centralizado o recebimento da borracha coletada. Somente ao final da safra é que se procedia ao acerto de contas, onde se verificava o que o seringueiro havia consumido e quanto de borracha ele havia coletado.

Antes do início da safra o extrator já estava gravado de compromissos. Seus haveres ou sua capacidade de trabalho eram garantia bastante para o contrato que estipulava cláusulas não só referentes à quantidade como à qualidade do produto, tempo e lugar da sua entrega, mais a obrigação mutua no certo preço e nas penalidades. As multas alcançavam dezenas de contos de réis em muitos desses documentos. (MARQUES, 2005, p. 37-38)

Esse sistema de trabalho deve ter permanecido o mesmo durante todo o tempo que perdurou a coleta da borracha natural, pois a situação vivenciada por Marques no início do século XX era praticamente a mesma relatada por Hélio Palma de Arruda (1960, p. 233). Segundo ele relata no início da safra os seringalistas investiam grandes somas de dinheiro para atender as necessidades dos seringueiros antes que eles seguissem para os seringais, além do fornecimento de mercadorias através das feitorias ou barracões:

A distribuição dos produtos farmacêuticos, carne seca e verde, roupas e calçados, produtos de perfumaria, gêneros de primeira necessidade, é feita periodicamente às feitorias nas costas de burros e bois de carga. Todo fornecimento feito aos seringueiros é lançado no seu débito, para pagamento no fim da safra, quando os seringueiros se dirigem ao escritório do seringalista. (ARRUDA, 1960, p. 233-234)

Em outros aspectos também os relatos de Arruda (1960) e de Marques(2005) coincidem. Ambos concordam que os seringueiros eram distribuídos no seringal de acordo com a capacidade de trabalho, avaliada antes do início da safra pelo seringalista, e também em conformidade com a abundância de plantas encontradas no local. O mais comum é que fossem distribuídos grupos de dois até quatro homens, sendo que os mais

experientes e que primeiro chegassem ficavam com as melhores áreas. (ARRUDA, 1960, p. 233; MARQUES, 2005, p. 38)

Outro ponto em que as análises se aproximam é quanto à quantidade de árvores que cada seringueiro ficava responsável. Cada “estrada” possuía em torno de duzentas e cinquenta árvores, sendo que elas distavam uma das outras de trinta a cinquenta metros. O seringueiro percorria cada estrada três vezes por semana, colhendo o látex e recortando as árvores. O final da safra visto por Marques merece a longa citação a seguir:

Muitos foram, porém, os que lá ficaram vítimas do tiro certo de um arco, colhidos na traição do jaguar faminto, no bote peçonhento da cascavel ou castigados pelos troncos dobrados na tormenta. A mata virgem, na fermentação continua dos resíduos vegetais, era por si ameaça bem séria, miasmas deletérios proliferavam nos monturos. Cento e cinquenta dias de persistente vaivém pela vereda úmida, subalimentado, ferindo-se nas urzes, topando as raízes desnudas, enlameado nos brejos, **o seringueiro saía da floresta macilento, abatido e magro.** O êxodo fazia-se em parcelas, de feitoria em feitoria. Os retirantes refletiam aspectos bizarros **como se fossem os remanescentes de um exército destruído.** No andar trôpego, nas cicatrizes, no abatimento físico refletiam quão duramente tinham sido castigados pela selva. **Muitos se inutilizavam com maleitas, a outros atacava a doença do sono ou maculo;** feridas infecciosas marcavam as vítimas do meio onde medravam belas árvores, nos terrenos paludosos, margeando os brejos e as vertentes. (MARQUES, 2005, p. 40-41) (grifos nosso)

Ele pode observar também a proverbial prodigalidade dos seringueiros, que também neste caso se aproximavam dos garimpeiros e poaieiros. Em Diamantino – cidade que durante muito tempo polarizou a produção de borracha – o regresso da mata coincidia com os festejos anuais profanos e religiosos dos padroeiros da cidade. Por isso, “afluía dos arredores, dos sítios distantes e dos seringais apartados, grande número de forasteiros”. As festas contavam com o apoio das casas comerciais e das personalidades políticas. (MARQUES, 2005, p. 54)

Mas, o espírito gastador do seringueiro era apenas mais um mito. Marques afirma que “reduzidíssimo era o número daqueles que alcançavam saldar seus débitos”:

Habituaados aos processos dos adiantamentos, aqueles poucos saldistas malbaratavam o dinheiro em despesas supérfluas e extravagância, tais como a de acender o cigarro com notas, borrifar os companheiros com extrato em mesa de jogo. Outros continuavam a valer-se das bolsas dos patrões, indiferentes ao volume dos seus compromissos. Eram

dias de embriaguez, noites de viola, das catiras, dos desafios e dos trucos. (MARQUES, 2005, p. 54)

E não eram apenas os seringueiros que gastavam o que não possuíam, pois “a fina flor folgava igualmente um mês a fio”:

Se os camaradas foram pródigos, fiados na bolsa dos patrões, estes o foram em escala mil vezes mais elevada. Iludiam-se com a perspectiva da mina inesgotável, da qualidade superior do nosso produto. As famílias ostentavam ricos adereços, requintavam os modelos dos figurinos, preferiam os passeios custosos. O espírito obumbrado na opulência, na dissipação e nos prazeres de toda a ordem não cria nem suspeitava que fosse possível a ruína da indústria. (MARQUES, 2005, p. 56)

A maior parte dos trabalhadores era composta por pessoas vindas dos estados do Nordeste, que trabalhavam ao lado de outra quantidade significativa de bolivianos e paraguaios, “atraídos pela valorização da goma elástica nos mercados de consumo e pela facilidade do processo de sua obtenção”. Além destes, existiam também homens de todos os estados do Brasil que constituíam cerca de 10% do total. “Os nordestinos constituem 50% da população seringueira, os mato-grossenses 20%, os bolivianos 15% e os paraguaios 5%”. (IBGE, 1957, p. 118)

Para estes trabalhadores na coleta da borracha, assim como para os poaieiros, o grande problema era a sobrevivência por longos períodos dentro da mata e as dificuldades de comunicação e transportes de homens e da produção:

Indiscutivelmente um dos fatores negativos no desenvolvimento desta atividade econômica é o sério problema dos transportes. As estradas que ligam os seringais a Cuiabá são, regra geral, abertas pelos próprios seringalistas com recursos reduzidos. Acham-se por esse motivo constantemente tomadas pela vegetação e esburacadas pelo trânsito contínuo dos caminhões e jeeps que demandam as feitorias partindo de Rosário Oeste. Nelas não se torna possível uma velocidade superior a 18 km por hora para o transporte de 3.000 a 4.000 quilos de carga, reduzindo-se em média a um ano o tempo de duração dos caminhões que as transitam. (IBGE, 1957, p. 118)

A cidade de Diamantino, onde Marques(2005) realizara a maior parte de seu estudo, era o principal empório do comércio da Província antes que se estabelecesse a navegação regular entre Cuiabá e o litoral, através do rio Paraguai. Isso só ocorreu após o final da guerra com o Paraguai. Até então a capital mantinha uma comunicação com o

Rio de Janeiro através do “sertão hostil, salteado pelos selvagens”. (MARQUES , 2005, p. 68)

Diamantino mantinha um contato regular com o Pará, de onde importava calçados, chapéus, tecidos, sal, artigos de cutelaria, joias e diversos artigos. E através do Pará exportava ouro, diamante, carne salgada, poaia, borracha, redes lavradas e açúcar. Por outro lado, a cidade também mantinha um contato regular com Cuiabá, o que fazia dela uma das cidades mais importantes do estado naquela época. (MARQUES, 2005, p. 68)

Por esses motivos, a decadência da borracha natural foi também a decadência da cidade. Para isso contribuiu não apenas a escassez dos seringais nativos, que não suportaram o ritmo da coleta predatória, mas, talvez, a competição exercida pelos seringais asiáticos, de onde os europeus passaram a coletar preferencialmente. Marques chegou a presenciar esse declínio por volta de 1914:

Pouquíssimos foram os exportadores que se equilibraram na debacle. A ostentação recolheu-se em vivendas modestas; o viver faustoso de alguns anos de prosperidade deveu se conformar com as sobras e as migalhas do festim. Tentaram em vão arrecadar valores dispersos nos abonos e adiantamentos, venderam-se camaradas a usineiros de açúcar. Tudo resultou inútil. O erro provinha desde as origens. (...) Cessaram em Diamantino o ruído das festas, do vaivém das tropas com o cerras das portas das grandes casas comerciais. Muitas pessoas e personagens dessa época dormem o último sono; restam alguns nomes e os vestígios conservados no seio da floresta. (MARQUES, 2005, p. 56-57)

3.6 - A Garimpagem

Na citação que encerra o item anterior, Marques fala da venda de camaradas aos usineiros de açúcar, o que demonstra a circularidade de capitais e mão-de-obra entre as diversas modalidades da produção extrativista e agropecuária mato-grossense. A alusão à “venda de camaradas” indica, ainda, o grau de exploração econômica, social e cultural ao qual estavam submetidos os trabalhadores e a população em geral, diante dos grandes proprietários rurais e empresários da borracha, da poaia e da garimpagem. (MARQUES, 2005, p. 57)

De fato, todas as análises sobre a produção extrativista mineral e vegetal, além da predominância da grande propriedade rural, demonstram que o trabalho análogo à escravidão nos seringais, nas matas de poaia e nos grandes engenhos de açúcar não foi uma exceção, mas a regra. De todas essas atividades, talvez aquela que propiciou maior mobilidade da mão-de-obra foi a garimpagem.

Esta atividade, no entanto, não pode ser vislumbrada do ponto de vista do conceito de *sistema agroecológico* no sentido estrito. Este conceito está relacionado com a produção de alimentos, com a forma como os seres humanos em suas sociedades se relacionam com a natureza para garantir seus víveres. Worster diz que “todo grupo social na história teve de identificar tais recursos e criar um modo de produção para obtê-los da terra e levá-los para dentro do estômago”. Sua concepção de História Ambiental observa a produção de alimentos na perspectiva ecológica, de como a natureza oferece constrangimentos que irão influenciar a forma como a sociedade deverá se organizar na produção. Ele diz que “é através deste processo que as pessoas têm se conectado ao mundo natural de forma mais vital, constante e concreta”. (WORSTER, 2002, p. 27)

No entanto, a satisfação das necessidades humanas não se resume à produção de alimentos e as conexões entre sociedades e natureza são mais amplas, profundas e complexas do que a produção de víveres. Além disso, especialmente depois que a agropecuária se ligou de forma complexa e subordinada à grande indústria, essa produção necessita de um conjunto de insumos brotados fora do contexto agrícola.

Nesse sentido, o conceito de *sistema agroecológico* não é suficiente para, sozinho, explicar toda a dinâmica do processo social. Disto decorre a necessidade de se lançar mão de outros conceitos para formação de um quadro teórico mais completo que facilite a análise e a compreensão de uma realidade mais complexa que a simples produção de alimentos.

Em *Something new under the sun*, J. R. McNeill trabalha com o conceito de *clusters*. De acordo com este conceito, os sistemas de energia, a tecnologia e a economia formam uma unidade fortemente entrelaçada no estabelecimento das diversas formas através das quais os seres humanos suprem suas necessidades de energia com produtos retirados diretamente da natureza, pois para ele, é na produção, distribuição e consumo de energia que as sociedades humanas criam suas ligações mais fortes com a natureza e a partir dessas ligações são estabelecidos os relacionamentos entre os seres humanos. Esses relacionamentos se manifestam como *clusters* que, de acordo com ele,

“coevoluiram, cada um influenciando os caminhos dos outros. Às vezes, novas combinações de fontes de energia, máquinas, e modos de organizar a produção aparecem juntas, misturadas, e reorientaram a sociedade e a economia”. (McNEILL, 2001, p. 296) (tradução nossa)

O conceito de *clusters* guarda certa analogia com o conceito de *sistemas agroecológicos*, pois também diz respeito a uma forma de relacionamento entre seres humanos com o meio ambiente. A diferença é que ao invés da produção de alimentos, essas relações ambientais e sociais estão centradas na produção de energia.

É importante notar que a agropecuária contemporânea depende de energia como o petróleo e fertilizantes; além de boa parte da produção alimentícia mundial direcionar-se, não para a alimentação humana, mas para a fabricação de energia, como no caso dos biocombustíveis. De forma que os clusters produtores de energia estão entrelaçados com os sistemas agroecológicos produtores de alimentos.

McNeill admite dois tipos de clusters: o que ele chama de *Coketown Cluster*, que combinava moinhos de água, fábricas têxteis e motores a vapor e que após a segunda metade do século XIX se firmou com a produção de carvão, ferro, aço e ferrovias. Em seguida, o *Motown Cluster*, predominante a partir da década de 1940 e que combinava linhas de montagem, petróleo, eletricidade, automóveis, aeronaves, produtos químicos, plásticos e fertilizantes. (McNEILL, 2001, p. 296-297)

Ele nota que o surgimento e a disseminação destes clusters ocorreram de forma desigual e desproporcional pelos diversos países e regiões do mundo, mas sempre tendo como centro a Europa, os Estados Unidos e o Japão. Esses clusters estimularam o surgimento das grandes corporações, provocando rápidas mudanças na sociedade, na economia e no meio ambiente, afetando todo o mundo, mas de forma desigual. Assim, é por isso que grande parte do processo social estaria relacionada com a forma pela qual cada sociedade obtém e organiza a energia necessária para as atividades humanas: “Cada sociedade tem o seu 'regime de energia', o conjunto de regras através da quais a energia é colhida a partir do sol (ou átomos de urânio), dirigido, armazenado, comprado, vendido, usado para o trabalho ou desperdiçado, e finalmente dissipado”.(McNEILL, 2001, p. 297) (tradução nossa)

São exatamente as formas de organização social e os relacionamentos daí decorrentes que constituem a base de seu conceito de *cluster*. O fato das fontes de energia geralmente estarem espalhadas de forma desigual pelo mundo faz com que seja

necessário um grande esforço para que ela seja extraída, transportada, processada e entregue para os consumidores finais.

Toda essa logística implica no surgimento de corporações cujo poder incide de maneira desigual nos mais diversos países e regiões. Ao mesmo tempo, exatamente por se estabelecerem de forma desigual sobre essas regiões e países os clusters provocam mudanças sociais, econômicas e ambientais, de forma igualmente desigual.

Além disso, a produção e o uso de equipamentos e processos tecnológicos são centrais no conceito de *cluster*. McNeill parece colocar uma fé desproporcional no desenvolvimento tecnológico como ponto de suporte para que a civilização moderna supere formas de trabalho degradante como a escravidão:

A civilização requer escravos. Os gregos estavam certos nesse ponto. A menos que haja escravos para fazer o feio, horrível, desinteressante trabalho, cultura e contemplação se tornam quase impossíveis. A escravidão humana é errada, insegura e desmoralizante. Sobre a escravidão mecânica, a escravidão da máquina, depende o futuro do mundo. (McNEILL, 2001, p. 306) (tradução nossa)

É óbvio que o avanço tecnológico tem sido sempre uma maneira de poupar trabalho. Mas, como o próprio McNeill observa, desde o princípio da era moderna, todo o desenvolvimento da tecnologia ocorre dentro de relações capitalistas de produção que privilegia a predação da natureza. (McNEILL, 2001, p. 313)

Assim, o fato de que esse desenvolvimento tecnológico ocorra de forma desigual e com efeitos desiguais em todas as partes do mundo, faz com que sejam agravadas as diferenças hierárquicas entre as economias e os ambientes naturais dos diversos países, pois cada um deles se torna uma parte específica do complexo global. É por isso que o desenvolvimento concentrou-se nos centros ao mesmo tempo em que a degradação ambiental se agrupou nos polos explorados do sistema.

Segundo McNeill, desde que as sociedades passaram a funcionar com base nos clusters, as mudanças econômicas implicam sempre em transformações ambientais:

As três características dominantes da história econômica do século XX foram a industrialização, o fordismo e a economia de integração. Eles estavam todos interligados, e juntos se misturaram com a propagação dos combustíveis fósseis e mudanças tecnológicas. Eles também ajudaram a disseminar a disrupção e prosperidade, fomentar os milagres econômicos do século XX e provocar uma enorme mudança ambiental. (McNEILL, 2001, p. 314-315) (tradução nossa)

As considerações expostas por McNeill têm aqui o objetivo de chamar atenção para a diversidade e complexidade da produção econômica e social. A produção de ouro e diamantes, por exemplo, não está diretamente relacionada à produção de alimentos. No entanto, ela tem sido fundamental para o processo de colonização de Mato Grosso durante um período relativamente longo. Disso decorre a questão de se saber se é possível situar a garimpagem a partir dos conceitos de *cluster* e de *sistema agroecológico*?

As relações ambientais e sociais relacionadas com a garimpagem do ouro ou do diamante **não têm como objetivo a produção de alimentos ou energia**. No entanto, em Mato Grosso, essa atividade foi o vetor de correntes migratórias, fez surgir inúmeras cidades e mobilizou as energias de milhares de pessoas durante todo o século XX. Pela sua centralidade social, por ter constituído um período de predomínio econômico, é necessário situar a produção desses elementos no quadro geral dos sistemas agroecológicos e dos clusters.

O ouro não é somente um problema de mineração que interessa à vida das grandes empresas. **Constitui ainda, em regiões afastadas do país, o eixo único em torno do qual gira toda a vida da população.** Onde aparece, o faiscador afluí em massa. Quando cessa, o arraial se extingue. O ouro é, portanto ainda quem preside ao destino de milhares de homens. (SOUZA, 1940, p. 18) (grifo nosso).

A que não obrigas os corações humanos, Ó execrável fome de ouro!(VIRGÍLIO, Eneida. Livro III) (tradução nossa)

Para que se operasse o milagre da fixação de povoadores entre o Cuiabá e o Coxipó, seu afluente, a despeito dos obstáculos naturais que a contrariavam, a atração do ouro serviu de encantado chamariz aliciante. A distancia de mais de quinhentas léguas de distancia do núcleo do povoado de que provinham, os perigos da longa peregrinação nos rios encachoeirados, nas matas em que não faltariam cobras venenosas, nos campos assenhorados por indígenas aguerridos, que também os assaltavam sobre as águas, a carestia dos mantimentos de cujo cultivo raros cuidavam, sem desprezar de todo das lavras, as pestilências, tudo concorreria para o afastamento dos aventureiros, caso não os empolgassem as miragem das pepitas cobiçadas. Para procurá-las, arrostariam todos os riscos e sofrimentos em Cuiabá ou nos arredores, cujo terreno exhibe em seus monchões de cascalho lavado, quanto labutaram a cata de ouro, esterilizando o solo. (CORREA FILHO, 1960, p. 687)

Como se nota nas citações acima, a busca por metais e pedras preciosos tem sido tão importante para as sociedades quanto a produção de alimentos e de energia. A própria descoberta e exploração do ouro em Mato Grosso ocorreram dentro do contexto geral da mineração colonial portuguesa na América, sendo que esta demandou um dos períodos de predomínio econômico dos mais importantes para a nossa história.

O mesmo pode ser dito a respeito do diamante. A sua exploração no território mato-grossense demandou grande número de pessoas, implicou na constituição de importantes correntes migratórias, além de se situar em um contexto mais próximo da contemporaneidade.

Aliás, embora se considere que o esgotamento das minas auríferas e diamantíferas tenha ocorrido por volta do final do século XIX e dos anos 1970, respectivamente; Paulo Speller (1992) pondera que esta modalidade econômica se constitui como uma das principais atividades econômicas em curso no estado. Ele enfatiza o papel estruturante que essa produção exerce nos ambientes naturais e humanos e vê a comercialização do metal como “um eixo dinâmico em torno do qual se articulam toda uma série de serviços”. Nas décadas finais do século XX, a atividade garimpeira em algumas regiões era o sustentáculo do comércio em geral, de restaurantes, hotéis, transportes, comunicação, bens imobiliários, serviços financeiros, comunitários, sociais e pessoais. Esses produtos e serviços surgiam junto com a garimpagem e iam acompanhando a marcha histórica e geográfica dos garimpos: “até mesmo a agropecuária é afetada de forma certamente significativa pelas oscilações dos mercados de bens minerais”. (SPELLER, 1992, p. 66)

A importância da atividade extrativa mineral do ouro e do está relacionada com o fato desses produtos servirem como moeda ou como lastro de moedas. Isto os coloca no centro do processo de trocas em âmbito mundial. É evidente que todo modo de produzir implica em uma forma determinada de trocar.

Isto tanto do ponto de vista das relações ambientais de produção, quando se estabelece uma troca entre a sociedade e a natureza, quanto do ponto de vista das relações sociais de produção onde as trocas são mais evidentes. Além disso, a produção se manifesta também como concentração, acumulação. Trocam-se qualidades distintas em quantidades diferentes de maneira que o resultado seja um excedente em um dos polos da relação.

Desde que a produção não é apenas a atividade natural de se encontrar e transformar itens do ambiente natural em alimentos e/ou energia para o consumo de

indivíduos e sociedades; desde que a produção também é produção de excedentes para o acúmulo de uma determinada parcela da sociedade ou uma determinada sociedade dentro da economia mundo; então a produção é também um modo de acumular.

A produção se manifesta também como circulação, mas como essas duas etapas do processo ocorrem em um contexto que privilegia a acumulação, a certa altura do seu desenvolvimento qualquer sistema de trocas evolui para um sistema monetário.

A *moeda*²² é uma tecnologia social, um avançado mecanismo de trocas. E, como toda tecnologia, ela não é neutra, não é criada nem é disseminada senão como forma de fazer com que as trocas, no âmbito de seu sistema de valores ocorram de uma forma determinada. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1986, p. 777)

Criada no quadro das desigualdades sociais dos diversos pontos da economia mundo, a moeda serve aos seus senhores e por isso convém tanto para dar a coesão necessária ao sistema de trocas quanto para permitir que esse sistema seja orientado em direção e sentido específicos.

Immanuel Wallerstein (1974) concorda que a crise geral do sistema feudal europeu dos séculos XIV e XV teve um importante componente monetário, já que a escassez de metais amoeáveis (prata e ouro) na Europa funcionou como uma trava para o desenvolvimento de uma economia que em todos os outros aspectos já apresentava sérios sinais de exaustão. É por isso que paralelamente à necessidade de novas terras, de novas fontes de alimentos, energia e matérias primas, as sociedades europeias de então padeciam de uma “terrível fome de ouro”. (WALLERSTEIN, 1974, p. 53)

Com efeito, a falta de liquidez nas economias internas, bem como nas relações bilaterais com Ásia e Oriente foi um fator importante no estrangulamento do desenvolvimento europeu de então. Wallerstein demonstra que a dominação europeia em termos globais só pode surgir e foi facilitada pela paulatina construção de um sistema de trocas mundiais onde a liquidez era garantida por um sistema financeiro mundial, cuja base de trocas internas e externas era exatamente a prata e o ouro retirados pelas metrópoles europeias em suas colônias americanas. (WALLERSTEIN, 1974, p. 53)

Se o ouro e a prata extraídos das colônias espanholas e portuguesas foram importante fonte de financiamento para a Revolução Industrial inglesa, é somente

²² “Pode-se definir moeda como tudo aquilo que, a qualquer tempo, num dado sistema nacional de mercados, pode ser usado como meio de troca”. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1986, p. 777.

porque em termos mundiais havia um mercado para esses produtos, ou seja, apenas porque estava convencionado que o mercado mundial de trocas seria regulado por metais amoeáveis.

Assim, a extração de metais preciosos nas colônias e a sua concentração nas metrópoles era também uma forma de controlar os fluxos da mercadoria que seria usada como troca por todas as outras mercadorias, o dinheiro, o capital na sua forma de metais amoeáveis:

A moeda de pagamento podia ser sempre usada como uma mercadoria desde que os dois usos da moeda, como meio de pagamento e como medida de valor, não se afastassem demasiado. Para isso o uso dos metais preciosos era essencial. **E por isso sem eles teria faltado a Europa a confiança coletiva para desenvolver um sistema capitalista, onde o lucro é baseado em vários deferimentos de valor realizado.** Isto é a *fortiori* verdadeiro dado o sistema de uma economia-mundo não imperial que, por outras razões, era essencial. **Dado este fenômeno de psicologia coletiva, um elemento integrante da estrutura social da época, os metais preciosos devem ser considerados como um elemento fundamental para uma economia-mundo próspera.** (WALLESRSTEIN, 1974, p. 53) (grifos nossos)

Nesse sentido, é preciso levar em conta a necessidade intrínseca das economias europeias em possuir prata e ouro como lastros para suas moedas, pois se os sistemas por eles criados são fundamentalmente formas de se produzir *mercadorias*, o ouro e a prata são as formas primitivas do dinheiro, isto é, da *mercadoria por excelência*, destinada a ser trocada por qualquer outra mercadoria e a ser, portanto o *veículo fundamental*.

Dessa forma, um *sistema agroecológico* só pode ser compreendido na totalidade quando visto na perspectiva geral que neles incluía um sistema destinado não a produzir alimentos ou energia, mas somente a *riqueza* na sua forma absoluta: como um modo de produzir implica em um modo de trocar, de intercambiar o que foi produzido, de fazer circular a produção, é necessário que esse modo determinado modo de produzir engendre um determinado sistema de trocas.

Assim, o sistema mundial de produção de metais amoeáveis ou de pedras preciosas, ou o sistema mundial de produção de dinheiro é sempre parte integrante do sistema mundial de produção de mercadorias e sociedades. É nesta perspectiva que a

extração de ouro e diamante nos *confins do mundo* deve ser analisada.²³ De tal modo, a produção extrativista mineral pode ser compreendida com o auxílio dos conceitos de clusters e sistema agroecológico, pois embora não se destine à produção de alimentos ou energia, depende destas e as influencia fortemente.

Em Mato Grosso, a mineração do ouro havia se exaurido por volta de meados do século XIX, mas no início do século seguinte uma nova leva de aventureiros se deslocaria para os garimpos nos vales dos rios Araguaia, Garças e São Lourenço. Em meados da década de 1920 foram descobertas novas minas diamantíferas às margens dos rios Garças e Cassununga, na região Leste do que viria a ser o atual estado de Mato Grosso. Este mesmo período também marca um retorno às antigas minas do Alto Paraguai-Diamantino. Essas novas descobertas foram responsáveis por novas ondas migratórias, fazendo surgir núcleos populacionais que se tornariam cidades: “na área Leste do estado o diamante fez surgir os núcleos urbanos de Guiratinga, Poxoréo, Dom Aquino, Itiquira, Barra do Garças, Ponte Branca, Tesouro, Alto Garças, Pontal do Araguaia, Alto Araguaia e Torixoréu”. Além disso, a reativação das minas levou ao renascimento de Diamantino e o surgimento dos municípios de Alto Paraguai, Nortelândia e Arenápolis. (HIGA, 2005, p. 31-32)

Esta exploração diamantífera pode, por conseguinte, ser analisada sob três aspectos principais: do ponto de vista de sua importância para a formação dos núcleos habitacionais e das cidades; sob a ótica da importância econômica e, finalmente, como modeladora de um tipo humano específico: o garimpeiro, que é o foco central desta análise.

Em uma descrição feita pelo IBGE no início dos anos 1940, o garimpeiro é apresentado como um personagem análogo ao seringueiro da região amazônica: dependendo do favorecimento da sorte na “roleta imensa do garimpo”, ele vive a tal ponto endividado com patrões e comerciantes que encontrar uma pedra pode significar apenas o alívio momentâneo de seus compromissos: “Pois que quase sempre é meia-praça; trabalha por conta de uma terceira pessoa, consoante o regime da parceria nos achados; em época de dificuldade, além do compromisso das meias, chega a dar, às vezes, todo o resto do seu direito, em penhor de outrem.” (IBGE, 1942, p. 167)

Ao comparar o garimpeiro com o seringueiro da região amazônica, chama-se a atenção para os seguintes aspectos: a forma de controle do trabalho que perdurou

²³ Durante muito tempo assim ficou conhecida a região de Mato Grosso, conforme GALETTI, 2000.

durante a maior parte deste período de garimpagem foi o sistema de meia-praça, isto é, o garimpeiro raramente trabalhava por conta própria e geralmente se estabelecia como dependente de um *patrão* que financiava sua atividade.

Esse sistema de trabalho de meia-praça guarda analogia com o conceito de aviamento, que era amaneira de relacionamento predominante na coleta da borracha e da poaia em outras regiões do estado. (MARQUES, 2005, p. 37-38; MIRANDA, 2011, p. 104)

Do ponto de vista legal, a garimpagem e o garimpeiro somente foram definidos tardiamente pelo Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Este Decreto, também conhecido como Código de Mineração, definiu a garimpagem nos seguintes termos:

O trabalho individual de quem utilize instrumentos rudimentares, aparelhos manuais ou máquinas simples e portáteis na extração de pedras preciosas, semipreciosas e minerais metálicos ou não metálicos valiosos em depósitos de aluvião nos álveos de cursos d'água ou nas margens reservadas, bem como nos depósitos secundários ou chapadas (grupiaras), vertentes e alto de morros; depósitos esses genericamente chamados garimpos. (SENADO FEDERAL, 2005, p. 51)

Já garimpeiro foi definido como: “trabalhador que extrai substâncias minerais úteis, por processo rudimentar e individual de mineração, garimpagem, faiscação ou cata, denomina-se genericamente garimpeiro”. (SENADO FEDERAL, 2005, p. 51) Para Michael Baxter (1988), esta era uma “definição funcional” de garimpeiro, já que o situava na interface entre um meio ambiente socioeconômico e uma tecnologia rudimentar.

Outras características da garimpagem seriam: o emprego de mão-de-obra barata, não educada, não especializada; aviamento – relacionamento baseado na dependência patrão-cliente e pagamento mais com mantimentos do que com salários, uma parte da renda sendo dividida entre os donos dos recursos; e ausência de segurança no trabalho e outros benefícios para o trabalhador. (BAXTER, 1988, p. 238)

A atividade extrativa se define por não buscar a transformação substancial da natureza, mas apenas de coletar o item desejado. A natureza é encarada tanto como uma fornecedora dos meios que o garimpeiro necessita para alcançar o diamante, como um obstáculo ao seu objetivo. Ao mesmo tempo o seu relacionamento com o ambiente

natural é mediado por ferramentas simples e que permitem um relacionamento superficial.

Trata-se apenas de deslocar grandes quantidades de terra e água que estão entre o garimpeiro e diamante. Neste caso a natureza é encarada como um obstáculo: muda-se o curso dos rios, revolvem-se montanhas de terra e cascalho, além do desmate das margens de córregos e rios para as finalidades já mencionadas acima. Ao mesmo tempo se apresenta como uma aliada, pois a construção dos núcleos habitacionais, parte da alimentação e em muitos casos os remédios, são extraídos do ambiente natural.

Cabe lembrar aqui que boa parte dos garimpeiros também circulava pela coleta de borracha e a poaia. Não era raro que pessoas transitassem entre essas atividades, mesmo porque enquanto a coleta da poaia ocorria no período chuvoso, a garimpagem era realizada na estação seca. Além disto, este mesmo trabalhador poderia, eventualmente, cultivar uma pequena roça ou realizar toda sorte de trabalhos braçais nas pequenas cidades ou ainda nas médias e grandes lavouras que absorviam uma grande quantidade de trabalho temporário nas ocasiões do plantio e da colheita: “Não é incomum para os garimpeiros alternar sua mão-de-obra entre o garimpo e o campo. O garimpeiro que dispense todo o seu dia no garimpo (excluindo qualquer tipo de trabalho agrícola ou especializado), hoje não é comum.” (BAXTER, 1988, p. 144) (grifo nosso)

Por isso, era comum, conforme constatou Baxter, que os garimpeiros de Poxoróe não tivessem uma nomenclatura geográfica significativamente diferente do resto do Brasil e, além disso, possuíssem conhecimentos sobre a fauna e a flora similares aos do Brasil rural. Note-se que a passagem do uso popular e indígena da poaia para o uso comercial ocorreu no contexto da garimpagem. Baxter notou que uma grande variedade de espécies nativas da flora e fauna era conhecida pelos garimpeiros:

A familiaridade com plantas é sugerida pelo seu grande uso para fins medicinais. Folhas, cascas de árvores, madeira, frutas, raízes, talos e flores são utilizados de várias maneiras. A maioria dos garimpeiros conhece o nome de pelo menos 20 plantas medicinais. Uma lista foi compilada no trabalho de campo (não sendo exaustiva) contendo 72 nomes de plantas diferentes usadas para uma variedade de doenças e indisposições que vão do resfriado, dores de cabeça, dores musculares à doenças do rins e fígado, problemas digestivos, mordidas de cobras e nervosismo. O reconhecimento destas plantas medicinais ou da vegetação em geral não é em função da existência do garimpeiro apenas como garimpeiro e não está restrito nem especificamente nem profissionalmente ao mesmo. (BAXTER, 1988, p. 177)

Esse conhecimento tradicional sobre a utilização de plantas e ervas medicinais do Cerrado é mais um indicativo da transversalidade das ocupações do que da condição específica de garimpeiro, pois o uso desses recursos ocorria tanto no ambiente da garimpagem quanto fora dele.

Por isso, Baxter afirmou que o garimpeiro existia dentro de um contexto cultural e econômico muito mais amplo que os garimpos, daí a necessidade de se reconhecer as suas relações ambientais e sociais em uma perspectiva muito mais ampla do que simplesmente um catador de pedras preciosas. Além de circular por outras atividades extrativas, realizar toda sorte de serviços braçais nas cidades, grande parte dos garimpeiros também se dedicava aos trabalhos nas lavouras da região:

A agricultura é tão importante quanto a garimpagem nas zonas de mineração e muito mais importante a nível municipal. Principalmente nos períodos de colheita, a demanda por mão-de-obra é preenchida em parte pelos garimpeiros. Além do mais, muitos garimpeiros cultivam gêneros alimentícios para suplementar suas rendas com a garimpagem. (BAXTER, 1988, p. 105)

Essa transversalidade, nos mais diversos serviços braçais rurais e urbanos, mostra que esses homens pertenciam a uma categoria de baixo status socioeconômico, o que é confirmado por outros dados colhidos por Baxter. Embora colhidos em Poxoréu, esses dados apresentam um perfil mais ou menos comum a todos os assentamentos humanos fundados e dependentes do sistema de garimpagem: uma população majoritariamente jovem, masculina, analfabeta ou com baixíssima escolarização, sem registro profissional e com pouca ou nenhuma especialização:

A posse em pequena escala combina-se com a simplicidade do vestuário, tecnologia e organização do trabalho para a garimpagem. O item básico do vestuário do garimpeiro é um par de calções, hoje comumente comprados em loja, mas anteriormente feitos pelos garimpeiros de sacos de açúcar e algodão. O uso de uma camisa depende primeiramente do tipo de trabalho. Se o garimpeiro está trabalhando na água ou lama ele não usa camisa. Em outro caso, uma camisa velha é usada. Sapatos não são usados; chapéus e bonés são comuns. (...) As ferramentas de garimpagem não são sofisticadas tecnologicamente. (BAXTER, 1988, p. 118)

Ao mesmo tempo, na região garimpeira predominava uma população composta por pessoas oriundas de diversos estados. No caso específico de Poxoréu, Baxter anotou que os principais estados de origem, além de Mato Grosso com 39%, a com Bahia 35%,

Goiás (8%), Maranhão (6%) e Piauí (3%), sendo que dentro de Mato Grosso e Bahia existia a predominância de certas áreas. (BAXTER, 1988, p. 158)

A importância de se ressaltar esses dados é a de que eles permitem enxergar que devido a origem da maior parte das correntes migratórias que povoaram o estado de Mato Grosso até o final dos anos 1970, a população tenha se conservado majoritariamente mestiça e negra; além de ter como origem os estados do Nordeste. É apenas com a decadência dos garimpos e do extrativismo vegetal (poaia e borracha) que esse quadro humano irá se alterar, pois a maior parte dos migrantes passa a ser do Sul e Sudeste e vêm para o estado no bojo do novo processo de colonização agroindustrial.

Muito cedo se constituiu na antiga região Leste de Mato Grosso uma sociedade bastante heterogênea tanto em termos econômicos quanto sociais. Embora a garimpagem fosse efetivamente a atividade mais evidente e importante em termos econômicos, aqueles que se dirigiam do Nordeste e de outros locais do país em direção ao “triângulo dos diamantes”, para as matas de poaia ou borracha, não encontravam um território vazio e nem se fixavam somente como garimpeiros, poaieiros e seringueiros.

O território que passou a ser disputado por fazendeiros e garimpeiros era o mesmo que vinha sendo ocupado pelos indígenas desde tempos imemoriais. No caso da região garimpeira, esta era uma área ocupada pelos Bororo e que passou a ser reivindicada por fazendeiros vindos de Goiás e Minas Gerais, principalmente a partir de 1890 quando começa a construção das linhas telegráficas entre Cuiabá e o Araguaia. (HIGA, 2005, p. 31)

Segundo João Antônio Botelho Lucídio (2002), este processo de ocupação branca sobre o território ancestral indígena se acentua a partir da década de 1890, quando “tocando seus rebanhos bovinos e cavalares, acompanhados de parentes, camaradas e agregados, e carreando toda sorte de objetos que possuíam em sua região de origem e que lhes poderiam ser úteis, caravanas de famílias atravessaram o rio Araguaia e enfrentaram o desconhecido”. (LUCÍDIO, 2002, p. 7)

Estes eram, segundo Lucídio, como “polvos de mil tentáculos” que terminaram por açambarcar todo o território que puderam, abrindo estradas, navegando rios, fundando posses, derrubando as matas, plantando roças, construindo casas e povoando os campos de bois e cavalos.

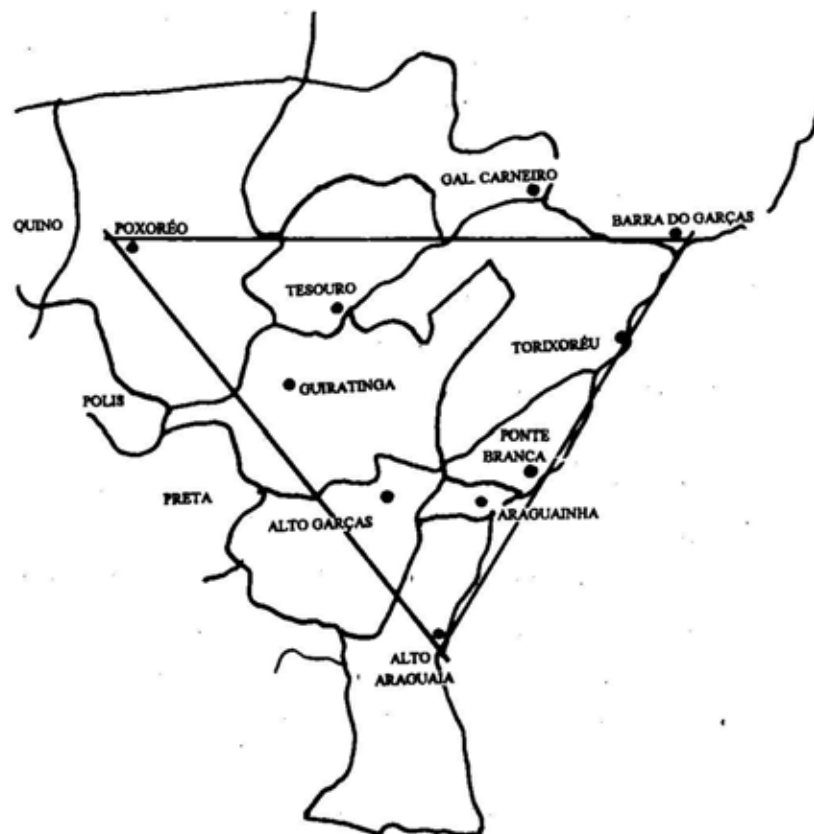


ILUSTRAÇÃO 26 – Leste de Mato Grosso/Triângulo dos Diamantes

Fonte: FRANÇA, 1994. Apud. LUCÍDIO, 2002, p. 5.

Os últimos vinte anos do século XIX e os dez primeiros anos do século XX foram de disputas entre não-índios e Bororo pelo território supra indicado.²⁴ São muitos os relatos dos massacres ocorridos em ambos os lados. No século XIX, os Presidentes da Província, depois Estado de Mato Grosso, autorizavam Expedições Militares aos sertões, praticamente todos os anos. Embora se afirmasse que essas possuíam intenções pacificadoras, exterminavam o maior número de índios que lhes era possível. Algumas delas traziam prisioneiros, distribuindo-os entre as famílias cuiabanas ou nas fazendas. Era comum encontrar em Cuiabá índios da nação Bororo trabalhando em casas de famílias como serviçais. Perseguidos pelas Expedições

²⁴ Na década de 1890, fazendeiros começaram a se instalar na margem esquerda do rio Araguaia e no vale do rio São Lourenço, entre os quais deixaram registros: João José de Moraes Cajango, que fundou a fazenda Boa Vista nas cabeceiras do rio das Garças, Antônio Cândido de Carvalho, Luiz Antônio de Moraes, João Balbino de Moraes, seguido pelos Ribeiro e Vilela, com fazendas nas regiões de Sangradouro, Antônio Barcelos, que instalou duas fazendas no rio Vermelho entre tantos outros que não deixaram registros. Ver: FERREIRA, Jurandir Pires. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*; XAVIER, Jurandir da C. *O Poxoréu e o Garças. A saga dos garimpeiros*. Cuiabá, Ed. Calendários do Sol, 1999.

Militares, pelos fazendeiros e inferiorizados pela superioridade das armas de fogo dos adversários, os índios fugiam para retornar e, às escondidas, revidar, matando famílias de fazendeiros e viajantes, tocaiando-os às margens das estradas carreteiras e boiadeiras. (LUCÍDIO, 2002, p. 7-8)

Deste modo, o surgimento da garimpagem esta relacionado com a ocupação da região por fazendeiros, criadores de gado e cultivadores em pequena escala. Além do mais, nas pegadas dos garimpeiros caminhavam também os mascates ambulantes e os tropeiros, os que atravessavam as distâncias entre os garimpos e entre estes e as grandes praças comerciais levando toda sorte de gêneros; bem como os capangueiros compradores de diamantes. “E vieram também os jogadores solertes e meretrizes impudicas, sócios inseparáveis da opulência”. (LUCÍDIO, 2002, p. 15)

Ainda de acordo com Lucídio, era praxe que os garimpeiros saídos da Bahia e do Maranhão viessem em caravanas, não raros acompanhados de suas famílias e parentes ou conhecidos. A travessia era longa e por vezes demorava de seis meses até um ano e meio. Isto reforça a ideia de que o universo social da garimpagem era vivenciado não somente por garimpeiros, mas por toda a sorte de gentes, inclusive agricultores em pequena escala. A série de depoimentos coletados por Lucídio é esclarecedora da heterogeneidade social daquele universo, além de demonstrar que a região não era habitada somente por garimpeiros.

Eu nasci no Maranhão, no município de Balsas. Vim mais meu pai, minha mãe. Viemos viajando de cavalo, de qualquer condução que existia; mais de cavalo, que de qualquer outra condução. Eu lembro que nós primeiro paramos na Balisa (Goiás). Moramos na Balisa uma temporada. Aí de lá nós fomos pro tal do Buriti, lá eu me casei. Tinha 10 anos quando cheguei. Me casei com 15 anos no Buriti. Aí vim pra essa beleza do Tesouro. (Entrevista com D. ANACLETA MAGALHÃES, Tesouro – MT, setembro de 2002. Apud. LUCÍDIO, 2002, p. 19)

Eu sai de Caruína no Maranhão, que era perto de Goiás. De lá eu vim pra cá pro Mato Grosso. Eu vim a pé. Eu vim sob a influência de garimpo. Eu vim com meu irmão. Eu tinha 14 anos. Eu vinha manobrado por ele. Só com um bucho nas costas, viemos a pé até na Baliza, na beira do Araguaia. Morador nesse tempo não encontrava. Passava dois, três dias sem ver nenhuma gente. Se encontrasse alguma casa, até se escondia da gente. Vim no ano de 1936. Demoramos um mês porque pegamos o caminho errado em Baliza. No Batovi, eu não fui muito feliz, mas adoeceu meu irmão. Ficou três anos doente, fogo selvagem. Cheguei em 1937. (Entrevista com Sr. RICARDO SILVA, Tesouro – MT, setembro de 2002. Apud. LUCÍDIO, 2002, p. 19)

Meu nome é Crescencio Vieira... Meu pai e mãe, todos naturais do que hoje é Nova Colina. Nasci em 1915. Vim da Bahia em 1935. Fiquei sabendo que aqui no Mato Grosso tinha muita garimpagem. Muito diamante. E a gente veio naquela influência. As pessoas que vinham pra cá, pegavam diamante; depois iam passear lá na terra e trazia alguém mais que tava envolvido. Eu vim pra cá, pra ficar 9 meses e, desde então, nunca mais voltei. A viagem não foi muito boa porque foi muito demorada. Naquele tempo, a condução era difícil. Nós saímos de lá desse município pra Lapa de Bom Jesus. São 300 km; e foi a cavalo. Outros de a pé, uma turma de quinze, tudo homem, tudo novinho. O mais novo era eu. Tinha 19 anos. Era a média de idade... da Lapa do Bom Jesus, nós pegamos o vaporzinho de lá. Viajava a caldeira. Demorava pra chegar em Pirapora. Gastamos dois dias. De Pirapora, nós demos uma volta pra sair em Campo Grande. Nós saímos beirando o rio. Esse trecho todo de Pirapora a Campo Grande era feito de trem-de-ferro. De Campo Grande, saímos pros garimpos. Nosso itinerário era garimpo. (Entrevista com CRESCENCIO VIEIRA, Batovi – MT, setembro de 2002. Apud. LUCÍDIO, 2002, p. 19-21)

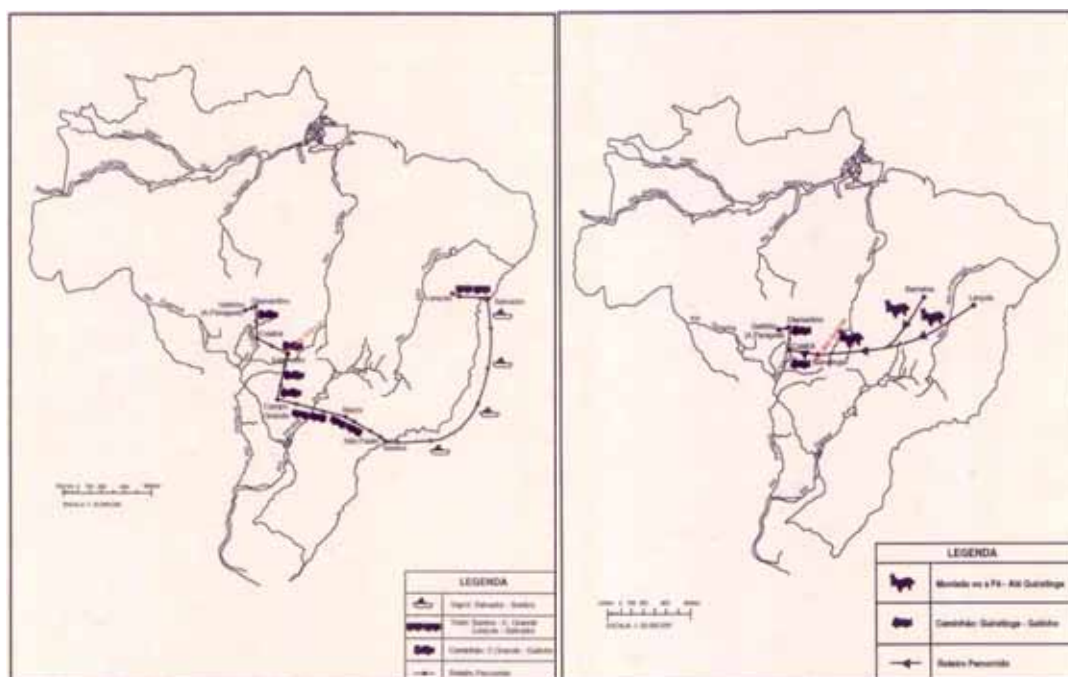


ILUSTRAÇÃO 27 – Rotas usadas para o Leste de Mato Grosso

Fonte: BARROZO, 1997. Apud. LUCIDIO, 2002, p. 22.

Uma vez na região Leste, estas pessoas se juntavam a outras e assim garimpeiros, prestadores de serviços, profissionais liberais, pecuaristas e agricultores, além de comerciantes em geral “tentavam criar ou

reproduzir, através do espelhamento em suas cidades de origem, elementos de civilidade no sertão de Mato Grosso, território imemorial dos Bororos Orientais”. (LUCÍDIO, 2002, p. 16)

Do início da garimpagem até o seu ocaso, os garimpeiros permaneceram ocupando os estratos mais baixos da sociedade, em um universo econômico, social e cultural no qual eram os responsáveis diretos pela criação da riqueza e também os que menos usufruíam dela. Assim como no caso da borracha e da poaia, o diamante passava por diversas mãos desde que era encontrada pelo garimpeiro até ser entregue nas praças da Europa, para onde se dirigia a maior parte da produção.

Havia toda uma sorte de atravessadores e intermediários que acumulavam a maior parte dos ganhos, restando aos garimpeiros apenas uma pequena parcela do valor encontrado. Essas cadeias começavam já nos pagamentos que eram devidos aos proprietários das terras onde se praticava a garimpagem. Além de uma porcentagem sobre o direito de garimpar nas terras, os proprietários também extraíam um percentual sobre o suprimento de água. Os garimpeiros que desejassem garimpar usando o rego d'água eram obrigados a pagar uma taxa adicional de 10% ao proprietário da terra. Outra parte era devida ao proprietário das terras ou alguém indicado por este para ocupar a função de gerente do garimpo. Ao gerente devia ser pago uma taxa de dois ou três por cento do valor dos diamantes encontrados. (BAXTER, 1988, p. 189)

Durante todo o período em que estivesse trabalhando o abastecimento do garimpeiro era garantido pelo “patrão” a quem era garantido, em troca, a metade da renda da garimpagem, depois de descontadas as porcentagens da terra, da água e do motor. Essa manutenção era o fornecimento de bens básicos, fazendo com que o garimpeiro suprisse outras necessidades com recursos próprios ou do que pudesse produzir fora do circuito da garimpagem:

Os bens básicos fornecidos são arroz, feijão, farinha de mandioca, gordura ou óleo, açúcar e sal. Café também é geralmente incluído; carne algumas vezes, macarrão e massa de tomate são bastante comuns. Um abastecimento semanal padrão para o garimpeiro consiste de 2 litros de feijão, 3 litros de arroz e farinha de mandioca, 1 quilo de açúcar, meio quilograma de café, 2 quilos de gordura e um litro de óleo vegetal e um litro de querosene a cada duas semanas. Sal de acordo com as necessidades; 2 quilos de carne de segunda é levado na maioria das semanas. Dependendo das circunstâncias e da boa vontade do fornecedor, e também da produtividade do garimpeiro, um pedaço de rolo de fumo e uma garrafa de pinga podem ser adicionados. (BAXTER, 1988, p. 197)

De acordo com ele, não havia um sistema de produção caracterizado por controles estruturados sobre os principais elementos e estágios dos processos de extração e comercialização dos diamantes. Mesmo do ponto de vista legal, havia um vácuo, uma ausência de base legal para determinados controles, “a característica institucionalizada da garimpagem em Poxoréo deve muito a papéis estabelecidos tradicionalmente com direitos e obrigações *de jure*”, isto é as leis até poderiam existir, mas o respeito a elas dependia antes de tudo do poder que cada uma das partes tinha de fato. (BAXTER, 1988, p. 187)

Igualmente, a fixação do garimpeiro em um status econômico, social e cultural extremamente baixo passava por outras determinações que não simplesmente aquelas oriundas da propriedade da terra. O indício disto é que parece não ter havido uma alteração substancial no status do garimpeiro quando da passagem da garimpagem em terras públicas para terras privadas nem na passagem do garimpeiro tradicional para o trabalhador da draga. Em todos os casos ele permaneceu como o último elo na cadeia de produção.

Ele é ao mesmo tempo o que realizava todo o trabalho braçal quanto o que recebia a menor parte da riqueza produzida. A apropriação privada das terras o submeteu e a introdução da tecnologia desvalorizou ainda mais o seu trabalho, mas garimpagem inicial em terras de domínio público e a posterior introdução das dragas não foram suficientes para permitir uma ascensão social.

A sua retenção em um status extremamente baixo se devia também a formas de coerção extraeconômica e que se articulam com estas: o conjunto total da formação social, que ia desde as relações ambientais, passando pelas relações sociais de produção, até atingir o campo puramente cultural que garantia a continuidade dessas relações de subordinação.

Embora o garimpeiro realizasse todo o trabalho e mesmo em condições onde ele era proprietário das ferramentas e as usasse em terras públicas, uma vez que localizasse o diamante ele imediatamente perdia o controle sobre a pedra. **Ele não escolhia para quem vender e nem determinava o preço do seu trabalho.** Ao mesmo tempo, o próprio universo cultural da garimpagem não favorecia e nem estimula a acumulação de capital por parte do garimpeiro: ainda é uma tradição muito enraizada que o garimpeiro deva gastar imediatamente o resultado do seu esforço:

O garimpeiro, quando bamburrava, era um gastador, um farrista. O ponto de encontro na corrutela era a 'zona', onde jogava baralho e dados, bebia e se divertia com as mulheres. Ele convidava os amigos para a farra, pagando todas as despesas. Poucos adquiriam algum bem durável para si e para a família. Depois de gastar tudo na farra, ele voltava à mesma vida de trabalho duro. Grande parte do dinheiro que circulava nas corrutelas de garimpo ficava nas mãos dos comerciantes (donos de armazéns, bolichos, bares) e dos compradores de diamantes. (BARROZO, 2007, p. 103)

As considerações sobre o caráter perdulário dos garimpeiros, quase nunca levam em conta que as oportunidades reais de enriquecimento rápido que eram bem menores do que se poderia parecer à primeira vista. A maioria dos que se aventuravam pelos garimpos podia trabalhar por meses – até anos – a fio sem encontrar uma pedra que compensasse o esforço. Quando isso ocorria, o volume de dívidas do garimpeiro era tão grande e tantos eram as cadeias de compromissos que os prendiam e desvalorizavam seu trabalho que só raramente ele podia contar com uma quantia substancial de dinheiro após pagar todos os débitos. Por esses e outros motivos o trabalho do garimpeiro era comparável ao do seringueiro e do poaieiro. Vivia-se de aventura em aventura, de temporada em temporada, de garimpo em garimpo, sustentando-se mais em sonhos irrealizáveis do que em perspectivas reais.

Essa situação de imprevidência, instabilidade e quase impossibilidade de acumular iria permanecer praticamente a mesma por todo o período histórico da garimpagem. Mesmo quando houve um novo surto com a instalação de dragas, a partir da década de 1970 e o sistema de trabalho adquiriu alguma periodicidade e podia ser comparado ao trabalho assalariado.

A partir de então, os garimpeiros passaram a trabalhar em conjuntos de dez a quinze homens que recebiam do dono da draga uma porcentagem da produção. Segundo constatou Lucídio, o comum era que o grupo de garimpeiros dividisse um percentual entre trinta e trinta e cinco por cento do que fosse produzido, o que quase nunca excedia três a três e meio por cento da produção total da draga. Nessas condições e considerando a incerteza dos achados, era improvável que existissem condições reais de acumulação por parte dos garimpeiros. (LUCÍDIO, 2002, p. 47-49)

Visto em uma perspectiva horizontal, o sistema de garimpagem existente na região Leste de Mato Grosso era apenas um elo na longa cadeia que ligava às grandes praças comerciais da Europa de onde se comandavam o mercado de diamantes. Não se pode esquecer-se do fato de que o extrativismo – animal, mineral ou vegetal – é um

modo de produção subordinado e, por isso, os fluxos são governados a partir de fora e com objetivo de fazer concentrar os capitais nos outros modos de produzir, principalmente nas etapas localizadas nos centros da economia-mundo que são as metrópoles contemporâneas.

Como afirma Lucídio, o sistema todo é montado de tal forma que os ganhos são concentrados nas mãos dos grandes compradores e exportadores de diamantes, assim como nas mãos dos comerciantes. “Tão logo os garimpos cessem de produzir, o garimpeiro e os donos do garimpo quebram. Por sua vez o município fica com as terras degradadas e uma imensa dívida social”. O fato é que quase ninguém nota que para que a riqueza seja extraída e concentrada nos eixos centrais do sistema uma quantidade correspondente de miséria e pobreza seja inevitavelmente criada no polo oposto. (LUCÍDIO, 2002, p. 49)

Portanto, se o garimpeiro era o elo mais fraco e os compradores de diamante da Europa o elo mais forte, boa parte da riqueza ficava em mãos dos que faziam o intercâmbio entre um e outro elo: os proprietários das terras ou de dragas, os comerciantes e os compradores de diamantes. Dessas categorias sociais que saíam a maior parte dos que sustentam os garimpeiros. Comerciantes tanto podiam lucrar vendendo a preços exorbitantes para os poucos que pudessem garimpar por conta própria, quanto sustentar o trabalho da maioria que não possuía nenhum capital:

Os donos de armazéns, a classe de onde provém a maioria dos patrões, por vezes fornecem aos meias-praças suprimento de seu próprio estoque. (...) Não é raro que meias-praças comam e residam na casa do patrão, isto é particularmente comum entre os garimpeiros mais jovens trabalhando como meias-praças de seus pais. (...) Não há nenhum acordo escrito entre patrão e meia-praça; as condições de sustento e da reivindicação do produto são tidas como certas. (...) O patrão não supre de alimentos a família do garimpeiro e não é responsável pela manutenção do garimpeiro adoentado. (BAXTER, 1988, p. 198)

Essa subordinação era, portanto, ao mesmo tempo, econômica e cultural; pois se de um lado o garimpeiro era dependente economicamente do patrão, por outro essa dependência não se baseava em um acordo escrito e dela decorriam outros efeitos, tal como a obrigação de mostrar – antigamente simplesmente de vender – a pedra ao dono da terra ou do garimpo: qualquer diamante encontrado devia ser imediatamente mostrado ao dono ou gerente do garimpo. (BAXTER, 1988, p. 199)

O propósito era fazer com que a autoridade fizesse uma primeira estimativa do valor e das porcentagens de cada um. Essa exibição do diamante ao dono do garimpo derivava de outra tradição mais antiga segundo a qual o dono da terra tinha o direito de comprar qualquer diamante encontrado em sua propriedade. Disto não havia recurso, pois

A recusa de vender para o dono da terra (ao preço que ele oferecia) significava no mínimo a expulsão do trabalhador do garimpo. *Picuá Preso*, o sistema de vendas obrigatórias, supostamente não existe mais, embora o dono da terra possa exercer controle rigoroso sobre a venda dos diamantes. (BAXTER, 1988, p. 199)

Além dos comerciantes e donos de terras, os garimpeiros estavam subordinados aos “capangueiros”, como eram conhecidos os que se dedicam exclusivamente ao comércio de diamantes foram em Lageado, uma das primeiras denominações oficiais da cidade de Guiratinga, e nas demais cidades mineradoras. Segundo Regina Beatriz Guimarães Neto (2006, p. 151-156), eles eram “os que organizaram e direcionaram os fluxos de compra e venda de pedras preciosas, aliando-se as firmas exportadoras com sede na capital do país, Rio de Janeiro”:

Nesse território político, empregando mecanismos-chave no controle do comércio diamantífero, desponta o ‘coronel dos garimpos’, o capangueiros, infiltrando-se por toda a zona mineradora. Conduz, como principal estratégia, a montagem de uma rede de pequenos compradores, que se estende pelas áreas de mineração – os faisqueiros ou agentes – seus fornecedores diretos. A prática predominante consiste em distribuir dinheiro – contos de réis – entre seus agentes, com as seguintes ordens: - ‘vão comprar diamante!’. A partir deste instante os faisqueiros montam em seus cavalos e saem a comprar diamante por todo lado, realizando negócios diretamente com os garimpeiros (que já se encontram previamente comprometidos com certos capangueiros). (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 154)

Esses capangueiros, além da capacidade de avaliar um diamante, de um capital próprio, dos contatos com os grandes compradores de Rio de Janeiro e São Paulo, obtinham o seu poder de uma rede de favorecimentos que ia desde os faisqueiros até a influência sobre políticos locais, pessoas influentes nas cidades e corrutelas. Eles investiam ainda na atração de mão-de-obra, preferencialmente do interior da Bahia e outros estados do Nordeste, para as áreas de mineração, bem como para formação de uma rede de apoio nas localidades onde atuavam:

Manifestam um enorme interesse em estimular pequenos comerciantes e profissionais de todo tipo a seguirem em direção aos núcleos garimpeiros, bem como, investirem na estrutura de povoados e cidades, entrecruzamentos chaves para a concentração de capitais. A cidade escolhida como sede do comércio seria, antes de tudo, centro e esteio do poder dos coronéis dos garimpos, como ficaram conhecidos. (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 151)

Todas essas cadeias mantinham os garimpeiros no nível mais baixo da escala social, econômica e cultural. E era o domínio do mercado, por parte dos comerciantes de diamantes e secundariamente por outros comerciantes, que garantia a perenidade dessa concentração de poderes em detrimento dos garimpeiros.

Eram os compradores de diamantes, especificamente os grandes compradores, conforme explica Guimarães Neto, que podiam fechar as transações comerciais mais importantes, eles ditavam o preço dos diamantes no nível local, mesmo se considerarmos que tal preço era em última instancia ditado pelos mercados internacionais. (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 154-155)

Em tais condições a venda do diamante nunca era realizada entre iguais, mas através de uma operação na qual o capangueiro usava diversas estratégias e forçava para baixo o preço do diamante. Esse processo chamava-se *queima do diamante* e consistia no seguinte:

Um capangueiro, ao receber uma pedra de maior valor, supervaloriza a mercadoria para, em seguida, dizer que não pode compra-la, indicando outro comprador; este logo avalia a pedra, oferecendo um preço bem menor; o garimpeiro não aceita essa oferta, como é de se esperar, e volta ao primeiro comprador, que não mais mantém o preço dado inicialmente. (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 153)

Como os capangueiros sabiam de antemão que algum garimpeiro descobriu uma pedra valiosa e como geralmente muitos estavam a serviço de um mesmo grande comprador, então essa operação era repetida várias vezes até que a pedra fosse desvalorizada em 70 a 80%. Consequentemente,

Por mais que efetuem grandes vendas, continuam pobres, destituídos de poder de enfrentamento, numa correlação de forças desiguais, junto aos meios econômicos dominantes. Sobretudo porque o garimpeiro se acha sem condições de seguir até o Rio de Janeiro, sem domínio da teia comercial. (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 155)

Esse sistema de controle sobre o mercado de diamantes e sobre os garimpeiros permaneceu praticamente intacto até que a própria atividade deixasse de ser importante nos termos desses municípios. Todos esses mecanismos que compunham – talvez ainda compunham – os mercados de ouro e pedras preciosas nascidos nas localidades do interior brasileiro e iam desaguar nas praças comerciais europeias eram apenas a parte mais visível deste campo econômico e cultural.

3.7 - Comunidades Tradicionais em Mato Grosso

Pode-se aqui recuperar o conceito de *sistema agroecológico* que é um “ecossistema reorganizado para propósitos agrícolas. Trata-se de uma reestruturação dos processos tróficos na natureza, ou seja, os processos de fluxo de alimento e energia na economia dos organismos vivos”. (WORSTER, 2003, p. 29-30)

E com base nele afirmar que quanto mais os seres humanos em suas sociedades possuem a capacidade de domesticar os ecossistemas transformando-os em sistemas agroecológicos distanciados dos processos tróficos naturais, mais aumenta a possibilidade de que essa interferência coloque em risco a capacidade de autorregeneração do ecossistema original.

Ao considerar que a atividade de reorganizar os ecossistemas em sistemas agroecológicos tenha começado bem antes que se iniciasse a Idade Moderna, Worster reconhece a existência de pelo menos três categorias de sistemas agroecológicos criados pelas experiências humanas em diversas épocas e locais. O primeiro tipo de sistema agroecológico teria começado com o uso deliberado do fogo para a limpeza de uma área de solo aberto onde, “nas cinzas desta clareira os agricultores plantaram suas espécies favoritas preservando-as contra as pressões sucessórias da vegetação circundante por alguns anos até que a fertilidade do solo se esgotasse e tivessem que mudar para novas terras”. (WORSTER, 2003, p. 30) Ele completa este modelo explicando que essa maneira de cultivo ainda existe em diversos locais do mundo, desde que haja terra disponível e pouca pressão para que a produção aumente sucessivamente.

Em uma segunda categoria, ele coloca os sistemas agroecológicos tradicionais, que se distinguem por que se baseiam numa “estratégia predominantemente de subsistência”, de acordo com a qual a maioria das pessoas envolvidas cultiva o que consome, mesmo que eventualmente possam enviar ao mercado algum excedente ou

ainda usá-lo para o pagamento de tributos. Um aspecto que ele coloca em relevância é o fato de neste tipo de sistema agroecológico, apesar de maiores mudanças na natureza, “preserva-se muito de sua diversidade e complexidade, e esse empreendimento foi uma fonte de estabilidade social, geração após geração”. Este tipo de sistema agroecológico tradicional teria sido disseminado por várias partes do mundo até a ascensão do capitalismo por volta do século XV, quando “a estrutura e a dinâmica dos sistemas agroecológicos começaram a mudar radicalmente”. Segundo ele, “a reorganização capitalista realizada nesses anos e, para além de nosso próprio tempo, trouxe um conjunto de mudanças no uso da terra tão revolucionárias e arrasadoras quanto o da revolução Neolítica”. (WORSTER, 2003, p. 32-33)

Nessa mesma linha de pensamento se encontra o conceito de comunidades tradicionais proposto por Antônio Carlos Diegues (2001). De acordo com ele, as comunidades tradicionais se definem por uma organização econômica e social com reduzida acumulação de capital e inexistência de trabalho assalariado em que os produtores são independentes e estão envolvidos em atividades de pequena escala tais como a caça, a pesca, a coleta e o artesanato. Essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis sobre os quais possuem conhecimentos profundos e que são passados de geração em geração. (DIEGUES, 2001, p. 87)

Ao mesmo tempo, elas se caracterizam ainda por baixa densidade populacional, limitado desenvolvimento tecnológico e pequena intervenção no ambiente natural. Definem-se também por combinarem diversas atividades produtivas dentro de um complexo calendário, reutilização dos dejetos e baixo nível de poluição.

Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*; conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais; noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; moradia e ocupação desse território por várias gerações; importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras. (DIEGUES, 2001, p. 87)

Por outro lado, Paul E. Little (2002) aborda essas comunidades e povos tradicionais pelo aspecto da territorialidade, demonstrando que a diversidade sociocultural brasileira é associada a uma diversidade fundiária:

As múltiplas sociedades indígenas, cada uma delas com formas próprias de inter-relacionamento com seus respectivos ambientes geográficos, formam um dos núcleos mais importantes dessa diversidade, enquanto as centenas de remanescentes das comunidades dos quilombos, espalhadas por todo o território nacional, formam outro. Essa diversidade fundiária inclui também as chamadas ‘terras de preto’, ‘terras de santo’ e as “terras de índio”. Ainda, há as distintas formas fundiárias mantidas pelas comunidades de açorianos, babaçueiros, caboclos, caiçaras, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, sertanejos e varzeiros. (LITTLE, 2002, p. 2)

Little afirma ainda que a formação dessa enorme diversidade fundiária está diretamente relacionada com o processo histórico de povoamento expansão das fronteiras a partir do litoral assim como da formação do Estado Nacional e do seu respectivo conceito de propriedade e ocupação do solo. No caso das comunidades indígenas atuais, ele observa que elas estão à frente de um histórico de quinhentos anos de resistência à ocupação das forças invasoras de portugueses, holandeses, espanhóis, franceses e brasileiros. Por outro lado, as comunidades negras e as remanescentes de quilombos testemunham a resistência de africanos e afro-brasileiros escravizados. (LITTLE, 2002, p. 5)

Ao lado desses processos de resistências e lutas, ele enumera, também, outros processos de acomodação, apropriação, consentimento e mútua influência onde foram se misturando os elementos diversos de todas as partes envolvidas. “Esses múltiplos, longos e complexos processos resultaram na criação de territórios dos distintos grupos sociais e mostram como a constituição e a resistência cultural de um grupo social são dois lados de um mesmo processo”. (LITTLE, 2002, p. 5)

De acordo com ele, a constituição do Estado Nacional se afigura como parte integrante deste complexo e doloroso processo de constituição dos territórios tradicionais. Nesse sentido, o Estado Nacional apresentou desde o início de sua constituição uma tendência histórica de sancionar como legítima a experiência de territorialidade da classe que o controla hegemonicamente. É por isso que a grande propriedade rural escravista monocultura e exportadora foi a única admitida pelo Estado como forma válida de ocupação territorial. (LITTLE, 2002, p. 6)

Este é o mesmo modelo que tem prevalecido na atualidade, já que com exceção da mudança na forma de controle do trabalho – substituição do escravismo pelo trabalho assalariado – todas as outras características permanecem: o latifúndio, a monocultura e a produção de itens de exportação. Aliás, mesmo as contestações mais importantes a esse modelo são por ele afetadas, já que só marginalmente as reivindicações por uma Reforma Agrária têm abarcado a questão das terras pertencentes a remanescentes de quilombos e comunidades indígenas.

Note-se que só recentemente negros e indígenas foram considerados como membros da comunidade nacional, ainda assim em um processo histórico que não se completou, dada as diferenças atuais na cidadania entre brancos, negros e indígenas. As terras tradicionalmente ocupadas por esses povos têm sido historicamente consideradas como “espaços vazios” e passíveis de “integração ao território nacional” exatamente por que seus ocupantes tradicionais só remotamente são considerados ocupantes legítimos e membros da comunidade nacional:

Em primeiro lugar, a ideologia territorial do Estado-nação é vinculada ao fenômeno do nacionalismo, que reivindica um espaço geográfico para o uso exclusivo dos ‘membros’ de sua comunidade nacional. Em segundo lugar, esta ideologia territorial se fundamenta no conceito legal de soberania, que postula a exclusividade do controle de seu território nas mãos do Estado. A existência de outros territórios dentro de um Estado-nação sejam eles as autoproclamadas ‘nações’ ou “nacionalidades”, ou territórios sociais como estamos analisando aqui, representa um desafio para a ideologia territorial do Estado, particularmente para sua noção de soberania. Esse ponto de vista representa uma das razões pela qual o Estado brasileiro teve e tem dificuldade em reconhecer os territórios sociais dos povos tradicionais como parte da sua problemática fundiária. Ao mesmo tempo, a hegemonia territorial do Estado-nação requer que os outros territórios que existem no seu seio sejam tratados na sua relação com este. (LITTLE, 2002, p. 6)

Nestes termos, subentende-se que o Estado brasileiro deva ser tratado à luz da antropologia histórica, o que permite considerar que outra parte da dificuldade do Estado brasileiro em reconhecer os territórios sociais dos povos tradicionais se baseia na sua composição étnica e social. Deve ser notado que no Brasil a formação do Estado Nacional foi fortemente influenciada pelos conceitos do racismo científico, que vigorava entre o final do século XIX e o início do século XX.

Ao mesmo tempo, ao mesmo tempo em que as instituições estatais eram criadas tendo como base elementos das ideologias raciais vigentes era também capturada pela

elite agrária dominante. Dessa forma, o Estado Nacional foi construído à imagem e semelhança de uma elite branca, masculina e latifundiária. Nestes termos, o regime de propriedade que prevaleceu – e prevalece – no Brasil em haver, sobretudo com a manutenção dos interesses econômicos, políticos e sociais da classe dominante historicamente derivada dos mesmos estratos que conduziram a formação do Estado.

Conforme observa Little, neste regime de propriedade vigente a terra está dividida em duas categorias básicas: as terras privadas (que em última instância foram terras públicas) que são presididas pela lógica capitalista e individualista onde cada dono tem os direitos exclusivos de propriedade sobre a parcela que possui, e as terras públicas que são controladas pelo Estado. (LITTLE, 2002, p. 7)

Essa configuração propicia que as terras privadas sejam controladas diretamente pelo capital e as terras públicas controladas indiretamente pelo capital, uma vez que o estado é o controlado diretamente pelos que detém o controle do capital. O regime de propriedade vigente nas terras ocupadas pelos povos tradicionais e comunidades indígenas, no entanto, rompe com esta lógica do domínio privado.

Nas diversas comunidades indígenas imperam formas coletivas de apropriação dos recursos naturais – aqui o próprio conceito de propriedade necessita ser relativizado – onde as atividades de caça, pesca, coleta e a distribuição social dos recursos daí derivados obedecem a uma lógica familiar e coletiva. A terra e os recursos naturais pertencem à comunidade. No caso das comunidades negras tradicionais,

Os regimes de propriedade dos quilombos, as diversas ‘terras de preto’ e as comunidades cafuzas possuem diferenças marcantes em relação aos povos indígenas, mas ainda se mantêm dentro da ampla categoria de formas de propriedade comum. Sobre as várias ‘comunidades negras rurais’, por exemplo, (...): ‘o controle sobre a terra se faz grupalmente sendo exercido pela coletividade que define sua territorialidade com base em limites étnicos fundados na afiliação por parentesco, coparticipação de valores, de práticas culturais e principalmente da circunstância específica de solidariedade e reciprocidade desenvolvidas no enfrentamento da situação de alteridade proposta pelos brancos’. (LITTLE, 2002, p. 9)

Ele observa também outros elementos constituintes das comunidades e povos tradicionais que os aproximam das sociedades indígenas, tais como os vínculos sociais e simbólicos que são estabelecidos entre as comunidades e as terras que tradicionalmente ocupam. A noção de pertencimento a um lugar é comum tanto aos povos indígenas quanto aos povos tradicionais e remete a um tipo que relacionamento entre comunidade

e ambiente natural que extrapola os limites do econômico, abarcando todas as esferas da vida. (LITTLE, 2002, p. 10)

Nesse sentido, faz-se importante resgatar as linhas de continuidade entre os sistemas agroecológicos naturais praticados pelas comunidades indígenas e os sistemas agroecológicos tradicionais praticados pelas comunidades de garimpeiros, extrativistas, roceiros, pescadores e toda sorte de gentes que viviam nas brechas da mineração e da criação extensiva de gado *vacum*. Ao mesmo tempo, é importante salientar a existência ao longo do tempo e às vezes nos mesmos espaços geográficos de duas linhas econômicas e sociais em torno das quais foi se estruturando a sociedade mato-grossense: havia um setor econômico que poderia ser classificado como pré-capitalista ou cujas atividades visavam o lucro e se ligavam aos mercados nacionais e internacionais; mas havia também outro setor que se prendia a atividades de subsistência e que se inclinava para o campo das comunidades tradicionais, se ligando apenas remota e esparsamente à economia de mercado.

Dessa forma, enquanto que na passagem do extrativismo de coleta indígena para o extrativismo comunidades tradicionais há mais linhas de continuidade; na passagem deste dois para o extrativismo predatório capitalista as linhas são muito mais de ruptura.

O mesmo movimento pode ser dito em relação às conexões entre os modos de vida dessas sociedades, pois enquanto as comunidades tradicionais se aproximavam mais do modo de vida herdado dos indígenas, os que se dedicavam as atividades econômicas de mercado ansiavam pelo *progresso* e por ligações mais fortes com os mercados nacionais e internacionais. Consequentemente, deve também ser feita uma distinção teórica entre o sistema de coleta praticado milenarmente pelas sociedades indígenas com as atividades extrativistas que visavam o lucro e não a satisfação das necessidades comunitárias.

Como mostrado anteriormente, as sociedades indígenas do Cerrado praticavam um sistema agroecológico que durante milhares de anos proporcionou uma convivência sustentável com o ambiente natural chegando ao ponto de estabelecer relações de coevolução com a natureza. O seu sistema de coleta não pode, portanto, ser compreendido sob o prisma da economia (no sentido que comumente se atribui ao termo) porque a própria prática econômica indígena, isto é o ato de prover sua subsistência, só podia ser compreendida em um contexto muito mais amplo de relacionamento social, cultural e mítico entre sociedade e natureza. Mais importante

ainda é o fato de que entre as comunidades indígenas a coleta tinha como destino o consumo imediato da comunidade.

Não existia o acúmulo de excedentes e as eventuais trocas não tinham o objetivo econômico de acumular capital. Contrariamente a isso, no extrativismo de coleta – principalmente quando ele evolui para a predação – o objetivo central é produzir um excedente comercializável. Por isso, não se pode enquadrar o extrativismo de coleta das sociedades indígenas ou a prática eventual da coleta nas sociedades tradicionais como uma atividade econômica que poderia “naturalmente evoluir” para uma atividade de mercado.

A coleta passa a ser extrativismo (no sentido econômico do termo) quando a atividade deixa de ser uma forma de satisfazer a necessidade de consumo do grupo e passa a ser uma forma de atingir um determinado mercado. Assim, historicamente vai se consolidar uma série de comunidades tradicionais que permanecem praticando a caça, a pesca, a agricultura de subsistência e a coleta de produtos naturais junto a um setor mais visível que pratica a agricultura, a pecuária e a coleta de produtos naturais nos marcos de uma economia tipicamente capitalista. É por isso que as relações entre as sociedades indígenas originais e os novos colonizadores não foram realizadas apenas com base na violência física e simbólica. Houve, desde cedo a formação de diversas comunidades heterogeneamente étnicas de remanescentes de quilombos, ribeirinhos, posseiros e indígenas aculturados que deu origem a diversas comunidades tradicionais.

Essas comunidades tradicionais estão ligadas à terra e aos rios através de laços semelhantes aos dos indígenas de outrora e, por isso, muitos autores tem considerado que elas são herdeiras dos conhecimentos e das práticas que foram acumuladas pelos Macro-Jê através dos milênios. São comunidades que sobreviveram praticando a agricultura de subsistência, a pesca e a caça, horticultura, coleta de raízes e frutos e eventualmente se integravam a atividades nos garimpos, na coleta da borracha ou da poaia, conforme a região e a época do ano.

Além destes, constitui-se também um setor não menos importante, composto por agricultores e pecuaristas, pelos que praticavam o extrativismo mineral, vegetal e animal nos termos de uma economia eminentemente capitalista. Eram garimpeiros, seringueiros, poaieiros, ervateiros, pescadores e pequenos agricultores que abasteciam os mercados locais e também contribuíam para que o estado mantivesse suas conexões econômicas com os mercados nacionais e internacionais. É este setor que se vincula de maneira subordinada à economia nacional e mundial e que se ressentido do isolamento, da

falta de condições estruturais para produzir e estreitar ainda mais os laços com a economia mercantil. Portanto, a atividade extrativa vegetal, mineral e animal permitem compreender a maneira como a economia e a sociedade mato-grossense passam de um período de predomínio econômico a outro sem, no entanto, deixar de ser uma região periférica, tanto em termos nacionais quanto de economia mundo. Isto porque o extrativismo é considerado sempre uma atividade marginal em relação à agricultura e mais ainda em relação à indústria. (DRUMMOND, 2002, p. 8)

O que se pretende destacar aqui é o fato de que as diversas formas de contato entre colonizadores brancos e sociedades indígenas – além do contato destas com as comunidades negras – deram origem a uma grande diversidade étnica, social e econômica. Conforme foi demonstrado, as sociedades indígenas do grupo Macro-Jê são as herdeiras e continuadoras do longo histórico de convivência humana com o Cerrado a partir de onze mil anos atrás. Destes mais remotos tempos até o princípio da colonização branca essa convivência consistiu em um processo coevolutivo onde as sociedades humanas e os ambientes naturais condicionavam-se reciprocamente. Conforme resume Ricardo Ferreira Ribeiro:

Essa nítida demarcação de dois períodos climáticos anuais e a grande diversidade de ambientes e espécies possibilitou um tipo de ocupação humana do Cerrado muito característica. Cada uma das estações estava relacionada à exploração de certos ambientes e ao uso e manejo de espécies específicas da flora e fauna, em uma estratégia de reprodução social que foi acrescentando e combinando atividades econômicas ao longo da trajetória dos vários grupos humanos que aí conviveram e se sucederam. (RIBEIRO, 2002, p. 252)

Ele explica que os bandeirantes paulistas recorreram aos conhecimentos e práticas indígenas para facilitar e garantir sua penetração no cerrado em busca de escravos indígenas e riquezas minerais. Para a mineração, foram trazidos negros escravizados e o intercâmbio de suas técnicas e conhecimentos com as dos indígenas e brancos empobrecidos diversificaram as formas de reprodução da economia e da sociedade.

Os bandeirantes paulistas, os primeiros colonizadores de origem europeia e seus descendentes mestiços, recorreram a esses conhecimentos indígenas ao penetrarem nesse bioma em busca de escravos índios e riquezas minerais do sonhado Eldorado dos sertões brasileiros. Em suas longas jornadas exploratórias, aproveitavam-se das trilhas indígenas e viviam da caça, coleta e agricultura nômade,

pois, em um primeiro momento, aqueles seus objetivos não os fixavam à terra. (RIBEIRO, 2002, p. 256)

Nesse sentido, a chegada desses primeiros colonizadores não indígenas ao Cerrado mato-grossense no século XVIII não significou um corte abrupto no relacionamento com a natureza na medida em que a capacidade indígena de sobrevivência baseada no aproveitamento das espécies nativas, da caça e da pesca e da agricultura itinerante é que os sustentou até que eles estivessem em condições de prover-se de víveres através do abastecimento regular de produtos vindos das outras capitâneas. É por isso que embora a face mais visível da conquista do Cerrado pelos colonizadores brancos seja a violência física e simbólica impingida aos indígenas que ocupavam o território e aos negros que foram usados como mão-de-obra, não seria correto afirmar que o sistema agroecológico natural das sociedades indígenas fosse substituído abrupta e totalmente por uma economia capitalista plena.

Além destes inegáveis genocídios étnicos e culturais, da simples exterminação de etnias inteiras e da escravização dos mais diversos grupos africanos e afro-brasileiros; além do estabelecimento das inúmeras comunidades de mineradores e faiscaidores, ao mesmo tempo o ambiente do Cerrado passou a abrigar também uma quantidade muito grande e dispersa de pequenas comunidades formadas por pescadores, ribeirinhos, quilombolas, sertanejos, posseiros e pequenas comunidades rurais.

Este processo de colonização, portanto, foi principiado com um processo análogo de caldeamento de etnias, culturas e sociedades, onde os elementos indígenas e negros visivelmente se sobrepuseram aos poucos brancos que lideravam a ação colonizadora. Ribeiro avalia que a mineração estabelecida nos Cerrados goianos e mato-grossenses impulsionou a importação de mão-de-obra escrava que se juntou aos indígenas já mesclados aos colonizadores. Por outro lado, além de se apropriarem dos conhecimentos indígenas sobre o Cerrado, bem como utilizarem os meios de sobrevivência das comunidades originais para se manterem até que estivessem em condições de sobrevivência própria, esses colonizadores brancos também fizeram uso dos conhecimentos e técnicas trazidas pelos negros escravizados:

Os brancos constituíam minoria nas áreas de mineração, e a presença de negros mulatos predominava na região, seja pelo grande contingente de escravos, seja pela participação menor de forros e quilombolas, que aproveitavam as vastidões daquelas áreas para ali buscar um espaço de maior liberdade. A contribuição da cultura

africana para a nova sociedade que se formava no Sertão do Brasil Central foi muito grande, estendendo-se suas influências pela arte, religiosidade, medicina, alimentação, etc. Mesmo na extração do ouro, a participação dos negros não se deu apenas como mão-de-obra braçal, pois o que muitos desconhecem é a contribuição africana nas técnicas de mineração. (RIBEIRO, 2002, p. 256)

O extrativismo do ouro e do diamante durante muito foi a principal atividade econômica e social, mas não a única forma de ocupação do território e nem somente garimpeiros se estabeleceram na região. O gado bovino, que havia acompanhado a marcha da mineração, sobreviveu à decadência desta e foi incorporado à prática econômica em grandes, pequenas e médias propriedades.

Apesar de sua decadência, no final do século XVIII, a mineração continuou a ser praticada pelos habitantes da região do Cerrado e se incorporou às suas estratégias de reprodução social. Por ser, em geral, praticada na estação seca, ela combina com a agricultura, desenvolvida durante os meses de chuva, complementando-a, em algumas áreas daquele bioma. Essa também combina com uma outra atividade implantada no Cerrado durante o período colonial: a pecuária. (RIBEIRO, 2002, p. 256).

Em torno destas comunidades remanescentes da mineração, surgiu uma economia baseada no cultivo da mandioca, do milho, feijão, cana-de-açúcar e arroz, cuja expressão era quase sempre local e no máximo, regional. Esse mundo tinha uma formação humana muito heterogênea, na qual predominavam os elementos mestiços de indígenas, negros e brancos empobrecidos.

Essa população, composta por brancos pobres e, sobretudo, mestiços e negros livres, era mais autônoma quando ocupava pequenas áreas nos espaços indefinidos entre as fazendas ou em torno dos núcleos de mineração, que liberavam mão-de-obra devido ao declínio dessa atividade. Muitas comunidades camponesas também se formaram pelas sucessivas divisões das fazendas entre várias gerações de herdeiros, fracionando a terra em médias e pequenas glebas, especialmente quando diminuía a disponibilidade de terras livres. (RIBEIRO, 2002, p. 256)

Segundo Benedito Dia Pereira, ao longo do período colonial a economia mato-grossense se assentava no extrativismo mineral e vegetal, além da pecuária extensiva e de culturas como cana de açúcar, arroz, milho, banana, amendoim, feijão e mandioca. Dentre essas atividades, a extração do ouro foi durante muitos anos a principal e condicionava as dinâmicas sociais e populacionais: o descobrimento de novas minas

absorvia os braços disponíveis e havia uma negligência de outras atividades; quando as minas se exauriam a região era abandonada e a população que permanecia procurava por atividades relacionadas ao extrativismo vegetal ou se integrava à pequena produção agropecuária. (PEREIRA, 1995, p. 63-64)

Durante essa fase inicial da colonização, as atividades paralelas à mineração nunca produziram excedentes exportáveis, “assim sendo, durante todo o período colonial, sistematicamente, o ouro e, eventualmente, o diamante foram os únicos produtos de exportação de Mato Grosso”. (PEREIRA, 1995, p. 64).

Isso quer dizer que durante a maior parte de sua história esta região foi paulatinamente incorporada ao processo produtivo nacional e internacional através do extrativismo, primeiro o mineral – com o ouro e o diamante – depois o vegetal, com a poaia, a borracha e a erva mate e logo em seguida com um novo surto de exploração do diamante, já no século XX. (HIGA, 2005, p. 26).

Essa população, desde o princípio da colonização, havia tradicionalmente ocupado as pequenas áreas nos espaços indefinidos entre as fazendas ou em torno dos núcleos de mineração que se formavam. Junto com a economia do ouro e depois do diamante floresceram atividades como a criação de gado; a agricultura de subsistência; a coleta de produtos naturais como a poaia, a borracha, a erva-mate e o quebracho; a pesca e a caça, a agricultura de jardinagem nas margens dos rios e o cultivo da cana-de-açúcar.

Todas essas atividades engendraram pequenas comunidades formadas por uma população etnicamente tão variada quanto eram as atividades econômicas. O declínio do ouro é apontado como um dos maiores liberadores de mão-de-obra para a formação das comunidades tradicionais de remanescentes de quilombolas, ribeirinhos e posseiros e pequenos proprietários que ainda vivem hoje em condições semelhantes às do século XVIII. (RIBEIRO, 2002, p. 260)

Há, portanto, toda uma diversidade de grupos sociais constituídos etnicamente e culturalmente pela mescla de grupos indígenas, negros, brancos e mestiços que foram se formando nas franjas da sociedade mineradora-extrativista-criadora de gado. A esses remanescentes dos primeiros faiscadores de ouro que formavam população mato-grossense até o final do século XIX se juntaram outras levas que foram ocupar a região Leste e Sudeste no início do século XX. A mescla de todos esses grupos etnicamente heterogêneos sobreviveu ao declínio da mineração, do extrativismo industrial da poaia e da borracha. Muitas comunidades permaneceram em suas atividades tradicionais por

quase dois séculos e por volta dos anos 1980 toda essa diversidade de atividades econômicas e comunidades tradicionais foi alcançada pelas novas ondas do desenvolvimento capitalista agora revestido das inovações trazidas por uma agricultura mecanizada, científica e capitalizada.

Essa população, algumas vezes junto com os remanescentes indígenas e quilombolas, vivendo hoje em condições semelhantes à dos camponeses dos sertões do Brasil Central, é herdeira do patrimônio cultural construído ao longo de toda a trajetória humana de convivência com o Cerrado, delineada até aqui. (...) O primeiro aspecto a destacar é a importância da agricultura para populações constituídas, sobretudo, por camponeses, pois dessa atividade retiram grande parte de sua alimentação e parcela significativa de sua renda monetária. A policultura é sua característica básica e compreende, além de roças com os vários produtos já citados, o cultivo de hortaliças e frutíferas, geralmente nas proximidades da moradia. Em termos ambientais, tanto a casa como esse conjunto de atividades desenvolvidas em suas proximidades, incluindo também a criação de pequenos animais (principalmente, suínos e aves), estão situados nas áreas chamadas de “terra de cultura”. (RIBEIRO, 2002, p. 260-261)

Para elaboração da sua tese de doutorado, ele pesquisou essas populações tradicionais em quatro regiões de Cerrado em Minas Gerais e seu estudo foi conclusivo no sentido de demonstrar que grande parte da estratégia de sobrevivência das comunidades pesquisadas se deve à manutenção e/ou reformulação das práticas ancestrais das comunidades indígenas e também mestiças do período colonial.

Além dessa agricultura citada acima, essas comunidades praticam a pecuária onde as “poucas cabeças de gado, além de contribuírem com a alimentação com o fornecimento de leite, também usado na geração de renda com a fabricação de queijo e requeijão”; complementam a alimentação com recursos obtidos da caça, coleta e da pesca, “recorrendo-se algumas vezes a técnicas empregadas, ao menos, desde o período colonial, pelos povos indígenas da região”. (RIBEIRO, 2002, p. 261)

Consta ainda de suas atividades, a extração de frutos e palmitos de várias espécies e uma disponibilidade de mais de 170 espécies de uso medicinal. Grande parte do material para construção também é retirada diretamente do Cerrado:

Grande parte dos materiais de construção empregados também é retirada diretamente da natureza, incluindo-se vários tipos de argila e pedra, bem como 130 espécies vegetais fornecedoras de madeira para várias finalidades. São empregadas, ainda, 32 espécies na obtenção de fibras para produção de cobertura de moradias, confecção de balaio,

cestas, peneiras, diferentes peças de artesanato e para outros fins. Há 29 espécies, das quais são extraídos óleos aproveitados no uso alimentício, na fabricação de sabões, etc.; 24 são usadas para tingir tecidos de algodão ou lã e 20 possuem tanino, substância importante para o trabalho de curtir couros. (RIBEIRO, 2002, p. 262)

A diversidade de grupos humanos que sobreviveram por vários séculos convivendo em de forma mais ou menos sustentável com o ambiente do Cerrado, por intermédio de sistemas agroecológicos tradicionais, no entanto, é muito grande e se espalha por toda a extensão deste bioma, não somente nas áreas pesquisadas por Ribeiro. (RIBEIRO, 2002, p. 262) Segundo Carlos Eduardo Mazzetto Silva (2009), esses diversos modos de apropriação da natureza pelas populações tradicionais do Cerrado resultaram em identidades também diferenciadas. Em todos os casos, essas populações desenvolveram modos de vida, que em certo sentido, expressam uma relação orgânica com o ambiente natural:

Baseados na sua produção biológica primária (extrativismo, caça e pesca) e em estratégias agropecuárias que otimizavam as potencialidades do ambiente em transformar energia solar em alimentos, carnes, fibras, utilizando de forma heterogênea e diversificada as diferentes unidades da paisagem do Cerrado: agricultura de encosta e fundo de vale, solta de gado e extrativismo na chapada. (SILVA, 2009, p. 57)

Toda essa diversidade social, étnica, ambiental e econômica herdeira dos conhecimentos acumulados por milênios de ocupação indígena e que desenvolviam sistemas agroecológicos tradicionais no âmbito do Cerrado foi alcançada pela expansão das fronteiras agrícolas e pelo intenso movimento migratório a partir da década de 1970. Essa ocupação das “novas fronteiras” foi facilitada, estimulada e projetada pelo Estado, que lançou mão do regime de propriedade adotado pelo Estado Nacional desde seu nascimento.

Conforme observa Machado ocorreu então um confronto entre diferentes sociedades e visões de mundo com efeitos deletérios sobre as comunidades tradicionais e povos indígenas, pois as terras coletivas além de não serem reconhecidas juridicamente eram também consideradas como “espaços vazios” e por isso foram simplesmente incorporadas ao estoque de terras do Estado, tornando-se disponíveis para a comercialização e entrega aos novos colonizadores. (MACHADO, 2008, p. 42)

Segundo esta autora, na região em torno de Cuiabá, especificamente na chamada Baixada Cuiabana formou-se no processo de colonização garimpeira dos séculos XVIII e XIX diversas comunidades negras tradicionais, “de origem rural e baseadas em relações de parentesco, em agricultura de subsistência, com poucas relações de mercado, fortes vínculos de solidariedade, vizinha e religiosidade”. Essas comunidades negras tradicionais se somam àquelas outras que podem ser classificadas como comunidades remanescentes de quilombos. (MACHADO, 2008, p. 43)

Conforme a Fundação Cultural Palmares, “quilombolas são descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos”. A Fundação admite a existência de mais de 1.500 comunidades espalhadas pelo território nacional certificadas até o ano de 2013. Em Mato Grosso foram identificadas e certificadas 69 dessas comunidades até o ano de 2014.²⁵

Devido exatamente ao processo colonizador que a partir do século XVIII concentrou o trabalho escravo na mineração em volta da cidade de Cuiabá, a maior parte dessas comunidades se encontram na região da Baixada Cuiabana, nos municípios de Chapada dos Guimarães, Acorizal, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Cáceres, Vila Bela da Santíssima Trindade, Santo Antônio do Leverger, e Várzea Grande. Fora da Baixada Cuiabana: Barra do Bugres e Porto Estrela.

De acordo com o Ministério Público Federal em Mato Grosso, nenhuma dessas 66 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares teve as suas terras regularizadas. Levantamento realizado pelo Ministério Público Federal indica que em 25 anos, apenas 139 títulos foram expedidos, dos quais somente 31 pelo INCRA, enquanto existem 1.286 processos abertos. O INCRA concluiu apenas 2,41% da regularização quilombola a ser feita.²⁶

Além destas mais de seis dezenas de comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares, Mato Grosso possui muitas outras que podem ser consideradas tradicionais. Campos Filho explica que essas populações tradicionais estão envolvidas nas mais diversas atividades, abrangendo a agricultura, a pesca, o artesanato e o extrativismo. Embora essas atividades não sejam praticadas de forma exclusiva, uma delas predomina sobre as outras, de maneira que as comunidades podem ser generalizadas (CAMPOS FILHO, 2008, p. 71):

²⁵ Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=88>.

²⁶ Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/inercia-nenhum-territorio-quilombola-esta-regularizado-em-mato-grosso>.

Agricultores: são os que ele denomina “povos de roça” e sitiantes. Praticam a pequena produção de alimentos em “roças de toco” cujos produtos se destinam tanto a subsistência quanto a comercialização. Plantam milho, cana, arroz, mandioca, feijão, cará, abóbora, espécies medicinais e frutíferas; criam galináceos, suínos, bovinos; pescam, caçam e coletam, além de se dedicarem ao fabrico de farinha de mandioca, rapadura e artesanato. Estas comunidades têm origem nos primeiros processos de colonização e ainda hoje ocupam suas terras através de sistemas de parentesco e vínculos comunitários e culturais que remetem à sua ancestralidade comum: “os trabalhos são conduzidos pelas fases da lua, crenças e mitos para o plantio, limpeza e colheita, com uso de diferentes espécies e variedades no cultivo das roças”. Essas comunidades

Ocorrem em extensas áreas de colonização antiga, como na Depressão Cuiabana, no ‘rio abaixo’ e ‘rio acima’, em municípios como Acorizal, Barão de Melgaço, Cuiabá, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger; nas bacias hidrográficas do Paraguai, como os morroquianos, habitantes da região da Estação Ecológica da Serra das Araras, e nos municípios de Barra do Bugres, Cáceres, Diamantino e Alto Paraguai; Guaporé, como em Vila Bela da Santíssima Trindade e Lacerda; Araguaia, como em Cocalinho, São Felix do Araguaia e Luciara; e Xingu e Teles Pires, como em Paranatinga e Nova Brasilândia. (CAMPOS FILHO, 2008, p. 73)

Pescadores: são comunidades formadas por pessoas que possuem uma identificação muito grande com os rios. Normalmente chamados de “ribeirinhos” são uma das mais tradicionais populações de Cuiabá e municípios do entorno. Sua estratégia de sobrevivência se baseia fundamentalmente na pesca, mas também praticam uma “agricultura de jardinagem”, plantando “roças de praia” na estação seca e “roças de toco” durante as cheias, “onde plantam principalmente mandioca, arroz e cana. Possuem pomar, horta, coletam e desenvolvem cerâmica, tecelagem e transformação artesanal de alimentos, criando animais domésticos”. (CAMPOS FILHO, 2008, p. 76)

Segundo a Federação de Pescadores de Mato Grosso, em 2014, a categoria reunia cerca de 9.600 profissionais, sendo que para cinco mil deles a pesca era a única fonte de renda para a família. Agrupados em 17 colônias de pescadores nas cidades de Barão de Melgaço, Barra do Bugres, Barra do Garças, Cáceres, Cuiabá, Nobres, Poconé, Rondonópolis, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger, São Felix do

Araguaia, Várzea Grande e Sinop, esta última única cidade fora do contexto da área de colonização antiga.²⁷

Criadores de Gado: segundo Campos Filho, estes também são agrupamentos originados das primeiras ondas colonizadoras e se espalharam pelos diversos ambientes do estado que possuíam pastagens naturais, tais como as depressões, planaltos e Pantanal, além do Cerrado. Para estas comunidades, “o gado é uma fonte de sentido na cultura, implicando em valores, comportamentos e práticas profissionais cotidianas”. Segundo ele, em tais comunidades ainda podem ser encontradas raças de bovinos, suínos e equinos com origem colonial e em risco de extinção.

O trabalho com o gado é desenvolvido no campo pelos homens, participando as mulheres em atividades domésticas e próximas das casas. Como economia complementar, dependendo das possibilidades locais, os criadores produzem roças, instrumentos, pescam e caçam. A tecnologia empregada não compete com os aumentos de produtividade da pecuária empresarial, dificultando a reprodução cultural e econômica. (CAMPOS FILHO, 2008, p. 79)

Espalhados por toda a região dos municípios citados acima, existem, também, diversas comunidades formadas por pequenos produtores rurais e artesãos, que se caracterizam pela confecção de artefatos e produtos variados. Essas atividades de artesanato geralmente são exclusivas, mas podem ser complementares a todos os outros tipos de trabalhos do meio rural – e em alguns casos urbanos -.

Entre as atividades mais comuns estão a produção de farinha de mandioca e rapadura, onde são usados equipamentos tradicionais simples e uma tecnologia primária; a produção de couros e chifres; produção de doces, licores e biscoitos; produção de entalhes de madeiras e peças artesanais; produção de trançados, com o uso de cipós, palhas, fibras e sedas; atividades de tecelagem; produção de ferragens; e atividades com argila.

Essa diversidade social, étnica e ambiental é completada com a existência de inúmeras comunidades que ainda hoje praticam o extrativismo vegetal, mineral e animal. As atividades extrativas estão disseminadas por todos os ambientes do estado, sendo que no Cerrado ainda são praticadas em pequena escala as mesmas atividades extrativas que foram exercidas em ampla escala desde o período colonial: a coleta de látex de mangaba e borracha natural em municípios como Barão de Melgaço, Cáceres e

²⁷ Disponível em: <<http://al-mt.jusbrasil.com.br/noticias/1772241/apenas-30-dos-pescadores-tem-carteira-profissional-regularizada-em-mt>>

Poconé; a coleta de raízes e ervas medicinais comercializadas por ambulantes e raizeiros em todo o estado; e os coletores de poaia na região de Barra do Bugres. (CAMPOS FILHO, 2008, p. 82-87)

Capítulo IV

A agricultura comercial mato-grossense no início da década de 1970

Inserida pelo IBGE no contexto da Grande Região Centro Oeste, o Norte de Mato Grosso, era considerada uma região “praticamente desabitada, sendo apenas penetrada, muito levemente, pela população seringueira que de Cuiabá parte em demanda da rica hévea existente em abundancia nos vales dos afluentes e subafluentes dos formadores da margem direita do rio Amazonas”. A capital do estado polariza um pequeno conjunto de núcleos populacionais onde o número de habitantes rurais era maior que os urbanos. Distinguiam-se três centros: o Pantanal, Poxoréo e Cuiabá.²⁸

A Zona do Pantanal possuía uma população rarefeita e dispersa e sua economia era baseada na criação extensiva de gado. A região de *Poxoréo* caracterizava-se por pequenas cidades e corrutelas surgidas da garimpagem e que “até 1914 era habitada somente pelos índios bororos”. A Região de Cuiabá destacava-se pela população urbana, mas possuía um numero ainda mais elevado de habitantes na zona rural. Era o polo da chamada Baixada Cuiabana, composta por pequenas cidades que ainda possuíam os “velhos aspectos do tempo de mineração”. (IBGE, 1957, p. 102-107)

A partir dos anos 1970 há um processo de intensa incorporação do território mato-grossense, com a abertura de rodovias e implantação de núcleos de colonização. Estas novas ondas migratórias e colonizadoras vão contrastar com os aglomerados surgidos em função da garimpagem de ouro ou diamantes, das diversas atividades extrativas ou da lavoura extensiva.

Se no passado colonial a cata de ouro e diamantes combinada com as diversas modalidades de extrativismo vegetal e animal foram os vetores da colonização, a partir deste período a abertura de vias de acesso e a implantação de grandes projetos agropecuários e de colonização seriam os fatores catalisadores da ocupação do território.

Simultaneamente, é também a partir da década de 70, que o desenvolvimento das pesquisas de culturas agrícolas adaptadas aos solos de Cerrado e, em especial, a criação de cultivares de soja adaptados às condições climáticas do Estado, propiciaram uma mudança radical nas atividades agrícolas. A cultura da soja e de outros grãos, com moldes de manejo altamente tecnificados, ocupa hoje grande parte do território da região de Rondonópolis e Primavera do Leste (Planaltos Taquari/Alto Araguaia e dos Guimarães), na Chapada e Planalto dos Parecis, ao longo das rodovias BR-163 e MT-170, ocupando ambientes de Cerrado e de formações transicionais, até o

²⁸ IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – volume II: Grande Região Centro Oeste. Rio de Janeiro, 1957.

limite dos domínios florestais. (MATO GROSSO/SEPLAN, 2000, p. 14)

Desde o final da década de 1950 – quando havia sido realizado o estudo do IBGE citado acima – até os anos 1970, pouco havia mudado em termos de economia e sociedade. Ao final desta década, a região possuía uma diversidade de sistemas agroecológicos que iam desde a economia agropecuária de subsistência, passando pelo extrativismo vegetal e mineral até áreas onde se cultivavam produtos de exportação para outros estados. A população era rural e habitava predominantemente as regiões do Cerrado.

Igualmente, havia comunidades de indígenas, ribeirinhos, remanescentes de quilombos, posseiros e outros que viviam da caça, coleta e outras formas de economia não monetária. Embora a presença de tais grupos e comunidades tenha sido historicamente invisibilizada na mesma medida em que o ambiente natural por elas ocupado tenha sido classificado como um *imenso espaço vazio*, o afloramento das contradições decorrentes dos processos de desocupação-reocupação das novas ondas colonizadoras do agronegócio tem feito com que a presença de tais comunidades não possa mais ser ignorada.

Pelo início dos anos 1970 a atividade agropecuária estava espacialmente concentrada em algumas áreas do estado, notadamente nas regiões central e sul, que correspondem hoje ao Sul de Mato Grosso e ao Mato Grosso do Sul, respectivamente. Assim, se desde uma perspectiva geográfica a produção se mostrava concentrada em algumas áreas, era também dividida em dois setores principais: um responsável pelo abastecimento interno e outro que se dedica ao cultivo e produção de itens de exportação para outros estados e países.

Por outro lado, é preciso esclarecer que essa separação em dois conjuntos, um voltado para o abastecimento interno e outro responsável pelo atendimento das demandas dos mercados externos, diz respeito apenas a produção de mercado. É preciso lembrar que dada às condições precárias para o levantamento de informações estatísticas dessa natureza, é evidente que não existiam condições nem maneiras para que os órgãos governamentais estimassem todo o volume e complexidade da produção, principalmente daquela que era realizada a título de subsistência e que só eventualmente entrava no mercado e ainda assim nos comércios locais, à margem de qualquer forma de contabilidade governamental.

É preciso levar em conta a existência de uma grande quantidade de produtores locais – recorde-se que a população é pequena e dispersa por um grande território – que desenvolviam uma produção muito diversificada de culturas permanentes como as do abacate, banana, café, coco da Bahia, laranja, manga e tangerina convivendo ao lado de culturas temporárias como abacaxi, algodão, alho, amendoim, mandioca, melancia, milho, tomate, trigo, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo e outros produtos que normalmente não entravam no circuito comercial e, por isso, não podiam ser mensurados pelos órgãos oficiais. Por esse motivo é que as instituições governamentais dividiram a produção agropecuária em de consumo interno e de consumo externo e suas estatísticas representavam apenas os aspectos mais visíveis – e o âmbito comercial – da produção. Ao mesmo tempo, havia também uma diversidade produtiva no setor extrativo mineral, vegetal e animal.

Conforme poderá ser visualizado no mapa 1, a maior parte do território considerada um espaço vazio, era ocupada por um grande número de comunidades indígenas, ribeirinhos, posseiros, remanescentes de quilombos, garimpeiros, poaieiros, seringueiros, dos que viviam nas brechas do sistema caçando e pescando, cultivando suas pequenas roças temporárias e itinerantes. Todas essas atividades naturalmente não entravam nas estatísticas a menos que parte da produção de alguma maneira entrasse no circuito comercial, o que era exceção e não regra. Entre o que poderia ser qualificado como exceção a essa regra, pode-se colocar toda a produção extrativa mineral e vegetal, além de diversos itens de origem animal, tais como peles e couros, além da carne de espécies nativas como jacaré e capivara. Entre os produtos enumerados como de atendimento da demanda estadual estavam os seguintes: mandioca, milho, feijão, cana-de-açúcar, café, aves e suínos. Já entre aqueles que se destinavam à exportação, o principais eram: algodão, arroz, amendoim, trigo e soja. Essas características da produção agropecuária não estavam muito distantes da realidade nacional, pelo menos no que tange aos tipos de produtos que eram cultivados de modo mais generalizado em todo o Brasil. Segundo dados do Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1968), considerando apenas o valor da produção, as cinco principais culturas eram arroz, milho, café, cana e algodão, nesta ordem de importância.

Observando-se a distribuição espacial da produção agrícola verificava-se que duas cidades polarizavam a produção: Dourados concentrava cerca de 40% da produção do Sul do estado e Rondonópolis era responsável por 60% da produção realizada no Norte. Segundo dados do IBGE e da SEPLAN, a produção agrícola da região de

Dourados era mais diversificada, incluindo os seguintes produtos: arroz, amendoim, algodão, café, cana-de-açúcar, feijão, mamona, mandioca, milho, soja e trigo. No início dos anos 1970 esses produtos estavam sendo cultivados em uma área de 231.000 hectares. (Apud. KASTRUP, 1974, p. 27)

Já a região de Rondonópolis produzia arroz, amendoim, algodão, café, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho em uma área de 203.000 hectares. Embora o valor comercial da produção da região de Rondonópolis fosse ligeiramente superior ao de Dourados, a *Região Sul de Mato Grosso* (que seria transformada em *Mato Grosso do Sul* em 1979) era visivelmente mais modernizada, mais urbanizada e concentrava o grosso da produção, tanto aquela que estava voltada para o consumo interno, quanto à voltada para exportação. (Apud. KASTRUP, 1974, p. 27)

Além disso, ali as atividades extrativas não tinham um peso relativo tão grande quanto na *Região Norte*, já que além da pesca e caça no Pantanal a extração vegetal se concentrava na economia da *Erva Mate*. Ao passo que as microrregiões centrais – 336 e 337 – estavam praticamente voltadas para a economia de subsistência, com alguma participação em produtos de exportação; além de inúmeros assentamentos que tinham sido constituídos a partir da economia extrativista mineral e vegetal. Conforme pode ser visualizado na Imagem 1, havia uma diversidade de sistemas agroecológicos espalhados desigualmente pelo território, mas o contraste era visível.

Embora diversos estudos insistam na tese do isolamento, o que se verifica é que a maior parte das atividades produtivas tinha como objetivo a produção de artigos de exportação, pois mesmo o extrativismo mineral e vegetal, além de diversos produtos derivados de animais de caça, tinham como destino os mercados externos. Grande parte do território da Região Norte se concentrava no extrativismo da borracha e da poaia, além de lenha, madeira e outros itens de origem vegetal. Um pouco mais ao centro havia núcleos de extração mineral (ouro e diamantes) e pecuária, sendo a agricultura praticada na região oeste (Cáceres) e Leste (Rondonópolis).

Na região de Cuiabá se concentravam algumas indústrias de transformação e de alimentos. A Região Sul (Mato Grosso do Sul a partir de 1979) tinha duas zonas industriais, uma na região de Corumbá e outra em Campo Grande. Além disso, contava com a maior parte do rebanho bovino e agricultura mais voltada para itens de exportação. Apenas no extremo sul havia uma pequena zona em que se pratica a extração da *Erva Mate*.

Note-se que nesta época as cinco culturas de maior importância econômica no Brasil eram algodão, cana-de-açúcar, café, milho e arroz. Destes, Mato Grosso cultivava como produtos de exportação o algodão e o arroz. Para consumo próprio cultivava cana-de-açúcar, café e milho. Todas as cinco culturas mais importantes eram produzidas em maior quantidade na Região Sul.

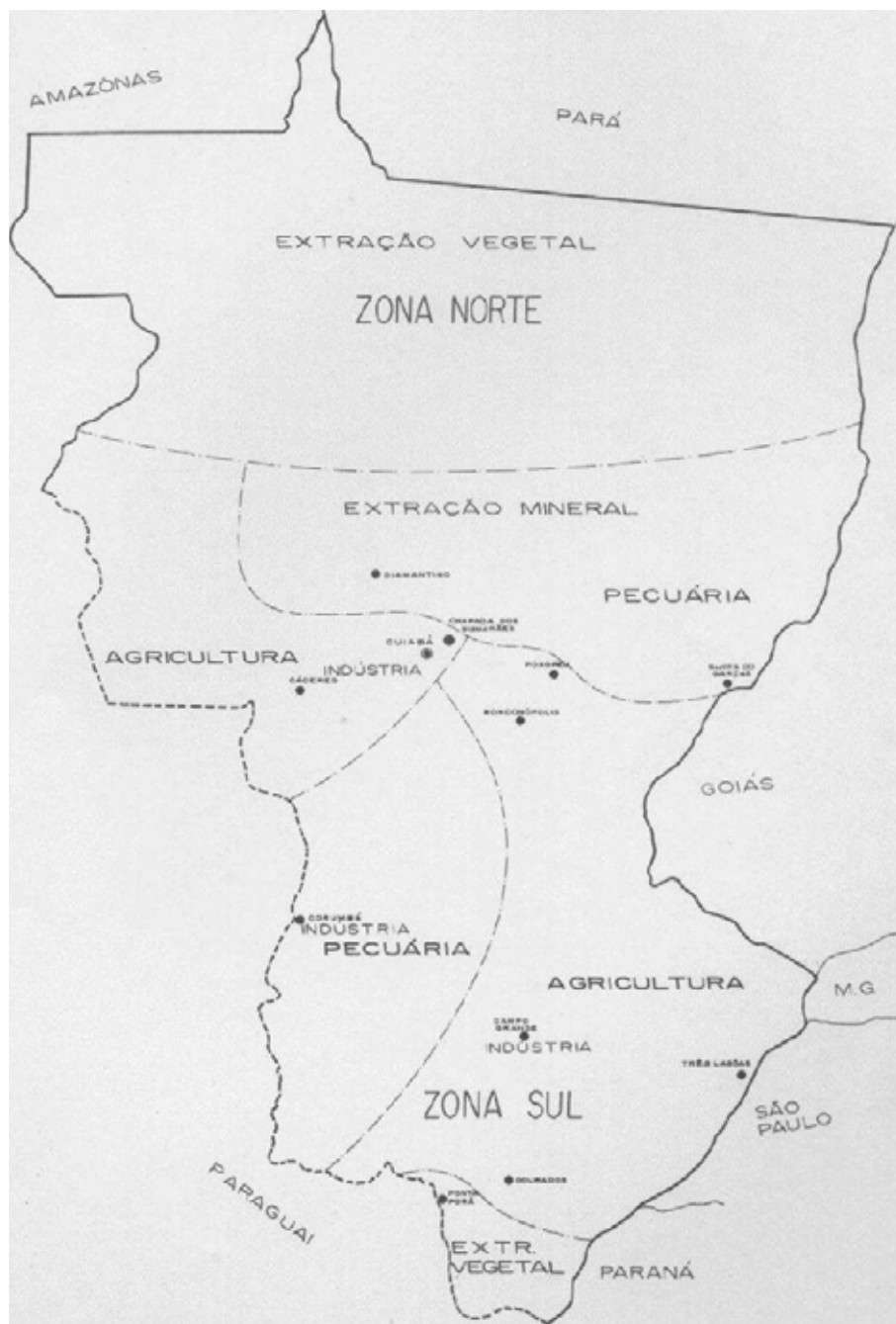


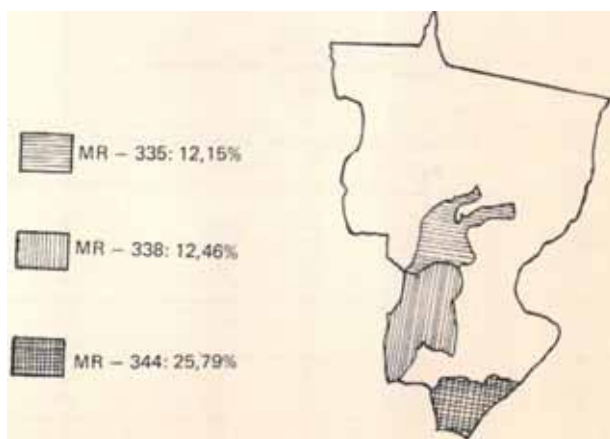
ILUSTRAÇÃO 28 – Atividades produtivas em Mato Grosso no início dos anos 1970

Fonte: MATO GROSSO, 1970, p. 24.

Começando pela mandioca, desde a época colonial, este produto tinha se consolidado como um dos mais importantes para a alimentação, sendo cultivada em pequenas áreas, sendo toda sua produção, *in natura*, ou transformada em farinha, consumida no estado. A exploração dessa cultura ocorria principalmente nas microrregiões 344, 335, 342, 341 e 336, cuja soma das médias do período 1968/1970 representava 66,03% da produção total do estado. (MATO GROSSO, 1973, v. II)

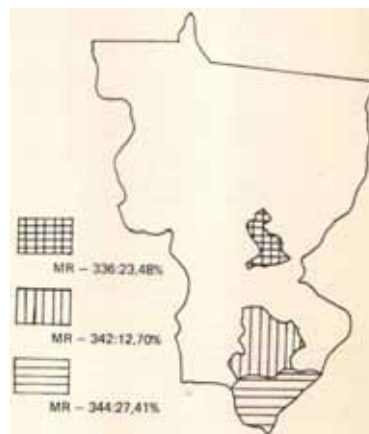
As imagens, abaixo, representam a distribuição espacial da produção de mandioca e também do feijão, outro produto muito importante para a economia estadual da época. Note-se que, no caso do feijão, a produção está concentrada nas microrregiões 335, 336 e 344 que produzem cerca de 72% do volume total do estado, sendo cultivado principalmente por pequenos proprietários. (MATO GROSSO, 1973, v. II)

ILUSTRAÇÃO 29 – Produção de mandioca 1970



Fonte: MATO GROSSO, 1973, v. II, p. 33.

ILUSTRAÇÃO 30 – Produção de feijão 1970

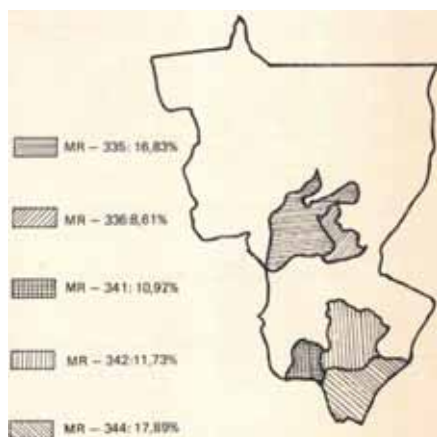


Fonte: MATO GROSSO, 1973, v. II, p. 65.

Outra cultura tradicional no estado era o milho, muito usado para diminuir o custo na formação das pastagens, a produção era toda absorvida pelo mercado interno. A cultura desse cereal é um exemplo da forma ambígua como se verificou o processo de modernização da agricultura: algumas culturas foram introduzidas e praticamente monopolizaram o conjunto da produção; outras foram abandonadas à pequena produção e algumas outras, como foi o caso do milho, passou da condição de produto consumido internamente para artigo de exportação. (MATO GROSSO, 1973, v. II)

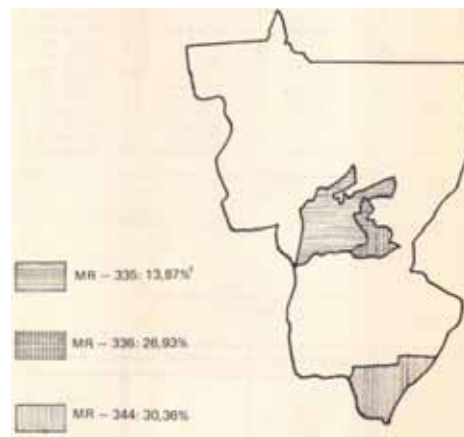
As principais microrregiões produtoras eram 344, 336 e 342 cuja soma representava 63,59% do total das médias do triênio 68/69/70. (MATO GROSSO, 1973, v. II)

ILUSTRAÇÃO 31 – Produção de milho 1970



Fonte: MATO GROSSO, 1973, v. II, p. 49.

ILUSTRAÇÃO 32 – Produção de suínos 1970



Fonte: MATO GROSSO, 1973, v. II, p. 117.

A cana de açúcar, o café, as aves e suínos eram os outros produtos importantes para o mercado interno. A cana tinha sua produção concentrada nas regiões 335 e 336, que contribuía com cerca de 40% da produção. O café, embora fosse cultivado em um número maior de microrregiões – 334, 338, 342 e 344 –, representava pouco mais de 2% do total das principais culturas e o estado produzia então apenas 0,62% da produção nacional. As aves participavam de forma relativamente inexpressiva na formação da renda do setor agrícola e sua produção estava concentrada nas microrregiões 335, 338, 342 e 344. Situação semelhante era verificada com os suínos, cuja produção destinava-se exclusivamente ao mercado interno e realizada na forma de subsistência. A produção concentrava-se nas microrregiões 335, 338 e 344. (MATO GROSSO, 1973, v. II)

Todos esses produtos citados acima se destinavam exclusivamente ao consumo interno. Essa produção era realizada em *nível tecnológico de subsistência*, não apenas porque grande parte dela era destinada ao incipiente e limitado mercado interno, como porque tal produção era realizada a margem de qualquer tecnologia produção, independentemente do tamanho da propriedade. Para completar-se o quadro da produção, convém lembrar que aqueles produtos destinados ao mercado externo também eram produzidos dentro deste mesmo contexto econômico e social.

Do ponto de vista do *sistema agroecológico*, da forma como os produtores se relacionavam com o ambiente natural e as relações sociais de produção decorrentes, não existiam diferenças substanciais entre a pequena e a grande produção, já que em ambos os casos as relações ambientais e sociais em ambas eram próximas do semelhante. Em outras palavras, a produção agrícola se encontrava em um nível tecnológico muito baixo

– em relação a outras áreas do país -, independentemente do tamanho das propriedades onde eram realizadas e do destino dessa produção.

Por outro lado, a produção para exportação era relativamente mais racionalizada, comportava mão-de-obra que não era a principal consumidora dos produtos e existia sobre uma base social e territorial muito mais ampla, quando se compara este tipo de produção com aquela destinada ao mercado interno. No entanto, as diferenças deste tipo de produção para aquelas baseadas na pequena propriedade de subsistência eram muito mais de escala do que de substância. Além disso, por essa época já existia um consenso de que as políticas governamentais deveriam ser direcionadas para busca do aumento da produção e da produtividade, privilegiando assim a produção para o mercado interno e externo e não a produção para a subsistência. Pelo menos é o que se entende na parte do *Diagnóstico Econômico* que trata dos produtos de exportação:

A produção estadual de arroz, algodão, amendoim, trigo, soja e bovinos destina-se basicamente à exportação, constituindo o grupo de produtos em relação aos quais se torna imprescindível a definição pelo Governo do Estado de medidas, políticas e programas de apoio ao aumento da produção e produtividade, naturalmente a partir da análise das perspectivas de mercado e vantagens comparativas de Mato Grosso em termos das demais áreas produtoras do país. (MATO GROSSO, 1973, v II, p. 125)

Aqui é preciso lembrar que toda essa produção era relativa ao Mato Grosso antes da sua divisão e criação de Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, a espacialização da produção para exportação revela um quadro ainda mais desvantajoso para a região Norte do que aquele verificado com relação aos produtos de consumo interno. É o que se verifica quando se observa cada um desses produtos citados acima os examinando com base nos mesmos aspectos considerados para a produção de consumo interno, conforme ilustrações a seguir.

Os mapas abaixo representam a produção de arroz e algodão, culturas mais tradicionais e de maior importância econômica do estado e que ocupavam destacada posição tanto no valor quanto no volume das exportações mato-grossenses. Além disso, uma vez que esta produção estava voltada para o mercado externo, elas é que estabeleciam os laços com os mercados nacionais. Nesse sentido as culturas do arroz e do algodão podiam ser consideradas como a parte mais modernizada da produção agrícola.

ILUSTRAÇÃO 33 – Produção de Arroz

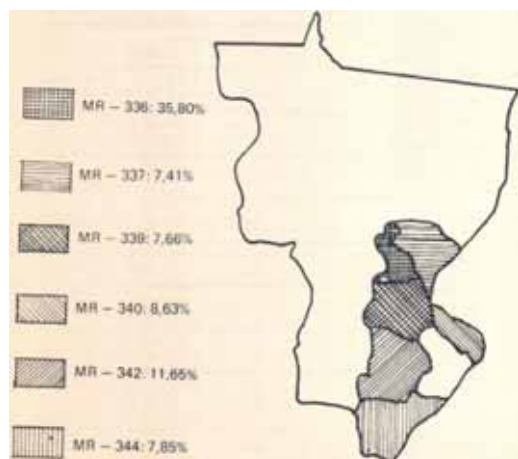
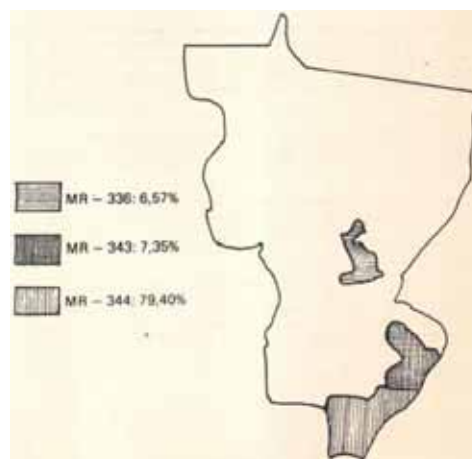


ILUSTRAÇÃO 34 – Produção de Algodão



Fonte: MATO GROSSO, 1973, v II, pp. 126, 141.

Excetuando-se as microrregiões 336, principal produtora com 35,80% e a 337, com 7,41%, todas as outras se concentram na região Sul do estado e representavam juntas 43,20% da produção nos anos de 1968 a 1970. O arroz era usado como forma de diminuir o custo na formação das pastagens. Sabe-se que o arroz pode ser cultivado de duas formas: irrigado ou sequeiro. No primeiro caso exige-se uma topografia plana com leve declividade, solo argiloso ou sedimentar, quantidade de água disponível, técnicas avançadas e mão-de-obra especializada, além de outros investimentos de capital. Este tipo de cultura chegou a ser objeto de uma campanha por parte do governo estadual entre o final dos anos 1960 e o início da década seguinte²⁹.

No entanto, devido aos fatores limitantes citados, disseminou-se a cultura do arroz de sequeiro, que além de não exigir um trato cultural tão meticuloso podia ser cultivado por pequenos e médios produtores. Criara-se uma *cultura* de que o plantio do arroz podia ser – e comumente era – usado para se *abrir uma área*, ou seja, planta-se primeiramente o arroz, logo que a área era desmatada, com objetivo de se *domar a terra*, que após dois ou três plantios era então usada para a formação de pastagens. Considerando a importância estratégica do produto para o mercado externo e a conseqüente formação da economia estadual, isto fazia da cultura um verdadeiro vetor para a ocupação de novas áreas, já que era cultivado de forma extensiva ao que se seguia a formação de pastos para a pecuária. O uso da cultura do arroz na abertura de áreas, renovação ou formação de pastagens a muito vinha sendo utilizado pelos produtores como uma forma de integrar lavoura e pecuária. Os produtores haviam

²⁹ Conforme dados do Acordo de Classificação no Estado de Mato Grosso (AGRISAC), ano 1, n. 1, 1968; ano 4, n. 4, 1972; ano 5, n. 5, 1972/1973.

aprendido a usar a plantação como pastagem após a colheita, o que permitia aos pequenos e médios produtores maior eficiência e aproveitamento no uso da terra durante o ano. (ICEA, 1973, p. 162)

Outro fator que conferia ao arroz uma grande importância em termos econômicos e sociais é que seus tratamentos culturais exigiam cuidados manuais, na falta de tecnologia adequada, o que era uma característica da agricultura mato-grossense na época. Desde o processo de preparo do terreno, passando pela sementeira – quase sempre feita com sementeiras manuais ou a tração animal –, até a necessidade de realização de capinas para evitar a concorrência das ervas daninhas os tratamentos culturais com o arroz eram realizados manualmente. Além disso, o produtor devia planejar o tamanho da área a ser plantada de acordo com a sua capacidade material e financeira, pois a colheita – também manual – devia ser feita na hora certa ou implicaria em dificuldades e prejuízos. Nesse sentido é que o sistema agroecológico adotado – de baixa incidência de tecnologia, pesquisa e capital – implicava no uso de grande quantidade de mão-de-obra e facilitava a produção em pequenas e médias propriedades na mesma medida em que dificultava a produção em grandes áreas.

Nas propriedades pequenas, ou naquelas onde se plantam áreas pequenas, a colheita é feita manualmente, com ferro de cortar capim ou com ferro especial de cortar arroz. Eventualmente a colheita é mecanizada. (...) No Rio Grande do Sul, onde a colheita é feita manualmente em grandes áreas, as plantas são postas a ferrar em medas bem preparadas. (...) Por outro lado, nas propriedades de maior capacidade econômica, tanto no Rio Grande como em áreas arroteiras de São Paulo, usam as máquinas de colher, conhecidas como *combinadas* ou *colhedoras*, que tem múltipla função: colhem, trilhavam, abanam ensacam muitas vezes. (ICEA, 1973, p.158-160)

Este estudo citado acima, realizado em 1973 pelo Instituto Campineiro de Ensino Agrícola (ICEA), considerava então o arroz como um alimento característico do pobre e preponderantemente uma cultura de subsistência.³⁰ De acordo com ele, mais da metade da colheita mundial era absorvida na própria área de produção. Paradoxalmente, conforme foi visto linhas atrás o governo de Mato Grosso considerava o arroz e o algodão, além do amendoim, trigo, soja e bovinos como os produtos que deveriam ser objetos de políticas públicas que visassem o aumento da produção e produtividade, pois estas eram culturas de exportação.

³⁰ INSTITUTO CAMPINEIRO DE ENSINO AGRÍCOLA. *Principais culturas*. 2 ed. Campinas, 1973. v. 2.

Nesse sentido é preciso detalhar com mais profundidade o significado dessa produção em termos de efeitos sociais e econômicos. Isto reforça a tese de que a agricultura mato-grossense não era caracterizada pela subsistência conforme afirmam diversos estudos, mas sim que estava no nível tecnológico da subsistência e ao mesmo tempo estava voltada para o atendimento da demanda externa, uma vez que os principais produtos cultivados eram aqueles da pauta de exportação, como era o caso do arroz e do algodão. (MATO GROSSO, 1973, v. II)

É muito importante no contexto da discussão levantada por esta tese que se frise bem este aspecto: uma coisa era as práticas culturais de subsistência que de fato existiam por todo o estado e que envolviam um grande número de produtores; outra é o fato de que nem toda a agropecuária era de subsistência, ou seja, os resultados da produção não eram consumidos pelos produtores, mais sim enviados para os mercados. Por isso, é que se reforça o conceito de que a melhor maneira de caracterizar a produção agrícola daquele período em Mato Grosso é afirmar que ela se distinguiu por estar no nível tecnológico da subsistência, embora boa parte de seus resultados tivessem como destino o mercado externo.

Outro produto de exportação era o algodão e sua produção estava praticamente concentrada na região Sul do Estado, com uma pequena participação da microrregião 336, com 6,57%. Embora a cultura do algodão, em âmbito nacional, fosse então considerada uma das mais tecnificadas, ela podia ser considerada como um bom exemplo de como o nível tecnológico de subsistência se compatibilizava com uma agricultura comercial.³¹

No início dos anos 1970, a cidade de Rondonópolis era então considerada “a Rainha do Algodão” e os tratos culturais então adotados explicam porque a cultura consumia boa parte da mão-de-obra rural, além de ser adotada por muitos pequenos e médios produtores. Todas as etapas da produção, desde o preparo do solo até a colheita, assim como no caso do arroz, dependiam de uma grande quantidade de trabalho braçal.³²

Na cultura do algodão, lembra o ICEA, o preparo do solo deve ser feito com capricho, pois disso depende uma boa germinação. A semente era feita com tração animal, e havia também uma grande necessidade de mão-de-obra para o desbaste, que

³¹ INSTITUTO CAMPINEIRO DE ENSINO AGRÍCOLA. *Principais culturas*. 2 ed. Campinas, 1973. v. 2, p. 65.

³² Conforme dados do AGRISAC, ano 1, n. 1, 1968; ano 4, n. 4, 1972; ano 5, n. 5, 1972/1973.

era a prática de se arrancar algumas plantas consideradas como sobras, deixando na linha da cultura um número razoável delas que pudessem crescer livremente. (ICEA, 1973, p. 73)

Além do mais, o algodoeiro é muito suscetível à ocorrência de ervas daninha e por isso deve ser mantido limpo, livre de ervas daninhas desde a semeadura até a colheita. Como naquela época em Mato Grosso ainda não se usavam grandes quantidades de insumos químicos para fazer este trabalho de combate às plantas daninhas, também este trabalho era realizado manualmente, embora houvesse técnicas mecânicas e químicas. Estas últimas, no entanto, não eram usadas largamente, uma vez que predominava em Mato Grosso o nível tecnológico de subsistência. (ICEA, 1973, p.73)

O estudo do ICEA afirma que o cultivo manual podia ser feito por meio da enxada, porém “seu baixo rendimento e elevado custo da mão-de-obra tornam-no oneroso. A tendência é de o uso da enxada ficar restrito como complementar dos implementos mecânicos”. Apesar disso, o estudo fazia a ressalva de que a “moto mecanização apenas vem tomando vulto em certas regiões do estado e que quando houver condições para sua generalização, será um grande passo para a cotonicultura”. Com relação a tipo de colheita, afirmava-se que ela podia ser feita com emprego de máquinas ou manual “prevalecendo esta última na maioria dos países produtores”. (ICEA, 1973, p. 73-74; 93)

Ouro aspecto que o estudo acima ressaltava é que a colheita mecânica, embora fosse mais rápida, ocasionava perdas maiores do que a manual: enquanto que na colheita mecânica perdia-se de 15 a 17%, na manual a perda era apenas de até 5%. Além das perdas, o rendimento no benefício também era menor no caso da colheita mecanizada, pois se perdia aproximadamente 35% devido às impurezas, enquanto que na colheita manual as impurezas eram apenas de 5%. Por todos esses motivos, a colheita manual era a mais generalizada no mundo, sendo exclusiva no Brasil até aquela época: “coaduna-se com a nossa estrutura algodoeira em que a cultura é feita na sua maioria por pequenos lavradores, empregando na colheita, quase sempre, seus próprios familiares”. Apesar disso, consideravam-se também os aspectos negativos: “a disponibilidade de mão-de-obra é um problema que vem se tornando, de ano para ano, mais sério: rareiam-se os colhedores na quantidade e na qualidade e cada vez cobram mais caro”. (ICEA, 1973, p. 92-94)

Com isso fica claro que, mesmo no estado que possuía a agricultura considerada mais modernizada, - São Paulo -, o uso de implementos para o cultivo do algodão ainda era restrito. Do que se pode inferir que em regiões como o interior de Mato Grosso o cultivo era quase que exclusivamente manual. Outro produto da pauta de exportações, o trigo correspondia a apenas 0,11% da produção total do estado e, por motivos climáticos e de solo, tinha sua produção concentrada no extremo Sul do estado. A situação praticamente se repetia em relação à soja, com a diferença de que ao contrario do trigo, sua participação na receita, na área plantada e colhida eram crescentes. As ilustrações abaixo mostram as culturas de trigo e soja.

ILUSTRAÇÃO 35 – Produção de Trigo

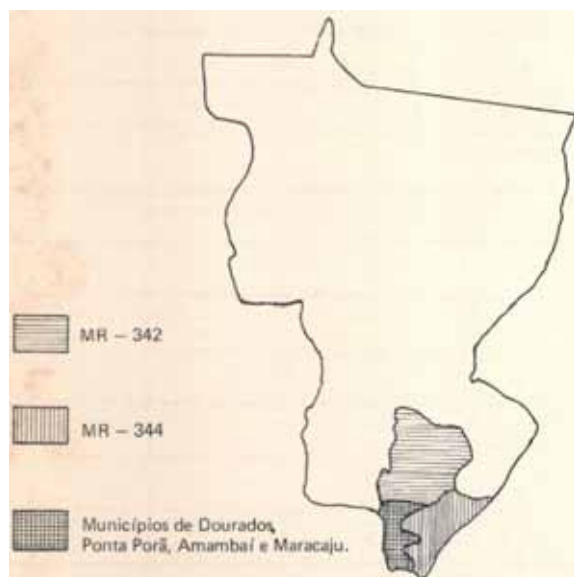
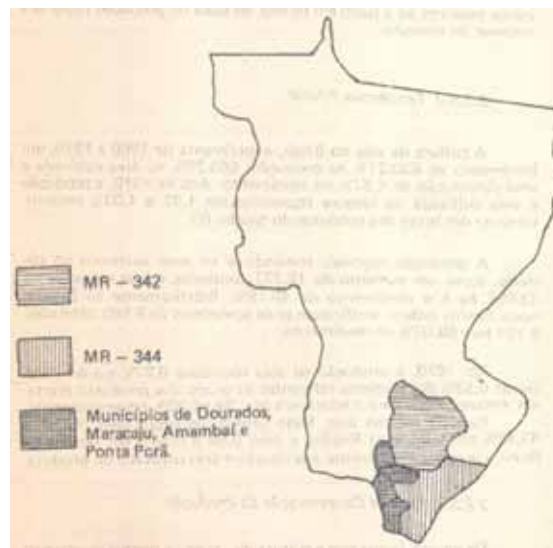


ILUSTRAÇÃO 36 – Produção de Soja



Fonte: MATO GROSSO, 1973, v II, p. 166, 176.

Estas eram, em linhas gerais, as características da produção agrícola mato-grossense no início dos anos 1970. Grosso modo, a produção agropecuária do estado estava praticamente concentrada na região Sul, que corresponderia à área abrangida ao novo estado de Mato Grosso do Sul, criado em 1979. Dessa forma, a exceção de algumas microrregiões na parte central, principalmente a microrregião 336 e 337, o Norte de Mato Grosso permanecia como um *grande espaço vazio*, pelo menos na perspectiva de desenvolvimento que vinha sendo defendida pelas elites locais e nacionais. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 9)

Com base nessas características é que se mobilizavam os técnicos e formuladores de políticas agrícolas, em âmbito estadual, no sentido de fazer com que Mato Grosso se desenvolvesse economicamente. O *Diagnóstico Econômico*, volume II – Agropecuária e Recursos Naturais – destina um capítulo aos “Fatores obstaculizantes do desenvolvimento agrícola em Mato Grosso”. Ao abordar os principais aspectos que entre os anos 1960 e 1970 eram tidos como *pontos de estrangulamento* para a rápida expansão e modernização das atividades agrícolas no estado, enumera-se primeiramente o uso limitado de insumos modernos, tais como sementes melhoradas, fertilizantes e corretivos, defensivos, máquinas e implementos agrícolas e rações. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 9)

O documento destaca também as imperfeições do sistema de comercialização, como uma rede deficitária de armazenamento e transportes. Além disso, constata-se também uma pequena quantidade de produtores cooperativados e a insuficiência da pesquisa agrícola. Esperava-se então que o processo de modernização das atividades agrícolas fosse intensificado e ampliado, resultando na passagem de uma produção então considerada basicamente de subsistência para uma economia agrícola racional e tipicamente comercial. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 9)

Destaque-se que o aludido documento pode ser considerado como o primeiro ensaio de planejamento governamental estratégico para o setor agrícola, já que se admitia na introdução do trabalho que seu principal objetivo era o de “favorecer o início de um processo de diagnose e planejamento do crescimento agrícola de Mato Grosso”. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 9) As diversas opções em aberto para esse planejamento e as escolhas que foram realizadas serão analisadas no tópico seguinte, quando se discute o modelo de desenvolvimento. Antes disso, será realizada uma rápida análise dos *fatores* elencados acima.

Destacava-se, por exemplo, a baixa utilização de sementes melhoradas, que se situava no período inicial da década de 1970 entre 15 e 20%. Segundo consta no documento, as sementes melhoradas de arroz, milho, trigo, soja e amendoim eram oriundas de firmas produtoras da região Sul do estado que por sua vez utilizavam material básico proveniente de São Paulo e Rio Grande do Sul. Isso era resultado da concentração da produção naquelas regiões e ao mesmo tempo dificultava que tais sementes pudessem ser usadas na região mais ao Norte, devido principalmente a incompatibilidade com o clima e o solo. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 209)

A esta altura não era novidade para produtores e especialistas que o uso de sementes melhoradas seria um dos fatores que poderia contribuir para o desejado aumento de produtividade. Porém o seu uso era extremamente restrito, embora no princípio da década de 1970 as principais lavouras já tivessem experimentado incrementos consideráveis. Neste período o planejamento para o setor de sementes estava incluído no Plano Nacional de Sementes, elaborado em 1965 e colocado em prática em seguida. De acordo com este Plano, o território nacional estava dividido em duas áreas – A e B –, delimitação baseada fundamentalmente no estágio de desenvolvimento da produção de sementes melhoradas pelos estados. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 209)

A área A compreendia os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A área B compreendia Mato Grosso e os outros estados da Federação:

A produção de sementes melhoradas na área A apresenta-se bem mais desenvolvida do que as dos estados componentes da área B, especialmente São Paulo, e para algumas culturas como a soja, o trigo e o arroz, destaca-se o estado do Rio Grande do Sul. Por conseguinte, os estados da área B adquirem suas sementes, parcial ou totalmente na área A. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 209)

Uma estimativa do déficit de sementes melhoradas em Mato Grosso é apresentada na tabela seguinte, para as culturas de arroz, trigo, soja, amendoim e algodão:

TABELA 2 – Déficit de sementes melhoradas em Mato Grosso (1971)

Espécie	Estimativa das necessidades (Kg)	das Disponibilidade (Kg)	Déficit (Kg)
Arroz	7.455.000	3.089.450	4.365.550
Trigo	1.610.640	1.401.600	209.040
Soja	1.186.050	1.019.650	166.400
Amendoim	1.301.040	108.290	1.192.750
Algodão	1.581.800	1.370.250	211.550

Fonte: MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 210.

É preciso enfatizar que a estimativa foi obtida com base em informações da área financiada, o que implicava na escassez de dados. Dessa maneira, o déficit acima nem

de longe refletia a real situação do estado onde a pesquisa agrícola, a produção e o uso de sementes melhoradas eram considerados praticamente inexistentes.

O Diagnóstico considerava como um dos mais graves entraves à “escassa disponibilidade de material básico”, já que este era obtido exclusivamente em instituições de pesquisa situadas em outros estados. Por outro lado, a estrutura operacional das unidades produtoras em Mato Grosso era considerada deficiente, resultando na produção de sementes de qualidade inferior. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 214)

Como efeito dessas limitações locais, a origem e a distribuição das sementes melhoradas privilegiavam agricultores da região Sul Mato-grossense. Sementes de algodão e amendoim eram importadas de São Paulo, já as de trigo e soja vinham principalmente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No tocante à distribuição, a maior afluência era para o Sul, com alguma participação de regiões mais ao Norte – especificamente o entorno de Rondonópolis -. De acordo com números oficiais, no início da década de 1970 existiam 23 firmas importadoras de sementes em Mato Grosso: seis em Dourados, uma em Aquidauana, três em Campo Grande, uma em Glória de Dourados, quatro em Fátima do Sul, duas em Caarapó, uma em Maracaju, uma em Itaporã, três em Rondonópolis e uma em Poxoréo. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 213) Ou seja, das 23 firmas, apenas quatro eram localizadas fora da região que viria a se tornar Mato Grosso do Sul. O quadro se completava com uma inadequada política de distribuição de sementes pelas regiões produtoras, pois “os centros produtores somente colocam sementes a disposição de Mato Grosso quando há excedentes, mesmo assim após constatar que todos os agricultores locais foram atendidos”. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 214)

No aspecto da correção do solo, embora o consumo de fertilizantes e corretivos tivesse triplicado no Brasil no período entre 1966 e 1970, seu uso ainda era considerado limitado. Sobre o uso destes produtos, consideravam-se as políticas do governo federal em incentivar a oferta dos produtos em quantidades e condições acessíveis aos agricultores, além de dar a “necessária proteção à indústria nacional de insumos agrícolas”. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 216)

Destacava-se a criação, em 1966, do Fundo de Estimulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais (FUNFERTIL), anos mais tarde transformado em Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola (FUNDAG), que facilitou a aquisição destes insumos por meio de um sistema de juros subsidiados, resultando na triplicação

do uso de fertilizantes e corretivos entre 1966 e 1970. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 216)

De acordo com o citado *Diagnóstico*, as lavouras mato-grossenses também experimentaram um incremento no uso destes insumos nos período acima. Porém, a intensidade e a extensão deste uso foram dificultadas pela inadequada estrutura de oferta, assim como pela insuficiência de estatísticas seguras para a estimação da demanda real ou mesmo aparente. Ocorre que o uso destes insumos modernos não poderia ser realizado sem o correspondente manejo moderno: o método para estimar-se a demanda exigia que fossem registradas as quantidades de nitrogênio (N), fósforo (P) e potássio (K₂O), extraídos do solo em cada safra, permitindo assim que fossem quantificados os volumes de nutrientes necessários à recuperação das condições de fertilidade das terras. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 216)

É evidente que tanto os insumos quanto o método somente poderiam ser usados dentro de um contexto de agricultura comercial, industrial e científica, o que não era ainda o caso de um setor que era considerado no nível tecnológico da subsistência. Por outro lado, considerava-se que:

Um fator negativo que tem influenciado sobremaneira no processo de modernização e desenvolvimento do setor agrícola é o preço relativamente elevado dos insumos modernos. Os adubos químicos, em particular, são caros em relação aos preços dos produtos agrícolas, limitando consideravelmente o seu consumo. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 216)

A demanda por esses insumos, no entanto, era crescente; mas já apontava para um aspecto que permaneceria central no processo de modernização, conferindo ao mesmo um caráter conservador e de aprofundamento da dependência do setor agrícola em relação ao industrial. A situação era ainda mais agravada dada as condições de produção e produtividade verificadas em Mato Grosso, inferiores a estados como São Paulo, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo em que se compara a relação entre o preço do adubo e do arroz nos estados de São Paulo e Mato Grosso:

TABELA 3 – Relação preço do adubo e do arroz (1972)

Estado	Adubo/t	Arroz	Relação 1/2
São Paulo	407,00	54,00	7,54
Mato Grosso	750,00	44,00	11,04

Fonte: MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, v II, p. 216.

Este mesmo documento mostra que o poder de compra do agricultor mato-grossense era mais de duas vezes inferior ao do agricultor paulista, no caso da produção de arroz. O mesmo padrão se repetia nas outras culturas. No caso dos defensivos agrícolas a situação era semelhante, com destaque para a dificuldade no acesso a vacina contra a febre aftosa. Também neste caso, o consumo destes insumos já revelava a tendência intrínseca da modernização agrícola de vincular-se de forma subordinada à indústria, notadamente a grande indústria estrangeira.

A demanda por defensivos era, já nesta época, atendida em grande parte por empresas como a Rhodia, Pfizer e Lepetit. Ao mesmo tempo, os representantes locais dessas empresas também estavam concentrados na região Sul, predominantemente nos mesmos municípios onde se concentravam as firmas importadoras de sementes. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 216)

No tocante ao uso de rações para alimentação do rebanho pecuário, o quadro era semelhante ao descrito acima. Além do mercado não possuir uma rede distribuidora de rações com capilaridade suficiente para atender a demanda das principais regiões produtoras, o custo destes insumos era proibitivo para a maioria dos produtores. Por outro lado, estes desconheciam os efeitos de uma alimentação adequada no rendimento da atividade.

A situação complicava-se ainda mais porque os órgãos governamentais admitiam que “uma análise mais detalhada do problema defronta-se com uma insuficiência de estatísticas”. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, v II, p. 224). Ainda no aspecto da modernização do setor agrícola, os dados referentes ao uso de máquinas e implementos agrícolas revelavam que, apesar do uso crescente, a agricultura ainda estava longe de ser considerada mecanizada.

O uso de tratores e arados constituía-se num dos maiores indicadores da tecnificação da agricultura. A tabela abaixo apresenta o número de tratores e arados existentes em Mato Grosso, Goiás e no Brasil nos anos de 1950 e 1970:

TABELA 4 – Tratores e arados em Mato Grosso, Goiás e Brasil entre 1950 e 1970

Discriminação	Tratores			Arados (*)	
	1950	1960	1970	1950	1960
Mato Grosso	50	997	3.926	1.118	5.386
Goiás	89	1.299	5.265	1.973	6.388
Brasil	8.372	63.493	156.592	714.259	1.031.930

(*) Não há dados para 1970.

Fonte: MATO GROSSO, 1973, v. II, p. 218.

Admitindo-se as variações entre as diversas regiões brasileiras, decorrentes de aspectos como clima, solo, topografia, disponibilidade de mão-de-obra, nível salarial e culturas predominantes, a relação ideal entre o número de tratores e a área trabalhada era de um trator para cada 50 hectares³³. Em 1970, essa relação, em Mato Grosso, era de 1/177, o que representava um índice muito abaixo do desejado e colocava o estado – mesmo as microrregiões mais desenvolvidas – em um nível muito aquém do que poderia ser considerado como de agricultura mecanizada e desenvolvida. As possibilidades de mecanização, devido, principalmente, à topografia e ao tamanho das propriedades, já eram diagnosticadas:

A topografia do Estado é, de uma maneira geral, bastante favorável à utilização de máquinas e implementos, sobretudo nas áreas em que as lavouras são de grande importância econômica, como é o caso das regiões de Dourados, Campo Grande, Três Lagoas, Rondonópolis e Cáceres. No estado predominam a grande e a média propriedade, fato que induz a mecanização sem o risco de ociosidade das máquinas e implementos. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 221-222)

No entanto, destacavam-se, também, os fatores que impediam o avanço da mecanização: alto preço de aquisição e custo operacional muito elevado; inadequação da mão-de-obra e assistência técnica muito limitada:

A escassez de pessoal qualificado é um dos principais obstáculos à mecanização, problema que decorre, de um lado, do fato de ser bastante insuficiente o número de treinamentos, e de outro, porque nem sempre são conduzidos com eficiência. Com respeito à mão-de-obra, ainda é preciso ressaltar dois aspectos: primeiro, o fato de quem em algumas regiões a disponibilidade de trabalho é elevada, o que

³³ Conforme estimativa realizada pela Revista Conjuntura Econômica, da FGV, v. 26, p. 48-52, 1972.

leva os proprietários a utilizar os equipamentos mais tradicionais embora exijam maior quantidade de trabalhadores. Segundo, o fato de que a maioria das pequenas propriedades e até mesmo as de tamanho médio não introduzem o trator de pequena potência em razão principalmente do baixo poder aquisitivo dos proprietários, da insegurança do mercado para seus produtos e da abundância de mão-de-obra, tanto familiar quanto assalariada, sem oportunidade de ocupação alternativa quando substituída pela máquina. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 222)

Igualmente, o crescimento e a modernização da produção agropecuária do estado possuíam outros gargalos, representados por deficiências no sistema de comercialização tanto dos insumos como dos produtos. Entre estas deficiências figuravam a insuficiência na capacidade de armazenamento para produtos como arroz, feijão, milho, trigo, algodão, amendoim, soja e café; além dos custos excessivos de transporte, representados basicamente por uma rede viária deficiente. De acordo com dados do *Diagnóstico*, a rede de armazéns então existente no estado era assim constituída:

Companhia de Armazéns e Silos de Mato Grosso (CASEMAT): 15 armazéns de alvenaria próprios, dois alugados e duas unidades ensiladoras, num total de 19 unidades; Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM): 16 armazéns de plástico, 6 metálicos, 2 de alvenaria e outros 4 de alvenaria de terceiros, em um total de 20 unidades. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 226)

A maior concentração dessa rede armazenadora era em Dourados, com 35,95%, Campo Grande com 25,24%, Rondonópolis com 16,87% e Cuiabá com 11,36%. A tabela abaixo apresenta dados da capacidade armazenadora nas principais regiões produtoras:

TABELA 5 – Produção agrícola e capacidade armazenadora instalada (1970)

Região	Produção (t)	Capacidade (t)
Cuiabá	84.576	29.672
Cáceres	69.506	15.100
Rondonópolis	338.333	46.180
Campo Grande	147.055	76.080
Três Lagoas	74.539	21.200
Dourados	493.654	77.095
TOTAL	1.207.663	265.327

Fonte: MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 226.

Como se nota, a capacidade total de armazenamento instalada correspondia aproximadamente a 22% da produção, o que dá-nos uma ideia da insuficiência do setor. Essa incapacidade setorial era completada com uma deficiência ainda mais grave

representada pela falta de instalações complementares, como secadores para cereais e máquinas de limpeza.

Segundo o levantamento realizado pela SEPLAN/MT, existiam 8 secadores de propriedade da CIBRAZEM com capacidade de secagem de 7 toneladas/hora cada, distribuídos 4 em Rondonópolis, 1 em Cáceres, 1 em Rio Brillhante e 1 em Campo Grande. Além destes, existiam 04 de propriedade da CASEMAT, sendo 2 em Dourados, 1 em Rondonópolis e 1 em Cuiabá, todos com capacidade igual aos da CIBRAZEM. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 226)

Conforme pode ser inferido na leitura desse documento, o setor governamental responsável por planejar o desenvolvimento agrícola tinha consciência da realidade do setor, pelo menos no que tange àquela parte que podia ser mensurada, que era exatamente o setor produtivo que fazia a ponte com os mercados interno e externo. Tinham consciência igualmente de todos os aspectos que até aquele momento estavam travando o desenvolvimento.

No entanto, há também indicações de que a opção sobre o modelo de desenvolvimento a ser adotado ainda não estava tomada, mesmo porque o que se deduz do documento é que este aspecto ainda não tinha sido suficientemente compreendido pelos que conduziam e almejam o desenvolvimento em curso.

No capítulo introdutório do volume II do *Diagnóstico Econômico*, que analisa o setor agropecuário e os recursos naturais, lê-se a afirmação de que, sendo o estado altamente dependente do desempenho da agricultura, o setor deveria voltar-se para o atendimento da “demanda estadual de alimentos e matéria-prima”, e, além disso, “gerar um crescente excedente exportável; contribuir para a ampliação do mercado interno e ceder mão-de-obra para ocupação na indústria e no comércio”.

Entretanto, para que isso se verifique, é absolutamente essencial que o processo de modernização das atividades agropecuárias adquira intensidade cada vez maior, de modo a permitir a rápida passagem da economia agrícola para uma etapa de produção mais racional e tipicamente comercial, ultrapassando as marcas de subsistência ainda presentes em extensas áreas mato-grossenses. (MATO GROSSO, 1972, v. II, p. 9)

Como parte dessa visão e desde que em todos os casos o desenvolvimento almejado estivesse relacionado com a necessidade paralela de estimular a vinda de novos colonizadores para a região não só por entender que esse desenvolvimento

econômico e social seria uma consequência direta da colonização, mas também por constatar que ela resolveria também um antigo “problema” do estado que era a baixa densidade demográfica. No conjunto de documentos que compõem o Diagnóstico Econômico elaborado pela SEPLAN/MT em 1973 incluem-se o Volume III-A que trata da Demografia e o Volume III-B, que analisa a Colonização até aquele momento.

Quanto à *Demografia*, o estudo volta a um tema que permaneceu central em todas as abordagens sobre o processo de desenvolvimento econômico e social do estado: a quantidade de habitantes, considerada irrisória era avaliada como um dos principais aspectos que tornavam a região incapaz de promover o desenvolvimento sem a efetivação de um novo processo de colonização. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, v. II p. 8)

Apesar de fazer a ressalva de que o número de habitantes, por si só não fosse “uma informação de considerável valor econômico”, pois deveria “ser relacionado com fatores como a dimensão e as possibilidades econômicas do solo e o nível técnico do povo, entre outros”; e também de tentarem mascarar a realidade através de uma correção nos números propondo que “alguns defeitos mais óbvios da densidade demográfica poderiam ser corrigidos simplesmente com a eliminação do denominador da fração determinante do índice das áreas correspondentes a regiões inóspitas e não cultiváveis”. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, v. II p. 8)

O que sobressai no documento é a visão consolidada durante todo o decorrer dos séculos XIX e XX de que a única saída para um novo surto de desenvolvimento seria estimular a vinda de novas correntes migratórias, preferencialmente de agricultores experimentados que poderiam *desenvolver* o estado. Colocando-se a parte essas ressalvas, a tônica do estudo é a defesa da colonização, destacada como uma necessidade imperiosa e estritamente vinculada ao novo surto de desenvolvimento que então estava sendo gestado tanto dentro como fora do estado. O estudo afirma:

Mato Grosso é, antes de tudo, um estado desabitado e, por isso mesmo, inexplorado. No seu imenso território vive uma população dispersa que, se fosse distribuída igualmente por todo o estado, daria apenas 1,3 habitantes por Km². Essa população se distribui de maneira bastante irregular, desde a região Norte mato-grossense com 0,1 habitantes por Km² até os Campos de Vacaria e Mata de Dourados com 6,75 habitantes por Km². (MATO GROSSO, 1973, v. III p. 8)

Importante frisar que essa enorme irregularidade sugerida acima correspondia à discrepância entre as características do Norte e do Sul que após 1979 se transformaram nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, respectivamente. Por outro lado, a própria análise do histórico do crescimento demográfico do estado que é vislumbrada neste estudo mostra que era parte do senso comum e mesmo das análises científicas vincular a evolução demográfica com a entrada de imigrantes. Diz o estudo que “durante longo espaço de tempo Mato Grosso permaneceu uma região isolada. (...) Esse isolamento refletiu-se na demografia mato-grossense crescendo sua população mais à custa de um incremento vegetativo”. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, v. II p. 8)

Ao mesmo tempo, os momentos de crescimento da população são consequências diretas de rompimentos nesse isolamento. O estudo destaca três momentos importantes: o primeiro seria a implantação no início do século XX da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que fez a ligação férrea entre São Paulo e o sul do antigo Mato Grosso, que fez a população do estado crescer a “uma taxa geométrica de 3,75% no período 1900/1920”. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, v. II p. 8)

O período de crescimento populacional seguinte está relacionado com a descoberta de diamantes da região Leste, a partir do final da década de 1920, quando então a população do estado passou a crescer quase 3% ao ano. O terceiro momento está relacionado com a entrada de imigrantes durante a chamada “Marcha Para o Oeste”, a partir de 1950. (MATO GROSSO/SEPLAN, v. III-A, p. 8-9)

Consequentemente, o conceito de desenvolvimento com o qual trabalhavam as autoridades públicas implicava em reivindicar um novo processo de colonização nos moldes do que tinha sido realizado durante a Era Vargas e que teve na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) o seu exemplo mais ilustrativo.³⁴ Isto porque até então se trabalhava com a ideia de que os novos colonizadores viriam para povoar e ao mesmo tempo ocupar as vastas regiões consideradas vazias com práticas agrícolas que iriam desenvolver o estado.

³⁴ A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foi implantada em 1946, com a preocupação do governo de povoar o país e com a intenção de se produzir mais, e concomitantemente assegurar a nacionalização das fronteiras. Distribuíram-se lotes de 30 ha a colonos e além da doação de terras o governo federal ofereceu também alguns subsídios para estimular a produção agrícola entre os colonos. A CAND fez com que a região atraísse um forte fluxo migratório por vários anos, principalmente da região Nordeste. Conferir: <<http://georural2010.blogspot.com.br/2010/06/colonia-agricola-nacional-de-dourados.html>>.

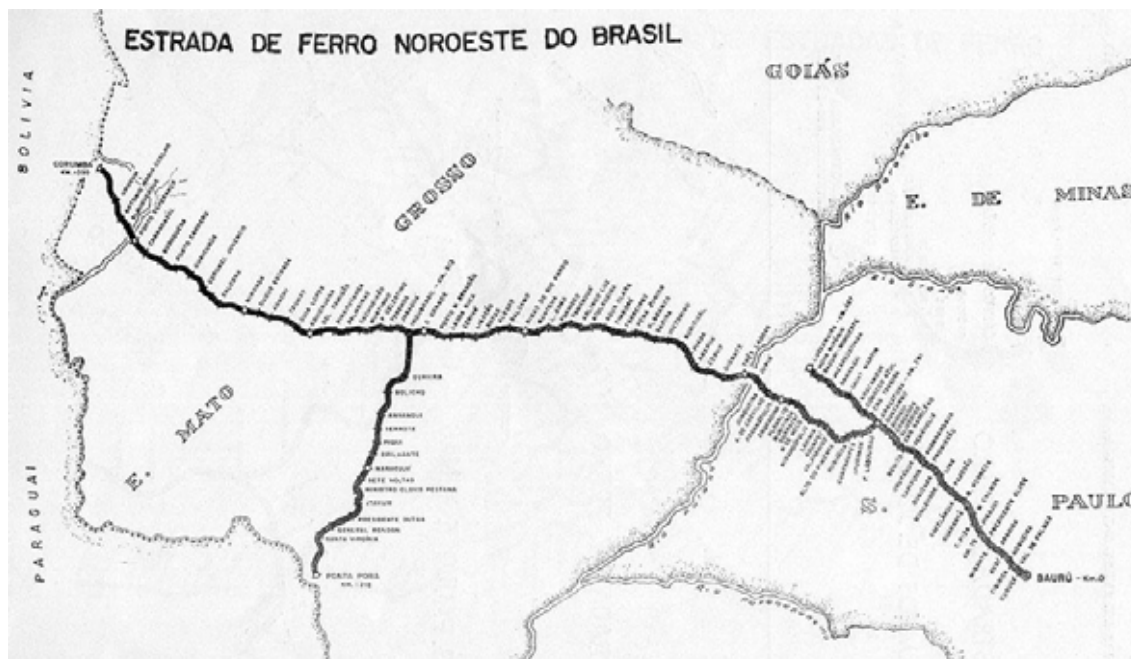


ILUSTRAÇÃO 37 – Trajeto da Estada de Ferro Noroeste do Brasil

Fonte: FLICKR. Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/26655418@N03/6714372395/sizes/o/in/photostream/>>.

Outra passagem do diagnóstico demográfico que corrobora essas expectativas é a afirmação de que, mesmo que a população urbana estivesse crescendo em um ritmo muito maior que o da população rural, esperava-se que a esta se mantivesse em maior número “por algum tempo”, exatamente com base nas entradas de novos imigrantes. Isto significa que a expectativa era de manutenção de uma população predominantemente rural, já que as novas ondas colonizadoras viriam para confirmar essa tendência. (MATO GROSSO/SEPLAN, v. III-A, p. 33)

Porém, ocorreu exatamente o contrário, pois ao final do processo de colonização, por volta do ano 2000, Mato Grosso era um estado cuja economia estava baseada na atividade agropecuária, mas contendo a maior parte de sua população nas cidades e não no campo. Uma vez que a colonização estava intrinsecamente relacionada com o desenvolvimento e com o povoamento, o mais lógico, de acordo com o estudo acima, seria incentivar por todos os meios novas ondas colonizadoras: “Merece destaque o fato de que as regiões mais prósperas do estado serem aquelas onde houve colonizações, devendo, portanto, a mesma ser estimulada, seja através de projetos

governamentais diretos, seja através de concessões feitas a particulares.” (MATO GROSSO/SEPLAN, v. III-B, p. 8)

Nesta parte do documento, em que se analisam as condições da colonização que até o momento tinha sido realizada em Mato Grosso, destaca-se a necessidade de que os movimentos de colonização em direção às novas áreas “obedeçam a um planejamento mínimo” e de preferência estejam ligados com o processo preconizado pelo governo federal, particularmente com o PROTERRA, que “instituiu o programa de financiamento fundiário para a região, onde o vendedor apresenta projeto básico de venda e é também o avalista dos compradores”. (MATO GROSSO/SEPLAN, v. III-B, p. 9)

De acordo com este, o ano de 1951 pode ser considerado “o ponto de partida para a colonização particular em terras públicas”:

Dois anos antes, em 6 de dezembro de 1949, foi promulgada a Lei 336 (Código de Terras), que logo a seguir sofreu modificações, com a Lei 461 de 1 de dezembro de 1951. De conformidade com o disposto naquele código entre 1951 e 1956 duas dezenas de firmas celebraram contratos para colonização em glebas especialmente reservadas para este fim, chegando o total de área contratada as quase quatro milhões de hectares. (...) Nesses contratos eram estabelecidas condições de moda a proporcionar um mínimo de método e disciplinamento ao processo de ocupação da terra. (...) Os colonizadores, como agentes do Estado, são obrigados, outrossim, a **observar a proporcionalidade de nacionais (2/3) na fixação dos colonos** e a respeitar as reservas florestais, nas cabeceiras e às margens dos rios. (MATO GROSSO/SEPLAN, v. III-B, p. 9-10) (grifo nosso)

Observe-se que esta obrigação de a colonização fosse realizada com uma maioria de pessoas “nacionais” é decorrente da política de valorização da mão de obra nacional que se situava no âmbito das políticas do Estado Novo de Getúlio Vargas e que rompiam com a visão até então consolidada de que o estado deveria favorecer o desenvolvimento facilitando a colonização por elementos europeus, preferencialmente, já que estes é que estavam historicamente identificados com a *civilização* e com o *progresso*.

Por outro lado, esse mesmo documento informa que já naquela época as experiências de colonização privada – surgidas como uma opção em relação à colonização estatal – não tinha sido satisfatória:

Do total de colonizadores que obtiveram áreas para colonização, apenas cinco cumpriram a parte do contrato que as obrigava a fazer o levantamento da área contratada. Dasquelas cinco somente duas

lograram levar adiante o projeto, concluindo-se disto que a inexperiência específica, o aventureirismo inconsequente, bem como a falta de lastro financeiro, entre outros, foram motivos que levaram ao insucesso das atividades colonizadoras daquelas empresas. Atualmente o INCRA registra que há um total de 46 empresas voltadas para a colonização, operando no estado, das quais 8 apenas tem registro e são autorizadas por aquele órgão. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, v. III-B, p. 11)

Ao mesmo tempo, é possível notar no documento que já nesta época se verificava um movimento que iria caracterizar a colonização pública e privada realizada no estado a partir dos anos 1970: o documento mostra que no caso daqueles lotes recebidos em doação – por programas de colonização oficial - a maioria dos lotes recebidos não apenas passava para outras mãos nos primeiros anos da colonização, como ao fazê-lo confirmava uma forma de reconcentração da terra, pois estes lotes eram revendidos para aqueles que possuíam capitais e podiam comprar vários lotes e transformá-los numa grande propriedade.

Os lotes eram inicialmente distribuídos para os colonizadores em áreas que iam de 10 até 100 hectares, sendo que 50% dos lotes se situavam na faixa entre 10 e 20 e os outros 50% na faixa entre 30 a 100 hectares:

O que é uma informação importante, pois revela que somente 38,81% das propriedades inicialmente doadas ainda permanecem com os proprietários que as recebem por ocasião do loteamento. Analisando em função das classes de áreas, observa-se que em quase todas elas o percentual de lotes comprados é superior ao percentual de lotes recebidos por doação. Na classe de mais de 100 ha, porém, é que o fato aparece com mais evidência, pois o percentual de propriedades adquiridas por compra chega a 87,66%. Nesta faixa de área situam-se aqueles colonos de maior suporte econômico, que aos poucos foram comprando as propriedades de seus vizinhos, desejosos de se mudarem para regiões onde a terra ‘estivesse menos cansada’ (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, v. III-B, p. 17)

Outro aspecto importante para se compreender a natureza destas modalidades de colonização naquela época é que esses novos colonizadores foram considerados como praticantes de uma economia de subsistência. Embora o estudo tenha verificado que somente 15% dos proprietários tenha respondido que a produção se destinava para o consumo próprio, enquanto que os outros 85% afirmassem que ela era vendida na colônia ou nas cidades próximas, a simples venda de uma parte da produção para comprar bens de primeira necessidade foi registrada como produção para o mercado.

Os agricultores estavam, pois “totalmente dissociados da economia de mercado, já que quase toda a sua produção é destinada ao autoconsumo”. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, v. III, p. 35) Com estas informações relacionadas à demografia e à colonização, o que se pretende é mostrar que, embora no âmbito do governo federal o modelo de desenvolvimento a ser implantado em Mato Grosso já estivesse definido, as elites locais responsáveis pelo planejamento ainda não possuíam uma clareza de que este novo ciclo de colonização e desenvolvimento agrícola que se iniciava iria romper com todas aquelas experiências nesse sentido que tinham sido implantadas nas décadas anteriores.

O que se nota na análise dos documentos citados acima é que havia um descompasso entre o modelo de em que as autoridades locais pensavam que seria o promotor do desenvolvimento e aquele que efetivamente estava em andamento no bojo dos programas federais em curso. Nota-se, inclusive, uma inclinação por parte das autoridades estaduais para uma política de desenvolvimento que se inclina para o *desenvolvimentismo* fundado no mercado interno.

O que se pretendia era que a modernização almejada atualizasse as relações socioambientais existentes, ampliando a produção daquilo que já era tradicionalmente produzido, com foco nas demandas internas do estado, e não privilegiando-se as demandas externas por produtos e matérias-primas, como de fato iria ocorrer.

Os dirigentes políticos daquele período não ignoravam a realidade econômica do estado, fundada no extrativismo e na produção agropecuária no nível tecnológico de subsistência; mas os contrassensos aparecem de maneira explícita nas funções que são oficialmente delegadas ao setor agrícola, pois a avaliação das autoridades locais não estava em sintonia com as novas funções que o governo federal e as grandes corporações transnacionais delegariam para a região.

De fato, enquanto em diversas partes do Diagnóstico Econômico preconiza-se um atendimento à demanda estadual de alimentos e matéria prima aliado a geração de um crescente excedente exportável, isto é, se postula um modelo de desenvolvimento centrado nos interesses estaduais e na busca da autossuficiência, da modernização das atividades preexistentes.

Ocorre que a passagem para a agricultura comercial e a superação do nível tecnológico de subsistência em vastas áreas mato-grossenses já estava em curso, mas não implicava nem implicaria nesse modelo de desenvolvimento proposto nas entrelinhas da afirmação acima.

O que se veria seria a implantação de uma agropecuária comercial/industrial em larga escala em substituição as atividades praticadas. Mudariam não apenas a forma como os artigos eram produzidos, os tipos de produtos, mas principalmente quais demandas seriam atendidas, se as do mercado interno ou as do mercado externo.

Assim, ao contrário de atender a demanda estadual de alimentos e matérias-primas e/ou a geração de um crescente excedente exportável o que foi viabilizado pela colonização em curso foi o atendimento as demandas nacionais e internacional por *commodities* pela implantação de uma agricultura e pecuária extremamente capitalizada, técnica e vinculada à exportação para os mercados mundiais.

A implantação deste novo modelo de desenvolvimento calcado em pesquisas científicas, abundância de capitais, novas tecnologias de produção e imenso deslocamento de populações estava ancorada em uma verdadeira obsessão pelo *progresso* e pelo *desenvolvimento*, característica das elites locais desde a época colonial.

Assim, aquelas áreas nas quais as atividades agropecuárias que eram praticadas de forma extensiva e quase que exclusivamente no nível tecnológico da subsistência, foram rapidamente conquistadas para a colonização agroindustrial. Há muito tempo estes territórios vinham sendo considerados áreas de baixa produtividade pelos técnicos e especialistas dos governos federal e estadual, e mesmo por muitos dos antigos ocupantes, notadamente daqueles que mantinham relações de comércio com os mercados externos.

Paradoxalmente, mesmo entre aqueles que pertenciam às comunidades tradicionais, muitos foram seduzidos pela ideia de que o *progresso* e o *desenvolvimento* iriam beneficiar a todos, indistintamente. É por isso que, além da mecanização e modernização das áreas onde se produziam as culturas de consumo interno e de exportação, os espaços ocupados pelas comunidades tradicionais, pequenos agricultores de subsistência e indígenas foram generalizados como “espaços vazios” ou áreas subutilizadas e então reivindicados pelo governo e pela iniciativa privada como áreas de expansão do capital, resultando no deslocamento violento daquelas populações e na destruição dos sistemas agroecológicos tradicionais por elas praticado.

É correto afirmar que grande parte desse processo de transformação da estrutura produtiva do setor agropecuário tenha sido realizada por agentes privados, mas foi o Estado o principal agente de atuação, pois não apenas planejou detalhadamente cada uma das etapas do processo, mas também legitimou a ação privada, forneceu os mecanismos, recursos, infraestrutura, energia e o reordenamento fundiário necessário à

concentração da terra àqueles considerados aptos para realizar a tarefa do que se considerava como desenvolvimento. Entre outras justificativas, tais como as do *progresso* e do *desenvolvimento*, da ocupação dos *espaços vazios*, a disseminação desse processo foi empreendida também sob o argumento de *integração nacional*.

Entretanto, o que estava em jogo era a necessidade intrínseca de reprodução do capital, através da incorporação de novas áreas: “o governo federal redefiniu uma nova função para a região Centro-Oeste no contexto de desenvolvimento do capitalismo nacional, com a estratégia econômica de estabelecer a agropecuária em moldes empresariais”. Até aquele momento, a atividade agropecuária era extensiva, considerada de baixa produtividade. Para mudar esse quadro, seria necessário *transformar toda a estrutura produtiva do setor*. (NETO; LEITE, 2005, p. 210)

É evidente uma mudança de tal magnitude não poderia ser realizada senão como resultado de um projeto de Estado, a única *Instituição* capaz de reunir toda sorte de recursos necessários a essa nova modalidade de colonização. Embora frequentemente a implantação deste novo modelo seja apresentada como um processo privado ou como uma epopeia de *novos bandeirantes*, o Estado planejou detalhadamente a colonização, fornecendo os mecanismos, os recursos, a infraestrutura, a energia e o reordenamento fundiários necessários à plena ocupação do território por parte daqueles que eram considerados como os legítimos agentes do modelo de desenvolvimento em curso.

Capítulo V

O modelo capitalista de desenvolvimento

5.1 - O Modelo Capitalista de Desenvolvimento

Embora mesmo entre aqueles que pertenciam às comunidades tradicionais, muitos fossem seduzidos pela ideia de que o *progresso* e o *desenvolvimento* iriam beneficiar a todos, indistintamente, um dos obstáculos à implantação do modelo de desenvolvimento proposto e em implantação em Mato Grosso seria exatamente a resistência de parte das comunidades que o modelo teoricamente pretendia “desenvolver”.

Portanto, o sentido deste padrão de desenvolvimento é bem melhor compreendido quando observado na perspectiva dos que a ele se opunham. Para cada um dos povos e comunidades citados no item anterior a implantação do modelo de desenvolvimento do capitalismo agrícola implicou em transformações que impactaram fortemente seus modos de vida e sistemas de produção. Não seria possível analisar cada um desses casos nos limites desta tese. Dessa maneira, serão apresentadas algumas conclusões retiradas de uma investigação realizada por Iselda Correa Ribeiro (1998) junto às comunidades rurais de Morro Grande e Barreirinho, ambas localizadas no município de Santo Antônio do Leverger, distantes cerca de 20 km de Cuiabá. A comunidade de Morro Grande é composta por 68 famílias das quais 54 são descendentes de 45 famílias que em 1892 obtiveram o título definitivo de propriedade sobre uma área de pouco mais de 1.000 hectares.

Conforme explica Ribeiro (1998), por toda extensão da Baixada Cuiabana existem essas comunidades autodenominadas “sesmeiros”, que tem origem nas antigas colônias e aldeamentos organizados no século XVIII pela coroa portuguesa e Igreja Católica:

Estas colônias foram resultado da política da Coroa Portuguesa que, a fim de acabar com as guerras indígenas, decidiu transformar os índios em trabalhadores produtivos, integrando-se à sociedade envolvente. Esta decisão política da Coroa Portuguesa objetivava unir os índios aos portugueses através do casamento institucional, como forma de garantir a paz na região de Cuiabá, palco de frequentes conflitos. (RIBEIRO, 1998, p. 48-49)

Como resultados dessa política institucional surgiram na região de Cuiabá diversos engenhos de rapadura e fábricas de farinha de mandioca cuja produção abastecia os engenhos de álcool e os escravos e trabalhadores livres das minas, uma

produção voltada exclusivamente para o consumo interno. Após a extinção do sistema de sesmarias e o advento da Lei de Terras de 1850, o governo de Mato Grosso realizou a regularização fundiária e neste processo foi criada a Gleba Bom Jesus, de propriedade da Igreja Católica. (RIBEIRO, 1998, p. 49-50)

Posteriormente, a Igreja doou estas terras para “José de Abreu e outros”, incluindo as 45 famílias das quais se originou a comunidade de Morro Grande. Dessa forma configurou-se aquela situação citada por Little (2002) sobre as comunidades indígenas e tradicionais onde imperam formas coletivas de apropriação dos recursos naturais, pois a terra e os recursos naturais pertencem à comunidade. (LITTLE, 2002, p. 8-9)

Em Morro Grande a propriedade da terra foi “juridicamente privatizada ao mesmo tempo em que continuou, para os sesmeiros, terra comum do grupo de lavradores e produtores que nela viviam, permitindo a continuidade das condições de organização social”. Até a época da pesquisa realizada por ele, os habitantes de Morro Grande tinham como tradição nunca dividirem a terra entre si e nem buscarem seus direitos institucionais de herança. (RIBEIRO, 1998, p. 51)

O costume determinava que aquela família que abandonasse definitivamente a comunidade perdia seus direitos sobre a terra, as roças e a casa. Embora a terra fosse comum, o trabalho era individual e familiar. A economia familiar estava centrada basicamente na produção de farinha de mandioca, criação de gado, pesca e plantio de outros produtos, como frutas e verduras. A técnica de produção era ainda aquela originada das práticas agrícolas dos Bororo, população original da área. “No começo aqui se criava gado. Meu pai criava gado. Nós colhia quatrocentos bezerros por ano. Nós pegava para tirar leite, fazer queijo, comia, dava... Naquele tempo ninguém se importava. O boi não valia nada.” (Sr. Pedro, 85 anos, Comunidade do Barreirinho. Apud. RIBEIRO, 1998, p. 55)

Como se observa, o sistema produtivo e o modo de vida da comunidade não tinham como fundamento nem a propriedade privada do principal meio de produção – a terra – nem o estabelecimento dos conceitos de desenvolvimento daí decorrentes. Conforme afirma Ribeiro, as relações ambientais e sociais do grupo estavam ligadas às expressões religiosas antigas, herdadas dos antepassados indígenas e negros,

Que trouxeram consigo a prática da orientação da lua no plantio, a medicina pelas plantas, o culto aos santos, as festas religiosas que

duravam uma semana, as crenças no sobrenatural, as ligações com os “seres do outro mundo”, através do candomblé, religiosidade herdada dos negros escravos, da pajelança, religiosidade herdada dos indígenas, formando assim um sincretismo religioso e uma visão de mundo que dão sentido à vida sesmeira. (RIBEIRO, 1998, p. 61)

É este mundo sesmeiro, ribeirinho, sertanejo, pescador, extrativista, quilombola, indígena e tradicional que vai ser paulatinamente conquistado pela modernização capitalista agrícola a partir dos anos 1970. No caso da comunidade de Morro Grande, além dos conflitos com grileiros e novos ocupantes a partir desta década, enfrentaram também os “especialistas” na implantação do novo modelo. Segundo relata Ribeiro, em 1980, uma equipe formada por técnicos do Centro de Apoio e Gerenciamento à Micro e Pequena Empresa do Estado de Mato Grosso (CEAG) e da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), elaboraram um programa de modernização tecnológica para os produtores de farinha de mandioca da comunidade de Morro Grande.

A proposta inicial foi implantar uma técnica mais avançada, que eliminasse as partes do processo de produção consideradas ‘atrasadas’ como o método utilizado para torrar a farinha e ralar e presar a mandioca. A fim de aumentar a quantidade de farinha a ser produzida, fazia-se necessário ainda modificar as técnicas de plantio com o uso de agrotóxicos e adubos. A modernização, nesse sentido, era compreendida como modificação da cultura material do grupo de produtores sesmeiros, pelo abandono das práticas rotineiras e de instrumentos considerados arcaicos e pela adoção de práticas mais modernas, ainda que artesanais, que possibilitassem o aumento da produtividade do trabalho. (RIBEIRO, 1998, p. 64)

É possível traçar uma analogia entre esta tentativa de modernização capitalista desta comunidade tradicional com aqueles projetos de modernização que foram empreendidos pela Funai nas comunidades indígenas do Cerrado durante os anos 1970 e 1980. Tal como naqueles projetos fracassados, tentava-se aqui aumentar a produtividade do trabalho através da introdução de ferramentas e técnicas consideradas mais modernas, bem como de criar as condições para que a comunidade incorporasse uma série de valores culturais e econômicos de cunho capitalista. (PINTO et alli, li, 2002, p. 56-57; SERPA, 1998, p. 02; MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 93)

Conforme descreve Ribeiro, os agentes da modernização pretendiam que o grupo de produtores sesmeiros fossem “ensinados” a administrar “racionalmente” a sua produção em bases empresariais. Paralelamente a resistência oferecida pelos sesmeiros, o projeto do CEAG principiou em fracassar devido a mudanças institucionais ocorridas

com parceiros do projeto. Uma dessas mudanças foi a transformação do Centro Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (CEBRAE), cujos técnicos ajudaram na elaboração e implantação do projeto, em Serviço de Apoio e Gerenciamento à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), que passou a operar com nítida feição capitalista. (RIBEIRO, 1998, p. 62)

Outro ponto de discórdia era com relação à atuação do INCRA. Conforme foi citado anteriormente por Little (2002), este órgão passou a atuar de acordo com os conceitos de territorialidade do Governo Federal, que reconhecia apenas dois tipos de propriedade, a pública e a privada. (LITTLE, 2002, p. 6-7)

Nestes termos, sem reconhecer o sistema de propriedade coletiva na qual viviam os sesmeiros, o INCRA pretendia que a terra ocupada pela comunidade fosse dividida em partes iguais entre as famílias, como base para a realização de projetos de modernização apoiados pelo Governo. (RIBEIRO, 1998, p. 68)

No entanto, a grande resistência foi oferecida pelos próprios moradores da comunidade: “o grupo sesmeiro, em um primeiro momento, opôs serias resistências à entrada desta ‘gente estranha’ na área, negando-se, inclusive, a participar das reuniões organizadas pela empresa”:

Depois de seis meses de visitas diárias à comunidade, não conseguimos nada com os sesmeiros. A comunidade estava muito arredia a nós. Nosso erro foi acreditar que os homens detinham o poder de decisão. Na verdade era a cabeça das mulheres que tínhamos que fazer. Eram elas que produziam a farinha. Foi aí que conhecemos Dona Benjamina que, após uma longa entrevista conosco, apostou no trabalho da gente. (José Guilherme Ribeiro, diretor do CEAG. Apud. RIBEIRO, 1998, p. 69-70)

Depois desses seis meses de resistência é que os técnicos conseguiram convencer parte dos sesmeiros a conhecer outro projeto em implantação na localidade de Acorizal (também na Baixada Cuiabana). Mas a resistência continuou, pois o prosseguimento do projeto dependia de recursos que somente poderiam ser obtidos via financiamento.

Os sesmeiros, conforme constatou Ribeiro, “não acreditavam que empréstimos no banco pudessem dar certo”. Ao mesmo tempo, demonstraram que não estavam dispostos a abrir mão do controle total sobre a produção e as mudanças a serem implantadas implicariam que eles teriam que renunciar a esse controle. Este impasse somente foi rompido quando algumas famílias sesmeiras se organizaram e assumiram

os custos de implantação de uma Casa da Farinha, local onde seriam instalados equipamentos modernos de produção. (RIBEIRO, 1998, p. 75-77)

Ainda com a implantação desta, o projeto mostrou sua fragilidade, pois a utilização coletiva da Casa da Farinha passou a implicar em práticas que se opunham à cultura tradicional dos sesmeiros, notadamente no controle que estes possuíam sobre o tempo e os processos de trabalho.

Como a Casa possuía apenas um forno, este devia ser usado por no máximo duas famílias de cada vez; e por possuir apenas uma máquina de ralar e ser administrada por uma pessoa indicada pelos técnicos, as famílias tinham que se submeter a um tempo linear, cronológico, homogêneo e disciplinar.

As inovações provocaram uma série de conflitos e inimizades entre as famílias, que perduram até hoje. Estas inimizades são, de um lado, resultantes do uso da Casa da Farinha, e de outro, da não aceitação de ficarem subordinados as ordens de um sesmeiro administrador que assumiu a função de determinar o tempo do grupo. Um administrador que não fora escolhido pelos produtores da comunidade sesmeira. (RIBEIRO, 1998, p. 80)

Ao mesmo tempo, as presenças de técnicos da CEAG e do INCRA estimularam o surgimento de vários conflitos de terras entre os sesmeiros e entre estes e os novos ocupantes da região. Na medida em que as terras do Cerrado passaram a ser valorizadas no novo mercado de terras originado na colonização em curso, todas as terras tradicionais e indígenas passaram também a ser valorizadas na mesma medida. (RIBEIRO, 1998, p. 80)

Isto exigiu de agências como o INCRA uma intervenção para reorganizar o espaço de acordo com as concepções estatais de propriedade e uso do solo em franca oposição às concepções dos povos indígenas e tradicionais. Ao mesmo tempo surgem, no interior das comunidades tradicionais como a de Morro Grande, conflitos internos com “herdeiros” de algumas famílias que haviam abandonado definitivamente a área, mas que com a nova valorização passaram a reivindicar direitos de propriedade. (RIBEIRO, 1998, p. 81)

Ao mesmo tempo, a notícia da introdução de energia elétrica, saneamento e água encanada no Morro Grande, e da instalação de asfalto entre Cuiabá e Santo Antônio do Leverger, provocou uma corrida às terras da região que passou a abrigar várias chácaras de lazer. Outro fator de conflito foi a descoberta de ouro na localidade. Um agrônomo,

que foi convidado pelo CEAG para dar uma palestra aos moradores do Morro Grande, “descobriu” a existência de ouro e a informação foi imediatamente repassada. Em 1984, o Ministro Cesar Cals concedeu um alvará de pesquisa mineral nas localidades de Morro Grande e a revogação deste só foi possível devido à mobilização dos moradores locais:

Nós mostramos para o ministro Cesar Cals que o ouro do Morro Grande e Barreirinho é a mandioca. Ele veio aqui e nós fizemos uma reunião com ele. Mostramos a nossa farinha. Mostramos que somos unidos. Ai ele revogou o alvará. Foi preciso muita luta para não perdermos tudo. (Sr. Marcides. Apud. RIBEIRO, 1998, p. 87)

Por fim, enquanto os políticos e técnicos do INCRA e do Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso (INTERMAT) discutiam maneiras de se ‘regularizar’ a situação dos sesmeiros, um grupo de produtores sesmeiros se reuniu e organizou o cercamento das terras, dividindo-a entre as famílias tradicionais. (RIBEIRO, 1998, p. 91)

Porém, nem todas as comunidades indígenas e tradicionais do Cerrado tiveram a mesma sorte e destino. Ao contrário, poucas foram aquelas que, a exemplo da comunidade de Morro Grande, lograram preservar boa parte da sua cultura tradicional contra a nova onda de modernização capitalista. Salta aos olhos que a nenhum dos técnicos envolvidos na implantação deste e de outros projetos de “desenvolvimento” das comunidades indígenas e tradicionais tenha ocorrido a ideia de questionar o modelo de desenvolvimento que eles mesmos pretendiam impor àquelas comunidades, que não tenha ocorrido a esses técnicos pelo menos a suspeita de que seu modelo de desenvolvimento não era adequado, sequer desejado pelas comunidades que eles pretendiam “desenvolver”. As organizações social, cultural e econômica das comunidades visitadas insistentemente pelos técnicos do desenvolvimento eram portadoras de um determinado sentido histórico e social, de uma forma de relacionamento com a natureza que já era sustentável.

Eles transformavam a mandioca plantada, segundo preceitos herdados de seus ancestrais, em farinha; tinham o domínio, as habilidades e a destreza nas técnicas “rústicas”, eram donos de todos os meios necessários à produção, senhores de seu próprio tempo e ademais dispunham de uma feira, um mercado igualmente antigo, onde comercializavam o produto.

Intuitivamente essas comunidades já haviam elaborado e colocado em movimento uma totalidade social, econômica, política e cultural, cujas regras

consuetudinárias mantinham um equilíbrio dinâmico entre a comunidade e o ambiente, garantindo sua reprodução social e, ao mesmo tempo, mantendo um relativo contato com a sociedade e o mercado envolvente, destinando a este sua principal produção e dele retirando a satisfação das necessidades que não eram diretamente atendidas pela sua produção.

José Guilherme Ribeiro, um dos idealizadores do projeto de “desenvolvimento”, que foi implantado na comunidade de Morro Grande, explica como surgiu a ideia:

Eu tinha que chegar cedo na feira para poder comprar a farinha. Se chegasse às 11 horas não tinha mais farinha. Um dia fui a Morro Grande e vi que existia uma pequena organização entre eles. Observei que faltava mão-de-obra e que o processo de produção era muito atrasado. Ai montamos o programa. (José Guilherme Ribeiro. Apud. RIBEIRO, 1998, p. 64)

Assim, é evidente que o conceito de sistema agroecológico indígena se confunde com o conceito de extrativismo, ou em outras palavras, o extrativismo praticado pelas primeiras sociedades que colonizaram o Cerrado, após os indígenas, herda destes as formas de relacionamento com a natureza agregando a esta forma milenar, outras características derivadas de interesses inscritos em um *ethos* ocidental moderno. Há, portanto, evidências de um *continuum* entre os sistemas agroecológicos indígenas e aqueles que os sucederam: uma análise preliminar indica que em Mato Grosso as populações tradicionais de remanescentes de quilombos, ribeirinhos, agricultores familiares, pescadores e coletores, pequenas comunidades rurais e diversos grupos indígenas eram os habitantes majoritários da região do Cerrado antes que começasse o processo de colonização pela agroindústria.

Todos esses agrupamentos humanos aprenderam suas primeiras técnicas de sobrevivência no Cerrado com aqueles que já habitavam a região desde tempos remotos. Para todos esses agrupamentos, a caça e a coleta de espécies típicas do Cerrado foram as atividades básicas que garantiram sua reprodução social, uma vez que eram cultivados produtos como arroz, milho, feijão e mandioca. Era esta agricultura tradicional, realizada com baixa tecnologia e de baixa produção, que sustentava a sociedade garimpeira que se formou no local desde o século XVIII. As atividades relacionadas à pecuária ou agricultura nunca foram incrementadas a ponto de produzirem excedentes exportáveis e permaneceu nestas bases técnicas e produtivas até que os sistemas

agroecológicos tradicionais e indígenas fossem alcançados pela modernização conservadora do setor agrícola ocorrida a partir dos anos 1970.

Sebastião Aroldo Kastrup (1974) afirma que “durante todo o período colonial, sistematicamente, o ouro e, eventualmente, o diamante foram os únicos produtos de exportação de Mato Grosso”.(KASTRUP, 1974, p. 20) Por outro lado, Benedito Dias Pereira (1995, p. 64) garante que essa configuração agroecológica parece ter sobrevivido até bem depois de findo o período colonial, no que são corroborados por Mário Diniz de Araújo Neto e Cristina Maria Costa Leite (2005, p. 211) ao afirmam que ao final da década de 1960 a região Centro-Oeste e por extensão Mato Grosso apresentava dois tipos básicos de estruturas espaciais já consolidadas: um primeiro tipo caracterizado por áreas de povoamento estabilizado e espaços estruturados pela pecuária modernizada.

Nestes locais, produtores capitalizados provenientes do Sul do país estavam se transformando em empresários rurais competindo com produtores descapitalizados e pequenos produtores locais que não tinham acesso aos mecanismos de modernização e vendiam suas terras provocando a concentração fundiária.

O segundo tipo de área refere-se aos locais representados pela economia tradicional de pecuária extensiva, garimpagem de ouro e diamantes, extrativismo vegetal, e pequena produção de arroz, feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar e pela pequena e média produção para os mercados locais e regionais. A estes podem ser acrescentados uma grande quantidade de comunidades indígenas, ribeirinhos, remanescentes de quilombos, posseiros e outros que viviam da caça, coleta e outras formas de economia não monetária. (ARAÚJO NETO e LEITE, 2005, p. 211)

As evidências indicam que os sistemas agroecológicos nativos e os tradicionais foram seguidamente suplantados pelos sistemas agroecológicos de tipo capitalista. E aqui os conceitos propostos por Worster podem apontar exatamente “quem ganhou e quem perdeu poder quando os modos de produção mudaram”. (WORSTER, 2003, p. 26)

E isto é pode também ser mostrado tanto do ponto de vista das relações ambientais de produção, quanto das relações humanas de produção: quando mudam os sistemas agroecológicos de tradicionais para capitalistas tanto perde o ecossistema

quanto perdem os seres humanos que com ele se relacionam, com o agravante de que no âmbito das relações humanas alguns seres humanos perdem mais que outros.

À observação que Worster faz de que as tecnologias criadas no âmbito do segundo nível de análise são os mais importantes elementos dos sistemas agroecológicos e não são neutras porque estão sempre engajadas em favorecer que determinadas práticas se sobreponham a outras e que determinados grupos concentrem mais poderes que outros, podem-se juntar as afirmações de Aguiar (2012). (AGUIAR, 2012, p. 4-5)

Com base no livro de Joan Martinez-Alier, *The environmentalism of the poor: a study of ecological conflicts and valuation*, lembra que “não há uma correlação necessária e positiva entre os avanços nas pesquisas científicas e tecnológicas e a colocação de países emergentes ou pobres, como o Brasil e a Índia no ranking dos indicadores sociais e ambientais”. (AGUIAR, 2012, p. 4-5)

Ao contrário disso, ele reforça que, mesmo com a razoável infraestrutura de universidades e institutos de pesquisa implantados nas últimas décadas, “cabe observar que em termos de indicadores de desenvolvimento humano, o Brasil permanece a reboque de numerosos países com inferior desenvolvimento em ciência e tecnologia”. Ao mesmo tempo,

Os EUA, com maior potencial de P & D, adotam posições retrógradas com relação à preservação do meio ambiente, adotando políticas protecionistas para com tradicionais setores poluidores, em nome da manutenção das perspectivas de crescimento econômico que poderiam afastar, em curto prazo, a ameaça de recessão. (AGUIAR, 2012, p. 5)

Nesse sentido, é que a História Ambiental poderia contribuir para que a sociedade, principalmente seus setores envolvidos nos processos de pesquisa, tecnologia e formulação de propostas para o desenvolvimento; possa “questionar o papel que a ciência e a tecnologia desempenham em sociedades assoladas por significativos problemas sociais”, já que “é o que não fazem as elites do sistema, incluindo os cientistas e políticos por elas financiados”. (AGUIAR, 2012, p. 5)

Portanto, ao destacar qual deveria ser o papel do desenvolvimento científico na superação da pobreza e na afirmação de um desenvolvimento humano mais equilibrado

e bem melhor distribuído, o que Aguiar coloca em evidência é que o progresso científico e tecnológico tem ocorrido como parte e como consequência de um determinado modelo de desenvolvimento onde as tecnologias criadas e implantadas não são neutras.

Este é o mesmo argumento defendido por Worster, de que a criação, disseminação, uso e desuso de tecnologias obedecem a um planejamento prévio e busca atingir objetivos específicos que invariavelmente se confundem com os interesses do grande capital. Isto é particularmente perceptível em todo o processo de desenvolvimento econômico e social pensado, articulado e colocado em prática pelos governos militares pós-1964, onde os projetos de desenvolvimento previam planos de estímulo à produção e geração das novas tecnologias que se tornaram basilares nos sistemas agroecológicos industriais e capitalistas que colonizaram o Cerrado, a partir da década de 1970.

Tais planos de desenvolvimento (PNDs) foram criados sob o argumento de que através de sua execução seriam superados os entraves que impediam a transformação do Brasil em uma “grande potência”. Do mesmo modo, os projetos científicos elaborados no bojo de tais planos e que se propunham a criar as bases científicas para a colonização das novas áreas de Cerrado propunha-se a fornecer os instrumentos para modernização agrícola que iria aumentar a produção de alimentos e suprir as necessidades de uma população faminta e em crescimento. (BRASIL, 1971, p. 14; BRASIL, 1975, p. 28-36)

Apesar de toda a propaganda envolvida na implantação deste modelo, o que se observa, cerca de quarenta anos após o início dessa empreitada, é que não só os problemas destacados naquela época não foram resolvidos, como foram enormemente aumentados, além do que se criaram novos problemas de devastação humana e ambiental que se propagaram na esteira do modelo então implantado. Nesse sentido, Aguiar observa que “ao longo das últimas décadas a opinião pública tem sido alimentada com um mito que os especialistas chamam de ‘efeito de filtração’”:

A ideia pode ser resumida assim: quanto mais investirem os governos em pesquisa e desenvolvimento, melhor para a prosperidade econômica e o bem estar dos povos em geral, não apenas os ricos, mas, também, os pobres. Infelizmente na contramão dessa propaganda, cabe observar que a natureza dos nossos problemas sociais e ambientais não requer sofisticadas soluções de alta tecnologia, e sim, o uso mais racional e equitativo de tecnologias

“apropriadas” existentes e de políticas empenhadas na redução do desperdício e do consumo indiscriminados e irresponsáveis. (AGUIAR, 2012, p. 5)

Do que pode se entender que o problema do desenvolvimento não é a aplicação de mais ou menos tecnologia em um determinado ambiente, mas sim no questionamento de se saber “quais” tecnologias, “como” elas têm sido aplicadas, e em benefício de “quem” elas têm funcionado até agora. Estas questões, entre outras, é que podem ser resolvidas no âmbito da pesquisa da História Ambiental.

E os conceitos emitidos por Worster, com o apoio destes outros mencionados aqui se mostram eficientes nesta análise justamente por tratarem de observar essas grandes transformações a partir de uma perspectiva ambiental e não somente econômica como tem sido realizada pelas análises tradicionais. (WORSTER, 2003, p. 39)

Não que se pretenda aqui inaugurar algo ou “arrombar portas abertas”, mas somente contribuir para afirmação do ponto de vista das relações ambientais que foram modificadas neste processo de colonização do Cerrado. As questões levantadas pela História Ambiental na análise dos processos de colonização em outras épocas e partes do mundo, também pode servir como inspiração ou comparação com a colonização contemporânea de vastas áreas no interior do Brasil, notadamente no caso do Cerrado em Mato Grosso.

Até o final dos anos 1960, o Estado de Mato Grosso caracterizava-se por uma economia agropecuária que estava no nível tecnológico da subsistência, onde a produção de alguns itens agrícolas destinados aos mercados locais e nacionais se somava às diversas formas de extrativismo vegetal, mineral e animal. Essa variedade de sistemas agroecológicos era praticada por uma população predominantemente rural que habitava um número reduzido de pequenas cidades polarizadas pela capital.

Por essa época, o estado ainda conservava muito da sua cobertura vegetal, original, aproximadamente 40% formada pelo cerrado. Esse quadro começa a mudar e é transformado radicalmente a partir dos anos 1970, quando o estado passa a ser o destino preferido de diversas correntes migratórias, sede da maior parte dos projetos de colonização estatais e privados e das grandes obras de “integração nacional” geradas pelo governo federal.

As atividades econômicas que antes eram praticadas de forma extensiva foram consideradas de baixa produtividade e os espaços ocupados pelas comunidades tradicionais e indígenas foram denominados como espaços vazios ou subutilizados e então reivindicados pelo governo e pela iniciativa privada como áreas de expansão do capital, resultando no deslocamento violento daquelas populações e na incorporação ou simples destruição dos seus sistemas agroecológicos que foram então subjugados pela introdução de novas tecnologias, processos e formas consideradas mais modernas e produtivas de relacionamento com o ambiente natural.

Este novo processo de colonização do Cerrado resultou de um planejamento estatal estratégico, em âmbito nacional, onde o Estado projetou detalhadamente a colonização, provendo também os mecanismos, os recursos, a infraestrutura, a energia e o reordenamento fundiário necessários à plena ocupação do território por parte dos que eram considerados como os legítimos agentes do modelo de desenvolvimento em curso.

Como resultado desse processo de colonização agroindustrial, a região do Cerrado em Mato Grosso foi transformada em uma área de produção de matérias primas para a etapa de industrialização contemporânea de regiões centrais do Brasil e dos países centrais, e ao mesmo tempo configurada como área de consumo de capitais e tecnologias produzidas por aqueles países e regiões de onde se originou o modelo de desenvolvimento implantado.

Sob este aspecto, Aguiar, com base em suas leituras de Joan Martinez-Alier, lembra que os riscos causados por este desenvolvimento hegemônico atingem desproporcionalmente as camadas mais pobres e vulneráveis da população, “em um processo que une, de forma íntima, destruição ambiental e degradação das condições de qualidade de vida humana, escravização e exploração do trabalho proletário e descaso com a elaboração de políticas e práticas de sustentabilidade”. (AGUIAR, 2012, p. 6)

Pode-se, inclusive, acrescentar que essa distribuição desproporcional de riscos ambientais e humanos ocorre em escala mundial se apresentando como uma linha graduada onde os efeitos das tecnologias e processos científicos se distribuem de forma desigual pelo mundo conformando, por um lado, territórios subjugados onde a destruição e a degradação são as condições básicas de manutenção de níveis elevados de vida e desenvolvimento em outros locais, conformados como polos dominantes dessa ordem ambiental global.

É nesse sentido que Carlos Walter Porto Gonçalves (2004) descreve essa ordem ambiental mundial, espaço geopolítico onde se desenvolve o mercado mundializado de *commodities* agrícolas que é também um resultado da chamada Revolução Verde. Enquanto os agricultores que vivem e plantam nas regiões do Cerrado desenvolvem seus sistemas agroecológicos colocando em movimento tecnologias e processos importados e envia toda sua produção para o exterior, fica no local apenas o impacto ambiental e humano que então é socializado entre os mais vulneráveis:

O impacto socioambiental do agronegócio vem atingindo em cheio os Cerrados assim como a própria floresta ombrófila densa na Amazônia, pondo em risco toda a riqueza em diversidade biológica e cultural, com o aumento do desmatamento em Rondônia, Mato Grosso, Pará e no Amazonas, que já se coloca para além do famoso ‘arco do desmatamento’ (Amazônia Meridional e Oriental - Mato Grosso, Tocantins e Pará), e já invade a margem esquerda do Rio Amazonas (BR 174 – Manaus-Caracaráí). Cada vez mais começaremos a falar não mais de ‘arco de desmatamento’ e, sim, de fragmentação da floresta, o que expõe a área a uma nova fase de seu processo de desmatamento com consequências imprevisíveis. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 16)

Por isso é lícito afirmar que, assim como a pilhagem dos ambientes naturais das antigas colônias europeias na América, emergiu como uma das mais poderosas alavancas para a acumulação primitiva do capital, a contemporânea colonização agroindustrial do Cerrado mato-grossense também cumpre um papel análogo de inserir o país no contexto da economia global como um exportador de produtos primários e importador de capitais e tecnologias.

A natureza, não apenas a sociedade foi reorganizada tendo como pressupostos a substituição da produção indígena e tradicional para a subsistência pela produção com vistas ao lucro. A implantação no Cerrado de um sistema agroecológico capitalista altamente dependente de tecnologias modernas só foi possível com a disseminação e consolidação da perspectiva de que aquele ambiente natural era apenas terra, devendo ser encarada como uma mercadoria e o seu uso direcionado para implantação de sistemas agroecológicos monocultores.

A estruturação dessa ordem ambiental global realizada pelo capitalismo observada por Porto Gonçalves (2004), já tinha sido notada por Furtado (1974), que desenvolveu ensaios sobre o modelo de subdesenvolvimento atualmente em curso no

Brasil entre os anos de 1972 e 1974, período em que estava iniciando o processo de colonização agroindustrial do Cerrado.

Com base no estudo apresentado pelo Clube de Roma, em 1971, “The limits to growth”, ele postula que o “desenvolvimento econômico” tal como tem sido sucessivamente apresentado como o objetivo central a ser buscado e atingido, tanto por governos de esquerda ou de direita, civis ou militares, é um mito porque os povos pobres nunca poderão atingir um padrão de desenvolvimento e/ou de consumo dos atuais povos ricos. Segundo sua análise, esse tipo de fantasia tem exercido um papel muito importante na mente daqueles que se propõem a estudar a realidade social. (FURTADO, 1974, p. 15)

Ele diz que os mitos operam “como faróis”, iluminando o campo de percepção, destacando os problemas que devem ser estudados em detrimento de outros que devem ser esquecidos, dirigindo, portanto as análises que os tem por base. Por outro lado, essas propostas de desenvolvimento continuam a ser apresentadas como a solução mágica para todos os problemas dos povos da periferia levando-os a aceitar enormes sacrifícios, tais como a destruição das formas arcaicas de sua cultura e do seu meio físico. (FURTADO, 1974, P. 15)

Grosso modo, ele defende a ideia de que o desenvolvimento dos países periféricos seria irrealizável do ponto de vista econômico, político, sociocultural e ambiental, simplesmente porque no modelo de desenvolvimento colocado em vigor pelos países centrais reside sobre o subdesenvolvimento dos países periféricos. São polos opostos de uma mesma dinâmica, que acumula capital e tecnologia em um polo desenvolvido em detrimento de outros locais que são configurados como fornecedores de trabalho barato e recursos naturais. (FURTADO, 1974, p. 75-76)

O estudo de Furtado tem implicações tanto do ponto de vista estritamente econômico quanto ambiental. Para ele, as projeções econômicas fundadas no mito do desenvolvimento econômico se baseiam implicitamente na ideia de que a fronteira externa do sistema seja ilimitada, ou seja, o modelo de desenvolvimento econômico que vem sendo proposto e implantado pela economia global considera que o sistema possa se expandir até o infinito. (FURTADO, 1974, p. 19)

Ao mesmo tempo, a economia norte-americana – e pode-se incluir também a europeia – tem se desenvolvido dependente de recursos não renováveis originados no

exterior, de forma que para as economias centrais não há um limite previsto no processo de acumulação de capital fundado na exploração predatória dos recursos de outros países. Por isso, Furtado sublinha a importância do estudo patrocinado pelo Clube de Roma no início dos anos 1970, pois em tal foi abandonada “a hipótese de um sistema aberto no que concerne à fronteira dos recursos naturais”. (FURTADO, 1974, p. 19)

Como se vê, economistas e cientistas sociais das economias centrais já sabiam, desde a publicação desse estudo, que a economia mundial devia ser considerada como um sistema fechado. E uma vez fechado o sistema, os autores do estudo formularam a seguinte questão: “que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chega efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente a universalizar-se?”. (FURTADO, 1974, p. 19)

Ao que Furtado respondeu: “se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria em colapso”. (FURTADO, 1974, p. 19)

Como se vê, os recentes fracassos dos países industrializados na área das mudanças climáticas, bem como a tentativa de fazer com que os países pobres pagassem a conta do controle da poluição, mostram o acerto das análises de Furtado realizadas há quarenta anos, e ao mesmo tempo abrem o caminho para que suas teses sejam utilizadas em uma revisão crítica do que tem sido a desenfreada continuidade do sistema econômico mundial, fundado na exploração irracional e predatória do meio ambiente.

Não obstante os custos ambientais do prolongamento indefinido dessas políticas econômicas, este é apenas um dos aspectos da questão, uma vez que o desenvolvimento econômico é um mito também do ponto de vista do processo de acumulação do capital, já que além de ser ambientalmente irrealizável, ele também não pode se sustentar do ponto de vista estritamente econômico: a criação do desenvolvimento econômico em um ou alguns polos do sistema econômico mundial só é realizada tendo como pressuposto o subdesenvolvimento de amplas áreas onde habitam a maioria da população do planeta. (FURTADO, 1974, p. 75-76)

Furtado chegou à conclusão de que uma ruptura ambiental cataclísmica carecia de fundamento simplesmente porque a generalização das formas de consumo dos países

cêntricos não teria – nem tem - cabimento dentro das possibilidades evolutivas do próprio sistema. Sendo assim, os países periféricos se tornam cada vez mais dependentes e subdesenvolvidos na medida em que aprofundam suas relações assimétricas com os países altamente industrializados, o que explica mais uma vez o desenvolvimento econômico como um mito, uma falácia. (FURTADO, 1974, p. 75-76)

Nas regiões centrais dos países periféricos essa falácia é apresentada como uma necessidade imperiosa de industrialização. O esforço de todos os governos tem sido no sentido de criar as condições para que seus países se industrializem ao máximo, uma vez que a industrialização é sinônima do desenvolvimento econômico. No entanto, a industrialização nunca é realizada de forma contínua no espaço e no tempo, pois o modelo adotado implica na necessidade da existência de subsistemas e formas de exploração social que estão na base do subdesenvolvimento.

Assim, é que a lógica do sistema cria áreas de especialização geográfica e enquanto os espaços centrais – dos países altamente industrializados e em menor grau dos países subdesenvolvidos – especializam-se na produção de alta tecnologia e acumulação de capital; os espaços periféricos – países inteiros ou grandes áreas de países subdesenvolvidos – especializam-se na extração e fornecimento de produtos primários e trabalho barato para as áreas centrais.

E é exatamente nas áreas periféricas que residem a maior parte da população do planeta, de tal forma que essas pessoas estão condenadas a viver em um sistema agroecológico cuja lógica de desenvolvimento os obriga a fornecer os recursos naturais necessários à industrialização dos países centrais em troca dos subprodutos que as indústrias destes produzem, sofrendo, portanto os efeitos ambientais e econômicos de um sistema agroecológico ambientalmente destrutivo e economicamente predatório.

É possível, pois, traçar uma linha evolutiva que começa com a chegada dos primeiros europeus ao Novo Mundo e culmina com a implantação da industrialização contemporânea tanto nos ambientes urbanos quanto rurais desse mesmo Novo Mundo. Não por acaso, o processo de agroindustrialização do Cerrado mato-grossense tem sido chamado de *colonização*. Essa colonização agroindustrial, ou seja, a transformação de extensas áreas dos países periféricos em espaços para a expansão do capital dos países centrais ocorre concomitantemente e articulada com uma etapa do processo de industrialização da economia mundial. Tese esta que encontra respaldo tanto na formulação do Antigo Sistema Colonial de Fernando Antônio Novais (1979), quanto na

Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado (1974). Assim, a agroindustrialização do Cerrado mato-grossense a partir dos anos 1970 deve ser considerada na perspectiva do capitalismo industrial contemporâneo, já que nesse processo agricultura e indústria aparecem como etapas, polos de um mesmo sistema mundial de produção de mercadorias, alimentos e fibras onde os países centrais – e algumas regiões centrais dos países periféricos – aparecem como consumidores de matérias primas e fornecedoras da tecnologia e do capital, concentrando o desenvolvimento; e outras regiões são configuradas como fornecedoras de matéria prima, trabalho barato e consumidoras de capital e tecnologia, concentrando, pois, o subdesenvolvimento.

De acordo com Silva (2009), o processo de modernização do domínio do Cerrado pode ser dividido em três momentos – distintos, mas não excludentes -, sendo o primeiro marcado pela construção de Brasília, o segundo pela implantação dos programas federais de desenvolvimento e o terceiro marcado pela lógica privada de expansão do agronegócio. (SILVA, 2009, p. 62)

Os projetos de desenvolvimento das diversas comunidades indígenas e tradicionais do Cerrado em Mato Grosso se inserem no contexto deste segundo momento e reportam à chamada modernização da agricultura brasileira embasada nas concepções da Revolução Verde que privilegiou o desenvolvimento tecnológico intensivo, as monoculturas e o uso de insumos industriais como forma de aumentar a produção e a produtividade. (SILVA, 2009, p. 62-63)

Nesse sentido pode-se considerar que, mesmo sem o saber, os técnicos que elaboravam e implantavam esses projetos de desenvolvimento o faziam tencionando que as comunidades ditas “atrasadas” estreitassem e ampliassem seus pontos de contato com a sociedade e os mercados envolventes a partir de formas de relacionamento “mais modernas”, uma vez que essas sociedades e mercados já estavam em adiantado estado de “modernização”. (SILVA, 2009, p. 65-73)

Atendiam-se assim as demandas do processo de reprodução do capital e não aos interesses específicos daquelas comunidades. Tanto os projetos implantados nas sociedades indígenas Xavante e Bororo quanto aqueles destinados as comunidades tradicionais surgiam como uma maneira de adequá-las ao projeto de desenvolvimento global da sociedade então em andamento. (PINTO et alli, li, 2002, p. 56-57; SERPA, 1998, p. 2; MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 93)

De fato, por volta da década de 1980, a cidade de Cuiabá está experimentando um grande crescimento demográfico, pois, sendo a capital do estado, polarizava o

desenvolvimento econômico e o crescimento populacional com efeito imediato no crescimento do mercado de consumo e ao mesmo tempo considerável aumento no número de pessoas que ao invés de cultivarem seus alimentos dependiam da produção de outrem.

Assim sendo, a produção oriunda das comunidades rurais da Baixada Cuiabana, que tinha sido por décadas suficientes para atender a demanda da capital, deixou de atender de maneira satisfatória as necessidades de consumo alimentar da população crescente levando esta a induzir processos de modernização das comunidades do entorno a fim de que estas pudessem se adequar a nova realidade econômica e social. É por isso que o pensamento desenvolvimentista tinha naturalmente que ignorar todas as outras dimensões do conceito de desenvolvimento em função das necessidades que estavam sendo continuamente criadas pela lógica de acumulação do capital no campo e de urbanização das cidades. “Assim, ninguém, ou quase ninguém, se detém para se perguntar: o que é o ‘desenvolvimento’, por que o ‘desenvolvimento’ ‘desenvolvimento’ de que e em direção a que?”. (CASTORIADIS, 1987, p. 140)

Embora esses questionamentos não tenham sido respondidos, sequer colocados, o fato é que o “desenvolvimento” se apresentou no processo brasileiro de evolução das ideias econômicas como uma verdadeira ideologia. Segundo Ricardo Bielschowsky (2009), o conceito chave para se compreender esse sistema de ideias é o de *desenvolvimentismo*, ou uma ideologia de transformação da sociedade brasileira definida por um projeto econômico fundado nos seguintes postulados:

A industrialização integral é o caminho para superar a pobreza e o subdesenvolvimento no Brasil. Não há possibilidade de conquistar uma industrialização suficiente e racional do país mediante o jogo espontâneo das forças de mercado, e por isso é necessário que o Estado planifique o processo. O planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos para promover essa expansão. O Estado deve, ainda, orientar a expansão, captando e fornecendo recursos financeiros, e realizando investimentos diretos naqueles setores nos quais a iniciativa privada é insuficiente. (BIELSCHOWSKY, 2009, p. 24)

Segundo o autor, este conceito de desenvolvimentismo poderia ser subdividido em três variantes principais, de acordo com a ênfase que cada um daria em cada uma das fontes de financiamento e direcionamento do processo de desenvolvimento: o Estado, o capital privado nacional e o capital internacional. Assim, ainda que cada uma das correntes do espectro político tenha defendido uma concepção particular de

desenvolvimento, praticamente todas as forças atuantes eram unânimes em aceitar a necessidade de desenvolvimento como um fato em si, que não poderia ser questionado. (BIELSCHOWSKY, 2009, p. 24)

Nesse sentido, como a maior parte do processo de desenvolvimento do nacional se deu em condições autoritárias – primeiro na Era Vargas e, depois, durante o regime militar iniciado em 1964 – a concepção de desenvolvimento e desenvolvimentismo que prevaleceu foi aquela centrada no Estado como principal financiador e orientador do desenvolvimento, tendo como aliado principal o capital financeiro internacional e depois o grande capital privado nacional. (BIELSCHOWSKY, 2009, p. 24-25)

Um passo importante na implantação do novo modelo de desenvolvimento foi a constituição do aparato legal-institucional que deu suporte a nova etapa de colonização do Planalto Central e Amazônia. Pode-se dizer que esses dois processos ocorreram simultaneamente, às vezes um influenciando o outro.

Assim, na medida em que iam chegando os novos colonos, grande parte em correntes espontâneas; as instituições governamentais eram criadas ou então iam definindo os contornos legais do que resultaria na efetiva colonização agroindustrial anos mais tarde.

Do ponto de vista institucional, um dos marcos legais foi o Decreto-Lei nº 60.079, de 16 de janeiro de 1967, que aprovou o Regulamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Este Decreto regulamentava a aplicação de diversas leis, tais como a 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispunha sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e extinguiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). (BRASIL, Decreto lei 60.079 de 16 de janeiro de 1967)

Este Decreto também criava a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); a Lei 5.122, de 28 de setembro de 1966, que dispôs sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S.A. (BASA) e a Lei 5.174, de 27 de outubro de 1966, que dispunha sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica. (BRASIL, Decreto-lei 60.079, de 16 de janeiro de 1967)

Este Regulamento Geral também disciplinava o disposto na Lei 5.173/66 a respeito da Amazônia Legal, que passaria a compreender os estados do Acre, Pará e Amazonas, os territórios federais do Amapá, Roraima e Rondônia e, ainda, áreas do

estado do Mato Grosso, ao norte do paralelo de 16°, do estado de Goiás, ao norte do paralelo de 13°, e do estado do Maranhão, a oeste do meridiano de 44°. ³⁵

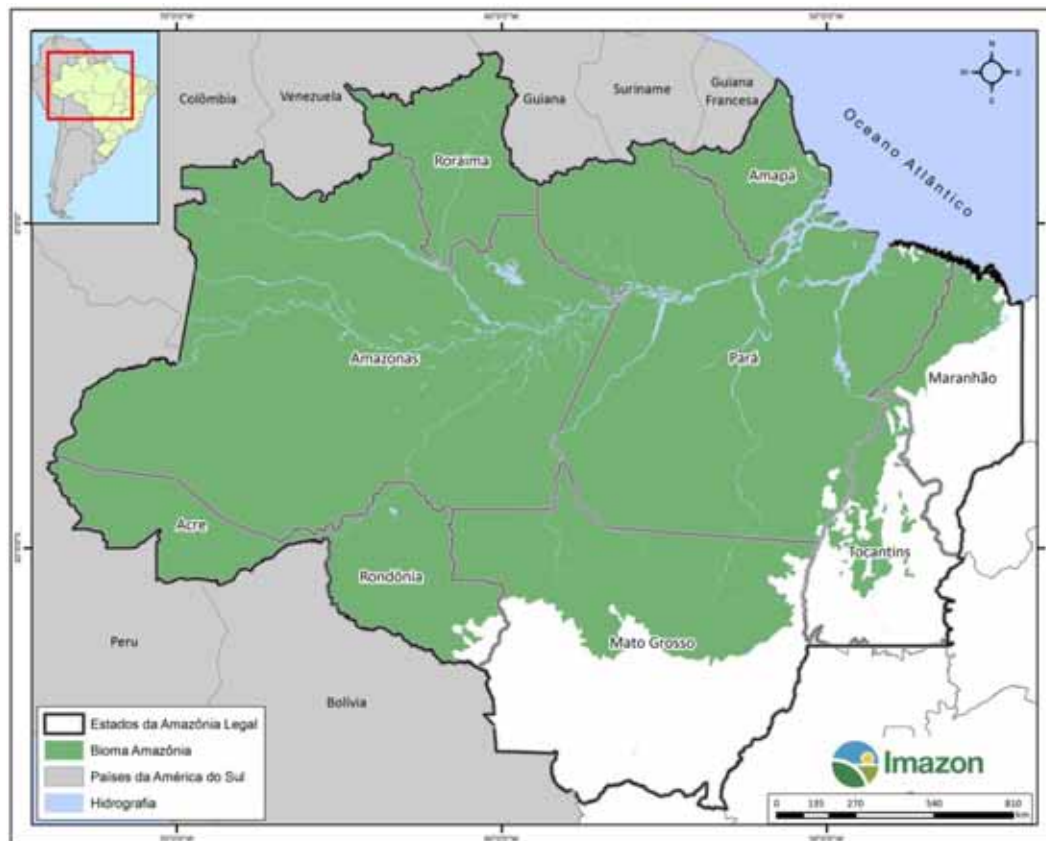


ILUSTRAÇÃO 38 – Mapa da Amazônia Legal

Fonte: INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZON). 2011.

Disponível em: <http://www.imazon.org.br/mapas/amazonia-legal/image_view_fullscreen>

³⁵ A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W), perfazendo 5,0 milhões de km². Nela residem 56% da população indígena brasileira. O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resumem ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos. Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. Conferir: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28&Itemid=23>

A partir da década de 1970, as articulações institucionais passariam pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento. O I PND - Plano Nacional de Desenvolvimento foi instituído pela Lei nº 5.727 de novembro de 1971. Estabeleciam-se como metas a manutenção do país na lista dos 10 de maior Produto Interno Bruto (PIB); a mudança da nona para a oitava posição e a ultrapassagem da barreira dos 500 dólares de renda *per capita* em 1974. Para atingir essas metas foram estabelecidos 10 objetivos, entre os quais estava uma “Estratégia Regional para efetivar a Integração Nacional”:

Ao mesmo tempo em que se consolida o núcleo desenvolvido do Centro-Sul, até com a criação de regiões metropolitanas, controle da poluição e construção da estrutura integrada de Indústria e Tecnologia, implantar-se-ão novos polos regionais, notadamente o agroindustrial do Sul, o industrial-agrícola do Nordeste e o agropecuário do Planalto Central e da Amazônia. (BRASIL, 1971, p. 9)

A integração do espaço econômico e social do país foi pensada e executada durante o regime militar a partir da síntese descrita acima. Isso não apenas privilegiava as desigualdades regionais historicamente consolidadas, como também relegava as novas fronteiras que seriam abertas em Mato Grosso o papel de periferia do Centro-Sul. Esta expansão econômica deveria se expressar como “Integração Nacional”, unificando as novas fronteiras ao território nacional e ao mesmo possibilitando o crescimento econômico global, além de consolidar o país como exportador de produtos agrícolas e minerais. (BRASIL, 1971, p. 9)

Dentro deste novo modelo de desenvolvimento a agropecuária seria central na modernização das relações produtivas. Pretendia-se “transformar o Brasil numa nação plenamente desenvolvida no espaço de uma geração”, através da criação de uma “economia moderna, competitiva e dinâmica, realizando uma democracia econômica, social, racial e política”. (BRASIL 1971, p. 14)

E aqui se estabelece um profundo corte entre o que aparentemente se buscava e o que de fato se estava construindo. Isto porque sendo adotado um modelo de modernização que privilegiava os grandes empreendimentos industriais e agroindustriais a tendência seria não apenas manter, mas ampliar e aprofundar as desigualdades regionais, econômicas, sociais e raciais.

Por outro lado, as ideias desse modelo de desenvolvimento ganharam uma substância maior no II PND, que pode ser considerado o auge do planejamento econômico e social do regime militar e a consolidação de todo o histórico do

pensamento desenvolvimentista nacional – pelo menos naquela concepção de desenvolvimentismo que privilegiava o Estado financiador em parceria com o grande capital internacional e o capital privado nacional.

Aprovado pela Lei 6.151, de 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento assumiu completamente a ideia de que o Brasil era uma “potência emergente” e que a tarefa central do regime militar no âmbito do planejamento e desenvolvimento nacional seria a de “cobrir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento”, assumindo a tarefa imediata de “desenvolver novas frentes no Nordeste, na Amazônia e no Centro-Oeste”. (BRASIL 1971, p. 10-11)

Os objetivos do I PND tinham sido cumpridos com a antecedência de um ano e avaliava-se que o país estava “entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento”, situação que era expressa nos contrastes e distorções apontados: uma economia vulnerável no Nordeste, o intocado continente amazônico, bolsões de pobreza nos grandes centros do Centro-Sul e o “imenso vazio” do Planalto Central. Para superar essa dicotomia entre os dois brasis, exigia-se desenvolvimento acelerado. (BRASIL 1971, p. 15-16)

No campo industrial pretendia-se enfatizar as indústrias básicas nos setores de bens de capital, eletrônica pesada e insumos básicos. A política de substituição de importações e ampliação das exportações seria viabilizada com a modernização do setor agropecuário:

A agropecuária, que vem tendo em geral bom desempenho é chamada a cumprir um novo papel no desenvolvimento brasileiro, com contribuição muito mais significativa para o crescimento do PIB e mostrando ser o Brasil **capaz de realizar sua vocação de supridor mundial de alimentos e matérias-primas agrícolas, com ou sem elaboração industrial.** (...) Na integração com a economia mundial, ganha mais importância a conquista de mercados externos, principalmente para manufaturados e produtos primários não tradicionais (agrícolas e minerais). (BRASIL, 1975, p. 10-14) (grifo nosso)

O Estado seria o agente preferencial do financiamento, responsável pela montagem da infraestrutura e garantidor do ambiente seguro para que a iniciativa privada gerenciasse o modelo:

Na indústria, conseqüentemente, a orientação é deixar com a iniciativa privada a função de investir e produzir, com rentabilidade adequada. Só haverá projetos sob controle de empresas governamentais se, na prática a iniciativa privada, claramente, demonstrar que não pode ou não deseja realizá-los (por motivos ligados ao volume de investimentos, à baixa rentabilidade direta dos projetos ou à tecnologia). (...) Mesmo que tenham de assumir o comando de certos projetos, procurarão normalmente as empresas do governo associar-se ao setor privado utilizador do insumo a produzir e, sempre que possível, em oportunidade futura, passar a iniciativa as mãos de empresários. (BRASIL, 1975, p. 24)

Essa modernização industrial e agropecuária completava-se com a estratégia de “integração nacional e ocupação do universo brasileiro”. Aliás, tanto a consolidação e expansão industrial do Centro-Sul quanto a modernização agropecuária se viabilizariam na e pela abertura de novas frentes de atuação, de novos espaços econômicos que seriam integrados a economia e sociedade brasileiras:

O que se procurou foi, desde logo, criar um novo e poderoso polo de desenvolvimento através da fusão Guanabara-Estado do Rio de Janeiro, para que, no núcleo desenvolvido do país, melhor equilíbrio econômico-geográfico se estabeleça no triângulo São Paulo-Rio-Belo Horizonte. Ao lado disso, o que se afigura prioritário, em matéria de divisão territorial, é considerar um ou dois pontos importantes da ocupação do subcontinente Amazônia-Centro-Oeste, **com atenção especial à situação de Mato Grosso**. (BRASIL 1975, p. 46) (grifo nosso)

Essa estratégia seria conjugada com uma Política Nacional de População. Partia-se do pressuposto que sendo o Brasil um país “subpovoado em relação à disponibilidade de terra e outros recursos naturais”, teria o direito de “deixar que sua população continue crescendo a taxas razoáveis, para efetivar o seu potencial de desenvolvimento e dimensão econômica”. (BRASIL, 1975, p. 46)

A ocupação da Amazônia e do Planalto Central representariam uma “significativa contribuição do Brasil à redução da escassez mundial de alimentos, minerais e outras matérias primas”, que seria realizada “**sem uso excessivo do fator capital, já que a expansão da fronteira seria facilitada pelo amplo uso de mão-de-obra**”. (BRASIL, 1975, p. 46-47) (grifo nosso)

A configuração de Mato Grosso como uma região integrada de forma subordinada a indústria e agroindústria do Centro-Sul, portanto, como uma periferia de

uma periferia, foi estruturada a partir dessas políticas governamentais de integração hierárquica e modernização conservadora:

A estratégia nacional considera o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste dentro da política global, que vê em conjunto essas três regiões, no fluxo de fatores de produção entre si (para melhor combinação de mão-de-obra, terra e outros recursos naturais), ou no fluxo de produtos, atendendo certos segmentos da indústria do Nordeste a áreas próximas das outras regiões (para ampliação de mercado). (BRASIL, 1975, p. 48)

Nesse sentido, o regime militar trabalhava para integrar o Brasil de forma subordinada aos países centrais da economia-mundo, situando-o como exportador de produtos primários agrícolas e minerais, assim como de produtos manufaturados. Ao mesmo tempo, realizava no âmbito interno a “integração nacional” hierarquizando as economias regionais: uma região industrializada exportadora de capitais, tecnologias e mercadorias elaboradas conectada com regiões configuradas como fronteiras agrícolas, importadoras daqueles insumos e produtoras de matérias-primas:

Tal política, igualmente, leva em conta as relações de tais macrorregiões com o Centro-Sul do ponto de vista principalmente do fluxo de mercadorias, num sentido e outro, e do fluxo de capitais e tecnologias, do Centro-Sul para as outras áreas. (BRASIL, 1975, p. 48)

Organizava-se um fluxo desigual e hierarquizado de mercadorias e capitais. Esse esforço de desenvolvimento regional e colonização foram viabilizados por uma série de programas setoriais, tais como PIN, PROTERRA, POLOAMAZÔNIA, Corredores de Exportação, Áreas Integradas do Nordeste e outros. Parte deles não saiu do papel ou foi mal conduzida. Mas, no caso de Mato Grosso a *atenção especial* mencionada no II PND se constituiu em um marco divisório entre duas épocas históricas. De acordo com Kastrup, os programas federais em Mato Grosso são o marco de duas épocas:

O Brasil de 1963. Caos. Subversão da hierarquia em todos os níveis, inflação chegando a índices jamais alcançados, greves dos transportes, dos bancários, dos operários, dos estudantes, passeatas de protesto. Mato Grosso era um reflexo desse estado de coisas no que se refere à atuação do Governo Federal na sua área: realizações só com meios e recursos estaduais, intensa agitação na região Sul, ausência de planos e programas de ação integrada União-estado. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 3)

Após as ações do regime militar:

Brasil de 1973. Respeito à autoridade constituída, inflação controlada, austeridade dos dirigentes supremos, tranquilidade no meio estudantil e operário, Prodoeste, PIN, Sudam, Proterra, Corredores de Exportação, Probor, SUDENE, Sudeco, Sudesul, Sistema Nacional de Planejamento, Orçamento Programa, Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, desenvolvimento da educação, Perimetral Norte, Transamazônica, Vias Expressas, Provale, Ponte Rio-Niterói, perfeito entrosamento entre os órgãos federais, estaduais e municipais. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 3)

Mato Grosso foi privilegiado na concessão de investimentos públicos que totalizavam um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros. A seguir uma descrição dos programas federais em Mato Grosso:

Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste). Criado pelo Decreto Lei 1192/71 pretendia estimular o desenvolvimento em Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal com a implantação de estradas vicinais e rodovias. Em Mato Grosso beneficiou as regiões de Rondonópolis, Dourados, Cáceres, Corumbá e Paranaíta. De acordo com Gislaene Moreno (2007), além da construção de rodovias e estradas vicinais, “o Prodoeste viabilizou também obras de infraestrutura rural, como a instalação de frigoríficos, expansão da rede armazenadora, saneamento básico e de eletrificação”. (MORENO, 2005, p. 40)

Especificamente para a região de Rondonópolis, a importância do Prodoeste é resumida por Carmelita Cury:

O lançamento do Prodoeste se compara com os melhores momentos da história brasileira. Vai integrar pela justiça social o que ainda está separado, dentro do processo de valorização do homem e da terra, que são os elementos básicos da nacionalidade. Uma das partes mais elogiadas no decreto que instituiu o Prodoeste é referente a silos, armazéns e frigoríficos, principalmente porque plantadores de Cáceres e Rondonópolis tiveram que amontoar suas safras em praças públicas na última colheita e depois cobri-las com lonas, por falta de depósito até que os transportadores do produto dessem cabo da parte destinada ao escoamento para outros centros consumidores. (CURY, 1973, p. 188)

O Prodoeste articulou-se com o **Programa de Integração Nacional (PIN)**. Criado pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, para financiar obras de

infraestrutura como a abertura de rodovias federais ao longo das quais seriam implantados assentamentos de reforma agrária. Não por outro motivo o programa levava o nome de “Integração Nacional” que era uma das grandes metas dos governos militares da época.

Sob este conceito abrigava-se a ideia central de que os assim chamados “espaços vazios” do Centro-Oeste e da Amazônia deveriam ser integrados ao espaço socioeconômico brasileiro, para evitar que fossem ocupados por grupos e/ou países estrangeiros. A “integração nacional” resolveria dois problemas da época: os conflitos fundiários e tensões sociais nas regiões do Nordeste e do Sul do Brasil; assim como a necessidade de se desviar as correntes migratórias que saíam do Nordeste em direção ao Centro-Sul para a região amazônica. (BRASIL, 1975, p. 46-50)

Assim, cumpririam também os objetivos do II PND de juntar os “homens sem terra” do Nordeste com a “terra sem homens” da Amazônia. No âmbito do PIN destacavam-se a construção de dois grandes eixos rodoviários: a Transamazônica, que deveria fazer a ligação entre o Nordeste e a Amazônia; e a Cuiabá-Santarém, que completaria a ligação entre as regiões Sul e Norte do Brasil. Previam-se a implantação de grandes projetos de reforma agrária ao longo dessas rodovias:

Em seguida o PIN foi ampliado, tornando-se um complexo projeto de implantação da malha viária na Amazônia Legal, associado à concessão de incentivos fiscais e financeiros para grandes projetos agropecuários e minerais nas áreas de atuação da SUDAM, e de projetos oficiais e particulares de colonização implantados às margens das rodovias. No mesmo ano (1970), o Projeto Radar da Amazônia – Radam, criado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério de Minas e Energia, foi incorporado ao PIN, com o objetivo de realizar o mapeamento dos elementos básicos (solos, vegetação, topografia, etc.) necessários a um planejamento racional para o aproveitamento integrado dos recursos naturais da Amazônia. (MORENO, 2005, p. 39)

Durante a década de 1970 foram implantadas as rodovias federais: BR-163, trecho Cuiabá-Santarém; BR-364, trecho Cuiabá - Porto Velho; BR-070, trecho Rio Araguaia-Cuiabá; BR-080, trecho Rio Araguaia – Cachimbo; BR-158, trecho Barra do Garças– São Félix do Araguaia e a BR-174, trecho Cáceres até a fronteira com Rondônia. (MORENO, 2005, p. 39-40)

Além desses dois programas, outros três também tiveram um grande impacto no processo de desenvolvimento:

Probor – Programa de Incentivos à Produção de Borracha Vegetal, .
Instituído pelo Decreto Lei 1232/72, tinha por objetivo “oferecer aos interessados os instrumentos indispensáveis: crédito adequado e assistência técnica permanente que assegurem a revitalização e maior aproveitamento da riqueza representada pela seringueira”. (KASTRUP, 1973, p. 51)

O Proterra – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, criado pelo Decreto Lei 1179/71, tinha como objetivo “promover o mais fácil acesso do homem a terra e criar melhores condições de emprego agroindustriais nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE”. (KASTRUP, 1973, p. 47)

O Corexport – Corredores de Exportação, criado pelo Decreto Lei 5727/71, tinha como objetivo “aumentar e diversificar a exportação de excedentes de produtos agropecuários, modernizar a economia pela formação de uma infraestrutura de produção e comercialização desses produtos e dilatar a faixa de consumo do mercado interno”. (KASTRUP, 1973, p. 10-11)

Além destes, um dos mais importantes para conquista do Cerrado foi o **Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro)**. Instituído pelo Decreto Lei 75.320/75 tinha por finalidade “promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do oeste do Estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características de cerrado e seu aproveitamento em escala empresarial”. (BRASIL, Decreto-Lei 75.320/75)

O Polocentro pretendia incorporar ao processo produtivo da agropecuária, no período 1975/1979, cerca de 3,7 milhões de hectares de cerrados, dos quais 1,8 milhão com lavouras, 1,2 milhão com pecuária e 0,7 milhão com florestamento-reflorestamento. As principais culturas implantadas seriam arroz, soja, milho, algodão, amendoim e abacaxi. (BRASIL, Decreto-Lei 75.320/75)

Haveria investimentos em pesquisa e experimentação agropecuária; serviços mecanizados de natureza agrícola, projetos de florestamento-reflorestamento; construção de estradas de acesso dentro das propriedades rurais; construção de estradas vicinais; eletrificação rural; silos, armazéns, máquinas de beneficiamento e industrialização da produção; sistema de comercialização da produção; produção

regional de calcário agrícola e de outros insumos agropecuários e regularização fundiária. (BRASIL, Decreto-Lei 75.320/75)

O Polocentro deveria abranger 12 áreas de Cerrados, que seriam consideradas prioritárias na sua implantação. A área total corresponderia a uma extensão aproximada de 10 milhões de hectares. No quinquênio 1975/1979 seriam incorporados três milhões de hectares com lavouras e pecuária. No Cerrado mato-grossense as áreas privilegiadas eram: 75 mil hectares em Xavantina e 275 mil no Parecis. (BRASIL. Decreto-Lei 75.320/75)

Este novo surto de desenvolvimento econômico começaria a partir dos anos 1970, com a implantação em Mato Grosso dos programas federais. Segundo a “Síntese dos Estudos da Dinâmica Econômica”,³⁶ “efetivado no processo de construção do zoneamento socioeconômico e ambiental do Estado, na criação do espaço econômico contemporâneo de Mato Grosso os anos 1970 são um marco significativo”:

Foi somente a partir deste período que houve uma intervenção decisiva, planejada e articulada do Estado Nacional, com objetivo de ocupar o Centro-Oeste e a Amazônia. Data dessa época a criação das condições efetivas para “a apropriação do espaço pelo capital e - além disso - para sua transformação em espaço econômico integrado ao movimento dominante da produção/reprodução do capital nacional/internacional. (MATO GROSSO/SEPLAN, 2001, p. 14-15)

Graças a essas medidas, articuladas com outras dos governos municipais e estadual, é que foi feita a “integração aos mercados”, a “apropriação privada da terra”, a “reserva de mão-de-obra” e a “política contemporânea de subsídios diretos e indiretos”; resultando no *desenvolvimento* atual da região: “a partir da década de 1980, consolidada a apropriação do espaço físico e social pelo capital, é que efetivamente se configura uma região, delimitada política, social e economicamente no cenário nacional e uma economia do Estado de Mato Grosso”. (MATO GROSSO/SEPLAN, 2001, p. 14-15)

³⁶MATO GROSSO/SEPLAN. Projeto de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso – PRODEAGRO. Zoneamento Socioeconômico-ecológico: Diagnóstico Socioeconômico-ecológico do Estado de Mato Grosso e Assistência Técnica na Formulação da 2ª Aproximação/Principais Atividades Econômicas Por Setor e Processo Histórico de Ocupação – Parte I. Cuiabá, 2001.

5.2 - A Pesquisa Agropecuária e o Apagamento dos Conhecimentos Tradicionais na Conquista do Cerrado

Fica claro que Mato Grosso foi configurado como uma região subordinada à lógica nacional e internacional de acumulação do capital através de um conjunto de medidas que se baseava em um determinado conceito de desenvolvimento. É importante notar que a discussão sobre o modelo de desenvolvimento adotado quase nunca é associada aos discursos sobre o *desenvolvimento*.

Nesse sentido, Rodolfo Stavenhagen (1984) chama atenção para o fato de não existir ciência social independente de valores. Ao se indagar sobre os valores estariam implícitos ou explícitos no uso ou na ausência de uso nas reflexões sobre a natureza do desenvolvimento ele demonstra que aqueles valores relacionados com as experiências sociais, econômicas e culturais dos povos indígenas e comunidades tradicionais estiveram sempre ausentes das conceituações e práticas desenvolvimentistas empregadas nas últimas décadas. (STAVENHAGEN, 1984, p. 11)

O silêncio do Estado e das elites dirigentes – entre estas a elite científica – sobre os saberes nativos e tradicionais tem sido acompanhado do estabelecimento de um corpo de conhecimentos científicos vinculados à lógica capitalista de apropriação da natureza, que passa a ser vista apenas como “terra”.

Consequentemente tanto os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimentismo quanto suas contrapartidas indesejáveis – o *subdesenvolvimento* e o estado *em vias de desenvolvimento* – implícita ou explicitamente diziam respeito aos modelos oriundos de uma forma particular de desenvolvimento econômico e social – portanto histórica – aplicada às sociedades europeias modernas ou às suas colônias, respectivamente. Era – e ainda é – natural que os ditos países ou regiões subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento estabelecessem como meta a ser alcançada por suas sociedades os modelos de desenvolvimento e de sociedade que estavam em andamento nos ditos países industrializados ou “desenvolvidos”. A medida do progresso era então obtida colocando-se os países em uma escala, “classificados numa hierarquia de acordo com seu desempenho, como atletas numa pista, orientando a distribuição ou suspensão dos recursos das agências internacionais de financiamento e ajuda”. (STAVENHAGEN, 1984, p. 14)

Do que se pode inferir que o modelo de desenvolvimento adotado durante o regime militar e continuado nos governos civis que o sucederam estava claramente

identificado com o ideal de se perseguir o mesmo padrão social, econômico e cultural dos ditos *países desenvolvidos*.

É por isto que ao contrário de concentrar esforços no sentido de produzir os bens essenciais necessários à elevação do padrão de vida dos mais pobres, a elite governante, a elite científica e a elite econômica se articularam para vincular o desenvolvimento nacional ao sistema produtivo global, adotando a política de explorar as “vantagens comparativas” inserindo o país no sistema mundial como produtor de bens primários, notadamente produtos agrícolas e minerais não transformados.

Pode-se afirmar que neste momento histórico essas classes dirigentes optaram por reinserir o país no contexto global de forma subordinada. É por isso que o termo “modernização conservadora da agricultura” representa, de fato, a atualização histórica da mesma lógica que vem sendo aplicada desde o estabelecimento do Antigo Sistema Colonial. (BRASIL, 1975, p. 32-36)

Conforme já observado por Caio Prado Junior (1979), Fernando Novais (1979) e Boris Fausto (2002), tanto a dinâmica do Antigo Sistema Colonial quanto o sentido da colonização se apoiavam no fato do Brasil ter surgido na história como uma colônia cujo sentido básico seria o de fornecer ao comércio europeu gêneros alimentícios e minérios de grande importância.

O incentivo à grande empresa comercial agroexportadora é o princípio da consolidação da colonização portuguesa na América. E para que esta diretriz fosse atendida seria necessário relegar a pequena produção a um papel secundário ou quase inexistente e optar pela grande propriedade monocultora fundada no trabalho escravo, primeiramente do indígena e depois do negro.

Conforme demonstrado linhas atrás, o modelo de desenvolvimento adotado durante as décadas de 1970 e 1980 também se baseou no tripé grande propriedade rural, monocultura e trabalho barato. Embora a norma de controle do trabalho não fosse mais a escravidão pura e simples, foi o “trabalho análogo à escravidão” e o trabalho barato – principalmente nordestino – que foi usado para abertura das novas frentes de expansão do capital no Cerrado. É por isso que antes de adotar uma abordagem endógena de um desenvolvimento alternativo fundado no estímulo a uma agropecuária diversificada em todos os sentidos – respeitando a variedade de experiências na apropriação do território, a diversidade na produção e a ênfase no consumo interno –, buscou-se orientar a modernização conservadora, privilegiando as exportações, a grande propriedade privada e a monocultura. (BRASIL, 1975, p. 32-36)

Como parte do processo de exploração das vantagens internacionais comparativas e da inserção brasileira na divisão internacional do trabalho o modelo de desenvolvimento adotado necessitou desprezar as tradições culturais existentes nesta diversidade de modos de produzir já enumeradas. Assim, os conhecimentos indígenas e tradicionais foram rejeitados, pois significaram, *a priori*, obstáculos ao desenvolvimento – lido aqui como acumulação e reprodução do capital.

Embora um dos dogmas mais caros à ciência moderna seja exatamente o de existir independentemente de valores subjetivos, é um fato notório que ao longo de sua constituição histórica elas têm atuado como indutoras de transformações sociais, econômicas e políticas. Para as ciências naturais, o discurso sobre sua suposta isenção, objetividade e neutralidade escamoteia sua capacidade de controlar as sociedades e indivíduos através da manipulação do mundo natural.

Também é igualmente verdadeiro que as ciências humanas e sociais, construídas historicamente a partir dos pressupostos filosóficos das ciências naturais, têm cumprido um papel não menos importante de estruturar comportamentos e moldar mecanismos de controle sobre as sociedades e os seres humanos, cujos pressupostos teóricos e metodológicos sustentam e advogam uma determinada ordem estabelecida.

Cornelius Castoriadis chama-nos atenção exatamente para o fato de que as sociedades contemporâneas (capitalistas ou de socialismo real) partiam do pressuposto de que era necessário controlar a natureza para dela extrair a satisfação das necessidades humanas. Não houve, entretanto, nenhum questionamento a respeito de como essas necessidades eram fabricadas em função de sustentar não a sua satisfação, mas o controle sobre os indivíduos a partir do controle sobre a natureza com a qual a sociedade se relacionava. (CASTORIADIS, 1981, p. 20-21)

Parece claro que o controle sobre a natureza apoia o controle sobre os indivíduos, ou se parte do controle sobre a natureza para se controlar os indivíduos. Além desses mecanismos de controle e como forma de reforçá-los é que se situa o conhecimento, a técnica, as diversas ciências que a partir de então acompanham, orientam, estimulam e justificam as relações sociais supostamente destinadas a satisfação das necessidades humanas. (CASTORIADIS, 1981, p. 23-25)

Nesse sentido, ao se abordar a importância que os conhecimentos científicos e a tecnologia assumem no processo de colonização do Cerrado é importante frisar que tanto o conjunto de conhecimentos quanto a tecnologia científica aplicada a este processo foram construídos sob a perspectiva da acumulação e reprodução do capital e

em último caso são usados especificamente para este fim. É por isso que este modelo de desenvolvimento necessita separar arbitrariamente e antagonicamente o desenvolvimento econômico do desenvolvimento humano e estes dos processos naturais. Quando instrumentalizada pelo capital, a ciência assume sob o manto da neutralidade o papel de separar arbitrariamente o que até então tinha sido uma única dimensão da existência: a natureza, a sociedade e a economia.

Neste caso, a ciência se constitui como uma maneira de se manipular a natureza em função de se aprimorar a acumulação e a reprodução do capital em detrimento da natureza e da humanidade. É sintomático que praticamente toda a comunidade científica tenha solenemente ignorado que o Cerrado, ao contrário de ser um amplo espaço vazio, era uma paisagem culturalizada por milhares de anos de interação com as sociedades dos primeiros colonizadores.

Enquanto poucos, como Darrell A. Posey (1984) tentavam estabelecer pontes de contato entre os conhecimentos nativos e os novos conhecimentos que se formavam, a maior parte dos estudiosos optou por desprezar os conhecimentos produzidos pelos milhares de anos de ocupação indígena e tradicional sobre o Cerrado. (POSEY, 1984, p. 36-41)

Esse desprezo pelos povos e conhecimentos indígenas e/ou tradicionais acumulados por milênios de ocupação sustentável aparece como uma consequência natural do processo de implantação do desenvolvimento capitalista na região exatamente porque essa modalidade de desenvolvimento possui a necessidade intrínseca de destruir e/ou ignorar todos, sociedades, conhecimentos e processos culturais que não podem ser assimilados pelo capital e cuja simples existência é uma ameaça ao processo de acumulação e reprodução deste capital. (POSEY, 1984, p. 37)

Enrique Leff (2000) observa que toda organização cultural é um complexo sistema de valores, ideologias e significados, de práticas produtivas e estilos de vida que se desenvolvem ao longo da história em diferentes contextos geográficos e ecológicos. Isso implica que em cada sociedade o modo de vida e o sistema agroecológico preponderante exijam e mobilizem um tipo específico de concepção sobre o ambiente, sobre a sociedade e os seres humanos. (LEFF, 2000, p. 58)

No caso das sociedades indígenas e tradicionais tem ocorrido o seguinte processo:

Las condiciones ecológicas y culturales de la sustentabilidad se han incorporado en las prácticas productivas de las sociedades tradicionales, y se reflejan tanto en sus formaciones simbólicas como en sus instrumentos tecnológicos, configurados en largos procesos de coevolución con la naturaleza, de la transformación ambiental y asimilación cultural. Las prácticas productivas fundadas en la simbolización cultural del ambiente, en creencias religiosas y en significados sociales asignados a la naturaleza, han generado diferentes formas de percepción y apropiación, reglas sociales de acceso y uso, prácticas de gestión de ecosistemas y patrones de producción y consumo de recursos. (LEFF, 2000, p. 58)

A questão é que tais concepções sobre a unidade entre economia, modo de vida e cultura (neste caso específico a cultura cumpre o papel análogo ao da ciência nas sociedades ocidentais modernas) sejam vistas com naturalidade na observação das sociedades indígenas e tradicionais, o mesmo parece não ocorrer com frequência quando se analisam as sociedades capitalistas modernas.

Note-se como uma das primeiras exigências da ciência econômica é que os fatos econômicos sejam analisados fora do contexto social e humano. Não por acaso, foi exatamente na época em que esta concepção de desenvolvimento se encontrava no auge que o general Emilio Garrastazu Médici disse a célebre frase: “A economia vai bem e o povo vai mal”. (REVISTA VISÃO, 1974, p. 47)

Assim, a dissociação entre economia, natureza e sociedade é apenas um artifício conceitual para se frisar a “neutralidade” da ciência econômica quando esta de fato está orientada não para a satisfação das necessidades básicas da sociedade com respeito ao ambiente natural, mas para que a predação dos ambientes naturais e a espoliação da maioria da sociedade resulte em acumulação e reprodução de capital.

É graças a essa separação arbitrária de campos que estão na realidade unidos que se pode perder de vista que também para as sociedades capitalistas modernas vale a premissa de que em todas as sociedades as práticas produtivas, os conhecimentos sobre a natureza e os instrumentos tecnológicos estejam umbilicalmente ligados aos processos culturais.

Pode-se retomar aqui a afirmação de Worster (2003) de que os seres humanos e suas sociedades estão sempre formulando mapas mentais, noções abstratas sobre o que é a natureza, de como ela deve ser encarada e apropriada pelas mãos humanas. Contudo, é preciso lembrar também que segundo ele a produção capitalista na agricultura “significa algo mais amplo do que os Marxistas queriam dizer quando usavam a expressão”. (WORSTER, 2003, p. 33)

Como se sabe, o foco dos marxistas sempre foram as relações humanas no contexto da produção e, por isso, destacam a compra e a venda da força de trabalho como mercadoria. Este não é o caso da análise proposta por Worster, ao considerar os sistemas agroecológicos capitalistas:

Em minha opinião, a compra da força-de-trabalho é um aspecto muito estreito para abarcar um modo de produção tão amplo, multifacetado e mutante como o capitalismo, mesmo considerado em termos meramente humanos. (...) A fim de definir o capitalismo mais adequadamente, alguns estenderam o conceito a qualquer forma de trabalho, tecnologia ou técnica para a produção de mercadorias para venda no mercado. (WORSTER, 2003, p. 33)

Para ele, a abordagem da história ambiental deve considerar primeiramente a forma como o capitalismo encara a natureza e reorganiza as relações ambientais de produção. Assim, o sistema agroecológico capitalista ocorre quando um determinado grupo social promove a reorganização de um ecossistema tendo em vista atingir a máxima eficiência da produção para o mercado e não para o sustento das necessidades alimentares dos produtores diretos. Esta é a questão central, já que para que um sistema agroecológico se estruture como capitalista, a primeira atitude é considerar um ecossistema apenas como “terra”, submetendo-o a um “mercado de terras”, onde todas as forças e processos naturais que compõem o ecossistema agora transformado em sistema agroecológico passem a ser encarados apenas como meio para produção ou acumulação de capital:

Todas as forças e interações complexas, seres e processos que designamos como “natureza” (às vezes até elevada ao *status* honorífico de uma “Natureza” capitalizada), foram reduzidas a uma simplificada abstração, “terra”. Embora não seja verdadeiramente uma mercadoria no sentido comum do termo, isto é, algo produzido pela força-de-trabalho humana para a venda no mercado, a terra tornou-se “mercantilizada”; ela veio a ser considerada como se fosse uma mercadoria e, por essa maneira de pensar, foi disponibilizada para ser comercializada sem restrição. (WORSTER, 2003, p. 34)

É a partir deste ponto que ele marca o surgimento da monocultura capitalista, que é um tipo específico de sistema agroecológico altamente especializado na produção de um único item agrícola. Se do ponto de vista da ciência econômica pura e simples a monocultura se apresenta como o tipo mais adequado para se alcançar a eficiência máxima da produção agrícola voltada para o mercado, ela é também o modo mais

destrutivo e pernicioso tanto para os processos ambientais quanto para a organização social. (WORSTER, 2003, p. 36)

Worster notou que ambientalmente a monocultura representa uma forte tendência em direção à simplificação radical da ordem natural da quantidade e variedade de espécies encontradas em uma determinada área. O mesmo pode ser dito em relação à diversidade de sistemas agroecológicos que antecedem a implantação dos sistemas de monocultivo. (WORSTER, 2003, p. 36)

Conforme já foi apresentado linhas atrás (Capítulos II, III e IV desta tese), os ambientes naturais do Cerrado eram, até por volta dos anos 1970, marcados pela enorme diversidade de espécies vegetais e animais disposta sobre a própria heterogeneidade de formações que compõem o Cerrado. As ocupações humanas também eram diversas e incluíam desde grupos indígenas e comunidades tradicionais até pequenos agricultores que procuravam manter um relativo equilíbrio com o ambiente natural.

Com o início do processo de colonização do Cerrado pela agroindústria, os ambientes naturais passam a ser encarados simplesmente como “terra”, isto é, como mercadoria e em plataforma para o cultivo de um número cada vez menor de produtos agrícolas para a venda rentável, com base em uma única modalidade de sistema agroecológico. Tais produtores se tornaram em poucos anos verdadeiros especialistas na produção de um único item de exportação sem nada produzirem para seu consumo pessoal e direto.

Mas isto não é tudo: a própria terra evoluiu para um conjunto de instrumentos especializados de produção. O que certa vez havia sido uma comunidade biológica de plantas e animais tão complexa que os cientistas dificilmente poderiam compreender, o que havia sido mudado pelos agricultores tradicionais para um sistema ainda altamente diversificado para a plantação de produtos alimentícios locais e outros materiais, agora se tornou cada vez mais um aparato rigidamente restrito para competir em mercados ampliados para se obter o sucesso econômico. Na linguagem de hoje, nós chamamos este novo tipo de sistema agroecológico de *monocultura*, significando uma parte da natureza que vem sendo reconstituída a ponto de produzir uma única espécie, que está sendo plantada na terra apenas porque em algum lugar há uma forte demanda de mercado por ela. (WORSTER, 2003, p. 35)

Segundo Worster, o capitalismo progressivamente roubou não apenas o trabalhador rural norte-americano, mas igualmente e, ao mesmo tempo, a riqueza do solo em que este habitava.

Que os anos trinta foram um período de grande crise na América, de fato, no mundo, o capitalismo a tempos tem sido um fato óbvio. O Dust Bowl, eu acredito, foi parte da mesma crise. Ela surgiu porque a energia expansionista dos Estados Unidos finalmente encontrou uma terra volátil, marginal, destruindo o delicado equilíbrio ecológico que evoluiu lá. Nós falamos dos agricultores e arados, nas planícies e nos danos que eles fizeram, mas a linguagem é inadequada. O que os trouxe para a região foi um sistema social, um conjunto de valores, uma ordem econômica. Não há uma palavra que resuma esses elementos como a palavra ‘capitalismo’. (WORSTER, 2004, p. 5) (tradução nossa)

O capitalismo é visto, então, como uma maneira de encarar a natureza e a sociedade; como um modo de pensar e de agir; como uma cultura que condiciona e produz um *ethos científico* e que segundo Worster poder ser resumido em três máximas: a natureza pode ser vista como capital; o homem tem o direito e até mesmo a obrigação de usar este capital para seu constante auto aprimoramento; a ordem social deve permitir e encorajar a constante criação de riqueza pessoal baseada na exploração capitalista da natureza. (WORSTER, 2004, p. 5-6) Os pioneiros que primeiramente conquistaram as planícies norte-americanas não o fizeram apenas porque queriam viver naquele local, mas sobretudo porque tencionavam em transformá-lo em dinheiro:

Os pioneiros brancos que vieram para as planícies do sul trouxeram com eles ideias religiosas, a instituição familiar e outras tradições sociais que se opunham ou moderavam (ou reforçavam) esta economia. Mas, em seu comportamento para com a terra, o capitalismo era a principal influência decisiva. Desde o começo da colonização, o camponês tinha a intenção de transformar o terreno em cada vez mais lucrativo. (WORSTER, 2004, p. 6) (tradução nossa)

Não seria exagero, portanto, extrapolar essas conclusões de Worster sobre os pioneiros brancos da Nova Inglaterra, fazendo uma analogia entre eles e os novos colonizadores que passaram a conquistar o Cerrado a partir da década de 1970. Também estes enxergavam o ambiente apenas como “terra” e esta era tomada apenas como uma parte importante do processo de acumulação e reprodução do capital. Sendo assim, era de se esperar que todos os conhecimentos, tecnologias e processos culturais citados anteriormente por Leff e que eram produto de milênios de ocupação sustentável do Cerrado tivessem necessariamente que ser rejeitados para que se estabelecesse um estudo *científico* sobre o Cerrado em bases eminentemente capitalistas.

Os antigos conhecimentos indígenas e tradicionais sobre os processos naturais do Cerrado somente poderiam ser aproveitados por este novo processo de

desenvolvimento se pudessem ser transformados no processo de conquista do espaço natural, ou seja, somente se pudessem deixar de ser parte de uma cultura ancestral para se tornarem igualmente com a *terra* meios de reprodução e acumulação de capital.

Assim, o estudo científico sobre o Cerrado é parte do processo de sua apropriação pelo capital. Em cada momento histórico que a sociedade movimentou-se no sentido de colonizar a região, fez uso de um conjunto de instrumentos culturais que orientou sua ação colonizadora, dando o suporte para que o ambiente fosse apreendido abstratamente em forma de conhecimento o que por sua vez tornou-se o sustentáculo da conquista. As pesquisas de Posey (1984, 1985) sobre o manejo do Cerrado pelos índios Kayapó são um bom ponto de partida para a compreensão de como ocorreu a conquista do Cerrado no âmbito da ciência contemporânea. Ele observou a região da Amazônia Legal quando no local ocorria o mais rápido processo de ocupação de terra de toda a história brasileira.

Paralelamente ao desenvolvimento de suas averiguações, em muitos lugares onde poucos anos antes havia apenas a selva, passaram a ser encontradas fazendas de gado iguais em tamanho a muitos países europeus. Já naquela época ele testemunhou que o efeito imediato dessa expansão agropecuária sobre as áreas de florestas e cerrados seria a extinção de espécies vegetais e animais num ritmo muito superior ao da capacidade de aprendizado dos cientistas. (POSEY, 1984, p. 36) Igualmente, ele notou também que o avanço dos grandes empreendimentos agropecuários sobre as antigas florestas e campos cerrados provocava também o desaparecimento do conhecimento indígena e tradicional sobre estes ambientes, na medida em que as sociedades que os habitavam também tinham suas existências comprometidas. (POSEY, 1984, p. 36-41)

Conforme foi exposto na passagem sobre os sistemas agroecológicos naturais e tradicionais, os primeiros habitantes do Cerrado lograram construir estratégias de sobrevivência baseadas num profundo conhecimento sobre o ambiente natural, o que permitiu o estabelecimento de sociedades verdadeiramente sustentáveis durante vários séculos de ocupação. Assim, cada tribo e cada comunidade eram portadoras de conhecimentos acumulados e aperfeiçoados através dos milênios.

Ele ponderava que se os indígenas tinham vivido durante vários séculos sem causar danos aos ambientes naturais, esses conhecimentos sobre a flora e a fauna “poderiam apontar caminhos para o desenvolvimento da região que não prejudiquem as riquezas e as culturas locais”. (POSEY, 1984, p. 37) Posey pensava que os cientistas

deveriam aproveitar essa oportunidade e basear suas pesquisas nas classificações dos ecossistemas já desenvolvidas pelos indígenas e comunidades tradicionais.

As civilizações do mundo moderno, desenvolvidas nos grandes centros, podem aprender muito com os indígenas. Isso contribuiria para um programa mais racional de utilização dos recursos naturais e à sua preservação para o esperado futuro do Brasil e do mundo. O caminho seria uma ‘ponte’ de intercâmbio, uma forma de estudar, conhecer e avaliar os sistemas indígenas. (POSEY, 1984, p. 37)

Convém lembrar que a coleta de frutos, raízes, sementes e folhas, a caça e a pesca, o plantio de espécies nativas foram atividades aprendidas com os indígenas e se tornaram imprescindíveis para a continuidade da colonização inicial durante os séculos XVIII e XIX. Mais tarde, a sociedade negra-indígena e cabocla sobreviveu ao declínio da mineração porque soube elaborar formas igualmente miscigenadas e sustentáveis de relacionamento com o Cerrado. O mesmo não ocorreu neste novo processo de colonização verificado a partir dos anos 1970, quando esses ambientes já milenarmente ocupados por sociedades indígenas e tradicionais passaram a ser colonizados pela agroindústria. Ao invés dessas pontes de continuidade e contato a que se refere Posey, o que se verificou e tem se verificado é a destruição imediata de ambientes e comunidades como pressuposto primeiro dessa nova etapa colonial.

A agroindústria não encontrou no Cerrado uma cultura geral, uma forma única e generalizada de relacionamento com os ambientes naturais. Cada uma das comunidades ali existentes, de acordo com o tipo de sistema agroecológico que praticava, empreendia um tipo específico de relacionamento com o ambiente natural. O conhecimento sobre a natureza dependia basicamente do tipo de relacionamento em curso.

Como essa nova etapa de colonização começou com o objetivo de reproduzir e acumular capital é em função deste modo de produzir que se tem subordinando todos os outros sistemas agroecológicos, inclusive no âmbito da produção cultural, técnica, científica, de conhecimentos sobre o cerrado. Grosso modo, esse processo de colonização do Cerrado no âmbito do conhecimento científico tem ocorrido de três formas diferentes e associadas: destruição dos conhecimentos tradicionais não assimiláveis ou que representassem em riscos a plena implantação de relações capitalistas; apropriação dos conhecimentos tradicionais que pudessem resultar em lucro e transformação dos mesmos em “conhecimentos científicos”; silenciamento sobre o

ambiente e apagamento das memórias ancestrais como forma de sua posterior destruição.

Só recentemente algumas agências governamentais, tais como a Embrapa e as ONGs têm investido no resgate dos povos e conhecimentos nativos e tradicionais, e buscado o estabelecimento daquelas pontes sugeridas por Posey. Essa perspectiva, no entanto, foi e é obstaculizada pelo fato de se tratarem de sistemas agroecológicos fundamentalmente antagônicos.

Desde o primeiro momento, os novos colonizadores que se dirigiram para o Cerrado queriam apenas a terra naquilo que ela podia representar em termos de ganhos financeiros, de espaço para que o seu capital pudesse ser reproduzido e ampliado. É por isso que o Cerrado necessitava ser tratado como um “espaço vazio”. Isto tanto poderia significar que era um ambiente natural desprovido de presença humana como também de um ambiente sobre o qual pouco ou nada se sabia. Isto porque se apenas a presença dos novos colonizadores poderia significar *presença humana* – como no caso do ‘descobrimento do Brasil – somente o conhecimento produzido no âmbito deste novo processo colonizador poderia ser qualificado de conhecimento científico. O que na maior parte das vezes fica em aberto ou passa de maneira subliminar é o fato de que o *grande espaço vazio* não se referir apenas ao Cerrado como um ambiente natural, mas também aos conhecimentos que existiam sobre esse ambiente.

A ideia de que os novos colonizadores estavam empreendendo uma epopeia de conquista de amplos espaços vazios servia não somente para escamotear a realidade do genocídio humano que estava em curso com a destruição de um sem número de sociedades indígenas e tradicionais, como, também, para justificar a construção de um corpo de conhecimentos científicos a respeito de um ambiente sobre o qual supostamente nada se sabia: silenciava-se também sobre o conjunto de conhecimentos tradicionais que fora construído pelos milênios de ocupação indígena e séculos de ocupação tradicional.

De tal modo, o processo de construção de um discurso científico sobre o Cerrado é, *pari passu*, um processo análogo de apagamento e/ou ignorância deliberada dos conhecimentos indígenas e tradicionais sobre o mesmo ambiente. Na mesma medida em que vai surgindo um corpo de conhecimentos científicos modernos instrumentalizados pelo capital e que se resumem a construção de tecnologias para a acumulação de capital, os conhecimentos indígenas e tradicionais sobre o Cerrado são deslocados para a esfera

da cultura e da medicina popular, para a esfera de práticas agrícolas que passam a ser consideradas ultrapassadas em si mesmas.

Ao mesmo tempo, quando se passa em revista ao processo de desenvolvimento dos conhecimentos científicos e das tecnologias que surgiram para alavancar o desenvolvimento agrícola moderno do Cerrado o discurso hegemônico se apresenta aos nossos olhos como se esse desenvolvimento científico também tivesse nascido e se incrementado a partir de um imenso espaço vazio, como se não existisse nenhuma espécie de conhecimento anterior sobre o bioma. A pesquisa e o desenvolvimento de novas cultivares de sementes específicas para o solo e o clima do Cerrado podem ser visto como um caso representativo deste conflito entre os conhecimentos indígenas e/ou tradicionais e aqueles construídos no novo processo de colonização.

De acordo com o *Diagnóstico Econômico*, volume II – *Agropecuária e Recursos Naturais*, um dos principais “fatores obstaculizantes do desenvolvimento agrícola em Mato Grosso” era o uso limitado de insumos modernos, tais como sementes melhoradas. Na safra de 1970 o uso de sementes estava entre 15 e 20%, sendo que o uso era mais disseminado na região sul (atual Mato Grosso do Sul), além do que eram provenientes de materiais genéticos provenientes de São Paulo e Rio Grande do Sul. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 209)

Recorde-se, também, que neste período, o planejamento para o setor de sementes estava incluído no *Plano Nacional de Sementes*, elaborado em 1965 e colocado em prática em seguida. De acordo com este Plano, o território nacional estava dividido em duas áreas – A e B –, delimitação baseada fundamentalmente no estágio de desenvolvimento da produção de sementes melhoradas pelos Estados.

A área A compreendia os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A área B compreendia Mato Grosso e os outros estados da Federação:

A produção de sementes melhoradas na área A apresenta-se bem mais desenvolvida do que as dos estados componentes da área B, especialmente São Paulo, e para algumas culturas como a soja, o trigo e o arroz, destaca-se o estado do Rio Grande do Sul. Por conseguinte, os estados da área B adquirem suas sementes, parcial ou totalmente na área A. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 209)

Do mesmo modo, conforme já indicado, o *Diagnóstico* considerava como um dos mais graves entraves à “escassa disponibilidade de material básico”, já que este era

obtido exclusivamente em instituições de pesquisa situadas em outros estados. Além disso, a estrutura operacional das unidades produtoras em Mato Grosso era considerada deficiente, resultando na produção de sementes de qualidade inferior. Faltou ao Diagnóstico explicar que grande parte dos 80% de sementes usadas e que não eram *melhoradas* era constituída de *sementes crioulas*, ou variadas espécies de sementes nativas e tradicionais que estavam em uso em comunidades indígenas e tradicionais, assim como nas inúmeras propriedades familiares que praticavam uma agricultura diversificada e direcionada para o autoconsumo e para o mercado interno. (MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 209)

Com efeito, o uso de *sementes crioulas* nas chamadas *roças de toco* era muitas e muitas vezes mais disseminado do que as sementes melhoradas e os dois tipos de uso e sementes correspondiam a dois sistemas agroecológicos distintos.³⁷ Carlos Eduardo Mazzetto Silva observa que embora o conhecimento dos povos indígenas tivesse sido em grande parte transmitido para estas comunidades sertanejas e servido as mesmas como formas de resistência ao assalto do grande capital, “Os camponeses são taxados de atrasados, resistentes a inovações, apegados a tradições irracionais, sem espírito empresarial, incapazes de assimilar as soluções modernas redentoras.” (SILVA, 2009, p. 58)

Diante da resistência dessas comunidades em aceitar as imposições do capital para que mudem os seus modos de vida, os legítimos agentes da nova concepção de desenvolvimento não titubeiam em tratar povos e conhecimentos nativos e/ou tradicionais como obstáculos ao *progresso* e ao *desenvolvimento*. Isto não só tem conferido uma legitimidade muito maior ao discurso científico, mas também colabora para que o apagamento da memória indígena, negra, ribeirinha, tradicional sobre o Cerrado seja efetivado num movimento contra o qual não se pode esboçar qualquer resistência, pois que é realizado de forma subliminar, imperceptível. (SILVA, 2009, p. 58)

Por esse prisma, fica claro que a construção de um corpo de conhecimentos científicos a partir da pesquisa agrícola foi fundamental para a conquista do Cerrado e que o processo de sua constituição ignorou os conhecimentos indígenas e tradicionais porque estes estavam naturalmente vinculados a sistemas agroecológicos e modos de vida que a sociedade capitalista necessitava destruir ou ignorar como pressuposto para

³⁷ Para uma apreciação aprofundada sobre as características e disseminação das roças de toco em Mato Grosso, ver BELTZ (2012) e MACIEL (2010).

seu próprio progresso e desenvolvimento. É por isso que as instituições de pesquisa, surgidas como resultado da conquista do Cerrado pela agroindústria, carregam em seu bojo métodos, técnicas, processos e pressupostos científicos que estão diretamente vinculados a um tipo específico de sistema agroecológico, a um modo específico de vida e de desenvolvimento, o capitalismo. E é por este mesmo motivo que os conhecimentos tradicionais sobre o Cerrado não mereceram a mesma atenção e o mesmo volume de recursos, pois estavam vinculados a formas de relacionamento com a natureza que o capital e seus agentes científicos julgavam superadas historicamente ou deveriam ser superadas pelo novo modelo de desenvolvimento.

Em *A economia das trocas simbólicas*, Pierre Bourdieu (2005) postula que a cultura e os conhecimentos não se reproduzem historicamente senão através da reprodução histórica e social das relações sociais onde ocorrem. Quem pratica uma cultura exercita as relações sociais que permitem a sua reprodução. É por isso que a ciência que vai sendo construída no bojo do processo de colonização do Cerrado pela agroindústria não confronta explicitamente o conhecimento tradicional e indígena no campo do conhecimento (já que isto poderia se constituir em uma ponte de contato entre os dois tipos de conhecimento), mas sim no âmbito das relações sociais onde esta cultura é produzida. Isto explica, também, porque todos aqueles *projetos de desenvolvimento* implantados pela Funai, em comunidades indígenas do Cerrado nas décadas de 1970 e 1980, ignoraram a existência de sementes crioulas e conhecimentos nativos sobre o ambiente natural ao introduzirem em tais comunidades as chamadas sementes melhoradas. (PINTO et alli, li, 2002, p. 56-57; SERPA, 1998, p. 2; MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 93)

Não se questionou diretamente os ritos, mitos e práticas culturais que mediavam o relacionamento das comunidades com o ambiente natural, porque o abandono deste modo de vida ancestral estava inscrito no uso das sementes e insumos preconizados pela Revolução Verde. De fato, a implantação dos projetos pôde demonstrar que eles somente se viabilizariam se as comunidades adotassem o mesmo padrão de desenvolvimento e o mesmo estilo de vida que era usado pela sociedade do entorno.

Por outro lado, os órgãos governamentais e, mais ainda, as instituições privadas, negligenciaram os conhecimentos tradicionais na mesma medida em que investiam nos conhecimentos científicos. Desde que se começa a estruturar um corpo de conhecimentos científicos e a constituição de instituições de pesquisa sobre o Cerrado foram realizados vultosos investimentos nos sistemas agroecológicos capitalistas em

contraposição a quase inexistência de investimentos sociais nas comunidades tradicionais. O aspecto mais importante neste processo, no entanto, é que mesmo a pesquisa científica vinculada a este novo processo de colonização tem sido, desde o princípio, dificultada e comprometida pelo fato de que a ocupação pela agroindústria significa primeiramente a destruição da flora e da fauna: o acelerado processo de ocupação tem destruído os ambientes naturais impedindo que centenas de espécies animais e vegetais venham a ser conhecidas.

Desde os primeiros contatos feitos por europeus em busca de riquezas minerais e indígenas se percebe uma ênfase colocada na necessidade de se ocupar os “amplos espaços vazios”. Isto se percebe também no discurso sobre as supostas qualidades da população indígena e não indígena, cujos relatos comportam uma dimensão ideológica, por mais técnico que possa parecer. Neles se percebe uma clara opção pela ocupação de tipo capitalista por agentes europeus, preferencialmente. A partir dos anos 1930 e 1940, os trabalhos de reconhecimento do Cerrado desde uma perspectiva do relevo, da topografia, da qualidade do solo e da fitofisionomia, são realizados no intuito de fornecer os meios para que a ocupação humana possa ser efetivada da melhor maneira possível, isto é da maneira que melhor se adapte aos pressupostos da economia capitalista, onde todos os processos bióticos e abióticos, fauna e flora, são encarados apenas como recursos ou em outro caso, como obstáculos a essa ocupação.

Do mesmo modo, durante todo o século XX e com mais ênfase a partir dos anos 1970, vislumbra-se a unidade de interesses entre os que se dedicavam ao conhecimento da região e os que pugnavam pela sua ocupação. Consoante com a introdução das novas tecnologias de produção passa a existir uma vinculação estreita entre as preocupações com o crescimento populacional – falava-se inclusive em uma explosão populacional - e a necessidade de se produzir alimentos através do processo de ocupação do Cerrado.

Este passa a ser o caráter mais evidente no discurso explicativo da maior parte dos técnicos, cientistas e produtores. Porém esses conceitos operacionais não podem ser simplesmente absorvidos e usados de forma acrítica, como se não fizessem parte da própria história de colonização da região. Olhados com mais atenção eles nos remetem ao conjunto de postulados ideológicos que permeou a colonização do *sertão* ao mesmo tempo em que escamoteiam as relações ambientais e sociais que presidiram o processo de colonização tanto colonial quanto contemporâneo.

Na sua fala introdutória sobre o histórico dos Simpósios sobre o cerrado, Geovane Alves de Andrade (2008) faz a conexão a que se alude acima. Ele explica o

processo de ocupação da região do Cerrado como uma consequência direta da necessidade de se produzir alimentos, uma vez que até a década de 1960 “a população brasileira ainda era pequena e havia terras de boa qualidade suficientes para a produção de alimentos, por isso não se pensava em cultivar em terras do Cerrado”. À medida que a população cresceu e passou a exigir produção cada vez maior de alimentos, “tornou-se necessário voltar às vistas para a utilização das terras de Cerrado, de qualidade inferior, mas abundantes e de menor preço”. (ANDRADE, 2008, p. 34)

Assim, a ocupação da região aparece no discurso oficial, como uma consequência direta do crescimento da população que passaria a exigir a produção de uma quantidade maior de alimentos. A pesquisa científica passou a ser realizada tendo como objetivo subsidiar a ocupação do território nos moldes da agricultura capitalista moderna, cujo objetivo fundamental era o de transformar aquelas terras de *qualidade inferior* em áreas de alta produtividade. Andrade afirma ainda que o incremento das pesquisas voltadas para o aproveitamento da região pela agricultura, silvicultura e pecuária foi uma das consequências da exploração econômica do Cerrado. No entanto, ele omite o fato de que tal vinculação já estivesse presente no discurso dos primeiros europeus e *bandeirantes* que estiveram na região. O que passa a existir no processo de ocupação pela agroindústria é exatamente a efetivação dessa proposta que vinha sendo trabalhada e defendida desde os primórdios da ocupação não indígena, com o diferencial de que a vinculação entre a ocupação e a pesquisa passa a ser mais evidente, uma vez que a necessidade se apresenta de forma mais precisa.

Logo no seu primeiro ano de funcionamento, em 1962, a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP) recebeu um grande número de pedidos de subvenções a pesquisas no Cerrado. De acordo com Andrade, já nesta época estava evidenciado que havia uma “necessidade de uma coordenação das atividades nesse campo, para obtenção de melhores resultados”. É esta necessidade que motiva a realização, em 1962, na Universidade de São Paulo (USP), do I Simpósio Nacional do Cerrado. A publicação dos Anais do I Simpósio do Cerrado é concomitante com a inauguração da Editora da Universidade de São Paulo. (ANDRADE, 2008, p. 34-35)

É interessante ressaltar a maneira como essa pesquisa científica, não somente na busca de determinadas respostas, mas já na própria formulação de um conjunto específico de questões, que deveriam ser respondidas, se adéqua perfeitamente ao desenvolvimento da moderna agropecuária capitalista no Cerrado. Andrade constata que até 1965, quando ocorre o II Simpósio, no Rio de Janeiro, o Cerrado ainda era, para a

maioria do meio científico, um assunto de investigação restrito à “Biologia Vegetal, e a especialidades limítrofes”. Isto é, uma das questões mais evidentes para os participantes daquele evento era que as pesquisas consistiam em desenvolvimentos isolados e sem planejamento, elas ocorriam aleatoriamente, sem um eixo estruturante, sem uma direção projetada. (ANDRADE, 2008, p. 36) Isto está de acordo com os processos de ocupação que existiam até então:

Havia uma discrepância entre o que efetivamente estava sendo estudado sobre o Cerrado e o que se precisava saber sobre ele. Essa situação levou a realização do II Simpósio, que teve como objetivo agenciar a articulação dos esforços isolados e contribuir para um planejamento de pesquisa, por via indutiva. (ANDRADE, 2008, p. 36)

Ora, essa falta de coordenação e planejamento no campo da pesquisa científica era apenas uma parte do problema, pois era evidente também que “naquela época ainda não tinham sido estabelecidas linhas mestras de uma política nacional de desenvolvimento dos trabalhos básicos e aplicados sobre o Cerrado”. (ANDRADE, 2008, p. 36)

Essa discrepância foi resolvida pela pesquisa indutiva, isto é, através da centralização dos esforços e a promoção de um tipo específico de pesquisa, destinado a responder a um tipo específico de questionamento. E o que se precisava era como transformar o Cerrado em uma área incorporada à produção agropecuária de tipo capitalista moderno. Assim, é evidente que o que estava em jogo era a escolha de um caminho entre tantos possíveis e o caminho escolhido foi aquele que mais se adequava aos interesses das forças dominantes daquela sociedade. Isto porque a linha mestra da política nacional dos trabalhos sobre o Cerrado deveria estar relacionada com o projeto global de ocupação da região pelo capitalismo em desenvolvimento. De fato, a problemática apontada pelo Simpósio a que se refere Andrade não foi resolvida no âmbito do campo científico propriamente, isto é, não foi resolvida como uma questão teórica de cientistas e pesquisadores, mas como uma questão prática abordada no âmbito de instituições governamentais, como parte de uma política de Estado:

O marco, em definitivo, da tomada de posição do governo diante da ocupação agrícola de uma extensa área do território nacional foi a implantação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), em consonância com o II Plano Nacional de Desenvolvimento. (ANDRADE, 2008, p. 37-38)

De tal modo, é que foi desprezado o conjunto de conhecimentos acumulados pelos milênios de ocupação indígena e séculos de ocupação tradicional e optou-se por reforçar e aprofundar as relações das ciências e das tecnologias com processos de acumulação de capital e não com a satisfação das necessidades alimentares das sociedades humanas. O *desenvolvimento* do Cerrado é pensado para estabelecer “polos de desenvolvimento localizados de modo a facilitar a geração e difusão de tecnologias, mediante a integração entre os diferentes componentes da política agrícola”. Então, em 1976, é realizado em Brasília, o IV Simpósio. Ele tinha o objetivo de recolher subsídios à utilização agrícola, por meio da quantificação, conhecimento e avaliação dos recursos naturais e dos *sistemas de uso do solo*. (ANDRADE, 2008, p. 37-38)

A avaliação dos recursos naturais, na perspectiva dos sistemas de uso do solo, não é incidental, mas basilar nas pesquisas que se seguem. Isto porque para o tipo de ocupação que se propunha os *processos naturais* não tinham tanto valor econômico a não ser que fossem tratados como *recursos naturais*, ou seja, se os *processos naturais* fossem substituídos pela produção agrícola em larga escala.

Em verdade, a implantação de um novo modelo produtivo implicaria necessariamente na subjugação total dos *processos naturais*, pois eles passariam a ser vistos definitivamente como *recursos*. Isto significa basicamente que **todo o bioma deveria ser substituído pela agropecuária moderna**. E aqui é muito importante que se frise mais uma vez: o bioma em questão não dizia respeito tão somente à natureza, aos supostos *espaços vazios* de gente e de *civilização*.

O bioma incluía todas as populações indígenas e tradicionais, suas comunidades e seus conhecimentos, suas formas de intercâmbio com o ambiente. Essa ocupação sempre implicou, portanto, no genocídio em larga escala e em múltiplas dimensões: dizimaram-se populações e culturas para que o Cerrado se transformasse em uma área integrada ao capitalismo contemporâneo. É por isso que, por volta dos anos 1980, conforme explica Andrade, o Cerrado já não era considerado uma área marginal em termos de produção agrícola, já não carecia da infraestrutura necessária, aquela que tinha sido reclamada nos últimos duzentos anos: “restava o desafio para a pesquisa de encontrar a eficiência dos sistemas produtivos para garantir maior produção de alimentos”. (ANDRADE, 2008, p. 41)

Capítulo VI

Terra é poder: a reordenação fundiária na implantação do novo modelo de desenvolvimento

6.1 – A Reordenação Fundiária

Outro aspecto importante para se avaliar a conquista do Cerrado pela agroindústria é a situação fundiária, ou o efeito da colonização no padrão de propriedade da terra. Conforme tem sido demonstrado, a região do Cerrado abrigava uma grande variedade social, étnica, econômica e cultural, exatamente pela quantidade e diversidade de formas de ocupação e uso do solo.

Ao lado das inúmeras ocupações por povos indígenas praticantes de sistemas agroecológicos naturais, existiam diversas comunidades tradicionais, desde as formadas por remanescentes de quilombos, passando pelas comunidades negras/mestiças tradicionais, até aquelas formadas por pequenos produtores que praticavam uma agricultura de subsistência aliada à pesca, caça e coleta de produtos naturais.

Conforme Little (2002), a maior parte desses grupos fugia ao padrão de territorialidade reconhecido pelo Estado. Pelo menos até o início dos anos 1970, isto não chegava a ser um problema para as comunidades localizadas fora do arco de modernização e em terras consideradas pobres, distantes das cidades e que ainda não tinham sido reivindicadas pelo capital. Esta situação irá mudar radicalmente com a entrada em cena de uma nova leva de colonizadores. (LITTLE, 2002, p. 5-6)

A apropriação do espaço físico e social pelo grande capital manteve e ampliou a tendência histórica de concentração da terra. Ao mesmo tempo em que os antigos latifúndios foram preservados, houve a ampliação deste modelo sobre as novas áreas ocupadas. De acordo um Relatório elaborado em 1979 pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA), Mato Grosso apresentava uma concentração maior que no resto do Brasil, mesmo com ampla disponibilidade de terra e índices populacionais baixíssimos. (MATO GROSSO/CEPA, 1979)

Segundo informações do IBGE, em 1971, os imóveis rurais de médios a pequenos eram um número muito superior aos que iam de médios a grandes. No entanto, embora os grandes imóveis fossem em número reduzido, abrangiam uma área extremamente grande em relação aos pequenos imóveis rurais. (IBGE, 1971, p. 25)

Isto significa que a produção agropecuária estava fundada na grande propriedade fundiária, embora fosse realizada de forma quase que artesanal. Mesmo as grandes propriedades não tinham ainda atingido níveis elevados de mecanização, constituindo-se em uma produção com grande incidência de trabalho braçal.

TABELA 6: Imóveis rurais, segundo as classes de áreas

Classes de áreas Em hectares	Número de Imóveis	Área	
		Total	Explorável
Até 10	6.844	39.936	37.699
+ de 10 até 25	11.911	222.056	213.973
+ de 25 até 50	13.211	460.784	444.566
+ de 50 até 100	5.297	395.912	383.609
+ de 100 até 1.000	15.768	6.135.166	5.906.843
+ de 1.000 até 10.000	9.599	34.434.396	32.758.114
+ de 10.000 até 100.000	782	18.085.872	16.785.814
+ de 100.000	24	4.741.652	4.336.264
Total	63.436	64.515.774	60.866.882

Fonte: IBGE, 1971, p. 25.

E, também:

TABELA 7: Imóveis rurais, segundo a estrutura agrária

Estrutura agrária	Numero de imóveis	Área	
		Total	Explorável
Minifúndio	33.579	912.494	838.482
Empresa rural	665	414.298	355.994
Latifúndio por exploração	29.106	55.101.359	52.058.673
Latifúndio por dimensão	86	8.087.623	7.613.733
Total	63.436	64.515.774	60.866.882

Fonte: IBGE, 1971, p. 25.

Essas tabelas foram elaboradas pelo IBGE (1971), com base em dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Os conceitos de minifúndio, empresa rural, latifúndio por exploração e latifúndio por dimensão são referentes ao disposto no Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30/11/64):

Minifúndio: área em que uma família não tem condições de sobrevivência e progresso social e econômico;

Módulo Rural: “imóvel rural que direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família lhes absorva toda força e trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico”. A área do modulo rural foi definida de acordo com as características de cada região e município do Brasil. Em 1979, o módulo rural foi substituído pelo Módulo Fiscal;³⁸

³⁸ Módulo fiscal é um conceito introduzido pela Lei nº 6.746/79, que alterou o Estatuto da Terra. A Instrução Especial/INCRA nº 20, de 28 de maio de 1980, estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº 84.685, de 6 de maio de 1980.

Empresa Rural: “é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada que explore econômica e racionalmente imóvel rural dentro de condição de rendimento econômico”;

Latifúndio por Dimensão: área cuja dimensão agricultável excedia a seiscentas vezes o módulo médio do imóvel rural;

Latifúndio por Exploração: área que mesmo não excedendo o limite anterior mantinha inexplorada uma área agricultável igual ou superior ao módulo rural. (BRASIL, Lei 4.504 de 30/11/64)

Analisando a situação fundiária do Mato Grosso no início dos anos 1970, com base nos conceitos apontados acima, a CEPA identificou dois pontos essenciais de estrangulamento da atividade: as pequenas e médias propriedades eram deficitárias na extensão para atender a demanda interna; e as grandes propriedades estavam subutilizadas. (MATO GROSSO/CEPA, 1979, p. 19)

Os minifúndios possuíam área média de 40 hectares, a empresa rural de 1.554 hectares, o latifúndio por exploração de 2.129 e o latifúndio por dimensão de 134.557, sendo que esta última categoria era a que mais possuía terras. As grandes propriedades eram mais de 3.300 vezes maior que as pequenas. Por outro lado, a distribuição regional do tamanho das propriedades já indicava a consolidação da tendência de se concentrar as terras nas áreas dedicadas à pecuária extensiva, nas de culturas para exportação e naquelas localizadas nas novas frentes de expansão. (MATO GROSSO/CEPA, 1979, p. 21)

No entanto, o Relatório da CEPA alerta para o fato de que em um primeiro momento as frentes pioneiras foram constituídas por ocupantes que, na maioria, não possuíam títulos de propriedade. Este tipo de ocupação foi estimulado pelo governo militar no início dos anos 1970, quando se tinha como objetivo desviar as correntes migratórias do Nordeste, que iam para o Centro-Sul, para a Amazônia e Centro-Oeste. (MATO GROSSO/CEPA, 1979, p. 24-26)

Uma leitura atenta dos documentos do II PND mostra que nestes projetos governamentais transparece a ideia de que os custos iniciais dessa colonização seriam minimizados se contassem com abundância de trabalho barato. Dessa maneira, o projeto de se juntar os “homens sem terra do Nordeste” com a “terra sem homens da Amazônia” resultou na rearticulação do antigo modelo de trabalho análogo à escravidão. (BRASIL, 1975, p. 46-50)

Em Mato Grosso, que já contava com uma longa tradição de explorar riquezas naturais exportáveis através do trabalho semiescravo de seringueiros, poaieiros, garimpeiros, ervateiros e outros, este modelo de ocupação pode contar com a leniência das autoridades, muitas delas envolvidas e/ou beneficiárias dos programas de “desenvolvimento” do governo federal. Permitia-se que grandes levas de colonos oriundos em sua maior parte dos estados do Nordeste ou egressos de outros projetos de colonização fracassados desbravasse regiões e nelas se instalassem sem que a terra tivesse sido legalmente apropriada. Essas ocupações sem títulos, no entanto, não sobreviviam por muito tempo, pois logo eram alcançadas por novas levas de colonos, mas desta vez compostas pelos que possuíam ou diziam possuir os títulos de propriedade das áreas anteriormente ocupadas. (CASTRO et alli, li, 1988, p. 3-11)

No entanto, estes colonos enganados pela propaganda oficial ainda não eram os menos desafortunados. Durante todo este período inicial os grandes projetos agropecuários não tinham condições de implantação senão pudessem contar com o trabalho semiescravo de trabalhadores aliciados em outras cidades e estados e transferidos para o interior das florestas onde trabalhavam em condições desumanas e longe de qualquer socorro.

Por outro lado, além dos evidentes benefícios para o processo de acumulação de capital, o Estado também ganhava, pois havia um efeito estatístico benéfico em cada uma dessas novas ocupações. Era criada a aparência de que a terra finalmente estava sendo dividida, de que estava em curso um processo de desconcentração da terra.

Como parte do mesmo movimento de abertura e ocupação das novas frentes, havia naturalmente um aumento do número de propriedades, mas isto não ocorria porque as grandes propriedades existentes eram divididas, mas, sim, porque o sistema crescia horizontalmente pela agregação de novas áreas – quase sempre já cultivadas por posseiros ou pertencentes a comunidades indígenas e/ou tradicionais. Essa sobreposição de direitos e os conflitos decorrentes tendiam a ser resolvidas em favor dos grandes empresários que acessavam os financiamentos do governo federal e possuíam o respaldo legal e a legitimidade conferida pela sociedade. Sem se esquecer de que eles eram considerados os agentes legítimos do desenvolvimento e que o modelo de ocupação era sustentado pelo regime militar.

Segundo Larissa Mies Bombardi (2014), a ditadura civil-militar catalisou as relações entre os diversos setores das elites e ajustou uma forma de convivência na qual se uniram contra os anseios de transformação. “Em última medida, o período de 1964

até 1985 serviu para que interesses antes disputados por grupos de poder antagônicos tomassem corpo numa frente ampla: é o caso da aliança entre latifundiários e burguesia industrial na exploração da mão de obra no campo”.³⁹

O Relatório da CEPA afirma que entre 1950 e 1975 houve uma acentuação na tendência histórica de concentração da terra. A concentração que era de 0,79 passou para 0,91, o que era considerado concentração tendendo à absoluta. Esses números representavam a média do estado. Em algumas regiões, a concentração era ainda mais alta. Em Rondonópolis, por exemplo, ela passou de 0,46, em 1950, para 0,94, em 1960, decaindo alguns centésimos entre 1970 e 1975, mas permanecendo na mesma tendência de concentração absoluta. (MATO GROSSO/CEPA, 1979, p. 27)

O documento apontou também um *percentual significativo* de posseiros naquelas regiões onde se abriam novas frentes de expansão, exatamente nas áreas privilegiadas pelos programas especiais do governo federal, o que não apenas confirmaria a tendência histórica na concentração da terra, como também faria com que ela se agravasse. Isto porque ao lado de toda sorte de dificuldades impostas aos sem terra e aos pequenos e médios produtores, os grandes grupos empresariais usufruíam de todas as vantagens para aquisição de grandes extensões de terras.

Contrariamente ao discurso oficial, que alegava promover o desenvolvimento e o povoamento, essas aquisições configuravam apenas especulação imobiliária uma vez que os empresários rurais não cultivavam as terras adquiridas a preços irrisórios, mas esperavam pelos investimentos de infraestrutura que valorizavam suas propriedades. Depois elas eram negociadas. (MATO GROSSO/CEPA, 1979, p. 40-42)

Ao mesmo tempo, o governo federal havia definido a região como local para equacionar os problemas fundiários de outras regiões, como do Rio Grande do Sul, por exemplo. Com a vinda desses contingentes de pessoas as condições se agravavam, pois não se resolviam as reivindicações de posseiros, arrendatários, parceiros, minifundistas e boias-frias já existentes no estado.

Havia o favorecimento aos migrantes de outros estados “em detrimento da população rural mato-grossense com problemas idênticos ou mais graves, sendo esta marginalizada no processo de desenvolvimento estadual, já que as oportunidades estão sendo dadas aos recém-chegados”. (MATO GROSSO/CEPA, 1979, p. 40-42)

³⁹ BOMBARDI, Larissa Mies. Em entrevista a SARAC, Caio. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/15881>. Acessado em 04/04/2014 às 16 h 45 min h.

Além do mais, não tem sido devidamente observado que a colonização pós 1970 foi substancialmente diferente de outras anteriores. Fazendo um breve histórico sobre a colonização em Mato Grosso, Sueli Pereira Castro et alli, ii (1988) mostram que a colonização que se verificou a partir dos anos 1970 se diferencia das outras anteriores exatamente por se confundir com o processo de expansão da fronteira agrícola e modernização conservadora da agropecuária. (CASTRO et alli, ii, 1988, p. 3)

Essa é uma forma inteiramente nova porque em contraposição as que antecederam o foco dela era a formação de grandes propriedades rurais e não o povoamento.⁴⁰ Na política de colonização do governo Vargas, que propagou a Marcha para o Oeste, a pequena propriedade era encarada como prioritária. “A concentração de grandes propriedades de grupos estrangeiros nas fronteiras era motivo de preocupação. (...) a pequena propriedade era então sinônimo de defesa e segurança nacional.” (CASTRO et alli, ii, 1988, p. 3)

Nessa conjuntura, em 1943, foram criadas a Colônia Agrícola Nacional de Dourados e a Expedição Roncador-Xingu, que tinham por objetivo avançar rumo ao interior do Brasil Central e da Amazônia, alcançando Santarém. Naquele contexto, criou-se, também, a Fundação Brasil Central (FBC), que anos mais tarde originou a SUDECO.

Em Mato Grosso, a base da FBC foi instalada em Xavantina, as margens do Rio das Mortes – Rio Kuluene, e atingiu o Xingu. No ‘vale dos sonhos’ tentou-se a colonização através de pequenos núcleos de colonos, que fracassou pouco depois. A ideia era de que a expedição Roncador-Xingu ocupasse várias áreas do Araguaia e Xingu, atingindo Manaus. Esses núcleos seriam a ponta de lança para a colonização. No entanto essa parte do território também não correspondia à realidade, no que diz respeito aos espaços vazios. Havia na região, segundo Lenharo, 30 mil garimpeiros. Devido a esse fato e a super-exploração dos garimpeiros pelos ‘capangueiros’, a propriedade da terra já dava sinais de concentração, o que agravava mais a miséria da população lá existente. Tinha ainda a questão das terras indígenas, que no caso dos Xavantes, deu lugar a conflitos e violência. (CASTRO, et alli, ii, 1988, p. 4-5)

Conforme explicam Castro et alli, ii (1988), com base em um novo entendimento sobre os projetos de colonização, nas décadas de 1950 e 1960 foram implantadas 29 colônias oficiais, que ocuparam cerca de 400 mil hectares. Também

⁴⁰ Uma ampla pesquisa sobre a questão agrária em Mato Grosso, abrangendo o período de cem anos (1892 – 1992) foi realizada por Moreno, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla 1892-1992*. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2007.

essas novas tentativas redundaram em novos fracassos, pois estes projetos nem de longe conseguiam acompanhar a marcha dos colonizadores que afluíam para essas regiões. (CASTRO et alli, ii, 1988, p. 5)

A relativa facilidade de aquisição de lotes e a propaganda oficial estimularam essas correntes migratórias, que, no entanto não se fixavam nas novas áreas e “os primeiros colonos de Dourados logo seguiram para Rondonópolis, parte deste seguiu para Cáceres e dali para os territórios de Rondônia e Acre”. No entanto,

Os projetos oficiais não atenderam nem mesmo as exigências mínimas relativas a infraestrutura. A carência de estradas de acesso as áreas de colonização e circulação interna dos projetos, a escassez de escolas e hospitais, a inexistência de auxílio técnico aos colonos, a ausência de linhas de crédito, depõem contra o programa, se entendido como busca de solução dos problemas dos parceleiros. (CASTRO, et alli, ii, 1988, p. 06)

A partir da década de 1950, empresas privadas firmaram contratos com os governos e receberam áreas médias de 200 mil hectares. Segundo apurado por Castro *et alli, ii*, em documento da Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT), as colonizadoras Rio Ferro, Conomali, Capem, Codeara, Companhia de Terras Sul do Brasil e Continental levaram adiante esses contratos, todos eles carentes de base legal, já que:

A falta de discriminação das terras do Estado, a inexistência de cartas geográficas precisas pelas quais o Estado pudesse reconhecer suas terras, a falta de preparo e atualização permanente de plantas cadastrais das terras tituladas e pertencentes a particulares, a fim de controlar as vendas, bem como a falta de idoneidade de profissionais que procederam as demarcações de áreas sem se afastarem de seus escritórios, contribuíram para que o Estado expedisse títulos de terras inexistentes. (MATO GROSSO/CEPA, 1979. Apud. CASTRO et alli, ii, 1988, p. 7)

Por conta desses erros crassos os títulos de propriedade eram fornecidos com a área total do imóvel, mas sem estabelecer seus limites reais, sendo muito comum a emissão de títulos sem que existissem os imóveis correspondentes. Quando o trabalho de Castro et alli, ii, (1988) estava sendo realizado, o Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso (INTERMAT), reconhecia não possuir o controle dos títulos que foram expedidos pelo Estado. (CASTRO et alli, ii, 1988, p. 07)

Essa incapacidade estatal somou-se a uma situação que já era explosiva e o processo de ocupação foi mediado pela especulação, fraude e violência. Era comum que grandes extensões de terras fossem amealhadas por uma única família, as quais se somavam outras aquisições feitas em nome de terceiros:

Em 1966, o volume de irregularidades, a perda total do controle da situação, a fraude ostensiva nas transações imobiliárias, forçaram o governo do estado a fechar o Departamento de Terras e Colonização. Neste período, (...) o controle das vendas esteve sob a guarda dos Cartórios de Fé Pública. Os negócios ilícitos de terra se acentuam sob a guarda dos Cartórios. A burla à lei foi facilitada e tornou-se incontrolável a partir da venda de Títulos Provisórios, das posses lícitas e ilícitas e, principalmente, através das procurações que estabelecem direitos para a venda de terra de terceiros. (CASTRO, et alli, , 1988, p. 8)

Como o fechamento do Departamento de Terras do Estado coincidiu com a abertura aos grandes projetos agropecuários, os mesmos grupos, famílias e pessoas que burlavam as leis, cometiam violências contra indígenas e posseiros eram os que tinham acesso aos mecanismos de financiamento dos programas federais em andamento na região. Assim, a estrutura fundiária e a produção agrícola foram subsidiadas pelo governo federal: terras e recursos públicos foram entregues simultaneamente para empresários, grandes proprietários, políticos e donos de cartórios. Ao mesmo tempo, a articulação entre capitais privados e o Estado se desdobrou em duas modalidades de colonização cada uma com objetivos específicos, mas ambas articuladas na ocupação do território pelo capital. Por isso, conforme Sueli Pereira Castro et alli, li (2002) não faz sentido em se falar em *abertura* e/ou *fechamento* da fronteira; como também não se pode compreender o processo de colonização opondo as diferenças entre a *colonização oficial* e a *colonização privada*.

Castro et alli, li ressaltam que a fronteira sempre esteve fechada, pois os aparentes momentos de abertura na verdade se constituíram nos períodos em que políticas oficiais e capitalistas estimulavam e permitiam que as correntes migratórias para lá se dirigissem e fizessem os primeiros e mais duros trabalhos de abertura do território – derrubada, doma do terreno, construção de estradas, pontes e outras melhorias –. Quando a terra adquiria valor comercial, então chegavam os que possuíam ou diziam possuir os títulos de propriedade e expulsam aqueles primeiros colonizadores. (CASTRO et alli, li, 2002, p. 31-33)

Por outro lado, o Estado de facilitava a atuação do capital privado, promovendo projeto oficiais de colonização, que antecederiam ou complementavam os projetos de colonização particular. Quando, no início da década de 1970, começou a construção das estradas e rodovias a frente agrícola foi imediatamente deslocada para o eixo desses novos caminhos de penetração. Esperava-se assentar pelo menos um milhão de famílias ao longo dessas rodovias em projetos oficiais de colonização. (CASTRO et alli, 1988, p. 10) Já em 1973, avaliava-se que os resultados não tinham sido atingidos nem as metas alcançadas e assim promoveu-se a ocupação da região pelos grandes empreendimentos agropecuários:

O pouco sucesso do programa de colonização dirigida na Amazônia passou a servir como justificativa para uma nova estratégia de ocupação da região, em detrimento da pequena produção. Em Mato Grosso, até 1978 o INCRA não havia implantado nenhum projeto de colonização oficial e as grandes empresas do setor agropecuário e mineral, já ocupavam um grande espaço, beneficiados pelo programa de crédito e incentivos fiscais oferecidos às empresas na Amazônia. O INCRA apenas acompanhava os projetos de colonização privados. (CASTRO et alli, , 1988, p. 11)

Em primeiro momento, tanto os órgãos governamentais quanto o discurso das lideranças políticas enfocavam a necessidade de se promover o encontro dos “homens sem terra do Nordeste” com a “terra sem homens” da Amazônia e Planalto Central. Houve um incentivo para que as correntes migratórias que saíam do Nordeste e corriam para o Centro-Sul se desviassem para essas novas frentes. (BRASIL, 1975, p. 34-36)

A promessa era cumprir o *Estatuto da Terra* e realizar a reforma agrária ao longo dessas rodovias. Mas a euforia durou pouco e antes que os colonos pudessem colher os primeiros frutos de seus trabalhos, uma nova leva de colonizadores surgiu, com dinheiro, maquinários, tecnologias e documentos comprovando a propriedade da terra. Nesse sentido, os projetos de colonização - privados ou públicos - culminaram com a ocupação da terra pelo capital e pela implantação definitiva do novo modelo de desenvolvimento. Em Mato Grosso, o INCRA implantou seis projetos de colonização: Terranova (1978), Peixoto de Azevedo (1979), Ranchão (1980), Braço Sul (1981), Carlinda e Lucas do Rio Verde em 1981. (CASTRO et alli, li, 1988, p. 2)

Sueli Pereira Castro et alli, (1988) analisam cada um desses projetos, destacando suas particularidades. Porém aqui será discutido apenas o assentamento de Lucas do Rio Verde, cujo exemplo pode ser generalizado, além do fato dele ter sido

implantado em uma área típica de Cerrado e posteriormente ter evoluído para cidade, contemporaneamente considerada um dos polos do agronegócio mato-grossense. (CASTRO et alli, 1988, p. 29)

O primeiro aspecto comum aos outros é o de que ele surgiu como uma alternativa para desmobilizar o movimento de trabalhadores sem terra no Rio Grande do Sul. Na época, havia o acampamento da *Encruzilhada Natalino* em Ronda Alta, que em julho de 1981 contava com cerca de 600 famílias. No mesmo período a gleba Lucas do Rio Verde, com 220 mil hectares foi colocada como uma alternativa para o assentamento das famílias sulinas:

A opção dos sem terra em virem para Lucas acontece no final de julho de 1981, quando o Major Curió, com um aparato militar, invade o acampamento com a intenção de desmobilizar o movimento e consegue sob pressão aliciar uma parte dos sem terra. O projeto foi elaborado em julho, e de setembro a novembro deste mesmo ano, as duzentas famílias que aceitaram vir para o projeto foram assentadas. Cada colono recebeu um lote de 200 hectares de cerrado, para o qual não dispunha de capital e tecnologia para trabalhar. (CASTRO, et alli, 1988, p. 29)

Entre julho de 1981 a agosto de 1983 seguiu-se uma “cronologia da morte anunciada”. No primeiro ano, as famílias sobreviveram graças a um vale mensal pago pelo INCRA e que era gasto com alimentos na Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL). Apesar do 9º BEC – Batalhão de Engenharia e Construção⁴¹ ter aberto dois hectares para cada família, este trabalho foi realizado após as chuvas e o resultado foi o fracasso da produção. (CASTRO et alli, 1988, p. 29-30)

No segundo ano eles tiveram acesso ao financiamento do Banco do Brasil (PROTERRA), e conseguiram abrir 25 hectares, onde produziram arroz. No entanto, esses colonos pagaram um preço muito alto pela utilização dos maquinários e pela correção do solo. Além disso, entre o plantio e a colheita houve uma mudança na política de incentivos à agricultura que retirou os subsídios do crédito agrícola, passando os juros de 12 para 35%. Com isso houve um novo fracasso e a maioria não conseguiu saldar as dívidas. Então,

⁴¹Em 31 de janeiro de 1971, o recém-criado 9º BEC instalou-se em Cuiabá com a missão de implantar a BR 163, no trecho Cuiabá (Km 321) ao norte de Cachimbo (Km 1.114) e conservar a BR 364 no trecho Cuiabá – Barracão Queimado.

Os colonos não encontraram outra solução a não ser deixar o projeto, vendendo a terra a preços baixos, inferiores ao seu valor real, ou simplesmente abandonando-a. A saída dos colonos foi maciça, e, em agosto de 1983 apenas 18 famílias ainda continuavam no projeto. (CASTRO et alli, 1988, p. 30)

O fracasso na implantação do projeto foi apenas o prelúdio do que viria. Antes mesmo que ele fosse implantado a área já estava infestada de grileiros que se apossavam de imensas parcelas de terra. Ao mesmo tempo, a COOPERLUCAS, formada por empresários rurais do interior de São Paulo negociou com o INCRA a implantação de um assentamento conjunto. No momento em que os colonos vindos de Ronda Alta entraram a situação dos grileiros também foi legalizada. (CASTRO et alli, 1988, p. 30)

Deste modo, enquanto os colonos recebiam parcelas de 200 hectares alguns especuladores obtiveram até 2.000 hectares. Em 1982 o projeto foi ampliado para atender os cooperados da COOPERLUCAS em lotes 900 hectares:

Os associados da COOPERLUCAS, vindos do interior de São Paulo e do Paraná, ao contrário dos sem terra do Rio Grande do Sul, eram pequenos e médios proprietários de terras, e chegaram ao projeto com um determinado capital. (...) O projeto ficou nas mãos do executor do INCRA, dos grileiros, e dos colonos mais capitalizados. Com a saída em massa dos colonos originais, o executor do INCRA passou a vender indiscriminadamente os lotes rurais para latifundiários do Sul do país e grandes comerciantes da região, resultando num processo de concentração acelerada dos lotes. O mesmo aconteceu com a terra na área urbana, que faz parte do projeto original de Lucas, onde os terrenos foram dados apenas a pessoas que eram amigas do executor do INCRA. (CASTRO et alli, 1988, p. 30-31)

Quando foi realizado o trabalho de Castro et alli (1988), Lucas havia passado para condição de Distrito do município de Diamantino, estando sob poder político da COOPERLUCAS. Em 4 de julho de 1988, Lucas conquistou sua emancipação político-administrativa. “No entanto, Lucas é um caso concreto de colonização oficial onde o Estado que aparece como mediador dos interesses de classe assegura, através de suas instituições, as condições necessárias ao domínio do capital.” (CASTRO et alli, 1988, p. 31)

Com isto pode-se afirmar que houve um processo de sucessão ecológica de populações no território subjacente ao processo de colonização. O resultado mais visível desse processo pode ser visualizado quando se compara o Mapa da População Residente

Migrante (IBGE, 1980)⁴² com o Mapa da Distribuição Espacial da População segundo Cor ou Raça – Pretos e Pardos – (IBGE, 2010).⁴³

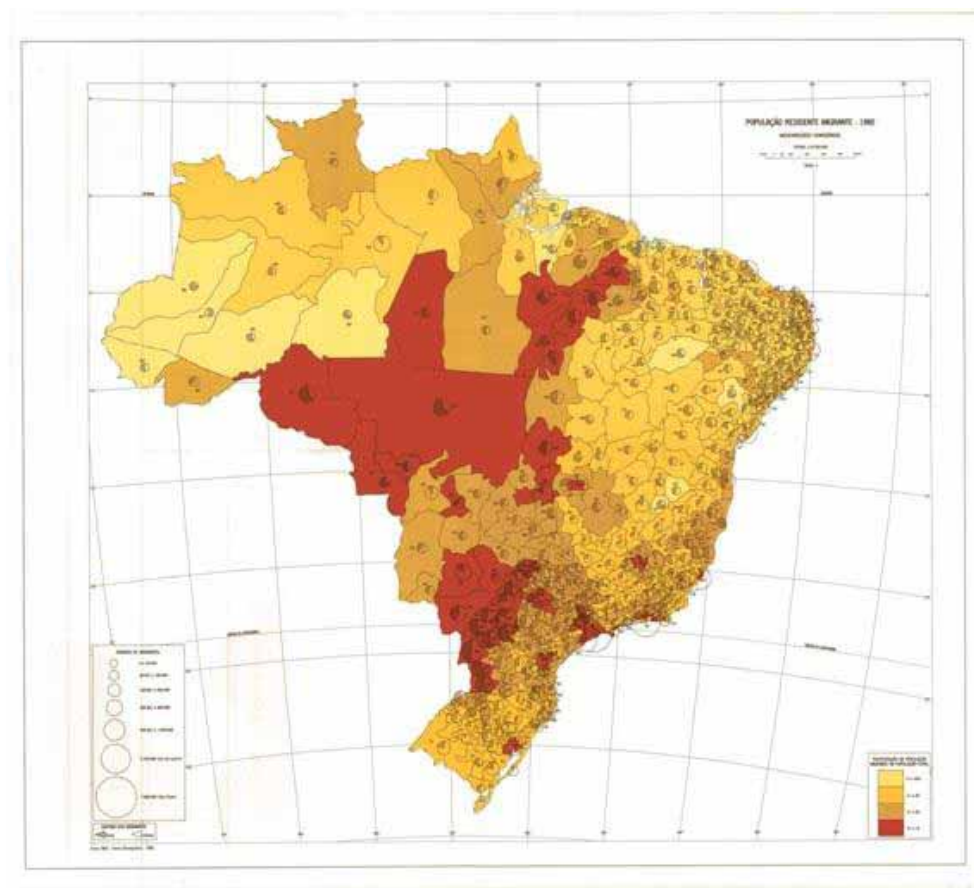


ILUSTRAÇÃO 39 – Mapa da população residente migrante (1980)

Fonte: IBGE, 1980.

No Mapa da População Residente Migrante pode ser visto que a participação da população migrante na população total, em toda a área que corresponde ao Mato Grosso vai de 51 a 73%, denotando a importância das correntes migratórias para a composição populacional do estado. Já o Mapa da Distribuição Espacial da População segundo a Cor, pode ser notado que a população negra e parda se agrupa no entorno da Baixada Cuiabana – onde se concentrou o povoamento inicial fundado na mineração – e nas

⁴² Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

⁴³ Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_murais/brasil_pretos_pardos_2010.pdf>.

bordas do estado nas divisas com Tocantins, Pará, Rondônia e Amazonas. (IBGE, 1980; 2010)

O contraste de cor é evidente com a região central – áreas de Cerrado – onde se localizaram grande parte dos projetos de colonização e foram criadas as novas cidades do agronegócio a partir da década de 1980. Parece claro que no processo de estratificação social houve uma seleção que levou em consideração não apenas aspectos econômicos – possuidor ou não de capital, detentor de tradição na agricultura comercial – como também de origem geográfica e, num nível não declarado nem oficial, de origem étnica.

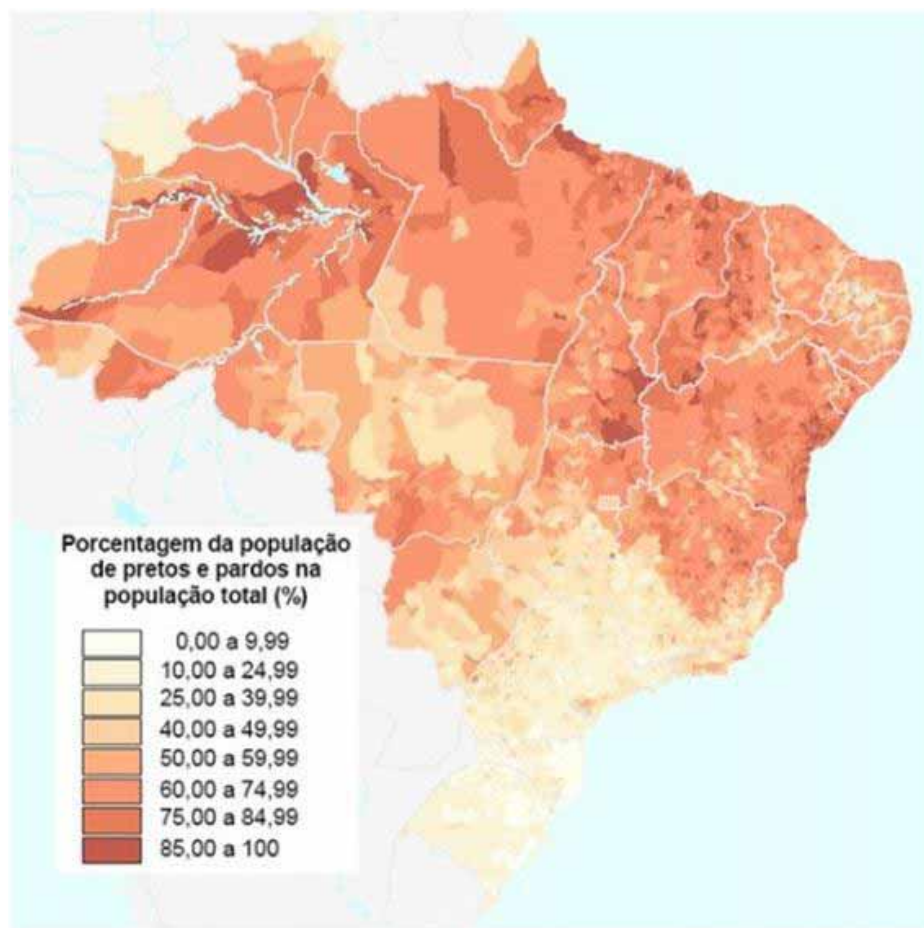


ILUSTRAÇÃO 40: Distribuição Espacial da População Segundo Cor ou Raça - Pretos e Pardos

Fonte: IBGE, 2010.

Dessa maneira, é possível afirmar que o recorte étnico – ainda que de forma implícita – foi importante na constituição dessa colonização. Uma das fortes evidências neste sentido é o estudo do IBGE (2007) explicando que a composição atual por cor ou raça da população do Centro-Oeste, começou a ganhar contornos mais definidos no período 1930 e 1945, exatamente quando começa a política de Estado de ocupação de fronteiras e preenchimento dos *vazios populacionais*, conhecida como *marcha para o oeste*, que modificou progressivamente a região.

A maioria dos estudos sobre o assunto torna relevante o fato de que os vultosos investimentos federais em eletrificação, telecomunicações e estradas de rodagem, além dos pesados investimentos em grandes projetos agropecuários tenham sido fundamentais para a ocupação da região. (BRASIL, 1971, p. 14; BRASIL, 1975, p. 28-36; BRASIL, 1971, p. 9; MATO GROSSO/SEPLAN, 1973, p. 3; MORENO, 2005, p. 39; KASTRUP, 1973, p. 51; MATO GROSSO/SEPLAN, 2001, p. 14-15)

No entanto, pouco ou quase nada tem sido dito a respeito do fato de que a expansão em direção às novas fronteiras e a aceleração do movimento migratório para o Centro-Oeste, tenha alterado substancialmente a composição étnica de sua população. Diz o estudo do IBGE que

O Estado de Goiás e o sudeste do Mato Grosso, de ocupação mais antiga, efetivada através da mineração, possuem uma composição populacional por cor ou raça semelhantes, embora o Estado do Mato Grosso, por ter ficado sob a influência direta de Belém por um longo período, apresente os percentuais mais elevados de população de cor preta (5,6%) e parda (47,9%) da região, bem como o menor percentual de população autodeclarada branca (44,1%). Por outro lado, grandes contingentes de migrantes dos estados do Sul vêm se fixando no norte do estado, a partir da modernização da agricultura de grãos em áreas de cerrado, o que explicaria diferenças intra-estaduais na composição por cor ou raça de sua população. (IBGE, 2007, p. 31-32)

Destarte, a ocupação nova fronteira agrícola parece ser realizada em três níveis distintos, porém articulados. Quando se observa desde o ponto de vista da distribuição regional das correntes migratórias e da sua sucessão no processo de colonização o que se vê é que em um primeiro momento foram estimuladas as correntes “espontâneas”, compostas por trabalhadores e sem terras vindos do Nordeste. Cumpria-se então o papel de reunir os “homens sem terra do Nordeste” com a “terra sem homens da Amazônia” ou com os “espaços vazios” do Planalto Central.

O II PND previra o assentamento de milhares de famílias ao longo das rodovias que estavam sendo abertas em Mato Grosso e noutros estados da Amazônia Legal, como por exemplo, a prometida e frustrada “reforma agrária” ao longo da Transamazônica. Foi somente quando estes projetos falharam que se estimulou a vinda de trabalhadores e sem terras do Sul, mas agora agregados a projetos privados de colonização e que por isso recebiam um nível de prioridade um pouco acima daquelas “correntes espontâneas”, como foi notado pelo Relatório da CEPA citado acima. (CASTRO et alli, 1988, p. 10-11)

A simples presença destes recém-chegados do Sul servia para marginalizar ainda mais os que já estavam na terra na condição de posseiros, agregados, parceiros e pequenos arrendatários. Por outro lado, além deste componente de seleção geográfica operavam outras determinações. Independentemente do local de origem, aqueles que estavam ocupando a terra de forma mais ou menos desordenada e sem o respaldo legal seriam deslocados quando as terras estivessem maduras para receber os que possuíam títulos de propriedade e eram apoiados pelos governos:

Através da corrida desordenada das regiões ou locais que já caracterizam ou estão caracterizando-se na expulsão dos trabalhadores rurais sem terra, estes, vão adentrando-se mais e mais nas áreas de frentes ainda por serem desbravadas e habitadas, sem medir esforços e dificuldades, na ilusão de ter para si algum pedaço de terra onde possam produzir para si e sua família. Começam a trabalhar e outras famílias a ela se juntam, vão tendo uma produção satisfatória, paralelamente a isto, a região tendo benfeitorias, seja através da ação do poder público ou pela própria iniciativa, integrando a região a um centro polarizado, facilitando o seu desempenho. Todavia, pela dificuldade já existente, chega também àquele que detém o domínio da propriedade, ou assim se diz (caso com frequência no estado de pessoas que se dizem proprietários) mais tarde caracterizado como ‘grileiro de terra’, muitas vezes sem jamais ter exercido o seu direito de posse, exigindo a sumária desocupação da área, agora já valorizada em função da benfeitoria. (MATO GROSSO/CEPA, 1979, p. 44)

Do mesmo modo, aos determinantes de origem geográfica e de classe econômica, havia também o componente étnico: conforme demonstrado anteriormente, os grandes projetos agropecuários e os projetos de colonização públicos e privados foram implantados, em sua maioria, sobre áreas que ocupadas há milênios por comunidades indígenas ou há centenas de anos por comunidades tradicionais. Como resultado deste processo ainda em andamento, no tempo presente ocorre um recrudescimento dos conflitos pela posse da terra, envolvendo grandes proprietários e

governos unidos contra pequenos proprietários, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Ao lado dessas novas formas de trabalho escravo Silva (2009, 2010) mostra que a territorialização do capital se expressa também no nível da urbanização e da organização interna dos novos municípios. Mato Grosso começa este novo processo de colonização nos anos 1970 com a maior parte de sua população vivendo no campo e apenas uma minoria vivendo em cidades. Por volta do ano 2000, o quadro se inverte, com cerca de 80% da população nas cidades e pouco menos de 20% no campo. (SILVA, 2009, p. 88)

Neste contexto, as desigualdades sócioespaciais irão se constituir na marca dos novos municípios criados em função da colonização e do agronegócio. Nestas novas cidades e no processo de formação das novas redes urbanas do estado, serão os interesses econômicos, políticos, sociais, ambientais e geográficos do agronegócio que ditarão a norma.

A organização espacial dos municípios, a distribuição dos poderes e oportunidades será ditada a partir do controle da terra no meio rural e as novas cidades expressarão esses interesses em toda a sua plenitude. Além disso, o próprio poder do Estado será, ao final do período aqui considerado, apropriado por essas novas elites da terra, do dinheiro e do poder.

A modernização agrícola no estado do Mato Grosso tem na urbanização sua complementaridade. Muitas cidades nasceram para atender demandas do agronegócio. Esses novos centros urbanos que surgiram reclamam autonomia política, concretizada em parte na forma da emancipação municipal. (...) A urbanização no *front* agrícola foi condicionada à criação de novos municípios para completar-se; estes, por sua vez, trazem as normas e políticas públicas locais que auxiliam o desenvolvimento da economia agrícola. Neste contexto, o conceito “família de municípios do agronegócio” denota o conjunto dos municípios criados em função da produção de *commodities* agrícolas, sobretudo a soja. (SILVA, 2009, p. 88)

Se estas novas cidades, constituída como uma nova rede de municípios destaca-se e diferenciam-se das cidades mais antigas, nascidas quase todas das primeiras ondas colonizadoras; a sua estruturação interna também remete a uma nova espacialidade que expressa o poder das classes que comandam o agronegócio.

Silva (2009, 2010) observa que nestas cidades a maior parte da população é formada por migrantes vindos de todo o Brasil, sobretudo dos estados da Região Sul.

Esta composição, entretanto, não pode ser considerada aleatória, uma vez que esses migrantes sulistas foram considerados, ainda no período inicial da colonização, como o “grupo social ideal para a concretização do projeto de produção de commodities”. (SILVA, 2009, p. 93-94)

Isto é, na medida em que o Estado e o capital elegeram uma área geográfica (o Cerrado) e um modelo de desenvolvimento (o Capitalismo) também elegeram um grupo social determinado para incorporar este processo produtivo. Assim, embora tenha sido, sobretudo, com elementos vindos da região Nordeste que o Cerrado principiou em ser desbravado são os sulistas que foram eleitos para comandarem o processo de modernização agrícola. (SILVA, 2009, p. 93-94)

A elite política local e regional do estado do Mato Grosso, composta em sua maioria por sulistas, comanda o *front* agrícola. Esses agentes já vêm do sul do Brasil com um poder aquisitivo superior à população mato-grossense. Assim, ressaltamos que não se trata apenas de uma condição cultural diferenciada, mas, sobretudo de uma questão de classe social. A questão cultural existe de fato, mas a segregação existente nos novos municípios é antes de tudo uma questão de desigualdades sócio-territoriais que, como em qualquer região brasileira, é uma das bases do funcionamento do capital. (SILVA, 2009, p. 95)

Embora a autora afirme ser a segregação notadamente um processo sócio-territorial, é preciso levar em conta que as dimensões se articulam cada uma cumprindo um papel relativamente importante. Visto na perspectiva da cultura, essa apropriação do território adquire uma feição típica porque para que o território venha a ser apropriado é necessário que ele seja concebido no plano cultural como um processo de segregação simbólica. Isto é, na medida em que os homens estão sempre construindo um sistema de ideias e símbolos através dos quais o ambiente é considerado, é a partir deste conjunto de símbolos e ideias que a apropriação do território deve ser vista. Portanto, essa segregação espacial também pode ser vista como uma expressão material de um conjunto de ideias a partir das quais o ambiente é organizado. (SILVA, 2009, p. 95)

De fato, se observado na conexão com os processos culturais aliados às antigas colonizações, vê-se que esta classe de *sulistas*, mais ou menos diferenciados do conjunto da população também por características étnicas e culturais, possui um sistema de ideias e valores culturais que antecede o processo de ocupação do território.

A prefeitura de Sorriso é comandada por Dilceu Rossato, grande produtor de soja no município e de origem sulista. As principais lideranças locais do município originam-se das famílias dos “pioneiros” do sul. Entre as famílias mais influentes estão as famílias Frâncio, Dalmolin, Daroit e Schewinski (todas as quatro pioneiras). (...) O acesso político à prefeitura dá acesso aos recursos públicos, que passam a ser utilizados segundo interesses dessa elite do agronegócio. Dessa forma, elite econômica e política confundem-se. (SILVA, 2009, p. 96-97)

Ao mesmo tempo, é interessante notar que, embora a segregação socioespacial nestas cidades do agronegócio seja praticada por migrantes sulistas em seu benefício e em detrimento das populações pré-existentes ou provindas de outros estados (preferencialmente do Nordeste), a questão de uma possível discriminação racial e/ou étnica nunca é abordada de forma direta.

Com relação à espacialização da produção, Silva (2009, 2010) mostra que colonização ocorreu em áreas bem determinadas localizadas no Cerrado, dando origem a novos municípios expressam em sua organização aeroespacial o processo de modernização da agricultura e por isso contrastam com as cidades mais antigas, surgidas da garimpagem e do extrativismo:

Também são características desses, a **coincidência do poder público local com os proprietários de terras e produtores rurais**. Além disso, a política pública local surge para realizar projetos de fluidez e atender exigências da mão-de-obra migrante que se estabelece nos novos municípios. Esses municípios construíram e constroem o seu cotidiano com base na atividade econômica motora da região, ou seja, a produção de *commodities* como o milho, o algodão e a soja. (SILVA, 2010, p. 306-307) (grifo nosso)

Em todas essas novas cidades pode-se notar a evidente predominância da migração sulista (gaúchos, paranaenses e catarinenses). Neste ponto, elas contrastam com os municípios antigos derivados da garimpagem, onde a predominância era de habitantes vindos do Nordeste.

A segregação aeroespacial, no entanto, é a contradição mais visível. De acordo com Silva, a cidade de Sorriso, por exemplo, “é do tipo tabuleiro de xadrez, sendo atravessado pela rodovia BR-163. Esta separa a cidade em duas, do “lado de lá” da rodovia formaram-se os bairros pobres de migrantes (do Norte e Nordeste), exemplo mais conhecido nesta cidade é o bairro São Domingos”. (SILVA, 2010, p. 323-324)

Nota-se que não há apenas uma coincidência do poder público local com os grandes proprietários de terras, mas que a própria estrutura da cidade expressa a relação de poder entre os que são donos das terras e os que ali estão apenas para trabalhar: é comum que as cidades do agronegócio sejam divididas em duas. De um lado, os bairros populares e, do outro, o bairro dos proprietários. Esse conjunto de desigualdades, nascidas com os novos municípios do agronegócio, também, foi estudado por Danilo Volochko (2013). Ele notou que cidades como Vila Bela da Santíssima Trindade, Diamantino e as da Baixada Cuiabana foram constituídas a partir da exploração de riquezas vegetais e minerais e constituem uma cultura, modos de vida, de fala, de representação, mais diretamente ligados à naturalidade das regiões onde se encontram. (VOLOCHKO, 2013, p. 19)

Em oposição a estas, as chamadas cidades do agronegócio, tais como Campo Novo do Parecis, Campos de Júlio, Sapezal, Campo Verde, Primavera do Leste, Sorriso e outras, constituem espaços da homogeneização, da simetria do traçado e da morfologia urbana ao perfil social e cultural de seus habitantes:

A indústria pesada (metalúrgica, siderúrgica, química) não vai comandar a urbanização em Mato Grosso, é a agroindústria, entendida como integração dos ramos ligados à plantação, colheita, armazenamento, transporte, processamento, beneficiamento de *commodities* agrícolas, sobretudo a soja, mas também a carne industrializada, o milho, o algodão, que vai impulsionar o crescimento urbano. (VOLOCHKO 2013, p. 27)

Por este motivo, ele avalia que essas cidades já nascem marcadas pelas desigualdades, que imperam dentro do contexto deste modelo de desenvolvimento adotado. Um exemplo disso foi a instalação de uma unidade de produção da Sadia em Lucas do Rio Verde, onde essa diferenciação social, já citada por Silva (2009, 2010), começou já no processo de seleção e recrutamento de trabalhadores. Este foi realizado em cidades do interior do Nordeste e municípios pobres de Mato Grosso, “onde ocorrem palestras que procuram convencer os futuros trabalhadores das vantagens de se migrar para Lucas do Rio Verde e trabalhar naquela empresa – é uma clara estratégia de barateamento do custo da força de trabalho”. (VOLOCHKO 2013, p. 27)

A forma como esses trabalhadores foram socializados no espaço da cidade é outro exemplo gritante da segregação espacial nas cidades do agronegócio:

A empresa construiu um conjunto habitacional formado por cerca de 1.500 casas para abrigar os trabalhadores, conhecido como Tessele Júnior, que se trata de um processo nítido de segregação socioespacial de uma população empobrecida e migrante, que atende às necessidades e estratégias de produção de uma empresa que possui uma potência enorme na produção de um espaço urbano crescentemente controlado e segregado/segregador; seus moradores são profundamente estigmatizados e apenas vão “à cidade” (à região central) quando recebem seus salários, para fazer compras. (VOLOCHKO 2013, p. 27)

Outra cidade pesquisada pelo autor e que apresenta níveis similares de segregação socioespacial é Nova Mutum, também pertencente à família de municípios do agronegócio. Segundo ele, a história desta cidade “é a história da *Colonizadora Mutum*, integrante do *Grupo Mutum S.A.*, que ainda se subdivide em *JAR Empreendimentos Imobiliários* e *Mutum Agropecuária S.A.*”. A empresa JAR – iniciais de José Aparecido Ribeiro, fundador da cidade – exerce um rígido controle sobre o mercado de terras urbanas e boa parte das terras rurais do município. (VOLOCHKO 2013, p. 26)

Este controle se desdobra em uma estratégia de imposição de uma estética urbana elitizada, pois os que adquirem os terrenos são compelidos pelo contrato a construir no limite de três anos dentro de um padrão estético estabelecido pela própria empresa. Com o agravante de que o processo de constituição do núcleo urbano e das áreas rurais de Nova Mutum e da maior parte dos municípios do agronegócio foi estabelecido em áreas já ocupadas por camponeses e populações tradicionais.

Trata-se de um processo de concentração de terra e poder que se apoia numa urbanização nova e acelerada dessas áreas que acaba expulsando ou mantendo os mais pobres em outras cidades. Ao mesmo tempo, tal dinâmica não implica a inexistência de periferias nessas novas cidades, cujos conteúdos revelam a produção controlada e planejada de guetos pobres geralmente à margem da rodovia e/ou nos extremos da cidade, ligados a uma população “tolerada” enquanto prestadora de serviços básicos necessários à realização das atividades cotidianas: vendedores, empregadas domésticas, trabalhadores da construção civil, dos serviços de limpeza, dos frigoríficos etc. (VOLOCHKO 2013, p. 33)

Não obstante, em todos esses aspectos, é importante observar a concentração sob o ponto de vista da utilização da terra. Se para governos e detentores do capital o que estava em andamento era apenas a modernização da agricultura, para os que perdiam tudo as transformações eram sentidas num nível ambiental e social. Como já foi notado,

o interesse dos que se apropriavam de grandes porções de terra primeiramente o uso dela para especulação e não para produção.

Ao mesmo tempo a terra não apenas mudava de mão, como também de função: a regra geral era que se passasse dos sistemas agroecológicos naturais e tradicionais para o sistema monocultor. Além disso, prevalência da grande propriedade significou também a continuidade de um modelo ao mesmo tempo excludente, concentrador e irracional, já que a maior parte da terra ficaria subutilizada. A CEPA verificou a subutilização da terra em termos absolutos apresentada por extensas áreas não exploradas em relação à área total do imóvel.

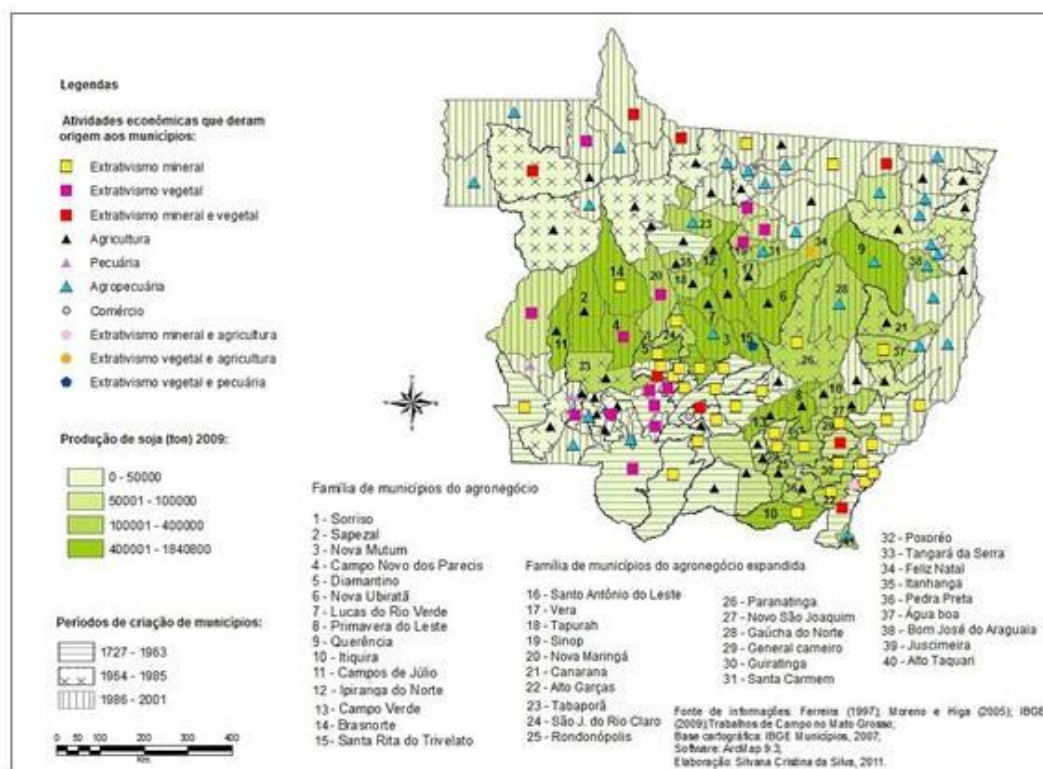


ILUSTRAÇÃO 41 – Atividades econômicas de origem e a atual Família de Municípios do Agronegócio.

Fonte: SILVA, 2010, p. 320.

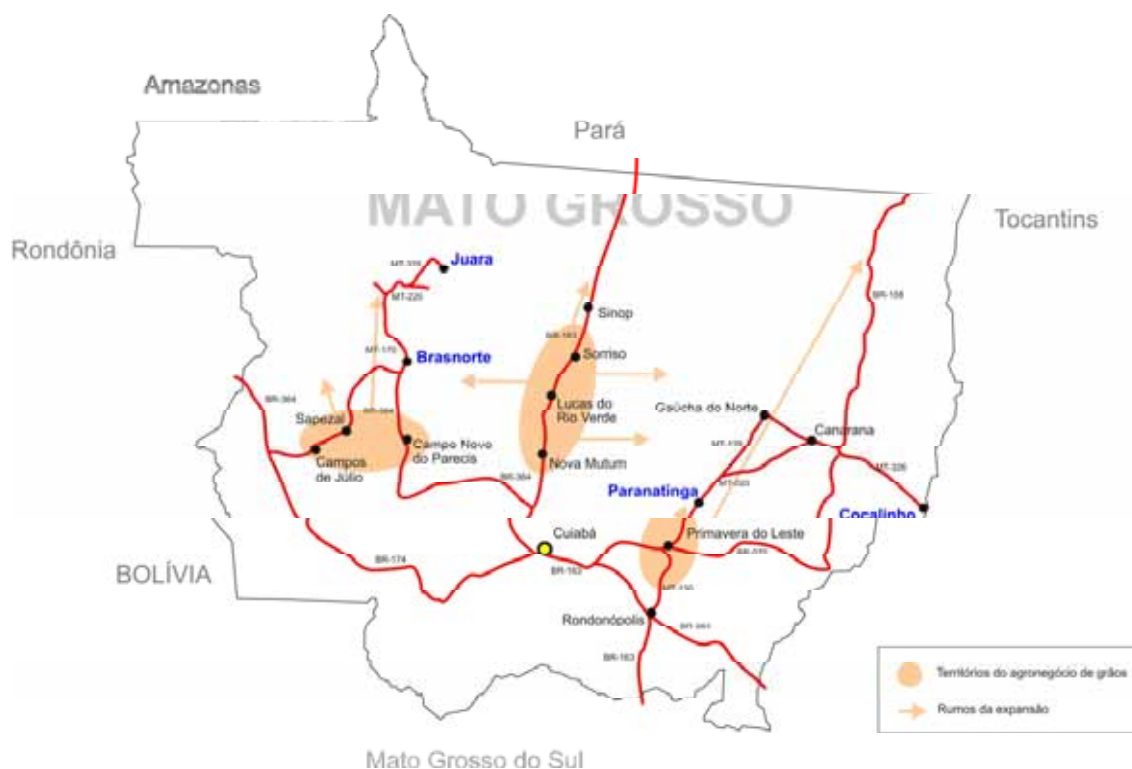


ILUSTRAÇÃO 42: Território do agronegócio de grãos e rumos do processo de territorialização em Mato Grosso

Fonte: CAVALCANTE, 2008, p. 118.

Essa subutilização era ainda mais evidente no contraste entre as pequenas e as grandes propriedades. Enquanto que os minifúndios se caracterizavam pela bastante utilização da área, os latifúndios invariavelmente se caracterizavam pela baixa utilização. Este aspecto reforçava-se quanto ao tipo de produtos cultivados nesses dois tipos opostos de propriedades:

A grande propriedade dirige-se muito mais para a produção de ‘produtos de exportação’ do que para o mercado interno, relativamente pouco contribuindo para satisfazer a demanda crescente de alimentos da população interna. (...) a pequena propriedade atende o mercado interno principalmente na oferta de produtos básicos, caracterizando perfeitamente a divisão do trabalho na agricultura. (MATO GROSSO/CEPA, 1979, p. 49-50)

Do mesmo modo, nas pequenas propriedades os bens imóveis eram concentrados nas casas de moradias e em construções e melhoramentos. Depois, por ordem de importância, seguiam-se as culturas permanentes e os animais. O que representava o uso extensivo da terra com mão-de-obra familiar voltado basicamente para a agricultura de subsistência. “Caso exista uma parcela de excedente de produção, esta se destina ao mercado, com a finalidade de atender as necessidades de consumo”. (MATO GROSSO/CEPA, 1979, p. 50)

Ao mesmo tempo a terra não apenas mudava de mão, como também de função: a regra geral era que se passasse dos sistemas agroecológicos naturais e tradicionais para o sistema monocultor. Além disso, prevalência da grande propriedade significou também a continuidade de um modelo ao mesmo tempo excludente, concentrador e irracional, já que a maior parte da terra ficaria subutilizada. A CEPA verificou a subutilização da terra em termos absolutos apresentada por extensas áreas não exploradas em relação à área total do imóvel. (MATO GROSSO/CEPA, 1979, p. 50)

Mesmo o eventual excedente não tinha como objetivo a acumulação de capital, mas o atendimento das necessidades não atendidas no âmbito daquela produção. Neste caso é que se pode falar em uma *produção de subsistência*, o que não era generalizado para o conjunto do estado. Ainda que nas propriedades médias e grandes a produção fosse realizada de forma extensiva e com baixa incidência de tecnologias, o objetivo era produzir para o mercado. É por isso que os bens e melhorias não assumiam representatividade nos médios e grandes imóveis, pois nestes o que tinha maior peso eram as pastagens cultivadas e os animais. Ao mesmo tempo, era evidente o *nível tecnológico da subsistência*:

Os dados por estrato de área mostram que **os grandes imóveis desenvolvem a atividade agropecuária, porém, que não utilizam a tecnologia.** (...) Porém, com a entrada no estado nos anos recentes os grandes empresários rurais viabilizados por incentivos fiscais concedidos pelo governo federal através dos programas especiais criados para a região **a tendência é aumentar os investimentos em bens incorporados ‘equipamentos’ principalmente nos grandes imóveis destinados a produzir em grande escala** produtos de origem animal e vegetal, com elevada concentração na Amazônia mato-grossense. (MATO GROSSO/CEPA, 1979, p. 67) (grifos nosso)

Assim como no caso das pesquisas agrícolas que estavam associadas ao modelo de desenvolvimento, a produção de tecnologia passou a agregar o componente de

acumulação de capital, pois desde o princípio ela esteve associada a grande propriedade monocultora.

Investiu-se na produção de tecnologias para fazer frente às necessidades de *desenvolvimento econômico* das grandes propriedades, o que propiciou novas formas de acumulação de capital para os grandes proprietários, em detrimento tanto dos médios e pequenos quanto dos trabalhadores rurais sem terra:

A acumulação de capital como processo social no estado vem acompanhada de uma elevação constante no que diz respeito a investimentos em equipamentos visando o aumento da produtividade, causando conseqüentemente a liberação de mão-de-obra do processo produtivo. (...) A peculiaridade dominante da produção capitalista está no fato de que a criação e apropriação de capital constituem o verdadeiro fim no impulso motriz desta produção. (MATO GROSSO/CEPA, 1979, p. 69-70)

Essas mudanças, no âmbito do modelo de propriedade e de uso da terra, provocariam efeitos no conjunto da sociedade, inclusive na urbanização e criação de novos municípios. Houve, de imediato, a formação de grandes contingentes de pessoas sem terras e sem trabalho fixo na agricultura. Em um primeiro momento, a predominância da grande propriedade significou a necessidade de se formar um exército de trabalhadores desqualificados e baratos que seriam responsáveis pela abertura e implantação das fazendas. Isto contribuiu para que crescesse o efetivo de trabalhadores temporários. No período entre 1967 e 1972 houve um crescimento de 290%, passando dos cerca de 40 mil para 170 mil; reduzindo-se drasticamente também a faixa dos assalariados permanentes, os parceiros e arrendatários. (MATO GROSSO/CEPA, 1979, p. 71)

Em seguida, quando passou a etapa de abertura e implantação dos novos empreendimentos e quando a força dos documentos legais, das armas e do dinheiro se sobrepôs ao direito dos posseiros, iniciou-se o processo de dispensa dos trabalhadores na medida em que os imóveis rurais se mecanizavam ou a agricultura era substituída pela pecuária:

O pessoal ocupado nos grandes e médios imóveis tem como principal causa a introdução de relações de produção capitalistas no campo, com a conseqüente perspectiva de lucro da empresa, tornando-se a medida de todas as coisas, que para o grande proprietário o despovoamento das fazendas tornou-se uma vantagem maior em

termos financeiros então se dá o fenômeno do êxodo rural para outras áreas. (MATO GROSSO/CEPA, 1979, p. 71)

Esse êxodo rural tinha três destinos diferentes: a ida para uma nova área onde a fronteira estava sendo *aberta*; a volta para o local de origem; ou a ida para as periferias das cidades mais próximas. Até aquele momento a população do estado era essencialmente rural e esperava-se que esse aspecto ainda deveria perdurar por muitos anos, uma vez que o estado estava sob o efeito dos projetos de colonização.

No entanto, o que não se previu foi que a colonização de tipo agroindustrial não iria reforçar a ruralização da população, mas exatamente o contrário. O novo tipo de colonização conduzia a concentração das propriedades modernizadas, exigindo mão de obra reduzida e baixa densidade populacional. Embora as novas áreas recebessem muitas pessoas, estas não permaneciam por muito tempo na zona rural, sendo expulsas para as cidades, paradoxalmente em um período de colonização dirigida para as zonas rurais. Ao final deste processo a maior parte da população de um estado agrícola vivia nas cidades. Em 1979, Mato Grosso tinha 38 municípios; em 1980 já eram 55; em 1990 eram 95 e no ano 2000 o estado contava com 142 municípios. Ao mesmo tempo, em 1970 o estado possuía mais de 60% de sua população vivendo no campo e apenas 39,08% nas cidades. No ano 2000 a situação havia se invertido em favor da urbanização: apenas 20,62% viviam no campo e 79,37% nas cidades. (HIGA, 2005, p. 91).

6.2 - As Contradições e o Aprofundamento do Modelo de Desenvolvimento

Se durante a década de 1970 o papel do Estado foi o de estimular a colonização, promover o reordenamento fundiário, construir a infraestrutura e delinear as bases da política científica e tecnológica para facilitar a ocupação do Cerrado, a partir da década de 1980, a ação estatal se torna mais sutil, mais velada, sem, com isso, diminuir sua importância. Basta uma rápida olhada nos números que representam o volume de recursos públicos investidos na produção agrícola para constatar que o apoio governamental foi e ainda é um dos maiores suportes para a continuidade e o aprofundamento deste modelo. Dificilmente o complexo agroindustrial continuaria

dominando sobre amplos territórios, se não fosse a colaboração política e financeira estatais.

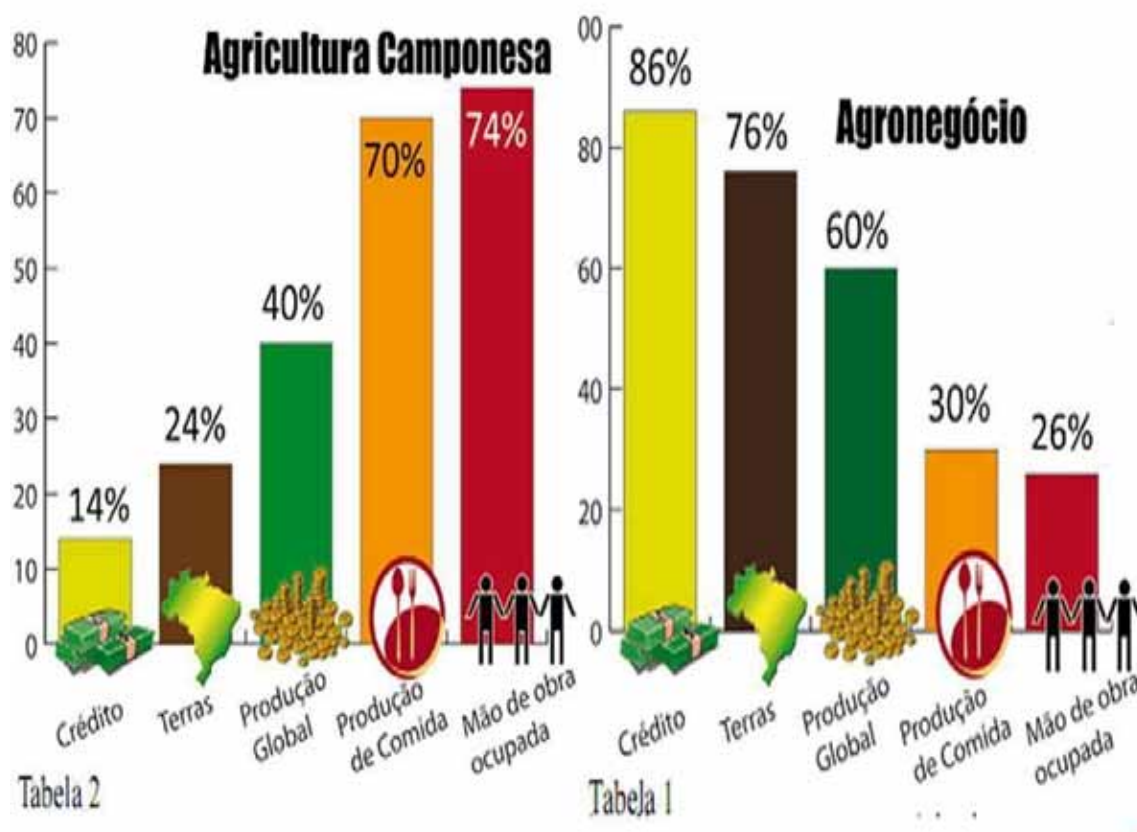


ILUSTRAÇÃO 43 – Quadro comparativo entre Agricultura Camponesa e Agronegócio

Fonte: MST, 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>.

A Ilustração acima estabelece um quadro comparativo entre a agricultura camponesa – que inclui todas as formas de pequena produção, principalmente a agricultura familiar – e o Agronegócio, comparando itens como acesso ao crédito, quantidade de terras ocupadas pela produção, participação na produção global de produtos agrícolas, produção de comida e mão-de-obra ocupada.

Recebendo 14% do crédito disponível e ocupando 24% das terras, a agricultura camponesa participa com 40% da produção global e 70% da produção de comida, além de ocupar 74% da mão-de-obra rural. Em oposição, o agronegócio recebe 86% do crédito, ocupa 76% das terras, participa de 60% da produção global, mas de apenas 30% da produção de comida e emprega apenas 26% da mão-de-obra ocupada. (MST, 2014)

A suposta eficiência do agronegócio se constitui, portanto, em mito. Mesmo naqueles resultados que aparentemente são veiculados como frutos exclusivos da ação da iniciativa privada – como os crescentes índices de produção e produtividade – pode-se rastrear a ação do poder público: nos financiamentos diretos e indiretos, na formulação da política agrícola e no congelamento da situação fundiária em favorecimento aos grandes projetos agropecuários do Cerrado.

Portanto, se a ditadura militar-civil (1964-1985) solidificou a aliança entre burguesia industrial, capital internacional e latifundiários, os governos civis que a sucederam nem de longe ousaram ameaçar essa hegemonia do capital na apropriação dos recursos naturais. Ao contrário disso, a tendência tem sido de que mesmo as forças políticas mais à esquerda se dobrem ao mito da eficiência do agronegócio e passem a governar com e para os grandes proprietários rurais.

Ao ponderar sobre este histórico de ocupação do Cerrado pela agroindústria, salta aos olhos falta de avaliações em profundidade sobre os resultados da implantação dos projetos e programas de desenvolvimento. Aliás, o silêncio histórico sobre as consequências ambientais e sociais do conjunto das ações de governos e da iniciativa privada parece fazer parte da mitologia que atualmente confere aos grandes produtores e complexos a mágica de ter transformado “amplos espaços vazios” e “terras pobres” em propriedades modernas e altamente produtivas.

Em Mato Grosso uma análise parcial foi realizada pelo Projeto de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso (PRODEAGRO). Segundo a SEPLAN/MT, este programa recebeu US\$ 205 milhões do BIRD, US\$ 40 milhões da União e US\$ 40 milhões do Estado de Mato Grosso.⁴⁴

A proposta teve como origem a reflexão e percepção do Governo dos impactos ambientais e sociais verificados no processo de ocupação da fronteira agrícola e da análise crítica dos resultados e problemas observados na implantação do POLONOROESTE, que estimulou e facilitou a ocupação de parte do Estado de Mato Grosso e Rondônia com a pavimentação da BR-364, além da abertura de estradas vicinais e vários projetos de assentamento de pequenos produtores. (MATO GROSSO/SEPLAN, 2013)⁴⁵

⁴⁴ Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/arquivos/A_865d6f91ffa940bba06ff963e7f638dfprodeagro.htm?PHPSESSID=f883775063213893d1ab6ca6b08c94ba>.

⁴⁵ MATO GROSSO/SEPLAN/GERÊNCIA ESTADUAL DO PRODEAGRO/TERMO DE REFERÊNCIA/Termo de referência para a contratação de consultoria para elaboração de Relatório Técnico de Avaliação dos Resultados obtidos com a implementação do Projeto de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso - PRODEAGRO. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/arquivos/A_865d6f91ffa940bba06ff963e7f638dfprodeagro.htm?PHPSESSID=f883775063213893d1ab6ca6b08c94ba>

O empréstimo foi assinado em 1992, com a previsão de que o estudo seria concluído em sessenta meses. Esperava-se que, neste prazo, fossem executadas as seguintes atividades: zoneamento agroecológico e regularização fundiária; gerenciamento, proteção e monitoramento dos recursos naturais; desenvolvimento agroflorestal; serviços de infraestrutura econômico-social; desenvolvimento institucional. (MATO GROSSO/SEPLAN, 2013)

De acordo com Gislaene Moreno e Tereza Cristina Souza Higa (2009), durante a execução do programa foram realizadas três análises de desempenho, mas ele foi sucessivamente interrompido devido a “restrições de ordem orçamentária impostas em âmbito federal”. O zoneamento agroecológico, um dos principais componentes do programa, foi concluído em 2002. Um dos resultados do zoneamento foi o *Diagnóstico Socioeconômico-Ecológico* publicado pela SEPLAN e que se encontra disponível para consulta.⁴⁶

O *Diagnóstico* inclui uma rápida avaliação dos impactos ambientais e sociais decorrentes da ocupação da fronteira agrícola do Cerrado mato-grossense. Ali se admite que “uma avaliação rigorosa dos resultados destes programas revela-se difícil, uma vez que nem todos evidenciaram o mesmo ritmo de continuidade e de aporte de recursos”. Além disso, “os elementos contidos nos planos oficiais de desenvolvimento são extremamente genéricos”. (MATO GROSSO/SEPLAN, 2001, p. 30)

O documento admite uma “falta de critérios objetivos para a escolha das áreas beneficiadas e dos projetos que foram aprovados”. Além do mais, conceitos centrais nos projetos, tais como “exploração racional” e “preservação ambiental”, nunca foram suficientemente definidos no âmbito desses próprios programas. Por outro lado, estes se notabilizaram por “falta de planejamento integrado, seja no plano espacial, seja pela ausência de um planejamento plurianual”. O mais grave, no entanto, é que o *Diagnóstico* considera que somente em 1985 a SUDAM tivesse efetuado um levantamento da situação dos projetos executados desde 1964, mesmo assim analisando uma amostragem de 10%. Segundo a SEPLAN/MT, deste total, 581 referiam-se a projetos envolvendo fazendas cujo tamanho variava entre 3.000 e 300.000 hectares, 208 delas localizadas em Mato Grosso e as outras também nos estados da Amazônia Legal. (MATO GROSSO/SEPLAN, 2001, p. 30)

⁴⁶ Disponível em: <<http://201.49.164.155/~seplandownloads/index.php/dsee>>

Estes projetos cobriam uma área total de nove milhões de hectares, dos quais 4 milhões eram destinados a pastagens que deveriam abrigar um rebanho de mais de 6 milhões de cabeças de gado. “Até hoje, contudo, desconhecem-se os resultados logrados por estes investimentos em termos de emprego, geração de riquezas e melhoria da qualidade de vida da população deles participante”. (MATO GROSSO/SEPLAN, 2001)

Além disso, foi estimado que, do total de empresários que receberam estes recursos, pelo menos **20% agiram de má fé**, enquanto **outros 20% não conseguiram atingir as metas fixadas**, seja por incompetência, seja por encontrar dificuldades maiores do que esperavam. **Um bom número de empresários considerava que estas perdas representavam o custo que o país devia pagar para desbravar uma região como a Amazônia.** (MATO GROSSO/SEPLAN, 2001, p. 30) (grifos nosso)

Essa análise sugere que a maior parte dos projetos apoiados pelos programas especiais se converteu em uma forma de enriquecimento ilícito. Imensas somas de capital foram transferidas do setor público para as mãos de pessoas ou grupos econômicos sem que houvesse qualquer forma de fiscalização posterior. Estes procedimentos, aliás, fraudulentos de transferência de riqueza e terras do poder público para a iniciativa privada, estão na base do processo de colonização do Cerrado pela agroindústria. Apesar de tudo isso, mesmo com os grandiosos projetos implantados na Amazônia e na região dos cerrados, ou justamente a partir deles,

A década de 1980 inicia-se em condições econômicas fortemente desfavoráveis, a saber: recessão interna, interrupção dos financiamentos externos, agravamento do déficit público, queda dos preços internacionais das *commodities* e dos produtos agroindustriais exportados pelo país. (MATO GROSSO/SEPLAN, 2001, p. 32)

Segundo análise de Nelson Giordano Delgado (2009), essa conjuntura econômica extremamente desfavorável para os negócios da iniciativa privada, no entanto, não fez senão com que o setor produtivo agrícola aumentasse ainda mais o grau de dependência em relação aos mercados externos e as políticas setoriais do governo federal. (DELGADO, 2009, p. 12-18)

No ajustamento doméstico à crise externa de 1980, o desempenho da agricultura foi muito mais favorável do que o do setor industrial já que em 1979 o governo havia indexado os preços mínimos à inflação e a política de desvalorização cambial compensou em moeda nacional as perdas de receitas de dólares dos exportadores, o que

viabilizou o crescimento agrícola num ambiente macroeconômico interno e externo desfavorável. (DELGADO, 2009, p. 18)

Na medida em que tal mecanismo emitiu moeda e estimulou a inflação, pode-se dizer que a inflação foi uma das maneiras que permitiram a socialização das perdas na agricultura, transferindo para a população, principalmente a de baixa renda, o ônus dos prejuízos no âmbito da agricultura de exportação. (DELGADO, 2009, p. 20)

Segundo ele, o principal ponto de convergência das políticas governamentais que favoreceram o crescimento do chamado agronegócio durante as décadas de 1980 e 1990 foi o de que o “contexto da abertura comercial e da globalização”, que induziram o retorno do Brasil ao projeto de “vocação agroexportadora”, definindo a partir daí o papel que a agropecuária viria a ter na economia e no projeto de desenvolvimento nacional até a contemporaneidade.⁴⁷ (DELGADO, 2009, p. 22)

Ao mesmo tempo, o ajuste neoliberal que se seguiu aos governos de Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso tinham como aspecto central “a necessidade do país gerar grandes saldos na balança comercial e os setores agroexportadores foram estimulados a desempenhar esse papel, sendo então transformados em prioridades na política macroeconômica”:

Nesse sentido, (...) ocorre um verdadeiro ‘relançamento’ do agronegócio a partir de 1999, alavancado por algumas medidas importantes de política: (1) um programa prioritário de investimentos em infraestrutura territorial (os ‘eixos territoriais de desenvolvimento’), visando a incorpora o de novos espaços territoriais, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio (por exemplo, nas regiões Centro-Oeste e Norte do país); (2) a reorganiza o da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para operar o sistema público de pesquisa em maior consonância com as empresas multinacionais (como exemplifica o caso dos transg nicos); (3) a ‘frouxida o da política fundiária’, ou seja, sua relativa incapacidade de fiscalizar e regular o mercado de terras, deixando fora do controle público as ‘terras devolutas’; e (4) a desvaloriza o da taxa de câmbio real, de modo a tornar o agronegócio novamente competitivo no comércio internacional. (DELGADO, 2009, p. 22)

A continuidade da tendência histórica de moderniza o conservadora foi fundamental para a constitui o, amplia o e consolida o do papel dos complexos agroindustriais no Cerrado. Exatamente esta estratégia de ajustamento externo ao

⁴⁷ A rigor não se pode falar em retorno, pois as elites dirigentes nunca consideraram seriamente abandonar este papel.

projeto neoliberal, apoiada na grande propriedade rural modernizada, que propiciou ao setor agrícola especializar-se ainda mais na produção de itens primários de exportação, transformando os antigos latifúndios no agora chamado *agronegócio* produtor de itens de exportação, em especial milho, soja, cana-de-açúcar, papel e celulose. Do mesmo modo,

Essa opção de política deu ao agronegócio um caráter de ‘imprescindibilidade’, fortalecendo sua projeção e peso políticos diante do Estado e da sociedade, e aumentando sua presença política e sua exposição favorável na mídia. Tornou-se, então, portador da proposta dominante de desenvolvimento para a agricultura brasileira que, em sua essência, **tenta atualizar para os tempos e para a ideologia da globalização o tradicional modelo de modernização da agricultura, concentrador, excludente e destruidor do meio ambiente, predominante desde a década de 1970.**⁴⁸ (DELGADO, 2009, p. 26-27) (grifo nosso)

Para o Estado de Mato Grosso, a prevalência do agronegócio sobre todas as outras formas de ocupação do solo e a conquista do Cerrado pela agroindústria tem significado um processo ainda mais concentrador, excludente e destruidor do meio ambiente, além de atualizar o papel da região como periferia do sistema. Isto principalmente porque os complexos agroindustriais passam a ocupar Mato Grosso quando já estavam praticamente consolidados em outras regiões do mundo e do país. Nesse sentido, se a corrida em direção ao desenvolvimento tendeu a colocar o Brasil em uma posição subalterna em relação aos grandes centros industriais do mundo, em Mato Grosso colocaria o estado em uma situação marginal em relação às regiões centrais do país.

Assim, pode-se afirmar que o estado foi uma região colonizada no novo processo de colonização interna, passando a afirmar sua dupla dependência dentro do modelo de economia mundo: Mato Grosso foi configurado como uma região de periferia dentro de um país já considerado periférico em relação aos centros econômicos mundiais.

A emergência dos complexos agroindustriais foi a manifestação mais evidente de que modernização da agricultura não implicou apenas em uma nova incorporação do território pelo capital, mas igualmente em uma mudança no uso da terra, ou seja, como uma mudança na forma como a natureza passou a ser encarada.

⁴⁸ Tenta e efetivamente tem tido sucesso. A recente ida do empresário do agronegócio Blairo Maggi à Cuba, acompanhado o ex-presidente Lula é um exemplo concreto da importância social conferida ao setor.

Para uma melhor compreensão do papel dos complexos agroindustriais na colonização do Cerrado em Mato Grosso é necessário esclarecer o que se entende aqui por complexo agroindustrial. Nesta tese usa-se o conceito de complexo agroindustrial definido como “o conjunto dos processos tecnoeconômicos sócio-políticos que envolvem a produção agrícola, o beneficiamento e a sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiros e comerciais correspondentes”. (MULLER, 1982, p. 48)

De uma maneira mais simples, complexo agroindustrial congrega todas as atividades relacionadas com a produção agropecuária, dividindo-se em dois setores básicos: a parte do complexo agroindustrial anterior à produção rural que congrega o conjunto de setores que produzem os insumos que são adquiridos pelos produtores e é chamada *montante*; e a parte que recebe a produção para armazená-la, processá-la e distribuí-la no mercado, chamada de *jusante*.

Há, pois um grande setor da indústria cuja especialidade é produzir para o que o setor agrícola possa realizar sua produção. Ao mesmo tempo, outra parte da indústria se especializou na transformação das matérias primas que são produzidas pelo setor agrícola. É, por isso, que os “produtores rurais” perderam completamente a centralidade de seu próprio processo produtivo.

No âmbito da agropecuária modernizada eles são apenas um pequeno elo nas cadeias do complexo. Essa participação tem sido cada vez menor, se resumindo em usar de uma maneira preestabelecida os insumos que ele necessita para produzir. É por isso que contemporaneamente tem se falado em uma *agricultura sem agricultores*.⁴⁹

Os complexos agroindustriais não emergem apresentando todas as fases da produção num mesmo local. Em Mato Grosso, por exemplo, os complexos agroindustriais dominam a produção de algodão, milho, arroz e soja, mas no estado não existem as grandes indústrias que produzem os insumos, nem as que recebem as matérias primas para a transformação.

O que torna o complexo agroindustrial uma síntese de múltiplos interesses é o fato de ele articular em seu favor todos os novos interesses sociais surgidos com o processo de modernização da agricultura. Portanto, ao mesmo tempo em que induz a níveis cada vez mais profundos e amplos de modernização das atividades agrícolas

⁴⁹ Com advento da agricultura de precisão aliada as novas tecnologias de plantio, colheita, sementes transgênica, previsão do tempo e outras, o papel das tecnologias na produção é cada vez maior em detrimento da participação de agricultores tradicionais e de mão de obra não especializada.

torna essas atividades cada vez mais dependentes dessas formas de indução modernizadora. Desse bloco de interesses participa o grande capital industrial – nacional e transnacional –, o Estado e os grandes proprietários rurais. Ao apresentar uma tendência histórica de concentração, exige políticas públicas macroeconômicas, concentração fundiária e internacionalização da terra, além de volumes crescentes de capital e tecnologias.

Aliás, segundo Guilherme Delgado (1985) esse processo “se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos setoriais e regiões econômicas. Não é, portanto, um processo que homogeneiza o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira”. (DELGADO, 1985, p. 86) Pode-se afirmar que o complexo agroindustrial expressa a economia mundo moderna na agropecuária. Cada uma dos momentos do processo produtivo se encontra integrado numa hierarquia transnacional de um todo econômico.

O espaço econômico, social, político, geográfico e cultural da produção são altamente integrados, seletivos e hierarquizados numa escala que vai de periferias produtoras de matérias primas com uso de insumos, capital e tecnologias a um centro que recebe essas matérias primas e exporta os insumos e tecnologias usados na produção da periferia.

As demais regiões do país e os milhões de estabelecimentos não incorporados ao processo de modernização cumprem, nessa estratégia de organização da produção, papéis periféricos na agricultura brasileira. Há mesmo que admitir que significativas parcelas de agricultores residentes em estabelecimentos minúsculos constituem uma força de trabalho subempregado, de difícil possibilidade de absorção em qualquer ramo da economia rural. (DELGADO, 1985, p. 87)

O final dos anos 1960 é considerado um marco de constituição do complexo agroindustrial no Brasil. Segundo Delgado, o processo caracterizou-se basicamente pela implantação de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura e pelo desenvolvimento paralelo de um mercado nacional e modernizado de produtos industriais de origem agropecuária, dirigidos tanto para o mercado interno quanto para o externo. (DELGADO, 1985, p. 81)

A implantação do complexo agroindustrial em Mato Grosso ocorreu quando os complexos agroindustriais já existentes em outras regiões se dirigiram para o Cerrado

como uma consequência das políticas governamentais de ocupação das novas fronteiras agrícolas.

Nesse contexto, Mato Grosso emergiu como *locus* duplamente colonizado, sob o efeito do colonialismo interno, atualizando assim a mesma lógica colonial que presidiu as relações econômicas e sociais nos outros períodos de domínio econômico anteriores: a mineração, a pecuária extensiva e o extrativismo vegetal da borracha e da poaia.

De acordo com Delgado, a definição do perfil de um complexo agroindustrial, da forma como nele estão articulados os ramos a montante e a jusante da agropecuária é o indicador mais relevante para que se possa “senão medir, pelo menos estimar a ordem de magnitude desse complexo industrial e, bem assim a relevância das relações interindustriais do tipo insumo-produto”. (DELGADO, 1985, p. 83)

Em se tratando de Mato Grosso, embora o processo de modernização capitalista tenha se iniciado por volta dos anos 1970 com a implantação dos grandes projetos agropecuários, a reordenação fundiária e as obras de infraestrutura, é somente a partir dos anos 1980 que os complexos agroindustriais se tornam expressivos. As implicações mais visíveis, no entanto, somente aparecem na década seguinte, quando todo esse conjunto de transformações resulta em um substancial aumento na produção de grãos, carnes e fibras; destacando-se a produção de soja. Contudo, como efeito dessa preponderância da soja e da dependência relativa dos setores localizados em Mato Grosso, em relação àqueles localizados nos grandes centros, a modernização do setor agrícola não foi e não tem sido acompanhada de um processo análogo de industrialização:

Em que pese as consecutivas colheitas com recordes de produção e produtividade, o Complexo Agroindustrial especificamente agroalimentar da soja não industrializa a totalidade dos grãos produzidos no Estado. A presença de poucos atores no lado à *montante* da agricultura, pode ser observada pelo grau de importação de insumos e matéria-prima para a produção agrícola. (OLIVEIRA, 2005, p. 27)

Ele recorre ao estudo realizado por Joaquim José Martins Guilhoto e Umberto Antônio Sesso Filho (2002), que estimou a diversidade produtiva e a presença dos

complexos agroindustriais na região da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Pará Rondônia Roraima, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso).⁵⁰

Segundo Cícero Rainha de Oliveira, este estudo concluiu que, por um lado, que 95,49% dos produtos (consumo intermediário e final) usados no Estado de Mato Grosso são originados do resto do Brasil (excetuando-se os outros estados da região amazônica):

Isso demonstra o baixo nível de industrialização do Estado. Por outro, as demais regiões do Brasil adquirem da região amazônica, sendo 22,99% do Estado de Mato Grosso, 49,55% do Estado da Amazonas, e 13,04% do Estado do Pará. Para o Estado do Amazonas o comércio é explicado por possuir em seu território, a Zona Franca, que importa produtos eletrônicos livres de impostos, exportando-os posteriormente, após transformação em bens de consumo. Nestas condições e dadas a grande produção e produtividade dos grãos, especialmente a soja, se tornou o principal produto de exportação do Estado. Assim, passou a ser usada pelos governantes mato-grossenses, como instrumento de política econômica. (OLIVEIRA, 2005, p. 27)

Uma análise de alguns indicadores da modernização explica a forma como se processou a modernização da agricultura através da passagem para os complexos agroindustriais em Mato Grosso.

O número de tratores entre 1985 e 2006 teve um incremento em todas as potências, expandindo-se 67% no período, contudo o aumento foi muito maior no número de tratores de maior potência que cresceu 115% no período. Isso significa que a modernização foi bem mais acentuada nas grandes propriedades que operam com tratores de maior potência. (PEREIRA; PESSOA, 2006, s/p)

TABELA 7: Número de tratores por potência (CV), 1985-2006

Ano	- 10 CV	10 a -20	20 a -50	50 a -100	+ de 100	Total
1985	390	742	2.718	9.685	5.999	19.534
2006	663	958	3.219	14.941	12.932	32.713
Aumento %	70%	29%	18%	54%	115%	67%

Fonte: Pereira e Pessoa, 2006.

⁵⁰ GUILHOTO, Joaquim José Martins; SESSO FILHO, Umberto Antônio. An Overview of the Productive Structure of the Amazon Region: Using the Eyes of na Interregional Input-Output System. [online], Disponível em:< <http://www.unb.br/face/eco/seminarios/sem0903.pdf> >. (04/2004).

Outro índice convencional é o da produção de sementes agrícolas, dado que “a semente se constitui em um dos principais insumos do processo agrícola”. Neste quesito fica patente a especialização da modernização com ênfase na soja. Enquanto a produção de sementes de soja aumentou 1.933% entre 1981 e 2002, as culturas de arroz, forrageiras, algodão, feijão, milho e sorgo cresceram em torno de 38% na média. (PEREIRA; PESSOA, 2006, p. 07)

Por outro lado, de acordo com Celso Luis Rodrigues Vergo e Celia Regina R. P. T. Ferreira (2004) a expressiva expansão no cultivo de grãos, especialmente da soja, foi amparada pela crescente utilização de fertilizantes e defensivos. Eles observaram que no período compreendido entre 1987 e 2002 as entregas de fertilizantes passaram de 423,8 mil toneladas para 3,2 milhões de toneladas, com uma taxa de acréscimo anual de 14,26%, superando a média nacional do período que foi de 5,3% ao ano. (VERGO; FERREIRA, 2004, p. 8)

Através da análise da participação dos setores agropecuária e indústria de transformação é possível visualizar onde Mato Grosso se localiza nessa organização do complexo agroindustrial. Sirlene Gomes Pessoa e Benedito Dias Pereira (2006); Benedito Dias Pereira e Sirlene Gomes Pessoa (2006) observam que desde princípios dos anos 1980 “criou-se então a sensação que a economia estaria se pautando pela emergência dos complexos agroindustriais, sem que houvesse um questionamento do papel que região cumpriria na economia dessas organizações”. (PEREIRA; PESSOA, 2006, p. 8)

Eles constataram que entre 1978 e 2002 houve um incremento nos índices de produção e produtividade da soja, algodão, aves, cana-de-açúcar, madeira, milho, bovinos, suínos, arroz e outros itens agrícolas. O incremento da agropecuária foi bem mais elevado e significativo do que o da indústria de transformação, pois enquanto esta aumentou de 10,74% em 1995 para 11,12% em 2002, o crescimento da agropecuária foi de 16,53% para 29,85% no mesmo período. (PEREIRA; PESSOA, 2006, p. 4)

Ao mesmo tempo, constatou-se que o mercado mato-grossense de bens primários ainda é muito reduzido e a parte dominante da produção é exportada *in natura* ou semi-industrializada para outros estados e países, o que caracterizaria o estado como uma região configurada para “gerar divisas para o país, em cenário nacional de elevado endividamento externo”:

Como exemplo dessa evidência, considerando-se os mais relevantes atores da cadeia da soja a *montante* do cultivo dessa oleaginosa, observa-se que, do conjunto das indústrias mais representativas (indústrias produtoras de fertilizantes e agrotóxicos, de sementes e de máquinas agrícolas), tão-somente a indústria de sementes tem plantas instaladas em MT. Por sua vez, a *jusante* do cultivo da soja, em particular, na indústria de processamento, com base nos dados de julho de 2003, número extremamente reduzido de empresas (seis [Amaggi, Encomind, Bunge Alimentos, Sperafico, ADM e Agrosoja - 2006]) tem plantas instaladas no estado. A existência da reduzida intensidade da ligação entre a agricultura e outros setores, a *montante* e a *jusante* da agricultura, meramente retrata, uma vez mais, o baixo grau de agroindustrialização ou de beneficiamento dos produtos agrícolas da economia de MT. (PESSOA; PEREIRA, 2006, p. 9)

Fica evidente a natureza limitada da modernização da agricultura mato-grossense, pois ela não significou a passagem para uma agropecuária mais moderna em todos os setores. Ao contrário disso, a região consolidou-se como local de produção de matérias primas, exportadas *in natura* ou semi-industrializadas. Mesmo tendo conservado todas as outras características do complexo, como a grande propriedade monocultora, o uso intensivo de capitais e tecnologias e a exclusão de trabalhadores do processo produtivo. Evidencia-se, assim, uma das contradições do setor agrícola mato-grossense: encontra-se *relativamente bem modernizado* nas atividades agrícolas sem, no entanto, apresentar uma modernização correspondente na industrialização da produção. Merece ênfase, também, que essa modernização culminou com a preponderância do cultivo de soja sobre todas as outras atividades do setor. No ano de 2000, o Estado tornou-se o maior produtor nacional deste grão.

Além dos fatores macroeconômicos pós anos 1980, que influenciaram a consolidação do complexo agroindustrial da soja, outras dimensões contribuíram para que houvesse um processo de reestruturação nas agroindústrias do setor. Valdemar João Wesz Junior mostra que uma série de medidas regulatórias, transformações tecnológicas, mercadológicas e políticas públicas desempenharam um importante papel na consolidação da soja como o principal produto de exportação e vetor mais importante na ocupação das novas áreas de Cerrado por uma agricultura altamente tecnificada e capitalizada. (WESZ JUNIOR, 2011)

A importância de se pontuar aqui cada uma dessas dimensões observadas por Wesz Junior reside no fato de que o complexo agroindustrial mato-grossense apoia-se basicamente na sojicultura. Do ponto de vista da regulação do mercado, ele aponta a promulgação da Lei Kandir, em setembro de 1996, que “desonerou o Imposto sobre

Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações de matérias-primas e manteve o ônus tributário sobre os produtos industrializados”. (WESZ JUNIOR, 2011, p. 33)

O efeito imediato foi proporcionar uma maior competitividade nas exportações das *commodities* agrícolas e, por outro, “reduziu sensivelmente a viabilidade da produção agroindustrializada destinada ao mercado externo”:

Nesse sentido, a publicação da Lei Kandir acabou provocando uma reconfiguração e uma reestruturação das empresas esmagadoras de soja à medida que a isenção de impostos acabou aumentando as margens de lucro na comercialização *in natura* e diminuindo a rentabilidade dos produtos beneficiados pela agroindústria. (WESZ JUNIOR, 2011, p. 33)

Segundo ele, um efeito indireto da medida foi a redução do percentual de esmagamento de soja em todo o Brasil que passou a girar em torno de 58% num momento em que a média mundial era de 87%. Isto demonstra que a desoneração fiscal promovida pela Lei Kandir se constituiu em um mecanismo limitou as possibilidades de industrialização da soja no mesmo local em que era plantada. (WESZ JUNIOR, 2011, p. 33)

No caso de Mato Grosso, os efeitos foram ainda mais profundos, pois passou a ser mais interessante para o produtor e para os compradores que a soja fosse exportada *in natura*. Paralelamente a isso, ocorreram importantes inovações no campo tecnológico, surgidas no bojo das pesquisas principiadas no âmbito da Embrapa e outras instituições estatais, que foram apropriadas pelo complexo agroindustrial reforçando a tendência deste para a concentração através de fusões de aquisições no setor agroalimentar.

Wesz Junior destaca que a intensidade das inovações tecnológicas surgidas dentro do complexo agroindustrial da soja foram agregadas ao processo produtivo e contribuíram para que houvesse um reforço na tendência de concentração econômica vivenciada pelo setor. Assim, o complexo cresceu sob o signo da integração entre os setores farmacêutico, químico, agrícola e de processamento da matéria prima. (WESZ JUNIOR, 2011, p. 37)

Essa tendência faz com que qualquer inovação surgida em uma dessas áreas contribui para que todo o complexo se dinamize e se torne ainda mais concentrado. Por isso, as inovações são encaradas como possibilidades maiores de competição com as

outras empresas do setor, fortalecendo a posição em um mercado altamente competitivo:

Em suma, as grandes *tradings* aproveitaram as inovações biotecnológicas que aconteceram nos últimos anos para viabilizar suas estratégias de ganhos de mercado. Esse processo pode ser visualizado nas corporações processadoras como Bunge, ADM, Cargill e Dreyfus, que mantêm grande sinergia e complementaridade entre a área química e agroalimentar. Por outro lado, as empresas menores, não verticalizadas e com baixa capacidade de investimento em “progresso técnico”, não conseguiram acompanhar as mudanças tecnológicas no ramo de equipamentos, processos e produtos. Esta situação cria uma grande distância concorrencial que propicia a consolidação das indústrias maiores e a estagnação, para não dizer atraso, dos empreendimentos mais carentes em capital. (WESZ JUNIOR, 2011, p. 38-39)

Importante salientar que todas essas medidas regulatórias, transformações tecnológicas, mercadológicas e políticas públicas ocorreram paralelamente à ocupação do Cerrado pela agroindústria. Nesse sentido, pode-se dizer que o processo de ocupação da terra, a modernização da agricultura e a emergência do complexo agroindustrial da soja em Mato Grosso são processos que caminharam entrelaçados, cada um influenciando o outro.

Wesz Junior mostra que a soja não teria se transformado no principal cultivo no Cerrado não fosse a conjugação de fatores que vão desde o desenvolvimento de cultivares adaptadas ao Cerrado até a geração de tecnologias voltadas ao melhoramento do solo; passando por políticas de incentivos fiscais e de concessão de terras para aberturas de novas áreas. (WESZ JUNIOR, 2011, p. 32-45)

Além disso, outros fatores foram a topografia favorável ao uso de máquinas e equipamentos; a implantação de um sistema de transporte voltado ao escoamento da produção; até as políticas de colonização com migração de agricultores sulistas que não reconheceram os direitos sobre os territórios tradicionalmente ocupados por posseiros, pequenos produtores, povos indígenas e extrativistas.

A maior parte dos relatos sobre o sucesso da soja no Cerrado mato-grossense esconde esses aspectos, *naturalizando* a dominação, pois enfatizam apenas o aumento da produção e da produtividade. Ocorre que o complexo agroindustrial emerge em Mato Grosso realizando seu potencial concentrador de terras e das cadeias produtivas, de tal

forma que na atualidade a quase totalidade da produção é controlada pelas agroindústrias do grupo ABCD e Amaggi⁵¹:

Além de controlarem 90% da capacidade de esmagamento de soja, o Grupo ABCD e Amaggi tem no Mato Grosso um importante *locus* de suas estratégias empresariais. (...) As firmas investem fortemente na oferta de insumos (especialmente fertilizantes) em conjunto com o financiamento da produção de soja. O elevado nível de endividamento dos produtores mato-grossenses potencializou a entrada das *tradings* nestes nichos, disponibilizando no estado R\$ 1,7 bilhão na safra 2008/09. É importante destacar que estas estratégias não estão voltadas somente aos grandes proprietários, mas também aos agricultores com menores áreas de terras – inclusive assentados. (...) Paralelamente, a estratégia de desenvolver um sistema de armazenamento do grão próximo às lavouras também tem sido utilizado no estado. O Grupo ABCD e a Amaggi possuem condições de conter em depósito mais de seis milhões de toneladas de soja, o que representa 23,5% da estrutura presente no Mato Grosso em 2010. (WESZ JUNIOR, 2011, p. 114-115)

Segundo Wesz Junior, o Grupo ABCD e a Amaggi tornaram-se importantes para a economia de Mato Grosso, a ponto de serem capazes de interferir nas políticas públicas, fazendo com que as elas caminhem no sentido de aumentar ainda mais as suas lucratividades e as suas expansões sobre o mercado de grãos. Ainda de acordo com ele, o estado tem se consolidado como uma importante base das vendas ao mercado internacional do Grupo ABCD e Amaggi:

Em suma, o Mato Grosso é um estado estratégico ao desenvolvimento das empresas analisadas pelo fato de ser a federação que apresenta a maior disponibilidade de matéria-prima, o que possibilita a construção de várias outras sinergias positivas. (...) Além de atingirem seus objetivos centrais, o Grupo ABCD e Amaggi contribuiu fundamentalmente para a geração de divisas no Mato Grosso, o que aumenta significativamente o seu poder de negociação com o governo do estado. O fato de a Amaggi pertencer à família do ex-governador também possibilita uma ampliação das relações entre as empresas e o Estado, o que pode ter favorecido o direcionamento de investimentos públicos em áreas estratégicas para as *tradings*. Esta discussão esteve presente nos últimos anos do Governo Blairo Maggi (o mandato ocorreu de 2003 até 2010), ao ser acusado de ter oferecido incentivos fiscais à Amaggi. Esse mesmo apoio foi disponibilizado à Sadia e à Fiagril para que as empresas se instalassem no município em que a esmagadora de soja opera (Lucas do Rio Verde). Isso porque, o complexo industrial da Sadia, a fábrica de biodiesel da Fiagril, e a

⁵¹ Além da Amaggi, o autor inclui neste grupo: ADM, Bunge, Cargil e Dreyfus. conferir: WESZ JUNIOR, 2011, p. 69.

esmagadora de soja Amaggi operarão conjuntamente por meio de um fareloduto e um duto de óleo diesel. (WESZ JUNIOR, 2011, p. 123)

Dessas considerações pode-se inferir que o complexo sojicultor mato-grossense e brasileiro tem sido eficaz não só em aumentar continuamente os índices de produção e produtividade, como de escamotear suas origens no processo de transferência de terras, recursos financeiros e conhecimentos tradicionais da esfera pública para a esfera particular, bem como obtenção de vantagens - medidas fiscais, pesquisas públicas, redes de comunicação e transportes – para a ampliação de seu domínio sobre o território.

Como resultado dessa estratégia de sucesso criou-se um consenso social sobre a importância do agronegócio e a sua imprescindibilidade para a aquisição de divisas e manutenção da balança comercial de uma maneira que a questão agrícola aparece sempre desvinculada da questão agrária.

O que esse silêncio sobre o assunto esconde é exatamente que o processo de ocupação das áreas atualmente nas mãos dos grandes complexos agroindustriais e dos seus parceiros foi basicamente um processo de transferência das terras devolutas do Estado para a iniciativa privada. (CAVALCANTE, 2008, p. 98)

As terras que os camponeses foram forçados a abandonar e que faziam parte dos assentamentos de reforma agrária, projetos de colonização públicos e privados – como no caso aqui citado de Lucas do Rio Verde – “foram incorporadas por agricultores mais prósperos, favorecendo o processo de reconcentração da terra, que é um fato consumado”. Em seguida, a maior parte dessas terras veio a compor o patrimônio dos complexos agroindustriais ou de grandes produtores, em um processo ainda em andamento e que tem inclusive atingido o nível da *estrangeirização da terra*. (CAVALCANTE, 2008, p. 98)

Usando como base o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), Matusalém Bezerra Cavalcante (2008) detectou que “muitos dos municípios que fizeram parte dos programas de colonização e desenvolvimento apresentam os maiores latifúndios do Estado”. Ele demonstra que o processo começado com a vinda das correntes migratórias do Nordeste resultou na colonização do Cerrado pela agroindústria. A junção dos interesses do grande capital, do Estado e dos produtores rurais resultou em:

Uma política que induziu a monopolização da propriedade privada da terra de latifundiários, capitalistas particulares e grupos econômicos através da compra da terra para estocagem ou especulação (reserva de valores). Resultado de políticas que serviram para premiar e pagar

favores e condicionando a terra a favor da reconstrução do território em bases capitalistas. (CAVALCANTE, 2008, p. 98)

Com isso, ele levanta a hipótese de que está em andamento a territorialização do agronegócio, ou seja, os grandes complexos agroindustriais da soja estão deslocando a pecuária para as áreas da Amazônia ao mesmo tempo em que se apossam das áreas de Cerrado:

Isso porque a soja, em Mato Grosso, é fortemente dirigida pelo governo do Estado e as empresas Bunge, Cargill, ADM e Grupo André Maggi, grandes tradings que dominam a soja no país. O direcionamento dos investimentos públicos e apoio legislativo para o sucesso dos empreendimentos sojeiros criam condições para a sua territorialização. (CAVALCANTE, 2008, p. 101)

Esses investimentos atuais, a que ele se refere, seguem a mesma linha traçada pelo planejamento estratégico dos governos militares, que é criar ou apoiar a criação da infraestrutura necessária ao “escoamento da produção”, promovendo também a diminuição dos custos de produção e a elevação do preço das terras:

Rodovias estaduais e estradas vicinais, estrategicamente localizadas, asfaltadas para o escoamento da produção, construção de portos em Porto Velho e Itacoatiara, projetos de construção de estrada de ferro, asfaltamento da BR-163 e construção do porto de Santarém para o escoamento da produção. (...) **O território da soja se desenvolveu, em grande medida, sobre as áreas planejadas do governo militar para a colonização ou projetos de desenvolvimento, onde foram denunciadas vendas para empresas internacionais.** (CAVALCANTE, 2008, p. 101-102) (grifo nosso)

Ele afirma também que “no território do agronegócio, o complexo agroindustrial da soja se utiliza de diversas táticas para incorporar, a cada dia, médias e grandes propriedades”. A territorialização não acontece apenas pela aquisição da propriedade, já que o cultivo do grão avança sobre as pequenas e médias propriedades, inclusive em algumas reservas indígenas, onde estas são arrendadas aos grandes produtores. “A soja está sendo terceirizada”, afirma Cavalcante. (CAVALCANTE, 2008, p. 102)

Embora sejam reticentes em admitir essa tendência, produtores rurais e suas entidades representativas começam a dar sinais de preocupação diante dos níveis que essa concentração tem atingido. De acordo com estimativa da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO), “a estrutura fundiária do estado está

dividida basicamente entre 300 produtores que possuem mais de 10 mil hectares de soja cada”. (Apud. CAVALCANTE, 2008, p. 119)

Em seguida, “cinco mil médios produtores que plantam áreas de 500 a 2 mil hectares” e abaixo destes estão os agricultores que possuem 500 hectares e que “são considerados pequenos e não tem maior importância na produção de soja”. Este processo de concentração, no entanto, não para e tende a continuar cada vez mais acelerado, na medida em que mais e mais os complexos agroindustriais da soja se territorializam:

O presidente do sindicato patronal rural, de Rondonópolis, José Nardes, dono de 7.500 ha, prevê junto com outros analistas do setor da soja, que **nos próximos dez anos, ficarão apenas em torno de 15 a 20 megaprodutores que vão dominar toda produção de soja no estado**. Ele mesmo não está conseguindo enfrentar a concorrência e já arrendou seis mil hectares de suas lavouras. Suas profecias se baseiam no que já vem acontecendo, nos últimos três anos, pela aceleração da concentração da propriedade da terra e da produção (às vezes também por arrendamento) que arruinou muitos megaprodutores, como por exemplo, como: a **família de Adilton Sachetti, atual prefeito de Rondonópolis, que possui 70 mil hectares**, mas por conveniência, arrendou suas terras a outros grandes produtores e cultiva apenas três mil ha; **Blairo Maggi, governador do estado, que possui e planta seus 130 mil ha** e se transformou no maior produtor individual de soja do mundo; **Otaviano Pivetta, que se modernizou, montou a empresa Vanguarda do Brasil S/A e hoje é proprietário de 170 mil ha**, distribuídos em onze fazendas em diferentes municípios e cultiva soja, algodão, milho e arroz. Fatura 197 milhões de dólares com exportação e com isso teve uma renda suficiente para **arrendar outros 40 mil ha**, de médios proprietários. Seus planos é ampliar a produção para suínos e bovinos, com abate; os irmãos **Erai e Eliseu Maggio Scheffer, primos do governador, já abocanharam 240 mil ha**; **Nelso Vigolo, do município de Rondonópolis, já acumulou 120 mil ha**. (CAVALCANTE, 2008, p. 119) (grifos nosso)

O processo de acumulação de terras se encontra em pleno andamento e usa de uma estratégia diversificada que vai desde o simples arrendamento, passando pela concentração parcelada até a simples aquisição. O arrendamento, por exemplo, é uma forma indireta de ampliação da sojicultura ao mesmo tempo em que induz o pequeno e médio proprietário a vender suas propriedades.

Para o gerente técnico da Associação dos Produtores de Soja (APROSOJA), Luiz Nery Ribas, “o arrendamento no Mato Grosso ilustra bem a situação de grandes grupos demandando mais terras com a finalidade de ganhar escala e produtores médios,

que acumularam muitas dívidas, obtendo um fôlego financeiro sem vender a propriedade”.⁵²

Ao mesmo tempo, outro fator que favorece o arrendamento é o alto preço das terras nas áreas de Cerrado: principalmente quando o preço da soja está em alta o plantio compensa, quando não se necessita comprar terras para o plantio, pois os investimentos no arrendamento são facilmente revertidos em lucro.

A aquisição de terras pelos grandes grupos empresariais demonstra que a previsão do presidente do sindicato rural patronal de Rondonópolis caminha para tornar-se uma realidade. Segundo dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), vinte grupos concentram 20% da área plantada de soja em Mato Grosso. (IMEA, 2011)

Esses grupos plantaram 1.228 milhão de hectares na safra 2009/10 e responderam por 20% dos 6.217 milhões de hectares cultivados com a oleaginosa no Estado na safra 2009/2010. Há cinco anos, estes grupos cultivaram 533 mil hectares, respondendo por 9% do plantio de 6.105 milhões de hectares:

O presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja), Glauber Silveira, diz que os números são preocupantes, pois revelam que nos últimos anos muitos agricultores de médio porte foram obrigados a arrendar suas terras para os grandes produtores, por falta de condições de custear o plantio. Ele estima que os arrendamentos respondem pela metade da área cultivada com soja em Mato Grosso. Glauber Silveira calcula que cerca de dois mil produtores em Mato Grosso arrendaram suas terras ou simplesmente abandonaram a atividade nos últimos cinco anos, por causa da queda de renda da atividade, que resultou no endividamento estimado em mais de R\$ 10 bilhões, provocado pela desvalorização cambial e pelo alto custo logístico, que encarece os insumos e onera o escoamento da safra. (IMEA, 2011)

A partir desta escala, o processo de concentração da terra começa a se converter em estrangeirização da terra, uma vez que somente os grandes grupos possuem condições de resistir em um mercado cada vez mais competitivo. O aumento na dimensão das propriedades converte-se em benefícios da economia de escala e coloca as grandes em condições muito mais vantajosas diante das médias e grandes propriedades que não possuem condições de ampliação:

⁵² Segundo depoimento a MagaléaMazziotti. Conferir: Disponível em: <http://www.agrural.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=19203&Itemid=233>.

O estudo feito pelo Imea aponta que a produção em escala é um fator determinante na margem de lucro no cultivo da soja, pois garante poder de barganha na venda da safra e na compra de insumos. O Imea cita caso de descontos de até 20% nos preços pagos na compra de insumos pelos produtores com escala acima de 10 mil hectares, em relação àqueles que cultivam menos de mil hectares, que é a área de um produtor médio em Mato Grosso. Glauber Silveira conta que um diretor de um fundo estrangeiro, que pretende investir R\$ 1 bilhão no plantio de 250 mil hectares em Mato Grosso, afirmou em conversa recente ter recebido proposta das fábricas de desconto de 25% nas compras de tratores e colheitadeiras. (IMEA, 2011)

De acordo com o IMEA, os dados apurados apontam que 328 mil hectares, ou seja, 5,12% da área estadual foram cultivados diretamente por grupos com participação ou fundação de fora do país. O fato relevante é que o crescimento do estado como um todo foi de 3,15% no último ano, enquanto a evolução dos grupos estrangeiros chegou a 14,17%. (IMEA, 2011)

No entanto, este fenômeno não é exclusividade de Mato Grosso, uma vez que tem sido apontado por diversos autores, tais como Sauer e Leite (2012), a existência de uma corrida mundial por terras agricultáveis com a participação cada vez maior de empresas do setor financeiro que comumente não atuavam nesses mercados. (SAUER; LEITE, 2012, p. 503-524)

A maioria desses investimentos tem sido direcionada para aquelas áreas onde se produz soja e cana-de-açúcar, mas também áreas de mineração. O efeito mais visível dessa corrida é o aumento no preço dessas terras e a elevação dos custos de produção, apontando para uma tendência ainda maior na concentração de terras nessas áreas produtivas.

Reinhard Ramminger (2008) notou que até o início dos anos oitenta a ocupação dos solos seguia uma sequência mais ou menos uniforme: os primeiros trabalhos eram os de derrubar a mata ou o cerrado, separar as espécies mais nobres ou conhecidas que poderiam ser comercializadas ou usadas em construções e melhorias na propriedade daquelas que iriam ser queimadas. Esta era a etapa de limpeza da área. Em seguida, “realizava-se o enleiramento, de modo a deixar a terra nua em condições de receber o preparo para o plantio da cultura que se destinava a “amansar a terra”, ou seja, o arroz”. (RAMMINGER, 2008, p. 56)

Esta maneira de uso da terra está associada à uma forma específica de ocupação, de apropriação do território. Já foi explicado aqui que nos projetos públicos e privados de colonização, eram as primeiras correntes migratórias que faziam os primeiros e mais

duros trabalhos de abertura do território – derrubada, doma do terreno, construção de estradas, pontes e outras melhorias – quando estas estavam prontas e a terra adquiria novo valor, então é que chegavam os que possuíam ou diziam possuir os títulos de propriedade e expulsam aqueles primeiros colonizadores.

É exatamente aqui, neste momento assinalado por Ramminger, que invariavelmente os dois processos se entrecruzavam: então os colonos que haviam amansado a terra e plantado as primeiras roças de arroz eram tolhidos para outras áreas, seja porque não possuíam os títulos de propriedade, seja porque as etapas seguintes exigiram enormes somas de capital e tecnologias que eles não tinham nem teriam acesso:

Amansada a terra, a próxima etapa era introduzir a prática da pecuária bovina extensiva, sendo que grande parte dos animais continuava sendo comercializada em pé para outros estados, e a carne, industrializada nos poucos frigoríficos existentes, era destinada aos mercados nacionais. No início da década de 1980 verificou-se a primeira crise na produção de arroz no Estado, coincidindo com o período da interdição, pelo governo estadual, da saída de madeira em toras. O problema só não se agravou graças ao desenvolvimento de pesquisas, especialmente em relação à soja. Os solos exauridos pela sequência de plantios de arroz – gramínea exigente em nitrogênio – puderam ser também cultivados com soja. (RAMMINGER, 2008, p. 56-57)

Portanto, os que tinham trabalhado a terra como colonos, que tinham aberto com suas mãos grandes parcelas de terras, domando-as com o plantio do arroz, não seriam os mesmos que plantariam e colheriam a soja, pois na confluência desses dois movimentos é que se situa o nascimento dos complexos agroindustriais em Mato Grosso. Mas a modernização não foi realizada em todos os setores e nem se espalhou uniformemente. Ela foi concentrada regionalmente, setorialmente e com muito mais ênfase nas grandes propriedades agroexportadoras de soja.

Capítulo VII

“A terra é áspera, mas o homem, teimoso e forte”: da ocupação civilizadora ao desenvolvimento agroindustrial, os sentidos da colonização do cerrado mato-grossense



ILUSTRAÇÃO 44 – Cerrado na concepção de Leo Waibel

Fonte: WAIBEL, 1948, p. 5.

Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. (...) **O sentido da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização.** (PRADO JUNIOR, 1979, p. 32) (grifo nosso)

Worster (2003) notou que os seres humanos e suas sociedades estão sempre formulando “mapas mentais”, noções abstratas sobre o que é a natureza, de como ela deve ser encarada e como pode ser apropriada pelas mãos humanas. Isto significa que as relações entre seres humanos e ambiente natural são sempre mediadas pela cultura. (WORSTER, 2003, p. 26-27)

Nesse sentido e conforme vem sendo demonstrado ao longo desta tese, a diversidade de conceitos sobre o Cerrado e as diferentes formas pelas quais ele vem sendo apropriado pelas sociedades é parte integrante dos diversos sentidos históricos

que sua ocupação tem adquirido ao longo do tempo. A questão aqui, no entanto, é saber se as diversas fases de povoamento não indígena possuem em comum um sentido único para a ocupação.

De acordo com Immanuel Wallerstein (1974), duas grandes motivações impulsionaram os países europeus dos séculos XIV e XV em direção às novas terras: comida e combustível. É por isso a expansão geográfica combinada com o desenvolvimento de diferentes formas de trabalho para os diferentes produtos e regiões da economia mundo, assim como a criação de aparelhos de estado nos centros do sistema foram as saídas *naturais* para a superação das suas contradições internas, para sanar as insuficiências de seu próprio sistema produtivo. (WALLERSTEIN, 1974, p. 53)

Qual o sentido da colonização não indígena do Cerrado? É possível vislumbrar neste movimento um sentido único que atravessa os espaços e os tempos? O dicionário de sinônimos do *World* oferece três significados para o verbo *colonizar*: “alastrar-se, invadir e propagar-se”. Alfredo Bosi observa que as palavras *cultura*, *culto* e *colonização* derivam do verbo latino *colo* que significa “eu moro, eu ocupo a terra, eu trabalho, eu cultivo o campo”. (BOSI, 1992, p. 11)

Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2010) afirmam, porém, que “colonização é mais do que um conceito, é uma categoria histórica que diz respeito a diferentes sociedades e momentos ao longo do tempo.” (SILVA; SILVA, 2010, p. 67) Ao discutir o sentido da colonização, Caio Prado Júnior diz que todo povo tem na sua evolução, vista à distância, certo ‘sentido’. Por isso, para ele, o sentido da colonização é o próprio sentido histórico da existência de um determinado povo. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 19)

Para que esse *sentido* possa ser devidamente apreendido, ele ensina que se deve desbastar um cipoal de incidentes secundários, até que emergja a linha mestra, o encadeamento dos acontecimentos onde todas as partes são significadas em um todo estruturado e coerente. Observar esse sentido último é que deveria ser o objetivo de todo historiador.

Assim, ao analisar o processo de conquista desta parte da América pelos portugueses, Caio Prado Júnior conclui que o verdadeiro sentido da colonização tropical da qual o Brasil é uma das resultantes, é a produção de recursos naturais para o comércio europeu moderno:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais do que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. (...) O sentido da evolução brasileira que ó que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 32)

Tão importante quanto a constatação deste sentido inicial é a afirmação de que é em torno de tal sentido que evolui a história nacional. É por isso que já nos seus primórdios a formação e o histórico dos conceitos sobre o Cerrado estão intrinsecamente relacionados com esse movimento europeu em direção a outras terras além-mar.

Nesta perspectiva colonial, o ato de se conhecer já é parte integrante do ato de dominar; o observar se constitui em uma forma de intercâmbio hierarquizado, uma forma de antropização. Seja porque o contato dos pesquisadores, conquistadores e/ou viajantes já é uma forma de interferência no ambiente total – incluindo os processos humanos anteriores à ocupação europeia -; seja porque tais contatos constituem-se como uma espécie de ponta de lança para conquistas futuras, mais amplas e profundas.

Deste modo, nada mais apropriado que os primeiros europeus que desbravassem o ambiente do Cerrado levassem consigo todo um aparato tecnológico, científico e metodológico, arrastassem em suas bagagens todo o peso e consequências da civilização cristã europeia ocidental. Nesse sentido, é lícito afirmar que o desenvolvimento histórico do processo de colonização do Cerrado comporta um campo específico de significados que se refere à construção de um sentido histórico para este processo de colonização. Se o caminhar faz o caminho, a observação deste, à distância, implica na apreensão do sentido deste caminhar.

Conforme citado, Bruno Machado Teles Walter (2006) e José Felipe Ribeiro e Bruno Machado Teles Walter (2008), há mais de duzentos anos o Cerrado vem sendo alvo de investigações biológicas diversas, entre as quais aquelas que pretendem desvendar e definir aspectos estruturais que caracterizam a sua vegetação, em termos de paisagens e espécies.

O que se quer destacar nesta parte deste trabalho é o fato de que todas essas investigações realizadas no decorrer dos últimos dois séculos, ainda que algumas se coloquem no campo da biologia pura, não estão isentas do sentido acima assinalado. Ao

contrário, mesmo no campo do estudo das paisagens e das espécies animais, ou das características do solo, os estudos científicos sobre o cerrado sempre foram realizados na perspectiva de sua ocupação por sociedades não indígenas.

Aqui o *conhecimento* se confunde com a *conquista*, em uma relação de mutua reciprocidade: conhece-se desde um determinado ponto de vista e se produz um tipo específico de conhecimento que já é em si uma forma específica de apropriação, o conhecimento é, portanto, uma forma de acumular capital (capital cultural, científico, tecnológico) e uma forma de auxiliar a acumulação de capital (capital financeiro). Do mesmo modo em que o conhecimento abre novas possibilidades de aprofundar a conquista e esta estimula e viabiliza a outra, ambas se transformam nos braços armados da colonização e implicam necessariamente na diminuição drástica dos processos e forças originais do bioma.

Ao mesmo tempo, a gama de conhecimentos que são constituídos a partir da colonização não indígena se diferencia e contrapõe aos conhecimentos que vinham sendo acumulados através dos milênios de ocupação indígena. Enquanto o conhecimento não indígena tende a dissociar o homem da natureza e, portanto, o homem de si mesmo; os conhecimentos autóctones tendem a integrar o homem e sua sociedade ao meio natural.

A história da conquista do cerrado pelas sociedades não indígenas não ocorre em direção a um *amplo espaço vazio*, mas em direção a um bioma que é paulatinamente reduzido de maneira drástica: área geográfica que o bioma originalmente ocupava no período anterior aos anos 1970 vem sendo reduzida na mesma medida em que a colonização agroindustrial avança, pois é este avanço que implica na sua destruição.

As distintas maneiras como este bioma pode e vem sendo caracterizado, portanto, admitem diferenças não apenas nos seus limites geográficos bem como nas várias formas através das quais o bioma seria alterado pelas influências das atividades humanas. Essa gama de definições diferentes, no entanto, não diz respeito apenas a fitofisionomia do bioma.

O que interessa aqui é destacar o fato de que desde que o bioma começa a ser ocupado no período colonial até a sua conquista pela agroindústria já no final do século XX há um processo de mudanças e permanências no *sentido da sua colonização*. Esse sentido *muda*, adaptando-se as exigências das circunstâncias sociais e históricas, mas *permanece* fundamentalmente o mesmo desde uma perspectiva econômica.

Paralelamente ao processo de conquista do Cerrado pelas sociedades modernas não indígenas, ocorre um movimento através do qual os aspectos econômicos dessa conquista vão adquirindo importância estratégica que distingue o campo econômico de todos os outros até que todo o conjunto de interpretações possíveis sobre o ambiente natural seja reduzido ou subordinado a uma questão meramente econômica. De acordo com este ponto de vista, estritamente econômico, o Cerrado é visto essencialmente como *terra*, como um meio de produção de *recursos* para as indústrias de transformação localizadas nos centros nacionais e internacionais da economia mundo. Isto faz com que a região seja tomada como uma plataforma de exportação de produtos extrativistas, num primeiro momento, ou de *commodities*, a partir de uma determinada etapa do desenvolvimento do modo de produção capitalista mundial.

Observe-se que, ainda, durante os períodos de predominância econômica das diversas modalidades de extrativismo, o Cerrado era visto como uma *fonte de recursos naturais*, ou seja, cogitava-se o aproveitamento econômico de suas espécies nativas. No entanto, com o advento da agroindústria, a diversidade natural não tem nenhum valor, pois o Cerrado vale apenas pelo potencial agrícola do terreno. Assim, é correto afirmar que o *sentido da colonização* do Cerrado mato-grossense vem mudando na mesma medida em que historicamente ocupado por diversas formas de apropriação capitalista, no entanto sem que tais mudanças comprometam o sentido básico de sua existência dentro do contexto da economia mundo que é a de ser *uma região essencialmente periférica*.

Ao contrário do que comumente se assume, a colonização capitalista não começa a partir dos anos 1970. Em linhas gerais, a colonização humana do cerrado mato-grossense pode ser dividida em dois momentos distintos: a primeira que principia em tempos imemoriais e continua em curso, realizada pelos primeiros habitantes da região e a segunda, começada a partir do século XVIII, quando os bandeirantes paulistas chegam. Essa colonização de tipo não indígena segue uma linha de transformações e permanências que é própria lógica do sistema mundo.

Note-se que desde o princípio essa colonização de tipo europeu – vinculada, portanto ao alvorecer da modernidade ocidental capitalista – já era realizada nos marcos do mercantilismo capitalista. O que acontece, a partir de então, é uma mutação nesse mesmo processo, mas sempre no sentido de ampliar, aprofundar e multiplicar as relações ambientais e sociais de produção de tipo capitalista.

O que se pretende ao longo deste capítulo é exatamente desnudar a relação existente entre a construção de uma ciência sobre o Cerrado, de um corpo de

conhecimentos nas mais diversas áreas sobre esta região, e o conjunto das forças econômicas, políticas e sociais que deram suporte a construção desse mesmo campo de conhecimentos. É dentro deste campo de conhecimentos que se podem extrair os diversos *sentidos* que colonização do Cerrado possui ao longo do processo de sua colonização não indígena. Isto é, o sentido geral da colonização é parte integrante do processo de colonização e por isso sofre as mutações decorrentes das mudanças ocorridas no processo. Essa colonização de tipo europeu capitalista não é, portanto, um processo novo. É correto afirmar que, a partir dos anos 1970, o processo de colonização vincula-se a nova fase de desenvolvimento do capitalismo mundial.

Durante os séculos XVIII e XIX, assim como por boa parte do século XX, as atividades extrativas minerais, vegetais e animais, primeiramente do ouro e do diamante, depois da poaia, borracha e erva mate, mais tarde do diamante novamente, foram os indutores da colonização. Com base no exame de toda a documentação oficial, relatos de viajantes e relatórios de cientistas e pesquisadores, é possível afirmar que a colonização do Cerrado, a sua conquista pelo modo capitalista de produção permanece como um objetivo estratégico das elites nacionais e locais. Isto está de acordo com as observações de Idelvone Mendes Ferreira (2003) e Bruno Machado Teles Walter (2006). Segundo eles, as descrições e os estudos sobre o Cerrado acompanharam a colonização desde o século XVII e serviram de suporte a esse mesmo processo.⁵³ Nos últimos duzentos anos, as pesquisas sobre o bioma ou foram conduzidas por interesses econômicos que as orientavam ou já faziam da colonização. (WALTER, 2006, p. 10)

Ferreira observa que “as primeiras citações e descrições sobre as características do cerrado foram feitas pelos bandeirantes que adentravam os ‘sertões’ do Brasil à procura de minerais e pedras preciosas e índios para escravizarem”. Isto ocorria porque em quase todas essas viagens os desbravadores eram “acompanhados por algum estudioso e/ou escriba responsável pela descrição e relato da viagem”. (FERREIRA, 2003, p. 39)

A partir de então, a região passou a ser visitada por estrangeiros que passaram a “incursionar pelas paisagens brasileiras, coletando espécies e fazendo descrições detalhadas dos aspectos paisagísticos que compunham o espaço brasileiro”. (FERREIRA, 2003, p. 39)

⁵³ A região do Planalto Central, onde se localiza o bioma cerrado, começa a ser estudada e colonizada no século XVII, porém o cerrado mato-grossense somente no século XVIII.

Um exemplo clássico são as descrições feitas a partir das viagens de Martius e Spix (1817 a 1820), *Reise in Brasilien*, que andaram pelo Brasil a serviço da coroa alemã: “Suas viagens renderam várias obras referentes ao Brasil, como *Flora brasiliensis*, *Genera et species palmarum* e, *Reise in Brasilien*.” O resultado mais evidente dessa expedição foi “a primeira divisão fitogeográfica do Brasil feita por Martius (1838), onde classifica a região dos Cerrados como Oreas ou oréades – região montano-campestre ou de campos e cerrados - Planalto Central -, que perdurou até há pouco tempo.” (Apud. FERREIRA, 2003, p. 5)

Na região de Mato Grosso, o Cerrado tem sido objeto de estudo por parte de cronistas e viajantes desde os séculos XVIII. Neste século e no seguinte Mato Grosso ficaria conhecido internacionalmente como uma espécie de *Eldorado* ou *Terra da Promissão*, local onde havia riquezas inesgotáveis, ao lado de povos nativos selvagens. Elizabeth Madureira Siqueira (2002, p. 137) elaborou o seguinte quadro com os viajantes e cientistas que passaram por Mato Grosso no século XIX:

TABELA 8: Visitantes europeus em Mato Grosso

ANO	VISITANTE
1822-1829	Expedição austríaca comandada por Johann Natterer
1826-1828	Expedição russa comandada por Grigori Langsdorff
1844	Expedição francesa comandada por Francis Castelnau
1850-1868	Joaquim Ferreira Moutinho, português que residiu em Cuiabá
1862	Bartolomé Bossi, explorador italiano
1ª met. XIX	Franz von Dionant, cônsul belga em visita a Mato Grosso
1881	Expedição Morgan, integrada pelo norte-americano Herbert Smith
1884	Expedição alemã comandada por Karl Von den Steinen
1887	Expedição alemã comandada por Karl von den Steinen
Fim do século	Ferdinand Nijs, explorador belga
1875-1878	João Severino Fonseca, médico brasileiro

Fonte: A partir de dados de: SIQUEIRA, 2002, p. 137.

Outros relatos que não foram citados por Siqueira (2002), têm como traço comum uma visão particular sobre a natureza e a população nativa de Mato Grosso que remete à visão geral de mundo que predominava durante o período. Os diversos

cronistas, viajantes, aventureiros e pesquisadores que desde o século XVIII até princípios do século XX, passaram por Mato Grosso descreveram-no como um local de riquezas supostamente inesgotáveis contrastando com a qualidade inferior de sua população nativa.

Este foi o período de vigência do chamado *racismo científico*, da formação dos impérios coloniais modernos e consequente expansão capitalista europeia pela Ásia, África, Oceania e América Latina. Um dos mais estimulantes trabalhos sobre a formação das representações sobre a região e o povo de Mato Grosso é a tese de Lyllia da Silva Guedes Galetti, (2000), *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*, que abarca o período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX. Conforme explica, sua tese discute o conjunto de representações sobre Mato Grosso e suas populações derivadas das obras de viajantes estrangeiros, intelectuais e dirigentes brasileiros, produzidas entre o final do século XIX e o início do XX. Ela demonstra que estas representações partiam das mesmas noções de progresso e civilização presente no ideário liberal burguês de desenvolvimento e dos paradigmas científicos do darwinismo social que impulsionaram a expansão do capitalismo durante o período.

O que se quer demonstrar aqui é que esse conjunto de representações estudado por Galetti (2000) é idêntico ao que Donald Worster (2003) chama de “mapas mentais”, e se constituiu naquelas noções abstratas sobre a natureza e os seres humanos que orientaram a apropriação do ambiente e os relacionamentos sociais no processo de conquista do Cerrado. Isto é, sem a necessidade repetir o mesmo percurso de Galetti, cumpre notar que o sentido da colonização destacado por Prado Júnior (1979), tem sido acompanhado de uma significação correlata aos povos e ao território apropriado. (GALETTI, 2000, p. 18-22; WORSTER, 2003, p. 26-27; PRADO JUNIOR, 1979, p. 32)

Um desses relatos pertence ao italiano Bartolomé Bossi, que em 1862 começou sua viagem em Montevideu e se dirigiu para o Mato Grosso, onde percorreu a região conhecida como Alto Paraguai, os sertões das serras dos Parecis e o rio Arinos. Sua intenção era realizar uma pesquisa geográfica com foco nos recursos naturais e a partir daí elaborar o primeiro *mapa* da região, que em grande parte permanecia e permaneceria inexplorada ao europeu e mesmo ao brasileiro nativo até por volta do final do século XX. (BOSSI, 2008, p. 11-12)

Aqui *mapa* não deve ser visto no sentido cartográfico, mas na perspectiva de um mapeamento do território, um levantamento minucioso dos seus recursos minerais, vegetais e animais, ressaltando tudo o que poderia ser aproveitado no sentido do *desenvolvimento* da região.

As impressões de Bartolomé Bossi sobre a natureza e o povo da região se enquadram perfeitamente na chave interpretativa que vigorava nos círculos intelectuais e científicos da época, tanto na Europa quanto no Brasil. Ao mesmo tempo, o seu relato permite confirmar alguns aspectos já mencionados sobre a importância e as características da garimpagem de diamantes para o processo de colonização do cerrado mato-grossense desde o período colonial.

Quando Bossi passou por Diamantino, o que viu foi um povoado quase convertido em ruínas e sobre o qual afirmou que “em outro tempo foi um poço de riquezas que foram extraídas. Os diamantes e o ouro abundaram ali de um modo prodigioso. Hoje está reduzida a um povoado muito insignificante”. (BOSSI, 2008, p. 76)

Essa decadência presenciada por Bossi e que mais tarde se alastraria por toda a região tinha como explicação a diminuição na extração dos diamantes: “à medida que os diamantes diminuíram, as pessoas se retiraram, como se sucede com todo povo essencialmente minerador”. Ele fez também considerações sobre as características da população em que deixa transparecer o grau de preconceito racial que normalmente guiava os olhares estrangeiros quando contemplavam os povos e as regiões por onde passavam: “em geral a cor dos moradores é escura e a fortuna não foi muito pródiga com o belo sexo. Esse território nada produz, com exceção da laranja e banana, que abundam”. (BOSSI, 2008, p. 76-77)

O que de fato lhe interessava era delimitar as condições que tornariam possíveis a *colonização* da região, ou a transformação das riquezas naturais em *desenvolvimento*, *progresso* e *civilização*. Para ele, a região que preferencialmente deveria servir a colonização era aquela localizada entre o rio Paraguai e a cidade de Cuiabá, que formava, de acordo com ele, uma península limitada por dois grandes rios e recortada por seus afluentes, onde também se localizava a cidade de Vila Maria do Rio Paraguai (Cáceres), por onde poderia fluir a produção vislumbrada em direção aos países platinos. (BOSSI, 2008, p. 110)

Na sua visão pode ser percebido o contraste entre a riqueza vegetal e mineral e a falta de perspectivas para o desenvolvimento humano de seus habitantes: “a riqueza

deste ponto, como em toda a província, consiste em seus produtos naturais, que estão em suas matas e em suas minas. A agricultura está no limbo de sua vida; a indústria está por nascer, o trabalho não é a propensão de seus habitantes”. (BOSSI, 2008, p. 110)

Deste modo, ao mesmo tempo em que faz um relato minucioso das riquezas vegetais e minerais, Bossi, contrasta essas riquezas com a incapacidade inata do habitante local em transformá-las em desenvolvimento econômico e social. O que pode ser visto na descrição que ele faz em toda narrativa, mais enfaticamente na citação seguinte:

Assim, pois, consagrar-me-ei primeiramente aos produtos naturais, começando por suas matas. Ai está sua principal riqueza. Abunda extraordinariamente a árvore da goma elástica em toda a província de Mato Grosso ao norte, (...) a baunilha é encontrada em grandes quantidades em quase toda a península desde o Diamantino até Vila Bela e Vila Maria; (...) a canela, a árvore da copaíba, a do maná encontra-se a cada passo; abunda sobremaneira a quina; (...) a ipecacuanha, cuja valiosa importância no comércio de produtos medicinais não necessito encarecer. A cera abunda com profusão; o delicioso mel de diversas classes, (...) abunda a salsaparrilha, o sangue-de-dragão, a espigélia, a erva-de-cobra, (...) cada um destes ramos de comércio se constitui por si só uma riqueza. Eles se oferecem e estão como que provocando da cobiça humana, mas a ausência de braços, a indolência também, deixam-nas perdidas e abandonadas. Eis ai a missão dos homens empreendedores, dos espíritos especulativos, aproveitá-las. (BOSSI, 2008, p. 111)

A descrição segue sempre na mesma linha da abundância de recursos naturais, em contraste com a apatia, a preguiça e a falta de empreendedorismo dos habitantes locais:

O café em constante atividade se *produz sobre a serra como em nenhuma outra parte*; (...) A cana-de-açúcar se *produz extraordinariamente* nas costas dos rios, e é tal sua frondosidade que todos os anos é preciso desbastar e derrubar uma parte do plantio para combater sua *monstruosa reprodução*. (...) O algodão tem ali seu lugar favorito; (...) O arroz cresce por si na mesma *prodigiosa abundancia*, que basta aproximar a canoa aos terrenos adequados para colhê-lo, *sem haver tido o trabalho de semeá-lo*. (...) A mandioca se *produz infinitamente* e deita raízes de dois a três palmos. O milho *rende quinhentos por um*. (...) A população carece totalmente dos frutos da hortaliça, *por falta de braços*, e este é outro ramo produtivo de trabalho que se oferece com lucro certo. *Os filhos do país não trabalham*, e contentam-se com a carne e o peixe. (...) Muitos naturais conformam-se em arrebatam diariamente às águas um belo *pacu* para seu almoço e outro que lhe proporcione alguns cobres para beber. *Estão contentes de haver trabalhado e estão satisfeitas suas*

necessidades. Também a elaboração da manteiga e do queijo é desconhecida, (...) É verdade que a apatia chega ao ponto de que se careça de leite nos povoados. (BOSSI, 2008, p. 112-114) (grifos nosso)

O interessante a destacar, aqui, é que embora a viagem de Bossi tenha sido realizada durante a vigência do sistema escravocrata em um país no qual os escravos eram as mãos e os pés de seus senhores, não há uma linha sequer em todo o seu relato que mencione a figura do trabalho escravo ou do trabalhador escravizado. Todas as citações relacionadas às atividades produtivas dos habitantes da região são carregadas de etnocentrismo, de eurocentrismo, pois se baseiam no sentimento de superioridade do tipo de trabalho predominante na Europa sobre o tipo de trabalho que ele via naquela colônia.

Como é sabido e foi notado por Bossi, o arrefecimento das minas diamantíferas de Diamantino e Alto Paraguai não afetou somente aqueles locais, mas comprometeu o relacionamento mercantil colonial com os centros do poder a ponto de sugerir as elites e a muitos historiadores posteriores a existência durante o período de um isolamento da região. É por isso que as reiteradas afirmações de Bossi de que “os filhos do país não trabalham”, careciam de contexto, pois como ele também não se referiu explicitamente à população escrava, que naturalmente devia praticar o trabalho compulsório nas mais diversas atividades produtivas – ainda que a mineração estivesse decadente -, é de se imaginar que ele se referia aos negros, mestiços e brancos pobres, livres que na sua concepção eram avessos ao trabalho, dado o visível grau de miserabilidade geral da população em contraste com as imensas riquezas naturais, igualmente visíveis. (BOSSI, 2008, p. 112)

Ao final do seu longo relato, Bossi conclui que o grande problema de Mato Grosso é a falta de uma população ativa que possa trabalhar para fazer com que as “riquezas inertes” sejam transformadas em benefício do país. Para ele, a solução era o povoamento, trazido por “empresas de colonização em larga escala para que suas colossais riquezas, inertes e esquecidas, se evoquem a superfície das sociedades ávidas pelo ouro, de movimento comercial e de indústrias”. Mas, ele se referia a um tipo específico de colonização: “colonização estrangeira; eis ai o elemento que essas vastas regiões reclamam; e eis ai o presente mais fecundo que o governo brasileiro poderia fazer a esta remota região do Império”. (BOSSI, 2008, p. 105)

Quando diz que “muitos naturais conformam-se em arrebatam diariamente às águas um belo pacu para seu almoço e outro que lhe proporcione alguns cobres para beber. Estão contentes de haver trabalhado e estão satisfeitas suas necessidades”, (BOSSI, 2008, p. 112) ele está testemunhando a situação retratada por Luiza Rios Ricci Volpato em *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850 – 1888*. Nesta obra Volpato (1993) demonstra como se formou essa cultura popular afirmando que ela nasce a partir das experiências compartilhadas pelos que viviam nos estratos mais baixos da sociedade, os escravos e os livres pobres que desfrutavam de uma inexorável proximidade na miséria: “aventureiros, camaradas e agregados deram início a formação de uma população considerável de homens e mulheres pobres que, em meados do século XIX, lutavam pela sobrevivência.” (VOLPATO, 1993, p. 198)

De acordo com ela, essa população pobre, composta por negros, mestiços e brancos pobres, habitava os arredores da cidade de Cuiabá e exerciam as mais diversas atividades profissionais urbanas ou ainda trabalhavam em casas dos proprietários. (VOLPATO, 1993, p. 198)

Os homens eram alfaiates, carpinteiros, pedreiros, marceneiros, calafetes e as mulheres trabalhavam como lavadeiras, engomadeiras, costureiras, domésticas, etc., “descendentes dos antigos aventureiros, ou dos escravos e índios, essas pessoas lutavam pela sobrevivência na dura faina cotidiana.” (VOLPATO, 1993, p. 198)

Ela lembra que por essa época, Mato Grosso havia perdido a ligação com o mercado externo, uma vez que essa ligação era produto da atividade mineradora, que havia entrado em declínio. Por isso, as pessoas que haviam permanecido na região, após a exaustão das lavras, levavam uma vida obrigatoriamente integrada às matas, ao cerrado, aos rios, de onde tiravam a maior parte do seu sustento. (VOLPATO, 1993, p. 198)

Foi esse tipo de vida, que em tudo favorecia certa resistência ao capitalismo, que induziu a elite dirigente e aos que passavam pela região a cultivar um desprezo pelas populações locais que aos seus olhos era avessa ao progresso e ao trabalho sob a disciplina do capital:

Em Cuiabá, não só os habitantes da zona rural caçavam, pescavam, colhiam frutos silvestres e catavam ouro nas enxurradas: essas práticas eram igualmente desenvolvidas pelo homem livre e pobre da zona urbana. Esse modo de vida que integrava o lazer e trabalho, visto pela classe dominante como ociosidade, foi chamado por Antônio Candido como ‘desnecessidade de trabalhar’ e possibilitou a essas pessoas

resistir por mais tempo a ordem capitalista, negando-se a tornar mão-de-obra assalariada, às demais imposições do capital”. (VOLPATO, 1993, p. 199)

Dessa maneira, prossegue Volpato, o mais importante para essas pessoas era a sobrevivência do seu modo de vida e não a adesão ao que as elites compreendiam como progresso e desenvolvimento. Por isso essas populações viviam de um modo extremamente simples, em casas de chão batido e cobertas por capim, praticamente sem mobília, dormindo em redes ou em “couros”, comendo e vivendo do que podiam coletar diretamente na natureza. (VOLPATO, 1993, p. 199)

Como se nota, o que para Bossi era um exemplo de preguiça e indolência era, para as populações pobres da época, uma maneira de resistir ao avanço do capitalismo. Por outro lado, um exemplo de que as principais estruturas da produção colonial vão continuar agindo até que se inicie o processo de colonização do Cerrado pela agroindústria é que muitos desses aspectos notados por Bossi serão também observados por outros viajantes e pesquisadores já em meados do século XX.

Aroldo de Azevedo, em 1953, por exemplo, irá notar que a população cuiabana não consome uma grande quantidade de leite e de seus subprodutos, o que já havia sido notado por Bossi por volta de 1862. (AZEVEDO, 1953, p. 67)

Além da riqueza vegetal, essas imensas possibilidades de lucros, baseados na exploração vegetal e na agricultura, somavam-se à riqueza mineral da província que Bossi fez questão de relatar: “antes de ocupar-me das assombrosas promessas da exploração agrícola para o consumo do país e para o exterior, vou dar uma olhada preferente à riqueza mineral”:

Todo o território está cruzado por veios de quartzo aurífero; as lavadeiras de cascalho abundam e quase se pode afirmar que as riquezas extraídas não são senão uma parte mínima das que existem. (...) Não duvido um momento que uma prospecção mais detida e a aplicação de meios mais eficazes que os que empreguei darão preciosos frutos. (...) Consta-se que existem riquíssimas minas de cobre e ferro, que não foram exploradas e estes metais encontram-se nas cercanias de Vila Maria e sobre as costas do Paraguai, onde se obtém a dupla vantagem de que podem chegar vapores. (BOSSI, 2008, p. 112)

Por fim, Bossi aconselha como o governo deveria agir para que a colonização de Mato Grosso pudesse ser efetivada de forma a garantir que as riquezas fossem traduzidas em desenvolvimento:

Creio que julgo com acerto indicando precisamente as duas grandes necessidades práticas que é necessário preencher para desenvolver os grandes elementos de riqueza que encerra a província de Mato Grosso. A primeira é que o governo imperial determinasse a exploração do país, confiando essa nobre tarefa a uma comissão científica que abranja todos os aspectos de semelhante plano. (...) Este primeiro passo, muito acertado a meu ver, é a melhor garantia para impulsionar a imigração estrangeira, que seria em definitivo o motor desses primeiros trabalhos. (...) Há dois sistemas que trazer perante a consideração dos homens de Estado, das inteligências profundas que o Brasil encerra, a saber: se deve-se preferir o paulatino ingresso da colonização espontânea ou se é conveniente para a província do Mato Grosso promover a internação das colônias organizadas em grande escala e promovidas nas fontes exuberantes de população europeia. (...) Populações que trabalhem, que produzam e consumam, isso é o que requer Mato Grosso, para forjar a fecunda cadeia do comércio com os demais povos do mundo, para sair à superfície das sociedades contemporâneas, com seu rosto juvenil e seus brilhantes e dourados atavios. (BOSSI, 2008, p. 118-121)

Como é sabido, as elites mato-grossenses do período não lograram êxito em atrair para a região as correntes da imigração europeia para trabalhar e produzir de acordo com o modelo de desenvolvimento que então era considerado superior. Galetti (2000) demonstrou que o traço comum das representações de viajantes estrangeiros, brasileiros e das elites mato-grossenses sobre Mato Grosso e sua população era uma mistura de teorias evolucionistas e raciais que dominaram as ciências entre o final do século XIX e o início do século XX: Mato Grosso:

Era concebido como uma região ainda próxima da barbárie: abundante em recursos naturais, seu imenso território encontrava-se quase vazio, dominado por indígenas e por uma população mestiça, indolente e sem espírito empreendedor, razão pela qual seu progresso só seria possível com a introdução de imigrantes e capitais europeus. (GALETTI, 2000, p. 27)

O que procuro demonstrar ao longo desta tese é que embora tal objetivo não tenha sido alcançado naquela época, esse conjunto de representações sobre o povo e o lugar sobreviveu e se metamorfoseou em um discurso de *modernização, desenvolvimento e progresso*, que justificou e orientou a colonização contemporânea do território verificada a partir dos anos 1970. Ou, dizendo de outra maneira, o discurso de modernização, progresso e desenvolvimento da época colonial é similar e análogo ao discurso civilizatório do século XX, porque cumpre, em momentos históricos distintos e subsequentes, a mesma função social: ele justifica e orienta o processo de ocupação do

espaço geográfico por um determinado tipo que modo de produção que exige um tipo específico de sociedade, de seres humanos e de modos de pensar específicos.

Sintomaticamente, as sociedades indígenas remanescentes e as comunidades tradicionais de ribeirinhos, quilombolas, pequenos produtores familiares e posseiros, descendentes dos bugres, caboclos, caburés, mulatos, negros e brancos pobres de outrora tiveram um destino semelhante ao dos seus ancestrais e viram as terras que ocupavam com suas comunidades tradicionais serem arrasadas pelo inexorável avanço do progresso, embora não diante das gentes mais industriosas da Europa, mas de imigrantes nacionais oriundos do Sul e do Sudeste.

O importante aqui é frisar o fato de que o *sentido da colonização* tenha permanecido fundamentalmente o mesmo, ou melhor, que a colonização contemporânea do Cerrado tenha provocado efeitos análogos ao da colonização colonial do sertão: sucessão ecológica de populações com o extermínio ou a subjugação das sociedades indígenas e tradicionais, apropriação da natureza pelo capitalismo e inserção da região no quadro geral das trocas internacionais.

A análise bibliográfica e documental relacionada com esse discurso de *modernização, desenvolvimento, progresso, colonização, imigração* durante todo o período compreendido entre o final do século XIX até os anos 1970, tanto de documentos produzidos em Mato Grosso quanto aqueles originados da esfera federal ou de outros estados, evidencia a sobrevivência desse conjunto de representações a que se refere Galetti (2000).

E, ainda que todos esses conceitos tenham recebido novos contornos, de acordo com as influências de cada momento histórico específico, o que sobrevive como um *caldo de cultura* é este sentido de necessidade de uma colonização promovida e produzida por forças e capitais estrangeiros, mas também em favor dessas mesmas forças. Isto é patente tanto nas falas dos especialistas, que analisaram o ambiente do Cerrado, a partir de uma perspectiva eminentemente técnica, isto é, do ponto de vista das ciências naturais; quanto daqueles que ansiavam em promover o *desenvolvimento* do estado e centravam sua fala nos aspectos mais políticos e humanos da questão.

É comum, ainda nos dias atuais – início do século XXI –, encontrar nas falas de produtores rurais, autoridades públicas e população em geral uma identificação dos colonizadores contemporâneos com os antigos bandeirantes. O que se persegue, desde finais do século XIX e somente se atinge no final do século XX, é a conquista do Cerrado pelo modo de produção capitalista e a subjugação de todas as suas forças e

processos naturais aos imperativos deste modo de se produzir, ou seja, o seu aproveitamento como fonte de recursos para a industrialização.

Embora a comissão científica proposta por Bossi, em finais do século XIX, nunca tenha sido formada, a proposta veio novamente à tona em outro contexto histórico e social, mas com outro viés, o de se estudar determinadas áreas do Planalto Central com vistas à delimitação de um local que pudesse abrigar a construção de uma nova capital para o Brasil.

Há toda uma sorte de estudos sobre o Planalto Central que está relacionado com este objetivo estratégico. Embora esses estudos não se refiram ao estado de Mato Grosso, mas genericamente ao Planalto Central do Brasil, os dois assuntos estão intrinsecamente relacionados e em certa medida a colonização do cerrado pós 1970 é um dos efeitos da construção de Brasília e desse movimento geral em direção ao Oeste.

Essa identidade de interesses entre os que querem conhecer e os que desejam colonizar vai ficar mais patente a partir do final do século XIX, quando o governo brasileiro criou uma comissão para delimitar e estudar a área onde deveria se estabelecer a nova capital do Brasil Pouco mais de trinta anos após a viagem de Bossi, essa comissão, formada por vinte e dois membros foi chefiada pelo astrônomo Luiz Cruls. O produto desses trabalhos resultou no *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. Neste documento pode-se perceber uma minuciosa descrição dos aspectos do cerrado, considerando as várias nuances e aspectos de seus subsistemas. Além da demarcação da área da futura capital, em sete meses de trabalho, “foram percorridos mais de quatro mil quilômetros e realizado um levantamento minucioso sobre topografia, clima, hidrologia, geologia, fauna, flora, pedologia, recursos minerais e materiais de construção existentes na região do Brasil Central”. (Apud. FERREIRA, 2003, p.5)

Provavelmente Cruls já possuía conhecimento a respeito de explorações anteriores realizadas em áreas de Cerrado por outros brasileiros e, também, por estrangeiros e, por isso, sabia que poderia apresentar determinados resultados que antes não foram observados, como a respeito do clima da região, aspecto esse que era então considerado de fundamental importância para quaisquer projetos de colonização e que continuaria a ser importante quando essa colonização fosse realizada pela agropecuária contemporânea a partir dos anos 1970. Sobre esse aspecto, ele afirmou: “bem pequeno é o numero de brasileiros que a conhecem sob esse ponto de vista e, quanto aos

exploradores estrangeiros, bem poucos são aqueles que a tenham convenientemente explorado”. (CRULS, 1957, p. 106)

Àquela altura, no entanto, as observações de Cruls sobre o clima do Cerrado estavam vinculadas ao que então era considerado como condições de salubridade e de possibilidades de colonização por um grupo específico de pessoas: “não podemos deixar de manifestar a admiração que se experimenta ao encontrar, em latitude tão pequena, região tão salubre, onde o emigrante europeu pode aclimar-se sem necessitar de nenhuma higiene preventiva”. (CRULS, 1957, p. 107)

O esforço da comissão chefiada por Cruls, em finais do século XIX, não pode ser separado do conjunto de postulados científicos vigentes a época e que então condicionavam o processo civilizatório a um tipo específico de ser humano. E mais que isso, é possível perceber em toda a produção científica do período uma preocupação em se relacionar as condições de salubridade a determinados tipos de clima e destes com tipos específicos de formações sociais.

Em resumo, a zona demarcada goza, em sua maior extensão, de um clima extremamente salubre, em que o emigrante europeu não precisa de aclimação, pois encontrará aí condições climáticas análogas as que oferecem as regiões mais salubres da zona temperada europeia. (...) É inegável que até hoje o desenvolvimento do Brasil tem-se sobretudo localizado na estreita zona do seu extenso litoral, salvo, porém, em alguns estados do sul, e que uma imensa área de seu território pouco ou nada tem beneficiado desse desenvolvimento. Entretanto, como demonstra a exploração a qual procedeu esta Comissão, existe no interior do Brasil uma zona gozando de excelente clima com riquezas naturais, que só pedem braços para serem exploradas. Não conviria, pois, procurar dar aquela imensa região a vida que lhe falta? (CRULS, 1957, p. 108)

O que se quer enfatizar é a colonização contemporânea do Brasil, especificamente das regiões do Cerrado, estreitamente vinculada com o conceito de civilização de tipo europeia capitalista: a colonização aqui também é tomada no seu sentido de *civilizar*, ou seja, de promover o “desenvolvimento” de uma região que ou é definida em termos de um “grande espaço vazio”, ou então é definida como ocupada por povos e economias “primitivos”.

Essa colonização civilizadora, portanto, somente poderia ser efetivada por um tipo específico de povo que então se era identificado como o *agente legítimo do desenvolvimento*: o colonizador europeu. É possível, pois situar uma linha evolutiva neste tipo de pensamento.

De forma geral, a colonização de tipo europeu e com um conteúdo *civilizatório* é a proposta majoritária para que se ocupe a região do Planalto Central até por volta dos anos 1940, quando há um movimento no sentido de se valorizar o trabalhador nacional e de se vislumbrar a mistura racial característica da população brasileira como um aspecto positivo. Isto é o que impulsiona as novas propostas de colonização como vetor do *desenvolvimento* e do *progresso*. É por isso que a maior parte dos documentos entre o final do século XIX e início do século XX ou defendem explicita e enfaticamente a colonização de tipo europeu ou a postulam de forma associada ao elemento nacional, com ênfase nos habitantes das regiões sul e sudeste.

É por isso que o conflito contemporâneo pela posse de terras, que expressa o conflito sobre único modelo de desenvolvimento que deve ser implantado, é realizado entre a propriedade capitalista – produtores capitalizados oriundos do sul e sudeste – e propriedade tradicional – comunidades indígenas, pequenos produtores familiares tradicionais, remanescentes de quilombos, ribeirinhos pequenos posseiros –. É por isso que se reforça que essa linha de pensamento não era uma exclusividade de Cruls.

Conforme citado, esse conjunto de ideias está vinculado ao chamado racismo científico que vigorou durante o período compreendido entre o final do século XIX (por volta de 1870) e o início do século XX, quando a maior parte dos cientistas, de todas as áreas e de diversos países, interpretavam a realidade social em termos de diferenças hierárquicas entre as *raças humanas*. Assim, a contraposição entre os mais diversos aspectos do litoral e da região central também eram interpretados como uma hierarquia de valores entre a civilização e a barbárie por outros membros da comissão chefiada por Cruls.

Esse tipo de chave interpretativa, no entanto, considerava que o sertão, a região que não pertencia ao litoral desenvolvido e civilizado, era primitiva apenas em termos humanos, já que a natureza era a sede da riqueza e das possibilidades futuras de desenvolvimento e de riquezas.

Assim, ao mesmo tempo em que a natureza significava uma fonte de riquezas, os habitantes não eram senão um empecilho ao desenvolvimento desejado. Um dos companheiros de Cruls, o Dr. Antônio Pimentel, médico higienista da comissão, dizia em seu relatório que:

Todo mundo sabe que o povoamento do Brasil quase se limita exclusivamente a faixa do litoral, com o extenso desenvolvimento desde o Rio Grande do Sul a embocadura do rio Amazonas.

Justamente nesta região é a salubridade subordinada, em geral, ao grau de paludismo, visto ser baixa, úmida, quente e palustre em toda essa zona. Nas terras altas do interior tudo é diferente. É exuberante a fertilidade do solo; a salubridade proverbial; grande a abundancia de excelente água potável; rios navegáveis; extensos plainos sem interrupções importantes; soberbas madeiras de construções de suas grandes florestas; abundancia de preciosos minerais e essências diversas; elevação do terreno determinando um menor grau de secura atmosférica e uma temperatura mais fresca do que a primeira vista se poderia supor, em face da sua latitude geográfica; tudo, enfim, que tem as mais estreitas relações com os progressos materiais de uma grande cidade e com o bem estar dos seus habitantes. Infelizmente, porém, tudo isso é desconhecido, e todo o interior longínquo do Brasil ainda passa hoje por ser país doentio, muito quente e mesmo inóspito. (PIMENTEL, 1957, p. 161)⁵⁴

Todas essas características físicas, no entender de Pimentel, facilitariam a colonização que deveria ser realizada nos moldes já idealizados por Luiz Cruls:

A conformação física e climatológica do vasto planalto central do Brasil facilita sobremaneira a aclimação do trabalhador europeu sem os prejuízos das regiões tórridas, cujos grandes predados ai desaparecem pela grande altitude média; pelos seus rios navegáveis e brandos declives e favorece o movimento comercial interno e as demais relações dos Estados brasileiros entre si e do Brasil com as repúblicas vizinhas, a América do Norte, a Europa e a África, bem como garante ao Governo Federal inúmeros pontos estratégicos para a defesa militar do Distrito. (PIMENTEL, 1957, p. 165-166)

Como se sabe, um dos grandes motivadores para que a nova capital do país fosse construída em pleno Planalto Central era que ela pudesse não apenas interiorizar a civilização, promovendo o desenvolvimento humano e social, mas também contribuir para a constituição daqueles inúmeros pontos estratégicos de defesa militar aos quais se refere Pimentel. (1957, p. 165-166)

Igualmente, é preciso levar em conta esse eixo axiológico representado pelos objetivos estratégicos militares presentes já nos primeiros esboços da transferência da capital e que são constantemente renovados até desaguarem nas ideologias geográficas do regime militar de 1964 do *integrar para não entregar*.

Com efeito, as terras de Cerrado da grande região Centro-Oeste então não eram consideradas apenas espaços vazios, reservas de brasilidade, mas também um espaço

⁵⁴ Anexo IV – Relatório do Dr. Antônio Pimentel, médico higienista da comissão. O planalto central do Brasil ou da América do Sul. In: CRULS, 1947, p. 161-235.

que deveria ser necessariamente ocupado pelo Estado, a fim de que se garantisse a efetiva soberania sobre aquela parte do território.

Essa suposta necessidade de defesa, de garantir a ocupação de um imenso espaço vazio aparece também como um dos grandes eixos em torno dos quais gira toda uma série de argumentos ideológicos que justificaram e impulsionaram as novas ondas de colonizadores a partir dos anos 1970.

Estes argumentos eram justificados, em parte, pela distância em relação aos grandes centros e conseqüente dificuldade de acesso de transportes e comunicações. Até por volta do final do século XIX, uma viagem ao estado poderia durar cerca de seis meses. Em meados da segunda década do século XX, essa demora tinha caído para um mês apenas. É por isso que boa parte dos esforços das elites governantes locais era direcionada no sentido de prover *estradas de rodagem*, ou talvez de realizar o antigo sonho: construir uma estrada de ferro que ligasse Cuiabá a São Paulo. Na obra *Esperando o trem: sonhos e esperanças de Cuiabá*, Borges (2005) reconstrói a visão de mundo dessa elite letrada que sonhava com a instalação, na capital mato-grossense, desde o século XIX, dessa ligação ferroviária. As estradas, as comunicações – a linha telegráfica traçada por Rondon – as ferrovias cumpriram este duplo papel de *civilizar e defender* o espaço geográfico. Conseqüentemente, um dos argumentos recorrentes na visão de mundo e esperanças dessa elite era exatamente o da *integração nacional* tendo em vista a defesa de *pontos estratégicos do território*, conforme pode ser visto em um documento histórico do período que remete a essa luta, ainda inconclusa e irrealizada, de que o trem fosse instalado em Cuiabá. Trata-se do opúsculo *Estrada de Ferro Norte de Mato Grosso – Ligação Férrea de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*, que vinha a ser uma *Petição* originalmente endereçada ao *Congresso Federal*, em 1921, por Oscar Moreira, empreendedor que tentava levar a cabo o sonho dos mato-grossenses. Antes, porém, cabe fazer uma citação do discurso de um dirigente local, realizado dez anos depois, sobre a mesma estrada de ferro:

Embora exista já a concessão e o traçado de uma estrada de ferro que deverá ligar a Capital a estrada Noroeste, este empreendimento, pela soma vultosa de capital que requer, há de ficar, infelizmente ainda adiado por muito tempo e será pela estrada de rodagem que se irá fazendo *a infiltração civilizadora e o povoamento progressivo de Mato Grosso*. (PONCE FILHO, 1932, p. 28)

De fato, o tempo em que se havia de esperar pelas estradas de rodagem – e ainda mais pelo trem – para que fosse efetivado o povoamento progressivo e a infiltração civilizadora seria muito maior que o estimado por Ponce Filho. Com isso, está de acordo Paulo Pitaluga Costa e Silva (2006), ao afirmar que o roteiro definido por Rondon, em 1921, para a Estrada de Ferro Norte de Mato Grosso.⁵⁵

O traçado desta ferrovia, depois que passa pela cidade de Alto Araguaia, é exatamente aquele seguido hoje pela Ferronorte: “parece que os idealizadores dessa moderna estrada de ferro basearam-se inteiramente no anteprojeto de Rondon de princípios do século XX, para definir o atual traçado da propalada ligação ferroviária de São Paulo com Cuiabá”. (COSTA E SILVA, 2006, p. 11)⁵⁶

Conforme explica Generoso Ponce Filho, a construção dessa ferrovia demandava vultosas somas de capitais, que não estavam disponíveis nem pelo Governo nem pelo idealizador do projeto, e o maior problema era, pois, financeiro:

Foram feitos estudos e apelos para os governos estadual e federal, solicitando empréstimos, ajudas em dinheiro, isenções de impostos e taxas, titulação de 10 milhões de hectares na zona de influencia da ferrovia, a que o autor denomina de Favores. Tudo para viabilizar a construção. Na realidade o volume de recursos era grande e o concessionário não deveria ter esse capital. Não era Oscar Moreira tão capitalista quanto se intitulava. (COSTA E SILVA, 2006, p. 9)

Essa vultosa soma de capital, aliás, foi o que faltou para que se efetivasse o processo de colonização das terras de Cerrado pelos imigrantes europeus que nunca vieram. Como se sabe, as correntes migratórias que aportaram no Brasil, entre o final do século XIX e o início do século XX, não foram muito além dos portugueses do século XVI e que havia arranhando as costas do litoral, pois o grosso dessa imigração permaneceu nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Retornando ao discurso de Oscar Moreira, que girava em torno das possibilidades de desenvolvimento e de progresso, bem como da efetivação da integração nacional e da defesa do território, tem-se:

⁵⁵ Em 15 de novembro de 1920 o governo sancionou a lei 825 que autorizava a concessão e em 13 de dezembro do mesmo ano Oscar Moreira conseguiu junto ao governo estadual a concessão para uma estrada de ferro que deveria sair de Água Clara, estação Noroeste do Brasil, percorrer 715 quilômetros até Cuiabá. Esse percurso foi traçado pelo General Candido Mariano da Silva Rondon, que anos antes havia percorrido a região na construção das linhas telegráficas que ligaram São Paulo ao Norte e Centro-Oeste.

⁵⁶ Aqui Costa e Silva diz propalada, pois até aquele ano os trilhos da Ferronorte ainda não haviam chegado a cidade de Cuiabá.

Esta grandiosa estrada irá resolver o problema vital de Mato Grosso, que é fazer a ligação da Capital ao Sul do Estado, tornando efetiva e rápida a ação administrativa e incrementando o comércio, pelo fácil meio de exportação dos produtos da região norte para os mercados consumidores. É a descoberta e criação de uma nova região cheia de riquezas naturais de toda a espécie; o aproveitamento das forças naturais de produção e finalmente a instalação de um novo e vasto mercado para os produtos das indústrias nacionais. A faixa de terras compreendidas entre a zona da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e Cuiabá, representa um mundo novo, cioso de suas riquezas e por isso mesmo desafiando da energia humana um pouco de esforço a fim de arrancá-lo para o mundo de trabalhos. (MOREIRA, 1921, p. 3-4)

E, ao lado de todas essas expectativas econômicas e sociais, ele também informa que a ferrovia, por si mesma, *constitui uma importante linha estratégica, protetora do território nacional*. Essa perspectiva, ao mesmo tempo integradora e defensiva, não pode ser creditada somente ao fato de ter o então General Candido Mariano da Silva Rondon, de sabida formação positivista, sido o autor da ideia e criador do projeto e do traçado da ferrovia. (MOREIRA, 1921, p. 5)

Parece mesmo que a ideia tem suas origens na própria forma como as antigas autoridades coloniais viam o território mato-grossense: o antemural da fronteira oeste, a primeira linha de defesa contra o avanço dos espanhóis. Ao mesmo tempo, é possível vislumbrar na política de ocupação do território levada a cabo pelo regime militar pós 1964 esse mesmo objetivo de se integrar e ocupar o território a fim de impedir uma possível ocupação por forças estrangeiras. Assim, a ferrovia, por todos os motivos expostos, é a verdadeira redenção de umas das mais belas e *ricas unidades da Federação*, que, no entanto “ainda paira nas regiões do quase desconhecido tão somente porque não tem tido as vias de comunicação que permitam trazer para os centros de consumo a grande messe de riquezas naturais guardadas em seu seio”. (MOREIRA, 1921, p. 20)

Por conseguinte, ele solicitava ao governo federal uma os seguintes *favores*, que considerava necessários ao desenvolvimento do projeto: auxílio de 50% nos preços dos fretes e transportes marítimos para todo o material necessário aos trabalhos; isenção de todos os impostos e taxas; transporte gratuito nas estradas de ferro de propriedade do governo federal; concessão de dez milhões hectares de terras ao longo da ferrovia e uma subvenção de 66 contos de reis por quilômetro construído. O que se justificava por que:

É preciso *ir buscar* com energia e coragem as grandes riquezas que *jazem esquecidas no mais recôndito repositório* de nossa Pátria e as

trazer para os centros mais adiantados, onde se manipulam as matérias primas e se lançam nos mercados os produtos manufaturados. É preciso, se quisermos ter a nossa Pátria forte e rica, abrir as mãos, semeando pelos sertões sem fim deste vasto Brasil, as fitas de aço, que levem o povoamento as longínquas regiões, para transformá-las em centros geradores de produtos, tirados das riquezas naturais que a farta existem em todos os recantos do solo pátrio. Precisamos ter a energia do bandeirante paulista aliada a audácia do moderno pioneiro do progresso, - jogar pelos sertões linhas de ferro que nos aproximem facilmente e, por sobre elas, fazer rolar as nossas incalculáveis e inumeráveis fontes de riquezas – forças estuantes de progresso para a grandeza de nossa Pátria! (MOREIRA, 1921, p. 24)

Como parte integrante da Petição de Moreira, consta ainda o Anteprojeto para uma estrada de ferro ligando a estação de Água Clara à cidade de Cuiabá, de autoria do General Rondon, que além do detalhamento do traçado geral também faz uma defesa da implantação da ferrovia. É dele a afirmação de que a ligação férrea iria contribuir para que o *isolamento* de Cuiabá fosse finalmente rompido, e para que seu comércio fosse revitalizado, já que o Estado passava por um processo de *despopulação* e diminuição do comércio:

O comércio de Cuiabá se levantará com a chegada ali da via férrea, libertando-se da precária navegação do rio Cuiabá, podendo receber diretamente de São Paulo as suas mercadorias e para lá exportar seus principais produtos: couros, borrachas, cereais, poaia, gado, frutas, minerais diversos, inclusive o ouro dos arredores de Cuiabá, Coxipó do Ouro e Diamantino. (RONDON, 1921, p. 27)

Além disso, ele enumera uma série de benefícios a título “de utilidade da estrada projetada e possibilidades comerciais”, que seriam as seguintes: desenvolvimento do “comércio sertanejo para recém-criada povoação de Rondonópolis”; que dali poderia importar o sal para a pecuária e exportar madeiras tais como cedro, peroba, piúva, ipê, pau d’arco, tamboril, jacarandá, bálsamo, aroeira e outras; além das exportações de minerais que ele supostamente havia localizado na região, como o ferro o ouro e o diamante. (RONDON, 1921, p. 28)

Além de todas essas riquezas; “para colonização, além da salubridade de toda a zona a atravessar a situação e o clima da Chapada permitem julgar eu ali se instalariam perfeitamente colonos europeus.” (RONDON, 1921, p. 34) Com certeza, ele estava testemunhando os efeitos das levadas de imigrantes europeus que adentravam diariamente em centros como São Paulo e Rio de Janeiro. Por isso, ansiava que parte deles pudesse

ser direcionada para a região de Mato Grosso. Para finalizar, a defesa da implantação da estrada de ferro foi realizada pelo Presidente do Estado, D. Francisco de Aquino Correa:

É opinião geral que em Mato Grosso, devido a sua desmesurada área territorial, a viação constitui o mais árduo problema de governo, como também o seu problema capital e, por assim dizermos, o problema dos problemas, pois a este, mais ou menos intimamente acham-se vinculados todos os demais, desde o comércio e a indústria até a instrução e a ordem pública. (CORREIA, 1921, p. 37)

Um exemplo de que as análises coloniais sobre o Cerrado e sua gente tenham tido uma vida longa em Mato Grosso, é a Conferencia de Generoso Ponce Filho, representante da delegação mato-grossense ao 3º congresso Sul Americano de Turismo, realizado no Rio de Janeiro em 1932. (PONDE FILHO, 1932)

“Mato Grosso e Suas Possibilidades Turísticas e Econômicas” traça um panorama da situação econômica, política e social da região, enfatizando as características do ambiente natural de uma maneira muito semelhante aquela já realizada pelos viajantes e estudiosos que passaram pelo estado durante o período estudado por Galetti. (PONDE FILHO, 1932, p. 3)

Nisto, já no primeiro parágrafo de sua preleção, Ponce Filho esclarece que seu objetivo principal é o de “chamar atenção para o rico e desconhecido Estado, sugerindo uma excursão ao seu território”, sugestão esta que no decorrer da fala se transforma em mais um apelo para que a colonização seja efetivada do que a excursão seja feita. (PONDE FILHO, 1932, p. 3)

Assim como em todos os outros exemplos apresentados, o discurso gira em torno de se promover a colonização do estado tendo como base as enormes riquezas minerais e vegetais que jaziam na natureza sem que houvesse pessoas capazes de transformá-las em progresso e desenvolvimento. Trata-se de eleger esta grande dádiva da natureza, que aparece então como o único atrativo de uma região considerada por ele mesmo e por todos os ouvintes como desconhecida, grande, de população escassa, mas com uma natureza *divina e portentosa*:

Somos cerca de um milhão e meio de quilômetros quadrados encravados na América do Sul, com uma população escassa que não chega a 500 mil almas ainda. Mas temos muito o que mostrar e, como ninguém, precisamos mostrar a dádiva divina e portentosa com que nos cumulou a natureza em nosso histórico destino. (...) O meu estado tem a desvendar também um espetáculo grandioso e soberbo: o da sua

natureza e o de suas possibilidades fabulosas. (PONCE FILHO, 1932, p. 11-12)

No que segue na apresentação das riquezas naturais com adjetivos semelhantes ao de Bossi muitas décadas antes, o superlativo é a norma:

A semelhança da configuração geográfica do Estado, do país e do continente é flagrante. Extensão territorial *imensa*, largueza maior ao norte, estreitando-se no sul. Mas essa semelhança não é apenas uma curiosa coincidência a assinalar. Ela tem consequências *valiosas* de ordem prática. É que assim como ao Brasil coube possuir quase todos os climas e *riquezas naturais* da América do Sul, a Mato Grosso coube possuir também quase todos, senão todos, os climas e *riquezas* do Brasil. (...) Produzimos borracha, madeira, algodão, cocos de *variedades infinitas*, produtos da zona equatorial, café e mate *iguais aos melhores* de São Paulo e Paraná e *temos terras onde o trigo e as frutas europeias podem dar com abundancia*. Florestas tropicais *enormes* campos de criação *imensos*. A fauna, mais *opulenta e variada*, a flora mais *extraordinária*, oferecendo *mil aplicações*, industriais e farmacêuticas. Um solo *fertilíssimo*, um subsolo cheio de *riquezas minerais inumeráveis*, possuindo dos diamantes e pedras preciosas mais raras aos minerais de *maior utilidade* como o manganês o ferro e o cobre. (PONCE FILHO, 1932, p. 12-13)

Extensão territorial imensa, consequências valiosas, riquezas naturais, riquezas do Brasil, variedades infinitas, iguais aos melhores, enormes, imensos, opulenta, variada, mil aplicações, extraordinária, fertilíssimo, riquezas minerais inumeráveis, maior utilidade; todos esses adjetivos superlativos em um único local onde o trigo e as frutas europeias podem dar com abundancia; de forma que se completa o mesmo quadro já tantas vezes citado por absolutamente todos os viajantes estrangeiros e brasileiros que passaram pela região.

Por outro lado, quando se refere à população do estado, ele já apresenta certa evolução da avaliação que era realizada no século anterior, quando se considerava que o grosso da população era formado por pessoas de má índole, preguiçosas e avessas ao desenvolvimento.

O quadro que ele apresenta é bem mais animador. Embora nas entrelinhas considere que a colonização deva ser realizada por imigrantes europeus, destinados pela própria natureza a promover o desenvolvimento do local, não há um menosprezo explícito pela população do Estado. Mas, ao contrário, ela é apresentada então como uma espécie de vanguarda da civilização ocidental que está lutando contra a natureza inóspita com objetivo de ali implantar o progresso, a cultura e o desenvolvimento.

Ele faz um convite para uma excursão para que todos possam “ver e admirar esse sem numero de aspectos, para ouvir essa sinfonia gigantesca da natureza, para antever os lineamentos do fabuloso progresso futuro desse pedaço privilegiado do país, reserva da humanidade e da civilização”. E vai além:

Embora pequena a população do nosso grande estado, algo já temos feito em prol da sua civilização e por todo o seu território se espalham, como núcleos de progresso e de vida, pequenas cidades laboriosas, vilas que vão crescendo a cada dia. Espetáculo não menos curioso e belo é exatamente o desse brotar e fervilhar de uma civilização que surge; cena não menos digna de interesse o empolgante domar da natureza bruta pelo homem. (PONCE FILHO, 1932, p. 14)

E, após ter dissertado sobre a forma como as viagens eram realizadas no período colonial, quando demoravam até seis meses, compara-as com as de sua época, que poderiam ser realizada em poucos dias, dependendo do trajeto de três a cinco. Então, ele passa em revista às características geográficas e humanas do trajeto, enfatizando os usos e costumes de cada localidade, para em seguida retornar ao convite, não para uma excursão, mas para que todos invistam na colonização do estado, uma vez que ainda é patente na sua fala a preocupação central das elites de atrair colonos europeus:

Certo o nosso povo e o seu clarividente e enérgico presidente de que em nenhuma parte como em Mato Grosso, talvez da América, será tão verdadeiro o conceito de Alberdi, de que ‘*governar é povoar*’ - pois só o homem em quantidade e densidade suficientes nos faz falta – estamos seriamente empenhados em atrair a imigração para as nossas terras. O atual governo de Mato Grosso em cujo nome posso falar neste momento, está pronto a facilitar por todos os modos e maneiras ao seu alcance o ingresso de imigrantes para o Estado e é seu objetivo ir escalonando à margem dessa estrada de Campo Grande a Cuiabá os núcleos coloniais, que assim terão fácil acesso a estrada de ferro, escoadouro de seus produtos. (...) Temos, portanto, saída fácil para a nossa produção e terra fértil para rendosíssimas culturas. Um clima saudável e bom, *onde facilmente se adapta o europeu*, especialmente no sul, torna sobremaneira viável o encaminhamento de correntes imigratórias para o nosso Estado, *destinado a ser a terra da Promissão* dos que nela forem buscar, com a colaboração do seu trabalho, o bem estar e a fortuna. (PONCE FILHO, 1932, p. 28-29) (grifos nosso)

Além de todas essas facilidades e maravilhas do clima, da natureza e da população, Ponce Filho faz questão de deixar claro para todos que através de todos os caminhos de Mato Grosso, não seriam encontrados *índios nem perigos*. Segundo ele, os

indígenas que ainda viviam em Mato Grosso estavam localizados no extremo norte do Estado, de onde o espírito *civilizador e humanitário* dos brasileiros deveria ir, aos poucos, “trazendo-os ao convívio dos seus irmãos, que desfrutam os pomos dourados da civilização”. (PONDE FILHO, 1932, p. 43)

Além disso, afirma ele, não havia salteadores nas estradas e o sertanejo do local era geralmente *honesto e bom* e os crimes, quando existiam, eram apenas frutos de rixas, questões pessoais e vinganças. Assim, de forma geral, o único problema do Estado era apenas a falta de uma população numerosa e concentrada, ou seja, uma densidade habitacional próxima aos índices europeus ou de localidades consideradas civilizadas. Isto poderia ser facilmente resolvido com a introdução dos reclamados imigrantes:

*Possuímos quatro ou cinco quilômetros quadrados para cada habitante. Eis a alucinante desproporção com que lutamos. E, no entanto não temos a mostrar apenas a obra admirável e bela da natureza; podemos apresentar já os lineamentos da obra humana – tosca, incipiente, mas enorme, dada a insuficiência dos nossos recursos. A obra do nosso futuro é um colosso de Rodas que está sendo modelado pelas mãos pequeninas de homens cheios de alma e fé. Fossemos milhões e embora pequenos na estatura – o formigueiro humano seria um grande artífice. Mas quando se nota que *não somos ainda 500 mil para um território capaz de abrigar cem milhões* e se atenta que *a natureza não nos esmagou, mas está sendo domada, subjugada, vencida pelo ardor, pelo ímpeto, pela bravura, pela confiança em si e pela fé no seu destino* que o nosso povo possui no mais alto grau, quando se encara sob esse prisma relativo à situação mato-grossense, ver-se-á que o *pequenino povo* que habita aquela *grande terra* é realmente um *grande povo*. (PONCE FILHO, 1932, p. 44-46) (grifos nosso)*

Então, o povo finalmente se redime na luta contra a natureza. O povo é pequenino na quantidade e na estatura e habita um território imenso. Com sua força e fé ele doma, subjuga e vence a natureza, contra a qual apresenta as forças inexoráveis da civilização e do progresso. Aqui ficam patente as novas nuances da chave de interpretação, através da qual as elites letradas e pensantes analisavam a sociedade brasileira.

O racismo científico do final do século XIX estava por essa época sendo convertido em uma nova feição: aquela que via na mestiçagem não o grande mal da população, mas o seu grande diferencial. Essas novas teorias, que no Brasil irão se

consolidar na voz de Gilberto Freyre, principalmente em Casa Grande e Senzala, não viam a mistura de raças, característica da população brasileira como uma condenação.

Ao contrário, partiam da mistura racial para a grande meta da pureza que seria finalmente alcançada através da política de branqueamento que há anos estava sendo colocada em prática. Branquear então significava não apenas introduzir maciçamente novos contingentes de população europeia de tipo superior, mas ao mesmo tempo construir instituições sociais movidas por essa lógica e também adotar uma perspectiva epistemológica *embranquecedora*.

Assim, enquanto que as matrizes europeias eram ciosas de sua pureza racial e a defendiam como um dos elementos fundadores de suas nacionalidades, no Brasil passar-se-ia a adotar o princípio do branqueamento como meio e a pureza racial como um fim.

Nesse contexto, a natureza continuava sendo a morada das grandes possibilidades econômicas e sociais, o suporte material para o desenvolvimento que deveria ser criado no prazo das futuras gerações. E a grandeza do povo, o seu destino histórico era exatamente o de lutar incessantemente contra essas forças naturais, domando-as, controlando-as, submetendo-as e finalmente transformando-as em progresso e desenvolvimento.

Axel Lofgren, em 1946, publicou como separata da Revista Brasileira de Geografia, um trabalho intitulado *De Goiás a Cuiabá através do Chapadão Mato-grossense*. Tratava-se, de acordo com ele, dos resultados propiciados por uma excursão realizada, em 1938, pela Divisão de Geologia do Departamento Nacional de Produção Mineral, cujo objetivo era o de fazer o reconhecimento geológico entre a antiga capital de Goiás e a capital de Mato Grosso, o que deveria *preencher um dos grandes claros em nosso mapa geológico*. (LOFGREN, 1946, p. 3)

Em sua viagem, por mais de 500 quilômetros, percorreu o chamado “chapadão mato-grossense, desde as suas bordas nas margens do Araguaia até as caídas para os rebordos do pantanal próximo a Cuiabá”. Toda essa extensão do chapadão, inclusive aquela percorrida por Lofgren, décadas mais tarde seria convertida em uma das principais áreas de produção de grãos e fibras, dada a topografia do terreno do chapadão que propicia o ambiente ideal para a grande agricultura mecanizada. (LOFGREN, 1946, p. 3)

Tanto o cargo ocupado por Lofgren – Chefe da Seção de Topografia e Carta Geológica, quanto os objetivos da instituição que ele representava, devem ter

influenciado na forma como ele olhou a região que visitava. Isto porque suas observações são focadas na formação geológica do terreno, assim como nos aspectos mais gerais da sua conformação topográfica, de forma que só indiretamente o seu trabalho pode ser usado para se ter uma ideia das condições ambientais de flora, fauna e dos aspectos socioeconômicos da região.

No entanto, por várias passagens é possível não somente inferir que aquela altura as regiões do cerrado mato-grossense ainda eram consideradas sob um ponto de vista semelhante ao que eram tomadas pelos viajantes do século XIX. Da mesma maneira, a ideia que se tinha de colonização da região, senão completamente semelhante aquela já exaustivamente demonstrada acima, dela muito se aproximava, uma vez que o tipo ideal de colonizador continuava sendo aquele proveniente das “gentes mais industriosas da Europa”. (LOFGREN, 1946, p. 40)

Ainda no estado de Goiás, quando de passagem pelo povoado de Itapirapuã, ele diz que a localidade, constituída por uma dúzia ou mais de casas assinala a obra da *civilização* e do *progresso* realizada pelo *telegrafo* que ali mantém seu posto de conserva e estação com serviço postal. Mais adiante no texto e na viagem, ele escreveu:

Sobre esse percurso de mais ou menos 50 léguas poderíamos, em breve recapitulação, dizer que foi efetuado através de zonas de escassa população, com lavouras rudimentares muito restritas, destituído de estradas e vias de comunicações, sem indústrias e de um comércio mingado, *onde a civilização somente agora começa a ensaiar seus primeiros passos*. Sendo aliás núcleos demográficos muito reduzidos e raros e a população muito esparsa, difícil se torna a aplicação dos princípios de assistência social, profilática ou sanitária, bem como a escolar e profissional. (LOFGREN, 1946, p. 42)

E, mais adiante:

Aqui abrimos um parêntesis para consignar que na Voadeira tivemos oportunidade de encontrar um MORBECK⁵⁷, irmão do destemido sertanista que ainda em nossos dias reviveu as façanhas dos FERNÃO DIAS PAES LEMES, RAPOSO, ETC., *demonstrando não ter desaparecido em nossa gente o velho espírito do bandeirante*. (LOFGREN, 1946, p. 43) (grifos nosso)

E, também:

⁵⁷ Lofgren se refere a um irmão do engenheiro.

Progredindo em nossa marcha, já estamos agora em pleno chapadão com todas as suas feições características bem delineadas. Extensos tabuleiros, ora mais ou menos ondulados, sucedendo-se *ad infinitum*. Léguas e mais léguas se espicham a nossa frente, sempre em meio idêntico. A larga faixa do picadão aberto no cerrado em que os postes da linha telegráfica enfileirados traçam a única imagem da civilização, indica-nos a distancia o rumo a seguir. (...) Para frente os mesmíssimos quadros se repetem e somente após longuíssima jornada, vamos encontrar em meio a essa desoladora vastidão, a colônia do Sagrado Coração de Jesus, tida e mantida pelos missionários salesianos que com rara e abnegada dedicação procuram ministrar ensinamentos aos seus pupilos, os Bororos. (LOFGREN, 1946, p. 44)

Apesar disso, a parte mais eloquente, do ponto de vista de suas impressões sociais e humanas sobre a região, é quando ele conclui o seu roteiro e avalia a viagem realizada: “esse imenso território que atravessamos, bem mais de 300 km, no Estado de Mato Grosso, acusa um índice demográfico irrisório, e em cerca de 100 ou mais quilômetros na parte central nem sequer há índice algum, pois é simplesmente inabitado”. (LOFGREN, 1946, p. 48)

Exatamente por tratar-se de uma região com amplos “espaços vazios” e com características climáticas e geológicas tão propícias ao desenvolvimento que ele a vê habitada por centenas, e até milhares de deserdados da guerra, que ali seriam alojados “numa hora em que a nação começa a despertar novamente os seus instintos maternais ou acolhedores”. (LOFGREN, 1946, p. 48)

Em relação ao desenvolvimento e aproveitamento dessa enorme parcela do país, nada se poderá adiantar enquanto continuarem inteiramente desconhecidos os seus recursos econômicos, porem que depende em primeira linha da questão de comunicações e transportes, parece-nos não haver a menor duvida. (LOFGREN, 1946, p. 48-49)

Também sob a forma de artigo na Revista Brasileira de Geografia, foi publicado em 1948 o estudo realizado por Leo Waibel, assistente técnico do Conselho Nacional de Geografia, denominado *Vegetação e uso da terra no Planalto Central*. O artigo, segundo Waibel, é o resultado de duas expedições feitas por ele, em 1946 e 1947, que tinham o objetivo de estudar os problemas de colonização e a posição mais adequada á nova capital do Brasil, respectivamente. Ele diz que em ambas as excursões sua atenção foi direcionada para a vegetação, “da qual dependem, em grande parte, as possibilidades de povoamento.” (WAIBEL, 1948, p. 3) Até esta data, segundo o que se pode entender das afirmações de Waibel, o único relatório científico a tratar especificamente sobre a

vegetação da região era aquele realizado pela Comissão Cruls, que fora enviada pelo Congresso, ao final do século XIX, para achar um local para a construção da nova capital do país. “Nesse relatório, o botânico Ernest Ule fez uma breve descrição da flora dos vários elementos topográficos do Planalto Central (chapadas, vales, serras, etc.).” (WAIBEL, 1948, p. 3) Ele cita, também, a existência de dois outros trabalhos que tratavam, de forma geral, do ambiente por ele estudado: o do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire e o do botânico e fito ecologista dinamarquês Eugen Warming:

Em 1819, o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire visitou o estado de Minas Gerais e a parte meridional do estado de Goiás e descreveu a sua natureza e sua cultura de maneira brilhante, claramente influenciado por Alexandre de Humboldt. (...) Em 1831 ele publicou um artigo especial sobre aquele assunto e explicou como em terras de mata devastada ocorrem matas secundárias de vários estágios, e que, se as queimadas continuam, dão lugar a campos artificiais e, se permanecem intactas, reverterem em mata. (...) Eugenio Warming estudou a vegetação de uma pequena área de 170 quilômetros quadrados, dedicando especial atenção a ecologia das plantas, suas relações com o solo e com o lençol d’água subterrâneo, a influencia do fogo na vida vegetal, etc. Embora Lagoa Santa fique fora do Planalto Central a sua vegetação e o seu clima são tão semelhantes ao dele que o trabalho clássico de Warming é uma fonte indispensável para qualquer estudo da vegetação dos planaltos do Brasil. (WAIBEL, 1948, p. 4)

Um dos aspectos que chamou atenção de Galetti (2000), na sua observação sobre a formação das representações sobre Mato Grosso, foi a de que poucos – a exceção de Steinen – se atentaram para a diversidade na tipologia e na qualidade dos solos em concomitância com a diversidade da vegetação.

A maior parte das observações segue a linha de Bossi de vincular a aparente *abundancia* da natureza a uma suposta *fertilidade natural*, daí muito recorrente a ideia de que os solos da região seriam *fertilíssimos*. Essa identificação entre o solo e a vegetação, que mais tarde irá contribuir para a enorme quantidade de conceitos sobre a origem e a fitofisionomia do cerrado, é retomada novamente por Waibel quando ele afirma a existências de dois tipos principais de vegetação no Planalto Central: a mata e o campo.

De acordo com ele, “estes dois tipos não diferem somente quanto a sua fisionomia e composição florística, mas também com respeito as suas exigências quanto aos solos e as condições do lençol de água subterrâneo”. E ele vai ainda além, ao

afirmar taxativamente que o mato e o campo são mais que dois tipos de vegetação, são tipos de terras. (WAIBEL, 1948, p. 9)

Além disso, Waibel preferiu, neste caso, seguir uma terminologia que já estava em uso desde o período colonial, “antes de tentar classifica-las em termos de fitogeografia geral: há vários tipos de terras de mato, assim como os há de terras de campo. Na classificação dessas terras, sigo a terminologia dos fazendeiros”. (WAIBEL, 1948, p. 9)

Ao contrário de muitos viajantes e pesquisadores apressados, deixou claro que havia visitado e estudado a vegetação durante o auge da estação seca, nos meses de julho e agosto e na primeira metade de setembro. Isto por que muito das incongruências entre os mais diversos estudos sobre o Cerrado ainda ocorre porque os pesquisadores visitam ou fazem seus estudos na região em épocas diferentes, quando é sabido que a incidência de uma maior ou menor quantidade de chuva pode interferir enormemente na composição florística e nos aspectos da paisagem. De forma sucinta, é a seguinte a classificação proposta por Waibel:

Mato de primeira classe: representam a melhor terra do Planalto Central e são constituídas de três camadas, sendo a mais alta formada por árvores de até trinta metros de altura; a segunda camada por árvores de cinco a quinze metros e a terceira formada por arbustos e ervas com um a dois metros de altura. Além disso, ele chama atenção para a alta densidade populacional nestas áreas devido exatamente a fertilidade o que possibilitaria sua ocupação por pequenas propriedades todas com excelente produtividade em culturas que eram consideradas esgotantes, como as do milho, arroz, cana e café. (WAIBEL, 1948, p. 11-12)

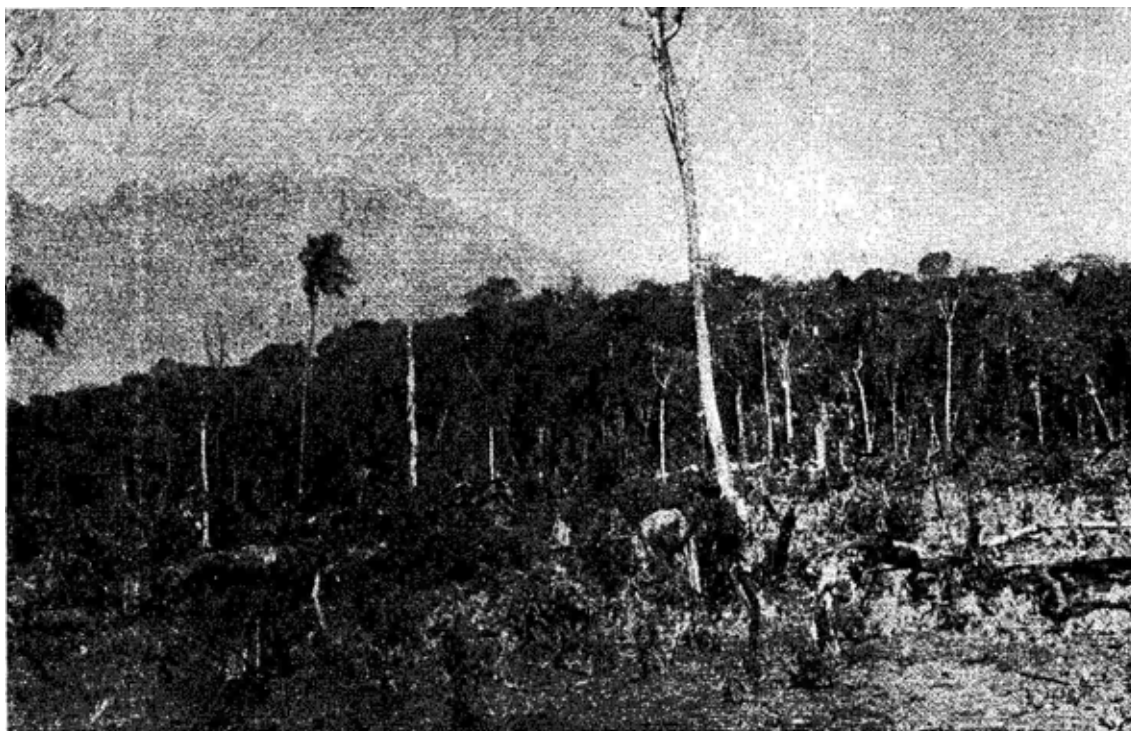


Fig. 4 — Mata de primeira classe no território da chamada Mata de São Patrício, um prolongamento setentrional do Mato Grosso de Goiás.

ILUSTRAÇÃO 45 – Mata de primeira classe, por Leo Waibel

Fonte: WAIBEL, 1948, p. 10.

Mato de segunda classe: o solo é considerado menos fértil, não tão profundo e mais pobre em húmus, secando quase que completamente durante a estação seca. Ele ocorreria em *numerosas pequenas manchas dentro das áreas de campo nas cabeceiras dos córregos*, tendo porem uma composição florística praticamente idêntica ao mato de primeira classe, com a diferença básica de que enquanto na primeira classe as árvores mais altas chegam a trinta metros, na segundo elas não passam de vinte metros, embora a composição seja a mesma.

“Segundo informações de muitos fazendeiros, o solo da mata de segunda classe se esgota depressa, quando cultivado; por isso é usado principalmente como pasto.” E chama atenção para uma prática que vigorou durante todo o período colonial, atravessou épocas e chegou até a contemporaneidade:

As matas originais são queimadas e depois se plantam boas gramíneas forrageiras, tais como o Jaraguá ou o capim gordura; este último, especialmente, fornece com suas folhas verdes um ótimo alimento para o gado, mesmo na estação seca. *Essas chamadas invernadas são um aspecto muito característico das áreas florestais do Brasil Central*, em terras de antigas matas de primeira classe, bem como de segunda. Na minha opinião, no Brasil, *há dez vezes mais terras de matas derrubadas e queimadas, para servir de pasto, do que dedicadas à agricultura*. É um grande erro relacionar-se a pecuária do interior do Brasil exclusivamente a vegetação de campo aberto, cujas gramíneas nativas constituem uma forragem muito pobre durante a estação seca. (WAIBEL, 1948, p. 15) (grifos nosso)

Além de observar a evidente hierarquia nos preços das terras de primeira e segunda classe, Waibel lembra que ambas são chamadas de *terras de cultura* pelos fazendeiros, isto porque, “até agora, em todo o Brasil, a agricultura se tem limitado estritamente as terras florestais”. (WAIBEL, 1948, p. 17)

A própria burocracia de terras já havia àquela altura incorporada essa identificação: ele verificou que “em muitos mapas cadastrais do Estado de Goiás, o mato não é classificado como floresta, mas como cultura de primeira ou de segunda classe”. Isto mesmo quando a terra ainda está coberta de floresta e não foi absolutamente derrubada. (WAIBEL, 1948, p. 17)

Um dos aspectos importantes neste tipo de identificação é o de que ela foi trazida pelos colonizadores do Sul e Sudeste, a partir dos anos 1970. Este foi um dos primeiros impulsionadores do desmatamento das terras de primeira e de segunda, a exemplo do ocorrido na região de Cáceres, onde a instalação de novas colônias agrícolas provocou a imediata derrubada das matas, entre elas as matas de poaia, colocando a espécie em risco de extinção, ao mesmo tempo em que arrochava os nós que então já apertavam a aquela atividade extrativa vegetal.

Além dessas duas espécies de matas, Waibel sublinha a existência do Cerradão, que seria mais alto e mais denso que o cerrado e ao mesmo tempo mais baixo e menos denso que a mata, sendo uma espécie de transição entre ambos, já que o limite entre mata e cerradão seria muito difícil de ser traçado:

O tamanho médio das árvores no cerradão é de 10 a 15 metros, contra 4 a 8 metros no campo cerrado. Mais importante ainda é o fato de que as árvores no cerradão não são ramificadas desde baixo nem retorcidas, como o são no campo cerrado, mas crescem altas, como árvores comuns da floresta. (WAIBEL, 1948, p. 19)

Em oposição à formação dos dois tipos de matas e do cerradão, Waibel complementa a paisagem do cerrado com o Campo cerrado: “o campo é uma região aberta, onde a cobertura vegetal é mais baixa e menos densa do que na mata, onde há pouca ou nenhuma sombra e onde o olhar pode percorrer um horizonte sem fim”. Ele destaca, ainda, a existência de vários tipos de campos da mesma forma como há vários tipos de matas: “o mais interessante e o mais característico tipo de região aberta do Planalto Central é o chamado campo cerrado”. A expressão significa “uma região aberta e densa”, o que parece ser uma contradição:

Olhando a região do alto de um morro, temos a impressão de estar vendo uma floresta contínua, cobrindo altos e depressões, colinas e nascentes. Tentando entrar nessa floresta, notamos que ele recua ante nossos passos. Realmente estamos cercados de árvores, porém elas ficam tão longe uma da outra que agora não temos a impressão de estar numa floresta. Com estas palavras eu descreveria o campo cerrado do Planalto Central. (WAIBEL, 1948, p. 22-23)

E, ainda além:

O campo cerrado não é portanto absolutamente uma floresta e nunca é considerado como tal pelos habitantes do Planalto Central. Mas cerrado não é tampouco uma savana, conforme foi classificado na literatura. Uma savana é basicamente uma campina; uma campina com árvores esparsas. Durante a estação seca, quando as gramíneas altas e densas foram queimadas, podemos viajar de carroço através de uma savana em quase todas as direções até que uma mata de galeria nos detenha. Através de um campo cerrado só se pode viajar a cavalo (ou a pé) e mesmo isso às vezes é difícil. Assim cheguei a conclusão de que o cerrado com sua alternância de árvores e arbustos e gramíneas não é nem uma floresta nem um campo, mas um tipo de vegetação *sui generis*, de caráter intermediário entre a mata e o campo. (WAIBEL, 1948, p. 24)

Como se percebe logo à primeira vista, a discussão sobre os mais diversos conceitos contidos dentro do cerrado é de longa data. Além disso, se observa que já naquela época havia um dissenso sobre o fato de se o Cerrado deveria ser ou não considerado uma savana, discussão essa que foi exaustivamente tratada por Walter (2006).

Este mesmo pesquisador, conforme citado, faz uma classificação da fitofisionomia do cerrado – adotada nesta tese – que em muitos aspectos se aproxima desta que é usada por Waibel, ainda que os dois não estejam de acordo com relação ao

fato do cerrado poder ser considerado uma savana. (WALTER, 2006, p. 10-24; WAIBEL, 1948, p. 24) Os conceitos de *campo sujo* e *campo limpo* que foram usados tanto por Waibel quanto por Walter para identificar os mesmos tipos de paisagens também ajuda a defender essa suposição de que os conceitos de ambos se aproximam em vários pontos, embora seja divergente nesta questão que não me parece ser fundamental, que é a de se incluir ou não o cerrado na categoria de savana.

Por outro lado, Waibel chama atenção para um dos aspectos que foi fundamental no processo de ocupação das regiões de cerrado mato-grossense – com mais ênfase nas de campo cerrado – que é o do preço das terras, que acompanhava até a década de 1970 a tradição de se colocar um preço mais alto nas terras de cultura – consideradas de primeira e de segunda classes – do que nas terras de campo cerrado, ou simplesmente terras de Cerrado: “por todo o Brasil, o povo acredita que as terras de cerrado, como de todos os campos, não são boas absolutamente; que elas não são apropriadas para cultura e que só podem ser usadas para pasto”. (WAIBEL, 1948, p. 30)

Com efeito, por volta dos anos 1970, um dos grandes atrativos para a colonização da região do Cerrado mato-grossense era exatamente o fato de que suas terras não serem somente consideradas de baixa qualidade, como conseqüentemente serem cotadas a um preço irrisório em relação ao preço das terras dos locais onde partiam os novos colonizadores.

Era comum que pequenos produtores do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina vendessem seus pequenos lotes e conseguissem com esse capital adquirir grandes extensões de terra em Mato Grosso. Além disso, contavam com o imprescindível apoio dos governos locais e federal, de instituições de crédito e pesquisa bem como de todos os recursos de infraestrutura que paulatinamente foram construídos para suportar essa colonização.

Waibel, já havia notado que as terras de Cerrado valiam geralmente “a metade do preço das terras de mato de segunda classe”, valores que se apoiavam, sobretudo na tradição consolidada através dos séculos de ocupação agrícola. Este fato não foi o suficiente para aplacar sua curiosidade científica, já que

Buscando descobrir as razões desta opinião, achei que ela é inteiramente baseada em presunções e conclusões. O principal argumento é que, até agora, através da história de todo o Brasil, a agricultura tem sido limitada às terras de mato e nunca foi praticada nas terras de campo. Não há dúvida de que até hoje as terras de campo cerrado tem sido evitadas para a agricultura, porque ainda há bastantes

terras boas de mato disponíveis, que, sujeitas aos presentes métodos agrícolas extensivos produzem boas safras. *Mas isto não quer dizer que o campo cerrado seja incultivável e que não será cultivado se aumentar a pressão demográfica, se as terras de mato ficarem mais escassas e se foram aplicados métodos agrícolas mais intensivos.* (WAIBEL, 1948, p. 30-31) (grifos nosso)

E, também:

Estou pessoalmente convencido de que num futuro não muito distante, os melhores tipos de terras de campo cerrado do Planalto Central serão cultivados de maneira semelhante as das antigas terras florestais da Europa Central. Lá se plantam culturas esgotantes tais como o trigo e a beterraba, somente nos melhores solos, ao passo que nas antigas terras florestais, menos férteis, plantam-se culturas menos esgotantes, tais como o centeio e a batata. (WAIBEL, 1948, p. 32)

Análise esta que soa quase que de maneira profética, quando a ela acrescentamos sua parte final:

A agricultura em terras de cerrado, caso seja bem sucedida, mudará por completo a situação social e econômica do Planalto Central. Tornar-se-ia, entretanto, necessária uma mudança total dos métodos agrícolas, uma mudança da agricultura nômade para a permanente, da cultura de enxada para a cultura de arado e da rotação de terras para a rotação de culturas. (WAIBEL, 1948, p. 32)

Data de 1949, o artigo de Fábio de Macedo Soares Guimarães, também publicado na Revista Brasileira de Geografia, com o título de “O Planalto Central e o problema da mudança da capital do Brasil”, baseado nos trabalhos de campo que realizou em 1947, quando esteve na região como integrante da Comissão de Estudos chefiada por Leo Waibel.

Também nessas observações é patente a preocupação em se abordar os mais diversos aspectos que poderiam interferir na consecução do objetivo final da Comissão, que era o de apresentar dados que possibilitassem a efetiva ocupação daquele território com a instalação da nova capital:

O chamado Planalto Central do Brasil é uma região de características próprias, que a distinguem nitidamente de outras regiões brasileiras, quando se considera o conjunto de tais características. Não se trata de uma área arbitrariamente considerada, pelo simples fato de se achar situada no centro do país, mas sim de uma *verdadeira região geográfica*, caracterizada por aspectos gerais quanto ao relevo, clima, vegetação, hidrografia, ocupação humana, tipos de economia, etc.

Passemos em revista esses diversos aspectos, em traços muito gerais, apenas o necessário para a discussão do problema da localização da nova capital. (GUIMARÃES, 1949, p. 3)

Como se percebe logo à primeira vista, as apreciações de Guimarães seguem dois aspectos que estão entrelaçados: o de demonstrar como a região se distingue nos mais diversos aspectos das outras regiões brasileiras e a explicação desses aspectos apenas do ponto de vista do objetivo de se ocupá-la por um novo modelo de colonização. (GUIMARÃES, 1949, p. 3)

A questão de se ressaltar aqui a vinculação entre a forma como o Cerrado veio a ser cientificamente conhecido e os objetivos sociais desse conhecimento através dos mais diversos períodos da história brasileira tem a ver exatamente com a vinculação estreita entre a produção do conhecimento e a produção e reprodução sociais.

Fato este que irá ficando cada vez mais claro na medida em que as forças sociais interessadas no novo processo de colonização do Cerrado adquirem mais e mais condições de induzir a pesquisa e a produção do conhecimento, a fim de que a região seja efetivamente tomada como um objeto de conhecimento, e de uma forma específica de conhecimento destinado exclusivamente a dar suporte ao processo de colonização da região. É nesse sentido que Guimarães cumpre o papel ao qual se reserva logo na introdução do seu artigo, pois ele efetivamente estuda o Planalto Central, as suas feições morfológicas, quanto ao relevo e estrutura, o clima e a regularidade das chuvas, a hidrografia, a vegetação e os solos; tendo em vista unicamente a visualizar os possíveis problemas decorrentes da planejada ocupação. As suas conclusões sobre a vegetação e os solos, por exemplo, pouco se diferenciam daquelas já apresentadas por Waibel. Assim ele diz que ambos ainda são pouco conhecidos, mas consegue classificar os três tipos fundamentais de vegetação – matas, cerrados e campos limpos – ao mesmo tempo em que ressalta a ligação destes tipos de vegetação com os solos: no “Planalto Central, aliás, em geral no Brasil, a vegetação é um índice decisivo do caráter do solo”. (GUIMARÃES, 1949, p. 11)

Da mesma maneira que Waibel, ele também observa que o homem do interior estabelece uma nomenclatura para as terras de acordo com a vegetação, onde as *matas* se confundem com as *culturas* e as matas mais altas são sempre identificadas como “terras de culturas”. Ele julga que o “problema dos solos do cerrado” estaria longe de ser resolvido, pregando a necessidade de se promoverem pesquisas específicas sobre o assunto, única forma de promover a utilização econômica de tais solos. Porém,

“enquanto houver matas, (terras de culturas) a explorar, não poderão os cerrados competir economicamente com elas”, afirmava. (GUIMARÃES, 1949, p. 12)

Por outro lado, ele estudou com mais ênfase os aspectos relacionados a ocupação humana e aos tipos de economia que eram praticados na região, no que seu artigo se difere do de Waibel. Ao se referir aos processos anteriores de ocupação naquela região, ele observa que uma das principais características é a escassez da população: “imensos espaços quase totalmente despovoados, onde o viajante percorre às vezes dezenas de quilômetros sem ver uma só casa de morador”. Ao mesmo tempo ressalta: “na maior parte do Planalto a população evita os chapadões, pela dificuldade de obter água, e também os fundos dos vales, de baixa altitude, devido à ocorrência de malária”:

Os moradores se localizam de preferência nas encostas, onde se encontram os córregos e onde os capões e matas de galerias proporcionam terras para culturas. Nas bordas das chapadas apresentam-se amplas bacias de recepção (chamadas *dales*, pelos geógrafos de língua inglesa), onde se localizam as cabeceiras de cursos d’água e capões. É junto desses *dales* que se situa a maior parte dos povoados, e muitas cidades ai tem sua origem. (GUIMARÃES, 1949, p. 16-17)

Há evidências de que essa forma de ocupação tenha se generalizado por outras áreas de Cerrado, inclusive em Mato Grosso, aonde as amplas áreas dos chapadões só vieram a ser efetivamente ocupadas pela agricultura em larga escala que nelas encontrou o terreno ideal para a mecanização agrícola, uma das principais características deste novo tipo de agricultura.

A agricultura comercial, com o uso de mecanização em larga escala, não poderia ali ser usada devido exatamente aos aspectos topográficos do terreno das encostas. Por outro lado, é interessante comparar os dados e as apreciações de Guimarães a respeito da ocupação e densidade habitacional da região por ele pesquisada com as observações realizadas por outros pesquisadores em outros momentos históricos.

O objetivo é o de confrontar a noção de espaço vazio, corrente até a consumação do processo de ocupação que se inicia por volta dos anos 1970, e dados relacionados com os outros tipos de colonização que estavam consolidados antes do início desse processo contemporâneo de ocupação.

O mapa a seguir, retirada do artigo de Guimarães, mostra a densidade habitacional do Brasil na década de 1940. Nela o que se vê é exatamente um imenso *vazio habitacional* em toda região que corresponde ao Estado de Mato Grosso, uma vez

que a população ocupa unicamente a região da cidade de Cuiabá. Ao mesmo tempo, recorde-se que Ponce Filho havia afirmado, em 1932, que a população total do estado não chegava ainda a 500 mil almas. (PONCE FILHO, 1932, p. 44-46)

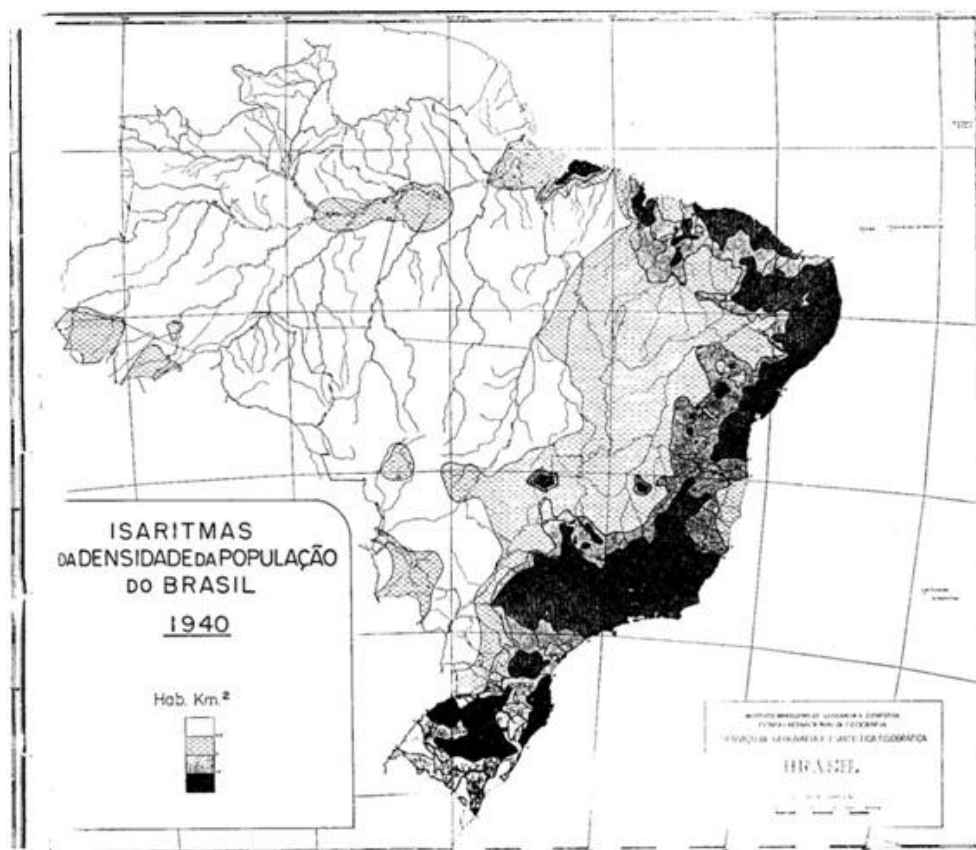


ILUSTRAÇÃO 46 – Densidade populacional do Brasil em 1940

Fonte: GUIMARÃES, 1949, p. 35.

É neste contexto em que devem ser compreendidos os documentos apresentados a seguir. Trata-se de alguns trabalhos de Jary Gomes, publicados em 1950 com o título de *Aspectos econômicos de Mato Grosso*. (GOMES, 1950)

O autor era médico formado pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro, membro da Academia de Letras de Mato Grosso, deputado e presidente da Assembleia Legislativa, além de governador do Estado, entre julho de 1950 e janeiro de 1951. Descontando-se as afirmações puramente ufanistas, seus trabalhos apresentam um panorama econômico e social de Mato Grosso no final dos anos 1940 ao mesmo tempo

em que demonstram a existência das conexões entre o pensamento da elite mato-grossense e daquelas localizadas nos grandes centros. (GOMES, 1950)

Em Mato Grosso, as elites estavam atentas ao problema da *população* que era o reverso da *colonização*, que vinha a ser o mesmo que *povoamento*, *progresso*, *desenvolvimento*. Em 1950, Gomes proferiu, na Escola Superior de Guerra, uma conferência intitulada “Rápidas notícias sobre as possibilidades econômicas de Mato Grosso”, na qual discursou sobre as incomensuráveis possibilidades econômicas do estado. (GOMES, 1950)

Por certo, como um dos membros da elite econômica e política ele compartilhava e defendia as mesmas ideias sobre a natureza e o povo que tinham moldado gerações de mato-grossenses. Fora, aliás, segundo suas palavras, o fascínio das minas auríferas que “determinara o surgimento, em plena selva bruta, de uma nova Canaã”. Não obstante, desde aqueles primeiros tempos até os seus dias, ele constatava que o panorama geopolítico do estado se caracterizava pelo “contraste berrante que decorre da sua baixa densidade demográfica e da luxuriante imponência de suas riquezas naturais”. (GOMES, 1950, p. 6-7)

É por isso que mesmo após mais de dois séculos de colonização, “Hoje ainda hoje, embora pareça estranho, o seu problema é o homem. As riquezas incalculáveis de Mato Grosso – dádivas cobiçosas da Providência permanecem virgens e intocadas, como há trezentos anos o morro do Rosário”.⁵⁸ (GOMES, 1950, p. 7)

Após reafirmar o que era considerada a problemática para o desenvolvimento do estado, Gomes passa em revista aos recursos naturais do estado, considerando as possibilidades de cada um e ao fazê-lo nos dá uma amostra bem representativa do estado da produção naquele momento. Além disso, apresenta uma proposta deveras original para a época e o contexto, o aproveitamento do óleo de babaçu em substituição aos combustíveis derivados do petróleo:

Os babaçuais nativos que estimativas arrojadas calcularam em mais de 200.000.000 de exemplares na zona Norte, aguardam impassíveis que novos mamelucos os venham descobrir para exaurir lhes as portentosas energias caloríficas que poderiam superar (como é doutrina assente), com reais vantagens, até o próprio petróleo mineral. (...) O engenheiro patricio Antônio Vivaqua Filho entregue a estudos meticolosos das fontes vegetais de energia, baseado em matéria científica já consagrada, conseguiu depois de árduas refregas a que

⁵⁸ Foi, de acordo com os antigos relatos, no Morro do Rosário que começou o núcleo onde se instala hoje a cidade de Cuiabá.

nunca faltaram os embargos derrotistas e impatriotas, levar para o terreno eminentemente prático a fantástica concepção teórica da transformação da flora brasileira em inesgotáveis mananciais de produtos petrolíferos, dentre os quais se destacam: o petróleo, a gasolina octânica, querosene, diesel, lubrificantes, fluoxoil, sulfato de amônio, alcatrão, pixe, benzol, toluol, carvão ativo, carvão combustível, coque siderúrgico, etc. (...) Das experiências já conhecidas chegou-se a auspiciosa realidade de que os frutos oleaginosos se apresentam a transformação em hidrocarburetos altamente octânicos e dos quais o babaçu é o que maiores possibilidades econômicas apresenta a nova e assombrosa indústria petrolífera. (GOMES, 1950, p. 8-9)

Além dos eventuais benefícios ao estado e ao país de que decorreriam a exploração dos babaçuais nativos da região norte do Estado, Gomes apresenta também outros produtos de origem vegetal, que eram explorados sob regime do extrativismo desde o período colonial: a poaia, a borracha e a erva-mate; todos eles, de acordo com Gomes, vinham sendo retirados da natureza sem qualquer método nem preocupação com a racionalidade produtiva. Sobre a poaia, ele diz, por exemplo, que a “indústria extrativa muito deixa a desejar e a poaia se estiola aos desregramentos do primitivismo agrícola”. (GOMES, 1950, p. 13)

A indústria da borracha, por sua vez, “vive a tormenta da depreciação e do abandono”. Sobre a erva-mate ele afirma que “debate-se em sucessivas crises, jungida como está, a depressão econômica e financeira que sacode o mundo”. Todos esses aspectos da produção foram objeto de avaliação por uma Comissão de Planejamento e Produção que fora constituída pelo governo do estado para estruturar em bases racionais e objetivas a economia do estado:

O nosso esforço se converge no sentido não apenas do conhecimento melhor da realidade mato-grossense, do balanço mais exato de suas reservas minerais, animais e vegetais, mas também no da introdução da técnica nos métodos de pesquisa e na organização de um programa de realizações, tendo em vista as conclusões que hão de chegar os especialistas chamados a colaborar nessa entusiástica obra de ressurgimento estadual. (GOMES, 1950, p. 13)

Ao falar do ressurgimento estadual, Gomes faz alusão a tese ainda em voga de que o estado passava por uma longa fase de isolamento e redução drástica das atividades produtivas desde que as antigas minas auríferas e diamantíferas haviam se esgotado ainda no período colonial. Ao mesmo tempo se percebe uma clara disposição em

vincular uma nova fase de desenvolvimento econômico e de progresso social a atividade extrativa vegetal, mineral e animal. (GOMES, 1950, p. 13)

A extração dos recursos naturais e sua exportação para os centros industrializados era então a única via para o desenvolvimento. Do que decorre então todo o conjunto de ideias correntes sobre as fabulosas riquezas contidas na natureza, a qual faltava apenas os braços humanos. Nesse sentido, o discurso sobre a abundância dos recursos naturais e a fertilidade do solo – notadamente das terras de cultura – imediatamente se liga ao discurso sobre a necessidade da colonização, que é identificada com a entrada maciça de imigrantes no estado.

Porém, se o discurso sobre a natureza é praticamente o mesmo da época colonial, a fala sobre a população mato-grossense sofre uma mutação. O cuiabano, o mato-grossense já não é um homem inculto e avesso ao trabalho como nos tempos coloniais. Agora ele é a vanguarda do progresso e do desenvolvimento, é o que luta contra todas as forças da natureza e empreende a gloriosa tarefa da civilização.

Para ilustrar suas afirmações, Gomes chega a praticar a desonestidade intelectual, ao afirmar algo que provavelmente não acreditava e que não correspondia a verdade histórica: “a cultura do povo cuiabano é uma virtude sobejamente conhecida. Não há quase iletrados na Capital Verde e é curioso notar que até as domésticas possuem acentuado grau de desenvoltura intelectual e artística”. (GOMES, 1950, p. 25)

A desonestidade intelectual de Gomes é patente porque sendo ele um membro da elite econômica, política e cultural do estado, não devia ignorar que naquela época em Mato Grosso, assim como no Brasil o “ser culto” significava ser portador ou praticante de um tipo muito específico de cultura, que era aquela praticada no âmbito das elites e que remetiam aos postulados culturais europeus. (GOMES, 1950, p. 25)

Em “As negras raízes da cultura popular mato-grossense”, Cruz demonstra que essa cultura praticada pelas elites mato-grossenses foi sendo construída através dos tempos em oposição às heranças negras, africanas e indígenas:

Dentro desse universo cultural das elites mato-grossenses não poderia haver espaço digno para as práticas culturais negras e populares. Isto porque as elites mato-grossenses sempre se esforçaram para renegar a herança negra da cultura local, da mesma forma que se esforçaram para negar a presença do negro na formação do povo mato-grossense. (CRUZ, 2012, p. 50)

Convém lembrar que no período histórico vivido por Gomes, ainda estavam em vigência as apreciações preconceituosas e racistas sobre a população mato-grossense, que haviam perdurado durante toda a época colonial. De acordo com Galetti (2000), o deslumbramento dos viajantes europeus e norte-americanos diante das paisagens naturais encontradas em Mato Grosso se contrapunha ao desprezo com que olhavam as populações locais:

Deixemos de divagações e sejamos mais práticos. Que abismo existe entre a poesia e a realidade (...) O que nos fascina é o que vemos, uma ou mais vezes, como turistas, porquanto só a ideia de viver aqui já sentimos horror. Com efeito, as colônias humanas, ou melhor, inhumanas, estabelecidas por estes lugares são raras e podem-se contar a dedos (isto em todo sentido da expressão) (STEINEN, Karl von Dein. O Brasil central: expedição em 1884 para exploração do rio Xingu. São Paulo, 1942, p. 23. Apud. GALETTI, 2000, p. 95)

O olhar do homem branco europeu não deixava dúvidas quanto a considerar a mistura racial do povo mato-grossense como sendo a razão principal de sua tendência inata à “barbárie”, o que era apresentado sempre em contraste com a Europa, morada das “raças superiores”:

Talvez vocês já tenham tido oportunidade de escutar pessoas se lastimarem da degeneração de nossas raças europeias (...). Deixem menosprezar estes descontentes pois, é certo que após uma visita a Mato Grosso eles se regozijariam de pertencer à nossa raça (...) Imaginem vocês, pessoas de tez uniformemente pálida e doentia, preguiçosas, atingidas por uma espécie de languidez indolente que formarão uma imagem do aspecto físico dos habitantes de Mato Grosso (...) Não, esta raça é muito feia. Apesar do pó de arroz e dor fortes perfumes utilizados com frenesi pelas mulheres (...) elas em nada são comparáveis às nossas companheiras (Apud. GALETTI, 2000, p. 112-113)

Sob todos os aspectos os mato-grossenses eram considerados inaptos, pois em suma careciam das qualidades necessárias ao homem civilizado:

Indolência, inação, inapetência, não importa se vistos como atributos da raça ou resposta aos estímulos do meio, com destaque para a abundância e o clima tropical, identificavam grande parte dos mato-grossenses como indivíduos que careciam de qualidades essenciais, consideradas típicas do homem civilizado, tais como a disposição para o trabalho, o desejo de acumular bens, a ambição de progredir. (GALETTI, 2000, p. 118)

Essa visão estereotipada e racista veiculada por praticamente todos os viajantes era compartilhada pela elite mato-grossense. Na medida em que ocupavam o lugar epistêmico do homem branco europeu, ou então pretendiam ser vistos como parte dessa civilização e não como naturais do estado, os membros dessa elite letrada compartilhavam dos mesmos ideais e valores culturais.

Paradoxalmente assimilavam e reproduziam uma visão de mundo de acordo com a qual estavam colocados na escala mais baixa do processo evolutivo. Por isso mesmo só poderiam veicular tais conceitos se pudessem se colocar na perspectiva dominante, sendo *intermediários* entre a cultura superior e as raças inferiores.

Se, por um lado, essa elite sentia um desconforto muito grande por habitar um território tão remoto e tão desacostumado à civilização, por outro, se confortava por considerar a si mesma como a parte "saudável" da população. Assim, a elite não só afirmava sua origem portuguesa e, portanto, europeia, se esforçando em compartilhar com os valores culturais identificáveis com a Europa, mas ao mesmo tempo manifestava um profundo desprezo por tudo que pudesse lembrar a existência de costumes e valores indígenas e/ou africanos.

Este trabalho de Gomes sobre as características econômicas de Mato Grosso fora apresentado a Escola Superior de Guerra um ano após a participação do autor na *I Conferência da Imigração e Colonização*, realizada em Goiânia, em 1949, onde o autor apresentou uma tese intitulada *Perspectivas de colonização do Oeste*.

Gomes então chefiava a delegação mato-grossense ao evento e embora sua fala anteceda em um ano ao discurso apresentado acima, ela é complementar, uma vez que discorre exatamente sobre a necessidade de colonização como instrumento de povoamento e desenvolvimento do estado. Como se percebe logo no preâmbulo da sua tese:

Convencidos naturalmente de que na expressão do conhecido estudioso argentino, *Governar é Povoar*, as preocupações dos eminentes estadistas que já passaram pela direção do Poder Executivo mato-grossense, se voltaram para o complexo problema da colonização, buscando com recursos próprios e precários, aumentar índice demográfico por meio da fundação e instalação de colônias. (GOMES, 1949, p. 31) (grifo nosso)

Pelo menos no que tange a colonização, Gomes é fiel às reais preocupações dos “eminentes estadistas que já passaram pelo executivo” desde o período colonial. Esta

foi uma das grandes preocupações dos sucessivos governos, o que indica por sua vez a permanência de um conjunto de ideias sobre o modelo de *desenvolvimento* e de *progresso* que vinha sendo buscado através de décadas.

O fato é que o aumento do índice demográfico era quase que uma obsessão só comparável a busca do *desenvolvimento* que se verifica na contemporaneidade, traduzida na perspectiva de algum dia, num futuro não muito distante, o Brasil ainda ingressará no rol dos *países desenvolvidos* ou de *primeiro mundo*.

É que o índice demográfico ou a densidade relativa da população era considerado por aquela época como um dos mais seguros e representativos índices de progresso e de desenvolvimento, o que justificava todas as assertivas das elites dominantes e governantes no sentido de atingir índices considerados civilizados através de processos de colonização, preferencialmente com contingentes humanos vindos da Europa. Assim é que Gomes reclama:

Num estado de mais de um milhão de quilômetros quadrados – que poderia conter, per si, quase todos os países da Europa e que possui a superfície de três França, contrasta berrantemente a ridícula população de 450.000 habitantes – o que nos dá uma ideia precisa do pouco que se tem podido realizar no setor da colonização. (...) Afora a Colônia Federal de Dourados, uma das mais arrojadas e vitoriosas empresas na espécie que se recomenda pela técnica, pelas proporções e pelos resultados auferidos, tudo mais que existe em matéria de povoamento se resume na expectativa. (GOMES, 1949, p. 32-33)

Note-se como o efeito de comparação é sempre buscado no contraste com os países europeus, o que indica claramente que o desenvolvimento buscado é nos moldes dos apresentados por aqueles países. Por outro lado, o ridículo da situação não é necessariamente a quantidade de habitantes do estado na sua distribuição pela imensidão do território; mas sim a perseguição de um modelo baseado em uma realidade alienígena totalmente desconectada do processo histórico local.

O que se buscava era, através da colonização, fazer com que o estado atingisse um índice demográfico igual ou mais ou menos semelhante aos verificados nos países europeus, quando isso implicaria em se atingir a espantosa população de, no mínimo, cem milhões de habitantes apenas em Mato Grosso, quando a população total do Brasil era estimada em 41 milhões em 1940.

Um cálculo matemático simples indicaria que não somente o índice demográfico não poderia ser automaticamente aplicado a realidade local como também o modelo de

desenvolvimento buscado não estava em conformidade com tal realidade. Esse detalhe, no entanto, não era observado pelos homens públicos, que continuavam a perseguir o objetivo da colonização, do povoamento, confundidos com o progresso e o desenvolvimento:

Nenhuma solução satisfatória, entretanto, será viável as questões mato-grossenses, em qualquer de seus setores, enquanto não se abordar peremptoriamente o tema palpitante e crucial que é o da colonização desse colosso encravado em pleno coração da América do Sul. (...) Porque a economia mato-grossense ridiculamente assentada em fontes fictícias e decadentes só se robustecerá mercê do incremento da produção agrícola e pecuária, da exploração industrial das matérias primas inesgotáveis que habitam as matas e o subsolo, das trocas comerciais lucrativas resultantes de uma exploração muitas vezes superior a escandalosa importação que atualmente suga todas as reservas financeiras do estado. (GOMES, 1949, p. 34)

Neste ponto, Gomes observa uma das ambiguidades do modelo econômico dependente, que é o da importação de produtos alimentícios industrializados por parte de uma economia extrativa e agrícola:

Mato Grosso importa tudo. E ao que estranho pareça, zona eminentemente pecuária, até a banha e a manteiga, o couro manufaturado e tudo mais que derive do gado, a sua principal riqueza! Quase todos os cereais são adquiridos aos mercados de São Paulo e Paraná. A alfafa e o trigo se encomendam-se da Argentina; o milho e o feijão de outros estados da União. Enquanto isso acontece somos detentores de terras invejáveis de cultura! (GOMES, 1949, p. 34-35)

Tal realidade somente poderia ser mudada com a colonização:

O que nos falta? Perguntamos. Falta-nos colonizar o estado. Colonizar no sentido técnico; fixando o homem à terra, depois de garantir-lhe todas as condições de conforto e segurança, para ele próprio e para seus descendentes, dando-lhe morada, a manutenção por tempo suficiente, assistência médica, farmacêutica e dentária, facultando a escola para os filhos; assegurando-lhe crédito e o transporte, assistindo tecnicamente a produção, *estabelecendo normas de seleção*, incentivando e orientando as construções rurais, ensinando e educando o lavrador no amor e na defesa da agricultura. (GOMES, 1949, p. 35)

Sobre este último item, a respeito da maneira como deveriam ser selecionados os colonos, Gomes apresenta uma fórmula que traduz a ambiguidade do discurso racial

sobre a colonização e a imigração, característico da nova fase de desenvolvimento que se encontra o país:

Somos de parecer que não se deva adotar, na escolha dos colonos, um critério de seleção racial ou nacional, mas, apenas de indivíduos capazes ou incapazes, no sentido largo da classificação. Entendendo por capaz todo aquele que preencha aos requisitos exigíveis de saúde e idoneidade moral. É essencial que não alberguemos nas nossas colônias rebotalhos da pior espécie, assassinos e ladrões e salteadores e por outro lado, tuberculosos, leprosos e alienados, o que viria a subverter toda a finalidade da Empresa. É natural que, entre os lavradores do Brasil e do estrangeiro, demos preferência aos nossos patrícios. Não há razões superiores, todavia, que justifiquem o desprezo do braço alienígena, seja ele japonês, italiano ou alemão, polonês ou sueco. (GOMES, 1949, p. 38)

O Parecer de Oscar Campos Junior, da Secretaria de Agricultura do Estado de Goiás, sobre a tese apresentada por Gomes no Congresso diz que o estado de Mato Grosso “oferece reais possibilidades para implantação ali de um vigoroso plano de colonização, objetivando o reerguimento econômico de vastas regiões de seu território”. (GOMES, 1949, p. 38)

A apreciação se baseava então no fato do estado já ter tomado diversas providencias nesse sentido, tais como a reserva de várias áreas para o estabelecimento de núcleos coloniais; a aprovação de leis que postas em prática poderiam facilitar e ordenar juridicamente a colonização; além de uma proposta de fundação do Banco Agrícola destinado ao financiamento das colônias, indústrias extrativas e derivadas da agricultura, que esperava apenas por recursos. Para o Relator do Congresso,

Só lhe falta o estudo das condições climatéricas, orientado no sentido da *adaptação do colono estrangeiro* e a obtenção dos favores do Governo Federal encaminhando para ali algumas levas de imigrantes para, *juntamente com o aproveitamento do trabalhador brasileiro*, deslocados em seus estados de origem, ou nas grandes cidades do país, promoverem um plano intensivo de colonização. (...) Como muito bem diz o autor, Mato Grosso pode concorrer com apreciáveis parcelas de *riquezas para solução do problema de alimentação no país*, bastando para isto que lhe sejam proporcionados recursos objetivos destinados à expansão de seu *povoamento, dentro da política colonizadora nacional*. (CAMPOS JUNIOR, 1949, p. 44-45) (grifos nosso)

Tanto a tese apresentada ao Congresso em Goiânia, quanto a Conferência realizada no Rio de Janeiro, tem origem em uma conferência pronunciada pelo autor na

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em 1948, intitulada *Rumo à colonização*. Este documento exhibe, de forma ainda mais detalhada, todos os argumentos que seriam apresentados nos outros dois posteriores, além de conter em anexo uma proposta de Lei que projetava a criação das colônias. (GOMES, 1948, p. 50)

Ele então aborda os diversos aspectos do processo de colonização, tais como o tipo de colonização que ele defende; o tipo específico de colono que ele espera e deseja atrair; o número desses colonos; a forma como deveriam ser construídas as habitações; a assistência farmacêutica, médica e odontológica; os armazéns que seriam construídos, o crédito agrícola; as sementes e mudas além da especificação do local para a instalação da primeira colônia para a qual estava reservada uma área de 10.000 hectares na Serra da Bodoquena, município de Miranda (hoje Mato Grosso do Sul). (GOMES, 1948, p. 62-66)

Vale lembrar que todo esse aparato ao qual ele se refere em suas falas estava previsto nas Disposições Transitórias da Constituição Estadual de 1947. Além disso, o Projeto de Lei que regulamentava todos os aspectos da colonização estava aprovado desde junho de 1948 e dizia no parágrafo único do seu último artigo que o Governo do Estado tinha um prazo de 180 dias para iniciar o plano de colonização ali aprovado.

O plano, no entanto, jamais foi colocado em prática simplesmente porque não existiam os recursos financeiros necessários nos cofres estaduais e nem foi recebida a reclamada ajuda do Governo Federal. Assim, embora tenha se constituído em um mero protocolo de intenções, as falas e os planos de Jary Gomes exemplificam que os anseios das elites governantes e dominantes ao final da década de 1940 pouco diferiam dos demonstrados durante a época colonial: o problema ainda era o homem, em quantidade e qualidade suficientes para empreender a tarefa do *progresso* e do *desenvolvimento* pelo qual ainda ansiava Mato Grosso. (GOMES, 1948, p. 62-66)

Um exemplo de que as visões sobre Mato Grosso e sua população ainda permaneceriam presas ao passado colonial é que outros documentos posteriores produzidos em contextos outros revelam essa mesma tônica, de frisar a enormidade do território contrastando com a baixa densidade populacional ao mesmo tempo em que concluem pela necessidade da colonização como forma de melhor aproveitar as riquezas naturais. Entre 20 e 23 de julho de 1953, o geógrafo paulista Aroldo Azevedo esteve em Cuiabá a serviço da Associação dos Geógrafos Brasileiros em busca de material para produzir uma monografia sobre a geografia urbana da capital de Mato Grosso. (FERREIRA, 2010, p. 11-13)

João Carlos Vicente Ferreira explica que além do “modesto material bibliográfico”, Azevedo se baseou em diversos *relatos de viajantes*, o que permitiu que seu relato se constituísse na primeira monografia sobre a cidade de Cuiabá do ponto de vista estrito da geografia urbana. (FERREIRA, 2010, p. 11)

Com efeito, o próprio Azevedo afirma logo na introdução de seu Relatório que a “bibliografia conhecida de caráter geográfico referente à cidade de Cuiabá e região que se acha localizada é bastante escassa”, o que o levou a buscar o registro de viajantes e a contribuição dos historiadores. (AZEVEDO, 1943, p. 23)

As apreciações iniciais, que tratam de uma descrição dos aspectos gerais do Planalto Cuiabano e de um histórico de Cuiabá nos seus primeiros anos não merecem destaque aqui, mas sim a parte em que ele disserta sobre a realidade urbana de Cuiabá no século XX.

É quando ele afirma que a cidade passou por um período de decadência estaria em pleno ressurgimento: “Os derradeiros anos do século passado e a primeira década do atual correspondem a um período amargo da capital mato-grossense. Diminui a população urbana, mais precárias se tornam as condições de navegação fluvial, maior se tornou o isolamento de Cuiabá”. (AZEVEDO, 1943, p. 42)

Essa decadência não teria sido registrada por um dos principais historiadores do estado, Estevão de Mendonça, que se limitara a descrever a cidade sem observar que ela, de acordo com Azevedo, passava *por um pedaço angustioso de sua existência*. Azevedo considerava Mendonça como um dos maiores conhecedores da vida cuiabana e por isso faz um contraponto da fala deste com de dois viajantes que tinham visitado a capital nos primeiros anos do século XX e visto uma cidade atrasada.

O primeiro viajante é Paul Walle, que descreveu uma cidade com características coloniais, casas velhas, sendo a maior parte de um só andar; ruas estreitas e mal pavimentadas; algumas praças ajardinadas; um serviço de bondes de tração animal que ele qualificou como *mediocre*, além do que “seus melhores edifícios seriam todos muito vulgares e seus poucos hotéis de décima categoria”. (AZEVEDO, 1943, p. 43)

Este testemunho é completado com o de Aníbal Amorim, segundo Azevedo, muito mais amargo já que este viajante chegou a ponto de dizer que “a beira do rio uns casebres que pareciam pedir aos transeuntes que se arredassem, pois os poderiam esmagar na sua queda iminente”. (AZEVEDO, 1943, p. 43)

E que nem sequer havia um modesto cais de madeira “para a atracação de pequenos vapores que vão até aqueles confins do Brasil.” Ele teria observado também o

estado deplorável do mercado público, a falta de higiene, as ruas calçadas com pedra bruta e classificado a cidade como decrepita. (AZEVEDO, 1953, p. 43)

Note-se que os dois depoimentos são do início do século, 1910 e 1909, respectivamente. O fato de que tenham sido reproduzidos por Azevedo no início dos anos 1950 indica que independentemente do grau de amargura daqueles relatos, ou a realidade pouco mudara no decorrer de várias décadas ou neste interregno não havia sido produzido qualquer conhecimento relevante sobre a cidade.

As falas dos viajantes são carregadas de preconceito, além do que eles visitaram a cidade num momento em que ela ainda vivia quase que completamente presa ao seu passado colonial. No entanto, em que pese a avaliação bem mais positiva de Azevedo, que considerou Cuiabá como uma cidade *cheia de vida*, os dados que ele apresenta demonstram as ambiguidades e as tensões inerentes a um núcleo urbano que se esforçava por modernizar-se sem, no entanto, possuir todas as condições para fugir de seu passado colonial.

É certo que entre meados dos anos 1940 e o início dos anos 1950, a cidade de Cuiabá experimentou certo desenvolvimento, baseado, sobretudo em novos investimentos na área de urbanização, com abertura de novas ruas e avenidas, calçamentos, construção de alguns hotéis e comércios e residências cujo estilo arquitetônico rompia com os costumes coloniais.

Como parte desse processo pode-se citar a demolição da antiga matriz e construção de um novo prédio que foi considerado mais afinado com os novos tempos. Segundo Ricardo Silveira Castor (2010), essas mutações ocorridas na arquitetura produzida em Mato Grosso, a partir dos anos 1950, decorrem das transformações culturais ligadas ao “acidentado processo de interiorização da economia nacional, tendo algo a dizer sobre surtos migratórios, contrastes regionais e modernização predatória”. (CASTOR, 2010)

Ele explica que as trajetórias cultural e econômica do Norte e do Sul seguiram caminhos distintos até que o estado fosse dividido em dois no final dos anos 1970. Enquanto até por volta dos anos 1950 a região Norte era considerada nos termos já descritos acima, o processo de modernização econômica do Sul começara no início do século XX.

A inauguração da ferrovia Noroeste do Brasil, em 1914, promoveu crescimento econômico e demográfico ao longo de todo seu trajeto, de

Bauru, no interior de São Paulo, ao distrito corumbaense de Porto Esperança. Um conjunto de quartéis militares construído pela Companhia Construtora de Santos, em princípio dos anos 1920, concorreu para atrair mão-de-obra especializada e novidades arquitetônicas a Campo Grande, que logo suplantaria Corumbá como principal centro econômico e populacional do estado. O quanto esse crescimento distanciou-se da volatilidade característica da zona mineradora, demonstram-no a moderna ortogonalidade do Plano de Ruas e Praças de Campo Grande (1909) traçado por Nilo Barém, o Plano de Saneamento e Drenagem (1938) encomendado ao escritório Saturnino de Brito, e o primeiro Plano Diretor da cidade (1941). (CASTOR, 2010)

De acordo com ele, as primeiras intervenções modernizadoras na arquitetura do atual estado de Mato Grosso foram frutos da política nacionalista de Getúlio Vargas. Como Cuiabá representava o ponto de apoio para a chamada Marcha para o Oeste, decidiu-se que era preciso “dotá-la de infraestrutura condizente com sua nova condição de ‘Portal da Amazônia’”. Assim, foi implantado um conjunto de obras oficiais foi encomendado pelo interventor Júlio Müller à construtora Coimbra Bueno:

Os edifícios então construídos impõem-se pelo peso e austeridade de suas formas, pendendo ora para o neocolonial, como a Residência dos Governadores (1939), ora para o *art déco*, como Cine Teatro (1942), ambos projetados pelo arquiteto Humberto Kaulino, do Rio de Janeiro. As intervenções da era Vargas transformaram a fisionomia da cidade e se não foram inovadoras do ponto de vista arquitetônico, tampouco rivalizavam com o tecido urbano preexistente. (...) Se do ponto de vista arquitetônico pouca coisa parecia ter mudado nesses vinte anos, tal se deve, em boa dose, às dificuldades de comunicação com o restante do país. Cimento, ferro, vidro, tinta e todos os materiais de acabamento eram despachados de trem de São Paulo até o povoado sul-mato-grossense de Porto Esperança, às margens do rio Paraguai, de onde subiam de barco rumo a Cuiabá. (CASTOR, 2010)

No entanto, como bem observa Castor, todo esse movimento se configurou como uma “renovação destrutiva”, pois boa parte das construções do período foi erguida sobre os escombros dos antigos prédios coloniais. Havia um consenso entre a população – que ia desde as elites até a maior parte do povo – de que o moderno somente seria atingido com o abandono do antigo. É por isso que a modernização

Atinge seu paroxismo aos 14 de agosto de 1968, quando uma multidão se reúne em torno da praça da matriz por ocasião de um lastimável espetáculo: a demolição da catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, construção tão antiga quanto a cidade nascida sob sua proteção. À população coube decidir, num plebiscito, o estilo da nova igreja.

Clássico ou moderno? A julgar pela obra do arquiteto Benedito Calixto, inaugurada em 1973, deu empate. (CASTOR, 2010)



ILUSTRAÇÃO 47 – Demolição da igreja matriz de Cuiabá, 1968

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO. Foto LÁZARO PAPAZIAN.

Aliás, boa parte desse esforço de modernização da vida urbana baseava-se na sensação de inferioridade em relação à cidade de Campo Grande. Embora Cuiabá fosse a capital, em termos de modernização, urbanização e principalmente ligação com os grandes centros brasileiros, Campo Grande é que se destacava. Ainda assim, em que pese esses novos ares que Cuiabá respirava, a cidade que Azevedo nos apresenta está muito distante daquela que é pintada por Jary Gomes, onde quase não existiam iletrados na capital e até as domésticas eram sofisticadas cultural e artisticamente. (GOMES, 1950, p. 25)

Por exemplo, no tópico intitulado “A população e as áreas funcionais”, Azevedo informa que “Cuiabá é uma cidade que possui hoje cerca de 30.000 habitantes,

colocando-se em segundo lugar dentro do estado apenas superada pela nova e dinâmica Campo Grande, metrópole sulina”.⁵⁹ Outro dado que chama atenção é o fato de que até aquela época Cuiabá era um dos municípios mais extensos do país. Sua área era de 177.000 quilômetros quadrados, o que quase correspondia à área reunida dos estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, além de ultrapassar em área outros nove estados e três territórios da Federação, conforme frisou Azevedo: “na verdade seu território amplia-se desmesuradamente para o norte, atingindo as terras da Chapada e alcançando mesmo as fronteiras do Pará, o que significa que abarca **um dos trechos menos povoados e menos conhecidos do território nacional**”. (AZEVEDO, 1953, p. 47) (grifo nosso)

Basta lembrar que as inteligências da época raciocinavam em termos de que a densidade populacional era um dos índices mais seguros para indicar o estado do *desenvolvimento* de um local para entender que a capital de Mato Grosso, naquele período, não poderia ser mesmo considerado um local *civilizado e desenvolvido*. Além disso, se o *problema da gente* era grave em termos de quantidade por quilometro quadrado, não menos preocupante o era em termos de *qualidade* dessa população.

Isto porque nada indica que as elites ou o senso comum tinham rompido com a ideia de que o tipo humano identificado com o progresso e a civilização, com o trabalho e com o empreendedorismo capitalista era o homem branco europeu ou, no mínimo, os brasileiros muito mais ao sul de Mato Grosso. A análise da população, que foi feita por Azevedo, com base no Censo de 1950, demonstrava que também nesse setor pouco mudara desde o período colonial. Essas características podem ser resumidas da seguinte forma:

- Maioria dos habitantes constituída por brasileiros natos, sendo apenas 335 estrangeiros e 282 naturalizados;
- Maioria composta por naturais do próprio estado, sendo apenas 2.096 pessoas nascidas em outros estados, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Ceará, Maranhão, nessa ordem de importância;
- 58% da população classificados como pardos, 29% como brancos, 12% como pretos e 20 indivíduos classificados como amarelos, que Azevedo considerou como provavelmente japoneses;

⁵⁹ De acordo com dados do Recenseamento de 1950 existiam 27.306 habitantes na zona urbana e 28.898 na zona rural, o que perfazia um total de 56.204 habitantes para o Município.

- Mais de 50% da população constituída por analfabetos, sendo a maior parte dos alfabetizados residentes na zona urbana, o que contrasta fortemente com o quadro pintado por Gomes, (1950) para quem *quase não havia iletrados na capital verde*;
- Maioria da população, 20.525 habitantes, exercendo atividades domésticas não remuneradas e atividades discentes escolares, 8.066 na agricultura, silvicultura e pecuária e 1.824 em indústrias de transformação.⁶⁰ (AZEVEDO, 1953, p. 53)

Sob outros aspectos, Azevedo esclarece que não foi possível estudar detalhadamente a vida funcional de Cuiabá, no entanto ele acreditava ter “fornecido um retrato o mais fiel possível da capital mato-grossense em meados de 1953.” De fato, ele mostra uma cidade ainda majoritariamente colonial, uma vez que havia “uma sensível predominância de habitações antigas, entre as quais os sobrados aparecem em numero reduzido.” (AZEVEDO, 1953, p. 56)

As habitações e comércios de tipos modernos estavam dispersas pela cidade, com a concentração dos prédios da administração pública no que hoje é o antigo centro histórico. Havia também o predomínio da pequena indústria (oficinas e ateliers) sobre as fábricas (bebidas, laminação de borracha, massas) e o que interessa diretamente ao processo de ocupação do cerrado: a existência de uma grande área periférica no qual as habitações estavam dispersas, “muitas vezes em pleno cerrado, constituindo assim uma área de povoamento mal definido e de caráter mais ou menos provisório”.⁶¹ (AZEVEDO, 1953, p. 56-57)

⁶⁰ Embora as atividades domésticas não remuneradas e as escolares discentes tenham sido classificadas por Azevedo em uma única conta; é altamente provável que o número de discentes seja irrisório, dado o quadro educacional oficial de então.

⁶¹ Na verdade esse tipo de habitação não era provisório e se constituía no padrão das habitações de todas as regiões periféricas e suburbanas baixada cuiabana e de outras cidades de então, tais como Rondonópolis e Poxoréo.

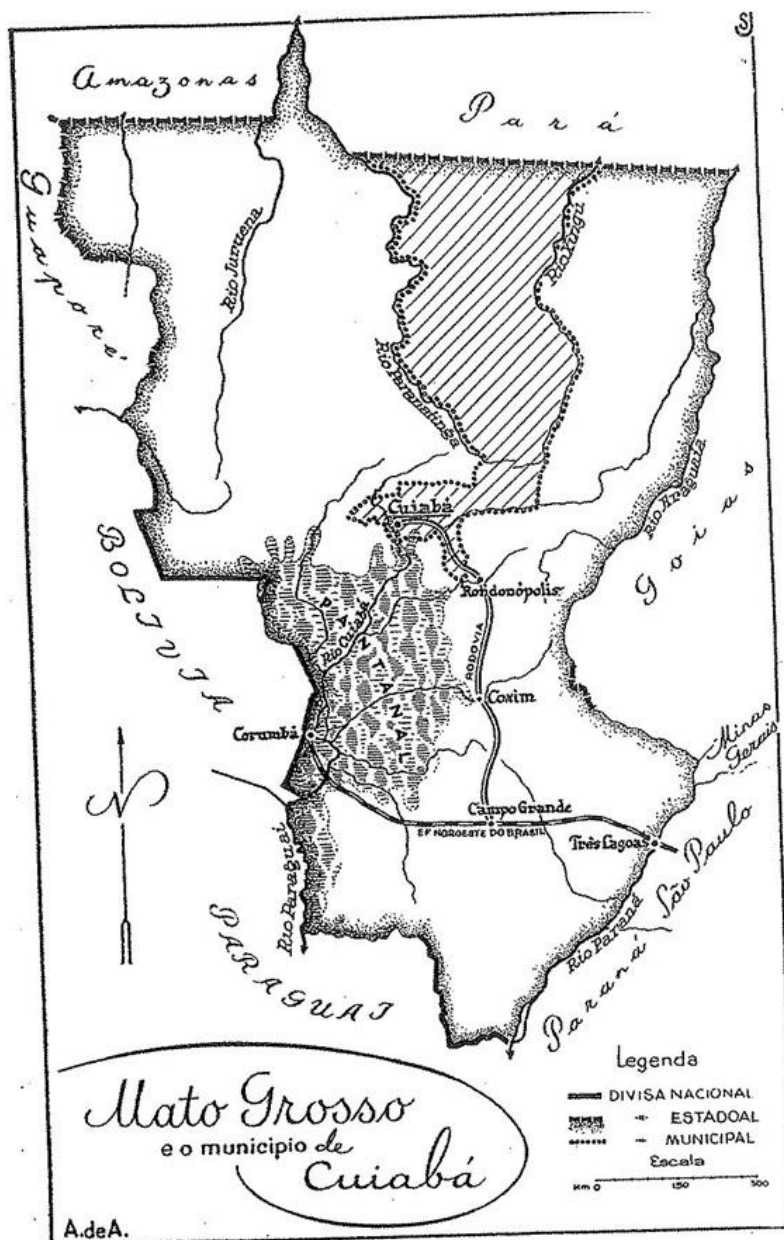


ILUSTRAÇÃO 48 – Cuiabá no contexto de Mato Grosso, 1953

Fonte: AZEVEDO, 1953, p. 48.

Mas é no item *Abastecimento e outros problemas urbanos*, que Azevedo mostra com mais contundência o dia a dia da população cuiabana, notadamente nas dificuldades de abastecimento de água, energia, e alimentação. Ao visitar os dois mercados que abasteciam os trinta mil habitantes da cidade de Cuiabá Azevedo faz

algumas observações que reforçam e complementam os aspectos que tinham sido salientados por Gomes alguns anos antes.

Em 1949, o então deputado estadual, lamentava-se que Mato Grosso tudo importava e, sendo uma zona eminentemente pecuária, importava até mesmo a banha e a manteiga. Os cereais eram importados de São Paulo e Paraná, o trigo da Argentina e o milho e o feijão de outros estados. A realidade presenciada por Azevedo era praticamente a mesma, embora ele fizesse jus à produção local, pois, falando sobre os mercados ele diz que “o seu movimento é pequeno, por ser descontínuo ou registrar-se em horas tardias da noite, madrugada alta”. (AZEVEDO, 1953, p. 58)

Ele registrou que cereais tais como feijão, milho, arroz, farinha (de milho e de mandioca) eram vendidos neste mercado e que eles procediam de localidades próximas a Cuiabá – Machado, Guia, Buritizal, Engenho, etc., e de municípios vizinhos ou afastados, como Várzea Grande, Leverger, Livramento, Poconé, Rosário Oeste, Rondonópolis, etc., “afluindo, sobretudo nos meses do Inverno (junho a agosto); mas também São Paulo abastece a cidade, neste particular como noutros. Chegam pela via terrestre, através de tropas e caminhões”. (AZEVEDO, 1953, p. 58)

E ainda sobre o abastecimento dos gêneros alimentares, ele constatou a venda de diversos tipos de hortaliças provenientes dessas mesmas áreas, principalmente daquelas localizadas nas bordas do rio Cuiabá e que constituíam “verdadeira cultura de vazante”, são os meses de inverno (junho a agosto) os de maior produção.

O rio era também a via para o escoamento dessa produção, “como mais além teremos ocasião de mencionar, a exemplo do que se refere ao peixe, outro importante alimento da população”. A carne consumida na cidade era fornecida pelo *Matadouro Municipal*, situado no bairro do Saladeiro, ali se abatia diariamente cerca de 30 reses, proveniente região cuiabana. (AZEVEDO, 1953, p. 61)

Depois do abate, a carne de gado era “Distribuída aos açougues, passa em seguida ao consumo da população. Os bairros pobres e os barqueiros que frequentam o porto abastecem-se nas mãos dos ‘carrinheiros’, vendedores ambulantes que conduzem carrinhos de madeira, especializados no comércio de miúdos”. (AZEVEDO, 1953, p. 61-62)

E também:

Já o leite é um problema sério para a cidade, pois a produção local é muito escassa. (2 a 3 litros em média por vaca), em virtude da

escassez de boas pastagens e das próprias características do gado, que não se notabiliza pelo rendimento neste particular. Procede de algumas poucas granjas leiteiras (localmente designadas pelo nome de leiterias) sendo distribuído através de meninos montados a cavalo e vendido a um preço unitário bastante elevado: 6 a 7 cruzeiros o litro. O açúcar vem, como é de se esperar, da área açucareira vizinha de Leverger, embora o produto paulista apareça também no comércio urbano. Não nos foi possível obter dados a respeito da produção e do consumo de ovos. Quanto a outros gêneros alimentícios, designados localmente pelo nome de estiva, procedem de São Paulo ou de Goiás, atingindo Cuiabá por estrada de rodagem. (AZEVEDO, 1953, p. 62)

O consumo do peixe, que Azevedo cita anteriormente e que se constituía em um dos principais alimentos da população não servia apenas como fonte de proteínas, mas servia para ir moldando as próprias características culturais da cidade de Cuiabá e de seu entorno. Com efeito, a atividade pesqueira sempre foi uma das características dos moradores ribeirinhos que tanto a faziam como fonte de renda extra, principal ou somente como meio de subsistência.

Azevedo constatou a existência de 92 pescadores profissionais inscritos na administração do Mercado de Peixe, todos oriundos de localidades num raio de 30 quilômetros e que viajavam, pelo rio, até duas horas para chegar a cidade. Porém, juntamente com estes, naturalmente deveria existir um número bem maior de moradores dessa região ribeirinha que praticavam a pesca para uma venda eventual ou para o consumo próprio, o que deveria ser mais comum. (AZEVEDO, 1953, p. 69-70)

A atividade, senão realizada com exclusividade, eventualmente poderia ser combinada com o plantio de hortaliças, frutas e legumes, com a coleta de lenha, com a fabricação de rapadura, produtos todos oriundos da região ribeirinha e que eram comercializados nos dois mercados citados anteriormente por Azevedo:

Ao visitante que atinge a área do Porto alta madrugada impressiona, além da chegada do pescado, a abundância e a variedade de hortaliças, trazidas como o peixe, em embarcações do mesmo tipo. Tomates avantajados, couve, rabanete, feijão-fava, pimentão, quiabo, cebolinha, etc. enchem as canoas e são vendidos, à luz de lamparinas, direta e livremente aos carrinheiros, que ali chegam a aglomerar uma frota de cerca de 50 carrinhos. São cultivadas essas hortaliças ao tempo da vazante, entre a margem do rio, marcada por uma espécie de dique marginal, e a baixada que lhe segue, antes de alcançar o limite do leito maior. Em retângulos muito bem preparados as culturas recebem os cuidados desses hortelões, que em nada ficam a dever aos portugueses ou japoneses que se dedicam ao mesmo mister nos arredores da capital paulista. No período da enchente (verão), as terras veem-se invadidas pelas águas e as culturas passam a ocupar os

trechos altos, até onde as águas do rio não chegam. Com a descida das águas, as baixadas enriquecidas pelos sedimentos depositados pelo rio passam, de novo, a ser cultivadas. Como se vê, estamos diante de um exemplo típico de cultura de vazante, como se registra noutras áreas do país. (AZEVEDO, 1953, p. 71-72)

A pequena produção que foi presenciada por Azevedo e que se destinava ao abastecimento da capital de Mato Grosso deve ser vista numa perspectiva de imprecisão. Ao mesmo tempo em que compunha um setor produtivo característico das zonas de garimpagem colonial, sendo por isso mesmo suburbana, ribeirinha e muito mais tradicional do que tipicamente capitalista; também não podia ser considerada como uma produção essencialmente voltada para o consumo próprio. O mais provável é que era praticada de forma complementar a um tipo de vida que permaneceu quase inalterado até por volta dos anos 1980, quando as populações que as praticavam foram engolidas pelo inexorável avanço do modo de vida capitalista moderno.

Essa pequena produção não podia, portanto, ser colocada no mesmo nível de igualdade que aquela praticada, por exemplo, pelos imigrantes japoneses que se dedicaram a produção de gêneros alimentícios nas imediações da cidade de São Paulo, cujo modo de produção visava o atendimento das necessidades da população urbana e era essencialmente capitalista, apesar de se colocar na perspectiva da pequena produção.

O importante a destacar é que a pequena produção não é necessariamente capitalista ou tradicional simplesmente por ser pequena ou familiar. No caso daquela produção de frutas, verduras, peixes e carnes, localizadas nas imediações da cidade de Cuiabá ou nos arredores das cidades próximas e que eventualmente era direcionada aos mercados da capital, nada indica que era uma produção tipicamente capitalista, ou seja, voltada essencialmente para o mercado.

Devido a esses fatores que ela era também irregular e não podia abastecer com elevado nível de satisfação toda a população da cidade, principalmente naqueles setores que dependiam de algum nível de especialização e periodicidade, como o do leite e derivados.

Além do mais, já em meados da década de 1980, o abastecimento de leite e derivados só passa a ser regular com a implantação de laticínios – e, conseqüente, superação da pequena produção eventual -, e o de frutas e verduras passa a ser fornecido diretamente por São Paulo, de forma que a pequena produção tradicional e eventual dos ribeirinhos e suburbanos registrada por Azevedo nunca *evoluiu* para a produção capitalista de mercado a ponto de abastecer a cidade de forma satisfatória.

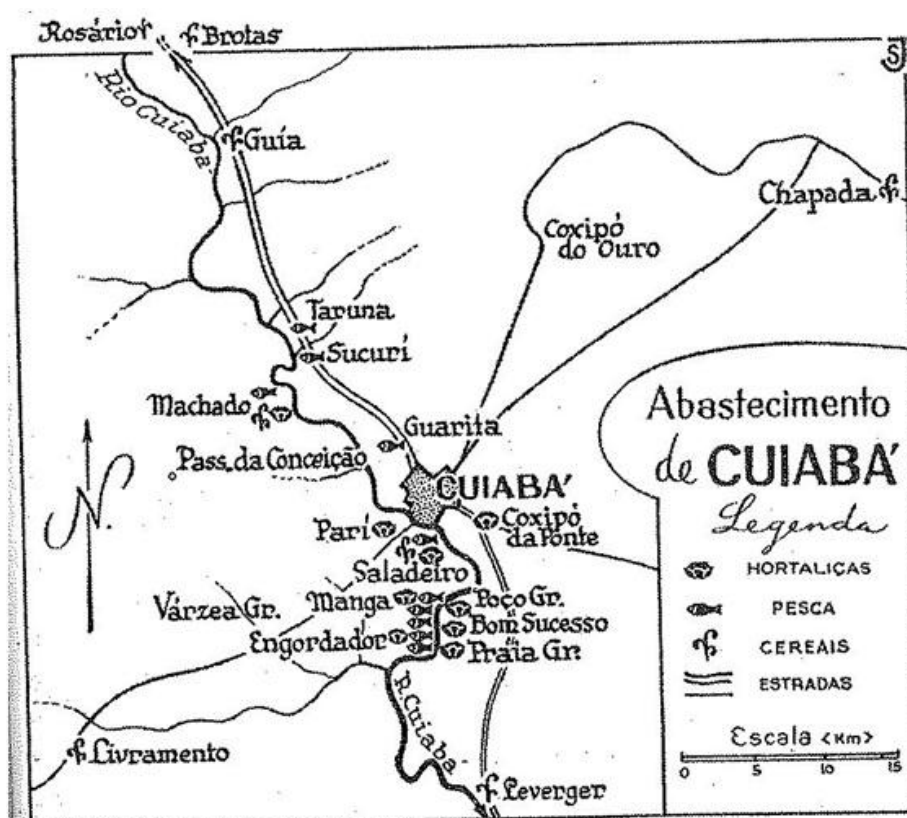


ILUSTRAÇÃO 49 – Abastecimento de Cuiabá, 1953

Fonte: AZEVEDO, 1953, p. 61.

Talvez por ser a antípoda do ambiente natural, os assentamentos humanos urbanos, as cidades, por vezes deixam de ser levados em conta quando se trata de avaliar os impactos das atividades produtivas humanas no ambiente natural. Pelo menos no que tange ao processo de devastação do cerrado a partir dos anos 1970, pouco tem sido observado sobre o fato de que as cidades, tanto aquelas que se transformaram quanto as que foram construídas contribuíram fortemente para a efetivação desse quadro de destruição que se verifica atualmente.

Basta lembrar que, embora o bioma Cerrado seja o segundo em extensão no Estado de Mato Grosso, onde ocupa uma área maior que em qualquer outro estado do país, é dentro dele que se localizam não só as atividades produtivas da agropecuária capitalista contemporânea como também a maior parte das cidades e, consequentemente, a ampla maioria da população do Estado.

Nesse sentido o impacto dessa ocupação urbana deve ser levado em conta no momento em que se calculam os impactos negativos – para o ambiente natural – do processo de colonização do cerrado, já que é dentro das cidades que se consome boa parte dos insumos vindos diretamente do ambiente natural, para onde se dirigem os dejetos produzidos pelo consumo inerente à vida urbana.

As cidades devem ser vistas, portanto, como centros do processo de acumulação de capital. E uma vez que aqui o acúmulo de capital passa necessária e primeiramente pela apropriação capitalista e predatória da natureza, elas são o centro do processo de devastação do cerrado, pois é a partir delas que os espaços urbano e rural são organizados pelo capitalismo. Por conseguinte, é necessário ver esses assentamentos humanos na sua evolução histórica que vai do colonial, passando pelo pré-moderno até o moderno; cada um deles com suas características e implicações próprias.

O histórico da malha municipal do estado de Mato Grosso representa bem essa passagem: enquanto Cuiabá e cidades de seu entorno foram construídas de acordo com um paradigma colonial minerador, Rondonópolis pode ser considerada pré-moderna porque não possui um núcleo colonial, mas também não foi realizada de acordo com um planejamento prévio, ao passo que as cidades surgidas a partir da década de 1980 como resultado do novo processo de colonização agroindustrial do cerrado são completamente planejadas.

Nesse sentido, cumpre destacar as observações de Azevedo sobre o consumo de combustíveis, o abastecimento de água e de energia, desde este ponto de vista da forma como eram supridas essas necessidades e quais eram as repercussões da satisfação das mesmas no ambiente do cerrado dentro do qual se localiza a cidade de Cuiabá, as da baixada cuiabana e da região leste de Mato Grosso – Poxoréo, Rondonópolis, Guiratinga e Barra do Garças, Além das do Oeste, Cáceres, Barra do Bugres, Vila Bela da Santíssima Trindade e outras que foram, até os anos 1970 os núcleos das ocupações humanas no estado de Mato Grosso. (AZEVEDO, 1953, p. 62-63)

No aspecto do consumo de combustíveis, Azevedo levantou que cerca de 90% da população cuiabana utilizavam a lenha como combustível, número que poderia chegar aos absolutos 100% se tratasse da população suburbana e rural no âmbito do município. (AZEVEDO, 1953, p. 62-63)

Então, poderíamos estimar em 27.000 os habitantes da cidade que consumiam lenha, sendo que uma quantidade aproximadamente igual na zona rural fazia uso do mesmo combustível. Não interessa aqui fazer uma estimativa do custo econômico para

os consumidores, como o fez Azevedo, mas tentar estimar o custo ambiental desse consumo, ou seja, o seu impacto no processo de devastação do Cerrado. (AZEVEDO, 1953, p. 62-63)

A lenha, de acordo com Azevedo, procedia das localidades do entorno de Cuiabá: Machado, Rosário Oeste, Guia, Brotas, Buritizal, Engenho, etc., e era entregue diretamente aos consumidores domésticos por tropeiros, sendo os consumidores comerciais, como hotéis, restaurantes, abastecidos por caminhões que iam buscar a lenha na própria região de extração. (AZEVEDO, 1953, p. 62-63)

A lenha vinha de áreas florestais (lenha do mato) ou do cerrado, (lenha do cerrado), que foi constatado como caso mais comum. Por conta do clima, a oferta de lenha baixava no período das chuvas e aumentava na seca; o que implica que sua extração ia na contramão dos ciclos de renovação da natureza, já que durante a seca, quando a extração aumentava era exatamente o período em que tanto as matas quanto os campos cerrados tinham menores condições naturais de renovação e resistência. Além da lenha, havia a produção de carvão vegetal, feito de angico, consumida pela população urbana a uma média de 1.500 quilos por ano.

Se levarmos em conta o efeito cumulativo desse processo, que era eminentemente predatório a reprodução vegetal, e animal a ela associada, e que o consumo de lenha deve ter permanecido como fonte principal de energia doméstica até a disseminação do gás doméstico que veio a substituir os antigos fogões de lenha; a atividade deve ter tido um papel muito importante na devastação de áreas do cerrado localizadas no entorno da cidade de Cuiabá e nas localidades próximas, fontes dessa matéria prima.

Outro impacto que muitas vezes deixa de ser estimado é aquele relacionado com a contaminação das fontes de água doce realizada pelas atividades humanas, notadamente aqui pela urbanização. Azevedo analisou a questão do ponto de vista humano das necessidades de abastecimento de água e energia, “dois problemas que verdadeiramente angustiavam a população de Cuiabá em julho de 1953”; mas não é este o ponto que se quer ver destacado aqui. (AZEVEDO, 1953, p. 63)

No momento importa observar que as ocupações urbanas implicam tanto na questão do abastecimento de água quanto na demanda do esgotamento sanitário, isto é, de alguma forma as habitações precisam se livrar dos dejetos sólidos e líquidos produzidos pelo consumo e pelas atividades humanas.



ILUSTRAÇÃO 50 – Abastecimento de água em Cuiabá, 1953

Fonte: AZEVEDO, 1953, p. 63.

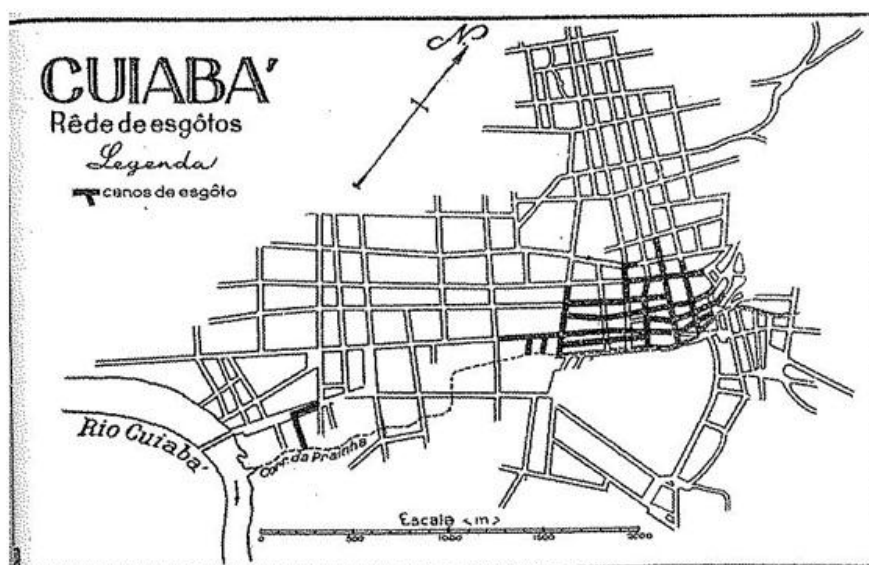


ILUSTRAÇÃO 51 – Rede de esgotos em Cuiabá, 1953

Fonte: AZEVEDO, 1953, p. 65.

Nas localidades em que as construções são realizadas, como disse Azevedo, em pleno cerrado e estão intercaladas com grandes espaços, o problema podia ser resolvido com a construção de fossas assépticas e o abastecimento de água pode ser providenciado junto a um rio, córrego, bica ou poço construindo especificamente para isto. (AZEVEDO, 1953, p. 62)

No entanto, conforme demonstra o mapa elaborado por Azevedo, a rede de esgotos era insuficiente para atender até mesmo a pequena parte da cidade que já estava totalmente urbanizada. Como se percebe no mesmo mapa, Cuiabá cresce seguindo o curso do córrego da Prainha, do rio Cuiabá ou de outros córregos que vieram depois a estar em pleno centro urbano. (AZEVEDO, 1953, p. 65-66)

Com isso, devido a inexistência de rede de esgotos necessitou-se disseminar a construção das fossas sépticas, o que pode ter comprometido a qualidade da água extraída dos poços construídos dentro do mesmo perímetro urbano. Por outro lado, ter rede de esgotos não significava necessariamente que tal rede desaguaria em uma estação de tratamento desse esgoto. E o fato é que até os dias atuais (2012) grande parte do esgoto doméstico, comercial ou industrial da cidade de Cuiabá é depositado *in natura* nos córregos e no rio Cuiabá.

O próprio córrego da Prainha necessitou ser primeiramente canalizado e posteriormente transformado em um canal fechado por onde o esgoto flui até o rio Cuiabá. Como se sabe, este rio é um dos principais afluentes do Paraguai e pertence a bacia que banha todo o complexo do Pantanal, de forma que a atividade humana na cidade de Cuiabá tem comprometido, há muitos anos, não somente o bioma do cerrado, como igualmente o do Pantanal, localizado a quilômetros de distancia.

A mesma lógica da rede do esgotamento sanitário se aplica aos dejetos sólidos, ao lixo produzido pelo consumo humano e embora parte dos dejetos seja drenada para o Pantanal através do rio Cuiabá, a maior parte deles permanece em pleno cerrado sem qualquer forma de tratamento, uma vez que é sabido por todos que o lixo coletado em na cidade e no entorno é depositado nos famosos *lixões*, tão comuns a maior parte das cidades brasileiras.

Mas os problemas eram ainda mais complexos. A contaminação dos mananciais dos córregos e do rio Cuiabá agravava a dificuldade de abastecimento de água pelo fato de que a cidade possuía então apenas uma estação de tratamento que era insuficiente para atender até mesmo a pequena parte da população que possuía acesso a rede de água encanada.

Isso resultava no fato de que boa parte da população não mais podia usar a água coletada diretamente nos córregos, nos rios e nas bicas – talvez mesmo de alguns poços – que já estavam contaminadas pelo lixo e pelos esgotos sem tratamento; mas também não tinha acesso à rede de água tratada.

Azevedo observou que a água era consumida pela região central vinha do rio Cuiabá, mas das três bombas existentes apenas uma estava em funcionamento, o que condenava a cidade a ficar várias horas, todos os dias, sem qualquer abastecimento de água. O problema era agravado porque a energia elétrica também era racionada, o que levava a única bomba existente a ficar parada uma parte do tempo, sendo que na parte que tinha energia era dividida entre a função de adutora e de distribuidora. (AZEVEDO, 1953, p. 63-64)

Além disso, o regime torrencial do rio Cuiabá causava sérias dificuldades, “pois força demais a ação da bomba no período da vazante e ocasiona o desgaste no período da cheia, pela invasão da areia.” O discurso sobre a colonização, pois abrangia basicamente os seguintes pontos:

- Existência de uma enorme quantidade de terras habitadas por pouquíssimas pessoas;
- Natureza exuberante, rica e com enorme potencial produtivo, tanto do ponto de vista do aproveitamento vegetal, quanto mineral;
- População caracterizada etnicamente pela miscigenação racial com predomínio de negros e indígenas; e sociologicamente pela falta de iniciativa e ambição para o progresso e desenvolvimento;
- Região distante dos grandes centros e, portanto, distante da civilização;
- Região com enorme carência de meios e vias de transporte e comunicações;
- Região de interesse estratégico do Estado, que deveria promover sua ocupação, preferencialmente nos moldes do modelo de desenvolvimento europeu então em curso.

Essas características gerais, por sua vez, alimentavam as esperanças dos mais variados estratos da elite local, embora não se possa afirmar que houvesse uma ressonância desse discurso de modernização junto às camadas mais populares, aos excluídos do processo econômico e social, cujas relações ambientais e sociais de produção estavam mais identificadas com certa adequação aos ritmos e processos naturais, o que significava resistir, ainda que de forma intuitiva, a implementação daquelas mudanças pretendidas pelas elites.

Com isso se quer afirmar aqui que embora o discurso de modernização e progresso fosse de fato hegemônico, ele não era de forma alguma absoluto e nem podia mobilizar todo o conjunto da população, o que pode ser percebido nas entrelinhas de todas as análises de viajantes e de membros da elite local. É certo que as populações marginalizadas não legaram a posteridade qualquer tipo de documentação escrita sobre as maneiras como procurava resistir ao assedio de transformações que colocariam em xeque seus modos de vida. Contudo, tão certo quanto isso é que tais modos de resistência podem ser percebidos em toda uma cultura de resistência, quase sempre passiva, que fica registrada nas entrelinhas do discurso das elites governantes sobre a forma como essa população se comportava, bem como sobre mecanismos legais e extralegais que precisaram ser colocados em funcionamento para que essas populações fossem enquadradas no processo de desenvolvimento que estava em curso.

Com efeito, a colonização que estava em curso se ligava as correntes migratórias que tinham fontes na Europa que estava sentido alguns dos efeitos da Revolução Industrial dos séculos anteriores e que precisava conquistar novos espaços para suas populações excedentes da na mesma medida em que precisava de novos mercados para suas manufaturas.

Como esse movimento não era realizado no vazio, essa expansão do modo de vida industrial – em todos os sentidos, inclusive das novas populações – era obstaculizada, em todo o mundo, inclusive nos confins do mundo, pelas populações nativas que praticavam diversos modos de produção tradicionais, isto é viviam de forma tradicional, geralmente em modos que se traduziam em relações ambientais e sociais de produção mais identificados com os ritmos e processos naturais do que com os ditames da civilização industrial nascente.

De qualquer forma, é preciso ter em mente que as atitudes que eram lidas pelas elites dominantes e viajantes como preguiça, indolência, falta de iniciativa e de ambição, como ausência de espírito empreendedor e incapacidade inata para transformar os recursos naturais em meios de enriquecimento na verdade expressavam outro modo de vida que estava consolidado através dos séculos de ocupação colonial.

Um modo de vida característico de comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, populações ribeirinhas ou suburbanas, pequenos posseiros e todos os descendentes dos desclassificados do ouro que haviam sobrevivido nas brechas das grandes propriedades e que ainda teimavam em resistir ao desenvolvimento capitalista, à apropriação capitalista da natureza.

Esse modo de vida característico das populações da Baixada Cuiabana e que se constitui no pano de fundo para a cultura mato-grossense permanece quase inalterado até por volta dos anos 1980. É por esse período que as transformações decorrentes da colonização agroindustrial começada na década anterior estabelecem um novo padrão de conflito entre essa cultura autóctone e a nova cultura ligada ao novo processo de colonização.

Em antes era diferente, tudo outra coisa. A vida era mais farto, todo mundo trabalhava e ajudava os outros. Nun tinha divisão, ninguém com mais, ninguém com menos. Hoje tá tudo mudado. Nem nun sei o que é. Acho que é o dinheiro. A terra é a mesma, os homens também. Só pode ser. (ANONINO. Apud. DRUMMOND, 1978, p. 20)

No final da década de 1970, a professora Maria Francelina Ibrahim Drummond foi contratada pelo Departamento de Cultura e Turismo da Prefeitura de Cuiabá para realizar uma pesquisa sobre o modo de falar característico da população cuiabana e que se mantinha praticamente inalterado até aquela época.

Durante três meses ela fez uma pesquisa de campo junto às populações de duas áreas periféricas de Cuiabá. A pesquisa deu origem ao trabalho “Do falar cuiabano”, publicado pela Prefeitura de Cuiabá em 1978. As informações e conclusões recolhidas pelo trabalho de Drummond se constituem em um exemplo contemporâneo da tensão histórica entre uma cultura popular e a cultura de elite. (DRUMMOND, 1978, p. 4-7)

Conforme tem sido demonstrado neste capítulo, o processo de colonização em Mato Grosso deu origem a esse campo cultural marcado pelo conflito entre os valores culturais cultivados e defendidos pela elite letrada que desde o período colonial tentava se afirmar como legítimo representante do progresso e da modernização e os valores e práticas oriundos dos estratos mais baixos da população.

Recorde-se que durante todo o período colonial e mesmo por muito tempo após este período as elites letradas, proprietárias e dirigentes compartilhavam com a visão estereotipada e racista veiculada por praticamente todos os viajantes europeus e brasileiros que passavam pela região. Cumpriam assim um papel social, econômico e cultural duplamente colonizado.

Ocupavam ou pretendiam ocupar localmente o lugar social, econômico e cultural do homem branco europeu, ou no mínimo o lugar do homem branco dos grandes centros brasileiros. Pretendiam ser vistos e tratados como uma vanguarda da civilização e do progresso e não como os mestiços naturais do estado.

Paradoxalmente assimilavam e reproduziam uma visão de mundo de acordo com a qual estavam colocados na escala mais baixa do processo evolutivo. Por isso mesmo só poderiam veicular tais conceitos se pudessem se colocar na perspectiva dominante, sendo *intermediários* entre a cultura superior e as raças inferiores.

Os ecos dessa mesma elite colonial se mantiveram no controle dos processos econômicos, políticos, sociais e culturais até a época em que começa a colonização agroindustrial do Cerrado. Então, esses setores que eram dominantes por volta dos anos 1980 irão adotar em relação aos novos colonizadores uma posição análoga aquela adotada pelas elites colônias em relação aos viajantes europeus e brasileiros dos grandes centros.

Os setores das elites locais que logram conquistar espaço no novo processo de colonização logo estabelecem uma série de alianças com os novos colonizadores. Mas só o fazem sob pena de novamente renegar suas origens e sua formação cultural baseada nas heranças negras, indígenas e mestiças para abraçar definitivamente os novos ideais de progresso e civilização.

Isto é o que se conclui quando se confrontam as pesquisas de Drummond com o trabalho “Cuiabandade”, de Lenine Campos Póvoas (1987). Drummond (1978) explica que “a existência do falar cuiabano não se prende simplesmente à maneira de se expressar”. Ela reconhece que a língua, como um dos mais importantes elementos de uma cultura, expressa todos os aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais de seus falantes. (DRUMMOND, 1978, p. 6)

Como já adiantado acima, ela realizou uma pesquisa junto a duas comunidades suburbanas de Cuiabá, entrevistando pessoas acima de quarenta anos, nascidas, criadas e residentes no local e que ali desenvolviam não apenas o modo de falar, mas o modo de viver cuiabano: “escolhemos como ponto de partida duas localidades que margeiam o rio, levando em conta o papel substancial que este desempenha na vida do município”. (DRUMMOND, 1978, p. 9)

Essas duas comunidades – Guarita e São Gonçalo – remontam às primeiras levas de colonizadores e se prendem aos ciclos da mineração ou da garimpagem, assim como das primeiras comunidades rurais: “diríamos então que Guarita se prenderia ao ciclo da lavoura, do couro e da pesca, usando a linguagem fora de classificação oficial; e que São Gonçalo estaria ligado ao ciclo do barro e do peixe”. (DRUMMOND, 1978, p. 9)

Segundo ela, a comunidade de Guarita possuía na sua maioria moradores mulatos e negros que eram resquícios de uma família apenas, apresentando ainda

naquela época um extenso parentesco entre as pessoas da comunidade. Havia o plantio de milho, cana, horta, criação de galinhas e lavouras de subsistência. Dependiam da cidade apenas para roupas, calçados, arroz, feijão e sal.

Pela comunidade circulavam o peixe e o gado, a rapadura de milho e o lazer eram algumas televisões a pilha, recém-implantadas. Havia a prática do cururu, siriri, danças típica do Mato Grosso colonial. Não havia energia elétrica instalada e usava-se água do rio. A comunidade de São Gonçalo é mais bem retratada por Neuza Maria Erthal Kerche (2004).

De acordo com ela, a comunidade foi o local mais próximo de Cuiabá onde foram construídas as primeiras roças que serviam à manutenção dos núcleos de garimpeiros coloniais. A maioria da população reflete o intenso processo de miscigenação entre portugueses, espanhóis, indígenas e negros durante o período colonial.(KERCHE, 2004, p. 11)

Embora o trabalho de Kerche date de meados dos anos 2000, encontrou atividades que vinham sendo realizadas desde os tempos mais remotos: a pesca, o artesanato com o barro e a fabricação de doces caseiros. Os pescadores estavam divididos entre profissionais, pescadores-lavradores e pescadores de subsistência. O artesanato do barro ainda era e é uma das mais expressivas fontes de renda de muitas famílias da comunidade. (KERCHE, 2004, p. 13-18)

Essas duas comunidades podem ser tomadas como exemplo do modo de vida característico não só da população cuiabana, mas de toda a Baixada Cuiabana, composta por aquelas cidades e núcleos habitacionais gerados ainda no período colonial. Este modo de vida e esta cultura é que entram em conflito com o novo modo de vida e os novos processos culturais vindos juntos com a colonização agroindustrial do Cerrado.

O livreto “Cuiabania” reúne sete crônicas originalmente publicadas durante o ano de 1987 no Jornal Diário de Cuiabá por Lenine Campos Póvoas. Conforme ele mesmo explica, tratava-se de: “Uma discussão sobre o que viria a ser o conteúdo de um neologismo- CUIABANIA – ensejou uma série de críticas infundadas e injustas sobre Cuiabá e os cuiabanos, partidas de recém-chegados que supõem conhecer a cidade e seus filhos nativos.” (PÓVOAS, 1987, p. 4)

Portanto, o objetivo de Póvoas não era outro senão, ao definir o conteúdo do neologismo, responder às críticas que os cuiabanos e Cuiabá vinham sofrendo por parte dos recém-chegados. Ele escreve em um momento em que um processo de mudanças substantivas está em pleno andamento em todas as áreas, inclusive no campo cultural,

palco de um renovado conflito entre a cultura popular cuiabana e mato-grossense e a cultura dos novos colonizadores. Uma dessas mudanças que vinha ocorrendo de forma quase imperceptível a partir dos anos 1970, é a alteração no perfil étnico da população e sua distribuição no território do estado, com as consequentes mudanças na forma como as pessoas passaram a se relacionar social e culturalmente.

De repente as antigas relações e a forma de vida foram alteradas pelas novas populações que chegavam principalmente dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. O choque entre formas de vida tão distintas é que provocou o estranhamento inicial e os cuiabanos de outrora precisaram redefinir sua identidade em função das novas identidades sociais que chegavam e surgiam. (CRUZ, 2012, p. 103)

É neste momento que as elites mato-grossenses procuram se diferenciar social e culturalmente dos setores populares e marginalizados, renegando a cultura popular mato-grossense como forma de se enquadrar aos moldes do *desenvolvimento* que se anunciava. É por isso que as crônicas de Póvoas procuram resgatar o que ele considerava a época de ouro da cuiabania, o período colonial quando foram construídas inúmeras instituições culturais elitizadas e identificadas com a cultura europeia.

Em diversas passagens ele insiste que o nível cultural e o modo de vida dos cuiabanos não podem ser avaliados pelas classes menos instruídas. Para responder às críticas sobre o suposto hábito dos cuiabanos não comerem verduras, ele diz que “tais pessoas tem essa visão porque não possuem ligações com a classe média e alta da sociedade local. Pensam em conhecê-la através do único contato que estabeleceram logo que aqui chegam: as empregadas domésticas”. (PÓVOAS, 1987, p. 22)

Com relação ao falar cuiabano, ele também faz questão de estabelecer as diferenças entre a cultura popular e a cultura de elite, que ele considera como a verdadeira manifestação da cuiabania:

Nascido na Rua 15 de novembro, no Porto, na longínqua década de vinte, convivi com pescadores, ‘changadores’ e outros tipos da beiraria, mas convivi também com a gente mais culta de Cuiabá, de cuja elite intelectual meu pai fez parte, como mestre consumado da língua portuguesa, respeitado que foi nos mais altos meios do magistério de Mato Grosso e do Rio de Janeiro. Assim, desde criança aprendi que **esse falar carregado era característico apenas de uma parcela da população, da camada mais inculta do povo cuiabano.** (PÓVOAS, 1987, p. 17). (grifo nosso)

Conclusão

As riquezas injustas

E quanto às riquezas, pois, justas ou injustas
Os bens adquiridos bem ou mal:
Toda riqueza é injusta.
Todo bem,
mal adquirido.
Senão por ti, pelos outros.
Tu podes ter a documentação perfeita. Mas
compraste a fazenda a seu legítimo dono?
E ele a comprou a seu dono? E o outro... etc., etc.
Poderias retroceder o teu título até um título real
porém
foi do Rei alguma vez?
Não se desapropriou alguma vez a alguém?
E o dinheiro que recebes legitimamente agora
De teu cliente, do banco, do Tesouro Nacional
ou do Tesouro de USA
Não foi alguma vez mal adquirido? Mas
tampouco penseis que no Estado Comunista Perfeito
as parábolas de Cristo já estejam antiquadas
e Lucas 16,9 já não tenha validade
e que já não sejam INJUSTAS as riquezas
e que já não tenhas a obrigação de reparti-las!

Ernesto Cardenal

Vou usar a citação de Lenine Campos Póvoas, constante no final do capítulo anterior, como ponto de partida para iniciar a discussão conclusiva desta tese. Worster disse que um dos aspectos mais interessantes e que deve merecer a atenção do historiador ambiental é, ao olhar para o conjunto de transformações ocorridas na passagem de um sistema agroecológico para outro, demonstrar “quem ganhou e quem perdeu quando os modos de produção mudaram”. (WORSTER, 2003, p. 26)

A fala de Póvoas pertence a um contexto de grandes mudanças dos valores culturais e dos modos de vida ocorridas no processo de mudança dos sistemas agroecológicos tradicionais para o capitalista. De fato, o “falar cuiabano”, assim como as outras manifestações da cultura popular mato-grossense, formada ainda no período colonial, tem sido apresentado como um resquício de um modo de vida característico daquela parcela da população que permaneceu alijada de um processo de “desenvolvimento” que, a rigor, foi construído apesar dela e contra ela.

Embora o conjunto de transformações decorrentes da colonização agroindustrial do Cerrado mato-grossense seja apresentado pelas elites dirigentes, proprietárias e intelectuais como um processo de modernização na direção de uma agropecuária geradora de crescentes índices de produção e de produtividade, este mito do desenvolvimento não resiste a uma análise crítica e aprofundada.

Essa modalidade de desenvolvimento demonstra ser “um ídolo com pés de barro”, no momento em que se revelam os outros índices e números normalmente esquecidos pelos agentes do “agronegócio”: aqueles que demonstram o desmatamento, as queimadas, a devastação e a contaminação do solo por agrotóxicos, além das incontáveis comunidades indígenas e tradicionais destruídas ou deslocadas pelo “progresso”.

Não é demais repetir a paráfrase de Worster à Marx: “Todo progresso na agricultura capitalista é um progresso na arte, não somente de roubar o trabalhador, mas também de roubar o solo”. (WORSTER, 2004, p. 5) E ainda que Marx o tenha dito há mais de 170 anos, muito antes que a Revolução Industrial espraiasse seus tentáculos pelo mundo em forma de Revolução Verde, nenhuma outra noção de progresso é mais cabível neste momento para representar o processo de colonização agroindustrial do Cerrado em Mato Grosso.

Assim como antes em outras partes do mundo, também na região do Cerrado mato-grossense, o capitalismo, isto é, a disposição deliberada de fazer dinheiro, tem sido o fator mais importante e decisivo para controlar o acesso a terra e a sua

transformação em itens comercializáveis no mercado mundial. E ainda que muitas vezes esse processo seja apresentado como gerador de riquezas e divisas e mesmo como parte de um suposto “desenvolvimento sustentável”, cada passo nesse sentido tem sido mais uma etapa na progressiva espoliação de comunidades autóctones e na destruição do ambiente natural.

O documento *Expansão agrícola e perda da biodiversidade no Cerrado: origens históricas e o papel do comércio internacional*, apresentado pelo WWF-Brasil no ano 2000, indicava que, já naquele momento, apenas 20% do bioma Cerrado ainda possuía uma vegetação nativa em estado relativamente intacto, como se constata na Ilustração 7, no primeiro capítulo.

Com base nos estudos de Mantovani e Pereira (1998)⁶², que usaram imagens de satélites, pode ser indicado que 67,1% da área total do Cerrado já estava perturbada ou altamente modificada pela agricultura ou pecuária. Outro estudo, o realizado por Viviane Ventura Dias (1993) indicava uma situação ainda pior: aproximadamente 79% do Cerrado já haviam sido modificados pela introdução da pecuária extensiva ou da agricultura modernizada. (WWF-BRASIL, 2000, p. 9)

Este acelerado processo de devastação e/ou perda da biodiversidade estava (e está) ligado à expansão da fronteira agrícola verificada nas últimas décadas. Conforme foi explicado sob os mais diversos aspectos, a partir dos anos 1970 e 1980, o Governo Federal em conjunto com a iniciativa privada nacional e internacional, além dos governos locais, estimulou o crescimento e o alastramento da fronteira agrícola em áreas do Planalto Central. Foi adotado um conjunto de medidas no sentido de dotar a região de infraestrutura de produção, comercialização e transporte de *commodities* para exportação, o que propiciou a entrada de moeda estrangeira para sustentar o saldo positivo na balança de pagamentos, além de facilitar a ocupação de uma parte do território que era considerada “vazia”.

A produção agrícola no Planalto Central, tendo como vetores a pecuária extensiva e a produção de grãos, notadamente a soja, se tornou assim o mecanismo através do qual as elites dirigentes, intelectuais e proprietárias promoveram uma nova etapa de “modernização conservadora”. Este processo logrou manter praticamente intactas as estruturas econômicas e sociais herdadas do período anterior, ao mesmo tempo em que estas eram compatibilizadas com a reafirmação do papel do Brasil como

⁶² MANTOVANI, J.E.; PEREIRA, A. Estimativa da integridade da cobertura vegetal de Cerrado através de dados TM/Landsat. INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. São José dos Campos, 1998.

exportador de produtos agrícolas e minerais para os mercados externos, o que por sua vez atualizava o “sentido da colonização”, como notou Caio Prado Júnior (1979).

O ano de 2000 foi estabelecido como limite do recorte temporal desta tese, porque naquele ano o Estado de Mato Grosso passou à condição de maior produtor nacional de soja, detentor do maior rebanho de gado de corte, além de se situar entre os primeiros na produção de outras *commodities* como o milho, arroz, algodão e cana de açúcar. Neste mesmo ano o estudo do WWF-Brasil não deixou dúvidas quanto a relação existente entre a modernização conservadora da agropecuária e a devastação dos ambientes naturais do Cerrado. Os primeiros a perde com tal situação foram os ambientes naturais, cuja biodiversidade foi totalmente destruída para que a natureza fosse transformada em “terra” e, esta, em plataforma para produção de *commodities*.

De acordo com o citado documento, por volta do ano 2000, a região estava passando por um processo de “sedimentação de um novo ciclo produtivo, baseado na utilização de tecnologia de ponta, apresentando resultados bastante significativos quanto às taxas de produtividade e volume de produção”. Os estabelecimentos agrícolas ocupavam 67% da região Centro-Oeste, ou seja, 1,2 milhão de quilômetros quadrados, distinguindo-se dois setores principais na exploração econômica e no uso do solo: a agricultura e a pecuária, que correspondia com 60% das terras ocupadas por pastos cultivados (506.000 km²) e pastos naturais (232.000 km²). (WWF-Brasil, 2000, p. 20)

No caso da pecuária, o uso do fogo na formação e renovação dos pastos causava grande impacto ambiental, além da dependência contínua da agregação de novas áreas, já que a atividade primava pela baixa tecnologia. Embora as lavouras ocupassem apenas 6% da área, a monocultura de grãos e fibras tendia a apresentar um impacto ambiental maior, pois sua introdução implicou na adoção de volumes cada vez maiores de insumos industriais, com a respectiva contaminação do ar, do solo e das águas. Mas, ao roubar parcelas cada vez maiores, mais diversas e mais profundas da enorme riqueza ambiental, os agentes dessa modalidade de desenvolvimento também roubavam aquelas comunidades que sempre haviam dependido dos ambientes naturais para a continuidade da sua existência material e cultural.

Neste sentido, não se pode dissociar a devastação dos ambientes da eliminação física e/ou dos genocídios culturais decorrentes desta modalidade de colonização. Ao mesmo tempo em que os ambientes naturais eram fatalmente comprometidos com ameaças à biodiversidade, integridade dos recursos hídricos, desertificação e perda da fertilidade natural dos solos, as comunidades indígenas e tradicionais que estavam (e

muitas ainda estão) no caminho do progresso “ingressaram num processo intenso de êxodo rural, perda de acesso aos meios de produção e subsistência e das formas tradicionais de manejo dos recursos naturais do Cerrado, além da queda do padrão alimentar”. (WWF-BRASIL, 2000, p. 20)

Segundo esta perspectiva, os impactos ambientais e sociais decorrentes deste modelo de ocupação do solo e produção agrícola devem ser observados para além dos efeitos diretos sobre a área ocupada pela produção. Isto porque os impactos indiretos são ainda mais significativos.

Conforme foi demonstrado, sobretudo a partir do final dos anos 1980, esse modelo de desenvolvimento converge para a produção de soja, que passa a ser um dos vetores mais importantes na ocupação de áreas do Cerrado. Além disso, a soja passou a atuar como a maior potencializadora das economias locais e regionais, envolvendo atividades complementares, que “vão desde o fornecimento de máquinas, insumos e assistência técnica, à logística de comercialização e transportes”. (WWF-BRASIL, 2000, p. 21)

Com efeito, logo que suplantou todas as demais culturas, a soja incorporou, em sistema de rotação, culturas como o milho, o milheto, o girassol e o sorgo; além de propiciar um avanço também na produção da suinocultura e da bovinocultura de corte. Ao mesmo tempo, a soja também elevou a um novo patamar todos os outros setores agroindustriais responsáveis pelo processamento de produtos da pecuária e fabricação de insumos para as lavouras de *commodities*. (WWF-BRASIL, 2000, p. 21)

Segundo demonstra o documento produzido pela WWF-Brasil, todas essas atividades demandaram e estimularam a criação de uma nova malha de municípios, bem como de uma rede de infraestruturas para o escoamento dessa produção. Em Mato Grosso este processo foi classificados por Silvana Cristina da Silva como “família de municípios do agronegócio”. (SILVA, 2009, p. 88)

Estradas, ferrovias, hidrovias, portos fluviais, hidrelétricas e urbanização se constituíram em novas e importantes ameaças às áreas remanescentes de Cerrado e às populações indígenas e tradicionais ainda sobreviventes. Dentro e fora das propriedades rurais, nas fazendas e nas cidades se constituíram um novo modo de vida, totalmente modelado pelas exigências do capital e pela contraposição às culturas e modos de vida tradicionais e aos ambientes naturais do Cerrado.

Os novos municípios construídos no processo de conquista do Cerrado pela agroindústria nasceram marcados pela desigualdade socioespacial e agressão aos

ambientes naturais do Cerrado. Nestas novas cidades e no processo de formação das novas redes urbanas, foram os interesses econômicos, políticos, sociais, ambientais e geográficos do agronegócio que ditaram a norma. Conforme demonstramos, o próprio poder do Estado foi, ao final do período aqui considerado, apropriado por essas novas elites da terra, do dinheiro, da cultura e do poder. A base material de todo esse processo não foi outra senão a destruição de amplas áreas de Cerrado.

Embora apresentando números diferentes do WWF-Brasil, levantamentos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), durante o mesmo período, apontavam para um quadro não menos desolador. De acordo com este Instituto, por volta do ano 2000 restavam apenas 25% de área do Cerrado não antropizada, ou seja, que ainda permanecia coberta pela vegetação natural. Outros 25% correspondiam ao Cerrado antropizado pelos campos naturais usados como pastagens, áreas de vegetação queimadas e em regeneração e áreas próximas a estradas e ferrovias. Em torno de 22% correspondiam às áreas ocupadas por atividades agrícolas e pecuárias e outros 28% restantes eram relacionadas aos cursos de água e vegetações não características de Cerrado. (WWF-BRASIL, 2000, p. 21)

Entre os principais impactos ambientais causados por esse modelo de desenvolvimento da agricultura e da pecuária estão o desmatamento de amplas áreas e a consequente destruição de inúmeras espécies vegetais e animais; a modificação do regime natural do fogo e a introdução de espécies exóticas. Além disso, a poluição pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, a erosão dos solos e a implantação de portos fluviais e hidrovias estendeu essas ameaças aos recursos hídricos. Ao mesmo tempo, pode-se somar ao desaparecimento dos ambientes naturais do Cerrado a destruição de suas comunidades indígenas e tradicionais, bem como o apagamento da memória cultural e dos conhecimentos acumulados por essas comunidades desde tempos imemoriais.

Dentro deste contexto de consolidação e expansão da agropecuária modernizada sobre as áreas de Cerrado, o grande destaque dá-se com a produção de soja. Conforme observado em inúmeros estudos, a soja tem sido o “carro-chefe” do avanço sobre as áreas de Cerrado, desde os anos 1980. (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2004; PROBIO, 2004; QUEIROZ, 2009; SCHLESINGER, 2013; THÉRY, 2010; SAUER, 2008; PIGNATI, 2007; OPRIMT, 2005; REPÓRTER BRASIL, 2010)

Nesse sentido, ela tem sido selecionada como um indicador do papel exercido pelo comércio internacional de *commodities* na perda da biodiversidade do Cerrado. Segundo o WWF-Brasil (2000), já no ano de 2000 ela se constituía no segundo item

gerador de receitas de exportação na balança comercial brasileira, perdendo apenas para o setor automobilístico.

Contando com dados coletados junto ao IBGE, Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Ministério do Interior, Banco Central e Câmara dos Deputados, o documento *O papel do comércio internacional da soja na perda de biodiversidade no Cerrado*, mostra que a soja alcançou este patamar devido a uma série de decisões tomadas pelo Estado com objetivo deliberado de alavancar um produto industrializável que poderia competir no mercado internacional.

Corroborando tudo o que foi dito nesta tese sobre o papel do Estado na constituição do modelo capitalista de desenvolvimento para a agricultura nos Cerrados, o documento do WWF-Brasil reafirma o papel das políticas públicas em favor da soja e em detrimento do ambiente natural e de suas populações tradicionais. (WWF-BRASIL, 2000, p. 57-58)

Um aspecto que necessita destaque é o de que a soja é uma espécie alienígena, isto é, não pertence ao contexto da biodiversidade do Cerrado ou de outro bioma brasileiro. Além disso, seu plantio no Cerrado, desde o início, não visava atender a uma demanda interna de alimentos, mas suprir o mercado internacional em um contexto em que a oferta de outras matérias primas ricas em proteínas, como amendoim e farinha de peixe, estavam em baixa. Nesse sentido, pode-se afirmar que através do plantio de soja as grandes áreas do Planalto Central foram finalmente conquistadas não para a integração nacional, como se chegou a afirmar durante o regime militar, mas para os mercados internacionais de gêneros agrícolas, reatualizando, assim, o “sentido da colonização” sublinhado por Caio Prado Júnior. Graças ao grão, o Brasil e, em especial, o Mato Grosso, permaneceram como exportador de produtos *in natura* para os mercados mundiais.

Por conseguinte, mesmo a região tendo se firmado como uma das principais produtoras de soja de todo o mundo, permanece periférica inclusive nas relações internas do complexo agroindustrial da soja. Desde 1996, sob os efeitos da Lei Kandir, o agronegócio incrementa sua renda exportando soja *in natura*, em detrimento das etapas de industrialização que poderiam ser realizadas internamente. (WESZ JUNIOR, 2011, p. 32)

Segundo se estimava na época – posição ainda majoritária no conjunto do agronegócio –, a expansão da agricultura modernizada nos Cerrados visava, sobretudo,

reduzir a vulnerabilidade brasileira perante o setor externo, por meio da diversificação da produção e da diminuição das importações.

De fato, um dos efeitos dos programas realizados no âmbito do II PND foi a diversificação da pauta brasileira de exportações. No entanto, conforme demonstra o documento do WWF-Brasil, as exportações brasileiras durante o ano de 1998 demonstram que a dependência foi ampliada, ao invés de ser reduzida. E embora tenha ocorrido uma diversificação na pauta de exportações, essa diversidade expressa mais uma *diversificação da dependência* do que uma diversidade que permitiria se aproximar de uma redução da vulnerabilidade. Entre os produtos exportados considerados industrializados constam açúcar, borracha sintética e natural, ceras vegetais, couros e peles, ferro fundido e papel, madeira laminada, óleo de soja bruto e ouro semimanufaturado.

Esses produtos se juntavam a outros classificados como básicos e que incluíam café, carnes, castanhas, erva-mate, fumo, minérios, soja triturada e demais produtos de origem vegetal e animal. Consequentemente pode ser afirmar que houve, de fato, um aumento da dependência externa em relação aos produtos de tecnologia de ponta, como os necessários à produção agrícola, ao mesmo tempo em que a produção nacional aumentava sua dependência dos recursos naturais internos. Neste sentido, o modelo de desenvolvimento em curso enxergava os ambientes naturais apenas como “recursos naturais”, agindo no sentido de reduzir os ambientes do Cerrado a uma área de consumo de capitais e tecnologias e plataforma de produção de *commodities* comercializáveis nos mercados internacionais.

As economias locais e nacional ficam cada vez mais dependentes da extração desses “recursos naturais” e, ao mesmo tempo, da aplicação dos insumos trazidos do exterior, que são vendidos como imprescindíveis à produção daqueles itens exportáveis. Além disso, a tendência histórica da perda de receitas do setor agrícola tem sido compensada pela desvalorização cambial, o que configura uma socialização das perdas.

Conforme tem sido demonstrado, grande parte do impacto ambiental nas áreas de Cerrado tem sido causado pela ampliação da malha municipal, crescimento e urbanização dos antigos municípios, além da implantação de uma logística de transportes orientada para a exportação e que atende a demandas externas, mesmo que financiada com recursos públicos. Trata-se de uma política de transportes e de logística que acriticamente continua o mesmo modelo implantado no início da década de 1970, onde o governo aparece como grande provedor da infraestrutura. Embora alguns estudos

ressalvem que atualmente a política de transportes é realizada em parceria com a iniciativa privada, esta participação tem sido financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (WWF-BRASIL, 2000, p. 65)

Segundo avalia o documento do WWF-Brasil (2000), existe uma similaridade entre os Eixos Nacionais de Integração, definidos no Plano Plurianual de 2000/2003, e o II PND. Essa semelhança está presente em questões de princípios como a ideia de “integração nacional” e o forte componente entre a política de transportes e a política externa. Com base nisto, pode-se afirmar que a própria ordenação econômica, social e cultural do território nacional foi pensada e realizada em função do atendimento às demandas externas. Com efeito, a ideia de “integração nacional” deve ser entendida no âmbito de uma modernização conservadora, o que leva o território a ser pensado e estruturado a partir de uma concepção conservadora de integração. (WWF-BRASIL, 2000, p. 65)

Aqui as demandas internas aparecem apenas como um efeito do projeto do capital internacional de integrar o território brasileiro à produção mundial de *commodities*, que, por sua vez, é parte da chamada economia mundo.

Pode se afirmar que o modelo de desenvolvimento atualmente em curso é financiado com recursos públicos e subordina o ambiente natural ao ambiente econômico, através da dominação das áreas de Cerrado pela lógica e interesses dos complexos agroindustriais. Segundo o estudo *Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro*, elaborado pela ONG Conservação Internacional Brasil, em 2004, qualquer trabalho no sentido de se avaliar o impacto das novas formas de ocupação do Cerrado, promovidas pela agroindústria, deve levar em consideração a enorme diversidade de ambientes do bioma, assim como as áreas de transição entre ele e os outros biomas brasileiros. Isto porque é sabido que o Cerrado estabelece áreas de transição entre todos os outros biomas do Brasil – Pantanal, Floresta Amazônica, Caatinga, Pampas e Mata Atlântica, como se apresentou no primeiro capítulo e se reproduziu nas Ilustrações 3 a 5. Por conseguinte, existem no interior do Domínio do Cerrado diversas formações que não são consideradas tipicamente de Cerrado, conforme a Ilustração 8 e o conteúdo ali próximo discutiu.

Como explicado no início da tese, a diversidade de ambientes, as diversas formações nas áreas de transição e as partes não tipicamente de Cerrado no interior do Domínio levaram a construção de variadas definições do que seja conceitualmente

Cerrado, assim como na delimitação do que seja ele próprio como bioma. Isto, por sua vez, dificulta ações de preservação ou mesmo maneiras sustentáveis de sua ocupação.

Enquanto na Floresta Amazônica e na Mata Atlântica a estratificação é vertical, no Cerrado a estratificação é horizontal. Isto implica que a destruição ou a ocupação humana em qualquer um de seus ambientes provoca alterações em todos os demais. No Cerrado é a diversidade de ambientes (mosaico de tipos diferentes de vegetação, solos, quantidade de água e reação natural ao fogo) a base da riqueza de cada uma de suas partes. De acordo com R. B. Machado, na tese *A fragmentação do Cerrado e efeitos sobre a avifauna na região de Brasília-DF*, defendida junto ao Curso de Ecologia da Universidade de Brasília, em 2000, pode ocorrer uma perda de até 25% das diversas espécies de aves, associadas à mata de galeria, se houver a destruição dos ambientes naturais vizinhos, mesmo que a mata permaneça intocada. (Apud. CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2004, p. 3)

Com base nesses pressupostos e usando imagens de satélite do sensor Moderate Resolution Imaging Spectroradiometer (MODIS), abrangendo toda a área do Cerrado, foi realizado em 2002 a estimativa de que até aquele ano a área do Cerrado desmatada correspondia a 54,9% da área original do bioma. Verificou-se, também, que as áreas onde havia maior quantidade de vegetação original remanescente correspondiam a locais onde as características do terreno (grande declividade, solos poucos profundos ou sujeitos à inundação periódica) representavam um impeditivo à implantação de grandes projetos de agricultura.

Outras áreas ainda preservadas eram aquelas que, embora possuíssem as condições consideradas ideais para a agricultura em larga escala, não possuíam a infraestrutura necessária para tanto – oeste da Bahia e sul do Piauí e Maranhão. Estas áreas, por exemplo, por volta de 2010 essas áreas já haviam sido conquistadas pela agricultura em larga escala ou estavam em processo de serem por ela incorporadas. Ao mesmo tempo, as grandes áreas desmatadas correspondiam aos estados e regiões, onde a agricultura modernizada e pecuária de pastagens extensivas já estavam consolidadas. (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2004, p. 6)

Com base neste estudo e em outros que lhe serviram de suporte, projetou-se um cenário para o futuro. Considerando a taxa de desmatamento anual em 1,1% ao ano, a existência de áreas nativas remanescentes, as unidades de conservação e as terras indígenas chegaram-se à conclusão que o Cerrado deixaria de existir como bioma por volta do ano de 2030. Por outro lado, essas projeções, assim como as estimativas de seu

atual quadro de desmatamento podem variar de acordo com a metodologia adotada. Um exemplo disso é que em 2004 o governo brasileiro encomendou à comunidade científica estudos para se mapear a cobertura vegetal do Brasil, com editais específicos para os seis biomas. O relatório final *Mapeamento da cobertura vegetal do bioma Cerrado*, realizado através da parceria entre Ministério do Meio Ambiente, por meio do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO), Embrapa Cerrados, Universidade Federal de Uberlândia e Universidade Federal de Goiás, no período entre 2004 e 2006, chegou a conclusões diferentes quanto ao estado de devastação ambiental no Cerrado. Segundo o estudo, a porcentagem de cobertura natural encontrada para o Cerrado foi de 60,5%, bem maior que os 45% encontrados pelo estudo da Conservação Internacional Brasil. Essa diferença foi explicada pelo relatório PROBIO pelas “diferenças no conceito sobre a cobertura vegetal natural”. (PROBIO, 2004, p. 49)

Um exemplo dessa divergência são os casos de pastagens nativas: enquanto alguns especialistas consideram que as pastagens nativas devam ser classificadas como áreas antrópicas, pois servem de suporte à criação de gado e contam com a presença humana; algumas instituições como o Ministério do Meio Ambiente consideram que elas devam ser classificadas como áreas naturais, já que sua vegetação natural estaria preservada. (PROBIO, 2004, p. 49-50)

Outro parâmetro que pode ter contribuído para a divergência de valores, e que foi considerado pelo PROBIO, foi o uso de resoluções espaciais distintas nos dois sistemas de sensores envolvidos. Enquanto o estudo da Conservação Internacional Brasil usou o MODIS, o PROBIO usou o Landsat ETM+ (Enhanced Thematic Mapper Plus).⁶³

Ainda conforme este estudo, na área do Estado de Mato Grosso coberta pelo bioma Cerrado, 66% ainda corresponderia à cobertura vegetal natural. As grandes áreas de cobertura antrópica, isto é, onde o bioma já tinha sido substituído pelas atividades agropecuárias eram correspondentes aos municípios de Sinop, Sorriso e Rondonópolis, regiões que se destacam na produção de soja, milho, algodão e pastagens cultivadas.

A tese de doutoramento do médico Wanderlei Antônio Pignati, “Os riscos, agravos e vigilância em saúde no espaço de desenvolvimento do agronegócio no Mato Grosso”, analisa os impactos negativos das atividades agroindustriais e florestais na

⁶³ Segundo o PROBIO, enquanto os satélites usados pelo estudo da Conservação Internacional Brasil utilizaram resolução espacial de um quilômetro; o satélite do Landsat usou resolução de 30 metros.

saúde dos trabalhadores, na população em geral e no meio ambiente, o que permite vislumbrar os impactos desta modalidade de desenvolvimento em uma perspectiva muito mais ampla do que aquela fundada simplesmente nos números do desmatamento. (PIGNATI, 2007)

Pignati se ancora em Enrique Leff (2001), Anthony Giddens (1991) e David Goldblatt (1998) para questionar a busca pelo crescimento econômico a qualquer custo, característico deste modelo de desenvolvimento ilimitado da produção, como norma central da vida humana, pois tal proposta tem como suporte a exploração da força de trabalho e dos ambientes naturais do Planeta.

De fato, por este prisma fica mais evidente que a discussão sobre os impactos do modelo de desenvolvimento capitalista da agricultura e da pecuária, adotado nas últimas décadas, não pode ser analisado simplesmente tendo como base o cálculo da área ocupada pelas instalações agropecuárias, infraestrutura de transportes e pelo comércio. Os danos ao meio ambiente, aos trabalhadores e à sociedade, de maneira geral, devem ser pensados na perspectiva de como o capitalismo tem propiciado a acumulação de riquezas nas regiões e países centrais ao mesmo tempo em que distribui por todo o planeta os efeitos da predação dos ambientes naturais.

Pignati pondera, por exemplo, que na região da Amazônia Legal tem ocorrido um processo acelerado de destruição dos ambientes naturais de florestas e cerrado para que seja implantado um único modelo de agricultura que depende de alta tecnologia, equipamentos agrícolas, sementes modificadas ou transgênicas, agrotóxicos, fertilizantes e herbicidas que induzam a alta produtividade. Os danos aos seres humanos e as espécies vegetais e animais ocorrem em todas as etapas da implantação deste modelo e vão além do local de desmatamento, das madeireiras e das fazendas agrícolas, pois seus agravos e impactos sanitários, sociais e ambientais se alastram por toda a região e chegam a ter implicações globais. A externalidade ou visibilidade do impacto deste processo produtivo agroindustrial na vida e saúde “manifesta-se, inicialmente, na forma de acidentes de trabalho, evoluindo para piora na qualidade de vida da família, da população geral e poluição/destruição do ambiente”. (PIGNATI, 2007, p. 15)

A ilustração abaixo, representando as etapas do processo produtivo do agronegócio e seus impactos na saúde do trabalhador, na população e no meio ambiente, demonstram melhor a argumentação de Pignati.

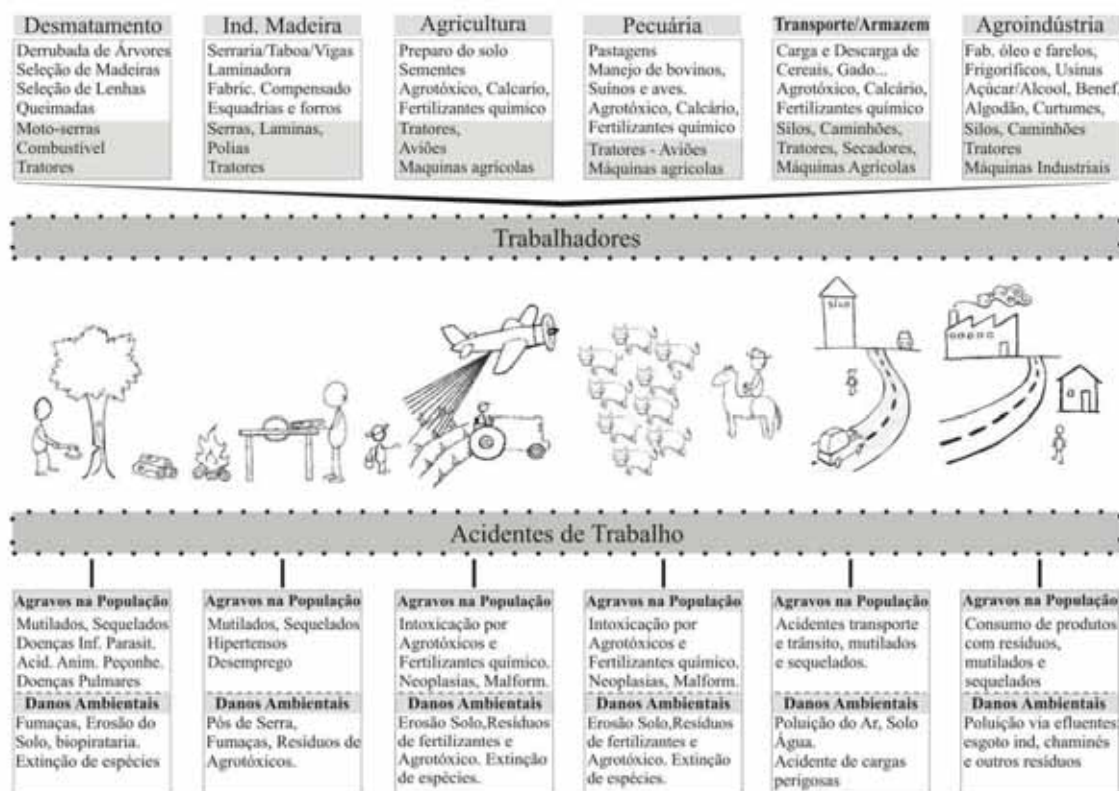


ILUSTRAÇÃO 52 – Impactos do processo produtivo

Fonte: PIGNATI, 2007, p. 18.

É importante ressaltar que no caso do Cerrado, o processo produtivo do agronegócio não conta com a participação da indústria madeireira e todas as outras etapas acarretam em danos para o bioma, para os trabalhadores e sociedade envolvida. Assim, a primeira grande consequência da implantação dos grandes projetos de desenvolvimento agropecuário é o desmatamento com a retirada de toda a cobertura vegetal da área destinada ao plantio. De acordo com Pignati, nesta etapa ocorrem acidentes de trabalho graves e fatais, agravos à saúde da população (sequelados, doenças infecto parasitárias, doenças pulmonares decorrentes de queimadas, acidentes de transporte e trânsito), além dos danos ambientais como a destruição das espécies vegetais e animais, a biopirataria, etc.

Na fase da agricultura e/ou da pecuária, o solo, inicialmente, é “preparado” com maquinários agrícolas, herbicidas, calcário e fertilizantes químicos, a fim de que nestas áreas as únicas espécies que possam prosperar sejam aquelas plantadas para pastos ou cultivadas com cereais, fibras e cana de açúcar.

Ainda que o relatório do PROBIO, citado anteriormente, tenha considerado como áreas de vegetação nativa aquelas ocupadas pela pecuária em campos naturais, esta é uma situação transitória. É muito comum que as propriedades que se dedicam à pecuária extensiva comecem suas atividades usando as pastagens naturais, mas é uma questão de tempo até que tenham que incorporar tecnologias modernas na sua produção.

A moderna pecuária de Mato Grosso é altamente dependente da tecnologia para o manejo das pastagens, pois agrega sementes selecionadas, controle de pragas e ervas daninhas com agrotóxicos e o uso de fertilizantes químicos. Além disso, incorpora a tecnologia na seleção e reprodução dos rebanhos, com matrizes selecionadas, vacinas, vitaminas químicas e cereais na alimentação.

Da mesma maneira que a pecuária, também a agricultura incorpora volumes cada vez maiores de tecnologias e capitais. O uso intensivo de máquinas agrícolas, sementes selecionadas, quando não geneticamente modificadas; agrotóxicos, fertilizantes químicos e calcários são fundamentais para a garantia de produção e produtividade. Ao mesmo tempo, os cereais colhidos necessitam de sofrer a correção do seu grau de umidade através de equipamentos de aquecimento e evaporação que dependem da queima de lenha. Isto contribui para a devastação de áreas do entorno ou árvores plantadas em reflorestamento (quase sempre feito com eucalipto, que é uma espécie alienígena ao Cerrado). (PIGNATI, 2007, p. 18-19)

Nesta etapa da produção, de acordo com o estudo de Pignati, também ocorrem inúmeros acidentes de trabalho e doenças típicas. Também podem ocorrer intoxicações agudas por agrotóxicos que agredem seres humanos e o meio ambiente. Essas intoxicações crônicas podem incluir malformações congênitas e desregulações endócrinas. (PIGNATI, 2007, p. 18-19)

Igualmente, em todas as outras fases subsequentes – transporte e armazenamento e industrialização – também ocorrem danos ao meio ambiente, aos trabalhadores e as comunidades do entorno. No caso dos ambientes do Cerrado são comuns os danos causados por curtumes, frigoríficos e usinas de álcool e açúcar.

A produção de açúcar e álcool, além do aumento na demanda pelos chamados biocombustíveis, agrocombustíveis e/ou biodiesel, representam uma ameaça a mais no processo de incorporação de áreas do Cerrado à agroindústria. Sérgio Schlesinger (2013) alerta para o fato de os diversos países da União Europeia não disporem dos recursos naturais (solos e água) suficientes para atingir as metas de substituição dos combustíveis fósseis que eles mesmos traçaram. (SCHLESINGER, 2013, p. 5)

Dentro deste cenário de expansão da demanda mundial por combustíveis originados de soja, cana, milho e outras culturas renováveis, o governo brasileiro se mostra disposto a transformar o país no principal exportador destas *commodities* com esse destino. Assim, Mato Grosso, que já é atualmente o maior produtor de soja do país, poderá ter as áreas restantes do Cerrado invadidas por culturas de cana de açúcar.

Em seu alerta, Schlesinger lembra que mesmo tendo perdido a maior parte de sua cobertura natural para grandes plantações e/ou pastagens cultivadas, o Cerrado ainda é considerado uma espécie de “primo pobre” dos biomas brasileiros. O Código Florestal Brasileiro impõe uma reserva de 80% de preservação nas propriedades localizadas na Amazônia, sendo que para o Cerrado esta reserva é de 35% na Amazônia Legal e 20% em outros estados. “Além disso, o Cerrado não recebeu na Constituição Brasileira o status de patrimônio nacional concedido para a Amazônia, Mata Atlântica, Pantanal e Sistemas Costeiros”. (SCHLESINGER, 2013, p. 7)

Atualmente, Mato Grosso é o maior produtor nacional de soja e, também, o estado que mais exporta o produto. Em 2012 o estado respondeu por 9% da produção mundial. A região Médio Norte foi responsável por 40% da produção estadual. (CONAB 2013, Apud SCHLESINGER, 2013, p. 13)

Segundo estimativas do IMEA – Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária, a área plantada crescerá de 7,9 para 11,9 milhões de hectares entre as safras de 2013/2013 e 2021/2022. Neste contexto, espera-se que a produção cresça 52% no período, passando de 24,15 para 39,10 milhões de toneladas, ou 40% da produção total do país. (Apud. SCHLESINGER, 2013, p. 13)

O IMEA não inclui a área de Cerrado a ser desmatada, mas as demandas pelos biocombustíveis e o crescimento *natural* da demanda por proteínas de soja deverão pressionar a incorporação de novas áreas a esse processo produtivo. Na ilustração a seguir pode ser constatado que as principais usinas de processamento do biodiesel estão localizadas em áreas de Cerrado.

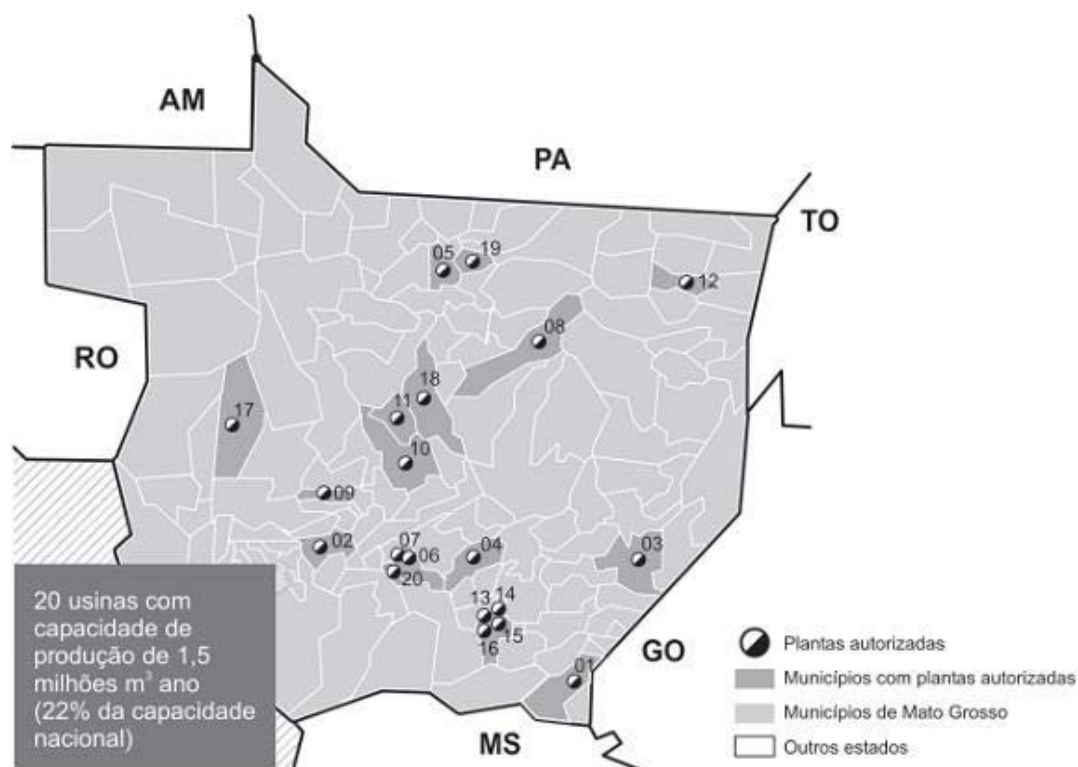


ILUSTRAÇÃO 53 – Localização das usinas de biodiesel em Mato Grosso

Fonte: SCHLESINGER, 2013, p. 15.

Conforme explica Schlesinger, com base em dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a soja é a matéria-prima predominante na fabricação do biodiesel brasileiro, entrando com 80,6% da composição do produto. Ele lembra que toda monocultura requer o uso de grandes extensões contínuas de terra e a tendência onde ela se instala é provocar imediatamente uma valorização das terras “Com isso, pequenas propriedades de agricultores familiares estabelecidas em áreas de interesse da monocultura terminam, em geral, mudando de dono, e a produção de alimentos diversificados se reduz”. (SCHLESINGER, 2013, p. 16)

Este processo, que tem ocorrido em amplas áreas de Cerrado, desde que o bioma foi escolhido para a implantação dos grandes projetos agropecuários de desenvolvimento, tenderá a se acelerar e aprofundar, conforme tem sido observado por médios e grandes produtores rurais do estado, que venderam ou arrendaram suas propriedades para os grandes complexos agroindustriais. (CAVALCANTI, 2008, p. 119)

A tendência é, portanto, que as sucessivas altas nos preços das terras conduzam a um quadro no qual somente uma minoria de produtores altamente capitalizados e de cinco ou seis complexos agroindustriais dividam entre si toda a área agricultável do Cerrado mato-grossense.

Dados coletados por Schlesinger apontam para essa tendência. Na região de Lucas do Rio Verde as terras valorizaram 28,8% de 2010 para 2011. Mas a maior elevação no estado foi em Sinop, onde houve alta de 75% entre 2010 e 2012. Terras que anteriormente eram vendidas a uma média entre R\$ 12 e 13 mil/hectare em 2010, subiram para R\$ 21 mil em 2012. (SCHLESINGER, 2013, p. 18)

Para discutir este e outros impactos sociais e ambientais do aumento no cultivo de soja e cana de açúcar, Schlesinger selecionou dois municípios onde o cultivo desses produtos serve como parâmetro regulador das relações sociais: Lucas do Rio Verde, na produção de soja, e Barra do Bugres na produção de cana de açúcar.



ILUSTRAÇÃO 54 – localização de Lucas do Rio Verde

Fonte: SCHLESINGER, 2013, p. 21.

Em Lucas do Rio Verde, por exemplo, a soja representa mais de 80% da produção agrícola. Embora ocupe apenas 0,04% da superfície do país, ela é responsável por 1% de toda a produção brasileira de grãos. Na região estão presentes as mais representativas empresas do agronegócio: Brasil Foods, Grupo Amaggi, Cooperativa Comigo, JBS Fibroi, Cargil e Bunge. (SCHLESINGER, 2013, p. 21)

Como o histórico da cidade já foi apresentado nos capítulos anteriores, basta enfatizar que Lucas do Rio Verde é hoje uma das mais proeminentes cidades que pertencem à família de municípios do agronegócio. Pode-se, portanto, ser usada como exemplo das contradições deste modelo de desenvolvimento, bem como das suas implicações sociais e ambientais.

Schlesinger retoma o estudo de Pignati (2007) para lembrar que as culturas de soja, milho e algodão são as que mais recebem agrotóxicos. Dos 50 principais produtos usados em Mato Grosso, principalmente na região da família de municípios do agronegócio, 39 já estão proibidos no Canadá e Estados Unidos e 22 proibidos na União Europeia. Por exemplo, o endossulfam, proibido apenas em 2013, foi detectado em 76% dos casos de contaminação de trabalhadores. A substância foi encontrada na urina e no sangue daqueles trabalhadores. Outros 35% dos trabalhadores pesquisados estavam contaminados com fitamitrona, substância tóxica, cuja proibição ainda não foi avaliada pela ANVISA. Outro estudo indica que enquanto a exposição da população brasileira a agrotóxicos é de 3,66 litros por habitante, em Mato Grosso este número corresponde a 29,80 e, na cidade de Lucas do Rio Verde, a população está exposta a 136,35 litros por habitante, número cinco vezes maior que a média do estado e trinta e sete vezes maior que a média nacional. (SCHLESINGER, 2013, p. 50)

Schlesinger cita, ainda, um dossiê publicado em 2012 pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) sobre a questão dos agrotóxicos na agricultura brasileira. Esse estudo constatou que nas cidades de Mato Grosso a contaminação por agrotóxicos atinge as águas, as chuvas e até mesmo o leite materno. Na cidade de Lucas do Rio Verde todas as 62 matrizes pesquisadas apresentaram altos traços de agrotóxicos no sangue e no leite. Ainda de acordo com este documento, até o ano de 2012 a Secretaria de Saúde daquele município não havia tomado qualquer iniciativa em implantar a Vigilância em Saúde dos Trabalhadores Rurais e Urbanos, se limitando a controlar os focos de doenças endêmicas, como a dengue, a malária e a leishmaniose. Além disso, o secretário municipal de saúde, Marcio Pandolfi, afirmou que “não havia provas de que a causa do problema esteja relacionada com a utilização de agrotóxicos no município”:

Tudo é feito dentro do rigoroso controle da lei. Eu não vejo esses problemas aqui. A tal fulana disse que houve uma contaminação. Foi por alimento? O alimento que nós consumimos aqui não é produzido aqui. E essa soja é para exportação, na grande maioria. A soja do Mato

Grosso vai para o mercado europeu. O nosso frango, que é produzido aqui na BRF, é tudo para exportação. O que é consumido aqui em Lucas do Rio Verde vem de Curitiba e de São Paulo. O hortifrutigranjeiro, todas as nossas saladas, verduras, frutas, arroz, feijão, batata, consumidos aqui, vem tudo de fora. Então, eu acho difícil relacionar isso com a contaminação do leite materno. Fulana disse que o leite materno está assim. Mas por que está assim? Porque ela consumiu algum alimento, e esse alimento vem do mercado. E o mercado comprou de Curitiba, de São Paulo ou do Rio de Janeiro. A fiscalização de alimentos comprados fora é com o estado, e não com o município. Aí, por exemplo, essa mulher chegou aqui há três, quatro anos. Essa contaminação pode vir lá de trás. (Apud. SCHLESINGER, 2013, p. 56-57)

Por outro lado, a maneira como a elite dirigente trata a saúde dos trabalhadores e da população em geral está relacionada com a forma como se constitui o poder político nas cidades do agronegócio e em todo o Estado de Mato Grosso. Conforme citado aqui, Silvana Cristina da Silva constatou que a elite política das cidades do agronegócio e de Mato Grosso é hoje composta em sua maioria pelos sulistas que comandam o front agrícola. (SILVA, 2009, p. 85-101; 2010, p. 305-336)

Há uma diferenciação que se expressa em termos econômicos, sociais, políticos, culturais e territoriais. Tudo o que já foi dito por Silva (2009, 2010) é confirmado por Schlesinger (2013). Ele observou que de maneira geral a cidade divide-se em dois grandes agrupamentos: de um lado os grandes produtores de soja e os que vivem em torno das atividades acessórias ao agronegócio.

Do outro lado, os sem-terra trazidos pelo INCRA, migrantes vindos do Nordeste e de outras localidades de Mato Grosso. “Salvo raras exceções, os bem-sucedidos de hoje são aqueles que deixaram a região Sul em condições financeiras favoráveis”. Estes, além de já possuírem capitais e *know-how* para se instalarem, foram beneficiados pelos incentivos fiscais, financiamentos, infraestrutura, crédito, assistência técnica e outras vantagens oferecidas pelo Estado em todos os programas federais já descritos aqui. (SCHLESINGER, 2013, p. 38)

Esse aspecto, no entanto, é quase sempre negado pelos sulistas, identificados como “gaúchos”, independentemente de seu estado de origem. Schlesinger verificou que eles se atribuem adjetivos e valores como “desbravadores”, “competentes”, “corajosos”, “eficientes”, “heróis” e “valentes”; além do fato de se orgulharem de sua ascendência europeia. Ao mesmo tempo, esta elite econômica, social e política julga e trata todos os outros que não sulistas – nem grandes proprietários – com adjetivos desqualificativos correspondentes a uma posição de inferioridade. Um exemplo disso é

a fala de Edu Laudi Pascoski, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Para ele a dificuldade encontrada pelos pequenos produtores rurais não está relacionada com sua posição de inferioridade em relação ao agronegócio, mas a sua própria desorganização e inaptidão para o trabalho. Eles são vistos como desorganizados, preguiçosos e vadios:

Falta organização deles. Nós estamos ajudando, mas tudo pra eles tá ruim. Eles só sabem reclamar e o culpado é sempre a prefeitura. Mas eu entendo que, eu tenho que assumir a culpa, mas tem muito vadio no meio, muito preguiçoso. Preguiça. Tem a terra, mas tem preguiça de produzir. Aí não paga nem o lote, aí não consegue pagar. (Apud. SCHLESINGER, 2013, p. 43)

Além disso, em que se colocam em uma posição sociocultural de superioridade em relação aos que não fazem parte da elite sulista, essas pessoas articulam a grande propriedade rural com o controle do poder político e social destas cidades. No caso de Lucas do Rio Verde, a cidade vem sendo controlada politicamente por Otaviano Pivetta, que foi prefeito entre 1997 e 2004 e voltou a ser eleito em 2012, sendo que no intervalo entre os dois mandatos elegeu Marino Franz, que havia sido seu ex-prefeito. Pivetta acumula, entre áreas próprias e parcerias, 330 mil hectares de terras e é considerado o prefeito mais rico do país. (SCHLESINGER, 2013, p. 39)

Essa concentração de terras, poder econômico e poder político não ocorrem apenas em Lucas do Rio Verde, mas é uma regra em todas as cidades do agronegócio e no Estado de Mato Grosso, que foi governado por oito anos (2003-2010) por Blairo Maggi que, atualmente, é Senador pelo estado.⁶⁴ É ele, de acordo com Schlesinger, que define com clareza a suposta superioridade sulista em relação aos outros habitantes:

Aqui no Mato Grosso, as pessoas não ficam catando coquinho na floresta para viver. Elas são agricultoras, vieram do Sul do Brasil para trazer a agricultura. As pessoas que vivem no Norte do Brasil é que têm essa cultura de catar coquinho. (Apud. SCHLESINGER, 2013, p. 39)

⁶⁴ Blairo Borges Maggi é natural de São Miguel do Iguazu/PR. Engenheiro agrônomo, empresário e político, ficou conhecido como o “rei da soja”, mas também considerado em 2005 pelos ambientalistas como um dos maiores promotores do desmatamento e da destruição da Floresta Amazônica. Atualmente, é o 2º político mais rico do Brasil, segundo a revista Forbes. É também o autor da famosa frase: “Para mim, um aumento de 40% no desmatamento não significa nada; não sinto a menor culpa pelo que estamos fazendo aqui. Estamos falando de uma área maior que a Europa toda e que foi muito pouco explorada. Não há razão para se preocupar.” In: WIKIPEDIA. Blairo Maggi. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Blairo_Maggi>.

É assim que pensa o segundo político mais rico do Brasil e um dos homens mais ricos do mundo. Que sua riqueza tenha origem exatamente na devastação de grandes áreas de Cerrado e, conseqüentemente, na eliminação física e no genocídio cultural de inúmeras populações tradicionais – por sinal aquelas que sobrevivem ‘catando coquinho – parece ser apenas um detalhe que não merece ser lembrado nas narrativas oficiais. Esse conceito de riqueza é, portanto, parcial; assim como são injustas as riquezas que ele representa. Não por outro motivo a origem de todas as riquezas constituídas a partir deste modelo de desenvolvimento é baseada na acumulação: é necessário que terras e riquezas suficientes para o sustento de milhares sejam acumuladas nas mãos de um só.

Por esses motivos, não faz sentido que a riqueza criada pela acumulação de capital seja apresentada sem que se apresente também a sua origem, isto é a sua contrapartida, que é a pobreza criada no momento em que começa a acumulação. Criar riqueza é criar igualmente pobreza. A primeira se acumula e, a outra, se alastra. A riqueza passa a pertencer a um ou a alguns e a pobreza é repartida pela maioria. O processo é o mesmo em se tratando do solo ou do trabalhador, como frisou Marx; ou da natureza e da sociedade, como fala a história ambiental. (WORSTER, 2004, p. 5)

No lugar onde antes havia uma diversidade natural de solos, espécies vegetais e animais; diversidade esta constituída por milhares de anos de processos naturais e/ou em contato com as sociedades indígenas/tradicionais em um processo coevolutivo; passa a existir apenas um, duas ou três espécies plantadas em larga escala. Do mesmo modo, de espaço antes compartilhado por sucessivas gerações, o Cerrado passa a pertencer apenas a um. Há uma transformação na forma como os ambientes são apropriados. As territorialidades indígenas e tradicionais se distinguem por não se basearem no conceito capitalista de propriedade legal, de forma que cada membro da comunidade tem o direito de usufruir dos bens e produtos oferecidos pela natureza. É o novo modelo de desenvolvimento traz a tona o conceito de propriedade, segundo o qual o proprietário legal tem o poder de transformar isto:



ILUSTRAÇÃO 55 – Vegetação típica do Cerrado brasileiro

Fonte: REPÓRTER BRASIL, 2010.

Nisto:



ILUSTRAÇÃO 56 – Soja em Lucas do Rio Verde

Fonte: GOMES, Luana. Mato Grosso antecipa a colheita da soja superprecoce. *Jornal de Londrina*, Londrina, 12 jan. 2010. Caderno Agronegócio. Disponível em: <<http://www.jornaldelondrina.com.br/agronegocio/conteudo.phtml?tl=1&id=962430&tit=Mato-Grosso-antecipa-a-colheita-da-soja-superprecoce>>.

E, depois, nisto:



ILUSTRAÇÃO 57 – Dólares sendo contados

Fonte: INTERNATIONAL FOREIGN TRADE. *Dólar mantém alta ante o real*. Disponível em: <<http://www.internationalforeigntrade.com/page.php?nid=92#.U4OhqnJdWBI>>.

Embora a soja seja o vetor de expansão da agricultura moderna e da modernização da pecuária em áreas de Cerrado, a cana de açúcar também é um item relevante na pauta de exportações do Estado de Mato Grosso. Sobretudo a partir da importância estratégica adquirida por combustíveis renováveis, ou agrocombustíveis, o seu plantio também tem exercido um papel importante na devastação de amplas áreas de Cerrado, assim como na usurpação de grande parte dos territórios indígenas e tradicionais.

A cana de açúcar é a matéria prima para a fabricação de três quartos da produção mundial de açúcar e no Brasil também para a produção do etanol. Na safra 2011/2012 o Brasil produziu 36,2 milhões de toneladas de açúcar, sendo o primeiro produtor mundial e responsável por 55% desta produção. E quanto ao etanol, nos Estados Unidos, que são o maior produtor mundial, ele é fabricado a partir do milho. No Brasil, que é o segundo produtor mundial, ele é produzido a partir da cana de açúcar. Em 2011, o Brasil produziu 23 bilhões de litros de etanol. Vale lembrar que o Brasil é o maior produtor

mundial de cana de açúcar, com cerca de um terço dessa produção. (SCHLESINGER, 2013, p. 67-68)

Schlesinger explica que a cultura da cana está presente em quase todos os estados brasileiros e, atualmente, ocupa cerca de 10% da superfície agrícola do país, sendo o terceiro cultivo mais importante, depois da soja e do milho. No entanto, em Mato Grosso esse cultivo não é importante em relação aos demais produtos, embora dez municípios possuam culturas com mais de 10 mil hectares. Nestes municípios, destacando-se Barra do Bugres, a falta de terras disponíveis para a agricultura é o maior impeditivo ao crescimento da produção. De acordo com um levantamento do Sindicato das Indústrias Sucroalcooleiras do Estado de Mato Grosso (SINDALCOOL-MT), oito das onze usinas em funcionamento não podem expandir sua produção por imposição da legislação ambiental. Isto significa uma tendência acentuada para a expansão em áreas contíguas as usinas, que são ocupadas por comunidades indígenas e tradicionais, por pequenos produtores ou se constituem em reservas ambientais. “Por razões de logística do transporte da cana-de-açúcar até a planta industrial, a área de cultivo está geralmente localizada em um raio que varia entre 30 e 40 quilômetros a partir da usina de processamento da cana”. (SCHLESINGER, 2013, p. 72)

É esta necessidade de uma grande quantidade de terras contíguas próximas da usina que faz do plantio e processamento da cana-de-açúcar um dos itens de maior impacto socioambiental. A intensidade deste impacto, conforme avalia Schlesinger, depende basicamente do grau de ocupação anterior no entorno da usina por outras atividades.

A cana-de-açúcar depende de um volume cada vez maior de terras. Assim, seja por aquisição, arrendamento, parceria ou outra forma, a tendência é que toda a área vizinha seja incorporada à produção, deslocando pessoas e outras formas de ocupação para que a cana possa ser plantada em uma escala crescente.

Além desse deslocamento das populações originais, ocorre também um desemprego cada vez maior no âmbito da produção, já que o cultivo vem passando por um processo acelerado de mecanização no plantio e na colheita. Ao mesmo tempo, os impactos socioambientais ocorrem na queima da palha, no uso de agrotóxicos e no despejo da vinhaça.

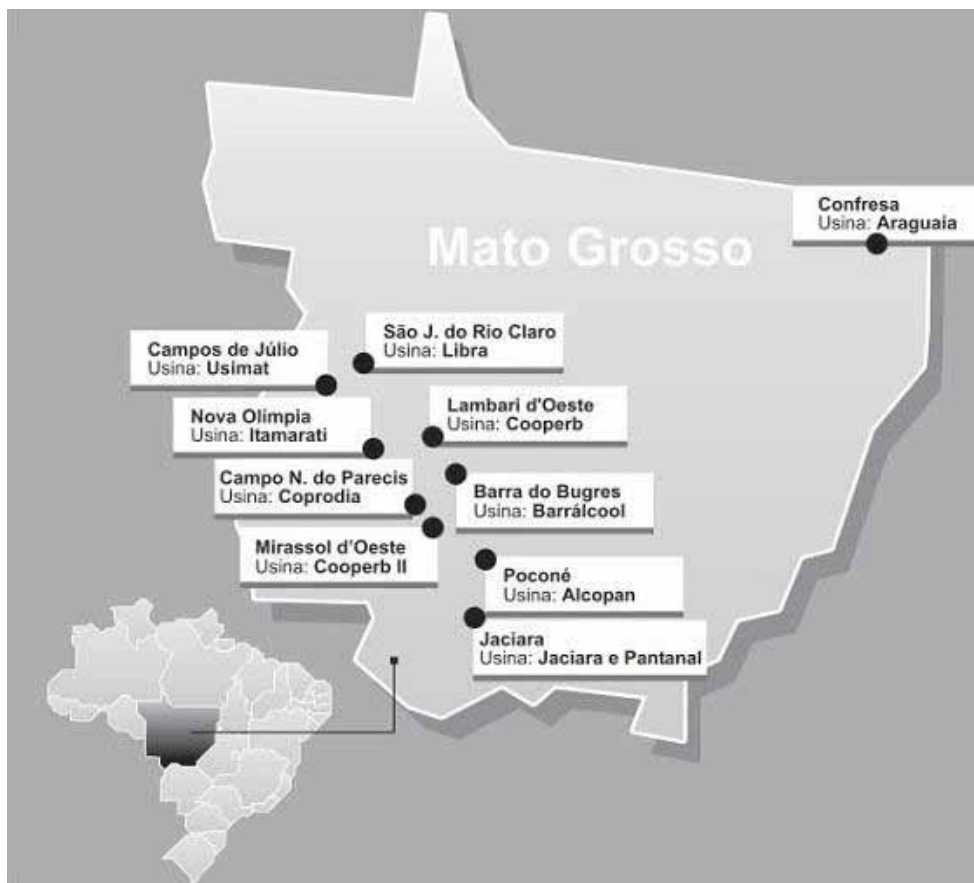


ILUSTRAÇÃO 58 – Usinas de açúcar e etanol em Mato Grosso

Fonte: SCHLESINGER, 2013, p. 72.

A queima da palha da cana é a causa de diversos problemas respiratórios nas populações adjacentes as usinas. Esta cultura é a terceira maior consumidora de agrotóxicos, perdendo para a soja e o milho. E a vinhaça, que é o resíduo resultando do processamento da cana, tem elevado poder de poluição. Por outro lado, a cana usa uma quantidade enorme de água, tanto na produção quanto no processamento.

Entre os impactos na população, Schlesinger destaca que a expansão simultânea da cana de açúcar e do gado na região fez com que as populações fossem deslocadas de suas propriedades originais. Muitos dos antigos pequenos e médios agricultores estão hoje em assentamentos de sem-terra. As populações quilombolas tiveram parte de suas terras ocupadas pelo crescimento das áreas de pastagens. E as terras indígenas, embora demarcadas, sofrem com as consequências ambientais, como a poluição dos rios e a contaminação de outras culturas.

No início, o pessoal que plantava cana começou a ter cólica nos rins e problemas de coluna. Tem muita gente aqui encostada no INSS por causa de problemas na coluna. Quando era atendido por médicos daqui, diziam que foi alguma coisa que ele comeu, ou que ele já era muito doente. A gente sabe que é do veneno que eles jogam de avião, porque eles não passam só em cima da cana. Eles vêm rasantes por cima da cidade. De 2004 pra cá vêm surgindo muitos abortos espontâneos e agora, cada vez mais, o refluxo, causado por malformação dos pulmões. Eles receitam antibióticos pras crianças, e muitas acabam morrendo. Ninguém se responsabiliza: a criança nasceu com refluxo porque a mãe não se cuidou, não fez o pré-natal certinho. Também está acontecendo muito de os bebês nascerem de 6, 7 meses. Eu tentei ver se conseguia alguma ajuda com a secretária de saúde, mas eles têm o rabo preso com o prefeito, que é usineiro. O médico da usina também faz muita pressão sobre o pessoal. (Conceição Rocha Martins. Apud. SCHLESINGER, 2013, p. 83)

A fala acima é parte do depoimento de um dos participantes do assentamento Cabaças, na região de Barra do Bugres, que concentra os mais importantes cultivos de cana e usinas de Mato Grosso. Assim como nas outras cidades controladas pelo agronegócio, também ali a concentração de terras, poder econômico e político nas mãos de uma pequena parcela da população garante o domínio de todas as relações sociais.

Em Barra do Bugres, o poder local é concentrado em torno da Barralcool, que é a maior usina da região, propriedade de doze sócios. O fato de deterem o controle político local faz com que eles sejam também responsáveis pelas ações de fiscalização de suas atividades e dos problemas que eles mesmos geram.

Nosso bisavô começou aqui. Era tudo tão descansado assim, que ninguém cuidou de demarcar as terras. Trabalhavam tranquilos. Nós mesmos morávamos na beira do rio Jauquara e fazíamos a roça aqui e onde mais nós queríamos. E aí vieram eles e nos mandaram morar aqui. Mas até hoje não temos o título da terra. Nós mais velhos temos o pedacinho demarcado, mas não temos o título. Os outros, novos, que já nasceram aqui, não têm nada. (Abrósio, da Comunidade Morro Redondo. Apud. SCHLESINGER, 2013, p. 90)

Este poder tem sua origem na concentração de terras. Sendo que o processo original corresponde exatamente à fala acima. Os ocupantes originais eram os indígenas Umutinas, até que por volta do século XVIII a região começou a ser ocupada por brancos que trouxeram também seus escravos negros.⁶⁵ A exploração de diamantes e, posteriormente, a busca pela poaia é que estimularam esses primeiros povoamentos. A

⁶⁵ Atualmente a Reserva Umutina, situada em Barra do Bugres e com 24 mil hectares, abriga também diversas etnias: Bakeiri, Kaiabi, Paresi, Irantxe, Nambikwara, Terena e Bororo.

partir dos anos 1960, a região começou a receber migrantes vindos de São Paulo, Bahia, Ceará e Alagoas. Em meados da década seguinte, a prioridade dada pelo governo ao Proálcool fez com que a região fosse escolhida para sediar usinas de açúcar e álcool.

Um dos principais efeitos das usinas sobre as comunidades indígenas é o envenenamento das águas pelo despejo constante da vinhaça que fez com que a pesca se tornasse uma atividade irregular e pouco produtiva. Também aqui o controle do aparato estatal pelo agronegócio produz seus efeitos: os Umutina denunciaram em 2007 um vazamento de vinhaça da usina Itamarati que causou uma grande mortandade de peixes. Até 2013 o processo movido no Ministério Público não tinha surtido qualquer efeito. (SCHLESINGER, 2013, p. 75) É importante salientar que os danos causados ao meio ambiente do Cerrado e os efeitos sobre as populações ocorrem em todas as etapas do processo produtivo e independem da cultura produzida: cana de açúcar, gado ou soja, o produto não importa, pois é a manutenção deste modelo e sua constante expansão sobre as áreas ainda remanescentes de Cerrado, significa a ocupação devastadora dos biomas do Cerrado e Floresta Amazônica.

Na mesma linha alarmante dos números já citados aqui, um levantamento realizado pela Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso, divulgado no final de 2009, mostrou que até meados de 2007 cerca de 175 mil km² de floresta amazônica e 150 mil km² de Cerrado já tinham sido desmatados no estado. Isso representava 35% e 42% das respectivas áreas originais. (REPÓRTER BRASIL, 2010)⁶⁶ Se os efeitos sobre o ambiente são devastadores, sobre as comunidades indígenas e tradicionais as consequências não são menos deletérias. O caso dos Umutina e outras etnias que ocupam sua reserva na região de Barra do Bugres, é apenas um dentre muitos exemplos que poderia ser citado. De acordo com o relatório da ONG Repórter Brasil, citado acima, *Impactos da soja sobre terras indígenas no Estado de Mato Grosso*, o aumento na produção de soja que se verifica ano a ano, desde que a cultura começou a ser realizada, é acompanhado de perto pelo aumento da área plantada. Isto por sua vez confirma os números já apresentados aqui pelo IMEA.

A soja é, pois, quase que onipresente no estado. Sendo assim, dos 141 municípios de Mato Grosso, apenas 44 não registraram cultivos de soja no ano de 2008. Neste mesmo ano, 54 cidades possuíam lavouras entre 10 mil e 575 mil hectares de

⁶⁶ Repórter Brasil – Organização de Comunicação e Projetos Sociais. Impactos da soja sobre Terras Indígenas no estado do Mato Grosso. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/indigenas_soja_MT.pdf>.

soja. Este avanço ocorre preferencialmente sobre áreas anteriormente ocupadas por populações indígenas e tradicionais. Conforme relata o Repórter Brasil, do total de 78 Terras Indígenas listadas pela FUNAI em Mato Grosso, pelo menos 30 se localizam em municípios com mais de 10 mil hectares de soja. Ainda que esse cultivo não atinja diretamente as áreas ocupadas por indígenas, o impacto em suas terras é inevitável que esse cultivo acabe por alterar os ambientes adjacentes, como a degradação ambiental nas cabeceiras dos rios que drenam as Terras Indígenas. (REPÓRTER BRASIL, 2010) A ilustração a seguir representa o cultivo de soja no entorno das terras indígenas em Mato Grosso:

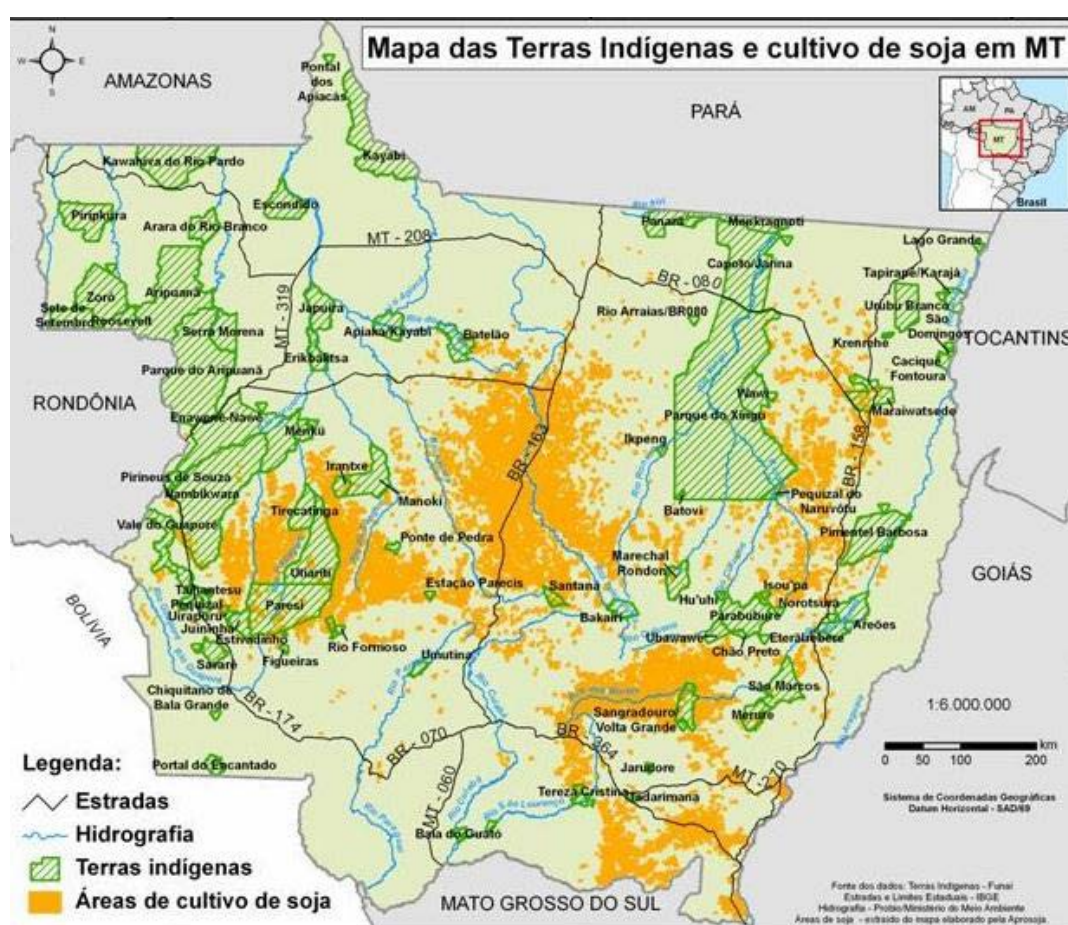


ILUSTRAÇÃO 59 – Terras indígenas e cultivo de soja em Mato Grosso

Fonte: REPÓRTER BRASIL 2010.

De acordo com esta análise, não existe qualquer dúvida a respeito da relação de causa e efeito entre a disseminação dos cultivos de soja e a devastação do Cerrado, assim como dos seus efeitos deletérios sobre as comunidades indígenas:

De modo geral, como é um dos maiores vetores de desmatamento do Cerrado, grande consumidora de agrotóxicos, consolidadora do modelo monocultor e introdutora da transgenia no Centro-Oeste, a soja vem acompanhada de uma grande carga de impactos sobre o ambiente onde está inserida. Degradação, erosão, empobrecimento e desertificação do solo³, destruição das matas ciliares, contaminação de cursos d'água, disseminação das queimadas (que anualmente vitimam milhares de animais silvestres e causam graves doenças respiratórias principalmente em crianças), pulverização de venenos sobre pequenos agricultores, indígenas e suas plantações, introdução de um novo paradigma de consumo capitalista entre as populações tradicionais e aprofundamento do preconceito e do racismo contra os indígenas são alguns “efeitos colaterais” da sojicultura e de sua proposta de desenvolvimento. (REPÓRTER BRASIL, 2010)

O processo de ocupação das terras próximas às áreas indígenas pela soja levou à ocupação das terras indígenas. É tudo uma questão de tempo e oportunidade, já que os sojicultores se baseiam em uma estratégia diversificada que vai desde a ocupação *informal* de pequenas áreas até o arrendamento de grandes parcelas.

Em localidades próximas à Rondonópolis, é comum que sojicultores incorporem anualmente 10 a 20 hectares de terras indígenas às suas áreas e constantemente assediam lideranças indígenas para que arrendem parte de suas terras. A aldeia de Volta Grande, por exemplo, “ainda vive uma disputa de terras com fazendeiros de soja, e ocupa apenas 11 dos 33 mil hectares originalmente pertencente aos índios.

Essa ocupação, no entanto, nem sempre é realizada de forma violenta. Em alguns casos o arrendamento de terras indígenas para sojicultores é realizado com a anuência dos órgãos estatais e encontra apoio em muitas lideranças indígenas que são cooptadas ao mesmo tempo em que suas populações aderem ao padrão de consumo capitalista trazido junto com a soja.

Desde 2004 três povos indígenas da região sudeste de Mato Grosso – um dos grandes polos sojicultores do estado – programaram projetos de cultivo de soja em suas terras através de uma parceria com fazendeiros locais. Foram firmados 19 contratos envolvendo 41 aldeias para produzir soja em áreas que variam de 50 a 1.000 hectares dentro das terras indígenas.

Enquanto os indígenas entram com a terra e a mão de obra não especializada os fazendeiros e empresas agrícolas entram com insumos (sementes, agrotóxicos e adubos), financiamentos e máquinas. O resultado da comercialização é dividido igualmente entre as partes. De acordo com este relatório, um dos principais efeitos desta relação de parceria entre indígenas e sojicultores é a desestruturação das relações sociais

no interior das comunidades participantes, onde passa a existir uma diferenciação de classe entre “os poucos que se beneficiam muito e os muitos que se beneficiam pouco”. (REPÓRTER BRASIL, 2010)

Igualmente, enquanto que para as lideranças e partes das comunidades – geralmente os que mais se beneficiam – esses acordos se apresentam como oportunidades para que os indígenas realizem trocas “de igual para igual” com os brancos, na verdade essas trocas nem de longe são iguais. Isto porque o padrão de troca adotado é o modelo branco de desenvolvimento e a sua adoção implica igualmente na adoção do estilo branco de consumo e de vida. Foi notado que a chegada da energia elétrica nas aldeias – concomitante aos acordos com os fazendeiros – potencializou o consumo de eletrodomésticos, eletrônicos e motocicletas. Isto alterou, também, o padrão cultural, as relações de trocas simbólicas entre as diversas gerações, com a desvalorização dos espaços públicos e dos hábitos noturnos de sociabilidade, bem como o desprezo pela cultura dos mais velhos e das antigas lideranças. De certa forma, estas comunidades têm sido lentamente transformadas em pequenos agricultores integrados ao processo de produção capitalista da soja.

Por outro lado, se os sojicultores e demais agentes do agronegócio adotam táticas diversas na sua expansão sobre as terras indígenas, também entre as lideranças das diversas comunidades indígenas tem uma perspectiva diferenciada a respeito de suas relações com a sociedade branca. Assim, enquanto algumas lideranças e comunidades são cooptadas para o projeto de desenvolvimento da sojicultura, outras veem na luta pela posse das terras a questão central do conflito entre índios e sociedade branca. Segundo Gersen Baniwa, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (COIAB), os conflitos atuais são apenas a atualização do conflito que começou com a colonização do Brasil pelos portugueses:

Desde aquela data a grande missão da esquadra de Pedro Álvares Cabral, foi de tomar posse das terras indígenas. Eles não vieram aqui para civilizar ou para desenvolver os índios, mas para tomar as terras. Este foi o objetivo principal. E nesses quinhentos e cinco anos da chegada dos portugueses - o povo branco que veio da Europa – transformou a questão das terras indígenas numa grande confusão. Por isso é ilusão pensar que um dia os conflitos por terras vão deixar de existir. (BANIWA, 2005, p. 24)

Ele possui a clareza de que o projeto declarado e implementado pelos agricultores brancos com apoio do Estado “é nada mais que a posse das terras”. Essa

posse passa, tanto pela conquista dos territórios de forma violenta, como pelas formas de cooptação descritas acima.

Além disso, Baniwa aponta para outra questão central neste conflito entre brancos e sociedades indígenas: não é um conflito pela simples posse da terra, mas envolve também questões culturais de fundo. Para as sociedades indígenas de forma geral encaram a posse da terra como uma forma de sobrevivência, para dela tirar o sustento, o alimento. Por outro lado, “para os brancos, terra significa dinheiro e não comida. É por isso que embora o Brasil seja um País extenso e um dos maiores produtores de alimentos, possui milhões e milhões de pessoas passando fome e, sem casa pra morar”:

Não importa se tem um fazendeiro que tem milhões e milhões de quilômetros quadrados ou de hectares de terras e milhares e milhares de pessoas simples sem um pedaço de chão para esticar sua rede ou colocar sua cama para dormir. Isso não interessa, por que para os brancos, o que interessa é ganhar dinheiro. Os índios não, o que interessa é ter a terra para viver, caçar, pescar. Isso é importante saber, porque são coisas completamente contrárias, às vezes, a gente não se dá conta disto. Para o branco, terra é para dar dinheiro ao dono dela, para o índio não, terra é para dar condição de viver, e viver bem, esse é o objetivo das comunidades indígenas. (BANIWA, 2005, p. 25)

É por isso que a questão central não pode ser resumida ao fato de saber se algumas lideranças e comunidades indígenas recebem parcelas dos benefícios oriundos do plantio de soja em suas terras. Trata-se de saber que tipo de modelo de desenvolvimento está sendo colocado em movimento e o tipo correspondente de visão sobre o meio ambiente.

A divergência entre os modelos é patente, pois, não apenas nos resultados meramente econômicos, mas já na própria concepção que se tem de natureza e conseqüentemente na forma como ela deve ser apropriada pelas mãos humanas. No caso das sociedades indígenas e comunidades tradicionais, já foi demonstrado que, via de regra, os relacionamentos com o meio ambiente se pautam pela diversidade e sustentabilidade.

No caso dos assim chamados “produtores rurais”, ocorre exatamente o contrário. De fato, para estes, o que importa é ganhar dinheiro e por isso os ambientes naturais são, na melhor das hipóteses, vistos simplesmente como “recursos naturais”; ou, no caso do Cerrado, visto como apenas como uma plataforma, vasto espaço sobre o qual os monocultivos podem ser implantados. Diversos exemplos dessa maneira econômica de

encarar a natureza podem ser vistos nos relatos coletados por Maryanne Rizzo da Costa Galvão (2008). A partir de entrevistas realizadas com nove produtores rurais de Mato Grosso, ela coletou as representações sociais sobre a natureza na mentalidade dessas pessoas e concluiu que seus pontos de vista sobre a agricultura, o processo produtivo e a relação entre agricultura e natureza coincidiam, apesar de suas trajetórias e histórias de vida diferenciadas. (GALVÃO, 2008)

Os nove produtores entrevistados por Galvão são todos vindos de fora de Mato Grosso: Paraná (3), Rio Grande do Sul (4), Minas Gerais (1), interior de São Paulo (1), tendo migrado para o entre meados da década de 70 e meados da década de 80. Além do mais, todos eles são membros associados dos sindicatos rurais de suas cidades, da Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja) e possuem um papel atuante nas associações de classe. (GALVÃO, 2008, p. 43-44)

Na época em que ela realizava sua pesquisa, tramitava no Senado um projeto de lei do então senador Jonas Pinheiro (DEM-MT), que propunha a exclusão do Mato Grosso da Amazônia Legal (assim como Tocantins e Maranhão), criando ao mesmo tempo, “brechas para ampliar a derrubada da floresta amazônica e para regulamentar propriedades rurais, de produção de soja ou usadas na pecuária, com desmatamento acima dos 20% permitidos pela legislação”. Sob a alegação de que 60 % do estado não pertenceriam ao bioma Amazônia, Pinheiro pretendia que essa exclusão possibilitasse aos produtores rurais de Mato Grosso aumentar a área de plantio em suas propriedades, pois a reserva legal no Cerrado é bem menor que na Amazônia – contestando as informações do IBGE – devendo ser reconhecido como Cerrado. (GALVÃO, 2008, p. 55)

Nesse sentido, pode-se afirmar que tanto as ideias motrizes do projeto defendido por Pinheiro quanto às concepções ambientais da maior parte dos produtores de soja não são apenas distorcidas no todo, mas, também, fortemente preconceituosas em relação ao Cerrado. Nota-se o que Carlos Eduardo Mazzetto Silva (2009) classificou como viés depreciativo do ecossistema em si mesmo.

De fato, na mentalidade dos produtores rurais e nas narrativas sobre o processo de ocupação do Cerrado pela agroindústria, o bioma ora é apresentado como um vazio populacional – desconsiderando as populações indígenas e tradicionais -, ora é vítima do silêncio, e ainda em outras ocasiões é apresentado como um ambiente natural feio e pobre.

É interessante notar que os conceitos sobre o Cerrado que emergiram da pesquisa de Silva (2009), realizada em Minas Gerais e no Maranhão, se confundem com os conceitos sobre o Cerrado extraídos dos produtores rurais de Mato Grosso. Ele verificou que “no imaginário da sociedade brasileira predomina a imagem de uma vegetação rala, de árvores tortas, sem beleza, sem utilidade e sem valor intrínseco – seja social, econômico ou ecológico”. (SILVA, 2009, p. 15) Pensamento, aliás, que vai ao encontro das ideias defendidas pelos produtores rurais entrevistados por Galvão (2009). De acordo com ela, estes produtores, de maneira geral, não consideram o Cerrado um ecossistema importante e valioso de ser preservado, mas sim os lugares “bonitos e prazerosos” como o Pantanal mato-grossense. O Cerrado é considerado por eles como um lugar feio, com árvores tortas que não merece ser mantido ou preservado, mas que em contrapartida é apto para a agricultura:

Onde tem floresta a terra é boa (...), pois a terra esta nutrindo bem essa vegetação, mas hoje com a tecnologia o cerrado que era improdutivo, de terras imprestáveis é altamente produtivo inclusive gerando pânico no setor produtivo que quer abafar isso de toda maneira (Paulo. Apud. GALVÃO, 2009, p. 59)

E, também:

Eu falo muito em cerrado. O cerrado tem que ser aproveitado porque ele não da madeira, ele não tem nem casca. Tem as áreas de preservação, mas onde é para produzir é pra produzir. O Mato grosso tem áreas que deixam para pasto, para parque e tem áreas onde é para produzir. A região de Sapezal, o chapadão dos Parecis... Uma área de cerrado então vamos fazer produzir (Escariote. Apud. GALVÃO, 2009, p. 59)

Essa visão do ambiente natural, como uma antípoda à atividade agrícola, é compartilhada por um dos maiores produtores mundiais de soja, já citado aqui: “Sou tataraneto de agricultor. Vim aqui (Mato Grosso) por causa da agricultura não por causa da natureza” (Blairo Maggi. Apud. GALVÃO, 2009, p. 8) Os índios e ‘catadores de coquinho’ querem a terra, como disse Baniwa, para nela viver com suas famílias e tradições culturais. Já os brancos vieram para ganhar dinheiro e não por outro motivo. (BANIWA, 2005, p. 25)

Pode-se reafirmar agora o que foi dito páginas atrás na citação de Worster (2004, p. 6), que os pioneiros brancos ao se dirigirem para as grandes planícies do sul dos

Estados Unidos não tinham como objetivo viver naquele local. Além dos hábitos e instituições culturais, eles levavam, também, um desejo de ganhar dinheiro, de transformar a terra em capital. Esta era a sua motivação principal.

E o mesmo pode ser dito a respeito dos colonizadores sulistas que, a partir dos anos 1970-1980, se dirigiram para os grandes “espaços vazios” do Cerrado mato-grossense: não vieram para “catar coquinho” nem para apreciar um ambiente natural que eles consideravam feio, desabitado e pobre. Desde o princípio foram movidos por sua sede de capital e viram nessas novas terras uma oportunidade para acumulação. Porém, essa visão utilitária sobre o Cerrado não se esgotava e nem se esgota nos aspectos salientados acima. De acordo com Sérgio Sauer (2008), a história dos embates entre os setores patronais agentes da modernização conservadora e aqueles que são excluídos desta modernização se desdobra nos combates pela construção, apropriação e uso de noções e conceitos.

Em seu trabalho *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*, ele mostra que nas disputas no campo dos conceitos – disputas que se articulam com os outros aspectos da luta pela terra – formou-se, de um lado, o conceito de *agronegócio* relacionado com a modernização e que passou a ser usado para indicar eficiência, ganhos em produção e produtividade e inserção competitiva no mercado mundial globalizado. (SAUER, 2008, p. 16-21)

Ao mesmo tempo e em contrapartida formou-se também o conceito de *agricultura familiar*, em substituição ao conceito de *agricultura de subsistência*, da mesma forma que o conceito de *agronegócio* veio a substituir o de *latifúndio*. Tratou-se, portanto, de uma batalha no campo simbólico e que uma vez vencida, vinculou quase que automaticamente os agentes da modernização conservadora a uma imagem social positiva. (SAUER, 2008, p. 20-23)

Ao contrário do período anterior até os anos 1990, quando este mesmo setor socialmente relacionado com o atraso, com as mortes de trabalhadores rurais e com a preservação das antigas estruturas políticas e econômicas da época colonial, passaram a ser vistos como agentes da modernidade, da produção racional, do uso de tecnologias modernas na criação de riquezas e até mesmo de promotores de um desenvolvimento ambientalmente sustentável.

O uso do conceito de agronegócio para nomear este setor cumpre, portanto, o papel de escamotear as chamadas “externalidades” sociais e ambientais, isto é, os efeitos desta modernização sobre o meio ambiente, a sociedade e os seres humanos:

concentração de terras, poder político e econômico, devastação ambiental, poluição e reforço nos esquemas mundiais de dominação sobre os territórios.

Nesse processo de apropriação, o uso corrente do termo 'agronegócio' no Brasil, expressa – ou deseja expressar – as atividades agropecuárias que utilizam técnicas de produção intensiva (mecanização e química) e de escala, o que gera aumento da produção e da produtividade. Desde o início, o seu uso deu-se em contraposição tanto à lógica latifundista, grandes extensões de terras utilizadas apenas como reserva de valor, como à da produção de subsistência, atividades agropecuárias de menor escala e com menos capital investido, ou seja, produtores 'menos eficientes' e não plenamente, ou competitivamente, integrados ao mercado (SAUER, 2008, p. 16-17)

Por outro lado, o uso inconsciente da lógica implícita neste conceito faz com que todo o desenvolvimento posterior de setor seja percebido como algo ao mesmo tempo positivo e natural. Assim, a incorporação cada vez maior de vastas áreas remanescentes de Cerrado e florestas, a devastação destas áreas e a expulsão das comunidades indígenas e tradicionais que as ocupavam, assim como todos os efeitos danosos sobre o ambiente natural passam a ser vistos como uma parte indesejável do progresso social e econômico.

Note-se que, atualmente, os representantes dos grandes complexos agroindustriais, tais como Blairo Maggi e Otaviano Pivetta citados anteriormente, são socialmente identificados como agentes do desenvolvimento, do progresso e da modernização.

No início deste processo, por volta dos anos 1970-1980, o agente legítimo do progresso era identificado com o pequeno e/ou médio agricultor sulista que possuía algo em torno de 500 hectares. O que tem se verificado desde então é um procedimento de seleção social destes agentes na mesma medida em que o modelo de desenvolvimento se desenvolve.

Quanto mais cresce o nível ótimo de capitalização e concentração de terras, tanto mais o agente socialmente identificado com o modelo passa a ser o que mais se aproxima do complexo agroindustrial e se distancia do pequeno, médio e até mesmo grande produtor. Isto demonstra mais uma vez que a imposição social da lógica de mercado e da tecnologia não é possível sem que todo um modelo cultural de se ver a natureza e se entender o próprio processo de desenvolvimento seja adotado por amplas categorias sociais, tanto aquelas que se beneficiam direta ou indiretamente do modelo quanto aquelas que são prejudicadas por ele.

Este parece ser o caso de algumas comunidades indígenas que são cooptadas para o plantio de soja em suas terras, para o qual oferecem também seu trabalho barato. Isto não ocorre senão depois que essas comunidades, ou pelo menos suas lideranças principais, já foram cooptadas para o modo de vida das sociedades do entorno e para o modelo de desenvolvimento e de consumo que estas adotam.

O trabalho de Sauer (2008) chama atenção também para o fato dessa cooptação para a lógica do modelo capitalista passar pela adoção do conceito de agricultura familiar para designar-se socialmente os setores que se colocariam no outro extremo do agronegócio. De acordo com ele, no mesmo período em que os latifundiários lutavam para estabelecer o novo conceito de agronegócio, houve um esforço prático e teórico no âmbito do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais para consolidar o conceito de agricultura familiar.⁶⁷

Com o uso da expressão “agricultura familiar” visava-se romper com as noções de “pequena produção” ou “produção de subsistência” e “produção camponesa”, porque estas carregariam pré-noções de “ineficiência”, “baixa produtividade” e não inserção no mercado. Portanto, o conceito de agricultura familiar teria surgido no mesmo contexto de afirmação do conceito de agronegócio. Ambos para ressignificar o processo de modernização da agricultura. A adoção do termo “agricultura familiar” seria, portanto, uma forma indireta de se assumir parte do discurso do agronegócio, pois também aqui o que se rejeita com o novo conceito são as práticas identificadas com o “atraso”, a “baixa produção” e a falta de “desenvolvimento”:

O objetivo foi o de construir uma representação, para o segmento social, capaz de distanciá-lo da visão de atraso e ineficiência até mesmo de ‘aversão’ ao mercado, haja vista a produção apenas de subsistência, atribuições e representações associadas ao ‘campesinato’ ou ao ‘pequeno produtor’. (SAUER, 2008, p. 25)

Nesse sentido, seria correto afirmar que parte da estratégia dos grandes grupos econômicos e governos interessados na consolidação e expansão deste modelo de desenvolvimento se concentra em angariar o apoio de amplas camadas da população, tornando seu discurso majoritário na medida em que mesmo os setores prejudicados assumam como seus os conceitos de desenvolvimento implícitos no modelo proposto.

⁶⁷ Aqui Sauer se refere ao movimento coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e ao seu 6º Congresso, realizado em 1995, onde o conceito de “agricultura familiar” teria sido definitivamente incluído na pauta de lutas da entidade. (SAUER, 2008, p. 21)

Segundo Andréa Zhouri, Klemens Laschefski e Doralice Barros Pereira (2005), a retomada das obras e projetos de infraestrutura que recortam a Amazônia, a transposição do rio São Francisco e as que dão suporte ao agronegócio “lembram a tão criticada política de ‘integração nacional’ do período militar, voltada para o crescimento econômico do mercado interno”. O diferencial, de acordo com eles, seria a busca de um crescimento de mercado interno e da “integração nacional” ao mercado globalizado por intermédio das exportações, e a tentativa de se ‘evitar os erros do passado’ com um planejamento que envolve a sociedade no processo. Isso resultaria no “desenvolvimento sustentável”. Essa noção de sustentabilidade, no entanto, se revela apenas como uma nova retórica do desenvolvimentismo, pois nela “prevalece a crença de que os conflitos entre os diferentes segmentos da sociedade possam ser resolvidos por meio da ‘gestão’ do diálogo entre os atores, com a finalidade de se alcançar um ‘consenso’”. (ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA, 2005, p. 11-12)

Estado e corporações defensores desta estratégia de desenvolvimento procuram envolver a sociedade, mas partem do pressuposto de que os efeitos do desenvolvimento sobre o ambiente e os grupos sociais prejudicados podem ser resolvidos pela utilização de tecnologias e planejamento racional. Disto discordam estes autores.

Essa discordância é baseada nos estudos por eles empreendidos e a estes podem ser acrescentados os diversos exemplos enumerados ao longo desta tese. Ao analisarmos os efeitos do modelo de ocupação e desenvolvimento agroindustrial sobre os ambientes do Cerrado percebe-se que a “sustentabilidade” é apenas retórica. Este conceito não é aplicável, pois não há como compatibilizar os interesses do modelo de desenvolvimento em curso, que privilegia a acumulação e reprodução da riqueza abstrata com a manutenção das dinâmicas naturais do ambiente e das populações indígenas e tradicionais que o habitam.

Nesse sentido, o que deve ter ficado claro ao longo da narrativa sobre os mais diversos ambientes do Cerrado e sobre a diversidade de populações e sistemas agroecológicos que ele comporta é que cada um dos seus espaços tem sido visto e apreendido de forma diferenciada e por isso mesmo apropriado segundo o que determina essa concepção. Por isso mesmo o conflito ambiental é central no que tange aos modelos de ocupação e de desenvolvimento adotado por cada um dos grupos que vem ocupando a região desde que ela começou a ser habitada por seres humanos há milhares de anos. Trata-se, portanto, de uma definição sobre o tipo de ambiente

tecnológico, cultural e social que é criado para interagir com o ambiente natural.

E neste sentido, o conflito reside exatamente na definição sobre a posse, o acesso e o controle sobre o ambiente natural em um contexto histórico onde várias opções são oferecidas por cada um dos grupos que ali habitam ou nele desejam habitar. Assim como em outros locais, os conflitos ambientais no Cerrado decorrem desta necessidade de se definir o que é o ambiente natural, como ele pode ser utilizado e quem são os agentes legítimos dessa ocupação.

Também aqui vale aquela lei da física segundo a qual dois corpos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço ao mesmo tempo. Assim, está claro que o conflito ambiental é um conflito para a definição de um determinado modelo de ocupação, de desenvolvimento que irá ocupar o Cerrado e usá-lo como meio para se atingir um fim.

Conforme foi demonstrado ao longo desta tese, as ocupações decorrentes da colonização agroindustrial têm imposto aos ambientes naturais do Cerrado uma cronologia de destruição e/ou perda da sua diversidade biológica, social e cultural através da implantação das monoculturas de grãos, carnes e fibras. Cada hectare ocupado para a geração das divisas (riquezas abstratas), expulsa a população local de suas terras ancestrais, inviabiliza a pesca e a convivência sustentável com os rios e as águas, elimina a caça, a coleta e a agricultura indígena, degrada a biodiversidade vegetal e animal, envenena e desertifica o solo, além de impor às populações sobreviventes a constante perda de seus referenciais de cultura. É preciso, pois, que se questione não apenas a forma como a *riqueza* é produzida e distribuída. Não basta que a crítica ao modelo de desenvolvimento em curso se interrogue sobre a participação de cada grupo social na obtenção da riqueza produzida e no acesso às fontes de *recursos naturais*.

É imperioso interrogar o próprio modelo de desenvolvimento adotado, a maneira como toda a sociedade tem sido levada a se relacionar com os ambientes naturais. Isso significa, entre outras coisas, que o questionamento passa pela denúncia da injusta concentração de riquezas, mas, também, pelo questionamento sobre o próprio conceito de riqueza.

O conflito é, pois, inerente ao choque de modelos distintos de ocupação sobre um mesmo ambiente natural. Em suma: o meio ambiente social, tecnológico e cultural criado pelo capitalismo é intrinsecamente incompatível com o meio ambiente natural, pois o enxerga apenas como *recurso natural* e o reduz a um meio de acumulação e reprodução da riqueza abstrata que é o dinheiro. É por isso que o conceito de

“sustentabilidade” não pode andar junto com o conceito de “capitalismo” e se mostra apenas como retórica, já que estabelece para o meio ambiente natural um conjunto de políticas compensatórias e mitigatórias de forma análoga ao que é realizado na relação com os grupos sociais marginalizados e ou prejudicados pelo mesmo modelo.

A retórica da sustentabilidade significa, por isso mesmo, a conciliação no nível do argumento científico e cultural. É parte integrante da ideologia deste modelo de desenvolvimento – ou de desenvolvimentismo. Esta retórica é historicamente situada por estes autores no âmbito da despolitização do debate ambiental dos anos 1990. (ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA, 2005, p. 15-18)

No contexto de predominância mundial do neoliberalismo, de decadência do socialismo real e da globalização dos mercados, a crítica transformadora da ecologia política foi paulatinamente substituída por um “ambientalismo de resultados”, focado nessas políticas ambientais mitigadoras e compensatórias, e partidário da ideia de que o próprio mercado poderia regular as questões ambientais. No entanto, como asseveram Zhouri, Laschefski e Pereira (2005), o que a ecologia política denuncia é algo mais do que a simples expropriação da mais-valia, algo mais profundo que a alienação econômica; mas a alienação entre a sociedade industrial e o a natureza, entre o sujeito e o mundo. A alienação ambiental é, pois, mais abrangente, profunda e complexa que a alienação econômica, já que atravessa as relações de toda a sociedade com a natureza, a forma como toda a humanidade se posiciona em relação ao ambiente natural. O modelo atual de desenvolvimento econômico e social situa-se no contexto desta alienação ambiental. É por isso que dentro de tal modelo de desenvolvimento seja majoritária a ideia de considerar a natureza como uma realidade externa à sociedade e às relações sociais. A natureza, conforme explicam os autores, é convertida em uma simples variável a ser manejada, administrada e gerida de modo a não impedir o desenvolvimento. “Os problemas sociais e ambientais, tratados como ‘interesses’ personalizados, tornam-se, nessa ótica, passíveis de negociação entre atores”. (ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA, 2005, p. 15)

A retórica da sustentabilidade é usada não somente para atrair as populações locais atingidas pelos grandes projetos de desenvolvimento, mas para garantir a legitimidade social para a execução dos mesmos. Nesse sentido é que se situa o chamado “ambientalismo de resultados”, cuja ação, a despeito da retórica de preservação, resulta no enquadramento dos ambientes naturais e dos grupos a eles

ligados aos objetivos do modelo de desenvolvimento preconizado pelo Estado e pelos grandes grupos e corporações transnacionais.

Invariavelmente o resultado prático dessas negociações, em torno da execução das grandes obras de infraestrutura e de desenvolvimento, é a garantia do direito dessas corporações, grupos e complexos de manipularem o ambiente natural e humano com o único fito de criar e acumular a riqueza abstrata: o dinheiro é criado no processo de destruição do ambiente natural e humano.

A verdadeira justiça ambiental deveria “ultrapassar as tentativas de valoração monetária da natureza, mesmo na forma de medidas mitigadoras ou compensatórias” e os conflitos deveriam ser resolvidos com base no respeito à diversidade cultural, na democratização do acesso aos recursos e na distribuição dos riscos da produção industrial, já que “as vítimas das injustiças ambientais não só são verdadeiramente excluídas do chamado desenvolvimento, mas assumem todo o ônus dele resultante”. (ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA, 2005, p. 18)

E por isso talvez o combate verdadeiramente consistente à falácia representada por esse conceito de sustentabilidade de mercado tenha que ser realizado no âmbito de uma luta maior que a das causas ambientais. O questionamento ao modelo de desenvolvimento do capitalismo só é genuíno se constituir-se em um questionamento aos fundamentos do capital. A ideia de que seria possível compatibilizar uma modalidade de desenvolvimento econômico capitalista indefinido com a diminuição contínua das desigualdades sociais e a preservação dos “recursos” e equilíbrios naturais ganhou relevância mundial no bojo do Relatório Brundtland.⁶⁸

No entanto, consoante com toda a argumentação apresentada por Zhouri, Laschefski e Pereira, Eder Jurandir Carneiro (2005) reafirma a impossibilidade desta premissa e, portanto, do conceito de “desenvolvimento sustentável” ao demonstrar que é o próprio funcionamento de um sistema de produção de mercadorias, estruturalmente orientado pela busca da maior rentabilidade na acumulação da riqueza abstrata que conduz à degradação das condições naturais da qual ele depende visceralmente. (CARNEIRO, 2005, p. 29)

⁶⁸ Na década de 1980, a ONU retomou o debate das questões ambientais e indicou a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland para chefiar a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que estudaria o assunto. O documento final desses estudos chamou-se “Nosso Futuro Comum” ou “Relatório Brundtland”. Apresentado em 1987, propõe o desenvolvimento sustentável, que é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”. Conferir: Disponível em: <<http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/node/91>>.

A alienação ambiental entre a sociedade industrial e o a natureza, entre o sujeito e o mundo, essa ideia de que as sociedades modernas e os seres humanos existem independentemente da natureza só é possível como decorrente de uma relação análoga ao divórcio entre o trabalhador e o seu meio de produção da qual se origina a alienação econômica e social.

Com efeito, para que exista a alienação ambiental, a relação entre a sociedade e a natureza tem necessariamente que ser realizada desde um ponto de vista estritamente econômico que considere todos os processos naturais apenas como “recursos” desprovidos de valor intrínseco. Isto explica porque as diversas formas de extrativismo e/ou as atividades, onde é intensa a presença de recursos naturais e trabalho braçal, são economicamente desvalorizadas em presença dos recursos tecnológicos e do trabalho intelectualizado. A única maneira de gerar um valor excedente é se a natureza for tomada como um recurso morto, apenas como um meio ao qual o trabalho é aplicado no processo de geração do que se considera riqueza. Assim, o sistema mundial de produção de mercadorias não pode incorporar como custo de produção o trabalho realizado pela natureza na produção dos “recursos naturais” e nem o custo das eventuais reparações aos danos provocados pelo seu sistema de produção no conjunto da natureza.

Portanto, visto no âmbito do sistema-mundo, os países e regiões onde é alta a incidência de *recursos naturais* perdem nos dois sentidos da riqueza: perdem primeiramente porque seus ambientes são tomados como *recursos naturais* e como tais são valorizados de forma depreciativa diante dos recursos tecnológicos das regiões que apresentam um maior *desenvolvimento do ambiente tecnológico e social*; e perdem porque o sistema mundial de produção de mercadorias não pode incorporar como custo, ou seja, não tem a responsabilidade sobre a degradação dos ambientes de onde retira seus *recursos naturais*.

Notem-se como as sociedades que alcançaram alto grau de desenvolvimento tecnológico e conhecimento científico (tanto no nível das organizações sociais quanto no dos indivíduos que as compõem) jugam que são completamente independentes do ambiente natural e ao mesmo tempo (e exatamente por isso) superiores em grau de desenvolvimento econômico, político, social e cultural que aquelas sociedades que mantêm relações com os ambientes naturais não mediadas ou parcamente mediadas pelos ambientes tecnológicos.

O *civilizado* se julga *superior* em todos os sentidos ao *selvagem* exatamente por julgar-se independente e controlador da natureza enquanto que o *selvagem* é julgado

como dependente dos fluxos e processos naturais. Assim, a própria patologia da qual padecem (alienação ambiental) é considerada como um valor positivo e ao mesmo tempo um diferencial positivo em relação aos que estão integrados social e individualmente aos seus ambientes naturais.

No que agem e pensam como parasitas, como a própria doença, já que seus sistemas produtivos inconscientemente destroem o ambiente natural onde habitam e de onde retiram seus meios de vida ou então a consciência dessa destruição é racionalizada positivamente, ou seja, acrescentada ao processo destrutivo como um valor positivo agregado que retroalimenta e potencializa a destruição.

É por isso que a questão da sustentabilidade do sistema não pode ser pensada apenas em termos de financiamento econômico. Não se trata, pois, de fazer com que os países e regiões paguem mais e melhor pelos recursos naturais oriundos das regiões e países intenos em *recursos naturais*, ou ainda que sejam economicamente responsabilizados pela degradação ambiental nesses locais.

A questão central aqui é a de saber se é possível a manutenção indefinida de um sistema-mundial de produção de mercadorias que funciona numa velocidade e amplitude muito maior que a capacidade de reprodução física dos ambientes naturais de onde retira seus recursos.

Em síntese: o questionamento de fundo ao conceito de desenvolvimento sustentável deve começar por se perguntar “o que” se desenvolve. O que se desenvolve não é outra coisa senão o capitalismo. Um sistema orientado automaticamente para a acumulação de riqueza abstrata, quantificada pela moeda mediante a produção de mercadorias. Conforme pondera Carneiro, a institucionalização desta lógica leva à subordinação de todos os homens, de todas as classes ao “fantasmagórico mundo da mercadoria”. E neste mundo, a “lógica da concorrência pela obtenção da maior rentabilidade no jogo da acumulação privada de riqueza abstrata, as propriedades sensíveis das coisas naturais só interessam na medida em que podem ser convertidas em coisas monetárias”. (CARNEIRO, 2005, p. 33)

No que o sistema-mundial de produção de mercadorias se assemelha a um câncer: apenas cresce indefinidamente e sem outro objetivo, senão o de continuar crescendo, ainda que seu crescimento tenha como contrapartida a morte do organismo vivo que onde habita.

Para criação do dinheiro, da riqueza abstrata, é necessário dar morte a toda natureza, já que todas as espécies vegetais e animais – além da própria espécie humana

– devam ser encarados apenas como um recurso ou como um impedimento ao livre desenvolvimento do sistema.

Numa palavra, a subordinação da vida social aos imperativos sistêmicos da produção ilimitada de um volume sempre crescente de mercadorias supõe necessariamente um suprimento infinito de ‘recursos naturais’ e uma capacidade infinita de reposição natural das condições, equilíbrios e processos naturais ameaçados por essa produção. (CARNEIRO, 2005, p. 34)

A degradação ambiental e a pobreza material das populações não devem, portanto, ser encaradas como *externalidades* deste modelo de desenvolvimento, já que tal conceito poderia levar à ideia de que o próprio modelo poderia contemplar a mitigação e/ou compensação por essas *externalidades*. Não são dados incidentais com os quais se possa trabalhar, que possam ser minimizados por uma gestão mais eficiente; a riqueza abstrata do dinheiro representa a riqueza real (energia, processos, equilíbrios e condições naturais e sociais) exatamente porque para sua criação foi necessário destruir tudo aquilo que ela representa.

Dai que quanto maior é a riqueza abstrata construída pelo sistema, tanto maior é a quantidade de pobreza material (natural e social) que ele gera. A noção de desenvolvimento sustentável esconde, portanto, que aquilo que se desenvolve é o capitalismo, o sistema mundial de produção de mercadorias que, como visto, não possui sustentabilidade intrínseca.

Além disso, conforme observa Carneiro (2005), a dinâmica da distribuição espacial da degradação ambiental é também presidida pela lógica da acumulação da riqueza abstrata, de forma que também os riscos e efeitos da degradação dos ambientes naturais sejam desigualmente distribuídos pelas regiões e populações do mundo.

Nesse sentido são bastante ilustrativos os argumentos de Lawrence Summers, economista do Banco Mundial, citados por Foladori (2001, p. 122), a favor da localização das atividades que causam maiores impactos ambientais nos países pobres. Segundo o senhor Summers, sendo os salários mais baixos nesses países, menores também serão os custos de dias pagos e não trabalhados por motivo de adoecimento dos trabalhadores em razão da deterioração ambiental provocada pela atividade da empresa. Além disso, Summers considera que uma mesma cota de poluição tem maiores possibilidades de ser aceita em uma região já poluída e com uma população mais pobre e com expectativa menor de vida que nos países centrais. (CARNEIRO, 2005, p. 37)

É exatamente por funcionar mundialmente de acordo com essa lógica proposta ou constatada por Summers, que os chamados complexos agroindustriais descarregam todo o ônus econômico e ambiental de seu funcionamento sobre as populações e ambientes de onde retiram seus recursos e para onde enviam seus insumos.

Os grandes complexos agroindustriais que hoje dominam boa parte das áreas de Cerrado têm suas matrizes nos países e regiões centrais que são também mais industrializados e desenvolvidos,⁶⁹ que impõem aos países e regiões agrícolas e/ou intensas de recursos naturais um determinado modelo de desenvolvimento. A lógica deste modelo obriga que tais regiões e países aceitem produzir um tipo específico de produto, uma maneira previamente estabelecida e também o setor social que será considerado o agente legítimo dessa produção. Assim, é que países como o Brasil e, dentro dele, regiões como Mato Grosso são configurados como meros exportadores de produtos agrícolas e minerais *in natura* que, para serem produzidos necessitam incorporar os recursos tecnológicos, máquinas e insumos oriundos dos países e regiões centrais. Nesse sentido, fica claro que o conceito de desenvolvimento sustentável adotado por governos e agentes do desenvolvimento capitalista se constitui como uma estratégia para sustentar o modelo de desenvolvimento que o capitalismo propõe e não para permitir o florescimento e a manutenção de uma vida natural e social infinitamente variada e verdadeiramente sustentável. (ESTEVA, 2000, p. 72).

Conforme Gustavo Esteva pondera, como uma construção conceitual, a economia luta para submeter a seu controle e subordinar a sua lógica todas as outras formas de interação social em todas as sociedades que invade e por isso sua história tem sido uma história de conquista e dominação contra as quais se articulam as mais variadas formas de resistências: econômicas, políticas, sociais e culturais. Isto porque “o estabelecimento dos valores econômicos exige a desvalorização de todas as outras formas de vida social”. (ESTEVA, 2000, p. 74)

Desde um ponto de vista ambiental, essa dominância se expressa como polo consumidor dos recursos naturais planetários, enquanto que os ambientes naturais periféricos são considerados meramente como fornecedores de matérias primas, alimentos e fibras. Mesmo o consumo de tecnologias e capitais por parte dessas periferias ambientais e econômicas só é viabilizado na medida em que essas tecnologias

⁶⁹ Desnecessário repetir que aqui me refiro ao conceito de desenvolvimento capitalista de produção de mercadorias.

e esses capitais são importantes para a manutenção e ampliação desse modo específico de produzir os ambientes e a história.

A maneira como essa economia-mundo-ambiental se apresenta aos olhos do historiador ambiental é apenas a manifestação, no presente histórico, do desenvolvimento histórico, da história daquelas relações iniciais e entre as forças e processos que culminaram na divisão social do trabalho/propriedade entre trabalho braçal e trabalho intelectual.

Essa contradição original foi resolvida em benefício do trabalho intelectual e em prejuízo do trabalho braçal porque o trabalho intelectual nada mais é que trabalho braçal acumulado no espaço e no tempo. Note-se que o trabalho intelectual está sempre associado e depende de algum tipo de intervenção tecnológica, ou seja, a própria tecnologia nada mais é que a expressão material do acúmulo tanto do trabalho braçal quanto do trabalho intelectual.

E desde que o trabalho/propriedade é socialmente dividido tendo como premissa básica a sua necessidade intrínseca de acumulação e que essa acumulação se transforma em capital, a divisão original condicionou um desenvolvimento que tem sido até aqui um processo contínuo e ininterrupto de acumulação de capital. Essa acumulação de capital, por sua vez, guarda certa analogia com a estupidez porque vislumbrada no âmbito do sistema-mundo-ambiental significa tão somente a acumulação desigual ou um sistema de fluxos contraditórios e desiguais.

Através dos quais a riqueza, o capital, a tecnologia, o desenvolvimento, o trabalho intelectual são acumulados em um polo, em uma pequena região e colocados à disposição de uma pequena parcela da população mundial, quando para que essa mesma acumulação possa tornar-se possível é necessário em contrapartida e ao mesmo tempo acumular o seu oposto por grandes regiões onde habitam e vivem a maioria absoluta e quase total da população planetária.

Como se não fosse pouca a estupidez, a lógica do desenvolvimento incessante e ilimitado com a acumulação de riqueza e distribuição de pobreza é o que estabelece limites precisos a qualquer desenvolvimento posterior. Seja porque a riqueza, capital e tecnologia acumulados em um polo tão estreito são imensamente superiores a capacidade de consumo e, por isso, devam ser em quase sua totalidade permanecer em desuso ou ser transformada em lixo, seja porque a ampla distribuição de pobreza e baixo nível de intercâmbio com a natureza provoca um nível sub-humano de vida para as

populações mundiais, limitando, assim, o próprio desenvolvimento do conjunto, e esse sistema-mundo-ambiental se encontra à beira do colapso final.

Creio ter sido demonstrado na análise dos diversos aspectos da conquista do Cerrado pela agroindústria, que o modelo de desenvolvimento capitalista aplicado aos ambientes naturais tem sido o responsável pela destruição da natureza e comprometimento das possibilidades de reprodução social dos grupos humanos que o habitam.

A despeito da retórica do desenvolvimentismo e/ou do desenvolvimento sustentável, o que se verifica é que ano a ano uma área maior do ambiente natural do Cerrado vem sendo conquistada pela agroindústria, seja no plantio de soja, algodão, cana de açúcar, milho e outras *commodities* sob o regime da grande propriedade monocultora e exportadora, seja na produção de proteínas animais – gado, suínos e frango. Essa produção serve notadamente à produção de riquezas abstratas, mas o crescimento destas é também o crescimento acelerado da destruição dos ambientes naturais e sociais, da degradação da natureza e da própria humanidade, uma vez que a despeito da alienação ambiental a humanidade como espécie viva só pode garantir a continuidade de sua sobrevivência na manutenção e continuidade dos processos, equilíbrios e bens naturais.

Nem a miséria social que se alastra como fogo na floresta e nem a devastação de todos os ambientes naturais (lembrando que o Cerrado já perdeu mais de 50% de seus ambientes naturais desde o início deste novo processo de colonização) parecem ser suficientes para deter essa lógica genocida. Por isso, convém fechar esta tese com um alerta que tem sido solenemente ignorado por gerações: “Só quando a última árvore for derrubada, o último peixe for morto e o último rio for poluído é que o homem perceberá que não pode comer dinheiro”⁷⁰.

⁷⁰ Provérbio indígena. Disponível em: <<http://mais.uol.com.br/view/dyokmntpe46w/cancao-da-terra-04020E983466D8914326?types=A&>>.

REFERÊNCIAS E FONTES

FONTES

BRASIL. Circular n. 259 do Banco Central do Brasil.

_____. Decreto Lei 227 de 28 de fevereiro de 1967.

_____. Decreto Lei 1.179 de 6 de julho de 1971.

_____. Decreto Lei 1.859 de 17 de fevereiro de 1981.

_____. Decreto lei 60.079 de 16 de janeiro de 1967.

_____. Decreto lei 1.376 de 12 de dezembro de 1974.

_____. Decreto Lei 2.375 de 24 de novembro de 1987.

_____. Decreto Lei 5.173 de 27 de outubro de 1966.

_____. Decreto Lei 75.320 de 29 de janeiro de 1975.

_____. *Estatuto da Terra* (Lei 4504 de 30 de novembro de 1964).

_____. *I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1972-1974*. Brasília, 1971.

_____. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)*. São Paulo, 1975.

_____. *II PBDCT – Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*. São Paulo: Sugestões Literárias, 1976.

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Colonização oficial e particular*. Texto de Hélio Palma de Arruda. Brasília, 1978.

CAMARGO, Ernani Adriano de Almeida. *Legislação agrária de Mato Grosso*. Cuiabá: Acadêmica, 1978.

CASTRO, Sueli Pereira et alii. *Avaliação dos projetos de colonização do INCRA em Mato Grosso*. Cuiabá, 1987. Relatório de Pesquisa.

IBGE. *Tipos e aspectos do Brasil*, 1942.

_____. *Sinopse estatística – Mato Grosso*, 1971.

_____. *Censo demográfico*, 1980.

_____. *Censo demográfico*, 2000.

_____. *Enciclopédia dos municípios brasileiros: grande região Centro Oeste*. Rio de Janeiro, 1957. v. 2.

_____. *Estudos sociodemográficos e análises espaciais referentes aos municípios com a existência de comunidades remanescentes de quilombos*. Rio de Janeiro, 2007. Relatório Técnico Preliminar.

MATO GROSSO/AGRISAC - Acordo de Classificação no Estado de Mato Grosso. *Boletim do Acordo de Classificação no Estado de Mato Grosso*, ano 1, n. 1, 1971/1972.

MATO GROSSO/AGRISAC – Acordo de Classificação no Estado de Mato Grosso. *Boletim do Acordo de Classificação no Estado de Mato Grosso*, ano 5, n. 5, 1972/1973.

MATO GROSSO/AGRISAC – Acordo de Classificação no Estado de Mato Grosso. *Boletim do Acordo de Classificação no Estado de Mato Grosso*, ano 5, n. 5, 1972/1973.

MATO GROSSO/AGRISAC – Acordo de Classificação no Estado de Mato Grosso. *Boletim do Acordo de Classificação no Estado de Mato Grosso*, ano 5, n. 5, 1972/1973.

MATO GROSSO/CEPA – Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Estado de Mato Grosso. *Estrutura Fundiária do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, 1979. Relatório. v. 1.

MATO GROSSO/EMPA – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Mato Grosso. *Diagnóstico e prioridades para a agropecuária do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, 1987.

MATO GROSSO/Fundação de Pesquisas Cândido Rondon. *Sinopse Estatística de Mato Grosso*, 1981.

MATO GROSSO/SEPLAN. *Zoneamento sócio-econômico-ecológico: diagnóstico sócio-econômico-ecológico do Estado de Mato Grosso*, 2000.

_____. *Projeto de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso – PRODEAGRO. Zoneamento Socioeconômico-ecológico: Diagnóstico Socioeconômico-ecológico do Estado de Mato Grosso e Assistência Técnica na Formulação da 2ª Aproximação: Principais Atividades Econômicas por Setor e Processo Histórico de Ocupação – Parte I*. Cuiabá, 2001.

_____. *Projeto de desenvolvimento agroambiental do estado de Mato Grosso: zoneamento socioeconômico-ecológico: diagnóstico socioeconômico-ecológico do estado de Mato Grosso e assistência técnica na formulação da 2ª aproximação*. Cuiabá, 2002.

_____. *Diagnóstico Econômico: agropecuário e recursos naturais*, 1973. v. 2.

_____. *Diagnóstico Econômico: demografia*, 1973. v. 3 A.

_____. *Diagnóstico Econômico: colonização*, 1973. v. 3 B

_____. *Um plano de governo e sua execução*, 1973.

_____. *O impacto dos programas federais em Mato Grosso*, 1973.

MATO GROSSO. *Anuário Estatístico de Mato Grosso*, 1968.

_____. *Anuário Estatístico de Mato Grosso*, 1969.

_____. *Anuário Estatístico de Mato Grosso*, 1970.

_____. *Anuário Estatístico de Mato Grosso*, 1971.

_____. *Anuário Estatístico de Mato Grosso*, 1972.

_____. *Anuário Estatístico de Mato Grosso*, 1974.

_____. *Anuário Estatístico de Mato Grosso*, 1975.

_____. *Anuário Estatístico de Mato Grosso*, 1976.

_____. *Anuário Estatístico de Mato Grosso*, 1977.

_____. *Anuário Estatístico de Mato Grosso*, 1978.

_____. *Anuário Estatístico de Mato Grosso*, 1979.

_____. *Anuário Estatístico de Mato Grosso*, 1980.

_____. *Anuário Estatístico de Mato Grosso*, 1984.

_____. *Anuário Estatístico de Mato Grosso*, 1985.

_____. *Anuário Estatístico de Mato Grosso*, 1986.

_____. *Anuário Estatístico de Mato Grosso*, 1987.

_____. *Anuário Estatístico de Mato Grosso*, 1988.

_____. *Anuário Estatístico de Mato Grosso*, 1989.

_____. *Anuário Estatístico de Mato Grosso*, 1990.

_____. *Anuário Estatístico de Mato Grosso*, 2000.

SÃO PAULO. Instituto Campineiro Agrícola. *Principais culturas*. São Paulo, 1973. 2 v.

REFERÊNCIAS

AB’SABER, Aziz. Províncias geomorfológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil. *Geomorfologia*, São Paulo: IG/USP, n. 20, p. 1-26, 1970.

ABREU, Silvana. *Planejamento governamental: a SUDECO no “espaço mato-grossense”. Contexto, propósitos e contradições*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo.

AGUIAR, José Otávio. Recursos naturais, história e cultura: o estado da arte em ‘Environmental History’. In: BARBOSA, Erivaldo Moreira; BATISTA, Rogaciano Cirilo; BARBOSA, Maria de Fátima Nóbrega (Org.). *Gestão dos recursos naturais: uma visão multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2012, p. 1-17.

ALMEIDA, Maria Auxiliadora de. ‘Cibaé Modojobado’: a rosa Bororo e a ‘pacificação’ dos Bororo Coroados (1845-1887). Cuiabá, 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Mato Grosso.

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. Porto: Afrontamento, 1982.

ARAÚJO NETO, Mario Diniz de; LEITE, Cristina Maria Costa. Desenvolvimento sócio-econômico no contexto da região centro-oeste. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Teresa Cristina Souza (Org.). *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005, p. 206-215.

ARRUDA, Hélio Palma de. A racionalização da exploração dos seringais em Mato Grosso. In: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA: o problema da borracha brasileira – estudos e relatórios apresentados à reunião de estudos da borracha para aumento da produção (REBAP). Brasília, 1960, p. 232-237.

AZEVEDO, Aroldo de. Cuiabá: Estudo de Geografia Urbana. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo, v. 7, t. 2, 1953. Separata.

BANIWA, Gersen. Panorama nacional sobre a situação dos movimentos indígenas no Brasil. Palestra no Encontro do Movimento Indígena e a Questão Fundiária em Mato Grosso. In: Encontro do Movimento Indígena e a Questão Fundiária em Mato Grosso. Relatório Final. Cuiabá: OPRIMT, 2005.

BARBOSA, Altair Sales. *Tópicos para construção da ocupação pré-histórica do Cerrado*. 2009. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edição=42&id=504> acessado em 28/12/2013 às 13h 45min h

BARBOSA, Erivaldo Moreira et alii. *História ambiental e direito ambiental: diálogos possíveis*. Campina Grande: EDUFPG, 2010.

BARROS, Edir Pina de; BORDIGNON, Mário. Jarudori – Estudos e Levantamentos Prévios Histórico-Antropológicos. Relatório relativo ao Termo de Referência

DAF/DEID n. 53/2002, do Departamento de Identificação e Delimitação da Diretoria de Assuntos Fundiários/FUNAI – Brasília, 2003.

BARROS, Edir Pina de; BORDIGNON, Mario. *Jarudori: terra indígena invadida!* Cuiabá: _____, 2009. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/trabalhosacademicos/2613032>. Acessado em 28/02/2010 às 12h 22min h.

BARROZO, João Carlos. *Em busca da pedra que brilha como estrela: garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai Diamantino*. Cuiabá: Calini & Caniato; EdUFMT, 2007.

BAXTER, Michael. *Garimpeiros de Poxoréo: mineradores de pequena escala de diamantes e seu meio ambiente no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Ideologia e desenvolvimento: Brasil, 1930-1964. In: PÁDUA, José Augusto. (Org.). *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009, p. 22-63.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870-1930)*. Cuiabá: Edição do Autor, 1991.

BOSSI, Bartolomé. *Viagem pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e o Arinos, tributário do grande Amazonas: com a descrição da província de Mato Grosso em seu aspecto físico, geográfico, mineralógico e seus produtos naturais*. Brasília: Senado Federal, 2008.

CALAÇA, Manoel. Territorialização do capital: biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no Cerrado. *Ateliê Geográfico*, v. 4, n. 1, p. 6-23, 2010.

CAMARGO JUNIOR, Tryrso Ferraz de. Laudo antropológico da ação de desapropriação indireta – processo 17.624/86-V. In: MALDI, Denise (Org.). *Direitos indígenas e antropologia: laudos periciais em Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT, 1994, p. 96-174.

CAMPOS FILHO, Luiz Vicente. Populações tradicionais. In: MACHADO, Maria de Fátima Roberto (Org.). *Diversidade sociocultural em Mato Grosso*. Cuiabá: Entrelinhas, 2008, p. 68-91.

CARDENAL, Ernesto. *As riquezas injustas: antologia poética*. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

CASTOR, Ricardo Silveira. Modernidade e primitivismo na arquitetura de Mato Grosso: Confrontos da segunda metade do século 20. *Revista Eletrônica arquitextos*, 126.05ano 11, nov. 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.126/3637>Diversas. Acessado em 28/02/2011 às 18h 35 min h

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ ; COHN-BENDIT, Daniel. *Da ecologia a autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CASTRO, Sueli Pereira et alii. *A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade*. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

_____. Avaliação dos projetos de colonização do INCRA no estado de Mato Grosso. Relatório de Pesquisa. Cuiabá: SUDAM/UFMT, 1988.

CAVALCANTE, Matusalém Bezerra. *Mudanças da estrutura fundiária de Mato Grosso (1992-2007)*. Presidente Prudente, 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista.

COLBACCHINI, Antônio; ALBISETTI, Cesar. *Os Bororos Orientais Orarimogodoque do Planalto Oriental de Mato Grosso*. São Paulo: Nacional, 1942.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL/BRASIL. Estimativas de perda de área do Cerrado Brasileiro. Disponível em: <http://www.conservation.org.br/arquivos/RelatDesmatamCerrado.pdf>. Acessado em 28/02/2011 às 18h 33min h.

CORREA FILHO, Virgílio. *Monografias cuiabanas*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002.

_____. *Tipos e aspectos do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

CRONON, William. *Changes in the land: indians, colonists and the ecology of New England*. New York: Hill and Wang, 1990.

_____. *Nature's metropolis: Chicago and the Great West*. New York; London: W.W. Norton & Company, 1991.

CRULS, Luiz. *Planalto central do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1957.

CRUZ, Paulo Divino Ribeiro da. *As negras raízes da cultura popular mato-grossense*. São Paulo: Plêiade, 2012.

CURY, Carmelita. *Do Bororo ao Prodoeste*. Rondonópolis: Edição da Autora, 1973.

DELGADO, Guilherme C. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e política tecnológica recente. *Cadernos de Difusão Tecnológica*, v. 2, n. 1, p. 79-97, 1985.

DELGADO, Nelson Giordano. Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional. BRASIL/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2001.

DOURADO, Nileide Souza. *Entre caminhos e memórias: narrativas e cotidiano de itinerantes rumo a Poxoréu-MT (primeira metade do século XX)*. Cuiabá, 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Mato Grosso.

DRUMMOND, José Augusto. História ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

_____. Natureza rica, povos pobres: questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. *Revista Ambiente & Sociedade*, ano 5, n. 10, p. 1-24. 2002.

DRUMMOND, Maria Francelina Ibrahim. *Do falar cuiabano*. Cuiabá: Departamento de Cultura e Turismo; Prefeitura de Cuiabá, 1978.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In SACHS, Wolfgang. *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, Idelvone Mendes. *O afogar das veredas: uma análise comparativa espacial e temporal das veredas do Chapadão de Catalão (GO)*. Rio Claro, 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista.

COUTINHO, Leopoldo Magno. *Cerrado*. Disponível em: <http://ecologia.ib.usp.br/cerrado/aspectos_bioma.htm>. Acesso em: 26 out. 2013.

FERNANDES, F. *Dicionário brasileiro contemporâneo*. Porto Alegre: Globo, 1965.

FIRMIANO, Frederico Daia. O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio. *Revista NERA*, ano 13, n 16, p. 48-62, 2010.

FOLADORI, Guillermo. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

FREUNDT, Erich. *Índios de Mato Grosso*. São Paulo: Melhoramentos, 1946.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.

GALVÃO, Maryanne Rizzo Correa da Costa. A natureza nas representações sociais de produtores de soja no Mato Grosso. 2008. 116 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

GOMES, Jary. Perspectivas de colonização do Oeste. In: *Aspectos Econômicos de Mato Grosso*. Cuiabá, 1950, p. 29-45.

_____. Rápidas notícias sobre as possibilidades econômicas de Mato Grosso. In: *Aspectos Econômicos de Mato Grosso*. Cuiabá, 1950, p. 3-28.

_____. Rumos a colonização. In: *Aspectos Econômicos de Mato Grosso*. Cuiabá, 1950, p. 47-75.

GOMIDE, Maria Lucia Cereda. Ró: Cerrados e mundo A'uwe Xavante. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 29, p. 117-130, 2011.

_____; KAWAKUBO, Fernando Shinji. Povos indígenas do cerrado, territórios ameaçados: terras indígenas Xavante de Sangradouro/Volta Grande e São Marcos. *Revista Agrária*, São Paulo, n. 3, p. 16-46, 2006.

GONÇALVES; Graziela Torres; LUCHIEZI JUNIOR, Álvaro; PUFAL, Denise Valeria de Lima. *Repercussões ambientais da expansão da soja no cerrado e seus vínculos com a liberalização do comércio e a política macroeconômica brasileira*. Disponível em: <www.race.nuca.ie.ufrj.br/eco/trabalhos/mesa2/4>. Acesso em: 20 jan. 2010.

GONTIJO, Nicosina Maria Campos. *O brilho e a miséria: a exploração de diamantes em Poxoréo-MT (1930-40)*. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1988.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. O Planalto Central e o problema da mudança da capital do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 11, n. 4, p. 471-542. 1949.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2006.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades*. Brasília: Embrapa-SPI, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1957. v. 2.

KASTRUP, Sebastião. *Mato Grosso: do garimpo ao computador*. Conferência pronunciada pelo secretário de planejamento e coordenação geral da SEPLAN, Sebastião Aroldo Kastrup, perante a comissão especial de desenvolvimento do Centro-Oeste da Câmara Federal dos Deputados. 6 jun. 1974.

KERCHE, Neuza Maria Erthal. *Comunidade São Gonçalo: história, lendas e tradições*. Cuiabá: Gráfica e Editora Centro América, 2004.

LAMEIRA, Osmar Alves. *Cultivo da Ipecacuanha*. Belém: Embrapa, 2002.

LEFF, Enrique. Espaço, lugar y tempo: la repropriadón social de la naturaleza y la construcción local de la racionalidade ambiental. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 1, p. 57-69, 2000.

LITTLE, Paul. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: Departamento de Antropologia da UNB, 2002.

LOFGREN, Axel. *De Goiás a Cuiabá Através do Chapadão Mato-grossense*. Separata da Revista Brasileira de Geografia, n 02, ano VIII, IBGE, Rio de Janeiro, 1976.

LUCÍDIO, João Antonio Botelho. *A ocupação não-índia do planalto dos alcantilados: dois estudos de caso: Tesouro e Batovi*. Relatório Técnico. Cuiabá, 2002.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. Territórios, culturas e identidades negras em Mato Grosso. In: MACHADO, Maria de Fátima Roberto (Org.). *Diversidade sociocultural em Mato Grosso*. Cuiabá: Entrelinhas, 2008, p. 42-67.

MAGNOLI, Demétrio; ARAUJO, Regina. *Geografia do Brasil: natureza, tecnologias, sociedades*. São Paulo: Moderna, 2005.

MAYBURY-LEWIS, David. *A sociedade Xavante*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1984.

MARQUES, Joaquim Ribeiro. *A exploração da borracha em Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2005.

MATUO, Yuriko Kanashiro et alii. *Contaminação do leite humano por organoclorados*. Jaboticabal: FUNEP/UNESP, 1990.

McNEILL, J. R. *Something new under the Sun: an Environmental History of the twentieth-century world*. New York;London: W.W. Norton, 2001.

_____. *The mountains of the Mediterranean world*. Cambridge University Press, 1992.

MIRANDA, Graci Ourives de. *Riquezas lícitas de Mato Grosso*. Cuiabá: Edição do Autor, 2011.

MIRANDA, Rosana. As relações sociedade/natureza sob a perspectiva de co-evolução. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 8, p. 77-96, 2003.

MOREIRA, Oscar. *Estrada de Ferro Norte de Mato Grosso: ligação férrea de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – Petição ao Congresso Federal*. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla 1892-1992*. Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

_____; HIGA, Teresa Cristina Souza (Org.). *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

MULLER, Geraldo. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 2, n. 6, 1982.

_____. *O complexo agroindustrial*. São Paulo, FGV, 1981.

NEDEL, Marco Aurélio. *Seringal o mundo dos bravos*. Xanxerê: News Print Gráfica e Editora, 2010.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

NÚCLEO DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS-NERU. *Cadernos do Neru*, n. 1, Cuiabá, 1993.

OLIVEIRA, Cícero Rainha. *O complexo agroindustrial mato-grossense da soja: uma análise do impacto na renda e produto na industrialização da soja exportada*. Cuiabá, 2005. Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Mato Grosso.

OPAN. *Ação indigenista como ação política*. Cuiabá: Masiero e Ferreira, 1987.

OPAN/CIMI. *Dossiê índios em Mato Grosso*. Cuiabá: Gráfica Cuiabá, 1987.

PESSOA, Sirlene Gomes; PEREIRA, Benedito Dias. A agricultura de Mato Grosso: *Agribusiness* e outras análises. CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., Quito, 2006. *Anais...* Disponível em: <<http://www.alasru.org/grupo-de-trabajo-28-quito>>. Acesso em: 2 jan. 2012.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Mata da Poaia. In: *Tipos e aspectos do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970, p. 475.

PEREIRA, Benedito Dias. *A industrialização da agricultura de Mato Grosso*. Cuiabá: EDUFMT, 1995.

_____; PESSOA, Sirlene Gomes. *A modernização da agropecuária de Mato Grosso*. CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., Quito, 2006. *Anais...* Disponível em: <<http://www.alasru.org/grupo-de-trabajo-28-quito>>. Acesso em: 2 jan. 2012.

PIGNATTI, Marta Gislene. *As ONGs e a política ambiental nos anos 90: um olhar sobre Mato Grosso*. São Paulo: Annablume; UFMT, 2005.

PIGNATTI, Marta Gislene; MARTINS, Domingos Tabajara de Oliveira. (Org.). *Saúde e ambiente na região amazônica*. Cuiabá: EdUFMT, 1999.

PIGNATI, Wanderlei Antônio. Os riscos, agravos e vigilância em saúde no espaço de desenvolvimento do agronegócio no Mato Grosso. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2007.

PINTO, José Galvão et alii. Transformação (agri) cultural ou etnossustentabilidade: relato de uma aldeia Bororo. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 54-60, 2002.

PONCE FILHO, Generoso. *Mato Grosso e suas possibilidades turísticas e econômicas*. Conferência realizada perante o 3º Congresso Sul Americano de Turismo, Rio de Janeiro, 1932.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. *Revista Interthesis*, v. 1, n. 1, p. 3-55, 2004.

POSEY, Darrell A. Os Kayapó e a natureza. *Ciência Hoje*, São Paulo, v. 2, n. 12, p. 36-41, 1984.

PÓVOAS, Lenine Campos. *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*. São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1983.

_____. *Cuiabanidade*. Cuiabá: Edição do autor, 1987.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PROBIO – Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica do Ministério do Meio Ambiente. Mapeamento da Cobertura Vegetal do Bioma Cerrado. Relatório Final. Brasília: Brasil/Ministério do Meio Ambiente/Probio, 2007.

PROUS, André. *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

RAMMINGER, Reinhard. *A modernização da agricultura e indicadores sociais no estado de Mato Grosso (1980-2005)*. Cuiabá, 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Mato Grosso.

REPÓRTER BRASIL – Organização de Comunicação e Projetos Sociais. Impactos da soja sobre Terras Indígenas no estado do Mato Grosso. Disponível em: http://reporterbrasil.org.br/documentos/indigenas_soja_MT.pdf. Acessado em 18/03/2011 às 12h 23 min h

RIBEIRO, Iselda Correa. *Sesmeiros*. Cuiabá: EdUFMT, 1998.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. O eldorado do Brasil central: história ambiental e convivência sustentável com o Cerrado. In: ALIMONDA, Héctor (Org.). *Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía*. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia/ferreira.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2012.

RICKLEFS, Robert E. *A economia da natureza*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

RODRIGUES, André Figueiredo. *Como elaborar citações e notas de rodapé*. São Paulo: Humanitas, 2009.

RONDON, Candido Mariano da Silva. Anteprojeto Para uma Estrada de Ferro Ligando a Estação de Água Clara a Cidade de Cuiabá. In: MOREIRA, Oscar. *Estrada de Ferro Norte de Mato Grosso: ligação férrea de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – Petição ao Congresso Federal*. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

ROSS, Jurandy Luciano Sanches. *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.

SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAUER, Sérgio. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Texto para discussão 30. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. *RESR*, Piracicaba, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012.

SCHLESINGER, Sérgio. Dois casos sérios em Mato Grosso: a soja em Lucas do Rio Verde e a cana-de-açúcar em Barra do Bugres. Cuiabá: FORMAD, 2013.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. *Os primeiros povoadores do Cerrado*. 2003. Texto atualizado em 10/09/2003. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq11.shtml>. Acessado em 18/12/2013 às 22h 45 min h.

SERPA, Paulo Marcos Noronha. *Boé Épa: o cultivo de roça entre os Bororo do Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1988.

SILVA, Antonio de Brito. *Ocorrência de Omura Congrua Walker 1970, inseto praga da ipecacuanha (Psychotria ipecacuanha Stokes) no Estado do Pará*. Belém: Embrapa, 2000.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. O Cerrado em Disputa: apropriação global e resistências locais. Brasília: CONFEA, 2009.

SILVA, Fábio Carlos da; SILVA, Ivana Aparecida Ferrer. Mitos interpretativos da história econômica mato-grossense. In: *Papers do NAEA*, n. 280, 2011, p. 1-20.

SILVA, José F. Graziano. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, Jovan Vilela da. *A divisão do Estado de Mato Grosso: uma visão histórica*. Cuiabá: EdUFMT, 1996.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique Silva. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Rafael José Navas da. Alterações nas estratégias de subsistência: o caso dos índios brasileiros Xavantes. *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 32-48, 2009.

_____; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. *Projeto Xavante: um estudo de caso sobre seus impactos*. ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 4., Curitiba, 2010. Anais, 2010. Disponível em: <http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/Projeto%20Xavante%20um%20estudo>

%20de%20caso%20sobre%20seus%20impactos.pdf. Acessado em 11/02/2011 as 09h 12min h.

SILVA, Silvana Cristina da. A família de municípios do agronegócio como expressão da espacialização das áreas de modernização agrícola do território brasileiro. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 32, v. 2, p. 305-336, 2010.

_____. A criação de municípios no front e a formação do agronegócio: faces do uso do território brasileiro. GEOSUL, Florianópolis, v. 24, n. 48, p. 85-101, 2009.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário de Antropologia*. Brasília: Departamento de Antropologia da UNB, n. , p. 11-44, 1984.

SZMRECZSNANYI, Tamas. Nota sobre o complexo agroindustrial e a industrialização da agricultura no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 3, n. 2, p. 141-144, 1983.

TESTA, Augusto. *Mecanização do desmatamento: as novas fronteiras agrícolas*. São Paulo: Agronômica Ceres, 1983.

THIEBLOT, Marcel Jules. *Poaia, ipeca, ipecacuanha: a mata da poaia e os poaieiros do Mato Grosso*. São Paulo: Escola de Folclore; Livramento, 1980.

URQUIZA, Antônio Hilário Aguilera. No meio do caminho havia os bororo. Jarudori/MT, a diáspora e reterritorialização. *Revista Tellus*, Campo Grande, ano 7, n. 12, p. 67-87, 2007.

VEGRO, Celso Luis Rodrigues; FERREIRA, Célia Regina R. P. T. Evolução do consumo de fertilizantes no estado de Mato Grosso, 1987-2002. *Revista Informações Econômicas*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 7-14, 2004.

VELOSO, H. P. As condições ecológicas de *Cephaelis ipecacuanha* Rich. *Memória do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 45, n. 2, p. 361-72, 1947.

VIERTLER, Renate Brigitte. *A duras penas: um histórico das relações entre índios Bororo e 'civilizados' no Mato Grosso*. São Paulo: FFLC/USP, 1990a.

_____. A Vaca Louca: tendências do processo de mudança sociocultural entre os Bororo – MT. *Revista de Antropologia*, Vol. 33, 1990b, pp. 19-32. Disponível em www.jstor.org/stable/41616055. Acessado em 21/01/14 as 09h12min h.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero; UFMT, 1993.

VOLOCHKO, Danilo. Da extensão do campo à centralização do urbano: elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso. *Revista Mato-grossense de Geografia*, Cuiabá, n. 16, p. 18-38, 2013.

WAIBEL, Leo. A vegetação e o uso da terra no Planalto Central. *Revista Brasileira de Geografia*, ano X, n. 3, p. 335-380, 1948.

WALTER, Bruno Machado Teles. *Fitofisionomias do bioma Cerrado: síntese terminológica e relações florísticas*. Brasília, 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e a origem da economia-mundo europeia no século XVI*. Porto: Afrontamento, 1974. v. 1.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. *Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WORSTER, Donald. *Dust bowl*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

_____. *Haciendo Historia Ambiental*. In: WORSTER, Donald (Org.). *Transformaciones de la tierra*. Montevideo: Coscoroba, 2008, p. 37-58.

_____. *Para fazer história ambiental*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

_____. *Rivers of empire: water, aridity, and the growth of the American West*. Oxford: Oxford University Press, 1985.

_____. *Transformaciones de la tierra: hacia una perspectiva agroecológica en la Historia*. In: WORSTER, Donald. (Org.). *Transformaciones de la tierra*. Montevideo: Coscoroba, 2008, p. 59-81.

_____. *Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica da história*. *Ambiente & Sociedade*, v. 5, n. 2, p. , 2002; v. 6., n. 1, p. 23-44, 2003.

WWF--Fundo Mundial para a Natureza; editores, Cleber J.R. Alho, Eduardo de Souza Martins]. *De grão em grão, o cerrado perde espaço : (cerrado, impactos do processo de ocupação)*. 1995.

_____. *Expansão agrícola e perda da biodiversidade no Cerrado: origens históricas e o papel do comércio internacional*. Brasília: WWF-BRASIL, 2000.

ZAGO

Lizandra. *Etnoistória Bororo: contatos, alianças e conflitos*. Dourados: UFMS; UFGD, 2005.

ZHOURI, Andréa (Org.). *As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____; et alii (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.